

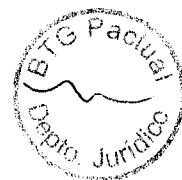
Excelentíssimo Senhor Vereador Gilson Reis, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI da Câmara Municipal de Belo Horizonte constituída pela Resolução nº 136/2017

Ref. Requerimento de Comissão nº 1217/2017

BANCO BTG PACTUAL S.A. ("Banco BTG"), devidamente qualificado nestes autos, por meio de seu representante legal, vem à presença de V.Exa., em atenção ao Requerimento de Comissão nº 1217/2017, de autoria do Presidente, Excelentíssimo Senhor Vereador Gilson Reis, aprovado na 24ª Reunião realizada no dia 25 de setembro de 2017 e recebido por esse banco no dia 02 de outubro de 2017, expor e requerer o que segue.

01. Por meio do Ofício em epígrafe, essa d. Comissão requer a apresentação de *"cópia de resposta das instituições que foram convidadas para participar do bookbuilding"*. A seguir, o mesmo ofício dispõe que *"as informações enviadas a esta CPI, em resposta ao Requerimento de Comissão nº 1033/17, não atendem à solicitação"*.

02. O Banco BTG vem esclarecer – conforme já declarado por seus representantes em oitiva realizada em 11 de setembro de 2017 – que o Banco BTG envia cartas-convite às potenciais instituições interessadas. A prática de mercado nesse tipo



de operação é que o silêncio da instituição contatada demonstra seu desinteresse em participar da oferta.

03. Foi isso que ocorreu no caso concreto, vez que as instituições contatadas permaneceram silentes em relação às ofertas de aquisição das debêntures. Dessa maneira, não há qualquer resposta materializada a ser enviada a esta CPI.

04. Além disso, destaca-se que os documentos enviados na resposta ao Requerimento nº 1033/2017, de autoria do Exmo. Senhor Vereador Gilson Reis, são suficientes para comprovar que o Banco BTG ofereceu as debêntures ao mercado no processo de *bookbuilding*, razão pela qual o Banco BTG manifesta sua discordância acerca da alegação de que as informações apresentadas em resposta ao Requerimento nº 1033/2017 “*não atendem ao solicitado*”.

05. Não obstante, o Banco BTG Pactual permanece à disposição desta CPI para qualquer esclarecimento adicional.

São Paulo, 20 de outubro de 2017.

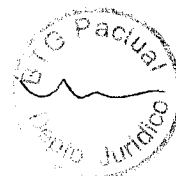
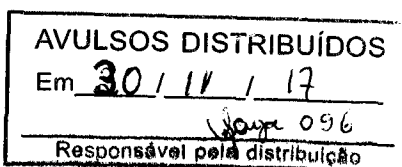
BANCO BTG PACTUAL S.A.



Fernanda Gama Moreira Jorge

Gabriel Fernando Barretti

1 digo
01/11/17
Carlos





PBH Ativos S/A
Investindo em Belo Horizonte

Ofício PBH Ativos/CMBH/EXTER/214/2017


Belo Horizonte, 27 de outubro de 2017.


Ref.: Requerimento da Comissão Parlamentar de Inquérito: PBH Ativos nº 1296/2017

Senhor Presidente,

Em atenção ao requerimento em epígrafe, a PBH Ativos reencaminha anexo o Ofício GAB SMF/SMATES 393/2013, anteriormente apresentado em resposta ao Requerimento 820/17, e informa que não se encontra com o Ofício 00019/2015/PFE-CVM/PFE/AGU.

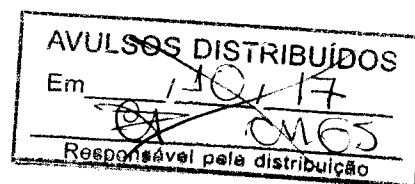
Atenciosamente,


Pedro Meneguetti
Diretor Presidente
PBH Ativos S/A


Soraya de Fátima Mourão Marques Lage
Diretora Executiva
PBH Ativos S/A

RECEBido MUNIC. DE BHTE 27/OUT/2017 16:40 000009751

Excelentíssimo Senhor
Vereador Henrique Braga
Presidente
Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH





Ofício GABSMF/SMATES Nº 393 /2013

Belo Horizonte, 20 de Setembro de 2013.

Assunto: Resposta ao ofício da GPGM/SMF/777/2013 DE 08/04/2013

Em atendimento ao Ofício da GPGM/SMF/777/2013, de 08/04/2013, encaminhamos a V.Sa. Nota Técnica referente à operação de cessão de direitos creditórios autônomos, referentes à dívida ativa parcelada, a ser efetivada entre a PBH e a PBH Ativos S. A.

Nota Técnica

Assunto: Cessão de Direitos de Créditos Autônomos

1. Em 1º de setembro de 2013, a Secretaria de Finanças do Município de Belo Horizonte administrava um fluxo de créditos da ordem de R\$ 870 milhões, originários de dívidas de impostos e taxas em atraso, inscritas na Dívida Ativa do Município e repactuadas nos termos da Lei nº 7.932, de 1999. Esses créditos, originários principalmente de parcelamentos de ISSQN e IPTU, referem-se a valores que entrarão nos cofres públicos até o exercício financeiro de 2028.
2. Prática comum em outras Unidades da Federação, incluindo o Governo do Estado de Minas Gerais, a antecipação de recebíveis repactuados tem se mostrado importante instrumento de financiamento de gastos públicos, sem a necessidade de incorrer ao sistema financeiro na busca por operações de crédito com custos elevados. Não se configura operação de antecipação de receita orçamentária – ARO, nos termos da lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - LRF por tratar-se de crédito cujo fato gerador já ocorreu e também não se apresenta como operação de crédito, também nos termos da LRF, pois não envolve o aumento do endividamento do Município, o que demandaria manifestação prévia do Ministério da Fazenda (art. 32 da LRF).
3. A Lei nº 7.932, de 1999, determina, em seu artigo 7º, *in verbis*:

Art. 7º - Fica o Executivo autorizado a efetuar cessão, a título oneroso, de crédito tributário parcelado, inscrito ou não em dívida



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE ARRECADAÇÕES
SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DO TESOIRO
SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Municipal e a PBH ATIVOS S.A., conterá cláusula que garanta a entrada aos cofres públicos do valor total dos créditos adimplidos, atualizados monetariamente até a data do resgate das Debêntures Subordinadas.

10. São essas as considerações técnicas em relação à proposta de cessão de fluxo de recebíveis, a ser assinado entre a Prefeitura Municipal, por meio da Secretaria de Finanças e a PBH ATIVOS S.A. Sociedade de Economia Mista da qual a Prefeitura de Belo Horizonte é a principal acionista.

11. Ressalte-se por fim que tais considerações técnicas estão respaldadas pelo Parecer Jurídico emitido pela Procuradoria Geral do Município, em 27/05/2013, referente ao ofício GAB-SMF Nº 190/2013.

Atenciosamente,

Marcelo Piancastelli de Siqueira
Secretário Municipal de Finanças – SMF
PBH

Camilo Cândido de Araújo Júnior
Secretário Municipal Adjunto do Tesouro - SMATES

A/C
Dr. Édson Ronaldo Nascimento
Diretor Presidente
PBH Ativos S.A



PBH Ativos S/A
Investindo em Belo Horizonte

Ofício PBH Ativos/CMBH/EXTER/218/2017


Belo Horizonte, 27 de outubro de 2017.

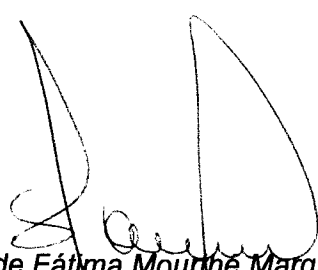
Ref.: Ofício GP-DTL 074/2017 - Requerimento da Comissão Parlamentar de Inquérito:
PBH Ativos nº 1297/2017

Senhor,

Em atenção ao ofício e ao requerimento em epígrafe, a PBH Ativos reencaminha os contratos solicitados, já anteriormente apresentados na resposta ao Requerimento 592/17.

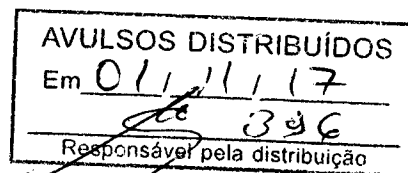
Atenciosamente,


Pedro Meneguetti
Diretor Presidente
PBH Ativos S/A


Soraya de Fátima Mourão Marques Lage
Diretora Executiva
PBH Ativos S/A

*Declaro que recebi um CD
referente ao Of. PBH Ativos/CMBH/
Exter/218/2017*

Excelentíssimo Senhor
Henrique Braga
Presidente
Câmara Municipal de Belo Horizonte



**CONTRATO DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITO AUTÔNOMO DE
RECEBIMENTO DE CRÉDITOS E OUTRAS AVENÇAS**

Pelo presente instrumento particular, as partes:

I - MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, estabelecido na Avenida Afonso Pena, nº 1212, Bairro Centro, CEP nº 30130-908, Estado de Minas Gerais, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Marcio Araújo de Lacerda e pelo Secretário Municipal de Finanças, Sr. Marcelo Piancastelli de Siqueira, doravante denominada simplesmente por "Cedente" ou "Município";

II - PBH ATIVOS S.A., sociedade de economia mista, cuja criação foi autorizada pela Lei Municipal nº 10.003 de 25 de novembro de 2010 ("Lei Municipal 10.003/10"), com sede na Avenida Afonso Pena, nº 774, 5º Andar, Centro, CEP: 30130-003, município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita perante o CNPJ/MF sob o nº 13.593.766/0001-79, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Presidente Sr. Edson Ronaldo Nascimento, doravante denominada simplesmente "PBH ATIVOS" ou "Cessionária";

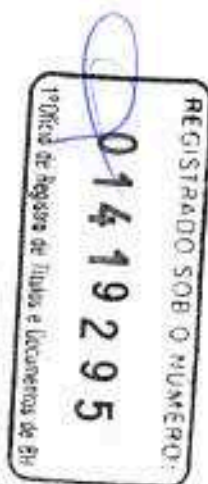
III - BANCO BTG PACTUAL S.A., instituição financeira constituída sob a forma de sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 14º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.306.294/0002-26, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social por seus representantes legais abaixo assinados, doravante denominado "Custodiante";

IV - PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4200, Bloco 04, sala 514, Bairro Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma do seu estatuto social ("Agente Fiduciário"); e, quando em conjunto com a Cedente, a Cessionária e o Custodiante, a seguir referidos como "Partes" e, individualmente, como "Parte";

E, ainda, como Intervenientes Anuentes;

V - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE BELO HORIZONTE, estabelecida na Rua Espírito Santo, nº 605, 5º andar, Centro, CEP 30.160.030, Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Finanças, Sr. Marcelo Piancastelli de Siqueira ("SMF");

VI - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, estabelecida na Rua dos Timbiras, 628, Funcionários, CEP 30.140.060, município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, neste ato representada pelo Procurador-Geral do Município, Sr. Rúsvel Beltrame Rocha ("PGM"); e



VII- EMPRESA DE INFORMÁTICA E INFORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE S/A – PRODABEL, estabelecida na Av. Presidente Carlos Luz, nº 1275, Bairro Caparaó, CEP: 31.230-000, Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social por seu diretor Haldley Campolina Vidal (“PRODABEL” e, quando em conjunto com a PGM e a SMF, a seguir referidos simplesmente como “Intervenientes Anuentes”);

CONSIDERANDO QUE:

- (a) O Município instituiu um programa de parcelamento de certos créditos tributários ou não tributários vencidos ao qual o contribuinte ou sujeito passivo de tais débitos (“Contribuinte”) poderia aderir, por meio de procedimentos administrativos ou judiciais de parcelamento (“Procedimentos Administrativos ou Judiciais” e “Parcelamentos”, respectivamente);
- (b) o Cedente foi autorizado, por força da Lei Municipal 10.003/10 e da Lei Municipal 7.932 de 30 de dezembro de 1999, conforme alterada (“Lei Municipal 7.932/99”), a ceder à Cessionária, a título oneroso, direitos de crédito autônomos para recebimento do fluxo de pagamentos decorrente dos créditos tributários ou não tributários vencidos e parcelados pelo Contribuinte através dos Parcelamentos (“Direitos de Crédito Autônomos”), que se encontram ou não inscritos na dívida ativa do Município de Belo Horizonte (“Créditos Tributários ou Não Tributários”);
- (c) a Cessionária, conforme estabelecido em seu objeto social, sua lei de criação, e, nos termos de seu Estatuto Social, aprovado pelo Decreto Municipal nº 14.444 de 09 de junho de 2011 (“Decreto 14.444/11”), tem, entre outros, competência para: (i) titular, administrar e explorar economicamente ativos municipais; (ii) auxiliar o Tesouro Municipal na captação de recursos financeiros, podendo, para tanto, colocar no mercado obrigações de emissão própria, receber, adquirir, alienar e dar em garantia os ativos, créditos, títulos e valores mobiliários da sociedade; e (iii) estruturar e implementar operações que visam à obtenção de recursos junto ao mercado de capitais;
- (d) de tal modo, nos termos do artigo 7º da Lei Municipal 7.932/99, as Partes, com a anuência dos Intervenientes Anuentes, desejam formalizar a cessão dos Direitos de Crédito Autônomos, por meio da celebração deste Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças (“Contrato”);
- (e) serão emitidas, pela Cessionária, debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada (“Debêntures Subordinadas”), de forma privada, as quais serão totalmente subscritas pelo Cedente e por ele integralizadas mediante a cessão dos Direitos de Crédito Autônomos (“Emissão de Debêntures Subordinadas”);



Handwritten signatures and initials, including a large signature on the left and initials on the right, along with a circular stamp and the number 2/163.

(f) as condições e características da emissão das Debêntures Subordinadas estão descritas no Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, da PBH ATIVOS S.A., celebrado nesta data pela Cessionária, cuja minuta final é parte integrante deste Contrato como Anexo F ("Escritura da Primeira Emissão");

(g) a Cessionária realizará, ainda, a segunda emissão, sendo a primeira pública, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real representada por cessão fiduciária de direitos creditórios ("Debêntures com Garantia Real"), em série única, sob o regime de garantia firme de colocação ("Segunda Emissão"), sendo que as Debêntures com Garantia Real serão ofertadas publicamente, com esforços restritos de distribuição, nos termos previstos na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº. 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), visando à obtenção de recursos para realizar a amortização das Debêntures Subordinadas ("Oferta");

(h) as condições e características da Segunda Emissão serão descritas no Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão, sendo a 1ª (Primeira) Pública, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real Representada por Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da PBH ATIVOS S.A., substancialmente nos termos da minuta anexa ao presente Contrato como "Anexo H" ("Escritura da Segunda Emissão") a ser celebrado entre a Cessionária e o Agente Fiduciário, com a SMF e a PGM como intervenientes anuentes; e

(i) a Escritura da Segunda Emissão preverá, ainda, que (i) os Direitos de Crédito Autônomos, (ii) os direitos detidos pela Cessionária emergentes deste Contrato, e (iii) os recursos, direitos de crédito e acessórios relacionados aos Direitos de Crédito Autônomos já desconsiderando os Recursos Excluídos (conforme definido abaixo), que forem depositados ou mantidos nas Contas Vinculadas, conforme definidas no Contrato de Custódia de Recursos e Administração de Contas Vinculadas, a ser firmado entre a Cessionária, o Município, o Custodiante, o Banco do Brasil S.A. ("Banco Centralizador"), o Agente Fiduciário e os Intervenientes Anuentes, substancialmente nos termos da minuta anexa ao presente Contrato como "Anexo I" ("Contrato de Administração de Contas"), bem como dos direitos a elas inerentes, além dos títulos, ativos, cotas e rendimentos resultantes de aplicações financeiras realizadas com tais recursos, serão cedidos fiduciariamente em favor dos titulares das Debêntures com Garantia Real ("Debenturistas"), conforme Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receita e Outras Avenças da PBH ATIVOS S.A. a ser celebrado entre a Cessionária e o Agente Fiduciário e, na qualidade de intervenientes anuentes, a SMF e a PGM ("Contrato de Cessão Fiduciária"). Tais garantias serão outorgadas aos Debenturistas visando o fiel e cabal cumprimento, pela PBH ATIVOS, de todas as suas obrigações decorrentes da Escritura da Segunda Emissão e dos contratos de garantia a ela relacionados, e eventuais aditivos ou prorrogações, obrigações essas principais, acessórias e moratórias presentes e futuras, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Cessionária, no âmbito da Segunda Emissão, inclusive o



principal da dívida, remuneração, encargos moratórios, multas, atualização monetária, tributos ou contribuições, além das despesas razoáveis e comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário para defesa, conservação e satisfação integral dos Debenturistas e outras despesas previstas ou decorrentes dos respectivos instrumentos contratuais, seja em juízo ou fora dele, conforme definidos na Escritura da Segunda Emissão ("Obrigações Garantidas").

ISTO POSTO, resolvem as Partes, com a anuência dos Intervenientes Anuentes, celebrar o presente Contrato que será regido pelas Cláusulas e condições a seguir dispostas.

CLÁUSULA I DEFINIÇÕES

1.1 Os termos utilizados neste Contrato, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam diversamente definidos, terão os significados que lhes são atribuídos na Escritura da Segunda Emissão.

CLÁUSULA II CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO AUTÔNOMOS

2.1 O Cedente, mediante a assinatura do Termo de Cessão e dos Boletins de Subscrição, cederá à Cessionária, de maneira irrevogável e irretirável, os Direitos de Crédito Autônomos descritos no Anexo I ao Termo de Cessão, bem como identificados no CD-ROM (conforme definido na Cláusula 2.2.2 abaixo), livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza, juntamente com todos os direitos, garantias, privilégios, preferências e condições decorrentes da titularidade de referidos Direitos de Crédito Autônomos, observados os termos e restrições estabelecidos neste Contrato e no art. 7º da Lei Municipal 7.932/99, sem coobrigação, garantia de cumprimento ou direito de regresso contra o Cedente.

2.1.1 Ficam excluídos dos Direitos de Crédito Autônomos os valores referentes (i) aos honorários advocatícios devidos à PGM, para os casos em que tenha havido propositura de ação judicial para cobrança dos Créditos Tributários ou Não Tributários; e (ii) à taxa de expedição dos boletins de cobrança dos Direitos de Crédito Autônomos ("Recursos Excluídos"). Tais valores, nos termos do Contrato de Administração de Contas, deverão ser segregados dos Direitos de Crédito Autônomos recebidos e pertencerão exclusivamente ao Município.

2.2 A cessão dos Direitos de Crédito Autônomos apresenta as seguintes características principais ("Características da Cessão"):

(a) compreende apenas os Direitos de Crédito Autônomos, não devendo ser interpretada, para quaisquer fins contábeis ou de direito, como cessão de Créditos Tributários ou Não Tributários;



(b) restringe-se ao direito autônomo ao recebimento do fluxo de pagamentos decorrentes do recebimento de Créditos Tributários ou Não Tributários;

(c) não modifica a natureza dos créditos que originaram os Créditos Tributários ou Não Tributários, mantendo suas garantias, privilégios, condições de pagamento, critérios de atualização e datas de vencimento;

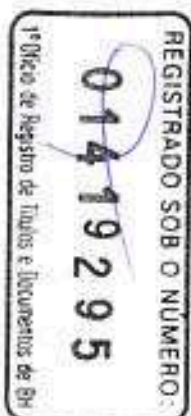
(d) não transfere a prerrogativa de cobrança judicial e extrajudicial dos Créditos Tributários ou Não Tributários, que permanecerá com a PGM e a SMF, conforme política de cobrança estabelecida pelo Decreto Municipal nº 15.304, de 14 de Agosto de 2013, conforme alterado, e reproduzida no Anexo 2.2 (d) a este Contrato ("Política de Cobrança");

(e) não é realizada por valor inferior ao saldo atualizado dos Parcelamentos, neles incluídos o valor do principal do crédito, acrescido de juros, multa e correção monetária, incidentes sobre os parcelamentos; e

(g) possui caráter definitivo e sem assunção, pelo Cedente, perante a Cessionária, de responsabilidade pelo efetivo pagamento a cargo do Contribuinte ou de qualquer outra espécie de compromisso financeiro que possa caracterizar a cessão dos Direitos de Crédito Autônomos como operação de crédito.

2.2.1 Os Direitos de Crédito Autônomos cedidos à Cessionária são originários dos Procedimentos Administrativos ou Judiciais de parcelamento, cujas respectivas informações serão listadas no Anexo I ao Termo de Cessão, de forma que cada Direito de Crédito Autônomo é representado por um procedimento administrativo ou judicial. Em até 15 (quinze) dias imediatamente anteriores à data esperada para subscrição e integralização das Debêntures Subordinadas, o Município, por intermédio da SMF, deverá enviar à Cessionária, por meio eletrônico, arquivo contendo as informações relativas aos Direitos de Crédito Autônomos a serem cedidos pelo Município à Cessionária, nos termos deste Contrato.

2.2.2 Para fins de controle do fluxo dos Direitos de Crédito Autônomos, as informações referentes aos Direitos de Crédito Autônomos estarão criptografadas por códigos fornecidos pelo Cedente constantes do Anexo I ao Termo de Cessão, por meio dos quais será possível a identificação de cada Parcelamento ("Códigos Criptografados"), e serão relacionadas em CD-ROM ("CD-ROM"), devidamente numerado, identificado e sem possibilidade de editoração, entregue, na data de assinatura do Termo de Cessão, ao Custodiante, sob dever de sigilo, que irá guardá-lo, na forma de depósito, sendo que tal "CD-ROM" conterá todas as informações necessárias e que permitem a perfeita individualização e identificação dos Direitos de Crédito Autônomos, inclusive contendo informações que permitirão a perfeita identificação de cada Contribuinte devedor dos Direitos de Crédito Autônomo, mediante decodificação dos Códigos Criptografados, em estrita observância da legislação vigente, nas hipóteses previstas na Cláusula XIII abaixo.



2.2.3 Tendo em vista o disposto na Cláusula 2.2.2 acima, o Custodiante receberá na data de assinatura do Termo de Cessão, o CD-ROM, na qualidade de fiel depositário, somente podendo fazer uso das informações nele contidas nas hipóteses previstas neste Contrato e nos demais instrumentos relacionados à emissão das Debêntures com Garantia Real ou das Debêntures Subordinadas.

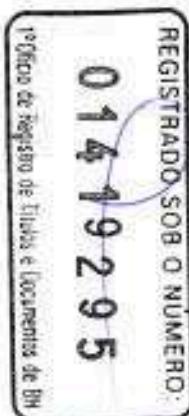
2.2.3.1 O Custodiante, de modo a atender ao disposto no artigo 7º, parágrafo 2º da Lei Municipal nº 7.932/99, garantirá preservar o sigilo relativamente às informações recebidas a respeito do Contribuinte.

2.3 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 2.5 abaixo, o Cedente não se responsabiliza pela solvência ou solvabilidade dos Contribuintes, responsabilizando-se, contudo, (i) pela existência, validade, certeza, liquidez e exigibilidade dos Créditos Tributários ou Não Tributários que dão origem aos Direitos de Crédito Autônomos, nos termos do artigo 295 da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002; (ii) pela legalidade, legitimidade, veracidade e correta formalização dos Créditos Tributários ou Não Tributários que dão origem aos Direitos de Crédito Autônomos cedidos à Cessionária; (iii) pela existência e devida formalização das garantias, conforme o caso, ao tempo da respectiva cessão dos Direitos de Crédito Autônomos à Cessionária; e (iv) pela correta transferência dos Direitos de Crédito Autônomos à Cessionária.

2.3.1 Em nenhuma hipótese, o Cedente será responsável pelo pagamento dos Créditos Tributários ou Não Tributários devidos pelos Contribuintes ou assumirá qualquer outro tipo de compromisso financeiro que possa caracterizar a cessão dos Direitos de Crédito Autônomos como contratação de dívida, prestação de qualquer garantia, assunção de qualquer obrigação creditícia, nem a existência ou criação de qualquer situação jurídica semelhante ou equiparável àquelas, caracterizadas como operação de crédito e/ou concessão de garantia.

2.4 O Cedente, por meio da PGM e da SMF, realizará tanto a cobrança administrativa/extrajudicial, quanto judicial dos Créditos Tributários ou Não Tributários inadimplidos, conforme a Política de Cobrança sendo que, em ambos os casos, deverá prestar contas à Cessionária e repassar a esta os valores que por ventura venham a ser recebidos diretamente pelo Cedente, observado o disposto na Cláusula V abaixo.

2.4.1 Caso o Contribuinte, por qualquer motivo, não efetue o pagamento dos Créditos Tributários ou Não Tributários na data fixada no respectivo procedimento administrativo ou judicial ou faça o pagamento em desacordo com os valores devidos ("Créditos Tributários ou Não Tributários Inadimplidos"), o Cedente, por meio da SMF e PGM, conforme o caso, tomará todas as providências necessárias para, de forma ativa e célere, promover a cobrança judicial ou extrajudicial dos Créditos Tributários ou Não Tributários Inadimplidos.



2.4.2 Para fins do disposto na Cláusula 2.4.1 acima, bem como do disposto neste Contrato, são considerados "Créditos Tributários ou Não Tributários Inadimplidos" os Créditos Tributários ou Não Tributários vencidos e não pagos pelos Contribuintes no prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias, contado do seu respectivo vencimento, ou os Créditos Tributários ou Não Tributários pagos a menor e, portanto, em desacordo com os valores devidos, sem a devida complementação no prazo acima referido.

2.4.3 A cessão dos Direitos de Crédito Autônomos prevista neste Contrato, no Termo de Cessão e nos Boletins de Subscrição, transferirá à Cessionária, em caráter definitivo, o direito irrevogável e irretroatável de receber os valores decorrentes dos Direitos de Créditos Autônomos pagos pelos respectivos Contribuintes, inclusive quando tal recebimento ocorrer por força de cobrança administrativa, judicial e da execução de eventuais garantias e privilégios legais, observado o disposto na Cláusula VI abaixo.

2.4.4 Todos os valores que por ventura venham a ser recebidos diretamente pelo Cedente, nos termos das Cláusulas 2.4.1 e 2.4.3 acima, deverão ser repassados à Cessionária, em moeda corrente nacional, conforme as regras contidas neste Contrato ou no Contrato de Administração de Contas ou, caso não se tenha previsão de outro prazo, em até 3 (três) dias úteis.

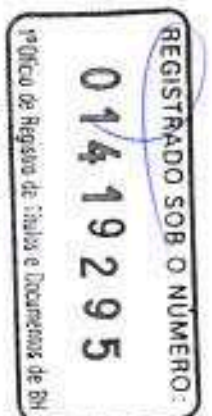
2.4.5 O Cedente, por meio da SMF e PGM, obriga-se a apresentar à Cessionária e ao Agente Fiduciário, mensalmente, até o quinto dia útil de cada mês, um relatório preparado na forma do Anexo 2.4.5 ao presente ("Relatório Mensal"). O Relatório Mensal preparado nos moldes desta cláusula deverá trazer as informações referentes ao mês imediatamente anterior ao da sua apresentação pelo Cedente.

2.5 Este Contrato, o Termo de Cessão e os Boletins de Subscrição se regem por toda legislação aplicável à espécie. As Partes e os Intervenientes Anuentes declaram conhecer a legislação aplicável, ainda que não expressamente mencionada nos referidos instrumentos.

2.6 Verificado o cumprimento das condições suspensivas descritas na Cláusula 4.2 abaixo, as Partes celebrarão o Termo de Cessão de Direitos de Crédito Autônomos, na forma do Anexo 2.6 a este Contrato ("Termo de Cessão"), para o fim específico de efetivar a transferência dos Direitos de Crédito Autônomos para a titularidade da Cessionária, em troca das Debêntures Subordinadas.

CLÁUSULA III AUTORIZAÇÃO DA CESSÃO ONEROSA

3.1 A cessão dos Direitos de Crédito Autônomos foi autorizada pelo art. 7º da Lei Municipal nº 7.932/99.



3.2 A regularidade jurídica e técnica financeira da cessão dos Direitos de Crédito Autônomos, nos termos da Lei Municipal nº 7.932/99, bem como as versões definitivas deste Contrato e da Escritura de Emissão das Debêntures Subordinadas, com todos seus anexos e assinada pelas Partes e pelos Intervinentes Anuentes, encontra-se amparada pela Nota Técnica "Ofício GABSMF/SMATES Nº 393/2013", emitida em 20 de setembro de 2013 pela Secretaria Municipal de Finanças, bem como pelos Pareceres Jurídicos emitidos pela Procuradoria Geral do Município em 27 de maio de 2013, 06 de junho de 2013 e 12 de dezembro de 2013.

3.3 A Cessionária declara, neste ato, que recebeu 2 (duas) cópias reprográficas, devidamente autenticadas dos Pareceres Jurídicos referidos na Cláusula 3.2 acima.

CLÁUSULA IV PAGAMENTO DO PREÇO DE AQUISIÇÃO PELA CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO AUTÔNOMOS

4.1 Pela cessão dos Direitos de Crédito Autônomos, e mediante a assinatura do Termo de Cessão e dos boletins de subscrição das Debêntures Subordinadas, conforme previsto na Escritura da Primeira Emissão ("Boletins de Subscrição"), o Cedente receberá da Cessionária o valor que vier a ser apurado quando da assinatura do Termo de Cessão, porém limitado ao montante total de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), por meio da entrega, ao Cedente, das Debêntures Subordinadas por ele subscritas ("Preço de Aquisição").

4.1.1 As Partes acordam que a subscrição e a integralização das Debêntures Subordinadas ocorrerão exclusivamente na forma prevista na Escritura da Primeira Emissão.

4.1.2 As Debêntures Subordinadas deverão ser subscritas e integralizadas mediante a assinatura dos Boletins de Subscrição correspondentes, na data de assinatura do Termo de Cessão.

4.1.3 O produto do número de Debêntures Subordinadas subscritas e integralizadas pelo Cedente multiplicado pelo valor nominal unitário de cada Debênture Subordinada deverá ser, necessariamente, igual ao Preço de Aquisição.

4.2 Observado o disposto na Cláusula 4.1.2 acima, as Debêntures Subordinadas somente serão subscritas e integralizadas pelo Cedente, após a verificação, pelas Partes, da ocorrência das seguintes condições suspensivas:

(a) realização, pelo Município, de todos os procedimentos necessários à confirmação da existência, validade, eficácia e formalização dos Direitos de Crédito Autônomos a serem cedidos;

(b) recebimento, pela Cessionária, das cartas de ciência dos Bancos Arrecadores, conforme abaixo definido, assinadas pelos seus representantes legais, dando ciência de que a partir da data



a ser estabelecida pelo Município, os recursos que vierem a ser recebidos através de débito automático nas contas dos Contribuintes deverão ser direcionados automaticamente para a Conta Centralizadora do Município;

(c) assinatura (i) do Contrato de Administração de Contas; (ii) do Termo de Cessão; e (iii) dos Boletins de Subscrição; e

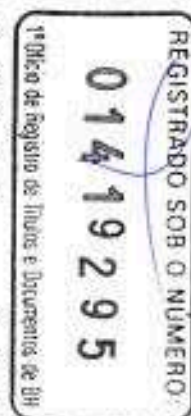
(d) concessão da anuência prévia pela CVM com relação à emissão das Debêntures Subordinadas, nos termos do artigo 1º da Resolução nº 2.391 de 22 de maio de 1997 do Banco Central do Brasil ("Resolução 2.391/97").

CLÁUSULA V
PROCEDIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DOS RECURSOS
REFERENTES AOS DIREITOS DE CRÉDITO AUTÔNOMOS

5.1 O Cedente, por intermédio da SMF, da PGM, do Banco Centralizador, da PRODABEL e das demais instituições financeiras que venham a atuar como agentes arrecadadores dos recursos do Cedente, provenientes do pagamento dos Direitos de Crédito Autônomos ("Bancos Arrecadadores"), é e será responsável pela manutenção dos serviços e rotinas necessários ao recebimento dos Direitos de Crédito Autônomos cedidos à Cessionária e pagos pelos Contribuintes.

5.2 O Cedente, por intermédio da SMF e da PGM, obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, a fazer com que os recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos pagos pelos Contribuintes através de boletos sejam pagos em moeda corrente nacional e direcionados automática e exclusivamente para a conta nº 14.732-X, da agência 1615-2, aberta no Banco Centralizador, de titularidade da PBH ATIVOS ("Conta Centralizadora da PBH Ativos"). A Conta Centralizadora da PBH Ativos será movimentável única e exclusivamente pelo Banco Centralizador, com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário, até o integral pagamento das Obrigações Garantidas, nos termos do Contrato de Administração de Contas.

5.2.1 O Cedente, nos termos do Contrato de Administração de Contas, por intermédio da SMF e da PGM, obriga-se em até 3 (três) Dias Úteis da disponibilização do arquivo a que se refere a Cláusula 5.2.2. abaixo pelo Banco Centralizador - que se dará em até 1 (um) Dia Útil do recebimento dos boletos - , em caráter irrevogável e irretratável, a fazer com que os recursos referidos da Cláusula 5.2 (já desconsiderados os Recursos Excluídos) sejam remetidos/direcionados exclusivamente para a conta nº 14.898-9, da agência 1615-2, aberta no Banco Centralizador, de titularidade da PBH Ativos ("Conta de Recebimento"). A Conta de Recebimento será movimentável única e exclusivamente pelo Banco Centralizador, com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário, até o integral pagamento das Obrigações



Garantidas nos termos do Contrato de Administração de Contas, e observado o IGR e o IC previstos na Escritura de Segunda Emissão.

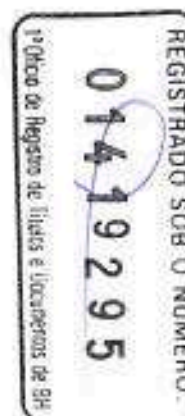
5.2.2 No Dia Útil seguinte ao do recebimento dos recursos referidos da Cláusula 5.2, e nos termos do Contrato de Administração de Contas, o Banco Centralizador deverá disponibilizar à PRODABEL, através do sistema de transmissão eletrônica de dados EDI - *Electronic Data Interchange* ("EDI"), arquivo com os valores recebidos e creditados na Conta Centralizadora da PBH Ativos. No prazo de 3 (três) Dias Úteis contado da disponibilização da referida informação pelo Banco Centralizador, a PRODABEL, agindo em nome do Município, deverá gerar 2 (dois) arquivos eletrônicos de retorno, a saber: (i) o primeiro arquivo, contendo o valor dos Direitos de Crédito Autônomos recebidos na data de referência; (ii) e o segundo arquivo, contendo o valor dos Recursos Excluídos recebido na data de referência. Os arquivos de retorno deverão ser preparados e enviados pela PRODABEL a partir dos modelos que integram o Anexo I-A do Contrato de Administração de Contas contendo ainda as instruções de transferências.

5.3 O Cedente, por intermédio da SMF e da PGM, obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, a fazer com que:

(a) os recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos pagos em decorrência de litígio judicial (seja mediante depósito judicial feito pelo Contribuinte e levantado pelo Município, seja por meio de recebimento pelo Município através de execução fiscal/cobrança judicial) sejam remetidos/direcionados exclusivamente para a Conta de Recebimento em até 60 (sessenta) dias do seu recebimento, de responsabilidade da SMF. A Conta de Recebimento será movimentável única e exclusivamente pelo Agente Fiduciário, nos termos do Contrato de Administração de Contas,

(b) os recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos pagos pelos Contribuintes através de débito automático sejam remetidos/direcionados automática e exclusivamente para a conta nº 15.678-7, da agência 1615-2, aberta no Banco Centralizador, de titularidade do Município ("Conta Centralizadora do Município"). A Conta Centralizadora do Município será movimentável única e exclusivamente pelo Banco Centralizador, com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário, até o integral pagamento das Obrigações Garantidas, nos termos do Contrato de Administração de Contas.

5.4. No Dia Útil seguinte ao do recebimento dos recursos referidos da Cláusula 5.3 (b), o Banco Centralizador, nos termos do Contrato de Administração de Contas, deverá disponibilizar à PRODABEL, através do EDI, arquivo com os valores recebidos e creditados na Conta Centralizadora do Município. No prazo de 3 (três) Dias Úteis contado da disponibilização da referida informação pelo Banco Centralizador, a PRODABEL, agindo em nome do Município, deverá gerar 3 (três) arquivos eletrônicos de retorno, a saber: (i) o primeiro arquivo, contendo o valor dos Direitos de Crédito Autônomos recebidos na data de referência e que serão direcionados à Conta de Recebimento; (ii) o segundo arquivo, contendo o valor dos Recursos



Excluídos recebido na data de referência, que serão direcionados à conta corrente de titularidade do Município a ser por ele indicada; e (iii) o terceiro arquivo, contendo o valor dos demais créditos recebidos e que não fazem parte dos Direitos de Crédito Autônomos cedidos à PBH ATIVOS. Os arquivos de retorno deverão ser preparados e enviados pela PRODABEL a partir dos modelos que integram o Anexo I-A do Contrato de Administração de Contas contendo ainda as instruções de transferências.

5.5 Caso a PRODABEL, agindo em nome do Município, não envie os arquivos de retorno descritos (i) na Cláusula 5.4 acima no prazo ali previsto, o Banco Centralizador, nos termos do Contrato de Administração de Contas, deverá, no Dia Útil seguinte ao término do prazo, verificar o montante recebido na Conta Centralizadora do Município na data de referência e transferir para Conta de Recebimento o montante correspondente a 12% (doze por cento) dos recursos depositados na Conta Centralizadora do Município. Nesta hipótese, e em sendo identificado posteriormente pela PRODABEL que os valores transferidos não correspondem exatamente ao montante de Direitos de Crédito Autônomos recebido na data de referência, deverá ser adotado, *mutatis mutandis*, o procedimento descrito na Cláusula 5.7 abaixo para restituição de valores transferidos indevidamente; (ii) na Cláusula 5.2.2 acima no prazo ali previsto, o Banco Centralizador, conforme previsto no Contrato de Administração de Contas, deverá, no Dia Útil seguinte ao término do prazo, verificar o montante recebido na Conta Centralizadora da PBH ATIVOS na data de referência e transferir para Conta de Recebimento 100% (cem) por cento deste montante.

5.6 Caso o montante referente aos Recursos Excluídos seja superior a 5% (cinco) por cento do total dos Direitos de Crédito Autônomos recebidos naquela data na Conta Centralizadora do Município ou na Conta Centralizadora da PBH Ativos, a integralidade dos valores referentes aos Recursos Excluídos recebidos naquela data ficará retida até que o Agente Fiduciário verifique e confirme junto à PRODABEL que tais recursos representam Recursos Excluídos, o que deverá ser feito a partir do envio de correspondência eletrônica pela PRODABEL, contendo informações suficientes para a validação nos termos do Contrato de Administração de Contas. Em até 3 (três) Dias Úteis seguintes à confirmação de recebimento da correspondência eletrônica acima, o Agente Fiduciário deverá se posicionar sobre o montante a ser transferido, enviando correspondência eletrônica ao Banco Centralizador, com cópia para a PBH ATIVOS e a PRODABEL.

5.7. Fica ressalvado, entretanto, que, caso o Município e/ou a PRODABEL verifiquem eventual erro de transferência, estes poderão, enquanto houver Debêntures com Garantia Real em circulação e nos termos do Contrato de Administração de Contas, enviar correspondência eletrônica ao Banco Centralizador e ao Agente Fiduciário, com cópia para a PBH ATIVOS, sobre os valores correspondentes aos Recursos Excluídos que não foram informados tempestivamente ao Banco Centralizador e ao Agente Fiduciário ("Recursos Excluídos Atrasados"). No prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados do recebimento da correspondência eletrônica do Município e/ou da PRODABEL informando o montante dos



Recursos Excluídos Atrasados, a PBH ATIVOS deverá efetuar a restituição dos Recursos Excluídos Atrasados ao Município, a débito da Conta de Livre Movimentação, pelo seu valor de face (que inclui atualização monetária pelo IPCA).

5.7.1. Na hipótese de a PRODABEL, agindo em nome do Município, observado o disposto no Contrato de Administração de Contas, informar, ao Banco Centralizador e ao Agente Fiduciário, de forma incorreta/imprecisa, que o montante correspondente aos Recursos Excluídos é inferior ao que eventualmente vier a apurar durante a vigência deste Contrato, esta deverá, em até 2 (dois) Dias Úteis após tomar conhecimento do fato e através de correspondência eletrônica, comunicar o fato ao Banco Centralizador e ao Agente Fiduciário, com cópia para a PBH ATIVOS, de forma a dar início ao procedimento de restituição a débito da Conta de Livre Movimentação.

5.7.2. Caso a PRODABEL, agindo em nome do Município, e conforme previsto no Contrato de Administração de Contas, informe ao Banco Centralizador, de forma incorreta/imprecisa, que o montante correspondente aos Recursos Excluídos é superior ao que eventualmente vier a apurar (ou vier a ser apurado pelas demais partes) durante a vigência deste Contrato, esta deverá, imediatamente após tomar conhecimento do fato e através de correspondência eletrônica, comunicar o Banco Centralizador e ao Agente Fiduciário (com cópia para a PBH ATIVOS), hipótese em que o Município ficará obrigado a indenizar a PBH ATIVOS, aplicando-se, para este fim, o disposto na cláusula XI abaixo.

5.8 As transferências previstas nesta Cláusula e investimentos a serem realizados com os recursos decorrentes dos Direitos de Créditos Autônomos ("Investimento Permitido") serão realizados nos termos do Contrato de Administração de Contas, que preverá, ainda, a abertura de outras contas, como a Conta de Pagamento e a Conta de Serviço da Dívida (conforme definidas no Contrato de Administração de Contas), ambas de titularidade da PBH ATIVOS, e a forma com que os Direitos de Crédito Autônomos transitarão por cada uma delas.

5.9 O Município e o Banco Centralizador obrigam-se, em caráter irrevogável e irretratável, a segregar em seus sistemas de controle interno os Direitos de Crédito Autônomos, de forma que os referidos direitos sejam automaticamente identificados como cedidos em garantia das Obrigações Garantidas, conforme definidas no Contrato de Cessão Fiduciária. Para que possa ser exigido do Banco Centralizador o cumprimento da obrigação descrita nesta Cláusula, o Banco Centralizador deverá ter recebido os arquivos eletrônicos referidos nas cláusulas 5.2.2 e 5.4 do Contrato de Administração de Contas.

5.10 As partes concordam que o procedimento e o detalhamento operacional descrito nesta cláusula deve refletir o ajustado no Contrato de Administração de Contas. Desta forma, caso haja divergência de redação ou de interpretação a respeito do procedimento e do detalhamento operacional descrito nesta cláusula e aqueles descritos no Contrato de Administração de Contas, as partes concordam que o previsto no Contrato de Administração de Contas deverá prevalecer.



principalmente em razão do fato de o Banco Centralizador ser signatário apenas do Contrato de Administração de Contas.

CLÁUSULA VI COBRANÇA DOS DIREITOS DE CRÉDITO AUTÔNOMOS

6.1 Nos termos deste Contrato, o Cedente, por meio da SMF ou da PGM, adotará, às suas expensas, as medidas cabíveis com relação à cobrança judicial e/ou extrajudicial dos Créditos Tributários ou Não Tributários que dão origem aos Direitos de Crédito Autônomos cedidos à Cessionária que não sejam pagos nas respectivas datas de vencimento, conforme estabelecido na Política de Cobrança.

6.2 O Cedente obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, com a expressa anuência da SMF e da PGM, a fazer com que os recursos advindos de depósitos judiciais, da cobrança judicial e/ou extrajudicial dos Créditos Tributários ou Não Tributários que dão origem aos Direitos de Crédito Autônomos sejam transferidos para a Conta de Recebimento no prazo previsto na Cláusula 5.3 (a) acima, de modo que o fluxo de recebimento siga seu curso ordinário, conforme previsto no Contrato de Administração de Contas.

CLÁUSULA VII PENALIDADES

7.1 Sem prejuízo do disposto nas Cláusulas 8.1 a 8.3 abaixo, o inadimplemento, por qualquer das Partes, de qualquer obrigação de pagamento prevista neste Contrato caracterizará a mora de tal Parte, de pleno direito, e independentemente de qualquer aviso ou notificação, sujeitando-a ao pagamento dos seguintes encargos:

(a) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data em que o pagamento tornou-se exigível até o seu integral recebimento pelo respectivo credor;

(b) multa convencional, não compensatória, de 2% (dois por cento), sobre o valor devido; e

(c) em qualquer hipótese, o valor devido será corrigido monetariamente a partir da data de seu vencimento original com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), apurado, se for o caso, calculado *pro rata temporis*, ou por outro índice que vier a substituí-lo, no caso de sua extinção.

7.2 O descumprimento de qualquer obrigação prevista neste Contrato que não se enquadre na Cláusula 7.1 acima, incluindo, mas não se limitando, as dispostas na Cláusula 9.3 abaixo, e desde que seja devidamente comprovado, obrigará a parte infratora a responder por eventuais perdas e/ou danos resultantes de dolo ou culpa, responsabilizando-se ademais pelas multas.



atualizações monetárias e juros daí decorrentes, apurados na forma prevista na legislação vigente.

7.3. As Partes responsabilizam-se, ainda, pelos danos patrimoniais diretos e indiretos, devidamente comprovados, que venham a causar decorrentes da prestação de declarações falsas, imprecisas ou incorretas no âmbito do presente Contrato e, em especial, daquelas constantes das Cláusulas 9.1 e 10.1 abaixo,

7.4. As obrigações de indenizar estabelecidas nas Cláusulas 7.2 e 7.3 acima permanecerão em vigor enquanto prevalecerem os efeitos deste Contrato.

CLÁUSULA VIII TUTELA ESPECÍFICA

8.1 O Cedente e a Cessionária reconhecem, desde já, que este Contrato constitui título executivo extrajudicial, nos termos do inciso II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes, desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas neste Contrato comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

8.2 Caso qualquer das Partes descumpra qualquer das obrigações de dar, fazer ou não fazer previstas neste Contrato e, notificada para sanar tal inadimplemento, deixe de fazê-lo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da respectiva notificação, a Parte prejudicada, independentemente de qualquer outro aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, poderá requerer, com fundamento no artigo 273 combinado com o artigo 461 e seus parágrafos, ambos do Código de Processo Civil, a tutela específica da obrigação inadimplida ou, a seu juízo, promover execução da obrigação de fazer, com fundamento nos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, em ambos os casos sem prejuízo da aplicação da multa prevista na Cláusula 7.1 acima, e da faculdade de exigir a indenização prevista na Cláusula 7.2 acima.

8.2.1 As obrigações de não fazer do Cedente decorrentes do presente Contrato deverão ser integralmente observadas, sob pena de execução judicial, na forma do artigo 642 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo da aplicação das penalidades e/ou indenização previstas na Cláusula VII acima e Cláusula XI abaixo, conforme o caso, sendo nulos quaisquer atos praticados em desacordo com o estabelecido no presente Contrato.

8.3 As Partes desde já, expressamente, reconhecem que o comprovante de recebimento da notificação mencionada nesta Cláusula, acompanhada dos documentos que a tenham fundamentado, será bastante para instruir o pedido de tutela específica da obrigação.

CLÁUSULA IX



DECLARAÇÕES E OBRIGAÇÕES DO CEDENTE

9.1 O Cedente declara à Cessionária, neste ato e na data de assinatura do Termo de Cessão e dos Boletins de Subscrição, o seguinte:

(a) os Créditos Tributários ou Não Tributários, formalizados pelos Procedimentos Administrativos ou Judiciais, que dão origem aos Direitos de Crédito Autônomos são existentes, legais, legítimos, verdadeiros, certos, líquidos, exigíveis, encontram-se perfeitamente constituídos de acordo com a legislação brasileira e são oriundos dos Procedimentos Administrativos ou Judiciais, devidamente identificados sob a forma de Códigos Criptografados constantes do Anexo I ao Termo de Cessão e, também, no CD-ROM a ser entregue ao Custodiante, na forma da Cláusula 2.2.2 acima;

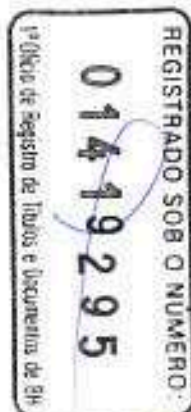
(b) a celebração deste Contrato, do Termo de Cessão, dos Boletins de Subscrição, e a assunção das obrigações deles decorrentes são legais, eficazes, válidas e exequíveis de acordo com seus termos;

(c) está devidamente autorizado e obteve todas as autorizações e aprovações necessárias à celebração deste Contrato, do Termo de Cessão, dos Boletins de Subscrição e à assunção e ao cumprimento das obrigações deles decorrentes, em especial as relativas à cessão dos Direitos de Crédito Autônomos, tendo sido satisfeitos todos os requisitos contratuais, legais, estatutários necessários para tanto;

(d) os representantes legais ou mandatários que assinam este Contrato, o Termo de Cessão e os Boletins de Subscrição têm poderes estatutários e/ou legitimamente outorgados para assumir em nome do Cedente as obrigações estabelecidas neste Contrato, no Termo de Cessão e nos Boletins de Subscrição;

(e) a celebração deste Contrato, do Termo de Cessão, dos Boletins de Subscrição, e o cumprimento das obrigações deles decorrentes não acarretam, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial, (i) de nenhum contrato ou instrumento dos quais o Cedente, suas pessoas controladas ou coligadas, diretas ou indiretas, sejam parte ou aos quais estejam vinculados, a qualquer título, bens ou direitos de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas; (ii) de nenhuma norma legal ou regulamentar a que o Cedente, suas pessoas controladas ou coligadas, diretas ou indiretas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas estejam sujeitos; ou (iii) de nenhuma ordem ou decisão judicial ou administrativa, ainda que liminar, que afete o Cedente, suas pessoas controladas ou coligadas, diretas ou indiretas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas;

(f) todos os Direitos de Crédito Autônomos têm origem legal e estão amparados pelos Procedimentos Administrativos ou Judiciais;



(g) o presente Contrato, o Termo de Cessão e os Boletins de Subscrição constituem obrigação lícita, válida e exequível em conformidade com seus termos contra o Cedente;

(h) todos os Créditos Tributários ou Não Tributários que originam os Direitos de Crédito Autônomos são de sua exclusiva titularidade e propriedade, responsabilizando-se perante os Debenturistas e perante a Cessionária, pela existência e correta formalização dos Créditos Tributários ou Não Tributários que originam os Direitos de Crédito Autônomos, declarando, ainda, que os direitos que eles representam estão totalmente livres e desembaraçados de quaisquer ônus reais, restrições ou gravames de qualquer natureza, inclusive sem limitação a qualquer direito de oneração, transferência ou alienação;

(i) não tomou ou tomará qualquer atitude ou ação com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem ou privilégio para a originação dos Direitos de Crédito Autônomos ou qualquer negócio, que tenha resultado em qualquer forma de benefício, pagamento, promessa de pagamento ou vantagem para funcionários públicos, autarquias, empresas estatais, partidos políticos, políticos, candidatos eleitorais ou qualquer pessoa, física ou jurídica, agindo por conta, ordem, instrução ou benefício de tais pessoas;

(j) os Procedimentos Administrativos ou Judiciais estarão corretamente listados no CD-ROM e devidamente formalizados (i) junto à SMF, por meio de suas unidades de atendimento, ou (ii) perante a PGM, conforme o caso, conforme comprovado pelos Documentos Comprobatórios, conforme definido abaixo;

(k) a cessão dos Direitos de Crédito Autônomos não viola o art. 7º da Lei Municipal nº 7.932/99 e demais autorizações mencionadas na Cláusula II deste Contrato;

(l) não recebeu nenhuma notificação ou comunicação, de qualquer pessoa, bem como ordem judicial ou administrativa, informando, solicitando ou requerendo, a qualquer título, interrupção dos efeitos dos Procedimentos Administrativos ou Judiciais;

(m) este Contrato, o Termo de Cessão e os Boletins de Subscrição são realizados em forma e substância satisfatória ao Banco BTG Pactual S.A. ("Coordenador da Oferta") e ao assessor jurídico da Segunda Emissão;

(n) as informações contidas no CD-ROM, conforme Cláusula 2.2.2 acima serão corretas, completas e fidedignas em todos os seus aspectos, e, quando decodificadas na forma prevista na Cláusula XIII abaixo, em estrita observância à legislação vigente, permitirão a individualização e identificação de cada Contribuinte devedor dos Direitos de Crédito Autônomos;

(o) não tem conhecimento, até a presente data, e/ou foi citado em qualquer procedimento judicial ou administrativo, inquérito ou outro tipo de investigação governamental formalmente



instaurado, versando sobre os negócios jurídicos objeto deste Contrato e do art. 7º da Lei Municipal nº 7.932/99;

(p) todas e quaisquer informações fornecidas à Cessionária, ao Agente Fiduciário ou ao Coordenador da Oferta, pelo Cedente, incluindo até a liquidação das Debêntures com Garantia Real, aquelas contidas nos instrumentos relacionados à emissão das Debêntures com Garantia Real são completas, verdadeiras e corretas e não contem qualquer tipo de falha ou omissão, de qualquer natureza; e

(q) na melhor avaliação do Cedente, os pedidos de intervenção federal e de sequestro de rendas requeridos contra o Cedente, quando deferidos, costumam incidir sobre os valores depositados na conta corrente do Cedente, razão pela qual não comprometem a existência, validade e eficácia da cessão dos Direitos de Crédito Autônomos.

9.2 As declarações aqui prestadas pelo Cedente subsistirão até o integral cumprimento das Obrigações Garantidas, conforme previsto na Escritura da Segunda Emissão.

9.3 Sem prejuízo das demais obrigações assumidas nos termos deste Contrato, do Termo de Cessão e dos Boletins de Subscrição, o Cedente expressamente obriga-se a:

(a) cumprir fiel e tempestivamente com todas as obrigações previstas neste Contrato, no Termo de Cessão e nos Boletins de Subscrição;

(b) adotar todas as providências para manter, no que lhe é pertinente, válidas e eficazes as declarações contidas nesta Cláusula até o integral cumprimento das Obrigações Garantidas, mantendo a Cessionária informada de qualquer ato ou fato que possa afetar a validade de qualquer das referidas declarações e adotando as medidas cabíveis para sanar ou evitar a inveracidade ou incorreção da declaração;

(c) aceitar a imediata devolução dos Direitos de Crédito Autônomos ofertados à Cessionária que não atendam às Características da Cessão, caso o vício ou não conformidade tenha sido verificado após a celebração deste Contrato, do Termo de Cessão ou dos Boletins de Subscrição, independentemente de não estar materializado ou não poder ser identificado pelas Partes e/ou pelos Intervenientes Anuentes em momento anterior à assinatura deste Contrato, do Termo de Cessão ou dos Boletins de Subscrição, promovendo a sua substituição, nos termos da Cláusula XI abaixo;

(d) indenizar a Cessionária em razão do descumprimento das obrigações previstas neste Contrato, no Termo de Cessão ou nos Boletins de Subscrição, ou da incorreção, inconsistência, insuficiência ou falsidade das declarações prestadas neste Contrato;



(e) celebrar e entregar à Cessionária, durante o prazo de vigência deste Contrato, às suas expensas, todos e quaisquer instrumentos, contratos, declarações e informações, assim como praticar todos os atos adicionais que a Cessionária venha a solicitar por escrito ao Cedente, com a finalidade de proteger, salvaguardar e assegurar a validade e eficácia dos direitos, interesses e prerrogativas da Cessionária e dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, com relação aos Direitos de Crédito Autônomos, conforme definidos neste Contrato;

(f) não ofertar à Cessionária Direitos de Crédito Autônomos que contenham parcelas vencidas e não pagas há mais de 90 (noventa) dias contados da data de seu vencimento;

(g) comunicar imediatamente à Cessionária o recebimento de qualquer aviso, comunicação, notificação, ordem judicial ou administrativa tendo por objeto qualquer modificação ou suspensão de qualquer Procedimento Administrativo ou Judicial;

(h) fazer, por si ou por terceiros, com que os recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos sejam pagos em moeda corrente nacional e remetidos exclusivamente para as Contas Vinculadas, conforme o caso, e somente alterar esse procedimento mediante a prévia e expressa autorização do Agente Fiduciário, conforme orientação dos Debenturistas;

(i) preservar o sigilo, por si ou por intermédio dos seus órgãos e entidades, relativamente a qualquer informação sobre a situação econômica ou financeira do Contribuinte, do devedor ou de terceiros e sobre a natureza e situação dos respectivos negócios ou atividade;

(j) defender, em nome próprio, os direitos dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, sobre os Direitos de Crédito Autônomos contra quaisquer ações que venham a ser propostas por terceiros;

(k) proceder à auditoria dos sistemas de controle de arrecadação dos Direitos de Crédito Autônomos cedidos à Cessionária, bem como controlar e registrar as correlatas informações nos sistemas de cobrança dos Créditos Tributários ou Não Tributários objeto dos Parcelamentos, adotando as medidas necessárias à preservação dos respectivos Direitos de Crédito Autônomos cedidos nos termos deste Contrato;

(l) promover as medidas necessárias para preservar o pagamento dos Direitos de Crédito Autônomos cedidos à Cessionária, inclusive para evitar prescrição;

(m) apresentar à Cessionária e ao Agente Fiduciário o Relatório Mensal, na forma prevista na Cláusula 2.4.5 acima; e

(n) garantir que, até a liquidação integral das Debêntures com Garantia Real, todas e quaisquer informações fornecidas à Cessionária, ao Agente Fiduciário ou ao Coordenador da Oferta, pelo Cedente, incluindo aquelas contidas nos instrumentos relacionados à emissão das Debêntures



com Garantia Real e a Oferta serão completas, verdadeiras e corretas e não conterão qualquer tipo de falha ou omissão, de qualquer natureza.

9.4 O Cedente deverá aceitar, a qualquer momento após o vencimento e amortização total das Debêntures com Garantia Real, os Direitos Creditórios Autônomos remanescentes, pelo saldo devedor atualizado, como forma de amortização das Debêntures Subordinadas.

9.5 O Cedente será responsável por todos e quaisquer danos e prejuízos causados à Cessionária, aos Debituristas e ao Coordenador da Oferta decorrentes da inveracidade, imprecisão ou inexatidão das declarações prestadas na forma da Cláusula 9.1 acima, assim como pelo não cumprimento das obrigações previstas na Cláusula 9.3 acima.

9.5.1. O Cedente e a Cessionária se comprometem a fazer com que sejam depositados na Conta de Recebimento, sempre que aplicável, os recursos advindos da indenização devida à PBH ATIVOS ou aos Debituristas, conforme estipulada na Cláusula 9.3 acima, assim que devidos.

9.6 Durante o prazo de vigência deste Contrato, o Cedente, por intermédio da SMF, será considerado fiel depositário, nos termos do artigo 627 e seguintes do Código Civil Brasileiro, do produto de todo e qualquer Direito de Crédito Autônomo cedido à Cessionária, que por ventura venha a ser recebido diretamente pelo Cedente e/ou por seus agentes, inclusive em razão de qualquer procedimento de cobrança, judicial ou extrajudicial, proposto contra os Contribuintes, nos termos da legislação aplicável, até sua efetiva transferência para a Conta Centralizadora do Município, para Conta de Recebimento ou para a Conta Centralizadora da PBH ATIVOS, conforme o caso, nos termos deste Contrato, do Contrato de Administração de Contas e da Escritura da Segunda Emissão.

9.6.1 Na qualidade de fiel depositário, nos termos da Cláusula 9.6 acima, o Cedente declara conhecer as consequências legais decorrentes da eventual não restituição dos valores objeto do depósito, quando exigida.

9.7 O Cedente compromete-se a manter em custódia cópia, em meio eletrônico, das informações a respeito da adesão do Contribuinte ao programa de Parcelamento, nos termos do Artigo 2º do Decreto Municipal nº 14.346, de 25 de março de 2011, conforme alterado ("Decreto 14.346") e da respectiva Certidão da Dívida Ativa, quando se tratar de débito inscrito ("Documentos Comprobatórios").

9.7.1 O Cedente concorda em permitir, sempre que solicitado, o acesso da Cessionária e do Agente Fiduciário aos Documentos Comprobatórios observado, *mutatis mutandis*, o regramento previsto na Cláusula 13.3 abaixo.



CLÁUSULA X

DECLARAÇÕES E OBRIGAÇÕES DA CESSIONÁRIA

10.1 A Cessionária devidamente autorizada na forma de seu Estatuto Social, declara e garante, neste ato e na data de assinatura do Termo de Cessão e dos Boletins de Subscrição, que:

(a) é uma sociedade por ações validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável;

(b) a celebração deste Contrato, do Termo de Cessão e dos Boletins de Subscrição, bem como a assunção das obrigações dele decorrentes se fazem nos termos de seus atos constitutivos, são legais, têm plena eficácia e são exigíveis contra a Cessionária de acordo com os seus respectivos termos;

(c) os representantes legais da Cessionária que assinam este Contrato têm poderes estatutários e/ou legitimamente outorgados para assumir, em nome da Cessionária, todas e quaisquer obrigações estabelecidas neste Contrato;

(d) a celebração deste Contrato, do Termo de Cessão e dos Boletins de Subscrição e o cumprimento das obrigações deles decorrentes não acarretam, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial: (i) de quaisquer contratos ou instrumentos firmados anteriormente à data da assinatura deste Contrato, dos quais a Cessionária, suas pessoas ligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, sejam parte ou aos quais estejam vinculados, a qualquer título, bens ou direitos de propriedade de nenhuma das pessoas acima referidas; (ii) de nenhuma norma legal ou regulamentar que a Cessionária, suas pessoas ligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas estejam sujeitos; (iii) de nenhuma ordem ou decisão, ainda que liminar, judicial ou administrativa, que afete a Cessionária, suas pessoas ligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas; e se fazem nos termos de seus atos constitutivos e têm plena eficácia; e

(e) tem pleno conhecimento da legislação aplicável aos Parcelamentos e aos Direitos de Crédito Autônomos.

10.2 As declarações aqui prestadas pela Cessionária subsistirão até a integral liquidação das Obrigações Garantidas.

10.3 A Cessionária será responsável por todos e quaisquer danos e prejuízos causados ao Cedente decorrentes da inveracidade ou inexactidão das declarações acima prestadas.



CLÁUSULA XI INDENIZAÇÃO E RECOMPOSIÇÃO DO FLUXO

11.1. A Cedente reconhece que (i) a adoção de qualquer ato comissivo ou omissivo que resulte na extinção total ou parcial dos Direitos de Crédito Autônomos, incluindo, mas não se limitando, a qualquer tipo de anistia, remissão de dívida, compensação, dação em pagamento ou qualquer outro ato ou negócio jurídico que possa, de qualquer forma, liquidar ou extinguir, no todo ou em parte, as dívidas dos Contribuintes consubstanciadas nos Créditos Tributários ou Não Tributários de cujo recebimento depende os Direitos de Crédito Autônomos; (ii) a implementação de qualquer parcelamento ou incentivo que seja, de qualquer forma, mais vantajoso ao Contribuinte do que o Parcelamento dos Créditos Tributários ou Não Tributários e que ocasione redução do valor do Direito de Crédito Autônomo e/ou aumente os prazos para o seu pagamento, considerando-se os cálculos de projeção realizados pelas partes; (iii) a alteração do atual programa de Parcelamento e que ocasione redução do valor do Direito de Crédito Autônomo e/ou aumente os prazos para o seu pagamento, considerando-se os cálculos de projeção realizados pelas partes; e (iv) a cessão de Direitos de Crédito Autônomos irregulares, nos termos da Cláusula 2.3 acima, afetará de forma negativa, no todo ou em parte, o fluxo de pagamento dos Direitos de Crédito Autônomos e, por consequência, o cumprimento das obrigações assumidas pela Cessionária perante os Debenturistas e contempladas na Escritura da Segunda Emissão,



11.1.1 Na ocorrência de um dos eventos descritos na Cláusula 11.1 acima, ou quaisquer outros eventos similares que afetem o fluxo de recebimento dos Direitos de Crédito Autônomos, o Cedente deverá, no prazo de até 30 (trinta) dias contado do recebimento da notificação enviada pelo Agente Fiduciário, pelo Coordenador da Oferta ou pela própria Cessionária, o que ocorrer primeiro, indenizar a Cessionária, mediante (i) a cessão de novos Direitos de Crédito Autônomos que adimplentes, ou (ii) a recompra dos Direitos de Crédito Autônomos afetados, por meio da cessão de novos Direitos de Crédito Autônomos adimplentes; em qualquer hipótese objetivando recompor o fluxo de pagamento dos Direitos de Crédito Autônomos como se não tivesse sido alterado por iniciativa do Município, conforme Cláusula 11.1. acima.



11.1.2 Caso não existam novos Direitos de Crédito Autônomos a serem cedidos à Cessionária, ou caso sobrevenha qualquer vedação legal, administrativa ou judicial para que o Cedente proceda às providências descritas na Cláusula 11.1.1 acima, o Cedente deverá promover a recompra dos Direitos de Crédito Autônomos afetados, pelo pagamento do valor correspondente ao valor de face do Direito de Crédito Autônomo afetado (acrescido da atualização pelo IPCA e já descontados os Recursos Excluídos, se houver), em moeda corrente nacional, diretamente na Conta de Recebimento, o qual deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias contados do recebimento da notificação referida na Cláusula 11.1.1 acima.

11.2 Fica expressamente ressalvado que em hipótese alguma será objeto ou dará ensejo a aplicação desta Cláusula XI a alteração do valor do fluxo de pagamento dos Direitos de Crédito

Autônomos em razão de inadimplemento do Contribuinte. O Cedente não assume, por meio do Contrato, qualquer responsabilidade ou dá qualquer tipo de garantia em relação ao adimplemento dos Direitos de Crédito Autônomos cedidos.

CLÁUSULA XII REGISTRO

12.1. Este Contrato e seus aditamentos, bem como seus Anexos, deverão ser protocolados, pela Cessionária, nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e São Paulo, Estado de São Paulo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de sua assinatura, devendo o Cedente enviar comunicação às demais Partes e aos Intervinentes Anuentes (i) ao final do prazo de 5 (cinco) dias úteis para protocolo, enviar a comprovação de que este foi efetivado; e (ii) enviar a comprovação da efetivação de tal registro no prazo de até 3 (três) dias úteis contados do seu deferimento por cada um dos cartórios. Caso a Cessionária não realize os protocolos no prazo avençado, poderá qualquer das demais Partes ou os Intervinentes Anuentes fazê-lo, mediante o envio de comunicação às demais Partes e, assim que obtidos os registros, enviar a comprovação correspondente aos demais. As Partes e os Intervinentes Anuentes deverão colaborar para o saneamento imediato de eventuais exigências eventualmente formuladas por tal cartório, de forma a obter o registro deste Contrato no menor prazo possível.



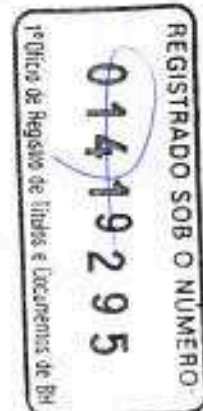
12.2 Todos os custos e despesas incorridos com os registros mencionados nesta Cláusula serão suportados/reembolsados exclusivamente pelo Custodiante.

CLÁUSULA XIII DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES

13.1 Nos procedimentos referentes à formalização e à execução da cessão dos Direitos de Crédito Autônomos, serão preservados o sigilo relativo a qualquer informação sobre a situação fiscal, econômica, financeira do Contribuinte e sobre a natureza e o estado de seus negócios e atividades.

13.2 Fica, igualmente, vedada às Partes e aos Intervinentes Anuentes a divulgação ou a utilização, conforme o caso, para fins outros que não aqueles relacionados ao objeto deste Contrato, da identidade dos Contribuintes, de seus débitos e respectivos Parcelamentos, sob pena de responsabilizações decorrentes de eventuais perdas e danos.

13.3 Sem prejuízo do disposto nas Cláusulas 13.1 e 13.2 acima, a Cessionária e o Agente Fiduciário somente poderão ter acesso às informações contidas no CD-ROM, para fazer prova em juízo, quando isso for necessário à defesa dos direitos, das garantias e das prerrogativas da Cessionária e/ou dos Debenturistas, ou, ainda, para atender requisição de autoridade competente que tenha instaurado procedimento administrativo ou ação judicial em face da Cessionária ou do



Agente Fiduciário. Neste caso, caberá ao Custodiante do CD-ROM providenciar o depósito do CD-ROM perante a autoridade administrativa ou judicial encarregada do procedimento administrativo e/ou ação judicial, sem necessidade de consultar o Cedente, porém, alertando-o sobre o caráter sigiloso dos respectivos dados.

CLÁUSULA XIV COMUNICAÇÕES

14.1 Todos os documentos e as comunicações a serem enviados por qualquer das Partes e Intervinentes Amantes, nos termos deste Contrato, deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, e deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

a) se para o Cedente:

MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE - SMF

Endereço: Rua Espírito Santo, 605, Centro, 5º andar

CEP 30.160-030 - Belo Horizonte, MG

Tel.: (31) 3277-4008

At: Secretário Municipal de Finanças Sr. Marcelo Piancastelli de Siqueira

E-mail: marcelo.piancastelli@pbh.gov.br

b) se para a Cessionária:

PBH ATIVOS S.A.

Endereço: Avenida Afonso Pena, nº 774, 5º Andar, Centro,

CEP: 30.130-003 - Belo Horizonte, MG

Tel.: (31) 3277.9561

At: Diretor Presidente Sr. Edson Ronaldo Nascimento

E-mail: edson.ronaldo@pbh.gov.br

c) se para o Custodiante:

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 12º andar

04538-133 - São Paulo, SP

At: Departamento Jurídico - FICC

Tel.: (11) 3383-2000

E-mail: oj-juridico-renda-fixa@btgpactual.com

d) se para o Agente Fiduciário:



PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
Av. das Américas, nº 4.200, Bloco 04, sala 514, Barra da Tijuca
CEP: 22640-102 – Rio de Janeiro, RJ
At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira
Tel.: (21) 3385-4565
E-mail: backoffice@pentagonotrustee.com.br

e) se para as Intervenientes Anuentes:

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE BELO HORIZONTE
Rua Espírito Santo, 605, Centro, 5º andar
CEP 30.160.030 - Belo Horizonte, MG
Tel.: (31) 3277-4008
At: Secretário Municipal de Finanças Sr. Marcelo Piancastelli de Siqueira
E-mail: marcelo.piancastelli@pbh.gov.br

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE
Rua dos Timbiras, 628, Funcionários
CEP 30.140-060 - Belo Horizonte, MG
Tel.: (31) 3277-4075
At: Procurador Geral do Município Sr. Rúsvel Beltrame Rocha
E-mail: rusvelb@pbh.gov.br

EMPRESA DE INFORMÁTICA E INFORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE S/A – PRODABEL
Av. Presidente Carlos Luz, nº 1275, Bairro Caparaó,
CEP: 31.230-000, Belo Horizonte, MG
At.: Sr. Haldley Campolina Vidal
Tel.: (31) 3277-8395
E-mail: haldley@pbh.gov.br

14.2 Os documentos e as comunicações, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, serão considerados recebidos quando entregues, sob protocolo ou mediante Aviso de Recebimento expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços acima, ou quando da confirmação do recebimento da transmissão via e-mail.

14.3 Para os fins da Cláusula 14.2 acima, será considerada válida a confirmação do recebimento via e-mail ainda que emitida pela Parte que tenha transmitido a mensagem ou pelos Intervenientes Anuentes, desde que o comprovante de recebimento tenha sido expedido a partir do equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes para identificação do emissor e do destinatário da comunicação.



CLÁUSULA XV
DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 Toda e qualquer modificação, alteração ou aditamento ao presente Contrato somente será válida se feita por instrumento escrito, assinado pelas Partes e pelos Intervenientes Anuentes.

15.2 As Partes celebram este Contrato em caráter irrevogável e irretratável, obrigando-se ao seu fiel, pontual e integral cumprimento por si e por seus sucessores e cessionários, a qualquer título.

15.2.1 Os Intervenientes Anuentes concordam e se comprometem no limite das obrigações a eles estabelecidas neste Contrato.

15.3 O presente Contrato começa a vigorar na data de sua assinatura e permanecerá em vigor até a liquidação das Obrigações Garantidas e dos Direitos de Crédito Autônomos.

15.3.1 Este Contrato somente poderá ser resilido por consenso entre as Partes, depois de aprovada a resilição pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Escritura da Segunda Emissão.

15.3.2 A resilição deste Contrato não afetará, em nenhuma hipótese, qualquer das cessões de Direitos de Crédito Autônomos realizadas entre as Partes, nos termos aqui previstos, e não afetará qualquer direito, garantia ou prerrogativa da Cessionária ao ressarcimento por perdas e danos por esse sofridos em razão do descumprimento de qualquer avença prevista neste Contrato.

15.4 A tolerância e as concessões recíprocas terão caráter eventual e transitório e não configurarão, em qualquer hipótese, renúncia, transigência, remição, perda, modificação, redução ou ampliação de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos a qualquer das Partes nos termos deste Contrato, assim como, quando havidas, o serão, expressamente, sem o intuito de negar as obrigações previstas neste Contrato.

15.5 O presente Contrato constitui o único e integral acordo entre as Partes com relação aos assuntos aqui tratados, substituindo todos os outros documentos, cartas, memorandos ou propostas entre as Partes, bem como os entendimentos orais mantidos entre as mesmas, anteriores a presente data.

15.6 É expressamente vedada a cessão a terceiros, pelo Cedente, dos direitos e obrigações previstos neste Contrato.



15.7 O Cedente e os Intervinentes Anuentes autorizam expressamente, neste ato, e na forma prevista pelo art. 7º da Lei Municipal nº 7.932/99, a Cessionária a ceder fiduciariamente aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, os Direitos de Crédito Autônomos e os direitos emergentes deste Contrato.

15.7.1 A PBH ATIVOS, nos termos do disposto no parágrafo único da Lei Municipal 3.010/10 e no parágrafo 1º do Decreto 14.444/11, receberá o montante correspondente a 10% (dez por cento) do valor disponível na Conta de Livre Movimentação (conforme definida no Contrato de Administração de Contas) para custeio das despesas e eventuais outros pagamentos relacionados aos contratos da operação de cessão e emissões de debêntures. Os recursos não utilizados serão destinados ao resgate ou amortização das Debêntures Subordinadas de posse do Cedente.

15.8 Toda e qualquer quantia devida a qualquer das Partes por força deste Contrato poderá ser cobrada via processo de execução, visto que as Partes desde já reconhecem tratar-se de quantia líquida e certa, atribuindo ao presente a qualidade de título executivo extrajudicial nos termos e para os efeitos do artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil.

15.9 Para os efeitos do disposto neste Contrato, entende-se por "dia útil" o dia em que os bancos não deverão ou não poderão, por lei ou ordem executiva, estar fechados na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, conforme estabelecido pelo Banco Central do Brasil.

15.10 Se, em decorrência de qualquer decisão judicial irrecorrível, qualquer disposição ou termo deste Contrato for declarado nulo ou for anulado, tal nulidade ou anulabilidade não prejudicará a vigência das demais Cláusulas deste Contrato não atingidas pela declaração de nulidade ou pela anulação.

15.11 É vedado às Partes e aos Intervinentes Anuentes utilizarem-se dos termos deste Contrato, bem como das marcas, nomes e logomarcas uma da outra, para qualquer finalidade, seja em divulgação ou publicidade, sem a prévia e expressa autorização, por escrito, da outra Parte, exceto para atendimento às exigências legais.

15.12 Os Anexos deste Contrato, rubricados pelas Partes e pelos Intervinentes Anuentes, integram este Contrato para todos os fins e efeitos de direito, como se nele estivessem transcrito.

15.13 Os tributos incidentes ou que venham a incidir sobre o cumprimento das obrigações das Partes signatárias deste Contrato serão suportados por quem seja o sujeito passivo de tal obrigação tributária.

15.14 As Partes comprometem-se a tomar as medidas necessárias e cabíveis conforme previsto na legislação brasileira, incluindo a Instrução CVM nº 301 de 16 de abril de 1999 e posteriores alterações, com a finalidade de prevenir e combater as atividades relacionadas com os crimes de



lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores identificados pela Lei Federal nº 9.613, de 3 de março de 1998.

15.15 Os casos fortuitos e de força maior são excludentes da responsabilidade das Partes, nos termos do artigo 393 do Código Civil Brasileiro.

15.15.1 A Parte que for afetada por caso fortuito ou força maior deverá notificar a outra, de imediato, com relação à extensão do fato e do prazo estimado durante o qual estará inabilitada a cumprir ou pelo qual será obrigada a atrasar o cumprimento de suas obrigações decorrentes deste Contrato.

15.15.2 Cessados os efeitos de caso fortuito ou da força maior, a Parte afetada deverá, de imediato, notificar a outra para conhecimento desse fato, restabelecendo a situação original.

15.15.3 Se a ocorrência do caso fortuito ou da força maior prejudicar apenas parcialmente a execução das obrigações oriundas deste Contrato por uma das Partes, aquela afetada deverá cumprir as obrigações que não tiverem sido afetadas pela ocorrência do caso fortuito ou da força maior.

15.16 O Cedente deverá providenciar a publicação resumida deste Contrato e, conforme o caso, de seus aditamentos, no Diário Oficial do Município de Belo Horizonte, no prazo de 5 (cinco) dias após a celebração de cada um dos referidos instrumentos, devendo enviar 1 (uma) via original de cada publicação ao Agente Fiduciário, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados de cada publicação.

CLÁUSULA XVI FORO

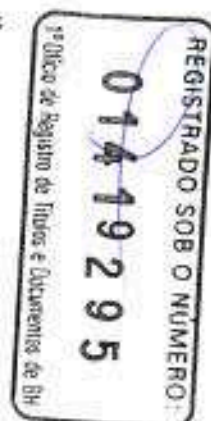
16.1 Eventuais controvérsias decorrentes da execução do presente Contrato surgidas entre as Partes e/ou os Intervenientes Anuentes deverão ser solucionadas amigavelmente e, na impossibilidade de uma composição, serão submetidas ao exame da PGM.

16.2 Desde que não alcançada uma solução amigável as eventuais controvérsias oriundas deste Contrato serão submetidas ao foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para dirimi-las, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente Contrato em 10 (dez) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos de direito, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Belo Horizonte, 10 de janeiro de 2014

Restante da página deixado intencionalmente em branco.



(Página de assinaturas 1/8 do Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças, celebrado em 10 de janeiro de 2014)

Cedente:

MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

Por: Márcio Araújo de Lacerda
Cargo: Prefeito

Por: Marcelo Piancastelli de Siqueira
Cargo: Secretário Municipal de Finanças



(Página de assinaturas 2/8 do Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças, celebrado em 10 de janeiro de 2014)

Cessionário:

PBH ATIVOS S.A.

Edson Rolf Nascimento

Por: Edson Ronaldo Nascimento

Cargo: Diretor Presidente





Versão para Assinatura

(Página de assinaturas 3/8 do Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças, celebrado em 10 de janeiro de 2014)

Custodiante:



BANCO BTG PACTUAL S.A.



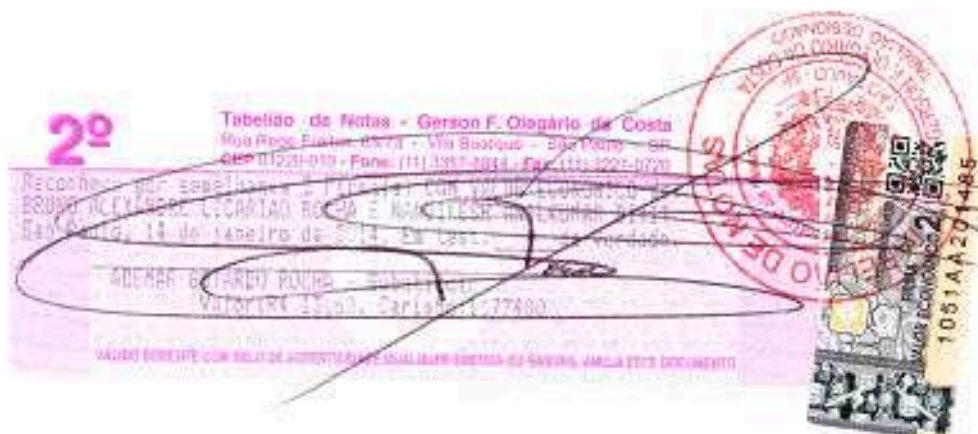
Bruno Alexandre Licarião Rocha

Por:

Cargo: Bruno Alexandre Licarião Rocha
Procurador

Por:

Cargo: Nandikesh Anilkumar Dixit
Procurador



(Página de assinaturas 4/8 do Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças, celebrado em 10 de janeiro de 2014)

Agente Fiduciário:

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS
E VALORES MOBILIÁRIOS**

Por:  
Carga: **Paulo Luiz Ferreira**
Procurador

12º TABELÃO de NOTAS
CARTÃO DO 12º TABELÃO DE NOTAS
Reconheço por semelhança a firma: PAULO LUIZ FERREIRA, a qual confere com o padrão depositado em Cartório.
São Paulo, 14 de Janeiro de 2014.
Em testemunho da Verdade,
Cleber Gonçalves - Escrevente Autorizado
1401141130505 - Firma: R\$ 6,80; Total: R\$ 6,80

CARTÃO DO 12º TABELÃO DE NOTAS
AL: Elaine
Subst: 042AA841164




REGISTRADO SOB O NÚMERO
01419295
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de RH

(Página de assinaturas 5/8 do Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças, celebrado em 10 de janeiro de 2014)

Interveniente Anuente:

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE BELO HORIZONTE

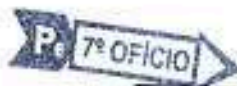

Por: Marcelo Piancastelli de Siqueira
Cargo: Secretário Municipal de Finanças



(Página de assinaturas 6/8 do Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças, celebrado em 10 de janeiro de 2014)

Interveniente Anuente:

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE



R. Beltrame

Por: Rúsvel Beltrame Rocha

Cargo: Procurador Geral do Município



(Página de assinaturas 7/8 do Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças, celebrado em 10 de janeiro de 2014)

Interveniente Anuente:

EMPRESA DE INFORMÁTICA E INFORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE S/A - PRODABEL

Por: Haldley Campolina Vidal
Cargo: Diretor

2º TABELIONATO DE NOTAS DE BELO HORIZONTE / MG
TABELÃO - JORGE CARLOS MACHES JUNIOR
Rua de Goiás, 1000 - Centro - BH - DF 3014-0000 - Email: certorio@cartoriojorge.com.br

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de:
Haldley Campolina Vidal

Belo Horizonte, 23/01/2014 15:08:49 Alessandra 4982

EMOL:R\$3,90 T.F.J:R\$1,21 Total:R\$5,11

Selo de Fiscalização
RECONHECIMENTO DE FIRMA
BOI 79048

1º OFÍCIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

REGISTRO Nº 01419295

Certifico e dou fé que o presente documento foi apresentado, protocolado sob o nº 01419295, livro nº A-79, registrado em microfilme e digitalizado sob o nº 01419295, livro nº B-142, nesta data Belo Horizonte, 23/01/2014. Encadernados: 1.618.62; T.F. 506.11; Total: 2.126.73

Regina M. A. Gomes
Escritoriente Autorizada


O Oficial



(Página de assinaturas 8/8 do Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças, celebrado em 10 de janeiro de 2014)

Testemunhas:


Nome: RENATA CRISTINA F. GARCIA COTTA
RG: M. 6611 214
CPF/MF: 020.816436-32


Nome: ROSINETE PASSINHO
RG: 19842602002-8 SSP-MA
CPF/MF: 335.514.643-91



LISTA DE ANEXOS

ANEXO F – MINUTA DA ESCRITURA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS

ANEXO H – MINUTA DA ESCRITURA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES COM GARANTIA REAL

ANEXO I – MINUTA DO CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS

ANEXO 2.2 (D) – POLÍTICA DE COBRANÇA

ANEXO 2.4.5 – MODELO DO RELATÓRIO MENSAL

ANEXO 2.6 – MODELO DO TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO AUTÔNOMOS



ANEXO F
MINUTA DA ESCRITURA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS
INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO
PRIVADA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA
ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, DA PBH ATIVOS S.A.

Pelo presente instrumento particular,

- I - como emissora das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única ("Debêntures Subordinadas");

PBH ATIVOS S.A., sociedade de economia mista, estabelecida na Avenida Afonso Pena, nº 774, 5º Andar, Centro, CEP: 30130-003, Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº. 13.593.766/0001-79, neste ato representada por seu Diretor Presidente Sr. Edson Ronaldo Nascimento, brasileiro, casado, economista, portador do RG nº. 8.020.876.481 (SSP/RS) e inscrito no CPF/MF sob o nº 362.453.050-04 ("Emissora" ou "PBH");

- II - como único titular das Debêntures Subordinadas,

MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, estabelecido na Avenida Afonso Pena, nº 1212, Bairro Centro, CEP 30130-908, Estado de Minas Gerais, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Marcio Araújo de Lacerda e pelo Secretário Municipal de Finanças, Sr. Marcelo Piancastelli de Siqueira, doravante denominado simplesmente por "Debenturista" ou "Município";

e, como Intervenientes Anuentes:

- III - **SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE BELO HORIZONTE**, estabelecida na Rua Espírito Santo, nº 605, 5º andar, Centro, CEP 30160-030, Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Finanças, Sr. Marcelo Piancastelli de Siqueira ("SMF"); e

- IV - **PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE**, estabelecida na Rua dos Timbiras, nº 628, Funcionários, CEP 30.140.060, Belo Horizonte, MG, neste ato representada pelo Procurador Geral do Município, Sr. Rúsvel Beltrame Rocha ("PGM" e, quando em conjunto com a SMF, a seguir referidos simplesmente como "Intervenientes Anuentes" e, quando em conjunto com a Emissora e o Debenturista, doravante referidos como "Partes");



vêm, por meio desta e na melhor forma de direito, celebrar o presente Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, da PBH ATIVOS S.A. ("Escritura" e "Emissão Privada", respectivamente), de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CONSIDERANDO QUE:

- (a) o Município instituiu um programa de parcelamento de certos créditos tributários ou não tributários vencidos ao qual o contribuinte ou sujeito passivo de tais débitos ("Contribuinte") poderia aderir, por meio de procedimentos administrativos ou judiciais de parcelamento ("Procedimentos Administrativos ou Judiciais" e "Parcelamentos", respectivamente);
- (b) o Município foi autorizado, por força da Lei Municipal nº 10.003 de 25 de novembro de 2010 ("Lei Municipal 10.003/10") e da Lei Municipal 7.932 de 30 de dezembro de 1999, conforme alterada ("Lei Municipal 7.932/99"), a ceder à PBH, a título oneroso, direitos de crédito autônomos para recebimento do fluxo de pagamentos decorrente dos créditos tributários ou não tributários vencidos e parcelados pelo Contribuinte através dos Parcelamentos ("Direitos de Crédito Autônomos"), que se encontram ou não inscritos na dívida ativa do Município;
- (c) a Emissora, conforme estabelecido em seu objeto social, sua lei de criação, e, nos termos de seu Estatuto Social, aprovado pelo Decreto Municipal nº 14.444 de 09 de junho de 2011, tem, entre outros, competência para: (i) titular, administrar e explorar economicamente ativos municipais; (ii) auxiliar o Tesouro Municipal na captação de recursos financeiros, podendo, para tanto, colocar no mercado obrigações de emissão própria, receber, adquirir, alienar e dar em garantia os ativos, créditos, títulos e valores mobiliários da Emissora; e (iii) estruturar e implementar operações que visam à obtenção de recursos junto ao mercado de capitais;
- (d) o Município pretende ceder à Emissora os Direitos de Crédito Autônomos, de maneira a formar um conjunto de recebíveis determinado, (i) identificados por código fornecido pelo Município, por meio do qual seja identificado cada parcelamento ("Código Criptografado") e, também, (ii) devidamente relacionados e identificados em CD-ROM, devidamente numerado, identificado e sem possibilidade de editoração, entregue ao Banco BTG Pactual S.A., sob dever de sigilo, que irá guardá-lo na qualidade de custodiante e fiel depositário ("Custodiante"), conforme termos e condições estabelecidos no Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças, firmado nesta data entre o Município, a Emissora, o Custodiante e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Agente Fiduciário"), com a intervenção da SMF, da PGM e da Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte – PRODABEL ("PRODABEL") ("Contrato de Cessão Onerosa");
- (e) a Emissora pretende, com a Emissão Privada, emitir debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, de forma privada, as quais serão totalmente subscritas pelo Município, e integralizadas mediante a cessão dos Direitos de Crédito Autônomos;



(f) após a Emissão Privada, a Emissora pretende emitir debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real representada por cessão fiduciária de direitos creditórios ("Debêntures com Garantia Real"), em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476") ("Oferta Pública"), mediante coordenação do Banco BTG Pactual S.A. ("Coordenador Líder"), nos termos do Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, Sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, da Segunda Emissão, Sendo a Primeira Pública, da PBH ATIVOS S.A., a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder, com a intervenção anuência da SMF e da PGM ("Contrato de Distribuição"); e

(g) os recursos obtidos com a emissão das Debêntures com Garantia Real serão parcialmente utilizados para amortização das Debêntures Subordinadas, nos termos da Cláusula 4.8.4 abaixo. ISTO POSTO, vêm as Partes por esta e na melhor forma do direito firmar a presente Escritura, contendo as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura é celebrada de acordo, e nos limites da autorização da (a) Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 12 de dezembro de 2013 ("AGE"); (b) Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 12 de dezembro de 2013 ("RCA"); e (iii) Reunião do Conselho Fiscal da Emissora, realizada em 12 de dezembro de 2013 ("RCF").

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REQUISITOS

A emissão das Debêntures Subordinadas será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Anuência Prévia da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM")

2.1.1. Conforme previsto nesta Escritura, as Debêntures Subordinadas serão objeto de distribuição privada. Nos termos do Artigo 1º da Resolução nº 2.391, de 22 de maio de 1997, expedida pelo Conselho Monetário Nacional, a Emissão Privada está condicionada e depende da prévia anuência da CVM, por ser a Emissora sociedade controlada pelo Município.

2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG") e Publicação da Ata da AGE e da RCA

2.2.1. As atas da AGE e da RCA que deliberaram e aprovaram a presente Emissão Privada deverão ter sido devidamente registradas na JUCEMG e publicadas no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais ("DOEMG") e no jornal Diário do Comércio ("Diário do Comércio"), nos



termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

2.2.2. Os atos societários relacionados à Emissão Privada que, eventualmente, venham a ser praticados após o registro da presente Escritura, serão protocolados para registro na JUCEMG em até 3 (três) Dias Úteis de sua assinatura e devidamente publicados nos termos da Cláusula 4.13 abaixo.

2.3. Registro da Escritura

2.3.1. A Escritura, devidamente firmada pelas Partes, seus anexos e respectivos aditamentos deverão ser registrados na JUCEMG. Para tanto, tais instrumentos serão protocolados pela Emissora para registro na JUCEMG em até 3 (três) Dias Úteis contados de sua assinatura, de acordo com o artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Séries

3.1.1. A Emissão Privada será realizada em série única.

3.2. Valor Total da Emissão Privada

3.2.1. O valor total da Emissão Privada será de até R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) ("Valor de Emissão"), na Data de Emissão.

3.3. Valor Nominal Unitário

3.3.1. O valor nominal unitário de cada Debênture Subordinada será de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) ("Valor Nominal Unitário"), na Data de Emissão.

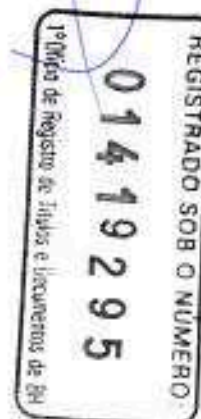
3.4. Quantidade de Debêntures Subordinadas

3.4.1. Serão emitidas até 10.000 (dez mil) Debêntures Subordinadas.

3.5. Data da Emissão

3.5.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data da emissão das Debêntures Subordinadas será 30 de janeiro de 2014 ("Data de Emissão").

3.6. Objeto Social da Emissora



3.6.1. A Emissora tem por objeto social: a) titular, administrar e explorar economicamente ativos municipais; b) auxiliar o Tesouro Municipal na captação de recursos financeiros, podendo, para tanto, colocar no mercado obrigações de emissão própria, receber, adquirir, alienar e dar em garantia ativos, créditos, títulos e valores mobiliários da Emissora; c) estruturar e implementar operações que visem à obtenção de recursos junto ao mercado de capitais; d) auxiliar o Município na realização de investimentos em infraestrutura e nos serviços públicos municipais em geral; e) conservar, manter, reformar ou ampliar seus bens, em especial aqueles recebidos do Município em aporte de capital e aqueles locados para uso da Administração Municipal; f) auxiliar o Município em projetos de concessão ou de parceria público-privada, podendo, para tanto, dar garantias ou assumir obrigações; g) licitar ou realizar obras mediante celebração de convênio ou contrato com órgãos ou entidades da Administração Direta ou Indireta do Município; h) auxiliar, gerenciar ou realizar obras licitadas por outros órgãos ou entidades da administração direta e indireta do Município, nas quais, sempre que possível, venha a ter ganho econômico; i) custear obras licitadas por outros órgãos ou entidades da Administração Direta e Indireta do Município; j) participar de outras sociedades cujo objetivo social seja compatível com suas finalidades; l) captar recursos ou estruturar operações que possibilitem a quitação, o refinanciamento, a redução do montante ou a diminuição dos encargos da dívida pública do Município; m) realizar quaisquer atividades que sirvam de instrumento para a conquista dos objetivos enunciados nos incisos anteriores.



3.7. Destinação de Recursos

3.7.1. As Debêntures Subordinadas serão integralmente utilizadas para realizar o pagamento do preço de aquisição dos Direitos de Crédito Autônomos cedidos à Emissora, nos termos do Contrato de Cessão Onerosa.

3.8. Número da Emissão

3.8.1. As Debêntures Subordinadas representam a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.



CLÁUSULA QUARTA – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS

4.1. Forma

4.1.1. As Debêntures Subordinadas serão emitidas sob a forma nominativa, sem a emissão de cauteias e certificados representativos das debêntures, sendo que, para todos os fins e efeitos legais, a titularidade das Debêntures Subordinadas será comprovada pela competente averbação no "Livro de Registro de Titularidade das Debêntures" aberto pela Emissora.

4.2. Espécie

4.2.1. As Debêntures Subordinadas serão da espécie subordinada, sem participação nos lucros da Emissora. As Debêntures Subordinadas são subordinadas aos credores quirografários, e preferem apenas aos acionistas no ativo remanescente, se houver, em caso de liquidação da Emissora.

4.3. Conversibilidade

4.3.1. As Debêntures Subordinadas não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.4. Subscrição e Integralização – Prazo e Forma

4.4.1. *Prazo de Subscrição e Integralização.* As Debêntures Subordinadas deverão ser totalmente subscritas e integralizadas pelo Município quando da cessão dos Direitos de Crédito Autônomos à Emissora, o que deverá ocorrer em até 180 (cento e oitenta) dias contados da Data de Emissão.

4.4.2. *Forma de Integralização.* As Debêntures Subordinadas serão integralizadas mediante aporte, pelo Município, dos Direitos de Crédito Autônomos de sua titularidade, e mediante a assinatura dos competentes boletins de subscrição, preparados na forma do Anexo 4.4.2 à presente Escritura.

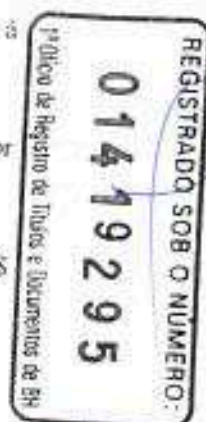
4.4.3. *Preço de Integralização.* As Debêntures Subordinadas serão integralizadas pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Atualização Monetária ("Preço de Integralização").

4.4.3.1. O Preço de Integralização total das Debêntures Subordinadas será de até R\$ 1.000.000,00 (um bilhão de reais), sem qualquer acréscimo.

4.5. Prazo e Data de Vencimento

4.5.1. O prazo das Debêntures Subordinadas será de até 9 (nove) anos contados da Data de Emissão, sendo que o vencimento final das Debêntures Subordinadas ocorrerá em 30 de janeiro de 2023 ("Data de Vencimento").

4.5.2. Na Data de Vencimento, a Emissora se obriga a realizar o pagamento integral das Debêntures Subordinadas que ainda estejam em circulação pelo saldo remanescente de seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Atualização Monetária (conforme definidos abaixo) devidos e, conforme o caso, dos demais encargos devidos e não pagos até a data de seu efetivo pagamento.



4.5.3. O pagamento referido na Cláusula 4.5.2 acima poderá ocorrer, a critério da Emissora, mediante a dação em pagamento de parte ou da totalidade do Saldo dos Direitos de Crédito Autônomos, calculado conforme Cláusula 4.7.2 abaixo.

4.6. Atualização Monetária

4.6.1. O Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures Subordinadas será atualizado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), a partir da Data de Emissão, calculada *pro rata temporis* por Dias Úteis até a liquidação integral das Debêntures Subordinadas ("Atualização Monetária"), sendo o produto da Atualização Monetária incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures automaticamente nos meses de janeiro de cada ano, a partir da Data de Emissão, de acordo com a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

onde:

VNa = Valor Nominal Unitário atualizado calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento ("Valor Nominal Atualizado");

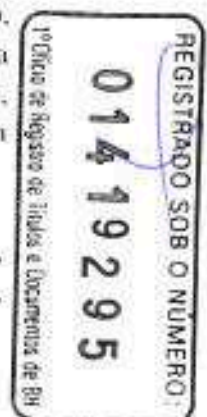
VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do valor nominal (valor nominal remanescente após amortização de principal, incorporação, atualização monetária a cada período, ou pagamento da atualização monetária, se houver) da Debênture Subordinada, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais dos índices utilizados, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{d_{k-1}}{360}} \right]$$

onde:

n = corresponde ao número total de índices do IPCA considerados na atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures Subordinadas, sendo "n" um número inteiro;



NI_k = Corresponde ao valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao respectivo mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures Subordinadas. Após a data de aniversário, valor do número-índice do IPCA do mês de atualização;

NI_{k-1} = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês "k";

dup = número de Dias Úteis entre a última data de aniversário das Debêntures Subordinadas e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do número-índice do IPCA, sendo "dup" um número inteiro;

dut = número de Dias Úteis contidos entre a última e a próxima data de aniversário das Debêntures Subordinadas, sendo "dut" um número inteiro;



4.6.2. A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à esta Escritura ou qualquer outra formalidade;

4.6.3. Considera-se data de aniversário o dia da data de vencimento ou o dia informado como referência para utilização do índice, em cada mês;

4.6.4. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivos das Debêntures Subordinadas;

4.6.5. O fator resultante da expressão $\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)$ é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

4.6.6. O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezois) casas decimais, sem arredondamento;

4.6.7. Os valores dos finais de semana ou feriados serão iguais ao valor do Dia Útil subsequente, apropriando o *pro rata* a partir do último Dia Útil anterior;

4.6.8. Caso no mês de atualização o número-índice não esteja disponível, será utilizada a última variação disponível do índice de preços em questão: $\left(\frac{NI_{k-1}}{NI_{k-2}} \right)$



4.7. Resgate Antecipado Facultativo Total

4.7.1. Desde que (i) as Debêntures com Garantia Real sejam integralmente amortizadas e/ou resgatadas, considerando o seu valor nominal unitário, acrescido da atualização monetária, remuneração e demais encargos previstos na Escritura das Debêntures com Garantia Real; e (ii) a Emissora encontre-se adimplente no cumprimento de todas as suas obrigações definidas na Escritura das Debêntures com Garantia Real, incluindo, mas sem limitação, às Obrigações Garantidas, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, promover o resgate antecipado da totalidade das Debêntures Subordinadas em circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures Subordinadas, sendo vedado o resgate antecipado parcial ("Resgate Antecipado"), observado o que se segue:

- a) a Emissora deverá publicar comunicação dirigida aos Debenturistas, e divulgada nos termos da Cláusula 4.13 desta Escritura ("Comunicação de Resgate") com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data do efetivo Resgate Antecipado, informando a data, o local de realização e o procedimento de resgate;
- b) o resgate antecipado será feito pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Atualização Monetária, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, até a data do efetivo resgate, acrescido de Prêmio, conforme o caso, calculado nos termos da Cláusula 4.7.3 abaixo;
- c) o Resgate Antecipado poderá ocorrer, a critério da Emissora, mediante a dação em pagamento do Saldo dos Direitos de Crédito Autônomos, conforme calculado nas Cláusulas 4.7.2 e 4.7.3. abaixo; e
- d) os Debenturistas deverão dar quitação em relação ao Resgate Antecipado mediante o recebimento do Saldo dos Direitos de Crédito Autônomos.

4.7.2. Para fins do disposto nesta Escritura o "Saldo dos Direitos de Crédito Autônomos" corresponde ao valor da totalidade dos Direitos de Crédito Autônomos cedidos no âmbito do Contrato de Cessão Onerosa, menos o valor correspondente aos Direitos de Crédito Autônomos vencidos e pagos até a data do Resgate Antecipado, conforme fórmula abaixo:

$$SDCA = Vdca - Vdcap$$

Onde:

SDCA: Saldo dos Direitos de Crédito Autônomos

Vdca: Valor dos Direitos de Crédito Autônomos

Vdcap: Valor dos Direitos de Crédito Autônomos pagos



4.7.3. Para fins do disposto na alínea (b) da Cláusula 4.7.1 acima, o "Prêmio" corresponderá à diferença entre o Saldo dos Direitos de Crédito Autônomos e o saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Atualização Monetária, e deverá ser pago aos Debenturistas, desde que seja positivo o resultado da fórmula abaixo:

Prêmio: $SDCA - (VNU + AM)$

Onde:

SDCA: Saldo dos Direitos de Crédito Autônomos

VNU: saldo do Valor Nominal Unitário

AM: Atualização Monetária

4.7.4. Para fins do disposto nas Cláusulas 4.7.2. e 4.7.3. acima, a Emissora deverá encaminhar aos Debenturistas, na mesma data de publicação da Comunicação de Resgate, o relatório gerencial atualizado elaborado pela SMF, o qual deverá conter: (i) o valor da totalidade dos Direitos de Crédito Autônomos cedidos no âmbito do Contrato de Cessão Onerosa; e (ii) o valor correspondente aos Direitos de Crédito Autônomos vencidos e pagos até a data do Resgate Antecipado.



4.8. Amortização Extraordinária

4.8.1. Desde que a Emissora encontre-se adimplente no cumprimento de todas as suas obrigações definidas no Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão, sendo a 1ª (Primeira) Pública, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, da PBH ATIVOS S.A. ("Escritura das Debêntures com Garantia Real", "Debêntures com Garantia Real", respectivamente) a ser firmada pela Emissora, pelo Agente Fiduciário e, como intervenientes anuentes, a SMF e a PGM, incluindo, mas sem limitação às Obrigações Garantidas, conforme definidas no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receita e Outras Avenças da PBH Ativos S.A., firmado entre a Emissora, o Município e o Agente Fiduciário e, na qualidade de intervenientes anuentes, a PGM e a SMF ("Contrato de Cessão Fiduciária"), a Emissora poderá promover, a seu exclusivo critério, em critério de caixa, sempre no terceiro Dia Útil de cada mês subsequente ("Data de Amortização das Debêntures Subordinadas"), a amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures Subordinadas em circulação ("Amortização Extraordinária das Debêntures Subordinadas"), pelo valor correspondente a 95% (noventa e cinco por cento) da disponibilidade de caixa da Emissora depositadas na Conta de Livre Movimentação, que estejam desvinculadas e livres para transferência, no Dia Útil imediatamente anterior a cada Data de Amortização Extraordinária das Debêntures Subordinadas.



4.8.1.1 Não ocorrerá Amortização Extraordinária das Debêntures Subordinadas (i) se, por cálculo *pro forma*, a amortização do Valor Nominal Atualizado representar 10% ou menos do

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Preço de Integralização; ou (ii) se os recursos disponíveis na Conta Livre de Movimentação forem oriundos de pré-pagamento dos Direitos de Crédito Autônomos.

4.8.1.2 O percentual de amortização do saldo do Valor Nominal Unitário será apurado pela Emissora, no 2º (segundo) Dia Útil de cada mês a partir das informações fornecidas pelo Banco Centralizador relativas ao saldo da Conta de Livre Movimentação apurado no 1º (primeiro) Dia Útil de cada mês.

4.8.1.3 A Amortização Extraordinária das Debêntures Subordinadas somente ocorrerá se efetivamente houver disponibilidades de caixa da Emissora depositadas na Conta de Livre Movimentação no Dia Útil imediatamente anterior a cada Data de Amortização Extraordinária das Debêntures Subordinadas, além das demais condições previstas nesta Escritura.

4.8.2. Os procedimentos referentes à Amortização Extraordinária das Debêntures Subordinadas deverão ser automática e imediatamente interrompidos, sob pena de responsabilização da Emissora pelos prejuízos que vierem a causar aos titulares das Debêntures com Garantia Real, na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Inadimplemento, conforme definido na Escritura das Debêntures com Garantia Real. Nesta hipótese, o Agente Fiduciário, irá interromper imediatamente todos os procedimentos de transferência de valores da Conta de Recebimento para a Conta de Livre Movimentação, conforme definidos na Escritura das Debêntures com Garantia Real, interrompendo, assim, por consequência, a Amortização Extraordinária das Debêntures Subordinadas.

4.8.3. Caso (i) tenha cessado a ocorrência do Evento de Avaliação, (ii) os detentores das Debêntures com Garantia Real, reunidos em assembleia geral, deliberem que o Evento de Avaliação não constitui um Evento de Inadimplemento, ou (iii) não seja alcançado quórum suficiente para a realização da assembleia geral para que os titulares das Debêntures com Garantia Real deliberem sobre a constituição, ou não constituição, conforme o caso, do Evento de Avaliação em Evento de Inadimplemento, na forma prevista na Escritura das Debêntures com Garantia Real, o Agente Fiduciário retomará imediatamente todos os procedimentos de transferência de valores para a Conta de Livre Movimentação e a Emissora poderá reiniciar os procedimentos de Amortização Extraordinária das Debêntures Subordinadas, desde que estejam atendidas as demais condições previstas nesta Escritura.

4.8.4. Além das amortizações extraordinárias acima previstas, a Emissora fará uma amortização programada extraordinária por 90% (noventa por cento) do valor líquido dos recursos recebidos em decorrência da integralização das Debêntures com Garantia Real de Debêntures ("Amortização Programada Extraordinária"). A Amortização Programada Extraordinária deverá ser realizada até o 5º (quinto) Dia Útil contado da Data de Liquidação das Debêntures com Garantia Real e deverá respeitar todas as condições previstas nesta Escritura.

4.9. Repactuação



4.9.1. As Debêntures Subordinadas não serão objeto de repactuação programada.

4.10. Vencimento Antecipado

4.10.1. Os Debenturistas poderão exigir o pagamento pela Emissora do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures Subordinadas com os acréscimos referidos na Cláusula 4.10.2 abaixo, desde que a Debênture com Garantia Real tenha sido objeto de amortização ou resgate total, nas seguintes hipóteses (cada qual, um "Evento de Vencimento Antecipado das Debêntures Subordinadas"):

- a) decretação de falência da Emissora;
- b) pedido de autofalência pela Emissora;
- c) pedido de falência da Emissora formulado por terceiros e não elidido no prazo legal;
- d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora, ou eventos análogos, tais como, intervenção e/ou liquidação extrajudicial, independentemente do respectivo deferimento do pedido; ou
- e) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora.

4.10.2. Observadas as condições dispostas na Cláusula 4.10.1 acima, mediante a ocorrência de um Evento de Vencimento Antecipado das Debêntures Subordinadas, os Debenturistas poderão determinar o vencimento antecipado das Debêntures Subordinadas e exigir o imediato pagamento (i) do Valor Nominal Unitário das Debêntures Subordinadas, acrescido da Atualização Monetária calculada *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão até a data do efetivo pagamento antecipado, e (ii) de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, os quais deverão ser pagos em até 3 (três) Dias Úteis contados do recebimento, pela Emissora, de comunicação por escrito a ser enviada pelos Debenturistas à Emissora por meio de carta protocolizada.

4.10.3. O pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures Subordinadas acrescido da Atualização Monetária e dos encargos mencionados na Cláusula 4.10.2 acima poderá ocorrer, a critério da Emissora, mediante a dação em pagamento do Saldo dos Direitos de Crédito Autônomos, calculado conforme Cláusula 4.7.2 acima.

4.11. Forma de Pagamento dos Valores Devidos aos Debenturistas

4.11.1. Os pagamentos a que fizerem jus os titulares das Debêntures Subordinadas e quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura serão efetuados



pela Emissora por meio de crédito na conta corrente de titularidade do Debenturista indicada, por escrito, à Emissora, em até 5 (cinco) Dias Úteis anteriores à realização de tais pagamentos.

4.11.2. Após a amortização e/ou resgate integral das Debêntures com Garantia Real e desde que Emissora encontre-se adimplente no cumprimento de todas as suas obrigações definidas na Escritura das Debêntures com Garantia Real, incluindo, mas sem limitação às Obrigações Garantidas, a Emissora, a seu exclusivo critério, poderá resgatar as Debêntures Subordinadas mediante a dação em pagamento do Saldo dos Direitos de Crédito Autônomos, nos termos da Cláusula 4.7 acima.

4.12. Prorrogação dos Prazos

4.12.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro Dia Útil subsequente se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.

4.13. Publicidade

4.13.1. Todos os atos e decisões que vierem, de qualquer forma, a envolver os interesses dos Debenturistas serão obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, no DOEMG e em jornal de grande circulação utilizado para as publicações legais da Emissora (sendo que na data de assinatura desta Escritura, o jornal utilizado é o Diário do Comércio), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

4.13.2. A alteração no jornal de grande circulação indicado na Cláusula 4.13.1 acima, não importará em aditamento à presente Escritura e deverá ser informada mediante publicação nos jornais atualmente utilizados pela Emissora.

4.14. Imunidade dos Debenturistas

4.14.1. Caso qualquer titular de Debêntures Subordinadas goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar à Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures Subordinadas, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.15. Aquisição Facultativa

4.15.1. As Debêntures Subordinadas não serão objeto de aquisição facultativa pela Emissora.



CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. Sem prejuízo das demais obrigações previstas neste instrumento, a Emissora está adicionalmente obrigada a:

- (i) preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM, publicando-as na forma da Lei das Sociedades por Ações;
- (ii) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria por auditor independente registrado na CVM;
- (iii) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer de auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (iv) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (v) convocar Assembleias Gerais de Debenturistas, conforme definido abaixo, para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão Privada; e
- (vi) cumprir todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição, instância ou esfera na qual realize negócios ou possua ativos.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSEMBLEIA GERAL DOS DEBENTURISTAS

6.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, realizar assembleia geral ("Assembleia Geral de Debenturistas"), de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberar sobre matérias de seu interesse, incluindo, mas não se limitando, ao exercício de direitos comuns sob esta Escritura.

6.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pela Emissora ou pelos Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures Subordinadas em circulação.

6.3. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao titular de Debêntures Subordinadas eleito pelos demais Debenturistas presentes.



6.4. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas, em primeira convocação, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

6.4.1. A Assembleia Geral de Debenturistas, em segunda convocação, somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

6.5. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

6.6. Cada Debênture em Circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura de Emissão, serão tomadas por Debenturistas representando, no mínimo, mais de 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação, sendo admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não.

6.6.1. Quaisquer alterações (i) no prazo de vigência das Debêntures Subordinadas; (ii) na Atualização Monetária; ou (iii) no quórum de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas, deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

6.7. Para os efeitos desta Escritura, serão consideradas como Debêntures em Circulação aquelas Debêntures Subordinadas emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido canceladas, resgatadas e/ou liquidadas, excluídas do número de tais Debêntures Subordinadas aquelas que a Emissora possuir em tesouraria ("Debêntures em Circulação").

6.8. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, que deverá ser convocada formalmente, por meio de notificação à Emissora, nos termos da Cláusula 7.1 desta Escritura, exceto nas hipóteses em que a convocação da Assembleia Geral de Debenturistas for realizada pela própria Emissora.

6.9. A fim de otimizar a execução do objeto desta Escritura, a Emissora poderá, a qualquer tempo, solicitar a modificação de quaisquer de suas obrigações de caráter estritamente operacional previstas nesta Escritura (tais como a elaboração de relatórios, envio de documentação comprobatória etc.), podendo aditar a presente Escritura, conforme o caso, nos termos propostos pela Emissora, desde que mediante a aprovação prévia de tais modificações por parte de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

6.10. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.



CLÁUSULA SÉTIMA – DAS NOTIFICAÇÕES

7.1. Todos os documentos e as comunicações, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das Partes nos termos desta Escritura, deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

PBH ATIVOS S.A

Endereço: Avenida Afonso Pena, nº 774, 5º Andar, Centro

CEP: 30130-003 - Belo Horizonte, MG

Tel.: (31) 3277.9561

At: Sr. Edson Ronaldo Nascimento

Email: edson.ronaldo@pbh.gov.br

Para o Debenturista:

MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

Endereço: Rua Espírito Santo, 605, Centro, 5º andar

CEP 30.160.030 - Belo Horizonte, MG

Tel.: (31) 3277-4008

At: Secretário Municipal de Finanças, Sr. Marcelo Piancastelli de Siqueira

Email: marcelo.piancastelli@pbh.gov.br

Para a SMF:

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE BELO HORIZONTE

Rua Espírito Santo, nº 605, Bairro Centro, 5º andar

CEP 30.160.030 – Belo Horizonte, MG

Tel.: (31) 3277-4008

At: Secretário Municipal de Finanças, Sr. Marcelo Piancastelli de Siqueira

E-mail: marcelo.piancastelli@pbh.gov.br

Para a PGM:

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

Rua dos Timbiras, nº 628, Bairro Funcionários

CEP 30.140.060 – Belo Horizonte, MG

Tel.: (31) 3277-4075



At.: Procurador Geral do Município, Sr. Rúsvel Beltrame Rocha
E-mail: rúsvelb@pbh.gov.br

7.2. As comunicações referentes a esta Escritura serão consideradas entregues: (i) no momento da entrega, se entregues pessoalmente; (ii) no momento em que recebidas, se enviadas por correio, com Aviso de Recebimento (AR); e (iii) se por e-mail, após confirmação da transmissão feita por notificação de recebimento.

CLÁUSULA OITAVA – DECLARAÇÕES

8.1. A Emissora declara e garante, nesta data, que:

- (a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
- (b) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem seu Estatuto Social, disposição legal, contrato ou instrumento dos quais seja parte, ou qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que lhe são aplicáveis; e não resultarão em vencimento antecipado de obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos, ou na criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora;
- (c) nenhum registro perante a, consentimento por, autorização por, aprovação por, licença ou ordem de qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures Subordinadas, ou para a realização da Emissão Privada, exceto por aqueles mencionados nesta Escritura;
- (d) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos, agências, comissões e demais autoridades governamentais aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por descumprimentos que não possam lhe causar um efeito adverso relevante;
- (e) pelo conhecimento da Emissora, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação relevante, capaz de prejudicar o normal desenvolvimento das atividades da Emissora, pendente ou iminente envolvendo a Emissora perante qualquer tribunal, órgão, agência, comissão ou outra autoridade governamental;
- (f) a Emissora está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura, a emitir as Debêntures Subordinadas e a cumprir suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto.



(g) esta Escritura constitui obrigação legal, válida, vinculante da Emissora, exequível de acordo com seus termos e condições; e

(h) seus representantes legais que assinam a Escritura têm poderes estatutários ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor.

8.1.1. A Emissora obriga-se a informar imediatamente ao Debenturista e ao Coordenador Líder, no endereço constante da Escritura das Debêntures com Garantia Real, caso qualquer das declarações acima prestadas deixe de ser verdadeira.

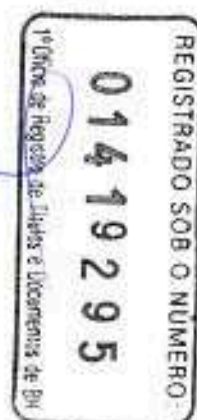
CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio pelas Partes em razão de qualquer inadimplemento das obrigações pela Parte inadimplente, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

9.2. Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

9.3. Esta Escritura constitui título executivo extrajudicial nos termos artigo 585, incisos I e II, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 ("Código de Processo Civil"), respectivamente. As Partes reconhecem desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis e de outros direitos das Partes sob esta Escritura, outros documentos firmados pelas Partes e/ou a legislação aplicável, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 461, 461-A, 466-A, 466-B e 466-C do Código de Processo Civil e demais legislação aplicável.

9.4. Todas e quaisquer despesas incorridas com a Emissão Privada ou com a execução de valores devidos nos termos desta Escritura, incluindo publicações, inscrições, registros e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures Subordinadas, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora, excetuadas as despesas de responsabilidade do Banco BTG Pactual S.A. previstas no Contrato de Prestação de Serviços de assessoria financeira para a estruturação, emissão e distribuição pública de valores mobiliários celebrado entre a PBH ATIVOS e o Banco BTG Pactual S.A. (Processo nº. 01.009.558.13.48.).



9.5. Os termos utilizados nesta Escritura, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam diversamente definidos na Escritura, terão os significados que lhes são atribuídos no Contrato de Cessão Onerosa ou na Escritura das Debêntures com Garantia Real.

CLÁUSULA DÉCIMA- LEI APLICÁVEL E FORO

10.1. Esta Escritura será regida por, e interpretada de acordo com, as leis da República Federativa do Brasil. As Partes elegem o foro da comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para dirimir quaisquer controvérsias relativas a esta Escritura.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam as Partes a presente Escritura, em 5 (cinco) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Belo Horizonte, 10 de janeiro de 2014.



ANEXO H
MINUTA DA ESCRITURA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES
COM GARANTIA REAL

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO,
SENDO A 1ª (PRIMEIRA) PÚBLICA, DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE
ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE
COLOCAÇÃO, DA PBH ATIVOS S.A.

ENTRE

PBH ATIVOS S.A.
(Emissora)

E

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
(Agente Fiduciário)

E, NA QUALIDADE DE INTERVENIENTES ANUENTES,

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE BELO HORIZONTE

E

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

[•] DE [•] DE 2014



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO, SENDO A 1ª (PRIMEIRA) PÚBLICA, DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA PBH ATIVOS S.A.

São partes neste *"Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão, sendo a 1ª (Primeira) Pública, de Debêntures Simples, Com Garantia Real, Em Série Única, Para Distribuição Pública, Com Esforços Restritos de Colocação, da PBH ATIVOS S.A. ("Escritura")*:

- I. como emissora e ofertante das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real representada por cessão fiduciária de direitos creditórios, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (*"Instrução CVM 476"*), objeto desta Escritura (*"Debêntures"*):

PBH ATIVOS S.A., sociedade de economia mista, sem registro de companhia aberta perante a CVM, estabelecida na Avenida Afonso Pena, nº 774, Bairro Centro, CEP 30.130-003 – Belo Horizonte, MG, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 13.593.766/0001-79, neste ato representada por seu Diretor Presidente Sr. Edson Ronaldo Nascimento, brasileiro, casado, economista, portador do RG nº. 8.020.876.481 (SSP/RS) e inscrito no CPF/MF sob o nº 362.453.050-04 (*"Emissora"* ou *"PBH ATIVOS"*);

- II. como agente fiduciário, nomeado, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e posteriores alterações (*"Lei das Sociedades por Ações"*), nesta Escritura, e nela interveniente, representando a comunhão dos titulares das Debêntures (*"Debenturistas"*):

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4200, sala 514, bloco 04, Bairro Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social (*"Agente Fiduciário"*):

E, ainda, como intervenientes anuentes:

- III. **SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE BELO HORIZONTE**, estabelecida na Rua Espírito Santo, nº 605, 5º andar, Centro, CEP 30.160-030, Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Finanças, Sr. Marcelo Piancastelli de Siqueira, brasileiro, divorciado, economista, portador do RG nº. 0976099 – MG e inscrito no CPF/MF sob o nº 125.350.606-04 (*"SMF"*); e



IV. **PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE**, estabelecida na Rua dos Timbiras, nº 628, Funcionários, CEP 30.140.060, município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, neste ato representada pelo Procurador-Geral do Município, Dr. Rúsvel Beltrame Rocha, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/MG sob o nº. 65805 e no CPF/MF sob o nº 782.347.276-72 ("PGM" e, quando em conjunto com a SMF, a seguir referidos simplesmente como "Intervenientes Anuentes");

CONSIDERANDO QUE:

- (a) O Município de Belo Horizonte ("Município") instituiu um programa de parcelamento de certos créditos tributários ou não tributários vencidos ao qual o contribuinte ou sujeito passivo de tais débitos ("Contribuinte") poderia aderir, por meio de procedimentos administrativos ou judiciais de parcelamento ("Procedimentos Administrativos ou Judiciais" e "Parcelamentos", respectivamente);
- (b) o Município foi autorizado, por força da Lei Municipal nº 10.003 de 25 de novembro de 2010 ("Lei Municipal 10.003/10") e da Lei Municipal 7.932 de 30 de dezembro de 1999, conforme alterada ("Lei Municipal 7.932/99"), a ceder à PBH ATIVOS, a título oneroso, direitos de crédito autônomos para recebimento do fluxo de pagamentos decorrente dos créditos tributários ou não tributários vencidos e parcelados pelo Contribuinte através dos Parcelamentos, que se encontram ou não inscritos na dívida ativa do Município ("Direitos de Crédito Autônomos" e "Créditos Tributários ou Não Tributários", respectivamente);
- (c) O Município cedeu à Emissora os Direitos de Crédito Autônomos, de maneira a formar um conjunto de recebíveis determinado, identificados (i) por código fornecido pelo Município, por meio do qual seja identificado cada parcelamento ("Código Criptografado") e, também, (ii) devidamente relacionados e identificados em CD-ROM, devidamente numerado, identificado e sem possibilidade de editoração, entregue ao Banco BTG Pactual S.A. ("Custodiante"), sob dever de sigilo, que irá guardá-lo na qualidade de fiel depositário, conforme termos e condições estabelecidos no Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças, firmado entre o Município, a Emissora, o Custodiante e o Agente Fiduciário com a interveniência da SMF, da PGM e da Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte S/A – PRODABEL ("PRODABEL"), celebrado em 10 de janeiro de 2014 ("Contrato de Cessão Onerosa");
- (d) As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476 mediante coordenação do Banco BTG Pactual S.A., instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários ("BTG Pactual" ou "Coordenador Líder"), nos termos do Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição da Segunda Emissão, Sendo a Primeira Pública, de Debêntures



Simple, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da PBH ATIVOS S.A, celebrado em [•] entre a Emissora e o Coordenador Líder, tendo a SMF e a PGM como intervenientes anuentes ("Contrato de Distribuição");

(e) Os recursos decorrentes dos recebimentos dos Direitos de Crédito Autônomos e os demais Créditos Cedidos Fiduciariamente (conforme definido abaixo) serão depositados e transitarão pelas Contas Vinculadas, nos termos do Contrato de Cessão Onerosa, bem como do Contrato de Custódia de Recursos Financeiros e de Administração de Contas Vinculadas, celebrado em [•], entre a Emissora, o Município, o Agente Fiduciário e o Banco do Brasil S.A. ("Banco Centralizador"), e na qualidade de intervenientes anuentes, a PGM, a SMF e a PRODABEL ("Contrato de Administração de Contas"), sendo que os Créditos Cedidos Fiduciariamente (conforme definido na Cláusula 6.24.1 abaixo) serão cedidos fiduciariamente como garantia real ao cumprimento de todas as obrigações relativas às Debêntures, na forma prevista na Cláusula 6.24 abaixo;

(f) A constituição da cessão fiduciária anteriormente mencionada será formalizada por meio da assinatura do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receita e Outras Avenças da PBH ATIVOS S.A., a ser celebrado nesta data entre a Emissora e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos titulares das Debêntures ("Debenturistas"), tendo a SMF e a PGM como intervenientes anuentes ("Contrato de Cessão Fiduciária" e, em conjunto com o Contrato de Administração de Contas, os "Contratos de Garantia"); e

(g) Foram emitidas em [•], pela Emissora, debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, de forma privada, as quais foram totalmente subscritas pelo Município, e integralizadas mediante a cessão dos Direitos de Crédito Autônomos ("Debêntures Subordinadas");

(h) Os recursos obtidos com a Emissão das Debêntures serão parcialmente utilizados para amortização das Debêntures Subordinadas, nos termos da Cláusula 4.1 abaixo;

ISTO POSTO, vem as partes por esta e na melhor forma do direito firmar a presente Escritura, contendo as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I **DAS AUTORIZAÇÕES**

1.1. A Escritura é firmada com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada 12 de dezembro de 2013 ("AGE"), nas deliberações da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 12 de dezembro de 2013 ("RCA"), e nas deliberações da Reunião do Conselho Fiscal da Emissora realizada em 12 de dezembro de 2013 ("RCF"), nas quais foram (i) deliberadas e aprovadas a Emissão (conforme definido abaixo), bem como seus termos e condições; (ii) deliberadas e aprovadas a constituição da cessão

60/163



[Handwritten signatures and initials]

[Handwritten signature]

fiduciária sobre os Créditos Cedidos Fiduciariamente; e (iii) no caso da AGE, deliberada e aprovada a autorização à Diretoria da Emissora para (a) efetivar a emissão das Debêntures ("Emissão") para distribuição pública com esforços restritos de colocação; (b) contratar o Coordenador Líder para proceder à colocação pública das Debêntures junto ao mercado; e (c) formalizar os documentos necessários, incluindo, mas não se limitando, aos contratos aplicáveis para efetivação da Emissão, em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações" ou "LSA").

CLÁUSULA II **DOS REQUISITOS**

A Emissão das Debêntures e a oferta pública de distribuição das Debêntures com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476 ("Oferta"), serão realizadas com a observância dos seguintes requisitos:

2.1. Arquivamento e Publicação das Deliberações Societárias

2.1.1 A ata da AGE foi devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG") em 26 de dezembro de 2013 e publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais ("DOEMG") da edição do dia 08 de janeiro de 2014, e no jornal Diário do Comércio ("Diário do Comércio" e, em conjunto com o DOEMG, os "Jornais de Publicação") da edição do dia 08 de janeiro de 2014, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2. A ata da RCA foi devidamente registrada na JUCEMG em 26 de dezembro de 2013 e publicada no DOEMG da edição do dia 08 de janeiro de 2014, e no Diário do Comércio da edição do dia 08 de janeiro de 2014, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.3. Os atos societários relacionados à Emissão e à realização da Oferta que, eventualmente, venham a ser praticados após o registro da presente Escritura também serão, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, protocolados para registro na JUCEMG em até 3 (três) Dias Úteis contados da data de sua assinatura e devidamente publicados nos Jornais de Publicação conforme previsto nesta Escritura.

2.2 Registro da Escritura e dos Contratos de Garantia

2.2.1. A Escritura, devidamente firmada pela Emissora, pelo Agente Fiduciário e pelos Intervenientes Anuentes, seus anexos e respectivos aditamentos serão registrados na JUCEMG. Para este fim, fica a Emissora obrigada a:

(i) efetuar o protocolo da Escritura para registro na JUCEMG no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data de sua assinatura, encaminhando ao Agente Fiduciário a evidência de protocolo ao final de tal prazo; e



(ii) entregar ao Agente Fiduciário uma via original desta Escritura, devidamente registrada perante a JUCEMG, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data de seu efetivo registro.

2.2.2. Os Contratos de Garantia e seus eventuais aditamentos serão registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e, no caso do Contrato de Administração de Contas, também no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Brasília, Distrito Federal ("Cartórios de Registro de Títulos e Documentos"), na forma prevista nos artigos 129 e 130 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973 ("Lei de Registros Públicos") e conforme especificado em cada um dos Contratos de Garantia. Para este fim, fica a Emissora obrigada a:

(i) efetuar o protocolo de cada um dos Contratos de Garantia para registro nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, conforme aplicável, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contado de sua respectiva assinatura, encaminhando ao Agente Fiduciário a evidência de cada protocolo ao final de tal prazo; e

(ii) entregar ao Agente Fiduciário uma cópia de cada Contrato de Garantia com evidência de registro em cada um dos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, conforme aplicável, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados de cada registro. A garantia real em questão somente se encontrará formalizada e constituída em favor dos Debenturistas após o devido arquivamento dos Contratos de Garantia nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos acima mencionados.

2.3. Registro na CVM e na ANBIMA

2.3.1. Dispensa automática do registro na CVM e na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais ("ANBIMA")

2.3.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº. 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, ressalvado o envio de comunicação de encerramento da oferta pública à CVM, nos termos do Artigo 8º da Instrução CVM 476.

2.3.1.2. A Oferta não será registrada na ANBIMA por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação, estando, portanto, automaticamente dispensada de registro, nos termos do artigo 25, §1º do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

2.4. Registro e Negociação em Sistema de Liquidação e Custódia



2.4.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário, respectivamente, por meio do DDA – Sistema de Distribuição de Ativos (“DDA”), administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”), sendo a distribuição liquidada por meio da BM&FBOVESPA. A negociação no mercado secundário será feita por meio do Sistema Soma Fix (“SOMAFIX”), administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA.

2.5. Parecer Favorável da PGM

2.5.1. A PGM deverá ter emitido parecer favorável às operações contempladas no Contrato de Cessão Operosa, especialmente e sem limitação à cessão dos Direitos de Crédito Autônomos, em termos satisfatórios ao Coordenador Lider.

2.6. Abertura e operacionalidade das Contas Vinculadas

2.6.1. As Contas Vinculadas (conforme definido abaixo) deverão estar abertas e em pleno funcionamento, conforme disposto nesta Escritura e no Contrato de Administração de Contas.

CLÁUSULA III OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

3.1. A Emissora tem por objeto social: a) titular, administrar e explorar economicamente ativos municipais; b) auxiliar o Tesouro municipal na captação de recursos financeiros, podendo, para tanto, colocar no mercado obrigações de emissão própria, receber, adquirir, alienar e dar em garantia ativos, créditos, títulos e valores mobiliários da companhia; c) estruturar e implementar operações que visem à obtenção de recursos junto ao mercado de capitais; d) auxiliar o Município na realização de investimentos em infraestrutura e nos serviços públicos municipais em geral; e) conservar, manter, reformar ou ampliar seus bens, em especial aqueles recebidos do Município em aporte de capital e aqueles locados para uso da Administração Municipal; f) auxiliar o Município em projetos de concessão ou de parceria público-privada, podendo, para tanto, dar garantias ou assumir obrigações; g) licitar ou realizar obras mediante celebração de convênio ou contrato com órgãos ou entidades da Administração Direta ou Indireta do Município; h) auxiliar, gerenciar ou realizar obras licitadas por outros órgãos ou entidades da administração direta e indireta do Município, nas quais, sempre que possível, venha a ter ganho econômico; i) custear obras licitadas por outros órgãos ou entidades da Administração Direta e Indireta do Município; j) participar de outras sociedades cujo objetivo social seja compatível com suas finalidades; l) captar recursos ou estruturar operações que possibilitem a quitação, o refinanciamento, a redução do montante ou a diminuição dos encargos da dívida pública do Município; m) realizar quaisquer atividades que sirvam de instrumento para a conquista dos objetivos enunciados nos incisos anteriores.



CLÁUSULA IV
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

4.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Emissão das Debêntures, depositados na Conta de Livre Movimentação, serão utilizados em 90% (noventa por cento) para a amortização programada extraordinária das Debêntures Subordinadas. O saldo será destinado pela Emissora para o cumprimento de obrigações corporativas diversas.

CLÁUSULA V
DAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

5.1. *Colocação.* As Debêntures serão objeto de oferta pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme de colocação prestada pelo Coordenador Líder, nos termos do Contrato de Distribuição, com intermediação do Coordenador Líder, tendo como público alvo investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 e do artigo 109 da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Investidores Qualificados").

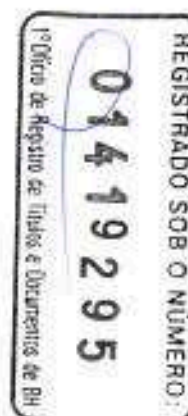
5.1.1. O Coordenador Líder será responsável pela estruturação e coordenação da Oferta, e o plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 ("Plano de Distribuição"). Com o acompanhamento da Emissora, o Coordenador Líder realizará a coleta de intenção de investidores junto a Investidores Qualificados para verificação da demanda pelas Debêntures, em observância às disposições de ofertas públicas com esforços restritos de colocação da Instrução CVM 476 ("Procedimento de Bookbuilding").

5.1.2. Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar até, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição das Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, nos termos da Instrução CVM 476.

5.2. *Prazo e Forma de Subscrição.* A subscrição das Debêntures está condicionada à verificação, pelo Coordenador Líder, do integral cumprimento dos requisitos constantes da Cláusula II acima e daqueles previstos no Contrato de Distribuição.

5.2.1. As Debêntures serão subscritas à vista, em moeda corrente nacional, a qualquer tempo, observado o disposto no artigo 8º, §2º, da Instrução CVM 476.

5.2.2. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando, dentre outros, estar cientes de que (i) a Oferta não foi registrada perante a CVM e a ANBIMA; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura.



5.2.3. Não será concedido qualquer tipo de desconto aos interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta, bem como não existirá reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

5.2.4. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez, tampouco será celebrado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado, ainda, contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

5.3. *Preço de Integralização.* As Debêntures serão integralizadas em uma única data, no ato da subscrição, pelo seu Valor Nominal Unitário (conforme definido abaixo), acrescido da Remuneração e da Atualização Monetária (conforme definidos abaixo), calculadas *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data de integralização, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis da BM&FBOVESPA.

5.4. *Negociação.* As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do SOMAFIX. As Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados e depois de decorridos 90 (noventa) dias da data da respectiva subscrição ou aquisição, pelo Investidor Qualificado, observado o disposto nos artigos 13 e 15, e o cumprimento pela Emissora das obrigações definidas no artigo 17, todos da Instrução CVM 476.

5.5. *Dos Fatores de Risco*

Antes de tomar uma decisão de investimento nas Debêntures a serem ofertadas no âmbito da Oferta, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de sua situação financeira e objetivos de investimento, bem como com o auxílio de seus assessores legais, contábeis e financeiros, os fatores de risco descritos nesta seção, os quais não são exaustivos, sendo que outros eventos não descritos nesta Escritura poderão afetar os direitos, garantias e prerrogativas dos Debenturistas. Caso qualquer dos riscos e incertezas aqui descritos efetivamente ocorra, a situação financeira da Emissora e a amortização e o resgate das Debêntures poderão ser afetados de forma adversa. Consequentemente, o investidor poderá perder todo ou parte substancial de seu investimento nas Debêntures. Riscos adicionais não descritos nesta Escritura atualmente desconhecidos ou considerados irrelevantes pela Emissora também poderão prejudicar seu fluxo de caixa e impactar o pagamento das Debêntures pela Emissora. Os fatores de risco refletem a situação atual da Emissora.

Riscos Relacionados à Oferta

Possibilidade de Vencimento Antecipado

Esta Escritura estabelece hipóteses que ensejam o vencimento antecipado (automático ou não) das obrigações assumidas pela Emissora com relação às Debêntures. Não há garantias de que a



+



Emissora disporá de recursos suficientes para fazer face ao pagamento das Debêntures na hipótese de ocorrência de vencimento antecipado de suas obrigações, hipótese na qual a Emissora poderá sofrer um impacto negativo relevante em seu fluxo de caixa.

Eventual Rebaixamento na Classificação de Risco das Debêntures e Redução de sua Liquidez no Mercado Secundário

A classificação de risco atribuída à presente Emissão baseou-se na atual condição da Emissora. Não existe garantia de que a classificação de risco permanecerá inalterada durante a vigência das Debêntures. Caso a classificação de risco seja rebaixada, a Emissora poderá encontrar dificuldades em realizar outras emissões de títulos e valores mobiliários, assim como os Debenturistas poderão ter prejuízo caso optem pela venda das Debêntures no mercado secundário. Não há qualquer garantia de que a classificação de risco outorgada pela agência classificadora mantenha-se inalterada enquanto existirem Debêntures em Circulação.

Para se realizar uma classificação de risco, certos fatores relativos à Emissora são levados em consideração, tais como sua condição financeira, administração e desempenho. São analisadas, também, características das próprias emissões e dos valores mobiliários, assim como as obrigações assumidas pela Emissora e os fatores político-econômicos que podem afetar a condição financeira da Emissora. Dessa forma, as avaliações representam uma opinião quanto às condições da Emissora de honrar seus compromissos financeiros, tais como pagamento do principal e juros no prazo estipulado. Um eventual rebaixamento em classificações de risco obtidas com relação à Oferta durante a vigência das Debêntures poderá afetar negativamente o preço das Debêntures e sua negociação no mercado secundário.

Adicionalmente, alguns dos principais investidores que adquirem valores mobiliários por meio de ofertas públicas no Brasil estão sujeitos a regulamentações específicas que condicionam seus investimentos em valores mobiliários a determinadas classificações de risco. Assim, o rebaixamento de classificações de risco das Debêntures pode obrigar esses investidores a alienar seus valores mobiliários no mercado secundário, o que poderá impactar negativamente o valor das Debêntures.

Baixa Liquidez do Mercado Secundário Brasileiro de Debêntures

A Oferta será destinada exclusivamente a Investidores Qualificados e, não obstante a Oferta ser apresentada a, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, as Debêntures somente poderão ser subscritas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, conforme disposto no artigo 3º da Instrução CVM nº 476/09, o que poderá prejudicar sua liquidez no mercado secundário.

Adicionalmente, o mercado secundário existente no Brasil para negociação das Debêntures a serem emitidas no âmbito da Oferta apresenta historicamente baixa liquidez.



Ademais, as Debêntures somente poderão ser negociadas pelos subscritores depois de decorridos 90 (noventa) dias da respectiva subscrição e entre Investidores Qualificados, nos termos do artigo 13 da Instrução CVM nº 476/09. Não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação desses valores mobiliários que possibilite aos subscritores desses títulos sua alienação caso estes assim decidam. Dessa forma, os titulares de Debêntures emitidas no âmbito da Oferta podem ter dificuldade em alienar as Debêntures no mercado secundário.

Vencimento Antecipado das Debêntures na Hipótese de Impossibilidade de Substituição do IPCA

As Debêntures poderão ser objeto de vencimento antecipado em caso de impossibilidade de substituição do IPCA, nos termos dos itens 6.13.10, 6.13.11 e 9.1 (x) (ii) desta Escritura, sem que a Emissora e os Debenturistas consigam determinar um índice substitutivo para as Debêntures. Os adquirentes das Debêntures poderão não obter o retorno financeiro esperado na aquisição das Debêntures em decorrência de tal evento de vencimento antecipado, não havendo qualquer garantia de que existirão, no momento do vencimento antecipado, outros ativos no mercado de risco e retorno semelhantes às Debêntures. Além disso, a atual legislação tributária referente ao imposto de renda determina alíquotas diferenciadas em decorrência do prazo de aplicação, o que poderá implicar em uma alíquota superior àquela aplicada caso as Debêntures fossem liquidadas apenas na data de seu vencimento.

Inexistência de Garantias de Terceiros

As Debêntures não contam com a garantia do Município, do Banco Centralizador, do Coordenador Líder, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC ou de qualquer outro mecanismo de seguro.

Riscos Relativos aos Direitos de Crédito Autônomo e ao Processo de Securitização

Mudança Legislativa

Os procedimentos que amparam a realização dos negócios jurídicos vinculados, direta e indiretamente, à Emissão das Debêntures encontram-se consubstanciados em legislação complementar federal e municipal. Eventuais alterações nos respectivos normativos poderão afetar, negativamente, a solvência dos Direitos de Crédito Autônomos de titularidade da Emissora. Tal evento poderá afetar a capacidade econômico-financeira da Emissora para honrar as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, nos termos e nas condições definidos nesta Escritura.

Ausência de Garantia de Pagamento ou de Cobertura na Cessão dos Direitos de Créditos Autônomos



A cessão, pelo Município à Emissora, dos Direitos de Créditos Autônomos, realizada nos termos da Lei Municipal 7.932/99 e do Contrato de Cessão Onerosa, foi realizada sem coobrigação, garantia de cumprimento ou direito de regresso contra o Município. O Município não responde pela solvência dos Contribuintes, nem assegura ou, por qualquer forma, se responsabiliza pela liquidação dos Direitos de Crédito Autônomos cedidos.

Competência de Cobrança

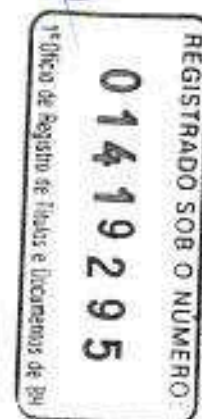
Nos termos da legislação vigente e da Lei Municipal 7.932/99, que autorizou a Cessão dos Direitos de Crédito Autônomos, a cobrança administrativa e judicial dos Direitos de Crédito Autônomos será de responsabilidade do Município, por meio da SMF e da PGM, no âmbito de suas respectivas competências. A Emissora não goza das garantias e privilégios da SMF e da PGM e, desta forma, não poderá cobrar diretamente os Direitos de Crédito Autônomos cedidos pelo Município. Além disso, os Contribuintes poderão questionar a legitimidade da Emissora para cobrar diretamente e em nome próprio os Direitos de Crédito Autônomos a esta cedidos pelo Município, caso esta venha a realizar qualquer procedimento neste sentido. Tal evento poderá afetar, negativamente, a solvência da Emissora e sua capacidade econômico-financeira para honrar suas obrigações pecuniárias relativas às Debêntures.

Ausência de Notificação aos Contribuintes

A cessão dos Direitos de Crédito Autônomos objeto do Contrato de Cessão Onerosa não foi objeto de notificação prévia aos Contribuintes contendo instruções para que estes efetuem o pagamento dos valores devidos diretamente à Emissora. Caso os procedimentos de recebimento e transferência de valores definidos no Contrato de Cessão Onerosa venham a ser interrompidos ou prejudicados, os Contribuintes não estarão obrigados a realizar qualquer pagamento com relação aos Direitos de Crédito Autônomos cedidos diretamente à Emissora.

Identificação dos Direitos de Crédito Autônomos por Código Criptografado

Os Direitos de Crédito Autônomos serão identificados em anexos específicos do Boletim de Subscrição e do Termo de Cessão dos Direitos de Crédito Autônomos, por Código Criptografado gerado pelo Município e vinculado a cada Parcelamento, de modo a manter o sigilo do nome dos Contribuintes. De acordo com o Contrato de Cessão Onerosa e do Contrato de Cessão Fiduciária a serem firmados previamente à subscrição e integralização das Debêntures, o Município entregará ao Custodiante, na qualidade de fiel depositário, sob dever de sigilo, CD-ROM, devidamente numerado e identificado, sem a possibilidade de editoração, contendo informações que permitam a individualização e identificação dos Direitos de Crédito Autônomos cedidos à Emissora e onerados em favor do Agente Fiduciário, atuando em nome dos Debenturistas. A Emissora e/ou o Agente Fiduciário somente poderão ter acesso às informações contidas no CD-ROM para fazer prova em juízo ou no curso de procedimento administrativo devidamente instaurado, quando isso for estritamente necessário à defesa dos



[Handwritten signatures and initials]



[Handwritten signature]

direitos, das garantias e das prerrogativas da Emissora e/ou dos titulares das Debêntures, ou, ainda, para atender requisição de autoridade competente que tenha instaurado procedimento administrativo ou ação judicial em face da Emissora ou do Agente Fiduciário. Neste caso, caberá ao Custodiante providenciar o depósito do CD-ROM perante a autoridade administrativa ou judicial encarregada da ação judicial e/ou procedimento administrativo, sem necessidade de consultar o Município. Caso a Emissora e/ou o Agente Fiduciário, por qualquer motivo, não tenham acesso às informações contidas no CD-ROM, tal fato poderá prejudicar a defesa, pela Emissora e pelos Debenturistas, por meio do Agente Fiduciário, de seus respectivos direitos, garantias e prerrogativas definidos nesta Escritura e nos demais Documentos da Operação.

A cessão dos Direitos de Créditos Autônomos e sua oneração em favor do Agente Fiduciário poderão ter a sua existência, validade e eficácia prejudicada, caso, por qualquer motivo, o respectivo interessado não possa ter acesso às informações contidas nos CD-ROM.

Eventos de Indenização

Observado o disposto no Contrato de Cessão Onerosa, o Município obriga-se a indenizar a Emissora, exclusivamente pelo valor que a Emissora deixou de receber por conta dos Direitos de Crédito Autônomos cedidos, caso ocorram quaisquer dos seguintes eventos: (i) a adoção de qualquer ato comissivo ou omissivo de que resulte a extinção total ou parcial dos Direitos de Crédito Autônomos, incluindo, mas não se limitando, a qualquer tipo de anistia, remissão de dívida, compensação, dação em pagamento ou qualquer outro ato ou negócio jurídico que possa, de qualquer forma, liquidar ou extinguir, no todo ou em parte, as dívidas dos Contribuintes consubstanciadas nos Créditos Tributários ou Não Tributários de cujo recebimento depende os Direitos de Crédito Autônomos; (ii) a implementação de qualquer parcelamento ou incentivo que seja, de qualquer forma, mais vantajoso ao Contribuinte do que o Parcelamento dos Créditos Tributários ou Não Tributários e que ocasione redução do valor do Direito de Crédito Autônomo e/ou aumente os prazos para seu pagamento, considerando-se os cálculos de projeção realizados pelo Agente Fiduciário; (iii) a alteração do atual programa de Parcelamento e que ocasione redução do valor do Direito de Crédito Autônomo e/ou aumente os prazos para o seu pagamento, considerando-se os cálculos de projeção realizados pelo Agente Fiduciário; ou (iv) a cessão de Direitos de Crédito Autônomos irregulares em violação ao disposto do artigo 295 da Lei nº 10.406/02 ("Eventos de Indenização"). A ocorrência de qualquer desses eventos afetará de forma negativa, no todo ou em parte, o fluxo de pagamento dos Direitos de Crédito Autônomos e, por consequência, o cumprimento das obrigações assumidas pela Cessionária perante os Debenturistas e contempladas na Escritura. Na ocorrência de um dos Eventos de Indenização ou quaisquer outros eventos similares que afetem o fluxo de recebimento dos Direitos de Crédito Autônomos, o Município deverá, no prazo de 30 (trinta) dias contado do recebimento da notificação enviada pelo Agente Fiduciário, pelo Coordenador da Oferta ou pela própria Emissora, o que ocorrer primeiro, indenizar a Emissora, mediante (i) a cessão de novos Direitos de Crédito Autônomos, ou (ii) a recompra dos Direitos de Crédito Autônomos afetados, por meio da cessão de novos Direitos de Crédito Autônomos; em qualquer hipótese objetivando

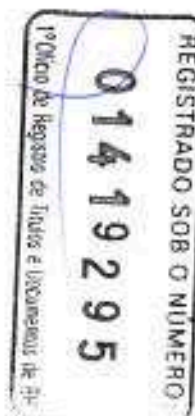


[Handwritten signature]



[Handwritten signature]

recompor o fluxo de pagamento dos Direitos de Crédito Autônomos como se não tivesse sido alterado por iniciativa do Município. Qualquer dos Eventos de Indenização acima previstos e/ou, sem limitação, o descumprimento pelo Município de sua obrigação de indenizar a Emissora, na forma prevista nos itens 11.1.1 e 11.1.2 do Contrato de Cessão Onerosa, poderá afetar, negativamente, a solvência da Emissora e sua capacidade econômico-financeira para honrar suas obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, observados os termos e as condições definidos nesta Escritura, bem como poderá ensejar a declaração do vencimento antecipado das Debêntures. Caso o Município deixe de recompor os Direitos de Crédito Autônomos à Emissora em razão da ocorrência de qualquer dos eventos acima referidos, seja pela impossibilidade de substituição ou recompra dos Direitos de Crédito Autônomos, os pagamentos serão feitos, após a tramitação dos competentes procedimentos legais e trânsito em julgado das respectivas decisões judiciais por meio da emissão de precatórios. Ademais, a necessidade de recorrer ao Poder Judiciário poderá afetar, negativamente, a capacidade da Emissora de honrar as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, nos termos e nas condições definidos nesta Escritura, sendo o prazo para a obtenção de uma decisão judicial, positiva ou negativa, incerto. Sem prejuízo do acima, o pagamento, pelo Município, em moeda corrente nacional, dos valores devidos à Emissora em razão da ocorrência de um Evento de Indenização e/ou em razão do descumprimento de qualquer outra obrigação específica assumida nos Documentos da Operação, poderá ser prejudicado caso se verifique a necessidade de existência de previsão orçamentária específica para a sua realização.



Inadimplência dos Devedores dos Direitos de Crédito Autônomos e Limite da Garantia

Na hipótese de ocorrer, por qualquer motivo, inclusive em função da deterioração do cenário macroeconômico no Brasil, aumento da inadimplência dos Direitos de Crédito Autônomos pelos Contribuintes, a capacidade econômico-financeira da Emissora para honrar suas obrigações pecuniárias relativas às Debêntures poderá ser comprometida. Ademais, os Direitos de Crédito Autônomos cedidos fiduciariamente em favor do Agente Fiduciário, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, poderão ser insuficientes para que a Emissora liquide tempestivamente as suas obrigações decorrentes das Debêntures.

Compensação de Tributos

Os Contribuintes podem efetuar o pagamento dos Direitos de Crédito Autônomos por meio dos procedimentos de compensação de tributos previstos na legislação aplicável. A solvência da Emissora poderá ser comprometida caso um volume significativo de Direitos de Crédito Autônomos de titularidade da Emissora sejam liquidados por meio dos procedimentos de compensação. Tal evento poderá comprometer a capacidade econômico-financeira da Emissora para honrar suas obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, observados os termos e as condições definidos nesta Escritura.

Créditos Tributários ou Não Tributários Inadimplidos

Handwritten signatures and stamps are present at the bottom of the page. A circular stamp from the 'Depto. Jurídico' is visible, along with the number '70/163'. There are also handwritten initials and a large 'X' mark.

O Parcelamento pode ser inadimplido pelos Contribuintes em hipóteses específicas previstas na legislação editada pelo Município de Belo Horizonte que regulamenta o programa de parcelamento. Neste caso, verificado o efetivo inadimplemento, haverá a recomposição do débito fiscal original, acrescido das multas originais e demais cominações. Nos termos do Contrato de Cessão Onerosa, os valores recebidos dos Contribuintes por conta de cada Crédito Tributário ou Não Tributário Inadimplido serão recebidos diretamente pelo Município para posterior repasse à Emissora através de depósito na Conta Centralizadora do Município, nos termos do Contrato de Cessão Onerosa. O descumprimento ou demora no cumprimento, pelo Município, de sua obrigação de repassar os recursos de titularidade da Emissora poderá afetar, negativamente, a solvência da Emissora e sua capacidade econômico-financeira para honrar suas obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, observados os termos e as condições definidos nesta Escritura, bem como poderá ensejar a declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

Adimplemento Contratual

A manutenção da boa ordem administrativa, legal e operacional dos mecanismos e procedimentos definidos nos Documentos da Operação por meio dos quais o Município cede Direitos de Créditos Autônomos à Emissora, e a Emissora emite as Debêntures Subordinadas e as Debêntures ("Processo de Securitização") encontra-se diretamente vinculada ao cumprimento, pelos signatários dos Documentos da Operação, de suas respectivas obrigações lá estabelecidas. Não há nenhuma garantia de que os signatários dos Documentos da Operação cumprirão com suas respectivas obrigações ou mesmo não contestarão, judicial ou administrativamente, a legalidade e/ou o caráter vinculativo das avenças contidas nos referidos instrumentos jurídicos. O descumprimento, pelos signatários dos Documentos da Operação, de suas respectivas obrigações, em conjunto ou separadamente, poderá afetar, negativamente, a solvência da Emissora e sua capacidade econômico-financeira para honrar suas obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, observados os termos e as condições definidos nesta Escritura, bem como poderá ensejar a declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

Exequibilidade Restrita por Força de Lei

A exequibilidade das Debêntures e/ou dos demais Documentos da Operação pode ser limitada por força de (i) disposições da legislação especial, incluindo a falimentar, que afete os direitos dos titulares das Debêntures; (ii) possível indisponibilidade de execução específica; tutela antecipada, procedimentos executivos ou outros recursos processuais assemelhados; e (iii) conceitos de onerosidade excessiva, desequilíbrio contratual, razoabilidade, função social do contrato e boa-fé.

Riscos Operacionais



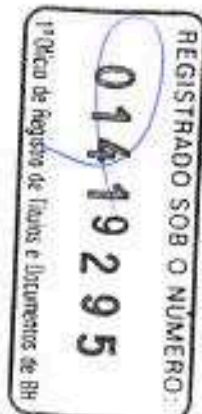
Há riscos operacionais relacionados ao desempenho pelo Município, pela SMF, pela PGM, pela PRODABEL, pelo Agente Fiduciário, por cada um dos Bancos Arrecadadores, pelo Banco Centralizador e seus agentes de suas respectivas atribuições previstas nos respectivos Documentos da Operação, os quais poderão ocasionar prejuízos para a Emissora e/ou afetar a boa ordem das rotinas e procedimentos sob sua responsabilidade. O não processamento e encaminhamento de determinadas informações poderá resultar na interrupção dos procedimentos de transferência de valores e do fluxo de informações relativos aos valores arrecadados por meio de procedimentos de cobrança judicial e administrativa. A ocorrência de qualquer dos eventos acima referidos pode afetar, negativamente, a solvência da Emissora e sua capacidade econômico-financeira para honrar as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, nos termos e nas condições definidos nesta Escritura.

Procedimentos de Arrecadação e Transferência dos Recursos Relacionados aos Direitos de Crédito Autônomos de Titularidade da Emissora

O Município, por intermédio da SMF, da PGM, do Banco Centralizador, da PRODABEL, e de cada uma das instituições financeiras listadas no ANEXO I à esta Escritura ou de outras que venham a atuar como arrecadadores de recursos do Município ("Bancos Arrecadadores"), é e será responsável pela manutenção dos serviços e rotinas necessários à gestão, à cobrança e ao recebimento dos Direitos de Crédito Autônomos cedidos à Emissora e pagos pelos Contribuintes. O Município, por intermédio da SMF e da PGM, obrigou-se, em caráter irrevogável e irretratável, perante a Emissora, a fazer com que os recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos sejam remetidos automaticamente e exclusivamente para a Conta Centralizadora do Município, para a Conta Centralizadora da Emissora ou para a Conta de Recebimento, conforme o caso, todas movimentáveis única e exclusivamente pelo Banco Centralizador, com autorização prévia do Agente Fiduciário, nos termos do Contrato de Administração de Contas. O Município e o Banco Centralizador obrigaram-se, em caráter irrevogável e irretratável, a segregar em seus sistemas de controle interno os Direitos de Crédito Autônomos, de forma que os referidos direitos sejam automaticamente identificados como cedidos em garantia em favor do Agente Fiduciário, agindo em favor dos Debenturistas.

Os recursos em trânsito decorrentes do pagamento dos Direitos de Crédito Autônomos, desde o seu recebimento pelos Bancos Arrecadadores, sua transferência para o Banco Centralizador e crédito na Conta Centralizadora do Município, na Conta Centralizadora da Emissora ou na Conta de Recebimento, conforme o caso, poderão ser objeto de constrição judicial ou evento equivalente. A ocorrência de qualquer dos eventos acima referidos pode afetar, negativamente, a solvência da Emissora e sua capacidade econômico-financeira para honrar as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, nos termos e nas condições definidos nesta Escritura.

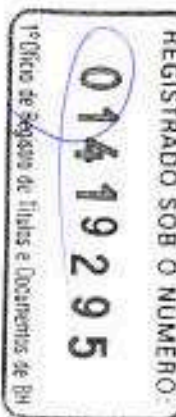
Posse dos valores de titularidade da Emissora pelos Bancos Arrecadadores e pelo Banco Centralizador



Na hipótese de decretação de intervenção, liquidação extrajudicial ou regime especial de administração temporária de qualquer dos Bancos Arrecadores ou do Banco Centralizador, os recursos de titularidade da Emissora que se encontrem, a qualquer título, na posse de quaisquer das instituições financeiras acima referidas ou lhes sejam transferidos, poderão sujeitar-se a bloqueios cuja liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela Emissora e/ou, conforme o caso, pelo Agente Fiduciário. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos, sendo que tal fato poderá prejudicar o fluxo financeiro esperado pelos titulares das Debêntures com relação ao recebimento dos valores que lhes são devidos pela Emissora.

Descumprimento de obrigações e necessidade de recorrer ao Poder Judiciário

Na hipótese de necessidade de a Emissora e/ou o Agente Fiduciário precisarem recorrer ao Poder Judiciário, para defesa de seus direitos decorrentes do Contrato de Cessão Onerosa, desta Escritura e/ou dos demais Documentos da Operação, incluindo, mas não se limitando, a hipótese de não cumprimento voluntário de obrigação de indenizar, podem ser identificados os seguintes riscos: (a) o processo judicial brasileiro é sabidamente moroso, não sendo possível estabelecer com precisão o resultado e o tempo de duração de um processo judicial; (b) o descumprimento de obrigação pela Emissora, ainda que seja causa de vencimento antecipado das Debêntures, não é causa de vencimento antecipado dos Direitos de Crédito Autônomos cedidos fiduciariamente ao Agente Fiduciário em benefício dos titulares das Debêntures; (c) o Agente Fiduciário não tem legitimidade para cobrar diretamente dos Contribuintes os Direitos de Créditos Autônomos; e (d) na execução de quantia certa contra o Município, caso o Município deixe de pagar qualquer valor devido à Emissora em razão da ocorrência, por exemplo, de um Evento de Indenização, os pagamentos são feitos mediante requisição de pagamento pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, na ordem de apresentação dos precatórios. A necessidade de recorrer ao Poder Judiciário poderá afetar, negativamente, a capacidade da Emissora de honrar as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, sendo que tal fato poderá prejudicar o fluxo financeiro esperado pelos titulares das Debêntures com relação ao recebimento dos valores que lhes são devidos pela Emissora.



[Handwritten signature]



73/163

Reforço de Garantia Limitado

A Emissora não se encontra obrigada a promover o reforço da Garantia, mesmo na hipótese de os Direitos de Crédito Autônomos ali onerados encontrarem-se inadimplentes, deixarem, por qualquer motivo, de ser exigíveis, serem objeto de Eventos de Indenização ou tornarem-se insuficientes, inábeis, impróprios ou imprestáveis ao fim a que se destinam, sem prejuízo da prerrogativa da Emissora em proceder voluntariamente ao reforço da Garantia. Adicionalmente, cabe-se ressaltar que o Município, nos termos do Contrato de Cessão Onerosa, transferirá para a Emissora o estoque total de Direitos Crédito Autônomos de sua titularidade e, consequentemente, não é possível prever qual o tempo necessário para que uma nova carteira de Direitos de Créditos Autônomos seja cedida à Emissora.

Possibilidade de Eventual Questionamento da Validade da Cessão dos Direitos de Crédito Autônomos à Emissora

O direito ao recebimento do fluxo financeiro oriundo dos Direitos de Crédito Autônomos cedidos à Emissora, nos termos do Contrato de Cessão Onerosa, poderá ser objeto de contestação judicial, extrajudicial ou administrativa, por parte dos respectivos Contribuintes e/ou quaisquer terceiros, o que, independentemente de alegação ou mérito, poderá eventualmente comprometer a liquidez e certeza do crédito tributário cujo fluxo financeiro decorrente dos Direitos de Crédito Autônomos tenha sido cedido. A validade da cessão dos Direitos de Crédito Autônomos pelo Município à Emissora poderá vir a ser questionada, administrativa ou judicialmente, por qualquer terceiro, inclusive por qualquer ente público ou pelo Município. A ocorrência de qualquer dos eventos acima referidos pode afetar, negativamente, a solvência da Emissora e sua capacidade econômico-financeira para honrar as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, nos termos e nas condições definidos nesta Escritura.

Concessão de dilações de prazo ou condições mais vantajosas para o pagamento dos Direitos de Crédito Autônomos pelo Município

O pagamento das Debêntures nos montantes e prazos previstos nesta Escritura poderá ser adversamente afetado caso o Município conceda aos Contribuintes dilações de prazo ou condições mais vantajosas para o pagamento de Direitos de Crédito Autônomos por esses devidos que resultem no alongamento do perfil de repagamento dos Direitos de Crédito Autônomos de titularidade da Emissora.

Para fins desta Escritura, o termo definido "Documentos da Operação" significa: (i) os Contratos da Emissão; (ii) os boletins de subscrição das Debêntures Subordinadas; (iii) o termo de cessão dos Direitos de Crédito Autônomos; (iv) os Contratos de Garantia; e (vi) a escritura de emissão das Debêntures Subordinadas.



CLÁUSULA VI
DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

- 6.1. *Número da Emissão.* As Debêntures representam a 2ª (segunda) emissão, sendo a 1ª (primeira) pública, de debêntures da Emissora.
- 6.2. *Valor Total da Emissão.* O valor total da Emissão será de R\$ [230.000.000,00 (duzentos e trinta milhões de reais)] na Data de Emissão (conforme definido abaixo).
- 6.3. *Quantidade.* Serão emitidas [2.300 (dois mil e trezentos)] Debêntures.
- 6.4. *Valor Nominal Unitário.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) na Data de Emissão, conforme definido abaixo ("Valor Nominal Unitário").
- 6.5. *Séries.* A Emissão será realizada em série única.
- 6.6. *Forma e Comprovação de Titularidade.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador (conforme definido na Cláusula 6.7 abaixo). Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na BMF&BOVESPA, esta expedirá extrato em nome do Debenturista, o qual servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.
- 6.7. *Escriturador Mandatário e Banco Liquidante.* A instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures é a **ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Escriturador"). A instituição prestadora de serviços de banco liquidante das Debêntures é a **ITAÚ UNIBANCO S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante").
- 6.8. *Convertibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.
- 6.9. *Espécie.* As Debêntures serão da espécie com garantia real, representada por cessão fiduciária dos Créditos Cediados Fiduciariamente, conforme definido abaixo.
- 6.10. *Data de Emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de Emissão das Debêntures será [•] de [•] de 2014 ("Data de Emissão").



6.11. *Prazo e Data de Vencimento.* Observado o disposto nesta Escritura, o prazo das Debêntures será de 84 (oitenta e quatro) meses, contados da Data de Emissão, qual seja, [•] de [•] de 201[•] ("Data de Vencimento").

6.11.1. *Data de Aniversário.* É o dia de cada mês que ocorrerá a amortização, conforme datas definidas no cronograma de amortização constante do Anexo II à presente Escritura (cada uma, "Data de Aniversário").

6.12. *Amortização.* Para fins do cálculo de amortização e seu pagamento, os percentuais de amortização indicados no cronograma de amortização definido no Anexo II desta Escritura incidirão sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures na Data de Emissão, em cada mês, e serão atualizados pela Atualização Monetária e pela Remuneração desde a Data de Emissão até a respectiva data de amortização. As fórmulas do cálculo da Atualização Monetária e da Remuneração estabelecidos nos itens 6.13 e 6.14 a seguir, também são aplicáveis para o cálculo da amortização, onde VNe será substituído pelo PVu e PVu será calculado como segue:

$$PVu = VNo \times P$$

PVu = Percentual do Valor Nominal Unitário na Data de Emissão;

VNo = Valor Nominal Unitário na Data de Emissão; e

P = Percentual definido no "Anexo II".

6.13. *Atualização Monetária.* O Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures será atualizado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), a partir da Data de Emissão das Debêntures, calculada *pro rata temporis* por Dias Úteis até o cálculo ou amortização das Debêntures ("Atualização Monetária"), sendo o produto da Atualização Monetária incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures automaticamente, de acordo com a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

onde:

VNa = Valor Nominal Unitário atualizado calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento ("Valor Nominal Atualizado");

VNe = valor nominal da emissão ou saldo do valor nominal (valor nominal remanescente após amortização de principal, incorporação, atualização monetária a cada período, ou pagamento da atualização monetária, se houver) da Debênture ou PVu conforme o caso informado/calculado com 8 (oito) casas



decimais, sem arredondamento;

- C = fator acumulado das variações mensais dos índices utilizados, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

onde:

- n = corresponde ao número total de índices do IPCA considerados na atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures, sendo n um número inteiro;
- NI_k = Corresponde ao valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao respectivo mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria Data de Aniversário das Debêntures. Após a Data de Aniversário, valor do número-índice do IPCA do mês de atualização;
- NI_{k-1} = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês "k";
- dup = número de Dias Úteis entre a última data de aniversário das Debêntures e a data de cálculo, e/ou amortização, sendo "dup" um número inteiro;
- dut = número de Dias Úteis contidos entre a última e a próxima data de aniversário das Debêntures, sendo "dut" um número inteiro.



6.13.1 A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à esta Escritura ou qualquer outra formalidade.

6.13.2. Considera-se data de aniversário o dia da data de vencimento ou o dia informado como referência para utilização do índice, em cada mês, conforme o "Anexo II".

6.13.3. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivos.

[Handwritten signatures and a circular stamp with text 'B1 G Pactual' and 'Data Aniversário' are visible at the bottom of the page.]

6.13.4. O fator resultante da expressão $\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)$ é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

6.13.5. O produtivo é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

6.13.6. Os valores dos finais de semana ou feriados serão iguais ao valor do Dia Útil subsequente, apropriando o *pro rata* a partir do último Dia Útil anterior.

6.13.7. Caso no mês de atualização o número-índice não esteja disponível, será utilizada a última variação disponível do índice de preços em questão: $\left(\frac{NI_{k+1}}{NI_{k+2}} \right)$

6.13.8. No caso de indisponibilidade temporária do IPCA quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, o último número-índice divulgado, calculado *pro rata temporis* por Dias Úteis, porém, não cabendo, quando da divulgação do número-índice devido, quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto dos Debenturistas.

6.13.9. Para as obrigações vincendas, assim como para os demais parâmetros das Debêntures, quando da divulgação posterior do IPCA, todos os valores deverão ser recalculados e atualizados pelo IPCA divulgado neste momento posterior, respeitado o prazo de 180 (cento e oitenta) dias estabelecido conforme item 6.13.10 abaixo.

6.13.10. Na ausência de apuração e/ou divulgação do número-índice por prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias após a data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção, por imposição legal ou determinação judicial, o IPCA deverá ser substituído pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver o substituto legal do IPCA, deverá ser convocada Assembleia Geral de Debenturistas, a ser realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados de qualquer um dos eventos previstos neste item, na qual a Emissora apresentará proposta de um novo parâmetro a ser aplicado. Para efeitos da Assembleia Geral de Debenturistas aqui prevista, o índice substituto do IPCA deverá ser aprovado pelo quorum de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizado, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, o último número-índice divulgado.

6.13.11. Na hipótese de rejeição dos Debenturistas votantes na assembleia geral prevista no item 6.13.10 acima, a Emissora deverá apresentar um novo índice em Assembleia Geral de Debenturistas, a ser convocada no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da assembleia geral



que reprovou o parâmetro anterior. O novo índice apresentado pela Emissora deverá ser aprovado pelo quórum de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, sob pena de, em não havendo a aprovação, ocorrer o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 9.1 (x) (ii) abaixo. Até esta deliberação, será utilizado, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, o último número-índice divulgado.

6.14. *Remuneração.* As Debêntures farão jus a juros remuneratórios ("Remuneração"), a serem pagos juntamente com cada parcela de amortização programada ou antecipada, conforme previsto na Cláusula 6.15 abaixo.

6.14.1. As Debêntures renderão juros a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, limitado a $[\bullet]\%$ ($[\bullet]$ por cento) ao ano, base 252 Dias Úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Atualizado, a partir da Data de Emissão, calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis, conforme o seguinte:

$$J = VNa \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J = valor dos juros devidos no final de cada período de contagem de juros, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = \left\{ \left[(taxa + 1)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

onde:

taxa = taxa de juros fixa, a ser definida ao final do Procedimento de *Bookbuilding*, limitada a $[\bullet]\%$ ($[\bullet]$ por cento) na forma percentual ao ano, informada com 4



(quatro) casas decimais;

n = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou última Data de Aniversário das Debêntures, conforme o caso, e a data de cálculo ou de amortização, sendo "n" um número inteiro. O período representado por "n" é o Período de Capitalização, conforme esclarecido abaixo;

6.14.2. Para fins da presente Escritura, a expressão "Dia(s) Útil(eis)" significa o dia que não seja coincidente com sábado, domingo e feriados nacionais.

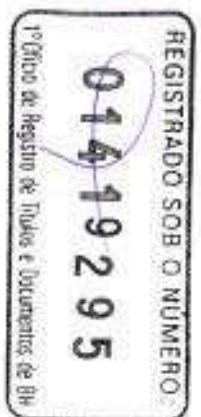
6.14.3. Para fins da presente Escritura, entende-se por "Período de Capitalização" o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data de pagamento da Remuneração, conforme o caso, imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na próxima data de pagamento de Remuneração. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade até o vencimento das Debêntures. Para fins de cálculo da amortização, o Período de Capitalização sempre iniciará na Data de Emissão.

6.14.4. Para fins da presente Escritura, a expressão "Saldo do Valor Nominal Unitário" significa o Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido de Atualização Monetária e Remuneração, remanescente após cada pagamento de amortização das Debêntures.

6.14.5. Esta Escritura será objeto de aditamento para descrever a taxa de Remuneração obtida ao final do Procedimento de *Bookbuilding*, devendo tal aditamento seguir o procedimento de registro na JUCEMG nos prazos descritos na cláusula 2.2.1 acima.

6.15. *Periodicidade do Pagamento*. A amortização calculada na Cláusula 6.12., bem como a Remuneração e a Atualização Monetária serão pagas mensalmente, a partir da subscrição e integralização das Debêntures, sendo o primeiro pagamento devido na primeira Data de Aniversário após a subscrição e integralização das Debêntures e o último na Data de Vencimento, ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos eventos de Vencimento Antecipado (conforme definido na Cláusula 9.1 abaixo) ("Pagamento da Remuneração").

6.16. *Encargos Moratórios*. Sem prejuízo das hipóteses de decretação de Vencimento Antecipado, conforme previstas nesta Escritura, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso, independentemente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ficarão sujeitos à multa moratória, não compensatória, de 2% (dois por cento) e juros de mora *pro rata temporis* de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre os valores em atraso



devidamente acrescidos da Remuneração e Atualização Monetária desde a data de inadimplemento até a data do seu efetivo pagamento.

6.17. *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos desta Escritura não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento.

6.18. *Local de Pagamento.* Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura serão efetuados pela Emissora, por meio BM&FBOVESPA, conforme as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA, ou, ainda, por meio do Escriturador para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA.

6.19. *Imunidade Tributária.* Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 5 (cinco) Dias Úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, toda a documentação comprobatória de tal imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos em lei, como se tal imunidade ou isenção tributária não existisse.

6.20. *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão automaticamente prorrogados até o primeiro Dia Útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, quando a data de tais pagamentos coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da BM&FBOVESPA, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional, ou data que, por qualquer motivo, não haja expediente na BM&FBOVESPA.

6.21. *Repactuação Programada.* Não haverá repactuação programada.

6.22. *Resgate Antecipado Facultativo.* Não haverá a possibilidade de resgate antecipado facultativo.

6.23. *Aquisição Facultativa.* A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto (i) no artigo 13 da Instrução CVM 476, (ii) no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e (iii) nas regras expedidas pela CVM. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas,



permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração e Atualização Monetária aplicável às demais Debêntures em Circulação. Na hipótese de cancelamento de Debêntures, as partes deverão celebrar um aditamento à presente Escritura.

6.24. Garantia

6.24.1. As Debêntures terão como garantia real ("Garantia") a cessão fiduciária dos Direitos de Crédito Autônomos e todos os recursos, direitos de crédito e acessórios relacionados aos Direitos de Crédito Autônomos, de titularidade da Emissora, presentes e futuros, conforme descritos na Cláusula 6.24.3 abaixo ("Créditos Cedidos Fiduciariamente"), constituída pelo Contrato de Cessão Fiduciária. O Contrato de Cessão Fiduciária será firmado pela Emissora, pelo Município e pelo Agente Fiduciário, em benefício dos Debenturistas, para assegurar o cumprimento das obrigações da Emissora decorrentes desta Escritura.

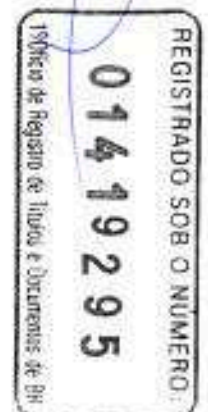
6.24.2. Na Data de Emissão, os Direitos de Crédito Autônomos em garantia da Emissão representam RS [•] ([•]), apurado nos termos do Contrato de Cessão Onerosa.

6.24.3. Os Créditos Cedidos Fiduciariamente em questão são os seguintes:

- (i) os Direitos de Crédito Autônomos;
- (ii) os direitos detidos pela Emissora, emergentes do Contrato de Cessão Onerosa, incluindo, mas não se limitando, ao direito de indenização; e
- (iii) todos os recursos, direitos de crédito e acessórios relacionados aos Direitos de Crédito Autônomos, já desconsiderando os Recursos Excluídos, conforme definido abaixo, depositados ou a serem depositados e mantidos, nas Contas Vinculadas, (os quais deverão ser aplicados pelo Banco Centralizador na noite do Dia Útil de seu depósito no Investimento Permitido, cujos títulos, ativos, cotas e rendimentos correspondentes também farão parte dos Créditos Cedidos Fiduciariamente), bem como todos os direitos sobre as Contas Vinculadas, conforme descritas e caracterizadas nos termos dos Contratos de Garantia.

6.24.4. Os Créditos Cedidos Fiduciariamente são cedidos fiduciariamente aos Debenturistas nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, e nos termos dos arts. 66-B e seguintes da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada.

6.24.5. Enquanto existirem Debêntures em Circulação, o valor mínimo da Garantia deve ser equivalente a 200% (duzentos por cento) do saldo do valor nominal não amortizado das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, da Atualização Monetária e demais encargos devidos, calculados *pro rata temporis*. De forma a verificar o enquadramento pela Emissora ao parâmetro acima estabelecido, o Agente Fiduciário deverá calcular e apresentar, mensalmente, no 1º (primeiro) Dia Útil de cada mês ("Data de Verificação"), após o



recebimento do Relatório Gerencial, o Índice de Garantia Real ("IGR"), por meio da aplicação da seguinte expressão:

$$IGR = \frac{SDC + VFA + VCBM}{SDR}$$

Onde:

IGR Índice de Garantia Real, calculado em cada Data de Verificação.
SDC somatório do saldo devedor dos Direitos de Crédito Autônomos que vencerem até a data de vencimento das Debêntures, apurados no último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior ao respectivo "n"ésimo mês de emissão do Relatório Gerencial, deduzido:

- (i) Do valor das parcelas dos Direitos de Crédito Autônomos de titularidade da Emissora, que foram pré-pagas;
- (ii) Do valor das parcelas dos Direitos de Crédito Autônomos cujo status no Relatório Gerencial elaborado pela SMF, e disponibilizado pela Emissora, por meio eletrônico ao Agente Fiduciário, até o último Dia Útil de cada mês calendário, observado o layout contido no "Anexo III" desta Escritura ("Relatório Gerencial"), conste como "Rompido", apurado no último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva emissão do Relatório Gerencial. Para fins do Relatório Gerencial, o termo "Rompido" significa o Direito de Crédito Autônomo referente a determinado Contribuinte que esteja inadimplente por pelo menos 3 (três) meses consecutivos.

VFA valor dos recursos mantidos em moeda corrente nacional e aplicações financeiras, vinculados à Conta de Serviço da Dívida, apurado no último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior ao respectivo "n"ésimo mês de emissão do Relatório Gerencial.

VCBM valor dos recursos mantidos em moeda corrente nacional e aplicações financeiras, vinculados à Conta de Pagamento, apurado no último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior ao respectivo "n"ésimo mês de emissão do Relatório Gerencial.

SDR somatório do saldo do Valor Nominal Atualizado não amortizado das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração e demais encargos devidos, apurados no último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior ao respectivo "n"ésimo mês de emissão do Relatório Gerencial.

6.24.5.1. Poderá o Agente Fiduciário, a qualquer tempo e enquanto houver Debêntures em Circulação, se solicitado por Debenturistas representando mais de 50% das Debêntures em Circulação, requerer que uma auditoria (a ser realizada por auditora independente escolhida pelos Debenturistas) seja realizada para verificar as informações contidas no Relatório Gerencial. Os custos e despesas, desde que razoáveis e devidamente comprovadas, serão



suportados pela Emissora. A SMF desde já se compromete, de forma irrevogável e irretratável, a fornecer, no menor prazo possível, todas as informações que vierem a ser solicitadas pela auditoria para verificação do Relatório Gerencial e a colaborar para que a auditoria seja realizada de forma completa e satisfatória.

6.24.6. Caso o valor do IGR seja inferior a 200% (duzentos por cento), em qualquer Data de Verificação, configura-se um Evento de Avaliação, observados os termos da alínea (h) da Cláusula 8.1 abaixo. Para fins e efeitos de cálculo do IGR, a primeira verificação ocorrerá na Data de Verificação do mês calendário imediatamente subsequente à Data de Emissão.

6.24.7. Enquanto existirem Debêntures em Circulação, o Agente Fiduciário deverá calcular, em cada Data de Verificação, utilizando o último Relatório Gerencial e as informações fornecidas pelo Banco Centralizador, o Índice de Cobertura ("IC") para cada mês, de acordo com a seguinte expressão:

$$IC_m = \frac{VCR_m}{VAM_m + VJ_m};$$

Onde:

IC_m índice de Cobertura, calculado em cada Data de Verificação, referente ao mês m.

VCR_m valor das parcelas dos Direitos de Crédito Autônomos de titularidade da Emissora, recebido e disponibilizado pela Emissora, entre a atual Data de Verificação no mês m, exclusive, e a Data de Verificação anterior, inclusive, a ser levantado pelo Agente Fiduciário com base em informações do Banco Centralizador dos recursos ingressados na Conta de Recebimento.

VAM_m valor da parcela de amortização das Debêntures em Circulação, pago ou a ser pago no mês m, calculado conforme esta Escritura.

VJ_m valor da parcela de Remuneração das Debêntures, pago ou a ser pago no mês, calculado conforme esta Escritura.

6.24.8. Enquanto existirem Debêntures em Circulação, cada IC, apurado na forma do item 6.24.7 acima, deverá ser equivalente a, no mínimo, o valor estabelecido no Anexo IV à presente Escritura.

6.24.8.1. Para fins de verificação do IGR e do IC, a Emissora deverá encaminhar ao Agente Fiduciário, até o último Dia Útil de cada mês, o Relatório Gerencial atualizado elaborado pela SMF e o Agente Fiduciário disponibilizará as verificações nas Datas de Verificação em seu website.

6.24.9. *Conta Centralizadora da Emissora.* A Emissora irá constituir, por meio do Contrato de Administração de Contas, e com base no Contrato de Cessão Onerosa, de forma irrevogável e irretratável, para todos os fins de direito, uma conta centralizadora e vinculada, de sua

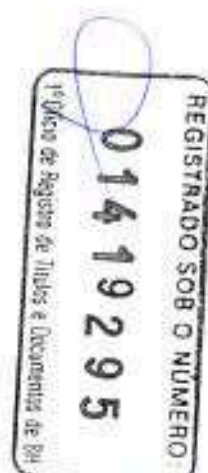


titularidade, na qual serão depositados os recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos pagos pelos Contribuintes através de boletos ("Conta Centralizadora da Emissora"), sendo que tais recursos deverão ser transferidos, na forma e nos prazos previstos no Contrato de Administração de Contas, para a Conta de Recebimento, porém líquidos (i) dos honorários advocatícios devidos à PGM, para os casos em que tenha havido propositura de ação judicial para cobrança dos Créditos Tributários ou Não Tributários; e (ii) da taxa de expedição dos boletos de cobrança dos Direitos de Crédito Autônomos ("Recursos Excluídos"). A Conta Centralizadora da Emissora será movimentada exclusivamente pelo Banco Centralizador, com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário, até o integral pagamento das Obrigações Garantidas.

6.24.10. Conta Centralizadora do Município. O Município irá constituir, por meio do Contrato de Administração de Contas, e com base no Contrato de Cessão Onerosa, de forma irrevogável e irretratável, para todos os fins de direito, uma conta centralizadora e vinculada, de sua titularidade, na qual serão depositados, dentre outros créditos, a totalidade dos recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos pagos pelos Contribuintes através de débito automático ("Conta Centralizadora do Município"), sendo que tais recursos deverão ser transferidos, na forma e nos prazos previstos no Contrato de Administração de Contas, para a Conta de Recebimento, porém líquidos dos Recursos Excluídos. A Conta Centralizadora do Município será movimentada exclusivamente pelo Banco Centralizador, com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário até o integral pagamento das Obrigações Garantidas.

6.24.11. Conta de Recebimento. A Emissora irá constituir, por meio do Contrato de Administração de Contas e com base no Contrato de Cessão Onerosa, de forma irrevogável e irretratável, para todos os fins de direitos, uma conta de recebimento na qual será depositado e mantido e aplicado, além dos recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos pagos em decorrência de litígio judicial (seja através de depósito judicial feito pelo Contribuinte e levantado pelo Município, seja através de recebimento pelo Município através de execução fiscal/cobrança judicial), o montante equivalente aos recursos advindos da realização dos Créditos Cedidos Fiduciariamente (bem como os rendimentos e os recursos decorrentes de amortização, negociação ou resgate de ativos do Investimento Permitido, deduzidos os Recursos Excluídos, conforme estabelecido nas Cláusulas 6.24.15 e 6.24.16 abaixo, realizado com recursos desta conta), mantida junto ao Banco Centralizador, a ser movimentada exclusivamente pelo Banco Centralizador, com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário, até o integral pagamento das Obrigações Garantidas, e observado o IGR e o IC ("Conta de Recebimento").

6.24.11.1. Nos termos dos Contratos de Garantia, os recursos existentes na Conta de Recebimento serão mensalmente, na Data de Verificação, primeiramente direcionados para a Conta de Pagamento (conforme definido abaixo), de forma a constituir e manter o montante equivalente a uma parcela de amortização das Debêntures, acrescido da Remuneração e da Atualização Monetária (conforme previsto na Cláusula 6.24.12.1 abaixo), em segunda etapa, da



Conta de Recebimento para a Conta de Serviço da Dívida (conforme definido abaixo), de forma a constituir e manter o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida (conforme definido abaixo). Tais transferências serão limitadas ao atingimento do montante previsto na Cláusula 6.24.11.1 abaixo, e o atingimento do Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida conforme aplicável para cada conta e calculadas pelo Agente Fiduciário. Conforme previsto no Contrato de Administração de Contas, tais transferências serão feitas pelo Banco Centralizador após o recebimento de instruções do Agente Fiduciário.

6.24.12. *Conta de Pagamento.* A Emissora irá constituir, por meio do Contrato de Administração de Contas e com base no Contrato de Cessão Onerosa, de forma irrevogável e irretroatável, para todos os fins de direito, uma conta de pagamento das Debêntures, vinculada, na qual será depositado e mantido o montante previsto na Cláusula 6.24.12.1 abaixo (bem como os rendimentos e os recursos decorrentes de amortização, negociação ou resgate de títulos, ativos ou cotas do Investimento Permitido, conforme estabelecido nas Cláusulas 6.24.15 e 6.24.16 abaixo, realizado com recursos dessa conta), mantidas junto ao Banco Centralizador, a ser movimentada exclusivamente pelo Banco Centralizador com a prévia e expressa autorização do Agente Fiduciário até o integral pagamento das Obrigações Garantidas ("Conta de Pagamento").

6.24.12.1. A Conta de Pagamento deverá ter até o 2º. (segundo) Dia Útil anterior a cada Data de Aniversário, o montante equivalente à parcela vincenda de amortização no Valor Nominal Unitário, acrescida de valor equivalente à parcela vincenda de Remuneração e da Atualização Monetária das Debêntures. O Agente Fiduciário deverá determinar ao Banco Centralizador a movimentação/transferência a ser feita das Contas Vinculadas para fazer frente a tal pagamento, com a antecedência acima. O Agente Fiduciário deverá determinar ao Banco Centralizador a realização de transferência eletrônica disponível (TED) da Conta de Pagamento para a conta mantida pela Emissora junto ao Itaú Unibanco S.A. a qual será utilizada para os pagamentos dos valores devidos aos Debenturistas, com a antecedência necessária para realização de cada pagamento.

6.24.13. *Conta de Serviço da Dívida.* A Emissora irá constituir por meio do Contrato de Administração de Contas e com base no Contrato de Cessão Onerosa, de forma irrevogável e irretroatável, para todos os fins de direito, uma conta de serviço da dívida para as Debêntures, vinculada, na qual será depositado e mantido o montante equivalente ao Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida (conforme definido abaixo) (bem como os rendimentos e os recursos decorrentes de amortização, negociação ou resgate de títulos, ativos ou cotas do Investimento Permitido, conforme estabelecido nas Cláusulas 6.24.15 e 6.24.16 abaixo, realizado com recursos desta conta), mantida junto ao Banco Centralizador, a ser movimentada exclusivamente pelo Banco Centralizador com prévia e expressa autorização do Agente Fiduciário até o integral pagamento das Obrigações Garantidas ("Conta de Serviço da Dívida", e, em conjunto com a Conta Centralizadora da Emissora, com a Conta Centralizadora do Município, com Conta de Recebimento e a Conta de Pagamento, "Contas Vinculadas").



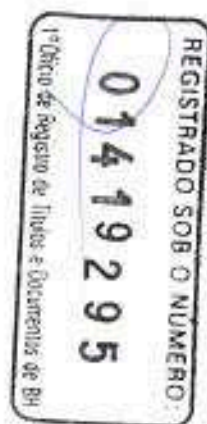
6.24.13.1. A Emissora, na data de subscrição das Debêntures, deverá manter depositados na Conta de Serviço da Dívida recursos em moeda corrente nacional, vinculados ao pagamento das Debêntures (em seu vencimento regular ou antecipado), em montante igual ou superior ao somatório do valor das próximas 4 (quatro) parcelas vincendas de amortização do Valor Nominal Unitário, acrescido de 4 (quatro) parcelas vincendas de Remuneração e da Atualização Monetária das Debêntures ("Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida"). O cálculo de tal valor, a ser feito pelo Agente Fiduciário, tomará por base o Índice IPCA divulgado até 01 (um) Dia Útil antes da Data de Verificação, projetado até a efetiva data de pagamento de cada uma das Remunerações e Atualizações Monetárias das Debêntures consideradas para o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, sendo certo que deverá ser utilizada a projeção do IPCA divulgada pela ANBIMA.

6.24.13.1.1. Caberá ao Agente Fiduciário calcular mensalmente o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida estabelecido na cláusula acima, na Data de Verificação, a fim de verificar o enquadramento do Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, sendo certo que a primeira verificação será realizada no Dia Útil seguinte à data de subscrição das Debêntures.

6.24.13.1.2. Observado o prazo para pagamento de cada parcela de amortização do Valor Nominal Unitário acrescido da Atualização Monetária e da parcela vincenda de Remuneração (conforme Cláusulas 6.12 a 6.15 acima), a Emissora deverá atender a obrigação de, após cumprir o previsto na Cláusula 6.24.12.1 acima, compor o referido Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, cujos recursos serão enviados da Conta de Recebimento, ou se esta não tiver saldo suficiente, de outras Contas Vinculadas, e integralmente retidos na Conta de Serviço da Dívida até que haja montante suficiente para atendimento desta obrigação.

6.24.13.1.3. Atingindo o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, e, havendo recursos na Conta de Recebimento, e não havendo quaisquer Eventos de Avaliação e/ou Eventos de Vencimento Antecipado, os recursos da Conta de Recebimento e o excesso ao Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida serão direcionados, mediante instrução encaminhada pelo Agente Fiduciário ao Banco Centralizador, com um Dia Útil de antecedência, para a Conta de Livre Movimentação no Dia Útil subsequente à Data de Aniversário, respeitado o previsto nas Cláusulas 6.24.11.1 acima e 6.24.13.2.2 abaixo. As demais obrigações e procedimentos pertinentes a cada parte, principalmente aqueles relacionados ao Banco Centralizador e Agente Fiduciário, estarão descritos nos Contratos de Garantia.

6.24.13.1.4. A partir do momento em que for atingido o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida e durante toda a existência das Debêntures, caso o Agente Fiduciário constatare na Data de Verificação que o saldo da Conta de Serviço da Dívida esteja abaixo do Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, este deverá (i) primeiramente enviar orientação ao Banco Centralizador para que transfira recursos existentes na Conta de Recebimento ou na Conta de Pagamento (respeitado o atendimento do montante previsto na Cláusula 6.24.13.1 acima) para a Conta de Serviço da Dívida, de forma a atingir este Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida,



ficando o Banco Centralizador expressamente autorizado a acatar tal instrução, e (ii) em segundo lugar, caso ainda assim não tenha sido atingido tal montante, enviar solicitação de reposição à Emissora nesse sentido para providenciar a sua recomposição em até 2 (dois) Dias Úteis contados de tal solicitação, mediante o depósito de recursos próprios na Conta de Serviço da Dívida, observado o disposto na alínea (z) da Cláusula 9.1 abaixo.

6.24.13.1.5. Na hipótese de não haver recursos suficientes na Conta de Pagamento para quitação integral de cada parcela vincenda de amortização do Valor Nominal Unitário, acrescida da parcela de Remuneração e da Atualização Monetária em cada data de pagamento, o Banco Centralizador, mediante autorização do Agente Fiduciário, transferirá recursos da Conta de Serviço da Dívida para a Conta de Pagamento, no montante que seja necessário para atendimento da obrigação da Cláusula 6.24.12 acima.

6.24.13.1.6. Observados os termos da Cláusula 6.24.13.1.5. acima, o Agente Fiduciário deverá, na data de pagamento de amortização do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração e da Atualização Monetária, informar ao Escriturador, com cópia para a Emissora e para o Banco Liquidante, impreterivelmente até às 9h00 horas do respectivo dia, o valor a ser pago de amortização do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração e da Atualização Monetária.

6.24.13.1.7. Em cada data de pagamento, o Agente Fiduciário deverá determinar ao Banco Centralizador o débito da Conta de Pagamento dos recursos necessários ao pagamento das Debêntures nos termos da Cláusula 6.24.13.1.6. acima, realizando uma transferência eletrônica disponível (TED) da Conta de Pagamento para a conta mantida pela Emissora junto ao Itaú Unibanco S.A. e que será utilizada para os pagamentos dos valores devidos aos Debenturistas, na data e horário determinados no Contrato de Prestação de Serviços de Escrituração das Debêntures, para realização de cada pagamento, sendo desde já expressamente autorizado pela Emissora para tanto.

6.24.13.2. Verificando-se o atendimento à Cláusula 6.24.11.1 acima, e, havendo recursos na Conta de Recebimento, e não havendo quaisquer Eventos de Avaliação e/ou Eventos de Vencimento Antecipado, esses recursos serão direcionados no Dia Útil subsequente ao recebimento, pelo Banco Centralizador, de instrução do Agente Fiduciário neste sentido, para a Conta de Livre Movimentação na Data de Verificação, os quais 90% (noventa por cento) deverão ser utilizados para amortização das Debêntures Subordinadas, observado o IGR e o IC previsto acima.

6.24.13.2.1. Caso, após a liquidação integral das Obrigações Garantidas, existam recursos correspondentes aos Créditos Cedidos Fiduciariamente nas Contas Vinculadas, estes deverão ser transferidos para a Conta de Livre Movimentação no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data de liquidação integral das Obrigações Garantidas.



6.24.14. Na hipótese de ocorrência de um Evento de Avaliação (conforme definido abaixo) e/ou Evento de Vencimento Antecipado, o Agente Fiduciário, tão logo tome conhecimento de tais eventos, deverá interromper imediatamente todos os procedimentos de transferência de valores das Contas Vinculadas para a Conta de Livre Movimentação, nos termos previstos nos Contratos de Garantia.

6.24.15. A totalidade dos Créditos Cedidos Fiduciariamente (incluindo os rendimentos do Investimento Permitido, observado o disposto nas Cláusulas 6.24.15.1 e 6.24.16 abaixo) existentes e/ou depositados nas Contas Vinculadas, conforme definidas nos Contratos de Garantia e descritas nesta Cláusula 6.24, serão cedidos fiduciariamente em favor dos Debenturistas, na forma prevista nos Contratos de Garantia, e deverão ser aplicados na noite do Dia Útil de seu depósito em títulos de renda fixa emitidos pelo Governo Federal Brasileiro, ou em fundos de renda fixa com liquidez diária administrados e geridos pelo Banco do Brasil S.A. e/ou empresas de seu conglomerado ou em ativos de renda fixa de emissão e risco do Banco do Brasil S.A. ("Investimento Permitido"), conforme previsto no Contrato de Administração de Contas.

6.24.15.1. Os títulos, ativos e cotas adquiridos em decorrência do Investimento Permitido, bem como seus rendimentos, são também cedidos fiduciariamente em favor dos Debenturistas, sendo-lhes aplicáveis, para todos os fins de direito, todas as disposições inerentes aos Créditos Cedidos Fiduciariamente previstas nos Contratos de Garantia.

6.24.15.2. O Banco Centralizador, o Agente Fiduciário, e/ou tampouco seus respectivos diretores, empregados ou agentes, não terão qualquer responsabilidade com relação a quaisquer prejuízos, reivindicações, demandas, danos, tributos ou despesas, resultantes do investimento, reinvestimento ou liquidação do Investimento Permitido, inclusive, entre outros, qualquer responsabilidade por quaisquer demoras no investimento, reinvestimento ou liquidação do Investimento Permitido, ou quaisquer lucros cessantes inerentes a essas demoras, com as quais não possui(rá) qualquer ingerência sobre a modalidade, forma, prazo e quaisquer condições que forem determinadas no Contrato de Administração de Contas.

6.24.16. Os recursos existentes e/ou depositados nas Contas Vinculadas deverão ser investidos no Investimento Permitido da seguinte forma:

(a) Conta de Serviço da Dívida e Conta de Pagamento: considerando a natureza dessas contas, os recursos existentes e/ou depositados serão aplicados na noite do Dia Útil de seu depósito e permanecerão investidos até o recebimento, pelo Banco Centralizador, de notificação do Agente Fiduciário determinando a movimentação dos recursos; e

(b) Conta de Recebimento: quaisquer recursos da referida Conta de Recebimento também serão aplicados na noite do Dia Útil de seu depósito e serão mantidos investidos até a data de recebimento, pelo Banco Centralizador, da notificação do Agente Fiduciário instruindo a



transferência de recursos da Conta de Recebimento para a Conta de Pagamento e/ou Conta de Serviço da Dívida.

6.24.16.1. Os recursos depositados na Conta de Recebimento e na Conta de Serviço da Dívida também serão utilizados para liquidação das Debêntures na hipótese de Vencimento Antecipado (conforme prevista nas Cláusulas 9.1 e seguintes abaixo) das Debêntures, não podendo ocorrer nenhuma transferência para Conta de Livre Movimentação neste caso.

6.25. *Publicidade.* Todos os atos e decisões que vierem, de qualquer forma, a envolver os interesses dos Debenturistas serão obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, no DOEMG e em jornal de grande circulação (sendo que na data de assinatura desta Escritura, o jornal utilizado pela Emissora é o Diário do Comércio), bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores (internet), no endereço eletrônico www.pbh.gov.br/pbhativos, observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações. A Emissora enviará cópia da publicação para o Agente Fiduciário na data de sua publicação.

6.25.1. A alteração ao jornal de grande circulação indicado na Cláusula 6.25 acima, não importará em aditamento à presente Escritura e deverá ser informada mediante publicação no jornal em vigor até então indicado e no DOEMG.

6.26. *Comunicações.* As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços abaixo. As comunicações feitas por correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (resposta de confirmação). A mudança de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado.

(a) Para a Emissora:

PBH ATIVOS S.A.

Endereço: Avenida Afonso Pena, nº 774, Bairro Centro,

CEP 30.130-003 - Belo Horizonte, MG

Tel: (31) 3277-9561

At.: Sr. Edson Ronaldo Nascimento

E-mail: edson.ronaldo@pbh.gov.br

(b) Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Av. das Américas, nº 4.200, Bloco 04, sala 514, Bairro Barra da Tijuca

CEP: 22.640-102 - Rio de Janeiro, RJ

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Tel.: (21) 3385-4565



E-mail: backoffice@pentagonotrustee.com.br

(c) Para o Escriturador:

Razão Social: **ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.**

Endereço: Avenida Brigadeiro Faria Lima 3400, 10º andar

CEP: 04.538-132 - São Paulo, SP

Tel: (11) 2797-4441

At.: Sr. Luiz Petito

E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

(d) Para o Banco Centralizador:

BANCO DO BRASIL S.A.

Aos cuidados da Agência Setor Público

Endereço: Rua Rio de Janeiro, 750, 5º Andar, Centro

CEP: 31.160-041 - Belo Horizonte, MG

Tel: [●]

Email: age1615@bb.com.br

(e) Para o Banco Liquidante:

Razão Social: **ITAÚ UNIBANCO S.A.**

Endereço: Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100

CEP: 04.344-902 - São Paulo, SP

Tel: (11) 2797-4441

At.: Sr. Luiz Petito

e-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

(f) Para a SMF:

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE BELO HORIZONTE

Endereço: Rua Espírito Santo, nº. 605, 5º. Andar, Centro

CEP: 30.160-030 - Belo Horizonte, MG

Tel: (31) 3277-4008

At.: Secretário Municipal de Finanças, Sr. Marcelo Piancastelli de Siqueira

e-mail: marcelo.piancastelli@pbh.gov.br

(g) Para a PGM:

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

Endereço: Rua dos Timbiras, nº. 625, Funcionários

CEP: 30.140-060 - Belo Horizonte, MG

Tel: (31) 3277-4075

At.: Procurador Geral do Município, Sr. Rivel Beltrame Rocha



e-mail: rusvelb@pbh.gov.br

6.26.1. O Agente Fiduciário está autorizado, mas não obrigado, a verificar ou confirmar se o remetente de qualquer comunicação em nome de qualquer das partes é uma pessoa por elas autorizada. As partes, ao utilizarem correio eletrônico, declaram ter ciência de que tal meio eletrônicos de comunicação não é totalmente seguro e que os dados transmitidos podem extraviar ou ser interceptados e/ou acessados por terceiros não autorizados. O Agente Fiduciário não se responsabiliza pela segurança e/ou confidencialidade dos dados enviados para as partes acima mencionadas mediante o uso desse meio eletrônico de comunicação, assim como não garante a efetiva recepção de tais dados.

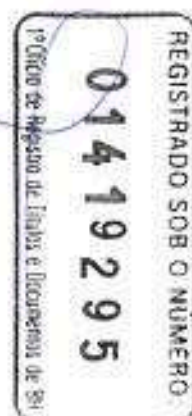
CLÁUSULA VII
DOS COMPROMISSOS DA EMISSORA E DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

7.1. Até o pagamento do saldo devedor total das Debêntures, e a menos que os Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de outra forma previamente autorizem, a Emissora obriga-se a:

- (a) utilizar os recursos oriundos da Emissão conforme estabelecido na Cláusula 4.1 acima;
- (b) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer mudança na natureza ou escopo dos negócios e operações da Emissora ou sobre qualquer evento ou fato, que no entendimento da Emissora afete ou possa afetar adversamente, de forma significativa, a condição financeira da Emissora ou sua capacidade de cumprir suas obrigações nos termos (i) do Contrato de Cessão Onerosa e/ou (ii) desta Escritura, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados a partir da data que a Emissora tomar conhecimento da respectiva mudança ou evento;
- (c) notificar o Agente Fiduciário sobre quaisquer processos judiciais ou extrajudiciais que venham a ser ajuizados a partir da data de assinatura desta Escritura, (i) de valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas) ou (ii) para os casos em que o valor seja inferior ao mencionado no subitem "i" anterior, nas hipóteses em que afete ou que possa afetar adversamente a capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura, dos Contratos de Garantia e/ou do Contrato de Cessão Onerosa no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados a partir da data em que a Emissora tomar conhecimento do respectivo processo;
- (d) notificar o Agente Fiduciário acerca de qualquer inadimplemento ou descumprimento por parte da Emissora ou do Município de qualquer obrigação nos termos do Contrato de Cessão Onerosa, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados a partir da data que a Emissora tomar conhecimento do respectivo inadimplemento ou descumprimento, se estes forem por parte do Município ou se estes forem por parte da Emissora,



- (e) fornecer ao Agente Fiduciário cópia de qualquer comunicação enviada pelo Município à Emissora relativa a uma possível causa de término, vencimento antecipado, rescisão ou resolução do Contrato de Cessão Onerosa ou ainda qualquer alteração ou revogação da Lei Municipal nº 7.932/99, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados a partir da data do recebimento pela Emissora da referida comunicação;
- (f) notificar o Agente Fiduciário sobre a ocorrência de quaisquer (i) descumprimentos de obrigações previstas nesta Escritura, nos Contratos de Garantia e/ou no Contrato de Cessão Onerosa, e/ou (ii) Eventos de Avaliação (conforme definidos na Cláusula 8.1 abaixo), ou ainda Eventos de Inadimplemento (conforme definidos na Cláusula 9.1 abaixo), no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados a partir da data do descumprimento ou da ocorrência de tais eventos;
- (g) não constituir em favor de terceiros, garantias ligadas aos Créditos Cedidos Fiduciariamente oriundos do Contrato de Cessão Onerosa;
- (h) manter válidas todas as autorizações e licenças (inclusive licenças ambientais) necessárias à exploração de seus negócios, especialmente licenças e autorizações, que possam impactar adversamente e de forma significativa, a condução de seus negócios;
- (i) notificar, imediatamente, o Agente Fiduciário acerca da convocação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas pela Emissora;
- (j) encaminhar ao Agente Fiduciário, desde que requerido por este de forma justificada: (i) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da notificação pelo Agente Fiduciário, sempre considerando o escopo da solicitação, informações sobre a Emissora e seus ativos que o Agente Fiduciário eventualmente requerer; (ii) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pelas normas da CVM, nos prazos legalmente previstos; (iii) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relacionada a um Evento de Inadimplemento, Evento de Avaliação ou evento de inadimplemento ou vencimento antecipado de qualquer obrigação por ela assumida fora do âmbito da Oferta, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados do recebimento da referida correspondência ou notificação;
- (k) encaminhar ao Agente Fiduciário o organograma, todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme ICVM 28, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM. O referido relatório do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, controladores, controladas, controle comum, coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social;



- (l) Cumprir as determinações emanadas da CVM, entregando os documentos solicitados e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas no prazo solicitado;
- (m) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente devidamente registrada na CVM;
- (n) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias legais e regulamentares em vigor;
- (o) (i) contratar ou manter contratada agência classificadora de risco que seria a Fitch Ratings, Standard & Poor's ou Moody's, ou outra agência de rating de renome internacional, aceita por Debenturistas representativos por pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, que as substitua caso estas venham a deixar de existir, para manter atualizado o relatório de classificação de risco das Debêntures, com periodicidade mínima de 1 (um) ano, até o vencimento das Debêntures, além de fazer com que tal agência classificadora de risco de ampla divulgação de tal classificação de risco ao mercado; (ii) assegurar que seja entregue ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data de disponibilização dos referidos relatórios; e (iii) comunicar ao Agente Fiduciário qualquer alteração da classificação de risco das Debêntures, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados a partir da data que a Emissora tomar conhecimento da alteração da classificação de risco das Debêntures;
- (p) divulgar na sua página da rede mundial de computadores, o relatório referido na alínea anterior;
- (q) manter em vigor as autorizações para celebrar esta Escritura, os Contratos de Garantia, o Contrato de Distribuição e o Contrato de Cessão Onerosa ("Contratos da Emissão") e todos os demais documentos elaborados no âmbito da Emissão, satisfazendo todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (r) cumprir, em todos seus aspectos, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, vigentes e aplicáveis à condução de seus negócios, exceto aquelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que estejam sendo contestados judicialmente ou administrativamente, de boa-fé pela Emissora;
- (s) estruturar departamento para atender aos Debenturistas, de forma a assegurar a devida prestação de informações aos Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e órgão destinados ao atendimento de seus acionistas ou contratar instituição financeira autorizada pra prestar este serviço;



(t) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que sejam do interesse dos Debenturistas caso o Agente Fiduciário não o faça no prazo aplicável, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados do recebimento de notificação de qualquer Debenturista solicitando tal convocação. A Assembleia Geral de Debenturistas convocada pela Emissora deverá ocorrer no 15º dia contado da data de publicação do edital de convocação, em primeira convocação, e no 8º dia, em segunda convocação;

(u) observar e cumprir com todas as suas obrigações constantes dos Contratos da Emissão e de todos os demais documentos elaborados no âmbito da Emissão, satisfazendo todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(v) notificar o Agente Fiduciário na hipótese de ocorrência de qualquer tipo de questionamento judicial no que se refere à Emissão, à Escritura, à Garantia ou aos Contratos da Garantia em até 2 (dois) Dias Úteis contados de sua ciência;

(x) manter e preservar todos os direitos reais de garantia constituídos e/ou descritos, conforme o caso, nos termos desta Escritura e dos Contratos de Garantia, bem como eventuais aditamentos a esses documentos, e notificar o Agente Fiduciário e o Coordenador Líder sobre qualquer evento, fato ou circunstância, incluindo, sem limitação, qualquer decisão, ação judicial, procedimento administrativo, processo legislativo, procedimento arbitral, reivindicação, investigação ou alteração de legislação (ou na sua interpretação) ou, ainda, qualquer evento, fato ou circunstância potencial que vier a ser de seu conhecimento e que possa ser justificadamente considerado como apto a afetar a validade, legalidade ou eficácia da garantia real constituída nos termos dos Contratos de Garantia, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados a partir da data dos referidos eventos, fatos ou circunstâncias; e

(z) fornecer ao Agente Fiduciário no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos após o término de cada exercício social, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre do exercício social ou nas respectivas datas de divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras relativas ao exercício social então encerrado, ou cópia das informações financeiras revisadas relativas ao respectivo trimestre, conforme o caso, acompanhadas do relatório da administração, e de parecer dos auditores independentes e/ou relatório de revisão especial, conforme o caso.

7.2. Sem prejuízo das demais obrigações previstas acima ou de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura, a Emissora obriga-se a:

(a) preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;



- (b) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria por auditor independente registrado na CVM;
- (c) no prazo de 3 (três) meses contados da data de encerramento de seu exercício social, divulgar em sua página na rede mundial de computadores e enviar à BM&FBOVESPA suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e do parecer dos auditores independentes;
- (d) por um prazo de 3 (três) anos, manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na rede mundial de computadores;
- (e) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no que se refere ao dever de sigilo e às vedações à negociação;
- (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer ato ou fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, e comunicar a ocorrência de tal ato ou fato relevante imediatamente ao Coordenador Líder e à BM&FBOVESPA;
- (g) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e pela BM&FBOVESPA; e
- (h) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário perante o SOMAFIX, arcando com os respectivos custos.

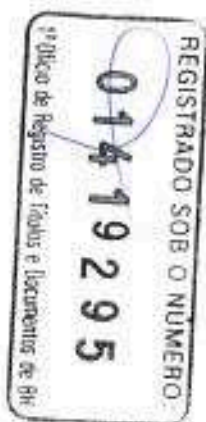
CLÁUSULA VIII EVENTOS DE AVALIAÇÃO

8.1. São considerados eventos de avaliação ("Eventos de Avaliação") sujeitos aos procedimentos definidos nas Cláusulas 8.2 e seguintes abaixo, qualquer das seguintes ocorrências:

- (a) descumprimento pela Emissora de quaisquer obrigações não pecuniárias previstas nos Contratos da Emissão, que não sejam integralmente sanadas no prazo de 2 (dois) Dias Úteis, contados do término do prazo para seu cumprimento;
- (b) descumprimento, por qualquer das partes e intervenientes (outras que não a Emissora), de qualquer de suas respectivas obrigações previstas nos Contratos da Emissão, que não sejam integralmente sanadas nos prazos ali estabelecidos;
- (c) se por qualquer motivo a classificação de risco (rating) originalmente atribuída às Debêntures for, em qualquer avaliação anual, rebaixada um nível abaixo do equivalente à classificação "AA" escala nacional pela Standard & Poor's ou pela Fitch Ratings ou ainda seu equivalente pela Moody's;



- (d) caso transite em julgado qualquer ação de execução ajuizada contra a Emissora para pagamento de quantia certa, incluindo execuções fiscais, cujo valor seja igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais);
- (e) caso ocorra a efetivação de arresto ou de penhora de bens da Emissora, cujo valor seja igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), considerados individualmente ou em conjunto;
- (f) caso ocorra a concessão de qualquer medida cautelar, incluindo a medida cautelar fiscal de que trata a Lei nº 8.397, de 06 de janeiro de 1992, conforme alterada, que imponha restrição à alienação de ativos de titularidade da Emissora;
- (g) caso o índice de cobertura (IC) não atenda a, no mínimo, 90% (noventa por cento) do valor disposto na Cláusula 6.24.8 em 2 (duas) Datas de Verificação consecutivas ou 3 (três) Datas de Verificação não consecutivas;
- (h) caso a Emissora deixe de atender o mínimo do índice de garantia real (IGR), em qualquer Data de Verificação;
- (i) caso não haja recursos na Conta de Pagamento para atendimento das obrigações pecuniárias relacionadas às Debêntures, e seja necessária a aplicação do procedimento previsto na Cláusula 6.24.13.1.5;
- (j) caso sejam criados novos impostos, taxas, contribuições, elevação das alíquotas já existentes ou modificação de suas bases de cálculo, que possam afetar de forma relevante, a critério dos Debenturistas, a capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações nos termos dos Contratos da Emissão;
- (k) caso a Emissora conceda ou tome mútuos, empréstimos, financiamentos, adiantamentos, ou qualquer outra forma de tomada de recursos (*intercompany*) para ou de quaisquer sociedades controladas pelo Município sem a prévia anuência da maioria das Debêntures em Circulação, exceto por mútuos, financiamentos e dívidas subordinadas às Debêntures;
- (l) desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental brasileira, desde que tal desapropriação, confisco ou outra medida resulte na incapacidade de gestão de seus negócios, pela Emissora e/ou afete substancialmente e de forma adversa a capacidade de pagamento, pela Emissora, de suas obrigações relativas às Debêntures;
- (m) alteração do objeto social disposto no estatuto social da Emissora que possa afetar adversamente o pagamento das Debêntures;



Fiduciário deverá retomar imediatamente todos os procedimentos de transferência de valores da Conta de Recebimento para a Conta de Livre Movimentação, nos termos previstos nesta Escritura e nos Contratos de Garantia.

8.7. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 8.3 acima, o Agente Fiduciário ou qualquer dos Debenturistas poderão convocar ou solicitar que seja convocada, conforme o caso, novas Assembleias Gerais de Debenturistas para avaliar se os eventos descritos nas alíneas "m" e "n" da Cláusula 8.1 transformar-se-ão em Evento de Inadimplemento, sendo que tal faculdade lhes será assistida a qualquer momento enquanto estiverem em curso as ações a que se referem as alíneas "m" e "n" da Cláusula 8.1.

8.8. Para fins da verificação da ocorrência do Evento de Avaliação, todos os valores mencionados nesta Cláusula VIII serão atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão até a data da ocorrência do Evento de Avaliação, pela variação positiva do IPCA (ou seu equivalente em outras moedas).

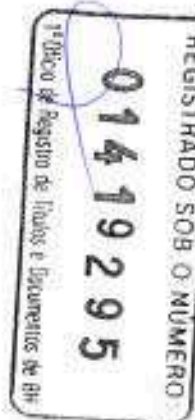
CLÁUSULA IX **VENCIMENTO ANTECIPADO**

9.1. Na ocorrência de qualquer dos eventos listados abaixo, o Agente Fiduciário deverá, tão logo receba notificação quanto à ocorrência de tais eventos, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, acrescido da respectiva Remuneração devida desde a Data de Emissão, até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial ("Vencimento Antecipado" e "Evento de Inadimplemento"):

(a) (i) decretação de falência da Emissora; (ii) pedido de autofalência pela Emissora; (iii) pedido de falência da Emissora formulado por terceiros não elidido no prazo legal; (iv) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (v) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora;

(b) propositura, pela Emissora, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano;

(c) pagamentos aos acionistas da Emissora de dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio quando a Emissora estiver em mora com relação às Debêntures, ou qualquer outra mora relacionada aos Contratos de Garantia, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo legal obrigatório previsto no estatuto social da Emissora;



(d) a Emissora transferir ou por qualquer forma ceder ou prometer ceder a terceiros os Direitos de Crédito Autônomos, ou os direitos e obrigações que respectivamente adquirirá e assumirá nessa Escritura, no Contrato de Distribuição e nos Contratos de Garantia relativos às Debêntures sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas;

(e) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial condenatória transitada em julgado contra a Emissora, em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

(f) observado o dispositivo na Cláusula 9.5 abaixo, cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações, ou qualquer forma de reorganização societária (exceto incorporação de outras empresas pela Emissora) sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas;

(g) criação ou existência de quaisquer ônus ou gravames sobre os Créditos Cedidos Fiduciariamente;

(h) ocorrência de mudança de controle acionário direto da Emissora, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas;

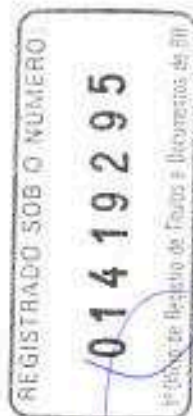
(i) transformação da Emissora em qualquer outro tipo societário;

(j) anulação, nulidade ou inexecutabilidade de qualquer disposição desta Escritura e/ou Contratos de Garantia, que não seja sanada no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da notificação neste sentido;

(k) observado o dispositivo na Cláusula 9.4 abaixo, a captação de novos empréstimos, financiamentos, adiantamento de recursos, emissão de valores mobiliários ou qualquer outra forma de tomada de recursos não lastreadas ou garantidas por ativos que tenham sido ou venham a ser de qualquer forma transferidos à Emissora para o fim exclusivo de realização de referida captação, os quais ocorram: (i) até a data de encerramento da Oferta; ou (ii) a partir da data da integralização das Debêntures e que, de forma individual ou agregada, superem o montante de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), exceto, em ambos os casos pela Emissão das Debêntures Subordinadas a qual fica desde já autorizada e que não deve ser levada em conta para cômputo do limite anteriormente definido;

(l) observado o disposto na Cláusula 9.5 abaixo, a redução de capital social da Emissora e/ou a negociação a qualquer título pela Emissora, com ações de sua Emissão;

(m) (i) protestos de títulos contra a Emissora, cujo valor, individual ou em conjunto, seja igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e que não sejam sanados, declarados ilegítimos ou comprovados como tendo sido indevidamente efetuados no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que a Emissora tiver ciência da ocorrência à exceção do (i)



protesto efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora no prazo legal, e (ii) protesto cancelado;

(n) inadimplemento ou declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação da Emissora em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), não sanado pela Emissora no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, contados do inadimplemento e/ou da declaração de vencimento antecipado de tal dívida e/ou obrigação, e desde que sejam observados todos os prazos de carência e período de cura aplicáveis a estas obrigações;

(o) as declarações e garantias prestadas pela Emissora nos Contratos da Emissão restarem provadas como sendo falsas, incorretas em aspectos relevantes ou enganosas na data em que foram prestadas;

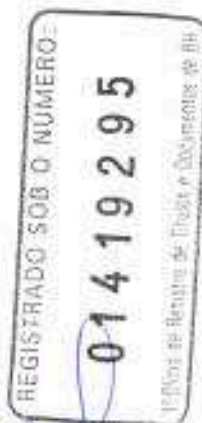
(p) provimento de decisão judicial ou administrativa, ainda que de natureza liminar, declare a ilegalidade ou invalidade de qualquer dos Contratos da Emissão, de forma a afetar a Emissão, em especial o curso ordinário dos recebíveis (nos termos previstos nos Contratos de Garantia);

(q) ocorrência de alteração ou qualquer modificação por parte do Município nas características dos Direitos de Crédito Autônomos, ao tempo de sua cessão para a Emissora nos termos do Contrato de Cessão Onerosa;

(r) caso a auditoria das demonstrações financeiras da Emissora deixe de ser realizada por empresa de auditoria independente, devidamente registrada na CVM, e considerando que tal empresa seja uma daquelas que tenha realizado, em bases constantes, auditoria de companhias abertas emissoras de valores mobiliários em ofertas públicas registradas na CVM no ano imediatamente anterior à contratação da referida empresa de auditoria pela Emissora;

(s) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relacionada aos Contratos da Emissão e às Debêntures, em especial a amortização Valor Nominal Unitário e o pagamento da Remuneração e da Atualização Monetária, não sanado integralmente no prazo de 1 (um) Dia Útil, contado da data do respectivo vencimento da obrigação;

(t) não substituição do Banco Centralizador na ocorrência de um dos eventos e nos prazos indicados a seguir: (i) em caso de decretação de intervenção, liquidação extrajudicial ou regime especial de administração temporária do Banco Centralizador, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados do evento; (ii) caso o Banco Centralizador notifique a Emissora sobre sua intenção de deixar de exercer suas funções nos termos do Contrato de Administração de Contas, sem a assunção, por instituição financeira substituta, de suas responsabilidades definidas no referido contrato, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias contados da data de notificação pelo Banco Centralizador;



(u) caso seja promulgada qualquer tipo de legislação ou medida administrativa pelo Poder Executivo do Município, que inviabilize os procedimentos descritos nesta Escritura ou nos demais Contratos da Emissão;

(v) caso a Emissora deixe de atender o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida e/ou o valor mínimo da Conta de Pagamento, não sanado no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados do envio da solicitação de reposição enviada pelo Agente Fiduciário neste sentido, observados os procedimentos previstos nos Contratos de Garantia;

(w) caso seja transitada em julgado decisão judicial ou administrativa em qualquer ação ajuizada pelo do Município contra a Emissora, declarando a invalidade ou a ilegalidade dos Contratos da Emissão;

(x) deliberação, em Assembleia Geral de Debenturistas, que (i) qualquer dos Eventos de Avaliação previstos nesta Escritura constitui um Evento de Inadimplemento, na forma prevista na Cláusula 8.4 acima; ou (ii) não aprove o novo índice em substituição ao IPCA, conforme disposto na Cláusula 6.13.11 acima;

(y) rescisão, por qualquer motivo de quaisquer de qualquer dos Contratos da Emissão; ou

(z) descumprimento, por qualquer das partes ou intervenientes, de qualquer dos Contratos de Garantia e/ou do Contrato de Cessão Onerosa, que não sejam integralmente sanadas nos prazos ali estabelecidos.

9.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas da Cláusula 9.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures sendo que o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido.

9.3. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração e da Atualização Monetária, calculada *pro rata temporis* desde a Data da Emissão, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, em até 3 (três) Dias Úteis contados do recebimento, pela Emissora, de comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolizada ou com aviso de recebimento no endereço constante na Cláusula 6.26 desta Escritura, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos na Cláusula 6.16 acima.



9.4. Não obstante disposições em contrário nesta Escritura, não será considerado Evento de Inadimplemento qualquer captação de recursos pela Emissora, incluindo, mas não se limitando, a operações realizadas por meio de financiamento, adiantamento de recursos ou emissão de valores mobiliários, lastreadas ou garantidas por ativos que tenham sido ou venham a ser, de qualquer forma, transferidos à Emissora para o fim exclusivo de realização de referida captação.

9.5. Não obstante disposições em contrário nesta Escritura, não será considerado Evento de Inadimplemento qualquer operação de reorganização societária, transferência de ativos e/ou redução do capital social, realizadas pela Emissora com o intuito exclusivo de fazer com que as participações acionárias indiretamente detidas pelos acionistas da Emissora em sociedades investidas pela Emissora tornem-se participações diretas. Para os fins do art. 174 § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a redução do capital com o objetivo previsto nesta Cláusula 9.5 considerar-se-á, desde já, previamente aprovada pelos Debenturistas.

9.6. Para fins da verificação da ocorrência do Evento de Inadimplemento, todos os valores mencionados nesta Cláusula IX serão atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão até a data da ocorrência do Evento de Inadimplemento, pela variação positiva do IPCA (ou seu equivalente em outras moedas).

CLÁUSULA X **DO AGENTE FIDUCIÁRIO**

10.1. Nomeação

10.1.1. A Emissora constitui e nomeia a **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, acima qualificada, como Agente Fiduciário dos Debenturistas, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos Debenturistas.

10.1.2. O exercício permanente da função de agente fiduciário é privativo das pessoas indicadas no artigo 7º da Instrução CVM nº 28 de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28").

10.2. Substituição

10.2.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

10.2.2. Se a convocação da Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere a Cláusula 10.2.1. acima, não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado,



caberá à Emissora efetua-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

10.2.3. A remuneração do novo agente fiduciário será definida na própria Assembleia Geral de Debenturistas que o escolher, observado o disposto na Cláusula 10.2.5. abaixo.

10.2.4. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

10.2.5. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento da distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

10.2.6. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28, e eventuais normas posteriores.

10.2.7. O Agente Fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso a Assembleia Geral de Debenturistas não delibere sobre a matéria, observado que o eventual substituto não poderá, em hipótese alguma, receber remuneração superior ao seu antecessor.

10.2.8. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser operada por meio de aditamento à presente Escritura, aditamento que este deverá ser inscrito na JUCEMG.

10.2.9. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da assinatura desta Escritura e o novo agente fiduciário a partir de eventual aditamento em que for nomeado como substituto para exercer a função, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição.

10.2.10. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

10.3. Deveres

10.3.1. Além de outros previstos em lei, ou em ato normativo da CVM, na presente Escritura e nos Contratos de Garantia, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

(a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios negócios;



- (b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra circunstância que lhe impeça o exercício da função;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Emissora perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora;
- (j) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, através de anúncio publicado, pelo menos por 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (k) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

(l) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos as seguintes informações:

- (i) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na prestação obrigatória de informações pela Emissora;
- (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
- (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômico-financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
- (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- (v) amortização, conversão, rescatuação, aquisição facultativa e



pagamento de rendimento das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora; (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora; (vii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura; (viii) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das Debêntures; e (ix) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário.

(m) disponibilizar exemplar do relatório de que trata a alínea anterior aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais: (i) na sede da Emissora; (ii) no local indicado pelo Agente Fiduciário; (iii) na CVM; (iv) na BM&FBOVESPA; (v) na instituição líder da colocação das Debêntures, inclusive, na hipótese de o prazo para apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo máximo da distribuição primária das Debêntures;

(n) publicar, as expensas da Emissora, no órgão da imprensa estabelecido na Cláusula 2.1.1 desta Escritura, anúncio comunicado aos Debenturistas que o relatório se encontra a sua disposição nos locais indicados na alínea (o) acima;

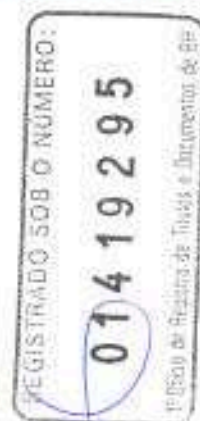
(o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à Instituição Depositária, à BM&FBOVESPA;

(p) fiscalizar, com obrigações de meio, o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigação de fazer e de não fazer;

(q) notificar os Debenturistas por edital e, se possível, individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias (prazo este aplicável à notificação individual) da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura e nos Contratos de Garantia indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada; (i) à CVM; e/ou (ii) à BM&FBOVESPA;

(r) verificar a regularidade da constituição fiduciária dos Créditos Cedidos Fiduciariamente, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, de acordo com o Relatório Gerencial, requerendo, sempre que entender necessário, a realização da auditoria descrita na Cláusula 6.24.5.1 acima;

(s) acompanhar as obrigações da Emissora nos Contratos de Garantia, bem como cumprir com as obrigações estabelecidas pelo Agente Fiduciário nos Contratos de Garantia;



(t) emitir um parecer sobre a insuficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;

(u) calcular e divulgar o IC e o IGR mensalmente, utilizando-se de dados do Relatório Gerencial e informações do Banco Centralizador, conforme indicados nesta Escritura; e

(v) disponibilizar o valor unitário das Debêntures, calculado pela Emissora, aos investidores e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou seu website.

10.4. Atribuições Específicas

10.4.1. Nos casos de ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento ou de deliberação em Assembleia Geral de Debenturistas, quando cabível nos termos desta Escritura, o Agente Fiduciário deverá usar de toda e qualquer ação para proteger os direitos ou defender os interesses dos Debenturistas, devendo para tanto:

(a) declarar observadas as condições desta Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;

(b) tomar toda e qualquer providência necessária para realização dos créditos dos Debenturistas;

(c) requerer a falência da Emissora após a inobservância desta última de notificação que lhe tenha sido encaminhada requerendo o cumprimento da obrigação em atraso, mediante a concessão de prazo de, pelo menos, 5 (cinco) dias; e

(d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora após a inobservância desta última de notificação que lhe tenha sido encaminhada requerendo o cumprimento da obrigação em atraso, mediante a concessão de prazo de, pelo menos, 5 (cinco) dias.

10.4.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá de responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas da Cláusula anterior, se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar pelo quórum de aprovação de Debenturistas que representem a unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea "d" da mesma Cláusula.

10.4.3. O Agente Fiduciário prestará contas à Emissora das despesas necessárias à salvaguarda dos direitos e interesses dos Debenturistas, para o fim de ser, imediatamente ressarcido pela Emissora. O Agente Fiduciário, no entanto, fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter tais despesas reembolsadas pela Emissora, conforme o caso, caso tenham sido realizadas em



discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero ou (ii) a função fiduciária que lhe é inerente.

10.4.4. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma da Cláusula 10.4.3 acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

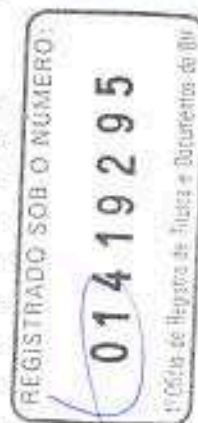
10.4.5. O Agente Fiduciário obriga-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe foram transmitidas pelos Debenturistas e de acordo com as atribuições que lhe são conferidas por lei e pelas demais disposições desta Escritura. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas que lhe forem transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora.

10.4.6. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura, estando o Agente Fiduciário isento, sob qualquer forma ou pretexto de qualquer responsabilidade adicional.

10.4.7. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

10.4.8. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

10.5. Remuneração do Agente Fiduciário.



10.5.1. Serão devidas ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga pelo Coordenador Líder da seguinte forma: parcelas anuais no valor de R\$20.000,00 (vinte mil reais), sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) dia útil após data de assinatura da presente Escritura de Emissão, e os seguintes no mesmo dia dos anos subsequentes.

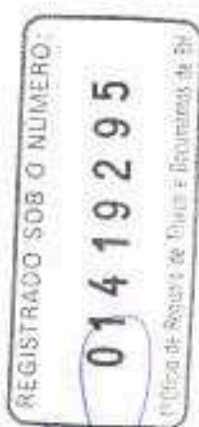
10.5.2. A remuneração será acrescida dos seguintes impostos: ISS (Impostos Sobre Serviços), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição Para Financiamento a Seguridade Social), CSLL (Contribuição Social Sobre Lucro Líquido) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

10.5.3. As parcelas de remuneração serão atualizadas pelo índice geral de Preços do Mercado – IGP – M, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou, na falta deste, ou na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da Data de Emissão a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário.

10.5.4. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos estará sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

10.5.5. A remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

10.5.6. As remunerações não incluem as despesas como viagens, alimentação, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço a serem cobertas pela Emissora, após, sempre que possível, prévia aprovação. Não estando incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditorias nas garantias concedidas ao empréstimo e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento do empréstimo. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora. O Agente Fiduciário, no entanto, fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter tais despesas reembolsadas pela Emissora, conforme o caso, caso tenham sido realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero ou (ii) a função fiduciária que lhe é inerente.



10.5.7. Fica acordado que o Agente Fiduciário devolverá ao Coordenador Líder, no caso de sua substituição, seja por renúncia ou por deliberação dos Debenturistas em Assembleia Geral, o valor líquido de impostos do honorário previsto no item 10.5.1 acima, referente ao serviço não prestado.

10.5.8. No caso de inadimplemento da Emissora todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também gastos com honorário advocatícios, incluem de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionada a solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais relacionadas a presente Emissão serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

10.5.9. Eventuais obrigações adicionais do Agente Fiduciário ou alteração nas características da Emissão facultarão às partes requerer a revisão dos honorários propostos.

CLÁUSULA XI **DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

11.1. *Convocação.* Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matérias de interesses na comunhão dos Debenturistas ("Assembleia Geral").

11.1.2. A Assembleia Geral dos Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

11.1.3. A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes no órgão de imprensa estabelecido na Cláusula 6.25 desta Escritura, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

11.1.4. Será considerada válida a Assembleia que comparecer a totalidade dos Debenturistas independentemente de convocação.



11.2. *Quórum de Instalação.* As Assembleias Gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quórum, conforme previsto no artigo 71, §3º da Lei das Sociedades por Ações.

11.2.1. Para os efeitos da presente Escritura, considera-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora ou detidas por seus controladores, diretos ou indiretos, controladas ou coligadas, bem como por seus respectivos executivos e administradores e respectivos parentes até segundo grau.

11.3. *Mesa Diretora.* A presidência da Assembleia Geral dos Debenturistas caberá ao Debenturista eleitos pelos Debenturistas ou aquele que for designado pela CVM.

11.4. *Quórum de Deliberação.* Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não.

11.4.1. A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures dependerá de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

11.4.2. As alterações referentes: (i) à redução da Remuneração aplicável às Debêntures, à alteração de prazos de vencimento e aos pagamentos de principal, da Remuneração e/ou da Atualização Monetária; (ii) a qualquer modificação nas Cláusulas VIII e IX desta Escritura, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário, e (iii) a qualquer dos termos da Garantia, ou dos Contratos de Garantia, dependerão de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

11.4.3. Toda e qualquer alteração nas Cláusulas ou condições previstas nesta Escritura, ressalvadas as alterações indicadas na Cláusula 11.4.2 acima, dependerá de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, exceto se houver outro quórum específico previsto para a matéria.

11.4.4. Toda e qualquer alteração dos quóruns previstos nesta Escritura dependerá da aprovação dos Debenturistas, com um quórum no mínimo igual ao que esta sendo alterado.

11.4.5. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais dos Debenturistas.

11.4.6. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.



[Handwritten signatures]



[Handwritten signature]

11.4.7. Aplica-se às Assembleias Gerais de Debenturistas no que couber, o disposto na lei das Sociedades por Ações, sobre assembleia geral de acionistas.

CLÁUSULA XII

DECLARAÇÕES E GARANTIAS

12.1. Declarações e Garantias do Agente Fiduciário.

12.1.1. O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora, na data da assinatura desta Escritura que:

- (a) é uma sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e regular segundo as leis da República Federativa do Brasil;
- (b) esta devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com as suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) não tem qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, §3º, da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares, para exercer a função que lhe é conferida;
- (d) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (e) a celebração desta Escritura e os Contratos de Garantia contém obrigações válidas e vinculantes do Agente Fiduciário, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (f) é uma instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (g) o representante legal que assina esta escritura tem poderes estatutários e/ou delegados para assumir em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (h) nos termos da alínea "k", inciso XVII do art. 12 da Instrução CVM 28, além de sua atuação como Agente Fiduciário da presente Emissão, não atua e não presta serviços de agente fiduciário para a Emissora, ou para sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora;
- (i) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer, plenamente, suas funções;



- (j) aceita integralmente todas as Cláusulas e condições da Escritura e dos Contratos de Garantia;
- (k) está ciente da regulamentação aplicável às Debêntures e à Emissão, emanada na CVM, do Banco Central do Brasil e demais autoridades e órgãos competentes;
- (l) verificou a veracidade das informações, observados os termos da Cláusula 12.2.1, abaixo, contidas nesta Escritura na Data de Emissão, nos documentos e informações prestados pela Emissora; e
- (m) na data de assinatura da presente Escritura, a garantia real não está devidamente constituída e exequível, sendo certo que sua constituição está sujeita aos registros nos prazos previstos no Contrato de Cessão Fiduciária, bem como verificou que a garantia real é suficiente em relação ao saldo devedor das Debêntures, na Data de Emissão.

12.1.2. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias em atos de administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido, ou seja, encaminhado pela Emissora, para se basear nas suas decisões.

12.2. Declarações e Garantias da Emissora

12.2.1. A Emissora declara e garante neste ato que:

- (a) está devidamente autorizada a celebrar os Contratos da Emissão e a cumprir com todas as obrigações neles previstas, possuindo capacidade legal e os poderes necessários para celebrar todos os documentos no âmbito da Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) a celebração desta Escritura e dos Contratos de Garantia, bem como a colocação e distribuição das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto pela Garantia e por aqueles já existentes na presente data; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (c) a celebração desta Escritura, dos Contratos de Garantia, e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (d) esta Escritura e os Contratos de Garantia, e as obrigações aqui previstas constituem obrigações da Emissora, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;



(e) as informações financeiras da Emissora, em todos os seus aspectos relevantes, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e foram devidamente elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil;

(f) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas são verdadeiros, consistentes, precisos, completos, corretos e suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre as Debêntures, tendo sido disponibilizadas informações sobre as operações relevantes da Emissora, bem como sobre os direitos e obrigações relevantes delas decorrentes;

(g) a Emissora está cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;

(h) não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental, que seja de conhecimento da Emissora, que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora e em sua condição financeira;

(i) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;

(j) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente as suas funções; e

(k) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante da Emissora, exequível de acordo com seus termos e condições.

12.2.2. A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretroatável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e /ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios razoáveis) diretamente incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula XII.

CLÁUSULA XIII

TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL E EXECUÇÃO ESPECÍFICA

13.1. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 461,



632, e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

CLÁUSULA XIV
DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Esta Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretroatável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.

14.2. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba a quaisquer das partes e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da outra parte prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como constituindo uma renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pelas partes nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

14.3. A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas, ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

14.4. O Agente Fiduciário não é obrigado, para se basear nas suas decisões, a efetuar qualquer verificação de veracidade das deliberações societárias e atos da administração da Emissora ou ainda de qualquer documento ou registro que considere autêntico e que tenha sido, ou seja, encaminhado pela Emissora ou por seus colaboradores. O Agente Fiduciário não será ainda, em nenhuma circunstância, responsável pela elaboração destes documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

14.5. Nos termos do Contrato de Prestação de Serviços Técnicos firmado entre a PBH ATIVOS e o Coordenador Líder para a assessoria financeira para a estruturação e distribuição pública de valores mobiliários em 27 de fevereiro de 2013, Processo 01.009.558.13-48, correrão por conta do Coordenador Líder todos os custos razoáveis e devidamente comprovados, incorridos com a estruturação, registro e distribuição da Oferta, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, do Escriturador, do Banco Liquidante e demais prestadores de serviços. Demais despesas e custos relacionados às Debêntures e não previstos no referido Contrato de Prestação de Serviços, inclusive para a manutenção da



estrutura, cobrança do crédito e demais obrigações previstos nesta Escritura serão suportados pela Emissora ("Despesas").

14.5.1 A Emissora obriga-se a reembolsar os Debenturistas ou o Agente Fiduciário por quaisquer Despesas que os Debenturistas ou o Agente Fiduciário venham a incorrer para exercício de seus direitos, desde que razoáveis e devidamente comprovadas.

14.6. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

14.7. Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura e para execução das obrigações de pagamento previstas nessa Escritura, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as partes certas e ajustadas firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas que também o assinam.

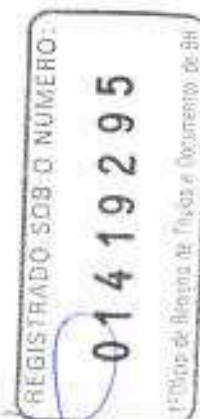
Belo Horizonte, MG, [.] de [.] de 2014.

[restante da página intencionalmente deixado em branco]

ANEXO I À ESCRITURA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES COM GARANTIA REAL

LISTA DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS QUE ATUAM COMO ARRECADADORES DE RECURSOS DO MUNICÍPIO (BANCOS ARRECADADORES)

- Banco do Brasil S.A.
- Banco Bradesco S.A.
- Banco Cooperativo do Brasil S.A.
- Banco Citibank S.A.
- HSBC Bank Brasil S.A.
- Itaú Unibanco S.A.
- Banco Mercantil do Brasil S.A.
- Banco Safra S.A.
- Banco Santander (Brasil) S.A.
- Caixa Econômica Federal.



[Handwritten signatures and initials]

[Circular stamp: BTG Pactual, Depto. Jurídico]

116/163

**ANEXO III À ESCRITURA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES COM GARANTIA
REAL**

LAYOUT DO RELATÓRIO GERENCIAL

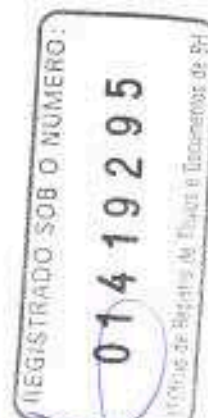
Quanto às informações referentes ao mês imediatamente anterior que devem ser enviadas até o dia [•] de cada mês, um relatório contendo o seguinte:

Saldo atualizado da carteira de Direitos de Crédito Autônomos apurada para o último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior, discriminada:

Carteira Ativa	RS [•]
Carteira de Direitos de Crédito Autônomos Rompidos (Créditos que estão em processamento pelo Município por qualquer motivo)	RS [•]
Valor dos Direitos de Crédito Autônomos em atraso, há mais de 30 dias e cujo rompimento ainda não tenha sido ocorrido no mês calendário imediatamente anterior.	RS [•]

Quanto às informações referentes ao mês em questão, que devem ser enviadas até o dia [•] de cada mês, um relatório contendo o seguinte:

Valor dos Direitos de Crédito Autônomos cuja data de vencimento ocorra no mês calendário do relatório; (Valor esperado para o recebimento de Direitos de Crédito Autônomos para o mês calendário do relatório).	RS [•]
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------



ANEXO IV À ESCRITURA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES COM GARANTIA
REAL

VALOR DO ÍNDICE DE COBERTURA (IC) MÊS A MÊS

[.]



7

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



[Handwritten signature]

ANEXO I
MINUTA DO CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS

CONTRATO DE CUSTÓDIA DE RECURSOS FINANCEIROS
E ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS VINCULADAS

Pelo presente instrumento particular, as partes:

1. **PBH ATIVOS S.A.**, sociedade de economia mista, cuja criação foi autorizada pela Lei Municipal nº 10.003 de 25 de novembro de 2010 ("Lei Municipal 10.003/10"), com sede na Avenida Afonso Pena, nº 774, Bairro Centro, CEP 30.130-003, Belo Horizonte, Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.593.766/0001-79, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Presidente Sr. Edson Ronaldo Nascimento ("Emissora" ou "PBH ATIVOS");

2. **MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE**, estabelecido na Avenida Afonso Pena, nº 1212, Bairro Centro, CEP nº 30130-908, Minas Gerais, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Marcio Araújo de Lacerda e pelo Secretário Municipal de Finanças, Sr. Marcelo Piancastelli de Siqueira ("Cedente" ou "Município");

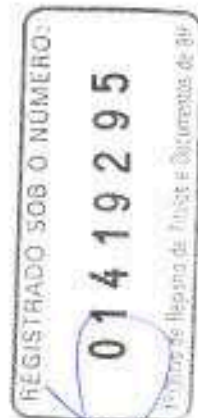
3. **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4200, bloco 04, sala 514, Bairro Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social por seus representantes abaixo assinados, na qualidade de agente fiduciário, e representante legal da comunhão de titulares das debêntures da segunda emissão da Emissora ("Agente Fiduciário");

4. **BANCO DO BRASIL S.A.**, instituição financeira constituída sob a forma de sociedade anônima, com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, na [•], nº [•], inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.000.000.000/0001-99, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seus representantes abaixo assinados, ("Banco Centralizador");

5. **BANCO BTG PACTUAL S.A.**, instituição financeira constituída sob a forma de sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 14º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.306.294/0002-26, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social por seus representantes legais abaixo assinados, como contratante dos serviços ("Contratante dos Serviços" ou "Custodiante");

e, ainda, na qualidade de intervenientes-anuentes:

6. **SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE BELO HORIZONTE**, estabelecida na Rua Espírito Santo, nº 605, 5º andar, Centro, CEP 30.160.030, Belo Horizonte, Minas Gerais,



Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page. A circular stamp for 'BTG Pactual' is visible, along with a stamp for 'Direto. Jurídico'. There are also handwritten numbers '2' and '8'.

neste ato representada pelo Secretário Municipal de Finanças, Sr. Marcelo Piancastelli de Siqueira ("SMF");

7. **PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE**, estabelecida na Rua dos Timbiras, nº 628, Funcionários, CEP 30.140.060, Belo Horizonte, Minas Gerais, neste ato representada pelo Procurador Geral do Município, Dr. Rúsvel Beltrame Rocha ("PGM"); e

8. **EMPRESA DE INFORMÁTICA E INFORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE S/A – PRODABEL**, estabelecida na Av. Presidente Carlos Luz, nº 1275, Bairro Caparaó, CEP: 31.230-000, município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social por seu diretor Haldley Campolina Vidal ("PRODABEL" e, quando em conjunto com a PGM e a SMF, a seguir referidos simplesmente como "Intervenientes Anuentes").

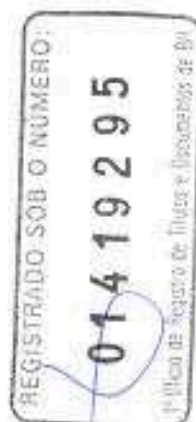
CONSIDERANDO QUE:

(a) O Município instituiu um programa de parcelamento de certos créditos tributários ou não tributários vencidos ao qual o contribuinte ou sujeito passivo de tais débitos ("Contribuinte") poderia aderir, por meio de procedimentos administrativos ou judiciais de parcelamento ("Parcelamentos");

(b) o Cedente foi autorizado, por força da Lei Municipal 10.003/10 e da Lei Municipal 7.932 de 30 de dezembro de 1999, conforme alterada ("Lei Municipal 7.932/99"), a ceder à Emissora, a título oneroso, direitos de crédito autônomos para recebimento do fluxo de pagamentos decorrentes dos créditos tributários ou não tributários vencidos e parcelados pelo Contribuinte através dos Parcelamentos ("Direitos de Crédito Autônomos"), que se encontram ou não inscritos na dívida ativa do Município ("Créditos Tributários ou Não Tributários");

(c) a Emissora, conforme estabelecido em seu objeto social, sua lei de criação e nos termos de seu estatuto social, aprovado pelo Decreto Municipal nº 14.444 de 09 de junho de 2011, tem, entre outros, competência para: (i) titular, administrar e explorar economicamente ativos municipais; (ii) auxiliar o Tesouro Municipal na captação de recursos financeiros, podendo, para tanto, colocar no mercado obrigações de emissão própria, receber, adquirir, alienar e dar em garantia os ativos, créditos, títulos e valores mobiliários da sociedade; e (iii) estruturar e implementar operações que visam à obtenção de recursos junto ao mercado de capitais;

(d) de tal modo, nos termos do artigo 7º da Lei Municipal 7.932/99, a Cedente, a Emissora, o Custodiante e o Agente Fiduciário, com a anuência dos Intervenientes Anuentes, formalizaram a cessão dos Direitos de Crédito Autônomos, por meio da celebração do Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças ("Contrato de Cessão Onerosa"), firmado em 10 de janeiro de 2014 e por meio da assinatura do Termo de



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



121/163

[Handwritten signature]

Cessão e dos Boletins de Subscrição, conforme definidos, respectivamente, no Contrato de Cessão Onerosa e na Escritura da Primeira Emissão;

(e) nos termos do Contrato de Cessão Onerosa, os Direitos de Crédito Autônomos formam um conjunto de recebíveis determinado, identificados (i) por código criptografado fornecido pelo Município, por meio do qual seja identificado cada Parcelamento ("Código Criptografado") e, também, (ii) devidamente relacionados e identificados em CD-ROM, devidamente numerado, identificado e sem possibilidade de editoração, sendo que tal CD-ROM contém todas as informações necessárias e que permitem a perfeita individualização e identificação dos Direitos de Crédito Autônomos, inclusive contendo informações que permitirão a perfeita identificação de cada Contribuinte devedor dos Direitos de Crédito Autônomo, mediante decodificação dos Códigos Criptografados, em estrita observância da legislação vigente, nas hipóteses previstas no Contrato de Cessão Onerosa ("CD-ROM") entregues para custódia pelo Custodiante, sob dever de sigilo, e que deverá guardá-lo na qualidade de fiel depositário;

(f) foram emitidas, em [●], pela Emissora, [●] debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada ("Debêntures Subordinadas"), de forma privada, as quais foram totalmente subscritas pelo Cedente e por ele integralizadas mediante a cessão dos Direitos de Crédito Autônomos ("Emissão de Debêntures Subordinadas");

(g) as condições e características da Emissão das Debêntures Subordinadas estão descritas no Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, da PBH ATIVOS S.A. firmada em 10 de janeiro de 2014 entre a Emissora e o Município, e, como intervenientes anuentes, a SMF e a PGM ("Escritura da Primeira Emissão");

(h) a Emissora realizará, ainda, a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real representada por cessão fiduciária de direitos creditórios ("Debêntures com Garantia Real"), em série única, sob o regime de garantia firme de colocação ("Segunda Emissão"), sendo que as Debêntures com Garantia Real serão objeto de oferta pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos previstos na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº. 476 de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, visando à obtenção de recursos para realizar a amortização das Debêntures Subordinadas;

(i) as condições e características da Segunda Emissão serão descritas no Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão, sendo a 1ª (Primeira) Pública, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, Para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, em Série Única, da PBH ATIVOS S.A. ("Escritura da Segunda Emissão") a ser firmado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, com a SMF e a PGM como intervenientes anuentes;



7

[Handwritten signatures and stamps]

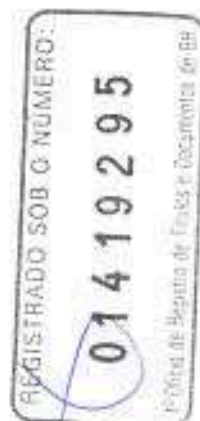
STG Pactual
Dep. Jurídico

(j) a Escritura da Segunda Emissão preverá, ainda, que os Créditos Cedidos Fiduciariamente (conforme definido no Considerando I abaixo), serão cedidos fiduciariamente em favor dos titulares das Debêntures com Garantia Real ("Debenturistas"), conforme Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receita e Outras Avenças da PBH ATIVOS S.A., a ser celebrado entre a Emissora, o Município e o Agente Fiduciário, com a interveniência da SMF e da PGM ("Contrato de Cessão Fiduciária"), a título de garantia fiel e cabal do cumprimento de todas as obrigações decorrentes das Debêntures com Garantia Real, da Escritura da Segunda Emissão e dos contratos de garantia a ela relacionados, e eventuais aditivos ou prorrogações, obrigações essas principais, acessórias e moratórias presentes e futuras, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora, no âmbito da Segunda Emissão, inclusive o principal da dívida, juros ordinários e de mora, encargos moratórios, multas, atualização monetária, tributos ou contribuições, além das despesas razoáveis e comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário para defesa, conservação e satisfação integral dos Debenturistas e outras despesas previstas ou decorrentes dos respectivos instrumentos contratuais, seja em juízo ou fora dele ("Obrigações Garantidas");

(k) os recursos decorrentes do recebimento dos pagamentos referentes aos Créditos Cedidos Fiduciariamente (conforme abaixo definido) serão depositados em contas correntes centralizadoras e vinculadas, de titularidade da Emissora ou do Município, conforme o caso, movimentáveis, única e exclusivamente pelo Banco Centralizador, com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário, até o pagamento integral das Obrigações Garantidas, nos termos deste Contrato;

(l) como garantia real das obrigações assumidas na Escritura da Segunda Emissão, a Emissora e o Município (no caso do Município, exclusivamente no que se refere aos direitos sobre a titularidade da Conta Centralizadora do Município) cederão, na forma do Contrato de Cessão Fiduciária, em favor do Agente Fiduciário, este na qualidade de representante dos Debenturistas, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta dos seguintes direitos, em cessão fiduciária em garantia, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições ("Créditos Cedidos Fiduciariamente"), os quais deverão ter sido transferidos da Conta Centralizadora da Emissora ou da Conta Centralizadora do Município (abaixo definidas), líquidos dos Recursos Excluídos, para a Conta de Recebimento (abaixo definidos):

- (i) os Direitos de Crédito Autônomos;
- (ii) os direitos detidos pela Emissora emergentes do Contrato de Cessão Onerosa, incluindo, mas não se limitando, ao direito de indenização; e
- (iii) todos os recursos, direitos de crédito e acessórios relacionados aos Direitos de Crédito Autônomos, já desconsiderando os Recursos Excluídos (conforme definidos na cláusula 1.2 do Anexo I), depositados ou a serem depositados e mantidos, nas Contas Vinculadas (conforme definidas abaixo, e os quais



deverão ser aplicados pelo Banco Centralizador na noite do Dia Útil de seu depósito em Investimento Permitido, conforme definido e na forma prevista no Anexo IV, cujos títulos, cotas, ativos e rendimentos correspondentes também farão parte dos Créditos Cedidos Fiduciariamente), bem como todos os direitos sobre as Contas Vinculadas, cuja movimentação se dará exclusivamente nos termos deste Contrato.

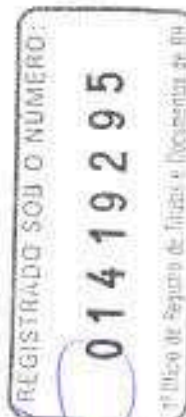
(m) o Município e o Banco Centralizador firmaram o Contrato de Prestação de Serviços Financeiros e Outras Avenças nº 01.2011.0802.0001.00.00, o qual prevê, na Cláusula Primeira, alínea "b", item 2, a prestação de serviços de recebimento de tributos e, no parágrafo primeiro, o compromisso de consultar o Banco Centralizador sobre o interesse na prestação de serviços não previstos no referido contrato, os quais se incluem aqueles descritos neste Contrato; e

(n) a Emissora, o Município e o Contratante dos Serviços desejam contratar o Banco Centralizador e o Banco Centralizador deseja ser contratado para prestar serviços de custódia de recursos financeiros e administração das Contas Vinculadas (abaixo definidas) nos termos do presente Contrato de Custódia de Recursos Financeiros e Administração de Contas Vinculadas ("Contrato").

ISTO POSTO, as partes ajustam o seguinte:

CLÁUSULA I OBJETO

- 1.1 O Banco Centralizador prestará serviços de custódia de recursos financeiros e de recebimento dos Créditos Cedidos Fiduciariamente, bem como de administração das Contas Vinculadas, conforme previsto neste Contrato.
- 1.2 Para prestação dos serviços objeto deste Contrato o Banco Centralizador manterá as seguintes Contas Vinculadas:
- (i) conta vinculada nº 15.678-7, agência 1615-2 mantida junto ao Banco Centralizador, de titularidade do Município, exclusivamente vinculada a este Contrato, na qual serão depositados, dentre outros créditos, a totalidade dos recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos que venham a ser recebidos em decorrência de pagamentos realizados por débito automático nas contas correntes indicadas pelos Contribuintes; a ser movimentada exclusivamente pelo Banco Centralizador, com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário, até o integral pagamento das Obrigações Garantidas ("Conta Centralizadora do Município")
 - (ii) conta vinculada nº 14.732-X, agência 1615-2 mantida junto ao Banco Centralizador, de titularidade da Emissora, exclusivamente vinculada a este Contrato, na qual serão



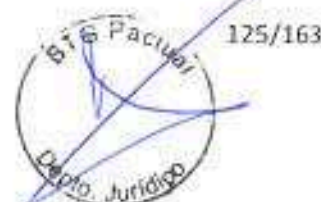
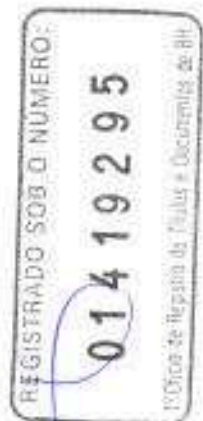
Handwritten signatures and stamps. A circular stamp of the Municipality of São Paulo (PM) is visible, with the text 'PM São Paulo' and '124/163'. There are also handwritten numbers '1' and '2' and a signature.

depositados a totalidade dos recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos que venham a ser recebidos em decorrência de pagamentos realizados através de boletos, a ser movimentada exclusivamente pelo Banco Centralizador, com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário, até o integral pagamento das Obrigações Garantidas ("Conta Centralizadora da Emissora");

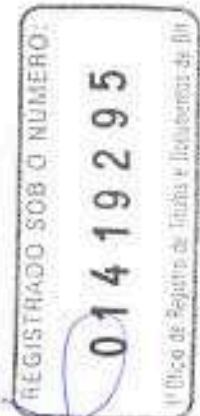
(iii) conta vinculada nº 14.898-9, agência 1615-2 mantida junto ao Banco Centralizador, de titularidade da Emissora, exclusivamente vinculada a este Contrato, para a qual serão transferidos os recursos da Conta Centralizadora do Município e da Conta Centralizadora da Emissora e os recursos recebidos em decorrência de litígio judicial, nos termos da Cláusula 5.3 (a) do Anexo I ao presente, já excluídos os Recursos Excluídos, e mantidos os recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos (bem como os rendimentos e os recursos decorrentes do Investimento Permitido, realizado com recursos desta conta), a ser movimentada exclusivamente pelo Banco Centralizador com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário até o integral pagamento das Obrigações Garantidas, observado o IGR e o IC previstos na Escritura de Segunda Emissão ("Conta de Recebimento");

(iv) conta vinculada nº 14.915-2, agência 1615-2 mantida junto ao Banco Centralizador, de titularidade da Emissora, exclusivamente vinculada a este Contrato, na qual será depositado e mantido o montante equivalente à próxima parcela vincenda de amortização do valor nominal unitário das Debêntures com Garantia Real (descritos no Anexo III), acrescida de valor equivalente à próxima parcela vincenda de remuneração das Debêntures com Garantia Real projetadas pelo Agente Fiduciário (bem como os rendimentos do Investimento Permitido, realizado com recursos desta conta), a ser movimentada exclusivamente pelo Banco Centralizador, com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário, até o integral pagamento das Obrigações Garantidas ("Conta de Pagamento");

(v) conta vinculada nº 14.917-9, agência 1615-2 mantida junto ao Banco Centralizador, de titularidade da Emissora, exclusivamente vinculada a este Contrato, e constituída para completar o pagamento das amortizações programadas e o pagamento da remuneração das Debêntures com Garantia Real, na qual será depositado e mantido o montante equivalente ao Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, conforme definido na cláusula 5.10 do Anexo I (bem como os rendimentos do Investimento Permitido, realizado com recursos desta conta), a ser movimentada exclusivamente pelo Banco Centralizador com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário até o integral pagamento das Obrigações Garantidas ("Conta de Serviço de Dívida", e, em conjunto com a Conta Centralizadora do Município, a Conta Centralizadora da Emissora, a Conta de Recebimento e a Conta de Pagamento, "Contas Vinculadas").



- 1.2.1 Os prazos e especificidades relacionadas aos valores recebidos nas referidas Contas Vinculadas estão devidamente descritos nas condições operacionais constantes do Anexo I a este Contrato.
- 1.2.2 Adicionalmente, o Banco Centralizador manterá a conta corrente nº 14932-2, agência 1615-2, de titularidade da Emissora, de livre movimentação pela Emissora, para a qual serão transferidos, no Dia Útil subsequente, os eventuais recursos excedentes das Contas Vinculadas, respeitadas as disposições operacionais do Anexo I deste Contrato ("Conta de Livre Movimentação"), bem como da Escritura da Segunda Emissão, do Contrato de Cessão Onerosa e do Contrato de Cessão Fiduciária.
- 1.3 O Banco Centralizador movimentará as Contas Vinculadas em estrita obediência ao estabelecido no Anexo I a este Contrato. De acordo com o Contrato de Cessão Onerosa, o Município, a Emissora e o Agente Fiduciário concordam, de forma irrevogável e irretratável, e declaram estar cientes de que a referida movimentação é exclusiva do Banco Centralizador, com prévia e expressa autorização do Agente Fiduciário, até o integral pagamento das Obrigações Garantidas, o que será comunicado pelo Agente Fiduciário às demais partes deste Contrato.
- 1.4 O Banco Centralizador somente poderá movimentar as Contas Vinculadas de maneira diversa da prevista no Anexo I a este Contrato, na hipótese de ordem judicial, mandamento legal ou regulamentar, observadas as disposições previstas nos itens 1.4.1, 1.4.2 e 1.4.3 abaixo:
- 1.4.1 Na hipótese de o cumprimento da cláusula 1.4 acima resultar em bloqueio das Contas Vinculadas, o Banco Centralizador deverá notificar por escrito, tal fato à Emissora e ao Agente Fiduciário tão logo seja possível, mas dentro do prazo de 10 (dez) dias contados do bloqueio.
- 1.4.2 Na hipótese de a ordem judicial ou mandamento, nos termos da cláusula 1.4 acima, impor a transferência de recursos constantes das Contas Vinculadas ou qualquer outra movimentação das Contas Vinculadas de maneira diversa da prevista no Anexo I a este Contrato, o Banco Centralizador deverá notificar, por escrito, tal fato à Emissora e ao Agente Fiduciário tão logo seja possível, mas dentro do prazo de 10 (dez) dias contados da implementação da operação imposta.
- 1.4.3 O dever de notificação previsto nas cláusulas acima não afastará a obrigação de cumprimento da ordem judicial, mandamento legal ou regulamentar, independentemente de anuência por parte da Emissora ou do Agente Fiduciário.



1.5 A Emissora e o Município autorizam o Banco Centralizador, neste ato e de forma irrevogável e irretirável, a fornecer ao Agente Fiduciário e à PRODABEL e o Agente Fiduciário a repassar aos Debenturistas, quando solicitado, todas as informações referentes a qualquer movimentação e o saldo das Contas Vinculadas, inclusive, a liberação de acesso total às Contas Vinculadas, através da modalidade de autoatendimento, disponibilizado pelo Banco Centralizador através da internet ("Auto Atendimento Setor Público Banco do Brasil"), renunciando expressamente ao direito de sigilo bancário em relação a tais informações, de acordo com o inciso V, parágrafo 3º, artigo 1º, da Lei Complementar nº 105 de 10 de janeiro de 2001.

1.6 A Emissora e o Município, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, e para todos os fins e efeitos de direitos, inclusive, sem qualquer limitação, do previsto no artigo 117 do Código Civil Brasileiro e das normas do Banco Central do Brasil que forem aplicáveis e nos termos dos artigos 653 e seguintes do Código Civil, (a) outorgam, por meio deste Contrato, ao Banco Centralizador todos os poderes, autorizações e instruções que forem necessárias para que efetue os desembolsos das Contas Vinculadas, assim como os respectivos pagamentos e transferências, nos termos e condições previstos neste Contrato, na Escritura da Segunda Emissão, no Contrato de Cessão Onerosa e no Contrato de Cessão Fiduciária; e (b) concordam que nenhuma instrução ou autorização posterior da Emissora ou do Município será necessária para permitir que o Banco Centralizador efetue os referidos desembolsos, pagamentos e transferências e concorda, ainda, que tais desembolsos, pagamentos e transferências atenderão, por si só, às obrigações do Banco Centralizador previstas neste Contrato, no que concerne aos recursos dessa forma desembolsados, pagos e transferidos, tão integralmente e com a mesma eficácia, como se tais desembolsos, pagamentos e transferências tivessem sido efetuados diretamente pela Emissora ou pelo Município. Na medida permitida pela lei aplicável, a Emissora e o Município, por este ato, em caráter irrevogável e incondicional, renunciam a quaisquer eventuais direitos, que lhe sejam assegurados pela lei aplicável, no que se refere à relação cliente-banco havida entre a Emissora e o Município e o Banco Centralizador, ficando estabelecido, contudo, que o Banco Centralizador ficará responsável, perante a Emissora e perante o Município por má-fé, dolo, fraude ou culpa no cumprimento de suas obrigações previstas no presente Contrato. Tal mandato é outorgado como condição deste Contrato, a fim de assegurar o cumprimento das obrigações aqui estabelecidas e é irrevogável, nos termos do artigo 684 do Código Civil. Tal mandato deverá ser válido e eficaz pelo prazo de vigência deste Contrato e ou enquanto subsistirem as Obrigações Garantidas.

CLÁUSULA II

CONTINGÊNCIAS

2.1 As partes obrigam-se a manter sistemas, meios de telecomunicação, local e pessoal treinado para impedir interrupções na execução das atividades objeto deste Contrato, decorrentes de



atos ou fatos imprevistos, tais como greves e falhas de sistemas de informática e telecomunicações.

- 2.2 A despeito de as partes adotarem procedimentos de contingência, elas não responderão por eventuais interrupções nas atividades que lhe caibam, se decorrentes de falhas nos sistemas públicos de infraestrutura e telecomunicações.

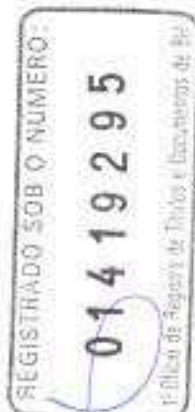
CLÁUSULA III CONFIDENCIALIDADE

- 3.1 As partes, seus dirigentes, diretores, funcionários e representantes, a qualquer título, manterão sigilo a respeito de todas as informações confidenciais a que tiverem acesso uma das outras em decorrência deste Contrato ("Informações Confidenciais"), durante a sua execução e enquanto as Debêntures com Garantia Real estiverem em circulação.
- 3.2 São consideradas Informações Confidenciais, para os fins deste Contrato, todos os documentos, informações gerais, comerciais, operacionais ou outros dados privativos das partes, de seus clientes e de pessoas ou entidades com as quais mantenham relacionamento, bem como todo e qualquer material desenvolvido e/ou alterado com tais informações gerais, comerciais, operacionais, excetuadas apenas aquelas que (i) sejam ou se tornem de domínio público sem a interferência de qualquer parte; e (ii) sejam de conhecimento de qualquer parte ou de seus representantes antes do início das negociações que resultarem neste Contrato.
- 3.3 As partes somente poderão revelar a terceiros Informações Confidenciais mediante prévia autorização escrita da parte proprietária da informação, exceto no caso de determinação de autoridade pública ou em decorrência de ordem judicial, hipóteses em que procederão como segue: (i) imediatamente dará notícia à parte proprietária das Informações Confidenciais a respeito da ordem da autoridade pública ou do juiz, exceto se da intimação constar vedação nesse sentido; e (ii) prestará todas as informações e subsídios que possam ser necessários para que o titular das Informações Confidenciais, a seu critério, possa defender-se contra a divulgação de qualquer informação confidencial, observada eventual limitação em referida intimação ou restrição legal.
- 3.4 Além de constituir infração contratual, a violação do dever de confidencialidade, inclusive aquela cometida por seus funcionários, dirigentes e representantes a qualquer título, obriga a parte infratora ao pagamento de indenização pelos danos causados diretamente à parte proprietária da informação, conforme sentença final transitada em julgado, sem prejuízo de continuar cumprindo, no que cabível, o dever de confidencialidade.
- 3.5 As disposições desta cláusula 3ª permanecerão válidas e em vigor mesmo após o cumprimento de todas as obrigações decorrentes do presente Contrato.



CLÁUSULA IV REMUNERAÇÃO DO BANCO CENTRALIZADOR

- 4.1 O Contratante dos Serviços pagará ao Banco Centralizador, a título de implementação das Contas Vinculadas, o valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), no 10º dia do mês subsequente à assinatura deste Contrato, por meio de transferência eletrônica para a Conta de Recebimento, ficando desde já o Banco Centralizador autorizado a efetuar o débito do montante devido diretamente da referida conta.
- 4.2 A Emissora pagará ao Banco Centralizador, a título de taxa mensal pelos serviços prestados em decorrência deste Contrato, o valor de R\$ 3.850,00 (três mil, oitocentos e cinquenta reais), mensalmente, no 10º (décimo) dia de cada mês subsequente à assinatura deste Contrato, por meio de débito na Conta de Recebimento ou de outra forma que vier a ser acordada entre ambos.
- 4.3 O valor constante da cláusula 4.2 acima será reajustado, observando-se a periodicidade anual, segundo a variação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE), ou, na sua falta, do IGP-DI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna), publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.
- 4.4 Se houver atraso no pagamento da remuneração prevista nas cláusulas 4.1 e 4.2 acima, o devedor dos valores correspondentes pagará juros moratórios de 12% (doze por cento) ao ano e multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito corrigido pela variação do IPCA ou, na sua falta, do IGP-DI/FGV.
- 4.5 Caso o pagamento da remuneração prevista na Cláusula 4.2 acima seja realizado mediante débito na Conta de Recebimento, a Emissora e o Agente Fiduciário autorizam, desde já, o resgate dos recursos aplicados no Investimento Permitido para efetivação do pagamento, caso necessário.
- 4.6 A Emissora compromete-se a encaminhar ao Banco Centralizador, até o dia 28 de fevereiro de cada ano, e desde que solicitado por escrito pelo Banco Centralizador com, pelo menos, 20 (vinte) dias de antecedência, o Comprovante Anual de Rendimentos Pagos ou Creditados e de Retenção de Imposto de Renda na Fonte – Pessoa Jurídica referente aos pagamentos pelos serviços prestados em decorrência deste Contrato no ano anterior, nos termos previstos na Cláusula 4.2 acima.
- 4.6.1 Na eventualidade de a Emissora deixar de enviar ao Banco Centralizador o comprovante mencionado na cláusula 4.5, ou enviá-lo intempestivamente, a Emissora



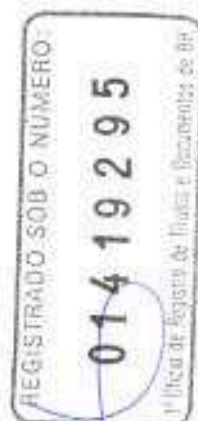
arcará com multa correspondente a duas vezes o valor da parcela mensal definida na Cláusula 4.2, cujo pagamento será efetuado na forma mencionada na referida Cláusula 4.2.

CLÁUSULA V REPARAÇÃO DE DANOS

- 5.1 As partes obrigam-se a responder pela reparação dos danos causados uma à outra, ou a terceiros, relacionados com os serviços objeto deste Contrato. Tendo em vista que a atuação da PRODABEL no âmbito deste Contrato se dá em benefício do Município, este será responsável direto por eventuais falhas da PRODABEL na execução das atividades a ela atribuídas durante a vigência deste Contrato.
- 5.2 Estão incluídos nos danos previstos no subitem anterior os gastos e prejuízos decorrentes de condenações, multas, juros e outras penalidades impostas por leis, regulamentos ou autoridades fiscalizadoras em processos administrativos ou judiciais, bem como os honorários advocatícios incorridos nas respectivas defesas, conforme decisão transitada em julgado, da qual não caibam mais recursos.
- 5.3 A parte infratora reembolsará, no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar do aviso que lhe for enviado, acompanhado dos respectivos comprovantes e demonstrativos, o valor correspondente a eventuais prejuízos causados à outra parte, inclusive o relativo a custas e honorários advocatícios, atualizado com base na variação do IPCA ou, na sua falta, do IGP-DI/FGV, desde a data do desembolso até a do ressarcimento, acrescido, na mora, de juros de 12% ao ano e multa de 2%, conforme decisão transitada em julgado, da qual não caibam mais recursos.

CLÁUSULA VI VIGÊNCIA

- 6.1 Este Contrato é celebrado pelo prazo equivalente ao do efetivo e integral cumprimento das Obrigações Garantidas, o que será demonstrado por carta de quitação enviada pelo Agente Fiduciário às demais partes deste Contrato no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data em que houver a liquidação integral das Obrigações Garantidas.
- 6.1.1. As partes concordam, desde já, que, independentemente da data constante da Cláusula 6.1 acima, enquanto o Banco Centralizador não for devidamente notificado do integral cumprimento das Obrigações Garantidas, este Contrato permanecerá vigente e a remuneração prevista na cláusula 4.2 continuará sendo cobrada.
- 6.2 Na data de extinção deste Contrato, as Contas Vinculadas entrarão em regime de encerramento nos termos da regulamentação em vigor, e uma vez concluído o regime de



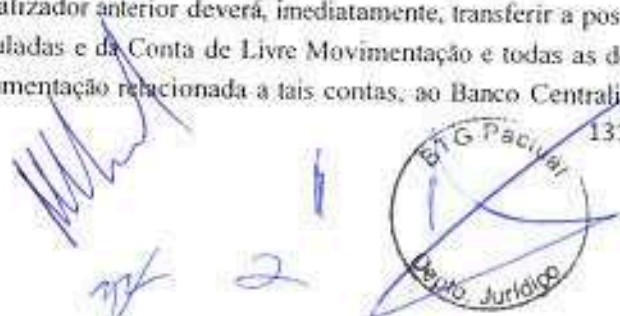
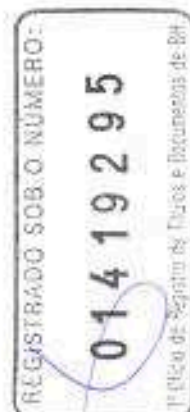
encerramento, as Contas Vinculadas serão automaticamente encerradas, ficando o Banco Centralizador, desde já, autorizado a tomar todas as providências necessárias para tanto.

6.3 Este Contrato somente entrará em vigor após (i) a assinatura de todas as partes; (ii) recepção, pelo Banco Centralizador, das respectivas vias assinadas, e (iii) a validação dos documentos previstos na cláusula 10.15 deste Contrato. A prestação dos serviços continuará até a total baixa do sistema ou liquidação integral das Obrigações Garantidas, que deverá ser comunicada pela Emissora, mediante apresentação de termo de quitação das Obrigações Garantidas emitido pelo Agente Fiduciário.

6.3.1. As partes concordam, desde já, que o Banco Centralizador tem o prazo de até 4 (quatro) Dias Úteis para iniciar a operacionalização deste Contrato, contado do cumprimento do disposto na cláusula 6.3 acima e desde que não seja verificada qualquer pendência na documentação encaminhada, o que deverá ser prontamente comunicado pelo Banco Centralizador.

6.4 O Banco Centralizador poderá denunciar os seus direitos e obrigações previstas neste Contrato mediante notificação prévia e por escrito, enviada com, pelo menos, 60 (sessenta) dias de antecedência, simultaneamente à Emissora, ao Município, ao Agente Fiduciário e ao Contratante dos Serviços, sendo que, em tal prazo, as partes deverão contratar, de comum acordo, em condições equivalentes às deste Contrato, um banco centralizador sucessor ("Banco Centralizador Sucessor"). Caso, no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento da notificação prevista acima, o Banco Centralizador receba do Agente Fiduciário, em conjunto com a Emissora, o Município e o Contratante dos Serviços, notificação informando que o Banco Centralizador Sucessor ainda não foi contratado, o Banco Centralizador obrigase a permanecer exercendo seus direitos e obrigações ora descritos neste Contrato, pelo prazo adicional de 60 (sessenta) dias contados do final de tal período de 60 (sessenta) dias, perfazendo, desta forma, um total de 120 (cento e vinte) dias contados desde o recebimento, pelo Agente Fiduciário, da notificação enviada pelo Banco Centralizador, sendo que, ao final de tal processo, o Banco Centralizador colocará à disposição do Agente Fiduciário os valores depositados nas Contas Vinculadas, ocasião em que o Banco Centralizador dará como liquidadas as obrigações decorrentes deste Contrato.

6.5 Assim que o Banco Centralizador Sucessor tenha aceitado sua nomeação, em forma satisfatória aos Debenturistas, (i) tal Banco Centralizador Sucessor sucederá e será investido em todos os direitos, poderes, privilégios e deveres do Banco Centralizador anterior, (ii) o Banco Centralizador anterior ficará liberado dos respectivos deveres e obrigações aqui previstos, os quais deverão continuar a ser integralmente cumpridos pelo Banco Centralizador anterior até a data em que ocorrer a sua efetiva liberação, nos termos aqui previstos; e (iii) o Banco Centralizador anterior deverá, imediatamente, transferir a posse e o controle sobre as Contas Vinculadas e da Conta de Livre Movimentação e todas as demais contas, bem como toda a documentação relacionada a tais contas, ao Banco Centralizador



Sucessor, devendo, ainda, assinar e entregar todas as notificações, instruções e cessões necessárias ou convenientes para a transferência, ao Banco Centralizador Sucessor, de todos os direitos sobre as Contas Vinculadas e a Conta de Livre Movimentação. Após a renúncia ou destituição do Banco Centralizador, as disposições deste instrumento permanecerão em vigor com relação aos atos e omissões por ele praticados enquanto no exercício das atribuições previstas neste Contrato.



- 6.6 O Banco Centralizador Sucessor mencionado acima deverá ser um banco de primeira linha aprovado pelos Debenturistas e pela Emissora em conjunto, incluindo, mas não limitado às seguintes instituições: Itaú Unibanco, Bradesco ou Caixa Econômica Federal.

CLÁUSULA VII RESOLUÇÃO

- 7.1 Este Contrato poderá ser resolvido, a critério da parte prejudicada, nas seguintes hipóteses:

- (i) se qualquer parte descumprir obrigação prevista neste Contrato e, após ter sido notificada por escrito por outra parte, deixar de corrigir seu inadimplemento no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contado do recebimento da aludida notificação;
- (ii) imediatamente, mediante simples aviso, se o Banco Centralizador sofrer liquidação ou intervenção, judicial ou extrajudicial; ou
- (iii) descredenciamento do Banco Centralizador para o exercício das atividades previstas neste Contrato.



- 7.2. Em qualquer das hipóteses previstas acima, as partes deverão providenciar imediatamente a substituição do Banco Centralizador pelo Banco Depositário Sucessor, ficando o Agente Fiduciário, em conjunto com a Emissora, responsável pela condução do referido processo de substituição.

CLÁUSULA VIII COMUNICAÇÕES

- 8.1 As comunicações escritas entre as partes serão feitas exclusivamente por intermédio dos representantes de cada uma, relacionados no Anexo II, nos respectivos endereços ali indicados e poderá ser feita por meio de cartas enviadas com aviso de recebimento (AR) ou e-mail.
- 8.2 As partes poderão alterar os representantes acima referidos, a qualquer tempo, desde que as outras partes sejam avisadas por escrito com antecedência mínima de 1 (um) Dia Útil.



- 8.3 Todas as notificações relacionadas a este Contrato, inclusive as relacionadas à liberação, retenção, aplicação ou resgate dos valores constantes nas Contas Vinculadas, deverão ser enviadas pelas Partes ao Banco Centralizador exclusivamente para o e-mail: age1615@bb.com.br.

CLÁUSULA IX CESSÃO

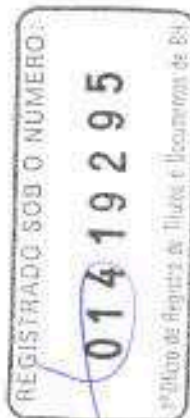
- 9.1 Fica vedada a cessão dos direitos e transferência das obrigações decorrentes deste Contrato sem anuência da outra parte, ressalvada a hipótese de as partes os cederem total ou parcialmente a empresa pertencente aos seus conglomerados econômicos e desde que os cessionários estejam autorizados pelos órgãos reguladores a exercer as atividades decorrentes deste Contrato.

CLÁUSULA X DISPOSIÇÕES GERAIS

- 10.1 Ressalvadas as obrigações assumidas neste Contrato, o Banco Centralizador fica, desde já, isento de quaisquer responsabilidades pelo cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário, inclusive em possíveis questionamentos administrativos e/ou judiciais, acerca da operação de emissão das debêntures, exceto nas hipóteses em que tenha contribuído com culpa ou dolo para a ocorrência do dano.
- 10.2 O Banco Centralizador não terá responsabilidade em relação à Escritura da Segunda Emissão, e não será, sob nenhum pretexto ou fundamento, chamado a atuar como árbitro com relação a qualquer controvérsia surgida entre as partes ou intérprete das condições nela estabelecidas. O Banco Centralizador declara, neste ato e de forma irrevogável e irretirável, ter conhecimento e não se opor aos termos e condições do Contrato de Cessão Onerosa e do Contrato de Cessão Fiduciária, cujas cópias encontram-se anexas ao presente Contrato como Anexo VI.
- 10.3 O Banco Centralizador terá o direito de confiar em laudo arbitral, ordem, sentença judicial ou outro tipo de instrumento escrito que lhe for entregue, conforme aqui previsto, sem que fique obrigado a verificar a autenticidade ou a exatidão dos fatos neles declarados ou sua adequação, exceto se entender que existe uma fraude explícita nos documentos, sendo obrigado a informar a Emissora sobre isso.
- 10.4 O Banco Centralizador cumprirá todas as disposições constantes das notificações e documentos recepcionados desde que estejam de acordo com as determinações deste Contrato.



- 10.5 O Banco Centralizador não prestará declaração quanto ao conteúdo, à validade, ao valor, à autenticidade, ou à possibilidade de cobrança de qualquer duplicata, título, ou outro documento, ou instrumento por ele detido ou a ele entregue, em relação a este Contrato. Contudo, o Banco Centralizador será responsável pela correta e perfeita segregação e identificação dos Créditos Cedidos Fiduciariamente e respectivo repasse às Contas Vinculadas.
- 10.6 O Banco Centralizador não será responsável caso, por força de decisão judicial, tome ou deixe de tomar qualquer medida que de outro modo seria exigível.
- 10.7 O Banco Centralizador não será responsável se os valores depositados nas Contas Vinculadas forem bloqueados por ordem administrativa ou judicial, emitida por autoridade a qual o Banco Centralizador esteja sujeito, entre outras, Banco Central do Brasil, Conselho Monetário Nacional e Secretaria da Receita Federal.
- 10.8 Este Contrato é firmado sem obrigação de exclusividade e as partes não poderão usar ou associar serviços e produtos aos nomes e marcas um do outro, inclusive em editais e materiais publicitários, salvo mediante autorização prévia, por escrito, da parte detentora do nome ou marca que será utilizada.
- 10.9 O recolhimento dos tributos incidentes sobre esta contratação será realizado pela parte definida como contribuinte pela legislação tributária, na forma nela estabelecida.
- 10.10 O Banco Centralizador não terá nenhuma responsabilidade em relação às formalidades legais para a regular constituição de garantias, sendo tal responsabilidade atinente à Emissora, mediante acompanhamento do Agente Fiduciário, na forma dos normativos da CVM e da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976.
- 10.11 A tolerância de uma das partes quanto ao descumprimento de qualquer obrigação pela outra parte não significará renúncia ao direito de exigir o cumprimento da obrigação, nem perdão, nem alteração do que foi aqui contratado.
- 10.12 Os termos em iniciais maiúsculas que não forem definidos neste instrumento terão o mesmo significado a eles atribuídos na Escritura da Segunda Emissão.
- 10.13 O presente Contrato constitui título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.
- 10.14 Caso qualquer disposição do presente Contrato seja considerada nula, ilegal ou inexecutável, as partes deverão negociar de boa-fé, de forma a chegar a um acordo na redação



de uma nova cláusula que seja satisfatória a qual reflita suas intenções, conforme expressas no presente Contrato, a qual substituirá aquela considerada nula, ilegal ou inexecutável.

10.15 As partes obrigam-se a enviar ao Banco Centralizador, juntamente com as vias assinadas com reconhecimento de firma deste instrumento, documentação societária e pessoal das partes em cópia autenticada, para fins de validação de poderes.

10.15.1 As partes reconhecem, ainda, que o Banco Centralizador não poderá movimentar as Contas Vinculadas ou realizar qualquer aplicação sobre os recursos nelas mantidos antes do recebimento da documentação mencionada na cláusula 10.15, acima.

10.16 Para os efeitos do disposto neste Contrato, entende-se por "Dia Útil" o dia em que os bancos não deverão ou não poderão, por lei ou ordem executiva, estar fechados na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, conforme estabelecido pelo Banco Central do Brasil.

CLÁUSULA XI - FORO

11.1 Fica eleito o foro central da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, como o competente para dirimir disputas relativas a este Contrato.

E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente Contrato em 12 (doze) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos de direito, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Belo Horizonte, [•] de [•] de 2014.

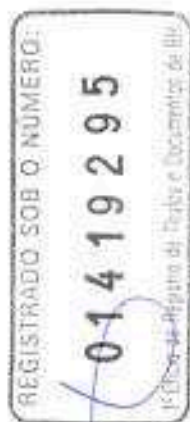
Restante da página deixado intencionalmente em branco.

ANEXO I AO CONTRATO DE CUSTÓDIA DE RECURSOS FINANCEIROS E ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS VINCULADAS

CONDIÇÕES OPERACIONAIS

CLÁUSULA I CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS

1.1 A Emissora e o Município (no caso do Município, exclusivamente no que se refere aos direitos sobre a titularidade da Conta Centralizadora do Município), nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, cederam, fiduciariamente, ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, a propriedade fiduciária, em primeiro e único grau, o

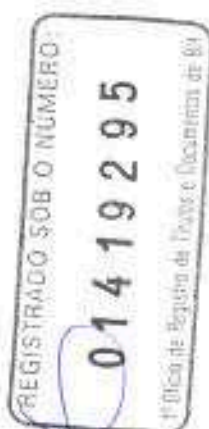


Handwritten signatures and stamps. One circular stamp reads 'BTG Pactual' and 'Departamento Jurídico'. The number '135/163' is handwritten next to it.



domínio resolúvel e a posse indireta dos seguintes direitos, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições, designados Créditos Cedidos Fiduciariamente, cuja custódia será realizada pelo Banco Centralizador, na forma deste Contrato:

- (i) os Direitos de Crédito Autônomos;
- (ii) os direitos detidos pela Emissora emergentes do Contrato de Cessão Onerosa, incluindo, mas não se limitando, ao direito de indenização; e
- (iii) todos os recursos, direitos de crédito e acessórios relacionados aos Direitos de Crédito Autônomos, já desconsiderando os Recursos Excluídos (conforme definido abaixo), depositados ou a serem depositados e mantidos nas Contas Vinculadas (os quais deverão ser aplicados pelo Banco Centralizador na noite do Dia Útil de seu depósito no Investimento Permitido, conforme definido e na forma prevista no Anexo IV ao Contrato, cujos títulos, cotas, ativos e rendimentos correspondentes também farão parte dos Créditos Cedidos Fiduciariamente), bem como todos os direitos sobre as Contas Vinculadas, cuja movimentação se dará exclusivamente nos termos deste Contrato.



1.2 Estão excluídos do conceito de Direitos de Crédito Autônomos os valores referentes (i) aos honorários advocatícios, para os casos em que tenha havido propositura de ação judicial para cobrança dos Créditos Tributários ou Não Tributários; e (ii) da taxa de expedição dos boletos de cobrança dos Direitos de Crédito Autônomos ("Recursos Excluídos"). Tais valores deverão, na forma das Cláusulas 5.2 e 5.3 abaixo, ser segregados dos Direitos de Crédito Autônomos recebidos e serão devolvidos para a conta corrente que vier a ser indicada pelo Município.

1.3 Os Créditos Cedidos Fiduciariamente são entregues em garantia de cumprimento, pela Emissora perante os titulares das Debêntures com Garantia Real, das Obrigações Garantidas, nos termos da Escritura da Segunda Emissão, ficando o Banco Centralizador, desde que expressamente notificado pelo Agente Fiduciário, nos termos da cláusula 1.3.1 abaixo, autorizado a utilizar os valores disponíveis nas Contas Vinculadas para liquidação das aludidas Obrigações Garantidas na hipótese de inadimplemento e/ou qualquer hipótese de vencimento antecipado das Debêntures com Garantia Real e, no curso do dia-a-dia, deverá utilizar o valor disponível na Conta de Pagamento para o pagamento das Debêntures com Garantia Real, nos termos do subitem 1.5.1 abaixo.

1.3.1 Na hipótese de inadimplemento no pagamento e/ou qualquer hipótese de vencimento antecipado com relação às Debêntures com Garantia Real, inclusive em razão do vencimento antecipado deliberado pelos Debenturistas em decorrência de inadimplemento de obrigações não pecuniárias previstas na Escritura de Segunda Emissão por parte da Emissora, caberá ao Agente Fiduciário, atuando em conformidade



com o disposto na Escritura da Segunda Emissão, notificar o Banco Centralizador acerca do inadimplemento e/ou do vencimento antecipado, bem como informar as instruções necessárias para autorizar a transferência dos valores disponíveis nas Contas Vinculadas para fins de amortizar o salvo devedor das Debêntures com Garantia Real e de adimplir as Obrigações Garantidas, ficando o Banco Centralizador desde já autorizado a tomar por verdadeira a notificação neste sentido. O Banco Centralizador deverá sempre observar os limites e condições estabelecidos pelo Agente Fiduciário na referida notificação.

1.4 Até o integral adimplemento das Debêntures com Garantia Real e das demais Obrigações Garantidas, os recursos disponíveis nas Contas Vinculadas correspondentes aos Créditos Cedidos Fiduciariamente integrarão a garantia constituída para adimplemento das Debêntures com Garantia Real e das demais Obrigações Garantidas, e não poderão ser sacados, transferidos ou movimentados de forma diversa dos parâmetros aqui estabelecidos, salvo por expressas instruções do Agente Fiduciário e após deliberação em Assembleia Geral de Debenturistas.

1.5 Os recursos depositados na Conta de Pagamento serão utilizados para pagamento de todas as obrigações financeiras da Emissora assumidas na Escritura da Segunda Emissão, inclusive e sem limitação o Valor Nominal Unitário, a Atualização Monetária e a Remuneração das Debêntures com Garantia Real, conforme parcelas e respectivas datas de vencimento indicadas no Anexo III ao Contrato.

1.5.1 A liquidação das parcelas referidas na cláusula 1.5 acima será realizada pela instituição contratada pela Emissora para realizar a escrituração das Debêntures com Garantia Real ("Escriturador"), ficando o Banco Centralizador desde já expressamente autorizado a acatar as instruções desta, independentemente de qualquer notificação, ficando desde já expressamente autorizado pela Emissora para tanto.

1.5.2 Caso haja alteração do cronograma de amortização das Debêntures com Garantia Real, nos termos da cláusula Sexta da Escritura da Segunda Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário deverão encaminhar, em conjunto, as novas datas de pagamento ao Banco Centralizador e as partes se comprometem a aditar o presente Contrato para substituir o Anexo III em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da carta pelo Banco Centralizador, sendo certo que este está desde já autorizado a realizar os pagamentos previstos nesta cláusula de acordo com as novas datas informadas pela Emissora e pelo Agente Fiduciário, em conjunto, independentemente da assinatura do instrumento de aditamento.

1.5.3 O Agente Fiduciário deverá, a cada data de pagamento de amortização do valor nominal unitário das Debêntures com Garantia Real ("Valor Nominal Unitário"), acrescido do valor equivalente à parcela vigente de remuneração das Debêntures com



Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page, including a circular stamp with 'G Pacual' and 'Direto Jurídico'.

Garantia Real ("Remuneração") e da atualização monetária das Debêntures com Garantia Real ("Atualização Monetária"), informar, imprerivelmente até às 13:00 horas do 2º Dia Útil anterior à transferência, o valor a ser pago de amortização do Valor Nominal Unitário, acrescida Remuneração e da Atualização Monetária, ao Banco Centralizador, calculada conforme previsto na Escritura da Segunda Emissão.

1.6 O valor total da Segunda Emissão, previsto na Escritura da Segunda Emissão, é de R\$[230.000.000,00 (duzentos e trinta milhões de reais)], sendo que a quantidade de Debêntures não será aumentada.

1.6.1 As Debêntures com Garantia Real tem vencimento final em [•].

1.7 O inadimplemento da Emissora, com relação ao cumprimento de quaisquer das Obrigações Garantidas, será comunicado ao Banco Centralizador pelo Agente Fiduciário, ficando o Banco Centralizador, desde já, expressamente autorizado pela Emissora e pelo Município a acatar tal comunicação e instrução bancária, atuando sempre em conformidade e nos parâmetros estabelecidos pelo Agente Fiduciário na referida comunicação/instrução.

1.8 O Agente Fiduciário reconhece que os valores existentes nas Contas Vinculadas e que sejam relativos aos Créditos Cedidos Fiduciariamente somente podem ser utilizados para liquidação das parcelas relacionadas no Anexo III ao Contrato, ou na hipótese de inadimplemento e/ou qualquer hipótese de vencimento antecipado, por parte da Emissora, das Obrigações Garantidas, não servindo para pagamento de obrigação ainda não exigível.

CLÁUSULA II OBRIGAÇÕES DA EMISSORA

2.1 Sem prejuízo das demais obrigações assumidas no Contrato, a Emissora obriga-se a:

- (i) às despesas do Contratante dos Serviços, levar este Contrato e seus Anexos, assim como qualquer aditamento a este Contrato, a registro nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Comarcas de Belo Horizonte/MG, Rio de Janeiro/RJ, São Paulo/SP e Brasília/DF, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis a contar desta data ou, conforme o caso, da assinatura do aditamento, devendo comprovar o registro perante o Banco Centralizador, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis após a obtenção de cada registro; e
- (ii) recompor imediatamente o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, conforme definido abaixo, em caso de perda, diminuição de seu valor, ou se por qualquer motivo ela se tornar insuficiente para atendimento do mínimo determinado na Cláusula 5.10 abaixo.



CLÁUSULA III
OBRIGAÇÕES DO AGENTE FIDUCIÁRIO

3.1 Na hipótese de ocorrer um inadimplemento das Obrigações Garantidas e/ou qualquer hipótese de vencimento antecipado das Debêntures com Garantia Real, nos termos da Escritura da Segunda Emissão, inclusive em razão do vencimento antecipado deliberado pelos Debenturistas em decorrência de inadimplemento de obrigações não pecuniárias previstas na Escritura de Segunda Emissão por parte da Emissora, o Agente Fiduciário, imediatamente após tomar o conhecimento de tais eventos, deverá notificar o Banco Centralizador, para que este mantenha retidos os valores referentes aos Créditos Cedidos Fiduciariamente depositados nas Contas Vinculadas, de forma que esses sejam utilizados para saldar valores devidos pela Emissora no que se refere às Debêntures com Garantia Real e às demais Obrigações Garantidas.



CLÁUSULA IV
OBRIGAÇÕES DO BANCO CENTRALIZADOR

4.1 O Banco Centralizador obriga-se a:

- (i) abrir as Contas Vinculadas e a Conta de Livre Movimentação referidas no item 1.2 deste Contrato, na forma ali prevista;
- (ii) movimentar os recursos decorrentes dos Créditos Cedidos Fiduciariamente, conforme os parâmetros estabelecidos neste Anexo I e mediante a notificação prévia e expressa do Agente Fiduciário, exceto nos casos de transferências automáticas, conforme estabelecidas por este Contrato, hipótese em que a movimentação não dependerá de notificação do Agente Fiduciário;
- (iii) investir e manter investido todo e qualquer montante existente nas Contas Vinculadas no Investimento Permitido, conforme os parâmetros definidos no Anexo IV deste Contrato;
- (iv) manter retidos os valores correspondentes aos Créditos Cedidos Fiduciariamente creditados nas Contas Vinculadas, na hipótese de ter sido comunicado pelo Agente Fiduciário de que houve um inadimplemento das Obrigações Garantidas e/ou qualquer hipótese de vencimento antecipado das Debêntures com Garantia Real, os quais serão utilizados para saldar valores devidos pela Emissora no que se refere às Debêntures com Garantia Real e demais Obrigações Garantidas;
- (v) não acatar instruções da Emissora ou do Município para débitos em qualquer das Contas Vinculadas; e



- (vi) disponibilizar ao Agente Fiduciário e à PRODABEL acesso pleno e integral ao Auto Atendimento Setor Público Banco do Brasil.

CLÁUSULA V ADMINISTRAÇÃO DAS CONTAS VINCULADAS

- 5.1 O Banco Centralizador administrará diariamente as Contas Vinculadas, respeitadas as disposições abaixo previstas.

- 5.2 O Cedente, por intermédio da SMF e da PGM, obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, a fazer com que os recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos pagos pelos Contribuintes através de boletos sejam pagos em moeda corrente nacional e remetidos/direcionados automática e exclusivamente para a conta nº 14.732-X, da agência 1615-2, aberta no Banco Centralizador, de titularidade da PBH ATIVOS ("Conta Centralizadora da PBH ATIVOS"). A Conta Centralizadora da PBH Ativos será movimentável única e exclusivamente pelo Banco Centralizador, com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário, até o integral pagamento das Obrigações Garantidas, nos termos deste Contrato.

- 5.2.1 O Cedente, por intermédio da SMF e da PGM, obriga-se em até 3 (três) Dias Úteis da disponibilização do arquivo a que se refere a Cláusula 5.2.2. abaixo pelo Banco Centralizador - que se dará em até 1 (um) Dia Útil do recebimento dos boletos -, em caráter irrevogável e irretratável, a fazer com que os recursos referidos da Cláusula 5.2 (já desconsiderados os Recursos Excluídos) sejam remetidos/direcionados exclusivamente para a conta nº 14.898-9, da agência 1615-2, aberta no Banco Centralizador, de titularidade da PBH Ativos ("Conta de Recebimento"). A Conta de Recebimento será movimentável única e exclusivamente pelo Banco Centralizador, com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário, até o integral pagamento das Obrigações Garantidas, nos termos deste Contrato, observado o IGR e o IC previstos na Escritura de Segunda Emissão.

- 5.2.2 No Dia Útil seguinte ao do recebimento dos recursos referidos da Cláusula 5.2, o Banco Centralizador deverá disponibilizar à PRODABEL, através do sistema de transmissão eletrônica de dados EDI - *Electronic Data Interchange* ("EDI"), arquivo com os valores recebidos e creditados na Conta Centralizadora da PBH ATIVOS. No prazo de 3 (três) Dias Úteis contado da disponibilização da referida informação pelo Banco Centralizador, a PRODABEL, agindo em nome do Município, deverá gerar 2 (dois) arquivos eletrônicos de retorno, a saber: (i) o primeiro arquivo, contendo o valor dos Direitos de Crédito Autônomos recebidos na data de referência; (ii) e o segundo arquivo, contendo o valor dos Recursos Excluídos recebido na data de referência. Os arquivos de retorno deverão ser preparados e enviados pela PRODABEL a partir dos modelos que integram o Anexo I-A deste Contrato contendo ainda as instruções de transferências





5.3 O Cedente, por intermédio da SMF e da PGM, obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, a fazer com que:

(a) os recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos pagos em decorrência de litígio judicial (seja mediante depósito judicial feito pelo Contribuinte e levantado pelo Município, seja por meio de recebimento pelo Município através de execução fiscal/cobrança judicial) sejam remetidos/direcionados exclusivamente para a Conta de Recebimento em até 60 (sessenta) dias do seu recebimento pelo Município. A Conta de Recebimento será movimentável única e exclusivamente pelo Agente Fiduciário, nos termos deste Contrato.

(b) os recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos pagos pelos Contribuintes através de débito automático sejam remetidos/direcionados automática e exclusivamente para a conta nº 15.678-7, da agência 1615-2, aberta no Banco Centralizador, de titularidade do Município ("Conta Centralizadora do Município"). A Conta Centralizadora do Município será movimentável única e exclusivamente pelo Banco Centralizador, com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário, até o integral pagamento das Obrigações Garantidas, nos termos deste Contrato.



5.4 No Dia Útil seguinte ao do recebimento dos recursos referidos da Cláusula 5.3 (b), o Banco Centralizador deverá disponibilizar à PRODABEL, através do EDI, arquivo com os valores recebidos e creditados na Conta Centralizadora do Município. No prazo de 3 (três) Dias Úteis contado da disponibilização da referida informação, fornecida pelos Bancos Arrecadores, a PRODABEL, agindo em nome do Município, deverá gerar 3 (três) arquivos eletrônicos de retorno, a saber: (i) o primeiro arquivo, contendo o valor dos Direitos de Crédito Autônomos recebidos na data de referência, que serão direcionados à Conta de Recebimento; (ii) o segundo arquivo, contendo o valor dos Recursos Excluídos recebido na data de referência, que serão direcionados à conta corrente de titularidade do Município a ser por ele indicada; e (iii) o terceiro arquivo, contendo o valor dos demais créditos recebidos e que não fazem parte dos Direitos de Crédito Autônomos cedidos à PBH ATIVOS, que serão direcionados à conta corrente de titularidade do Município que vier a ser por ele indicada. Os arquivos de retorno deverão ser preparados e enviados pela PRODABEL a partir dos modelos que integram o Anexo I-A deste Contrato contendo ainda as instruções de transferências.

5.5 Caso a PRODABEL, agindo em nome do Município, não envie os arquivos de retorno descritos (i) na Cláusula 5.4 acima no prazo ali previsto, o Banco Centralizador deverá, no Dia Útil seguinte ao término do prazo, verificar o montante recebido na Conta Centralizadora do Município na data de referência e transferir para Conta de Recebimento o montante correspondente a 12% (doze por cento) dos recursos depositados na Conta Centralizadora do Município. Nesta hipótese, e em sendo identificado posteriormente pela

Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page, including a circular stamp with the text 'Banco Centralizador' and 'Centro Jurídico'.

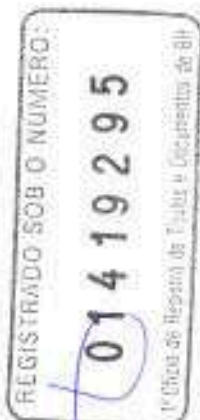
PRODABEL, que os valores transferidos não correspondem exatamente ao montante de Direitos de Crédito Autônomos recebido na data de referência, deverá ser adotado, *mutatis mutandis*, o procedimento descrito na Cláusula 5.7 abaixo para restituição de valores transferidos indevidamente; (ii) na Cláusula 5.2.2 acima no prazo ali previsto, o Banco Centralizador deverá, mediante autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário, no Dia Útil seguinte ao término do prazo, verificar o montante recebido na Conta Centralizadora da PBH ATIVOS na data de referência e transferir para Conta de Recebimento 100% (cem por cento) deste montante.

- 5.6 Caso o montante referente aos Recursos Excluídos seja superior a 5% (cinco) por cento do total dos Direitos de Crédito Autônomos recebidos naquela data na Conta Centralizadora do Município ou na Conta Centralizadora da PBH Ativos, a integralidade dos valores referentes aos Recursos Excluídos recebidos naquela data ficará retida até que o Agente Fiduciário verifique e confirme junto à PRODABEL que tais recursos representam Recursos Excluídos, o que deverá ser feito a partir do envio de correspondência eletrônica pela PRODABEL, contendo informações suficientes para a validação nos termos do Contrato de Administração de Contas. Em até 3 (três) Dias Úteis seguintes à confirmação de recebimento da correspondência eletrônica acima, o Agente Fiduciário deverá se posicionar sobre o montante a ser transferido, enviando correspondência eletrônica ao Banco Centralizador, com cópia para a PBH ATIVOS e a PRODABEL.

- 5.7 Fica ressalvado, entretanto, que, caso o Município e/ou a PRODABEL verifiquem eventual erro de transferência, estes poderão, enquanto houver Debêntures com Garantia Real em circulação, enviar correspondência eletrônica ao Banco Centralizador e ao Agente Fiduciário, com cópia para a PBH ATIVOS, sobre os valores correspondentes aos Recursos Excluídos que não foram informados tempestivamente ao Banco Centralizador e ao Agente Fiduciário ("Recursos Excluídos Atrasados"). No prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados do recebimento da correspondência eletrônica do Município e/ou da PRODABEL informando o montante dos Recursos Excluídos Atrasados, a PBH ATIVOS deverá efetuar a restituição dos Recursos Excluídos Atrasados ao Município, a débito da Conta de Livre Movimentação, pelo seu valor de face (que inclui atualização monetária pelo IPCA).

5.7.1. Na hipótese de a PRODABEL, agindo em nome do Município, informar, ao Banco Centralizador e ao Agente Fiduciário, de forma incorreta/imprecisa, que o montante correspondente aos Recursos Excluídos é inferior ao que eventualmente vier a apurar durante a vigência deste Contrato, esta deverá, em até 2 (dois) Dias Úteis após tomar conhecimento do fato e através de correspondência eletrônica, comunicar o fato ao Banco Centralizador e ao Agente Fiduciário, com cópia para a PBH ATIVOS, de forma a dar início ao procedimento de restituição a débito da Conta de Livre Movimentação.

5.7.2. Caso a PRODABEL, agindo em nome do Município, informe ao Banco Centralizador, de forma incorreta/imprecisa, que o montante correspondente aos Recursos



Excluído é superior ao que eventualmente vier a apurar (ou vier a ser apurado pelas demais partes) durante a vigência deste Contrato, esta deverá, em até 2 (dois) Dias Úteis após tomar conhecimento do fato e através de correspondência eletrônica, comunicar o Banco Centralizador e ao Agente Fiduciário (com cópia para a PBH ATIVOS), hipótese em que o Município ficará obrigado a indenizar a PBH ATIVOS, aplicando-se, para este fim, o disposto na cláusula XI do Contrato de Cessão Onerosa.



5.8 Conta de Recebimento: os recursos existentes na Conta de Recebimento serão, mensalmente, na Data de Verificação, conforme abaixo definida, primeiramente direcionados para a Conta de Pagamento, de forma a constituir e manter o montante equivalente a uma parcela de amortização das Debêntures com Garantia Real, acrescido da Remuneração e da Atualização Monetária das Debêntures com Garantia Real, e, em segunda etapa, da Conta de Recebimento para a Conta de Serviço da Dívida, de forma a constituir e manter o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida (conforme definido abaixo). Tais transferências serão limitadas ao atingimento do montante previsto na Cláusula 5.9 abaixo, e ao atingimento do Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, nos termos definidos abaixo, conforme aplicável para cada conta e calculado pelo Agente Fiduciário. Tais transferências serão feitas pelo Banco Centralizador após o recebimento de instruções do Agente Fiduciário.



5.9 Conta de Pagamento: a referida Conta de Pagamento deverá ter, até o 2º (segundo) Dia Útil anterior a cada data de pagamento das Debêntures com Garantia Real, o montante equivalente à parcela vincenda de amortização do Valor Nominal Unitário, acrescida de valor equivalente à parcela vincenda de Remuneração e da Atualização Monetária das Debêntures com Garantia Real. O Agente Fiduciário deverá determinar ao Banco Centralizador a movimentação/transferência a ser feita das Contas Vinculadas para fazer frente a tal pagamento, com a antecedência acima. O Agente Fiduciário deverá determinar ao Banco Centralizador a realização de transferência eletrônica disponível (TED) da Conta de Pagamento para a conta mantida pela Emissora junto ao Itaú Unibanco S.A. e que será utilizada para os pagamentos dos valores devidos aos Debenturistas, na data e horário determinados no Contrato de Escrituração das Debêntures, para realização de cada pagamento.

5.9.1 Caso o montante depositado na Conta de Pagamento seja insuficiente para quitação integral de cada parcela vincenda de amortização do Valor Nominal Unitário, acrescida da parcela de Remuneração e da Atualização Monetária em cada data de pagamento, o Banco Centralizador, mediante solicitação do Agente Fiduciário, transferirá recursos necessários da Conta de Serviços da Dívida para a Conta de Pagamento, para possibilitar a realização do pagamento da respectiva parcela vincenda de amortização do Valor Nominal Unitário, acrescida da parcela de Remuneração e da Atualização Monetária, sendo observados os termos da Cláusula 5.10.3.



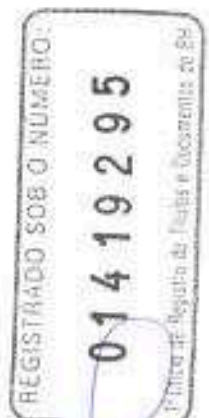
5.9.2 Atingido o montante referido na Cláusula 5.9.1 acima na Conta de Pagamento, o eventual valor excedente será, no mesmo dia, direcionado para a Conta de Serviço da Dívida, nos termos do item 5.8 acima.

5.10 Conta de Serviço da Dívida: A Emissora, na data de subscrição das Debêntures com Garantia Real, deverá manter depositados na Conta de Serviço da Dívida recursos em moeda corrente nacional, vinculados ao pagamento das Debêntures com Garantia Real (em seu vencimento regular ou antecipado), em montante igual ou superior ao somatório do valor das próximas 4 (quatro) parcelas vincendas de amortização de principal e 4 (quatro) parcelas vincendas de Remuneração e da Atualização Monetária ("Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida"). O cálculo de tal valor, a ser feito pelo Agente Fiduciário, tomará por base o IPCA divulgado até 01 (um) um Dia Útil antes da Data de Verificação, projetado até a efetiva data de pagamento de cada uma das Remunerações e Atualizações Monetárias das Debêntures com Garantia Real consideradas para o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, sendo certo que deverá ser utilizada a projeção do IPCA divulgada pela ANBIMA.

5.10.1. Caberá ao Agente Fiduciário calcular mensalmente o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida estabelecido nesta cláusula, no 1º (primeiro) Dia Útil de cada mês, a fim de verificar o enquadramento do Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida (“Data de Verificação”), sendo certo que a primeira verificação será realizada no Dia Útil seguinte à data de subscrição das Debêntures com Garantia Real.

5.10.2. Observado o prazo para pagamento da primeira parcela de amortização do Valor Nominal Unitário e da primeira parcela vincenda de Remuneração e Atualização Monetária, a Emissora deverá atender a obrigação de, após cumprir o previsto no item 5.9 acima, compor o referido Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, cujos recursos serão enviados da Conta de Recebimento ou, se esta não tiver saldo suficiente, de outras Contas Vinculadas, e integralmente retidos na Conta de Serviço da Dívida até que haja montante suficiente para atendimento desta obrigação. Atingido o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, e havendo recursos na Conta de Recebimento, e não havendo quaisquer Eventos de Avaliação e/ou Eventos de Vencimento Antecipado, conforme definidos na Escritura da Segunda Emissão, os recursos da Conta de Recebimento e o excesso ao Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida serão direcionados, mediante instrução encaminhada pelo Agente Fiduciário ao Banco Centralizador, com um Dia Útil de antecedência, para a Conta de Livre Movimentação, no Dia Útil subsequente à Data de Aniversário (conforme definido na Escritura da 2ª Emissão) respeitando o previsto nos itens 5.8 acima, e 5.13 abaixo.

5.10.3. A partir do momento em que for atingido o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida e durante toda a existência das Debêntures com Garantia Real, caso o Agente



Fiduciário constata na Data de Verificação que o saldo da Conta de Serviço da Dívida esteja abaixo do Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, este deverá (i) primeiramente enviar uma orientação ao Banco Centralizador para que transfira quaisquer recursos existentes na Conta de Recebimento ou na Conta de Pagamento (respeitando o atendimento do montante previsto na Cláusula 5.9 acima) para a Conta de Serviço da Dívida, de forma a atingir este Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, ficando o Banco Centralizador expressamente autorizado a acatar tal instrução, e (ii) em segundo lugar, caso ainda assim não tenha sido atingido tal montante, enviar solicitação de reposição à Emissora neste sentido para providenciar a sua recomposição em até 2 (dois) Dias Úteis contados de tal solicitação, mediante o depósito de recursos próprios na Conta de Serviço da Dívida, observado o disposto na alínea (z) da Cláusula 9.1 da Escritura da Segunda Emissão.

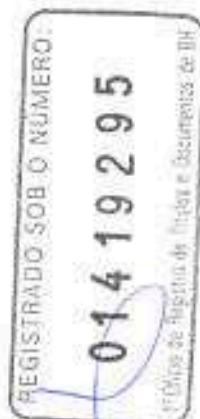


5.11 Mensalmente, em cada Data de Verificação, após terem sido primeiramente atendidos todos os pagamentos a que se destina a Conta de Pagamento, conforme previsto no Contrato de Cessão Fiduciária e neste Contrato, bem como posteriormente atendidas todas as obrigações de constituição do Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, conforme descrita no item 5.10, o eventual saldo que ainda exista na Conta de Pagamento e o eventual excesso sobre o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida será direcionado, por instrução do Agente Fiduciário ao Banco Centralizador, com 1 (um) Dia Útil de antecedência, para a Conta de Livre Movimentação, observados os termos do item 5.12 abaixo.

5.12 Na hipótese de não haver recursos suficientes na Conta de Pagamento para quitação integral de cada parcela vincenda de amortização do Valor Nominal Unitário, acrescida da parcela de Remuneração e Atualização Monetária em cada data de pagamento, o Banco Centralizador, mediante autorização do Agente Fiduciário, transferirá recursos da Conta de Serviço da Dívida para a Conta de Pagamento, no montante que seja necessário para atendimento da obrigação da Cláusula 5.10 acima.

5.13 Verificando-se o atendimento do item 5.8 acima, e havendo recursos na Conta de Recebimento e não havendo quaisquer Eventos de Avaliação e/ou Eventos de Vencimento Antecipado, esses recursos serão direcionados no Dia Útil subsequente ao recebimento, pelo Banco Centralizador, de instrução do Agente Fiduciário neste sentido, à Conta de Livre Movimentação na Data de Verificação, os quais 90% (noventa por cento) deverão ser utilizados para amortização das Debêntures Subordinadas, observado o IGR e o IC previsto na Escritura da Segunda Emissão.

5.14 Caso, após a liquidação integral das Obrigações Garantidas, existam recursos correspondentes aos Créditos Cedidos Fiduciariamente nas Contas Vinculadas, estes deverão ser transferidos para a Conta de Livre Movimentação no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data de liquidação integral das Obrigações Garantidas.



Handwritten signatures and stamps are present at the bottom of the page. A circular stamp from 'EYG Pactuar' is visible, along with the number '145/163' and the text 'Dep. Jurídico'.

- 5.15 Na hipótese de ocorrência de um Evento de Avaliação e/ou Evento de Vencimento Antecipado, conforme definidos na Escritura da Segunda Emissão, inclusive o vencimento antecipado deliberado pelos Debenturistas em decorrência de inadimplemento de obrigações não pecuniárias previstas na Escritura de Segunda Emissão por parte da Emissora, o Agente Fiduciário, tão logo tome conhecimento de tais eventos, deverá notificar o Banco Centralizador e determinar a interrupção imediata todos os procedimentos de transferência de valores das Contas Vinculadas para a Conta de Livre Movimentação, nos termos previstos no Contrato de Cessão Fiduciária.
- 5.16 O Agente Fiduciário não será responsável caso, após cumpridos os procedimentos acima descritos, a transferência de valores de quaisquer das Contas Vinculadas para a Conta de Livre Movimentação seja realizada após a ocorrência de um dos Eventos de Avaliação e/ou Evento de Vencimento Antecipado, caso tal evento ainda não seja de conhecimento do Agente Fiduciário.
- 5.17 Na hipótese de ocorrer um dos Eventos de Avaliação ou Vencimento Antecipado, previstos na Escritura da Segunda Emissão, inclusive o vencimento antecipado deliberado pelos Debenturistas em decorrência de inadimplemento de obrigações não pecuniárias previstas na Escritura de Segunda Emissão por parte da Emissora, ou o inadimplemento de qualquer das Obrigações Garantidas, em conjunto ou isoladamente, o Agente Fiduciário fica, desde já, em caráter irrevogável e irretratável, autorizado pela Emissora a, mediante solicitação ao Banco Centralizador, determinar a retenção dos valores referentes aos Créditos Cedidos Fiduciariamente depositados nas Contas Vinculadas e obrigado a utilizá-los para a amortização dos valores devidos por esta em decorrência das Obrigações Garantidas, nos termos das Cláusulas 4 e 4.1 do Contrato de Cessão Fiduciária, e na forma prevista neste Contrato.
- 5.18 A Emissora e o Município (conforme aplicável), por este ato, nomeiam o Banco Centralizador como depositário das Contas Vinculadas e dos rendimentos financeiros decorrentes dos Créditos Cedidos Fiduciariamente. O Banco Centralizador, por este instrumento, expressamente aceita a nomeação como fiel depositário das Contas Vinculadas e dos rendimentos financeiros decorrentes dos Créditos Cedidos Fiduciariamente e assume total responsabilidade pela boa manutenção, conservação e preservação dos valores assim recebidos. O Banco Centralizador fica obrigado, em caráter irrevogável e irretratável, a não compensar nem deduzir qualquer valor dos valores recebidos nas Contas Vinculadas, exceto os custos de pagamento de sua remuneração, que poderá ser debitado da Conta de Recebimento, conforme previsto na Cláusula 4.2 deste Contrato, bem como aquelas decorrentes de obrigações legais, bem como aceitar as ordens recebidas diretamente do Agente Fiduciário relativa às movimentações das Contas Vinculadas.
- 5.19 O Banco Centralizador obriga-se a fornecer de forma automática, através do acesso ao [Auto Atendimento Setor Público Banco do Brasil], e independentemente de qualquer



solicitação, à SMF, à Emissora e ao Agente Fiduciário, relatórios mensais de acompanhamento das Contas Vinculadas, contendo os valores das operações de débito e crédito efetuadas nas referidas contas dentro do aludido período (extratos bancários) estando desde já autorizado pela Emissora e pelo Município a fornecer tais informações ao Agente Fiduciário, nos termos deste Contrato. Os relatórios mensais de acompanhamento das Contas Vinculadas serão fornecidos na forma escrita, por meio físico ou eletrônico, à escolha do Banco Centralizador.

- 5.20 O Município e o Banco Centralizador obrigam-se, em caráter irrevogável e irretratável, a segregar em seus sistemas de controle interno os Direitos de Crédito Autônomos, de forma que os referidos direitos sejam automaticamente identificados como cedidos em garantia das Obrigações Garantidas, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária.

5.20.1. Para que possa ser exigido do Banco Centralizador o cumprimento da obrigação descrita na Cláusula 5.20, o Banco Centralizador deverá ter recebido os arquivos eletrônicos referidos nas cláusulas 5.2.2 e 5.4 acima.

- 5.21 Exclusivamente para fins do envio e recebimento das correspondências eletrônicas tratadas nesta Cláusula, o Município, a PBH ATIVOS, o Banco Centralizador e o Agente Fiduciário indicam os seguintes endereços eletrônicos:

Município de Belo Horizonte:

E-mail: marcelo.piancastelli@pbh.gov.br

PBH ATIVOS

E-mail: edson.ronaldo@pbh.gov.br

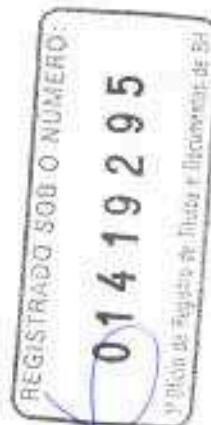
Banco Centralizador:

E-mail: age1615@bb.com.br

Agente Fiduciário:

E-mail: backoffice@pentagonotrustee.com.br

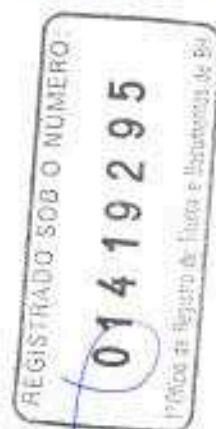
5.21.1. A substituição dos e-mails indicados nos termos desta cláusula poderá ser feita por qualquer das partes interessadas, mediante envio de correspondência eletrônica às demais, formalizando a alteração. No prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados de seu envio de forma eletrônica, as correspondências trocadas pelas partes nos termos desta cláusula deverão ser encaminhadas fisicamente ao Agente Fiduciário, por meio dos Correios (através de carta registrada com Aviso de Recebimento).



**CLÁUSULA VI
TRANSFERÊNCIA E RETENÇÃO DOS RECURSOS**

147/163
BFG Pactual
Direto Jurídico
Handwritten signatures and marks.

- 6.1 O Banco Centralizador transferirá os recursos entre as Contas Vinculadas na forma e nos prazos estabelecidos na cláusula V acima.
- 6.1.1 O Banco Centralizador fica autorizado pela Emissora e pelo Município, desde já, em caráter irrevogável e irretratável, a reter nas Contas Vinculadas o saldo ali existente e que seja correspondente aos Créditos Cedidos Fiduciariamente caso seja comunicado pelo Agente Fiduciário acerca da ocorrência de um dos Eventos de Avaliação ou de Vencimento Antecipado, em especial no que diz respeito à tempestiva liquidação, pela Emissora, das obrigações financeiras indicadas na Escritura da Segunda Emissão, conforme datas de pagamento das parcelas referentes à amortização do Valor Nominal Unitário e ao pagamento da Remuneração e da Atualização Monetária das Debêntures com Garantia Real, indicadas no Anexo III, inclusive em razão do vencimento antecipado deliberado pelos Debenturistas em decorrência de inadimplemento de obrigações não pecuniárias previstas na Escritura de Segunda Emissão por parte da Emissora.
- 6.1.2 A retenção mencionada no subitem 6.1.1 acima operar-se-á sobre a totalidade dos valores depositados nas Contas Vinculadas e que sejam resultado da liquidação dos Créditos Cedidos Fiduciariamente, mediante comunicação escrita do Agente Fiduciário ao Banco Centralizador, indicando o inadimplemento da Emissora. Tal comunicação produzirá efeitos a partir do dia de seu recebimento, pelo Banco Centralizador, desde que ocorrido até às 13:00 horas, sendo que as comunicações recebidas após este horário somente produzirão efeito a partir do Dia Útil seguinte ao do seu recebimento.
- 6.1.3 Sempre que o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida não for plenamente atendido na Data de Verificação, o Banco Centralizador, mediante autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário, deverá reter e transferir para a Conta de Serviço da Dívida quaisquer valores relativos aos Créditos Cedidos Fiduciariamente depositados nas demais Contas Vinculadas, exceto se instruído de forma diversa pelo Agente Fiduciário, por determinação da Assembleia Geral de Debenturistas.
- 6.2 Os valores que o Banco Centralizador reter, nos termos do subitem 6.1.1 e 6.1.3, deverão ser mantidos investidos no Investimento Permitido, conforme descrito no Anexo IV ao presente Contrato, enquanto perdurar a retenção.
- 6.3 Os valores referidos acima, somente serão investidos pelo Banco Centralizador em Investimentos Permitidos que possuam liquidez diária.



CLÁUSULA VII
OBRIGAÇÕES RELACIONADAS AOS BOLETOS

7.1 A Emissora compromete-se a:

(i) manter em seu poder, através do Custodiante, a documentação que justifica a emissão pela SMF ou pela PGM, conforme o caso, dos boletos correspondentes ao recebimento dos Direitos de Crédito Autônomos;

(ii) exibir essa documentação no caso de sobrevir demanda judicial e desde que intimada a tanto;

(iii) não descontar qualquer boleto correspondente aos Direitos de Crédito Autônomos ou realizar qualquer operação que afete a garantia de cessão fiduciária constituída, seja no Banco Centralizador ou com terceiros;

7.2 Tendo em vista que a prerrogativa de cobrança dos Direitos de Crédito Autônomos é exclusiva da PGM e da SMF, conforme o caso, o Banco Centralizador não poderá, em nenhuma hipótese, agir como mandatário para a cobrança dos Direitos de Créditos Autônomos, ficando expressamente vedada a apresentação, pelo Banco Centralizador, de qualquer boleto inadimplido para protesto, demanda judicial ou extrajudicial ou qualquer outra forma de cobrança.

ANEXO I-A AO CONTRATO DE CUSTÓDIA DE RECURSOS FINANCEIROS E
ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS VINCULADAS

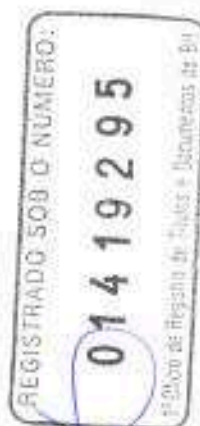
MODELOS DOS ARQUIVOS DE RETORNO

(i) o primeiro arquivo, listando os Direitos de Crédito Autônomos recebidos na data de referência:

[.]

(ii) o segundo arquivo, listando e quantificando os Recursos Excluídos de cada Direito de Crédito Autônomo recebido na data de referência:

[.]



**ANEXO II AO CONTRATO DE CUSTÓDIA DE RECURSOS FINANCEIROS E
ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS VINCULADAS**

COMUNICAÇÕES

Os representantes, endereços e e-mails de cada uma das partes, para os fins do item 9 do Contrato de Custódia de Recursos Financeiros e Administração de Contas, conforme segue:

PBH ATIVOS S.A.

Endereço: Avenida Afonso Pena, nº 774, Bairro Centro,
CEP: 30.130-003 - Belo Horizonte, MG
Tel.: (31) 3277-9561
At.: Diretor Presidente Edson Ronaldo Nascimento
E-mail: edson.ronaldo@pbh.gov.br

Assinaturas Autorizadas

Nome Completo	Nome Completo	Nome Completo
---------------	---------------	---------------

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Av. das Américas, nº 4.200, Bloco 04, sala 514, Bairro Barra da Tijuca
CEP: 22640-102 - Rio de Janeiro, RJ
At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira
Tel.: (21) 3385-4565
E-mail: backoffice@pentagonotruster.com.br

Assinaturas Autorizadas

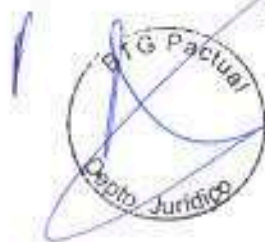
Nome Completo	Nome Completo	Nome Completo
---------------	---------------	---------------

BANCO DO BRASIL S.A.

Aos cuidados da Agência Setor Público
Endereço: Rua Rio de Janeiro, 750, 5º Andar, Centro
CEP: 31.160-041 - Belo Horizonte, MG
Tel.: [•]
E-mail: age1615@bb.com.br

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 12º andar



CEP: 04538-133 - São Paulo, SP
At.: Departamento Jurídico - FICC
Tel.: (11) 3383-2000
E-mail: ol-juridico-renda-fixa@btgpactual.com

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE BELO HORIZONTE

Endereço: Rua Espírito Santo, 605, Centro, 5º andar
CEP 30.160.030 - Belo Horizonte, MG
At: Secretário Municipal de Finanças Sr. Marcelo Piancastelli de Siqueira
Tel.: (31) 3277-4008
E-mail: marcelo.piancastelli@pbh.gov.br

Assinaturas Autorizadas

Nome Completo	Nome Completo	Nome Completo
---------------	---------------	---------------

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

Tel.: (31) 3277-4075
Rua dos Timbiras, 628, Funcionários
CEP 30.140-060 - Belo Horizonte, MG
At: Procurador Geral do Município, Sr. Rúsvel Beltrame Rocha
E-mail: russvelb@pbh.gov.br

Assinaturas Autorizadas

Nome Completo	Nome Completo	Nome Completo
---------------	---------------	---------------

MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

Endereço: Rua Espírito Santo, 605, Centro, 5º andar
CEP: 30.160.030, Belo Horizonte, MG
Tel.: (31)3277-4008 (31)3277-4009 (31)3277-4010 (31)3277-4034
At: Secretário Municipal de Finanças, Sr. Marcelo Piancastelli de Siqueira
E-mail: marcelo.piancastelli@pbh.gov.br

Assinaturas Autorizadas

Nome Completo	Nome Completo	Nome Completo
---------------	---------------	---------------

EMPRESA DE INFORMÁTICA E INFORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE S/A - PRODABEL



2

Handwritten signature.

Handwritten signature.

Handwritten signature.



Handwritten signature.

Av. Presidente Carlos Luz, nº 1275, Bairro Caparaó,
CEP: 31.230-000 - Belo Horizonte, MG
At.: Sr. Haldley Campolina Vidal
Tel.: (31) 3277-8395
E-mail: haldley@pbh.gov.br

Assinaturas Autorizadas

Nome Completo

Nome Completo

Nome Completo

Caso haja alteração dos representantes autorizados a assinar as notificações, a parte que desejar promover a alteração deverá notificar o Banco Centralizador neste sentido, com cópia às demais partes.

**ANEXO III AO CONTRATO DE CUSTÓDIA DE RECURSOS FINANCEIROS E
ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS VINCULADAS**

**RELACÃO DAS PARCELAS REFERENTES À AMORTIZAÇÃO DO VALOR
NOMINAL UNITÁRIO E AO PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO DAS
DEBÊNTURES**

O Valor Nominal Unitário das Debêntures com Garantia Real será de R\$[100.000,00 (cem mil reais)] na Data de Emissão.

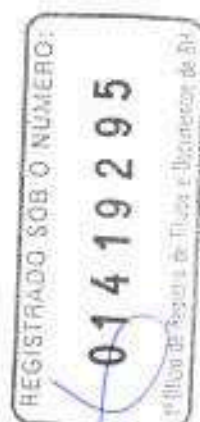
Cronograma de amortização do Valor Nominal Unitário:

Os percentuais de amortização indicados no cronograma de amortização definido no "Anexo V" deste Contrato incidirão sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures com Garantia Real, para cada parcela, desde a primeira parcela com vencimento em [data] até a última com vencimento em [data], nos termos do "Anexo V".

Pagamento da Remuneração das Debêntures com Garantia Real:

Sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures com Garantia Real incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de [•]% ("Remuneração"), além da Atualização Monetária pelo IPCA].

O Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração e da Atualização Monetária será amortizado [mensalmente], a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em [data] e o último em [data] ("Data de Vencimento"), ou na data da liquidação antecipada



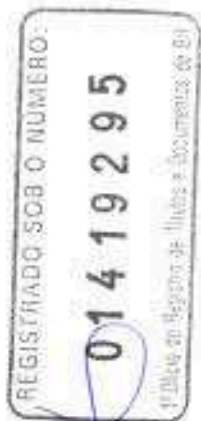
[•]	[•]
[•]	[•]
[•]	[•]
[•]	[•]

[•]	[•]
[•]	[•]
[•]	[•]
[•]	[•]
[•]	[•]
[•]	[•]

**ANEXO VI AO CONTRATO DE CUSTÓDIA DE RECURSOS FINANCEIROS E
ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS VINCULADAS**

CÓPIA DO CONTRATO DE CESSÃO ONEROSA

CÓPIA DO CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA



ANEXO 2.2 (D)
POLÍTICA DE COBRANÇA

DECRETO Nº 15.304, DE 14 DE AGOSTO DE 2013

Dispõe sobre o não ajuizamento de execução fiscal e o protesto dos créditos do Município de Belo Horizonte e de suas autarquias e fundações.

O Prefeito de Belo Horizonte, no exercício da atribuição que lhe confere o inciso VII do art. 108 da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei Federal nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, incluído pela Lei Federal nº 12.767, de 27 de dezembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º - A Secretaria Municipal de Finanças e a Procuradoria-Geral do Município poderão utilizar o protesto como meio de cobrança de créditos, tributários e não tributários, inscritos em dívida ativa, observados os critérios de eficiência administrativa e de custos de administração e cobrança.

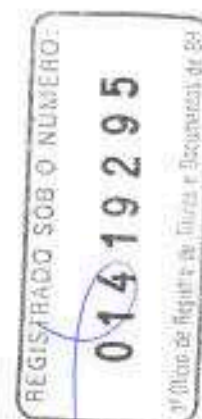
Art. 2º - Os créditos inscritos em dívida ativa, iguais ou inferiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), reajustáveis anualmente pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, não serão objeto de execução fiscal, salvo determinação em contrário da Procuradoria-Geral do Município e da Secretaria Municipal de Finanças.

Parágrafo único - Os créditos de que trata o *caput* deste artigo deverão, prioritariamente, ser encaminhados para o protesto extrajudicial da Certidão da Dívida Ativa - CDA.

Art. 3º - O Município de Belo Horizonte celebrará convênio com o Instituto de Estudos de Protestos de Títulos do Brasil - Seção Minas Gerais - IEPTB/MG para a efetivação do protesto extrajudicial das Certidões de Dívida Ativa.

§ 1º - O procedimento de protesto extrajudicial dar-se-á de forma centralizada, por meio de arquivo eletrônico, assegurado o sigilo das informações pela Central de Remessa de Arquivos Eletrônicos - CRA do Instituto de Estudos de Protestos de Títulos do Brasil - Seção Minas Gerais - IEPTB/MG.

§ 2º - A CDA deverá ser encaminhada, juntamente com a Guia de Recolhimento - GUIA, para a Central de Remessa de Arquivos Eletrônicos - CRA, que as encaminhará ao cartório competente.



Art. 4º - Após a remessa da CDA por meio do envio eletrônico do arquivo, e antes de registrado o protesto, o pagamento somente poderá ocorrer no cartório competente, ficando vedada, neste período, a emissão de guia de recolhimento.

§ 1º - Efetuado o pagamento do crédito, os Tabelionatos de Protesto de Títulos ficam obrigados a efetuar o depósito do valor arrecadado mediante quitação da guia de recolhimento no primeiro dia útil subsequente ao do recebimento.

§ 2º - Na hipótese de pagamento realizado mediante cheque administrativo ou visado, nominativo ao apresentante, ficam os tabeliães de protesto autorizados a endossá-lo e depositá-lo em sua conta ou de titularidade do cartório, a fim de viabilizar o recolhimento da GUIA.

Art. 5º - Após a lavratura e registro do protesto, o pagamento deverá ser efetuado mediante guia de recolhimento emitida pela Secretaria Municipal de Finanças ou pela Procuradoria-Geral do Município.

Art. 6º - O parcelamento do crédito poderá ser concedido após o registro do protesto, nos termos da legislação pertinente, pelas unidades da Secretaria Municipal de Finanças ou da Procuradoria-Geral do Município.

§ 1º - Efetuado o pagamento do depósito inicial relativo ao parcelamento, será autorizado o cancelamento do protesto, que somente deverá ser efetivado após o pagamento dos emolumentos, taxas e demais despesas previstas em lei.

§ 2º - Na hipótese de cancelamento do parcelamento, será apurado o saldo devedor remanescente, podendo a CDA ser novamente enviada a protesto.

Art. 7º - Fica a Procuradoria-Geral do Município autorizada a desistir das execuções fiscais cujo crédito exequendo corrigido seja inferior a R\$5.000,00 (cinco mil reais) e das execuções fiscais distribuídas antes de 31 de dezembro de 2004, cujo crédito exequendo seja inferior a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), desde que, em ambos os casos, não haja incidência de causa de suspensão da exigibilidade do crédito em execução.

Parágrafo único - As Certidões de Dívida Ativa relativas às execuções fiscais indicadas no *caput* deverão ser encaminhadas ao protesto extrajudicial, após análise de sua viabilidade pela Procuradoria-Geral do Município e pela Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 8º - A cobrança da dívida ativa do Município observará o seguinte procedimento:

1 - vencido o prazo para o pagamento do crédito tributário e não tributário, ocorrerá sua inscrição em dívida ativa;



II - após a inscrição em dívida ativa, o crédito tributário e não tributário será cobrado pela via administrativa pelo período de 90 (noventa) dias;

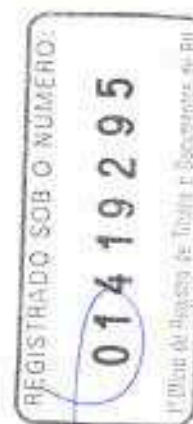
III - vencido o prazo de que trata o inciso II deste artigo sem pagamento, a CDA representativa do crédito tributário e não tributário será remetida a protesto na forma indicada neste Decreto;

IV - após 6 (seis) meses do protesto do título, caso não haja pagamento do crédito tributário e não tributário, será ajuizada execução fiscal para cobrança da CDA.

Art. 9º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 14 de agosto de 2013

Marcio Araujo de Lacerda
Prefeito de Belo Horizonte



ANEXO 2.4.5
MODELO DO RELATÓRIO MENSAL

Relatórios Mensais (5º dia útil) - Posição do último dia útil do mês anterior

Relatório I - Conta Corrente

1	Mês / Ano
2	Vr. Previsto de Recebimento nos Parcelamentos (Excluído Honorários)
3	Vr. Efetivamente Recebido nos Parcelamentos (Excluído Honorários)
4	Vr. Recebido por Pagamento à Vista (débitos não parcelados)
5	Vr. Recebido por Depósitos Iniciais (parcelamentos incluídos no mês)
6	Vr. dos Depósitos Judiciais levantados pela Procuradoria no mês
7	Vr. Descontos nos Débitos Parcelados (*)
8	Vr. Desconto pelo Bônus de Adimplência
9	Vr. Desconto pelo Pagamento à Vista (débitos não parcelados)
10	Vr. da Inadimplência dos Parcelamentos = (2) - [(3)+(7)+(8)]
11	Saldo Devedor Atual dos Parcelamentos (Excluído Honorários)

(*) - Vr. Descontos = Vr. do desconto devido ao débito em conta +
Vr. do Desconto pela Antecipação de Parcelas + Vr. do Desconto
pela Quitação do Saldo Devedor do Parcelamento à Vista.

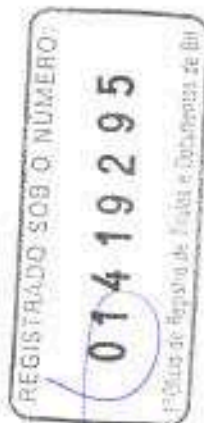
Relatório II - Inadimplência

1	Mês / Ano
2	Quantidade de Parcelamentos Ativos
3	Quantidade de Parcelamentos com Pagamentos no Mês
4	Quantidade de Parcelamentos sem Pagtos há mais de 03 Meses
5	Vr. Vencido e Não Pago
6	Saldo Devedor Atual dos Parcelamentos do item 4
7	Quantidade de Parcelamentos sem Pagtos há 03 Meses
8	Vr. Vencido e Não Pago
9	Saldo Devedor Atual dos Parcelamentos do item 7
10	Quantidade de Parcelamentos sem Pagtos há 02 Meses
11	Vr. Vencido e Não Pago
12	Saldo Devedor Atual dos Parcelamentos do item 10
13	Quantidade de Parcelamentos sem Pagto no Mês
14	Vr. Vencido e Não Pago
15	Saldo Devedor Atual dos Parcelamentos do item 13



Relatório III - Parcelamentos Incluídos e Cancelados

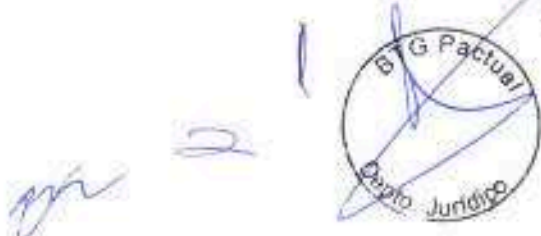
1	Mês / Ano
2	Quantidade de Parcelamentos Incluídos
3	Saldo Devedor Atual dos Parcelamentos Incluídos
4	Quantidade de Parcelamentos Excluídos
5	Saldo Devedor Atual dos Parcelamentos Excluídos



ANEXO 2.6

MINUTA DO TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS DE CRÉDITOS AUTÔNOMOS

1. Nos termos do "CONTRATO DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITO AUTÔNOMO DE RECEBIMENTO DE CRÉDITOS E OUTRAS AVENÇAS", firmado em 10 de janeiro de 2014 ("Contrato de Cessão Onerosa"), os Direitos de Crédito Autônomos listados no Anexo I ao presente e no CD-ROM, são cedidos, neste ato e em caráter irrevogável e irretratável, pelo **MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE** ("Cedente"), com a anuência da Secretaria Municipal de Finanças ("SMF") e da Procuradoria Geral do Município ("PGM"), para a **PBH ATIVOS S.A.** ("Cessionária"), sem qualquer tipo de direito de regresso ou coobrigação do Município de Belo Horizonte, na forma estipulada no Contrato de Cessão Onerosa, do qual este termo é parte integrante.
2. O Preço de Aquisição dos Direitos de Crédito Autônomos é pago ao Município de Belo Horizonte pela Cessionária, nesta data, mediante a entrega das Debêntures Subordinadas, subscritas pelo Município de Belo Horizonte, através da assinatura dos Boletins de Subscrição correspondentes, conforme previsto no Contrato de Cessão Onerosa.
3. Os Documentos Comprobatórios, referentes ao direito de recebimento do fluxo financeiro oriundo dos Direitos de Crédito Autônomos ora cedidos, encontram-se, nesta data, em poder do Município de Belo Horizonte ou de quaisquer órgãos ou entidades integrantes da administração pública direta ou indireta do Município de Belo Horizonte, assim como os gestores públicos e agentes políticos investidos de poderes de representação do Município de Belo Horizonte, sendo que tais Documentos Comprobatórios deverão ser fornecidos à PBH ATIVOS e/ou ao Agente Fiduciário nos termos e condições previstas no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito Autônomos, Vinculação de Receita e Outras Avenças da PBH ATIVOS S.A. firmado em [●] ("Contrato de Cessão Fiduciária").
4. Os termos aqui indicados em letra maiúscula e não expressamente definidos neste instrumento terão os mesmos significados a eles atribuídos no Contrato de Cessão Onerosa.
5. A cessão objeto deste termo, observado o disposto no Contrato de Cessão Onerosa, é considerada existente, válida e eficaz na data de celebração deste Termo de Cessão.
6. Com o pagamento do Preço de Aquisição, o Município de Belo Horizonte e a Cessionária conferem-se reciprocamente a mais ampla, geral e rasa quitação relativa à cessão dos Direitos de Crédito Autônomos, sem prejuízo da manutenção de seus respectivos direitos e prerrogativas assegurados no Contrato de Cessão Onerosa e no Contrato de Cessão Fiduciária.
7. Por meio da assinatura deste Termo de Cessão, o Cedente confirma e ratifica que todas as declarações e garantias por ele prestadas no Contrato de Cessão Onerosa são completas,



Assinatura manuscrita.

corretas e verdadeiras, em todos os aspectos relevantes, na data de assinatura deste Termo de Cessão.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente termo, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos de direito, na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Belo Horizonte, [•] de [•] de 2014.

MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

[MODELO – NÃO ASSINAR]

Por: Márcio Araújo de Lacerda
Cargo: Prefeito
Cessionária:

[MODELO – NÃO ASSINAR]

Por: Marcelo Piancastelli de Siqueira
Cargo: Secretário Municipal de Finanças

PBH ATIVOS S.A.
[MODELO – NÃO ASSINAR]

Por: Edson Ronaldo Nascimento
Cargo: Diretor Presidente

Intervenientes Anuentes:

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE BELO HORIZONTE

[MODELO – NÃO ASSINAR]

Por: Marcelo Piancastelli de Siqueira
Cargo: Secretário Municipal de Finanças

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

[MODELO – NÃO ASSINAR]

Por: Risvel Beltrame Rocha
Cargo: Procurador Geral do Município

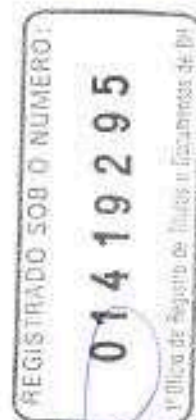
Testemunhas:

[MODELO – NÃO ASSINAR]

Nome:
RG:
CPF/MF:

[MODELO – NÃO ASSINAR]

Nome:
RG:
CPF/MF:



ANEXO I AO TERMO DE CESSÃO

Descrição dos Direitos de Crédito Autônomos e identificados no CD- ROM

Os Direitos de Crédito Autônomos estão detalhados no CD-ROM entregues nesta data ao Custodiante. Foram cedidos Direitos de Crédito Autônomos no montante total de R\$ [•], devidos por [•] Contribuintes.

Informações do CD-ROM**Arquivo I - Criptografado**

1	CPF / CNPJ
2	Nome do Contribuinte
3	Código Criptografado do Contribuinte

Arquivo II - Lançamentos

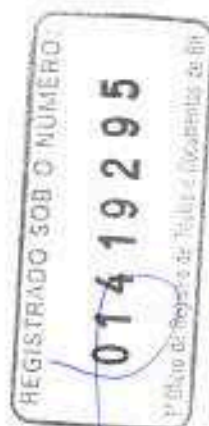
1	Nº do Parcelamento
2	Código dos Lançamentos Incluídos no Parcelamento
3	Descrição do Tributo

Arquivo III - Parcelamentos

1	Nº do Parcelamento
2	Data de Aprovação do Parcelamento
3	Código Criptografado
4	Endereço de Correspondência do Parcelamento
5	Quantidade Total de Parcelas
6	Quantidade de Parcelas Quitadas
7	Quantidade de Parcelas em Aberto
8	Saldo Devedor Atualizado sem Honorários

Arquivo IV - Fluxo de Recebimentos

1	Nº do Parcelamento
2	Mês / Ano
3	Valor Total da Parcela
4	Valor dos Honorários na Parcela
5	Valor da Parcela Sem Honorários (3) - (4)



1º (PRIMEIRO) ADITAMENTO AO CONTRATO DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITO AUTÔNOMO DE RECEBIMENTO DE CRÉDITOS E OUTRAS AVENÇAS

Pelo presente instrumento particular, as partes:

I. MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, estabelecido na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Afonso Pena, nº 1212, bairro Centro, CEP 30130-908, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.715.383/0001-40, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. Marcio Araújo de Lacerda, e pelo Secretário Municipal de Finanças, o Sr. Marcelo Piancastelli de Siqueira, brasileiro, divorciado, economista, portador do RG nº 0976099 – MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 125.350.606-04 (“Cedente” ou “Município”);

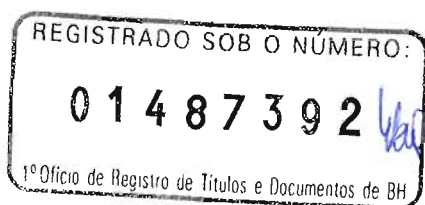
II. PBH ATIVOS S.A., sociedade de economia mista, cuja criação foi autorizada pela Lei Municipal nº 10.003 de 25 de novembro de 2010 (“Lei Municipal 10.003/10”), com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Afonso Pena, nº 774, 5º andar, bairro Centro, CEP 30130-003, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.593.766/0001-79, neste ato representada na forma de seu estatuto social, por seu Diretor Presidente, o Sr. Ricardo Augusto Simões Campos, brasileiro, casado, engenheiro, portador do CREA-MG nº 14534, inscrito no CPF/MF sob o nº 236.124.106-44, e por seu Diretor Executivo, o Sr. Francisco Rodrigues dos Santos, brasileiro, casado, administrador, portador do CRA-MG nº 01-002505, inscrito no CPF/MF sob o nº 129.958.436-53 (“Cessionária” ou “PBH ATIVOS”);

III. BANCO BTG PACTUAL S.A., instituição financeira, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3477, 14º andar, bairro Itaim Bibi, CEP 04.538-133, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.306.294/0002-26, neste ato representada na forma do seu estatuto social (“Custodiante”); e

IV. PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4200, bloco 08-B, salas 302/303/304, bairro Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma do seu estatuto social (“Agente Fiduciário” e, em conjunto com a Cedente, com a Cessionária e com o Custodiante, “Partes”).

E ainda, na qualidade de intervenientes anuentes:

V. SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE BELO HORIZONTE, estabelecida na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Espírito



Santo, nº 605, 5º andar, bairro Centro, CEP 30160-030, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Finanças, Sr. Marcelo Piancastelli de Siqueira, brasileiro, divorciado, economista, portador do RG nº 0976099 – MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 125.350.606-04 (“SMF”);

VI. PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, estabelecida na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua dos Timbiras, nº 628, bairro Funcionários, CEP 30140-060, neste ato representada pelo Procurador-Geral do Município, Dr. Rúsvel Beltrame Rocha, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/MG sob o nº 065805 e no CPF/MF sob o nº 782.347.276-72 (“PGM”); e

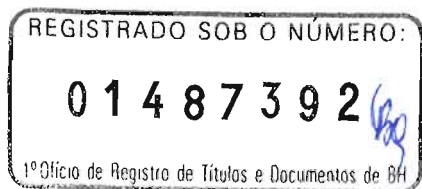
VII. EMPRESA DE INFORMÁTICA E INFORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE S.A. - PRODABEL, estabelecida na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Presidente Carlos Luz, nº 1275, bairro Caparaó, CEP 31230-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 18.239.038/0001-87, neste ato representada na forma do seu estatuto social por seu diretor, o Sr. José Lauro Nogueira Terror (“PRODABEL” e, em conjunto com a SMF e a PGM, “Intervenientes Anuentes”).

CONSIDERANDO QUE:

(a) o Município instituiu um programa de parcelamento de certos créditos tributários ou não tributários vencidos, ao qual o contribuinte ou sujeito passivo de tais débitos (“Contribuinte”) poderia aderir, por meio de procedimentos administrativos ou judiciais de parcelamento (“Procedimentos Administrativos ou Judiciais” e “Parcelamentos”, respectivamente);

(b) o Município foi autorizado, por força da Lei Municipal 10.003/10, e da Lei Municipal nº 7.932, de 30 de dezembro de 1999, conforme alterada (“Lei Municipal 7.932/99”), a ceder à PBH ATIVOS, a título oneroso, direitos de crédito autônomos para recebimento do fluxo de pagamentos decorrente dos créditos tributários ou não tributários vencidos e parcelados pelo Contribuinte através dos Parcelamentos (“Direitos de Crédito Autônomos”), que se encontram ou não inscritos na dívida ativa do Município (“Créditos Tributários ou Não Tributários”);

(c) a PBH ATIVOS, conforme estabelecido em seu objeto social, sua lei de criação, e nos termos de seu estatuto social, aprovado pelo Decreto Municipal nº 14.444, de 09 de junho de 2011, tem, entre outros, competência para: (i) titular, administrar e explorar economicamente ativos municipais; (ii) auxiliar o Tesouro Municipal na captação de recursos financeiros, podendo, para tanto, colocar no mercado obrigações de emissão própria, receber, adquirir, alienar e dar em garantia os ativos, créditos, títulos e valores



mobiliários da sociedade; e (iii) estruturar e implementar operações que visam à obtenção de recursos junto ao mercado de capitais;

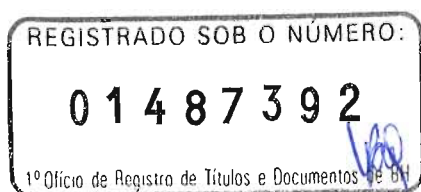
(d) de tal modo, nos termos do artigo 7º da Lei Municipal 7.932/99, as Partes celebraram, com a anuência dos Intervenientes Anuentes, o “*Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças*”, firmado em 10 de janeiro de 2014, por meio do qual o Município se comprometeu a ceder à Cessionária os Direitos de Crédito Autônomos (“Contrato de Cessão Onerosa”); em conjunto com a celebração do Termo de Cessão e dos Boletins de Subscrição, conforme definidos, respectivamente, no Contrato de Cessão Onerosa e na Escritura da Primeira Emissão (conforme definida abaixo);

(e) a cessão dos Direitos de Crédito Autônomos, conforme acima disposto, foi utilizada pelo Município como meio para a subscrição e integralização da totalidade das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada (“Debêntures Subordinadas”), emitidas de forma privada pela Cessionária em 10 de janeiro de 2014 (“Emissão de Debêntures Subordinadas”);

(f) as condições e características da Emissão de Debêntures Subordinadas encontram-se descritas no “*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, da PBH ATIVOS S.A.*”, firmado em 10 de janeiro de 2014, conforme aditado pelo “*Instrumento Particular de 1º (Primeiro) Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, da PBH ATIVOS S.A.*”, firmado em 1º de abril de 2014 (“Escritura da Primeira Emissão”);

(g) as Partes desejam incluir no Contrato de Cessão Onerosa os procedimentos relativos à administração das Contas Vinculadas (conforme definidas no “*Contrato de Custódia de Recursos Financeiros e Administração de Contas Vinculadas*”, celebrado entre o Município, a PBH ATIVOS, o Custodiante, o Agente Fiduciário e o Banco do Brasil S.A. (“Banco Centralizador”), com a expressa anuência dos Intervenientes Anuentes, (“Contrato de Administração de Contas”), no que tange aos recursos financeiros decorrentes da realização antecipada dos Direitos de Crédito Autônomos; e

(h) as Partes pretendem, também, incluir no Contrato de Cessão Onerosa disposições pertinentes à cessão de novos Direitos de Crédito Autônomos, que venha a ser realizada pelo Cedente a título de reequilíbrio econômico e indenização à Cessionária, nos termos do artigo 10º da Lei Municipal 7.932/99, em razão de um dos eventos descritos nas Cláusulas 11.1 e 11.1.1 do Contrato de Cessão Onerosa.



3/78

ISTO POSTO, resolvem as Partes celebrar o presente “1º (Primeiro) Aditamento ao Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças” (“Aditamento”), que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir.

Os termos utilizados neste Aditamento, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam diversamente definidos no presente Aditamento, terão os mesmos significados que lhes são atribuídos no Contrato de Cessão Onerosa.

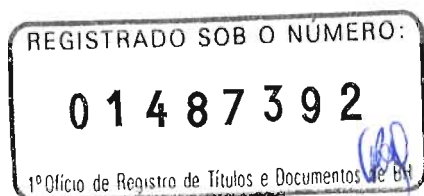
CLÁUSULA I
ADMINISTRAÇÃO DAS CONTAS VINCULADAS EM CASO DE
ANTECIPAÇÃO DA REALIZAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO
AUTÔNOMOS

1.1 As Partes resolvem incluir entre as disposições do Contrato de Cessão Onerosa, os procedimentos relativos à administração das Contas Vinculadas (conforme definidas no Contrato de Administração de Contas), relativos aos recursos advindos da realização de Direitos de Crédito Autônomos que venha a ser, sob qualquer forma, antecipada pelo Contribuinte.

1.2 Diante do disposto na Cláusula 1.1 acima, resolvem alterar as seguintes Cláusulas do Contrato de Cessão Onerosa, que passarão a vigorar com a seguinte redação:

(a) incluir a Cláusula 5.2.3, conforme abaixo:

5.2.3 O Cedente, nos termos do Contrato de Administração de Contas, por intermédio da SMF e da PGM, obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, a fazer com que os recursos advindos do (i) pagamento antecipado pelos Contribuintes, em parte ou no todo, de Créditos Tributários ou Não Tributários dos quais decorrem os Direitos de Crédito Autônomos ou (ii) conforme o caso, pagamento advindo da recompra dos Direitos de Crédito Autônomos afetados na forma da Cláusula 11.1.1 deste Contrato (“Direitos de Crédito Autônomos Objeto de Realização Antecipada”) sejam, inicialmente, depositados na Conta Centralizadora da PBH ATIVOS e, automaticamente transferidos, depositados, mantidos e aplicados na Conta de Recebimento, na forma e nos prazos previstos no Contrato de Administração de Contas. O Agente Fiduciário deverá autorizar prévia e expressamente o Banco Centralizador para que sejam remetidos/direcionados os recursos advindos dos Direitos de Crédito Autônomos Objeto de Realização Antecipada depositados e mantidos na Conta de Recebimento para a conta nº 21.179-6, da agência 1615-2, aberta no Banco Centralizador, de titularidade da PBH ATIVOS (“Conta de Adiantamentos”). A Conta de Adiantamentos será movimentável única e



exclusivamente pelo Banco Centralizador, com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário, até o integral pagamento das Obrigações Garantidas, nos termos deste Contrato, da Escritura e observado o IGR e o IC previstos na Escritura da Segunda Emissão.

CLÁUSULA II

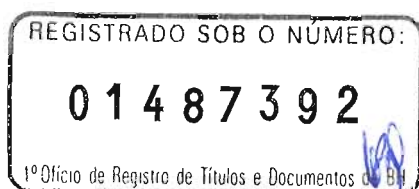
INDENIZAÇÃO E RECOMPOSIÇÃO DO FLUXO

2.1 As Partes desejam incluir no Contrato de Cessão Onerosa disposições pertinentes à cessão de novos Direitos de Crédito Autônomos, que venha a ser realizada pelo Município a título de indenização à Cessionária, em razão de um dos eventos descritos nas Cláusulas 11.1 e 11.1.1 do Contrato de Cessão Onerosa.

2.2 De tal modo, as Partes decidem alterar as Cláusulas 11.1.1 e 11.1.2, bem como incluir as Cláusulas 11.1.1.1, 11.1.1.2, 11.1.3, 11.1.3.1, 11.1.3.2 e os Anexos 11.1.1 'i' e 11.1.1 'ii' ao Contrato de Cessão Onerosa, cujas cópias compõem o **Anexo I** e o **Anexo II** ao presente Aditamento, conforme abaixo:

11.1.1 Na ocorrência de um dos eventos descritos na Cláusula 11.1 acima, ou quaisquer outros eventos similares que afetem o fluxo de recebimento dos Direitos de Crédito Autônomos, o Cedente deverá, no prazo de até 30 (trinta) dias contado do recebimento da notificação enviada pelo Agente Fiduciário, pelo Coordenador da Oferta ou pela própria Cessionária, o que ocorrer primeiro, indenizar a Cessionária, mediante (i) a cessão de novos Direitos de Crédito Autônomos adimplentes, por meio da celebração do “Termo de Recomposição” na forma do Anexo 11.1.1 ‘i’ a este Contrato, ou (ii) a recompra dos Direitos de Crédito Autônomos afetados, por meio da celebração do “Termo de Recompra” na forma do Anexo 11.1.1 ‘ii’ a este Contrato, no qual serão cedidos novos Direitos de Crédito Autônomos adimplentes; em qualquer hipótese objetivando recompor o fluxo de pagamento dos Direitos de Crédito Autônomos como se não tivesse sido alterado por iniciativa do Município, conforme Cláusula 11.1. acima. As Partes desde já reconhecem que a celebração do Termo de Recomposição ou do Termo de Recompra, conforme o caso, serão suficientes e bastantes para a formalização da indenização prevista nesta Cláusula.

11.1.1.1 Os novos Direitos de Crédito Autônomos cedidos nos termos do Termo de Recomposição ou do Termo de Recompra, conforme o caso, deverão ser cedidos fiduciariamente aos titulares das Debêntures com Garantia Real, por meio da celebração de Termo de Cessão Fiduciária, na forma definida no Contrato de Cessão Fiduciária, conforme alterado.



2

11.1.1.2 A Cessionária e o Agente Fiduciário se obrigam a, na mesma data de celebração do Termo de Recomposição ou do Termo de Recompra, conforme o caso, assinar o Termo de Cessão Fiduciária, o qual deverá ser levado a registro na forma da Cláusula 8 do Contrato de Cessão Fiduciária.

11.1.2 Caso não existam novos Direitos de Crédito Autônomos a serem cedidos à Cessionária nos termos das alíneas 'i' e 'ii' da Cláusula 11.1.1 acima, ou caso sobrevenha qualquer vedação legal, administrativa ou judicial para que o Cedente proceda às providências descritas nas alíneas 'i' e 'ii' da Cláusula 11.1.1 acima, o Cedente deverá, em até 30 (trinta) dias contados do recebimento da notificação referida na Cláusula 11.1.1 acima, promover a recompra dos Direitos de Crédito Autônomos afetados, pelo pagamento do valor correspondente ao valor de face do Direito de Crédito Autônomo afetado (acrescido da atualização pelo IPCA e já descontados os Recursos Excluídos, se houver), em moeda corrente nacional, diretamente na Conta de Recebimento, valor esse que será posteriormente transferido para a Conta de Adiantamentos.

11.1.3 Sem prejuízo do disposto nas Cláusulas 11.1, 11.1.1 e 11.1.2 acima, a Cessionária e o Agente Fiduciário deverão verificar mensalmente, no dia útil imediatamente anterior à Data de Verificação ("Data de Análise"), com base nas informações constantes do Relatório Gerencial (conforme definido na Escritura da Segunda Emissão), a ocorrência de uma das hipóteses previstas na Cláusula 11.1 deste Contrato.

11.1.3.1 Caso a Cessionária ou o Agente Fiduciário verifique que, em determinada Data de Análise, os Valores a Indenizar (conforme definidos no item 15 do Relatório Gerencial), correspondem a, no mínimo, 1% (um por cento) do "Saldo Devedor Atual dos Parcelamentos (Excluído Honorários)" informado no Relatório Gerencial, a Cessionária e o Agente Fiduciário terão o dever de, na Data de Análise, notificar o Cedente, com cópia para o Custodiante, para que indenize a Cessionária nos termos previstos nas Cláusulas 11.1.1 e 11.1.2 acima.

11.1.3.2 Na hipótese de a Cessionária ou Agente Fiduciário não notificarem a Cedente na forma prevista na Cláusula 11.1.3.1 acima, o Custodiante poderá fazê-lo a seu exclusivo critério.



CLÁUSULA III
ATUALIZAÇÃO DOS DADOS PARA COMUNICAÇÕES

3.1 As partes resolvem atualizar os dados para comunicações da Cessionária, do Agente Fiduciário e da PRODABEL previstos na Cláusula 14.1 do Contrato de Cessão Onerosa, conforme disposto abaixo:

b) se para a Cessionária:

PBH ATIVOS S.A

Endereço: Avenida Afonso Pena, nº 774, 5º Andar, Centro,

CEP: 30.130-003 - Belo Horizonte, MG

Tel.: (31) 3277.9561

At: Sr. Ricardo Augusto Simões Campos / Sr. Francisco Rodrigues dos Santos

E-mail: ricardo.simoes@pbhativos.com.br / francisorodrigues@pbhativos.com.br

d) se para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Av. das Américas, nº 4.200, Bloco 08, ala B, salas 302, 303 e 304, Barra da Tijuca

CEP: 22640-102 – Rio de Janeiro, RJ

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Tel.: (21) 3385-4565

E-mail: operacional@pentagonotruster.com.br

e) se para as Intervenientes Anuentes:

(...)

EMPRESA DE INFORMÁTICA E INFORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE S/A – PRODABEL

Av. Presidente Carlos Luz, nº 1275, Bairro Caparaó,

CEP: 31.230-000, Belo Horizonte, MG

At.: Sr. José Lauro Nogueira Terror

Tel.: (31) 3277-8395

E-mail: lauro.n@pbh.gov.br



[Handwritten signature]

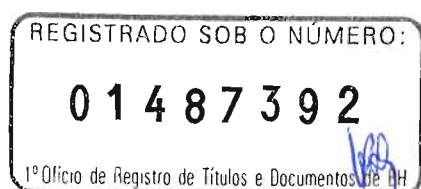
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

7/78



CLÁUSULA IV REGISTRO E PUBLICAÇÃO

4.1 As Partes neste ato acordam que, não obstante o prazo para protocolo dos aditamentos ao Contrato de Cessão Onerosa previsto na Cláusula 12.1 do Contrato de Cessão Onerosa, a Cessionária deverá providenciar o protocolo do presente Aditamento no Cartório de Registro de Títulos e Documentos das Cidades de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e São Paulo, Estado de São Paulo, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data de sua assinatura, devendo o Cedente enviar comunicação às demais Partes e aos Intervenientes Anuentes, e cumprir com todas as demais obrigações previstas na Cláusula 12.1 do Contrato de Cessão Onerosa.

4.2 As partes neste ato acordam que, não obstante o prazo para publicação resumida dos aditamentos ao Contrato de Cessão Onerosa previsto na Cláusula 15.16 do Contrato de Cessão Onerosa, o Cedente deverá providenciar a publicação resumida deste Aditamento no Diário Oficial do Município de Belo Horizonte, no prazo de 10 (dez) dias úteis após a sua celebração, e enviar 1 (uma) via original da publicação ao Agente Fiduciário, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da publicação.

CLÁUSULA V DECLARAÇÕES E GARANTIAS

5.1 As Partes reiteram expressamente todas as declarações e obrigações constantes do Contrato de Cessão Onerosa, e subordinam o presente Aditamento às disposições do Contrato de Cessão Onerosa, naquilo que lhe for aplicável e passível de cumprimento pelas Partes.

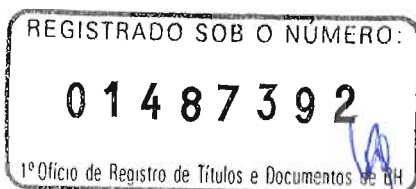
5.2 As Partes neste ato declaram que:

(a) a celebração deste instrumento e a assunção e o cumprimento das obrigações decorrentes deste Aditamento estão devidamente autorizados por seus atos constitutivos e pela legislação em vigor e também não infringem qualquer obrigação assumida anteriormente;

(b) a celebração deste Aditamento, do Termo de Cessão Indenização, assim como a consumação dos termos aqui pactuados não violam (i) qualquer disposição de seus estatutos sociais; (ii) as normas legais e regulamentares a que as Partes e/ou seus bens estejam sujeitos; e/ou (ii) quaisquer contratos, acordos, autorizações governamentais ou compromissos obrigacionais aos quais estejam vinculadas, conforme aplicável;



[Handwritten signature]



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

8/78

[Handwritten signature]

X

(c) este Aditamento constitui obrigação lícita, vinculante e válida, exequível em conformidade com seus termos e condições;

(d) os representantes legais ou mandatários que assinam este instrumento têm poderes para assumir, em seu nome, as obrigações nele estabelecidas;

(e) (i) a Cessionária é legítima titular e proprietária de direitos emergentes do Contrato de Cessão Onerosa, conforme alterado, e do Termo de Cessão Indenização; (ii) a Cessionária é legítima proprietária dos novos Direitos de Crédito Autônomos objeto do Termo de Cessão Indenização; e (iii) a Cessionária é legítima titular e proprietária de todos os direitos sobre a Conta de Adiantamentos, e será legítima titular e proprietária de todos os recursos, direitos de crédito e acessórios relacionados aos novos Direitos de Crédito Autônomos depositados ou a serem depositados e mantidos nas Contas Vinculadas, os quais se encontram ou, conforme o caso, se encontrarão livres de quaisquer ônus, encargos ou gravames de qualquer natureza, legais ou convencionais, excetuando-se a cessão fiduciária em garantia feita nos termos deste Aditamento;

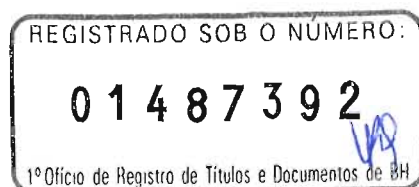
(f) a celebração deste Aditamento é compatível com a capacidade econômica, financeira e operacional da Cessionária de forma que o registro de qualquer débito nas Contas Vinculadas (conforme definidas no Contrato de Administração de Contas) e a cessão fiduciária dos Créditos Cedidos Fiduciariamente (conforme definidos no Contrato de Cessão Fiduciária) não deverão acarretar qualquer impacto negativo na capacidade econômica, financeira e operacional, ou na sua capacidade de honrar quaisquer compromissos e obrigações;

(g) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou qualquer contestação, independentemente de quem seja o autor, visando anular, alterar, invalidar, questionar ou, de qualquer forma, afetar adversamente as obrigações assumidas neste Aditamento;

(h) a Cessionária e o Município não poderão movimentar as Contas Vinculadas (conforme definidas no Contrato de Administração de Contas), incluindo, mas não se limitando, à Conta de Adiantamentos, durante a vigência do Contrato de Cessão Fiduciária, não sendo permitida à Cessionária e ao Município a emissão de cheques, a movimentação por meio de cartão de débito ou ordem verbal ou escrita ou qualquer outra movimentação dos recursos depositados nas Contas Vinculadas, incluindo, mas não se limitando, à Conta de Adiantamentos, que serão movimentadas única e exclusivamente pelo Banco Centralizador mediante prévia e expressa aprovação do Agente Fiduciário;



[Handwritten signature]



[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

9/78

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

(i) O Cedente e a Cessionária declaram que cederam e transferiram aos Debenturistas (conforme definidos na Escritura da Segunda Emissão), em caráter irrevogável e irretratável, a propriedade fiduciária, em primeiro e único grau, o domínio resolúvel e a posse indireta dos Direitos de Crédito Autônomos objeto do Termo de Cessão Indenização, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições, integrando, para todos os fins de direito o conceito de Direitos de Crédito Autônomos e Créditos Cedidos Fiduciariamente, conforme o caso, referidos no Contrato de Cessão Onerosa, na Escritura da Segunda Emissão e no Contrato de Cessão Fiduciária.

(j) as declarações feitas neste instrumento são verdadeiras, consistentes, completas e precisas.

5.3. A Cessionária se obriga, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar as demais Partes por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e /ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios razoáveis) diretamente incorridos e comprovados pelas Partes aplicáveis, em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula V.

CLÁUSULA VI DISPOSIÇÕES FINAIS

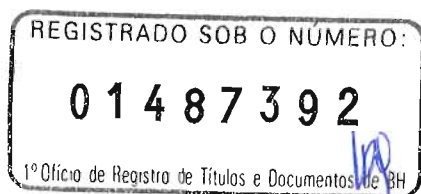
6.1 As Partes celebram este Aditamento em caráter irrevogável e irretratável, obrigando-se ao seu fiel, pontual e integral cumprimento por si e por seus sucessores e cessionários, a qualquer título, ratificando ainda o Termo de Cessão Indenização celebrado.

6.1.1 Os Intervenientes Anuentes concordam e se comprometem no limite das obrigações a eles estabelecidas neste Aditamento.

6.2 O presente Aditamento começa a vigorar na data de sua assinatura e permanecerá em vigor até a liquidação das Obrigações Garantidas (conforme definidas no Contrato de Cessão Onerosa) e dos Direitos de Crédito Autônomos.

6.3 A tolerância e as concessões recíprocas terão caráter eventual e transitório e não configurarão, em qualquer hipótese, renúncia, transigência, remissão, perda, modificação, redução ou ampliação de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos a qualquer das Partes nos termos deste Aditamento, assim como, quando havidas, o serão, expressamente, sem o intuito de negar as obrigações previstas neste Aditamento.

6.4 O presente Aditamento constitui o único e integral acordo entre as Partes com



10/78

relação aos assuntos aqui tratados, substituindo todos os outros documentos, cartas, memorandos ou propostas entre as Partes, bem como os entendimentos orais mantidos entre as mesmas, anteriores a presente data.

6.5 Se, em decorrência de qualquer decisão judicial irrecorrível, qualquer disposição ou termo deste Aditamento for declarado nulo ou for anulado, tal nulidade ou anulabilidade não prejudicará a vigência das demais Cláusulas deste Aditamento não atingidas pela declaração de nulidade ou pela anulação.

6.6 As Partes comprometem-se a tomar as medidas necessárias e cabíveis conforme previsto na legislação brasileira, incluindo a Instrução CVM nº 301 de 16 de abril de 1999 e posteriores alterações, com a finalidade de prevenir e combater as atividades relacionadas com os crimes de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores identificados pela Lei Federal nº 9.613, de 3 de março de 1998.

6.7 Os casos fortuitos e de força maior são excludentes da responsabilidade das Partes, nos termos do artigo 393 do Código Civil Brasileiro.

5.7.1 A Parte que for afetada por caso fortuito ou força maior deverá notificar a outra, de imediato, com relação à extensão do fato e do prazo estimado durante o qual estará inabilitada a cumprir ou pelo qual será obrigada a atrasar o cumprimento de suas obrigações decorrentes deste Aditamento.

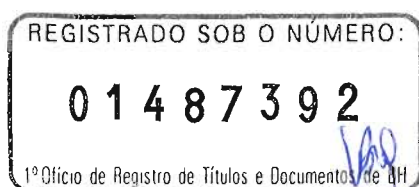
5.7.2 Cessados os efeitos de caso fortuito ou da força maior, a Parte afetada deverá, de imediato, notificar a outra para conhecimento desse fato, restabelecendo a situação original.

5.7.3 Se a ocorrência do caso fortuito ou da força maior prejudicar apenas parcialmente a execução das obrigações oriundas deste Aditamento por uma das Partes, aquela afetada deverá cumprir as obrigações que não tiverem sido afetadas pela ocorrência do caso fortuito ou da força maior.

6.8 Tendo em vista as alterações acima, as Partes, de comum acordo, resolvem aditar e consolidar o Contrato de Cessão Onerosa, na forma do Anexo III ao presente Aditamento.

6.8.1 Os Anexos F, H, I, 2.2 (D), 2.4.5 e 2.6 do Contrato de Cessão Onerosa deverão ser interpretados como parte integrante do Contrato de Cessão Onerosa alterado e consolidado na forma do Anexo III ao presente Aditamento.

E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente Aditamento em 10 (dez) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos de direito, na presença das 2 (duas)



11/78

testemunhas abaixo assinadas.

Belo Horizonte, 29 de janeiro de 2016.

restante da página deixado intencionalmente em branco



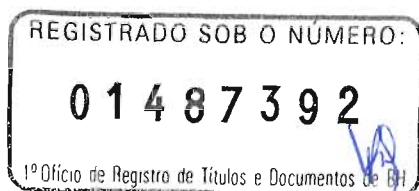
A handwritten signature in blue ink.

A handwritten signature in blue ink.

12/78

A handwritten signature in blue ink.

A handwritten signature in blue ink.



(Página de assinaturas 1/8 do 1º (Primeiro) Aditamento ao Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças, celebrado em 29 de janeiro de 2016)

Cedente:

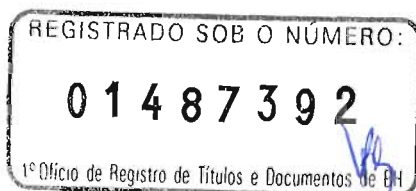
MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE



Por: Marcio Araujo de Lacerda
Cargo: Prefeito Municipal



Por: Marcelo Piancastelli de Siqueira
Cargo: Secretário Municipal de Finanças



(Página de assinaturas 2/8 do 1º (Primeiro) Aditamento ao Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças, celebrado em 29 de janeiro de 2016)

Cessionária:



PBH ATIVOS S.A.

Por: Ricardo Augusto Simões Campos
Cargo: Diretor Presidente



Por: Francisco Rodrigues dos Santos
Cargo: Diretor Executivo



**TABELIONATO
TRIGINELLI**

SERVIÇO NOTARIAL DO 3º OFÍCIO
AV. AUGUSTO DE LIMA, 505 - CEP: 30130-900 - FONE: (31) 3273-5144 FAX: 3222-4752 - BR: 505
E-mail: cartorio3@cartorio3triginelli.com.br - www.cartorio3triginelli.com.br

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) abaixo:
(BZX75098) RICARDO AUGUSTO SIMÕES CAMPOS, *****
(BZX75099) FRANCISCO RODRIGUES DOS SANTOS *****
Belo Horizonte, 10/02/2016 14:41:49 25098

Marcelo Deoclides Araújo
E:R\$8,40 REC:R\$0,50 CF:R\$2,76 Total:R\$11,66
GILBERTO

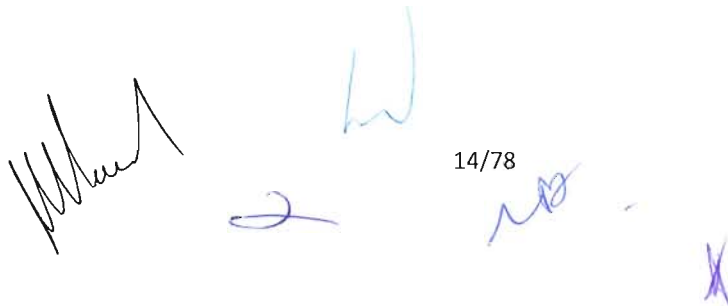


REGISTRADO SOB O NÚMERO:

01487392

1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de BH

14/78





(Página de assinaturas 3/8 do 1º (Primeiro) Aditamento ao Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças, celebrado em 29 de janeiro de 2016)


Custodiante:



Por:
Cargo:

Carolina Cury Maia Costa
Procuradora

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Por:
Cargo:

Nandikesh Anilkumar Dixit
Procurador

2º

Tabellão de Notas - Anderson Henrique Teixeira Nogueira
Rua Rego Freitas, 133 - Vila Buarque - São Paulo - SP
CEP 01220-010 - Fone: (11) 3357-8844 - Fax: (11) 3221-0720

Reconheço por semelhança 2 Firma(s) com VALOR ECONOMICO de:
CAROLINA CURY MAIA COSTA E NANDIKESH ANILKUMAR DIXIT
São Paulo, 12 de fevereiro de 2016. Em test. da Verdade.

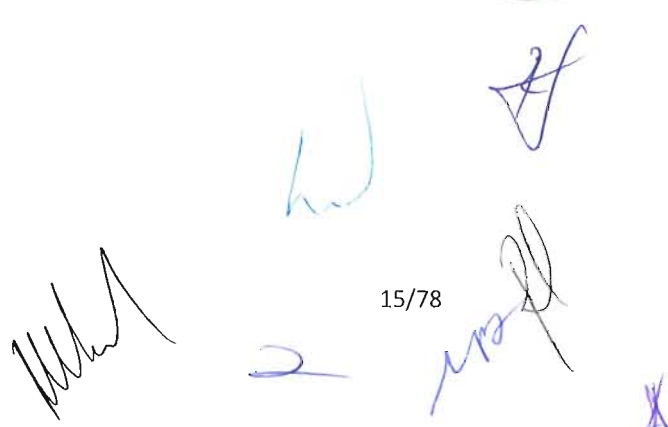
ALEXANDRE MARCOLI - Escrevente
Valor: R\$ 16,30. Carimbo: 1492250-Selo(s): 246556-AA

VALOR ECONÔMICO COM SELLO DE AUTENTIDADE QUALQUER EMISSÃO DA RAÍZUA, ANEXE ESTE DOCUMENTO



REGISTRADO SOB O NÚMERO:
01487392
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de SP


15/78



(Página de assinaturas 4/8 do 1º (Primeiro) Aditamento ao Contrato de Cessão e
Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças,
celebrado em 29 de janeiro de 2016)

Agente Fiduciário:

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS**


Nome: **Paulo Luiz Ferreira**
Cargo: **Procurador**



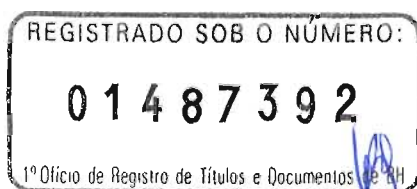
16/78

(Página de assinaturas 5/8 do 1º (Primeiro) Aditamento ao Contrato de Cessão e
Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças,
celebrado em 29 de janeiro de 2016)

Intervenientes Anuentes:

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE BELO HORIZONTE

Por: Marcelo Piancastelli de Siqueira
Cargo: Secretário Municipal de Finanças



17/78

BTG Pactual
Duplo. Jurídico

Handwritten signatures and initials are visible in the bottom right corner.

(Página de assinaturas 6/8 do 1º (Primeiro) Aditamento ao Contrato de Cessão e
Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças,
celebrado em 29 de janeiro de 2016)

Intervenientes Anuentes:

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE



Por: Rúsvel Beltrame Rocha
Cargo: Procurador Geral do Município



18/78

№ 181 - 60

MONTE S.A. - PRODABEL



REGISTRADO SOB O NUMERO:
01487392
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos BH

19/78

Handwritten signatures and initials in black and blue ink. The signatures are scattered across the page, with some appearing to be initials or names. The date 19/78 is written in the center.

(Página de assinaturas 8/8 do 1º (Primeiro) Aditamento ao Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças, celebrado em 29 de janeiro de 2016)

Testemunhas:

Nome:

RG:

CPF:

Helton Ferreira da Costa
RG: 47.835.249-9 SSP/SP
CPF: 405.547.428-88

Nome:

RG:

CPF:

José Pedro Francischini de Souza Gevaerd
RG: 37.012.417-0 SSP/SP
CPF: 410.201.578-79

1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de Belo Horizonte
Rua dos Banhos, 255 - 3º andar - Centro - Belo Horizonte - MG
CEP: 30160-100 - CDE: 21.656.810/0001-14
www.tratado.com.br - Tel.: (31) 3224-6830
Registrador: Emílio C. de Meneses Guerra

1º OFÍCIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

Nº de Ordem: **01487392**

Certifico e dou fé que o presente documento foi apresentado, protocolado sob o nº **01487392**, livro nº **A-85**, registrado em microfilme e digitalizado sob o nº **01487392**, livro nº **B-157**, nesta data, e AVERBADO à margem do Registro nº **01419295**, Belo Horizonte, 15/02/2016. Emol: 622,96 - T.J.F.: 272,58 - Recomp.: 37,33
Total: 932,87

O Oficial

Cristiana M. H. Rias Forte
Escritor Autorizada

1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de Belo Horizonte
Rua dos Banhos, 255 - 3º andar - Centro - Belo Horizonte - MG
CEP: 30160-100 - CDE: 21.656.810/0001-14
www.tratado.com.br - Tel.: (31) 3224-6830
Registrador: Emílio C. de Meneses Guerra

PODER JUDICIÁRIO - TJMG
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Ofício do 1º Registro de Títulos e Documentos:
de Belo Horizonte - MG - CNS: 05.529-3

Selo Eletrônico Nº **AGM69400**
Cód. Seg.: **1417.9798.2285.1781**

Quantidade de Atos Praticados: **00079**
Emolumentos: R\$660,29 - T.J.F.: R\$272,58
Valor Final: R\$932,87
Consulte a validade deste Selo no
site: <https://selos.tjmg.jus.br>



REGISTRADO SOB O NÚMERO:

01487392

1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de BH



20/78

ANEXO I AO 1º (PRIMEIRO) ADITAMENTO DO
CONTRATO DE CESSÃO ONEROSA
Minuta do Termo de Recomposição

ANEXO 11.1.1 (i)
MINUTA DO TERMO DE RECOMPOSIÇÃO

1. Nos termos do “**CONTRATO DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITO AUTÔNOMO DE RECEBIMENTO DE CRÉDITOS E OUTRAS AVENÇAS**”, firmado em 10 de janeiro de 2014 (“Contrato de Cessão Onerosa”), e em observância à Cláusula XI, itens 11.1 e 11.1.1 ‘i’ do referido contrato, os novos Direitos de Crédito Autônomos listados no Anexo I ao presente e no CD-ROM, são cedidos, neste ato e em caráter irrevogável e irretroatável, pelo **MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE** (“Cedente”), com a anuência da Secretaria Municipal de Finanças (“SMF”) e da Procuradoria Geral do Município (“PGM”), para a **PBH ATIVOS S.A.** (“Cessionária”), a título de recomposição do fluxo dos Créditos Cedidos Fiduciariamente, em decorrência de [=], sem qualquer tipo de direito de regresso ou coobrigação do Município de Belo Horizonte, na forma estipulada no Contrato de Cessão Onerosa, do qual este termo é parte integrante.

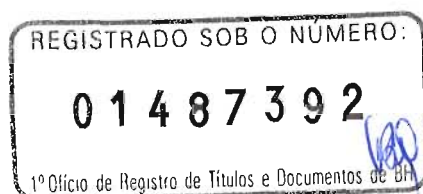
2. O valor dos Direitos de Crédito Autônomos cedidos neste ato, corresponde a R\$ [=] (“Preço de Recomposição”) e é realizado nas seguintes condições:

[descrição das condições]

3. Os Documentos Comprobatórios, referentes ao direito de recebimento do fluxo financeiro oriundo dos Direitos de Crédito Autônomos ora cedidos, encontram-se, nesta data, em poder do Município de Belo Horizonte ou de quaisquer órgãos ou entidades integrantes da administração pública direta ou indireta do Município de Belo Horizonte, assim como os gestores públicos e agentes políticos investidos de poderes de representação do Município de Belo Horizonte, sendo que tais Documentos Comprobatórios e quaisquer outros documentos solicitados deverão ser fornecidos à PBH ATIVOS e/ou ao Agente Fiduciário nos termos e condições previstas no “*Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receita e Outras Avenças da PBH ATIVOS S.A.*” firmado em 01 de abril de 2014, conforme aditado (“Contrato de Cessão Fiduciária”).

4. Os termos aqui indicados em letra maiúscula e não expressamente definidos neste instrumento terão os mesmos significados a eles atribuídos no Contrato de Cessão Onerosa.

5. A cessão objeto deste termo, observado o disposto no Contrato de Cessão Onerosa, é considerada existente, válida e eficaz na data de celebração deste Termo de Recomposição.



6. O Cedente e a Cessionária cedem e transferem aos Debenturistas, nesta mesma data, em caráter irrevogável e irretratável, a propriedade fiduciária, em primeiro e único grau, o domínio resolúvel e a posse indireta dos Direitos de Crédito Autônomos objeto do presente Termo de Recomposição, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições, integrando, para todos os fins de direito o conceito de Direitos de Crédito Autônomos e Créditos Cedidos Fiduciariamente, conforme o caso, referidos no Contrato de Cessão Onerosa, na Escritura da Segunda Emissão e no Contrato de Cessão Fiduciária.

7. O Município de Belo Horizonte e a Cessionária conferem-se reciprocamente a mais ampla, geral e rasa quitação relativa à cessão dos Direitos de Crédito Autônomos, sem prejuízo da manutenção de seus respectivos direitos e prerrogativas assegurados no Contrato de Cessão Onerosa e no Contrato de Cessão Fiduciária.

8. Por meio da assinatura deste Termo de Recomposição, o Cedente confirma e ratifica que todas as declarações e garantias por ele prestadas no Contrato de Cessão Onerosa são completas, corretas e verdadeiras, em todos os aspectos relevantes, na data de assinatura deste Termo de Recomposição.

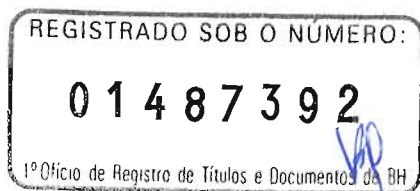
9. O Cedente e a Cessionária, com a anuência da SMF e da PGM, se comprometem a celebrar o Termo de Cessão Fiduciária (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), o qual deverá ser anexado ao presente Termo de Recomposição quando de sua celebração.

10. O presente Termo de Recomposição deverá ser registrado nos termos da Cláusula XII do Contrato de Cessão Onerosa e dispensa a celebração de qualquer termo aditivo ao Contrato de Cessão Onerosa.

11. Cedente e Cessionária declaram e garantem neste ato que:

(a) os Créditos Tributários ou Não Tributários, formalizados pelos Procedimentos Administrativos ou Judiciais, que dão origem aos novos Direitos de Crédito Autônomos são existentes, legais, legítimos, verdadeiros, certos, líquidos, exigíveis, encontram-se perfeitamente constituídos de acordo com a legislação brasileira e são oriundos dos Procedimentos Administrativos ou Judiciais, devidamente identificados sob a forma de Códigos Criptografados constantes do Anexo I ao presente e no CD-ROM a ser entregue ao Custodiante, juntamente com esse Termo de Recomposição.

(b) todos os Créditos Tributários ou Não Tributários que originam os novos Direitos de Crédito Autônomos são de sua exclusiva titularidade e propriedade, responsabilizando-se perante os Debenturistas e perante a Cessionária, pela existência e correta formalização dos Créditos Tributários ou Não Tributários que originam os Direitos de Crédito Autônomos, declarando, ainda, que os direitos que eles representam estão totalmente livres e desembaraçados de quaisquer ônus reais, restrições ou gravames de



22/78

qualquer natureza, inclusive sem limitação a qualquer direito de oneração, transferência ou alienação;

(c) todos os novos Direitos de Crédito Autônomos têm origem legal e estão amparados pelos Procedimentos Administrativos ou Judiciais;

(d) a cessão dos novos Direitos de Crédito Autônomos não viola o art. 7º da Lei Municipal nº 7.932/99 e demais autorizações mencionadas na Cláusula II do Contrato de Cessão Onerosa;

(e) as informações contidas no CD-ROM são corretas, completas e fidedignas em todos os seus aspectos, e, quando decodificadas na forma prevista na Cláusula XIII do Contrato de Cessão Onerosa, em estrita observância à legislação vigente, permitirão a individualização e identificação de cada Contribuinte devedor dos novos Direitos de Crédito Autônomos;

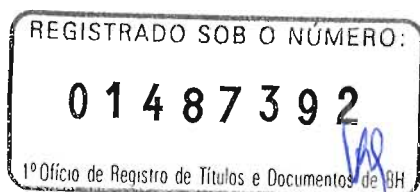
(f) estão devidamente autorizados a celebrar este Termo de Recomposição e a cumprir com todas as obrigações nele previstas, possuindo capacidade legal e os poderes necessários para celebrar este Termo de Recomposição e todos os documentos relacionados, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(g) a celebração deste Termo de Recomposição e a cessão dos novos Direitos Creditórios Autônomos a título de recomposição de fluxo não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual o Cedente e a Cessionária sejam partes, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Cessionária, exceto pela Garantia (conforme definida na Escritura da Segunda Emissão), e por aqueles já existentes na presente data; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

(h) a celebração deste Termo de Recomposição e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Cedente e Cessionária;

(i) este Termo de Recomposição, e as obrigações aqui previstas constituem obrigações do Cedente e Cessionária, legais, válidas, eficazes e exigíveis de acordo com os seus termos e condições;

(j) as informações financeiras da Cessionária, em todos os seus aspectos relevantes, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Cessionária e foram devidamente elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil;



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

(k) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas até a data deste Termo de Recomposição são verdadeiros, consistentes, precisos, completos, corretos e suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre as Debêntures com Garantia Real, tendo sido disponibilizadas informações sobre as operações relevantes da Cessionária, bem como sobre os direitos e obrigações relevantes delas decorrentes;

(l) a Cessionária está cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;

(m) não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental, que seja de conhecimento da Cessionária, que possa vir a causar impacto adverso relevante na Cessionária e em sua condição financeira;

(n) não têm conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;

(o) não há qualquer ligação entre a Cessionária e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente as suas funções; e

(p) este Termo de Recomposição constitui uma obrigação legal, válida e vinculante da Cessionária, exequível de acordo com seus termos e condições.

12. Por meio do presente Termo de Recomposição, o Cedente e a Cessionária ratificam todas as demais garantias e declarações prestadas na forma das Cláusulas 9.1 e 10.1, respectivamente, do Contrato de Cessão Onerosa.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente termo, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos de direito, na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.



Belo Horizonte, [•] de [•] de [•].

MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE



24/78

[MODELO – NÃO ASSINAR]

[MODELO – NÃO ASSINAR]

Por: [=]

Por: [=]

Cargo: [=]

Cargo: [=]

Cessionária:

PBH ATIVOS S.A.

[MODELO – NÃO ASSINAR]

Intervenientes Anuentes:

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE BELO HORIZONTE

[MODELO – NÃO ASSINAR]

Por: [=]

Cargo: [=]

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

[MODELO – NÃO ASSINAR]

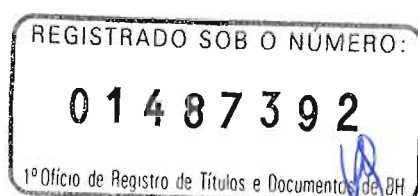
Por: [=]

Cargo: [=]

Testemunhas:

[MODELO – NÃO ASSINAR]

[MODELO – NÃO ASSINAR]



25/78

Handwritten signatures in blue ink.

Nome:

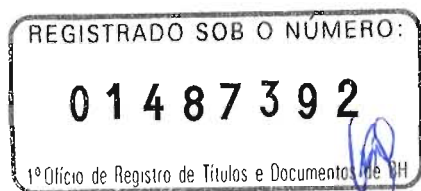
RG:

CPF/MF:

Nome:

RG:

CPF/MF:



Handwritten signatures and initials in blue ink.

ANEXO I AO TERMO DE RECOMPOSIÇÃO

Descrição dos Direitos de Crédito Autônomos e identificados no CD- ROM

Os Direitos de Crédito Autônomos estão detalhados no CD-ROM entregues nesta data ao Custodiante. Foram cedidos Direitos de Crédito Autônomos no montante total de R\$ [•], devidos por [•] Contribuintes.

Informações do CD-ROM

Arquivo I - Criptografado

1	CPF / CNPJ
2	Nome do Contribuinte
3	Código Criptografado do Contribuinte

Arquivo II - Lançamentos

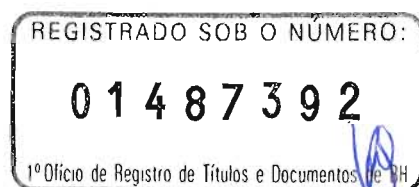
1	Nº do Parcelamento
2	Código dos Lançamentos Incluídos no Parcelamento
3	Descrição do Tributo

Arquivo III - Parcelamentos

1	Nº do Parcelamento
2	Data de Aprovação do Parcelamento
3	Código Criptografado
4	Endereço de Correspondência do Parcelamento
5	Quantidade Total de Parcelas



27



Handwritten signature in blue ink.

27/78

Handwritten number 2 in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.

6	Quantidade de Parcelas Quitadas
7	Quantidade de Parcelas em Aberto
8	Saldo Devedor Atualizado sem Honorários

Arquivo IV - Fluxo de Recebimentos

1	Nº do Parcelamento
2	Mês / Ano
3	Valor Total da Parcela
4	Valor dos Honorários na Parcela
5	Valor da Parcela Sem Honorários (3) - (4)



[Handwritten signature]



[Handwritten signatures and initials]

ANEXO II AO TERMO DE RECOMPOSIÇÃO

Termo de Cessão Fiduciária (assinado)

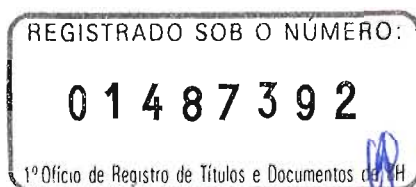
[A large diagonal blue line is drawn across the page, likely indicating a cancellation or a placeholder for a signature.]



[Handwritten signature in blue ink.]

[Handwritten signature in blue ink.]

29/78



[Handwritten signature in blue ink.]

[Handwritten signature in blue ink.]

[Handwritten signature in blue ink.]

[Handwritten mark in blue ink.]

ANEXO II AO 1º (PRIMEIRO) ADITAMENTO DO
CONTRATO DE CESSÃO ONEROSA
Minuta do Termo de Recompra

ANEXO 11.1.1 (ii)
MINUTA DO TERMO DE RECOMPRA

1. Nos termos do “**CONTRATO DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITO AUTÔNOMO DE RECEBIMENTO DE CRÉDITOS E OUTRAS AVENÇAS**”, firmado em 10 de janeiro de 2014 (“**Contrato de Cessão Onerosa**”), e em observância à Cláusula XI, itens 11.1 e 11.1.1 ‘ii’ do referido contrato, os Direitos de Crédito Autônomos listados no **Anexo I** ao presente e no CD-ROM, são recomprados, neste ato e em caráter irrevogável e irretratável, pelo **MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE** (“**Município**”), com a anuência da Secretaria Municipal de Finanças (“**SMF**”) e da Procuradoria Geral do Município (“**PGM**”), da **PBH ATIVOS S.A.** (“**PBH ATIVOS**”), a título de recomposição do fluxo, em decorrência de [=], na forma estipulada no Contrato de Cessão Onerosa, do qual este termo é parte integrante.

2. [A recompra dos Direitos de Crédito Autônomos se faz mediante a cessão dos novos Direitos de Crédito Autônomos adimplentes listados no **Anexo II** ao presente e no CD-ROM, os quais correspondem ao valor de R\$ [=] (“**Valor de Aquisição**”), e é realizada nas seguintes condições:] / [A recompra dos Direitos de Crédito Autônomos se faz mediante o pagamento do valor correspondente ao seu valor de face (acrescido da atualização pelo IPCA e já descontados os Recursos Excluídos, se houver), correspondente a R\$ [=], pago em moeda corrente nacional, diretamente na conta nº [=], da agência [=], aberta no Banco do Brasil S.A., de titularidade da PBH ATIVOS (“**Conta de Adiantamentos**” e “**Preço de Aquisição**”, respectivamente), e é realizada nas seguintes condições:]

[descrição das condições]

3. Os Documentos Comprobatórios, referentes ao direito de recebimento do fluxo financeiro oriundo dos Direitos de Crédito Autônomos ora cedidos, encontram-se, nesta data, em poder do Município ou de quaisquer órgãos ou entidades integrantes da administração pública direta ou indireta do Município, assim como os gestores públicos e agentes políticos investidos de poderes de representação do Município, sendo que tais Documentos Comprobatórios deverão ser fornecidos à PBH ATIVOS e/ou ao Agente Fiduciário nos termos e condições previstas no “*Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receita e Outras Avenças da PBH ATIVOS S.A.*” firmado em 01 de abril de 2014, conforme aditado (“**Contrato de Cessão Fiduciária**”).

4. Os termos aqui indicados em letra maiúscula e não expressamente definidos neste instrumento terão os mesmos significados a eles atribuídos no Contrato de Cessão Onerosa.



30/78

5. A cessão objeto deste termo, observado o disposto no Contrato de Cessão Onerosa, é considerada existente, válida e eficaz na data de celebração deste Termo de Recompra.

6. O Município e a PBH ATIVOS cedem e transferem aos Debenturistas, nesta mesma data, em caráter irrevogável e irretratável, a propriedade fiduciária, em primeiro e único grau, o domínio resolúvel e a posse indireta dos Direitos de Crédito Autônomos objeto do presente Termo de Recompra, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições, integrando, para todos os fins de direito o conceito de Direitos de Crédito Autônomos e Créditos Cedidos Fiduciariamente, conforme o caso, referidos no Contrato de Cessão Onerosa, na Escritura da Segunda Emissão e no Contrato de Cessão Fiduciária.

7. Com o pagamento do Preço de Aquisição, o Município e a PBH ATIVOS conferem-se reciprocamente a mais ampla, geral e rasa quitação relativa à cessão dos Direitos de Crédito Autônomos, sem prejuízo da manutenção de seus respectivos direitos e prerrogativas assegurados no Contrato de Cessão Onerosa e no Contrato de Cessão Fiduciária.

8. Por meio da assinatura deste Termo de Recompra, o Município confirma e ratifica que todas as declarações e garantias por ele prestadas no Contrato de Cessão Onerosa são completas, corretas e verdadeiras, em todos os aspectos relevantes, na data de assinatura deste Termo de Recompra.

9. O Cedente e a Cessionária, com a anuência da SMF e da PGM, se comprometem a celebrar o Termo de Cessão Fiduciária (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), o qual deverá ser anexado ao presente Termo de Recompra quando de sua celebração.

10. O presente Termo de Recompra deverá ser registrado nos termos da Cláusula XII do Contrato de Cessão Onerosa e dispensa a celebração de qualquer termo aditivo ao Contrato de Cessão Onerosa.

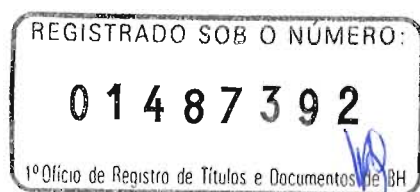
11. Cedente e Cessionária declaram e garantem neste ato que:

(a) estão devidamente autorizados a celebrar este Termo de Recompra e a cumprir com todas as obrigações nele previstas, possuindo capacidade legal e os poderes necessários para celebrar este Termo de Recompra e todos os documentos relacionados, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(b) a celebração deste Termo de Recompra e a cessão dos novos Direitos Creditórios Autônomos a título de recomposição de fluxo não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual o Cedente e a Cessionária sejam partes, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer



Handwritten signature in blue ink.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including the number '2' and '31/78'.

31/78

ativo ou bem da Cessionária, exceto pela Garantia (conforme definida na Escritura da Segunda Emissão), e por aqueles já existentes na presente data; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

(c) a celebração deste Termo de Recompra e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Cedente e Cessionária;

(d) este Termo de Recompra, e as obrigações aqui previstas constituem obrigações do Cedente e Cessionária, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;

(e) as informações financeiras da Cessionária, em todos os seus aspectos relevantes, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Cessionária e foram devidamente elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil;

(f) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas até a data deste Termo de Recompra são verdadeiros, consistentes, precisos, completos, corretos e suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre as Debêntures com Garantia Real, tendo sido disponibilizadas informações sobre as operações relevantes da Cessionária, bem como sobre os direitos e obrigações relevantes delas decorrentes;

(g) a Cessionária está cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;

(h) não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental, que seja de conhecimento da Cessionária, que possa vir a causar impacto adverso relevante na Cessionária e em sua condição financeira;

(i) não têm conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;

(j) não há qualquer ligação entre a Cessionária e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente as suas funções; e

(k) este Termo de Recompra constitui uma obrigação legal, válida e vinculante da Cessionária, exequível de acordo com seus termos e condições.



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

32/78

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

12. Por meio do presente Termo de Recompra, o Cedente e a Cessionária ratificam todas as demais garantias e declarações prestadas na forma das Cláusulas 9.1 e 10.1, respectivamente, do Contrato de Cessão Onerosa.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente termo, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos de direito, na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Belo Horizonte, [•] de [•] de [•].

MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

[MODELO – NÃO ASSINAR]

[MODELO – NÃO ASSINAR]

Por: [=]

Por: [=]

Cargo: [=]

Cargo: [=]

PBH ATIVOS S.A.

[MODELO – NÃO ASSINAR]

[MODELO – NÃO ASSINAR]

[MODELO – NÃO ASSINAR]

Por: [=]

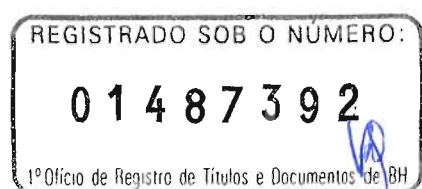
Por: [=]

Cargo: [=]

Cargo: [=]

Intervenientes Anuentes:

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE BELO HORIZONTE



33/78

[MODELO – NÃO ASSINAR]

Por: [=]

Cargo: [=]

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

[MODELO – NÃO ASSINAR]

Por: [=]

Cargo: [=]

Testemunhas:

[MODELO – NÃO ASSINAR]

[MODELO – NÃO ASSINAR]

Nome:

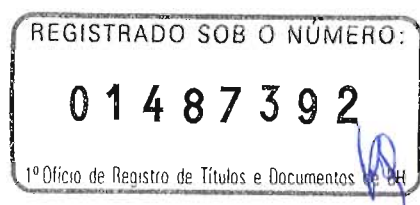
Nome:

RG:

RG:

CPF/MF:

CPF/MF:



34/78

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller ones.

ANEXO I AO TERMO DE RECOMPRA

Descrição dos Direitos de Crédito Autônomos [objeto de recompra] e identificados no CD- ROM

Os Direitos de Crédito Autônomos estão detalhados no CD-ROM entregues ao Custodiante. Foram recomprados Direitos de Crédito Autônomos no montante total de R\$ [•], devidos por [•] Contribuintes.

Informações do CD-ROM

Arquivo I - Criptografado

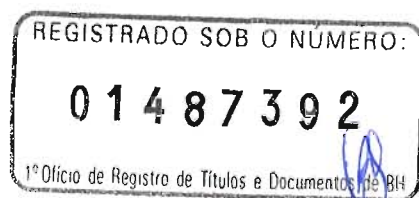
1	CPF / CNPJ
2	Nome do Contribuinte
3	Código Criptografado do Contribuinte

Arquivo II - Lançamentos

1	Nº do Parcelamento
2	Código dos Lançamentos Incluídos no Parcelamento
3	Descrição do Tributo

Arquivo III - Parcelamentos

1	Nº do Parcelamento
2	Data de Aprovação do Parcelamento
3	Código Criptografado
4	Endereço de Correspondência do Parcelamento
5	Quantidade Total de Parcelas



6	Quantidade de Parcelas Quitadas
7	Quantidade de Parcelas em Aberto
8	Saldo Devedor Atualizado sem Honorários

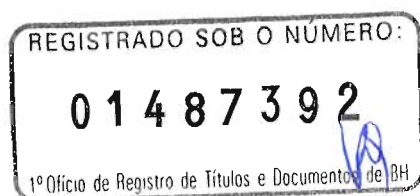
Arquivo IV - Fluxo de Recebimentos

1	Nº do Parcelamento
2	Mês / Ano
3	Valor Total da Parcela
4	Valor dos Honorários na Parcela
5	Valor da Parcela Sem Honorários (3) - (4)



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[ANEXO II AO TERMO DE RECOMPRA]

Descrição dos Direitos de Crédito Autônomos [cedidos] e identificados no CD- ROM

Os Direitos de Crédito Autônomos estão detalhados no CD-ROM entregues nesta data ao Custodiante. Foram cedidos Direitos de Crédito Autônomos no montante total de R\$ [•], devidos por [•] Contribuintes.

Informações do CD-ROM

Arquivo I - Criptografado

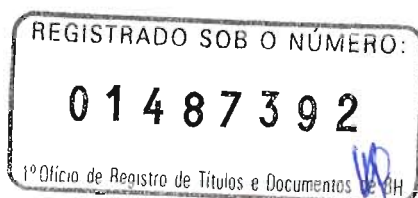
1	CPF / CNPJ
2	Nome do Contribuinte
3	Código Criptografado do Contribuinte

Arquivo II - Lançamentos

1	Nº do Parcelamento
2	Código dos Lançamentos Incluídos no Parcelamento
3	Descrição do Tributo

Arquivo III - Parcelamentos

1	Nº do Parcelamento
2	Data de Aprovação do Parcelamento
3	Código Criptografado
4	Endereço de Correspondência do Parcelamento
5	Quantidade Total de Parcelas



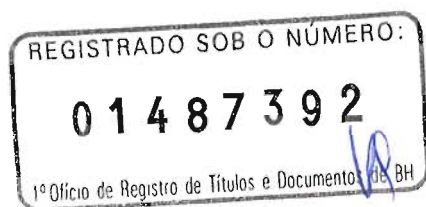
6	Quantidade de Parcelas Quitadas
7	Quantidade de Parcelas em Aberto
8	Saldo Devedor Atualizado sem Honorários

Arquivo IV - Fluxo de Recebimentos

1	Nº do Parcelamento
2	Mês / Ano
3	Valor Total da Parcela
4	Valor dos Honorários na Parcela
5	Valor da Parcela Sem Honorários (3) - (4)



[Handwritten signature]



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

ANEXO III AO TERMO DE RECOMPRA

Termo de Cessão Fiduciária (assinado)

[A large diagonal line is drawn across the page, likely indicating a cancellation or a placeholder for a signature.]



[Handwritten signature]



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

ANEXO III AO 1º (PRIMEIRO) ADITAMENTO DO
CONTRATO DE CESSÃO ONEROSA
Contrato de Cessão Onerosa Consolidado

**CONTRATO DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITO AUTÔNOMO DE
RECEBIMENTO DE CRÉDITOS E OUTRAS AVENÇAS**

Pelo presente instrumento particular, as partes:

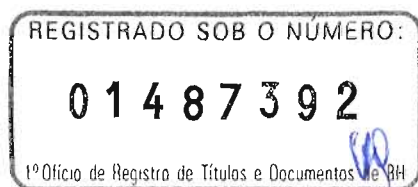
I - MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, estabelecido na Avenida Afonso Pena, nº 1212, Bairro Centro, CEP nº 30130-908, Estado de Minas Gerais, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Marcio Araújo de Lacerda e pelo Secretário Municipal de Finanças, Sr. Marcelo Piancastelli de Siqueira, doravante denominada simplesmente por “Cedente” ou “Município”;

II - PBH ATIVOS S.A., sociedade de economia mista, cuja criação foi autorizada pela Lei Municipal nº 10.003 de 25 de novembro de 2010 (“Lei Municipal 10.003/10”), com sede na Avenida Afonso Pena, nº 774, 5º Andar, Centro, CEP: 30130-003, município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita perante o CNPJ/MF sob o nº 13.593.766/0001-79, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, o Sr. Ricardo Augusto Simões Campos, brasileiro, casado, engenheiro, portador do CREA-MG nº 14534, inscrito no CPF/MF sob o nº 236.124.106-44, e por seu Diretor Executivo, o Sr. Francisco Rodrigues dos Santos, brasileiro, casado, administrador, portador do CRA-MG nº 01-002505, inscrito no CPF/MF sob o nº 129.958.436-53 (“Cessionária” ou “PBH ATIVOS”);

III – BANCO BTG PACTUAL S.A., instituição financeira constituída sob a forma de sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 14º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.306.294/0002-26, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social por seus representantes legais abaixo assinados, doravante denominado “Custodiante”);

IV- PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4200, Bloco 08, ala B, salas 302, 303 e 304, Bairro Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma do seu estatuto social (“Agente Fiduciário”); e, quando em conjunto com a Cedente, a Cessionária e o Custodiante, a seguir referidos como “Partes” e, individualmente, como “Parte”);

E, ainda, como Intervenientes Anuentes:



40/78



V - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE BELO HORIZONTE, estabelecida na Rua Espírito Santo, nº 605, 5º andar, Centro, CEP 30.160.030, Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Finanças, Sr. Marcelo Piancastelli de Siqueira (“SMF”);

VI - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, estabelecida na Rua dos Timbiras, 628, Funcionários, CEP 30.140.060, município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, neste ato representada pelo Procurador-Geral do Município, Sr. Rúsvel Beltrame Rocha (“PGM”); e

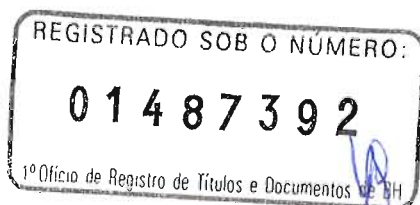
VII- EMPRESA DE INFORMÁTICA E INFORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE S/A – PRODABEL, estabelecida na Av. Presidente Carlos Luz, nº 1275, Bairro Caparaó, CEP: 31.230-000, Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social por seu diretor José Lauro Nogueira Terror (“PRODABEL” e, quando em conjunto com a PGM e a SMF, a seguir referidos simplesmente como “Intervenientes Anuentes”);

CONSIDERANDO QUE:

(a) O Município instituiu um programa de parcelamento de certos créditos tributários ou não tributários vencidos ao qual o contribuinte ou sujeito passivo de tais débitos (“Contribuinte”) poderia aderir, por meio de procedimentos administrativos ou judiciais de parcelamento (“Procedimentos Administrativos ou Judiciais” e “Parcelamentos”, respectivamente);

(b) o Cedente foi autorizado, por força da Lei Municipal 10.003/10 e da Lei Municipal 7.932 de 30 de dezembro de 1999, conforme alterada (“Lei Municipal 7.932/99”), a ceder à Cessionária, a título oneroso, direitos de crédito autônomos para recebimento do fluxo de pagamentos decorrente dos créditos tributários ou não tributários vencidos e parcelados pelo Contribuinte através dos Parcelamentos (“Direitos de Crédito Autônomos”), que se encontram ou não inscritos na dívida ativa do Município de Belo Horizonte (“Créditos Tributários ou Não Tributários”);

(c) a Cessionária, conforme estabelecido em seu objeto social, sua lei de criação, e, nos termos de seu Estatuto Social, aprovado pelo Decreto Municipal nº 14.444 de 09 de junho de 2011 (“Decreto 14.444/11”), tem, entre outros, competência para: (i) titular, administrar e explorar economicamente ativos municipais; (ii) auxiliar o Tesouro Municipal na captação de recursos financeiros, podendo, para tanto, colocar no mercado obrigações de emissão própria, receber, adquirir, alienar e dar em garantia os ativos, créditos, títulos e valores mobiliários da sociedade; e (iii) estruturar e implementar operações que visam à obtenção de recursos junto ao mercado de capitais;



Handwritten signatures and initials in blue ink, including the number 41/78.

(d) de tal modo, nos termos do artigo 7º da Lei Municipal 7.932/99, as Partes, com a anuência dos Intervenientes Anuentes, desejam formalizar a cessão dos Direitos de Crédito Autônomos, por meio da celebração deste Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças (“Contrato”);

(e) serão emitidas, pela Cessionária, debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada (“Debêntures Subordinadas”), de forma privada, as quais serão totalmente subscritas pelo Cedente e por ele integralizadas mediante a cessão dos Direitos de Crédito Autônomos (“Emissão de Debêntures Subordinadas”);

(f) as condições e características da emissão das Debêntures Subordinadas estão descritas no Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, da PBH ATIVOS S.A., celebrado nesta data pela Cessionária, cuja minuta final é parte integrante deste Contrato como Anexo F (“Escritura da Primeira Emissão”);

(g) a Cessionária realizará, ainda, a segunda emissão, sendo a primeira pública, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real representada por cessão fiduciária de direitos creditórios (“Debêntures com Garantia Real”), em série única, sob o regime de garantia firme de colocação (“Segunda Emissão”), sendo que as Debêntures com Garantia Real serão ofertadas publicamente, com esforços restritos de distribuição, nos termos previstos na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº. 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”), visando à obtenção de recursos para realizar a amortização das Debêntures Subordinadas (“Oferta”);

(h) as condições e características da Segunda Emissão serão descritas no Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão, sendo a 1ª (Primeira) Pública, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real Representada por Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da PBH ATIVOS S.A., substancialmente nos termos da minuta anexa ao presente Contrato como “Anexo H” (“Escritura da Segunda Emissão”) a ser celebrado entre a Cessionária e o Agente Fiduciário, com a SMF e a PGM como intervenientes anuentes; e

(i) a Escritura da Segunda Emissão preverá, ainda, que (i) os Direitos de Crédito Autônomos, (ii) os direitos detidos pela Cessionária emergentes deste Contrato, e (iii) os recursos, direitos de crédito e acessórios relacionados aos Direitos de Crédito Autônomos já desconsiderando os Recursos Excluídos (conforme definido abaixo), que forem depositados ou mantidos nas Contas Vinculadas, conforme definidas no Contrato de Custódia de Recursos e Administração de Contas Vinculadas, a ser firmado entre a Cessionária, o Município, o Custodiante, o Banco do Brasil S.A. (“Banco”);



42/78

Centralizador”), o Agente Fiduciário e os Intervenientes Anuentes, substancialmente nos termos da minuta anexa ao presente Contrato como “Anexo I” (“Contrato de Administração de Contas”), bem como dos direitos a elas inerentes, além dos títulos, ativos, cotas e rendimentos resultantes de aplicações financeiras realizadas com tais recursos, serão cedidos fiduciariamente em favor dos titulares das Debêntures com Garantia Real (“Debenturistas”), conforme Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receita e Outras Avenças da PBH ATIVOS S.A. a ser celebrado entre a Cessionária e o Agente Fiduciário e, na qualidade de intervenientes anuentes, a SMF e a PGM (“Contrato de Cessão Fiduciária”). Tais garantias serão outorgadas aos Debenturistas visando o fiel e cabal cumprimento, pela PBH ATIVOS, de todas as suas obrigações decorrentes da Escritura da Segunda Emissão e dos contratos de garantia a ela relacionados, e eventuais aditivos ou prorrogações, obrigações essas principais, acessórias e moratórias presentes e futuras, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Cessionária, no âmbito da Segunda Emissão, inclusive o principal da dívida, remuneração, encargos moratórios, multas, atualização monetária, tributos ou contribuições, além das despesas razoáveis e comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário para defesa, conservação e satisfação integral dos Debenturistas e outras despesas previstas ou decorrentes dos respectivos instrumentos contratuais, seja em juízo ou fora dele, conforme definidos na Escritura da Segunda Emissão (“Obrigações Garantidas”).

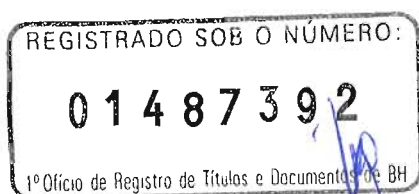
ISTO POSTO, resolvem as Partes, com a anuência dos Intervenientes Anuentes, celebrar o presente Contrato que será regido pelas Cláusulas e condições a seguir dispostas.

CLÁUSULA I DEFINIÇÕES

1.1 Os termos utilizados neste Contrato, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam diversamente definidos, terão os significados que lhes são atribuídos na Escritura da Segunda Emissão.

CLÁUSULA II CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO AUTÔNOMOS

2.1 O Cedente, mediante a assinatura do Termo de Cessão e dos Boletins de Subscrição, cederá à Cessionária, de maneira irrevogável e irretratável, os Direitos de Crédito Autônomos descritos no Anexo I ao Termo de Cessão, bem como identificados no CD-ROM (conforme definido na Cláusula 2.2.2 abaixo), livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza, juntamente com todos os direitos, garantias, privilégios, preferências e condições decorrentes da titularidade de referidos Direitos de Crédito Autônomos, observados os termos e restrições



estabelecidos neste Contrato e no art. 7º da Lei Municipal 7.932/99, sem coobrigação, garantia de cumprimento ou direito de regresso contra o Cedente.

2.1.1 Ficam excluídos dos Direitos de Crédito Autônomos os valores referentes (i) aos honorários advocatícios devidos à PGM, para os casos em que tenha havido propositura de ação judicial para cobrança dos Créditos Tributários ou Não Tributários; e (ii) à taxa de expedição dos boletos de cobrança dos Direitos de Crédito Autônomos (“Recursos Excluídos”). Tais valores, nos termos do Contrato de Administração de Contas, deverão ser segregados dos Direitos de Crédito Autônomos recebidos e pertencerão exclusivamente ao Município.

2.2 A cessão dos Direitos de Crédito Autônomos apresenta as seguintes características principais (“Características da Cessão”):

(a) compreende apenas os Direitos de Crédito Autônomos, não devendo ser interpretada, para quaisquer fins contábeis ou de direito, como cessão de Créditos Tributários ou Não Tributários;

(b) restringe-se ao direito autônomo ao recebimento do fluxo de pagamentos decorrentes do recebimento de Créditos Tributários ou Não Tributários;

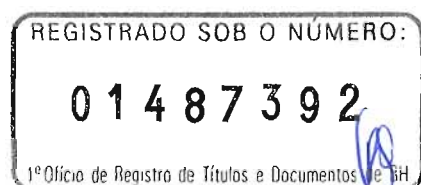
(c) não modifica a natureza dos créditos que originaram os Créditos Tributários ou Não Tributários, mantendo suas garantias, privilégios, condições de pagamento, critérios de atualização e datas de vencimento;

(d) não transfere a prerrogativa de cobrança judicial e extrajudicial dos Créditos Tributários ou Não Tributários, que permanecerá com a PGM e a SMF, conforme política de cobrança estabelecida pelo Decreto Municipal nº 15.304, de 14 de Agosto de 2013, conforme alterado, e reproduzida no Anexo 2.2 (d) a este Contrato (“Política de Cobrança”):

(e) não é realizada por valor inferior ao saldo atualizado dos Parcelamentos, neles incluídos o valor do principal do crédito, acrescido de juros, multa e correção monetária, incidentes sobre os parcelamentos; e

(g) possui caráter definitivo e sem assunção, pelo Cedente, perante a Cessionária, de responsabilidade pelo efetivo pagamento a cargo do Contribuinte ou de qualquer outra espécie de compromisso financeiro que possa caracterizar a cessão dos Direitos de Crédito Autônomos como operação de crédito.

2.2.1 Os Direitos de Crédito Autônomos cedidos à Cessionária são originários dos Procedimentos Administrativos ou Judiciais de parcelamento, cujas respectivas



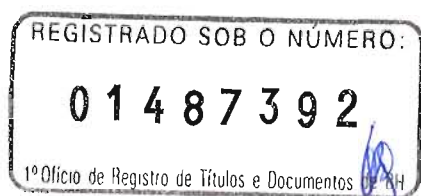
informações serão listadas no Anexo I ao Termo de Cessão, de forma que cada Direito de Crédito Autônomo é representado por um procedimento administrativo ou judicial. Em até 15 (quinze) dias imediatamente anteriores à data esperada para subscrição e integralização das Debêntures Subordinadas, o Município, por intermédio da SMF, deverá enviar à Cessionária, por meio eletrônico, arquivo contendo as informações relativas aos Direitos de Crédito Autônomos a serem cedidos pelo Município à Cessionária, nos termos deste Contrato.

2.2.2 Para fins de controle do fluxo dos Direitos de Crédito Autônomos, as informações referentes aos Direitos de Crédito Autônomos estarão criptografadas por códigos fornecidos pelo Cedente constantes do Anexo I ao Termo de Cessão, por meio dos quais será possível a identificação de cada Parcelamento (“Códigos Criptografados”), e serão relacionadas em CD-ROM (“CD-ROM”), devidamente numerado, identificado e sem possibilidade de editoração, entregue, na data de assinatura do Termo de Cessão, ao Custodiante, sob dever de sigilo, que irá guardá-lo, na forma de depósito, sendo que tal “CD-ROM” conterá todas as informações necessárias e que permitem a perfeita individualização e identificação dos Direitos de Crédito Autônomos, inclusive contendo informações que permitirão a perfeita identificação de cada Contribuinte devedor dos Direitos de Crédito Autônomo, mediante decodificação dos Códigos Criptografados, em estrita observância da legislação vigente, nas hipóteses previstas na Cláusula XIII abaixo.

2.2.3 Tendo em vista o disposto na Cláusula 2.2.2 acima, o Custodiante receberá na data de assinatura do Termo de Cessão, o CD-ROM, na qualidade de fiel depositário, somente podendo fazer uso das informações nele contidas nas hipóteses previstas neste Contrato e nos demais instrumentos relacionados à emissão das Debêntures com Garantia Real ou das Debêntures Subordinadas.

2.2.3.1 O Custodiante, de modo a atender ao disposto no artigo 7º, parágrafo 2º da Lei Municipal nº 7.932/99, garantirá preservar o sigilo relativamente às informações recebidas a respeito do Contribuinte.

2.3 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 2.5 abaixo, o Cedente não se responsabiliza pela solvência ou solvabilidade dos Contribuintes, responsabilizando-se, contudo, (i) pela existência, validade, certeza, liquidez e exigibilidade dos Créditos Tributários ou Não Tributários que dão origem aos Direitos de Crédito Autônomos, nos termos do artigo 295 da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002; (ii) pela legalidade, legitimidade, veracidade e correta formalização dos Créditos Tributários ou Não Tributários que dão origem aos Direitos de Crédito Autônomos cedidos à Cessionária; (iii) pela existência e devida formalização das garantias, conforme o caso, ao tempo da respectiva cessão dos Direitos de Crédito Autônomos à Cessionária; e (iv) pela correta transferência dos Direitos de Crédito Autônomos à Cessionária.



2.3.1 Em nenhuma hipótese, o Cedente será responsável pelo pagamento dos Créditos Tributários ou Não Tributários devidos pelos Contribuintes ou assumirá qualquer outro tipo de compromisso financeiro que possa caracterizar a cessão dos Direitos de Crédito Autônomos como contratação de dívida, prestação de qualquer garantia, assunção de qualquer obrigação creditícia, nem a existência ou criação de qualquer situação jurídica semelhante ou equiparável àquelas, caracterizadas como operação de crédito e/ou concessão de garantia.

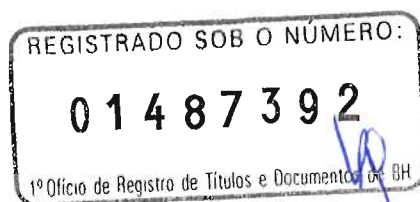
2.4 O Cedente, por meio da PGM e da SMF, realizará tanto a cobrança administrativa/extrajudicial, quanto judicial dos Créditos Tributários ou Não Tributários inadimplidos, conforme a Política de Cobrança sendo que, em ambos os casos, deverá prestar contas à Cessionária e repassar a esta os valores que por ventura venham a ser recebidos diretamente pelo Cedente, observado o disposto na Cláusula V abaixo.

2.4.1 Caso o Contribuinte, por qualquer motivo, não efetue o pagamento dos Créditos Tributários ou Não Tributários na data fixada no respectivo procedimento administrativo ou judicial ou faça o pagamento em desacordo com os valores devidos ("Créditos Tributários ou Não Tributários Inadimplidos"), o Cedente, por meio da SMF e PGM, conforme o caso, tomará todas as providências necessárias para, de forma ativa e célere, promover a cobrança judicial ou extrajudicial dos Créditos Tributários ou Não Tributários Inadimplidos.

2.4.2 Para fins do disposto na Cláusula 2.4.1 acima, bem como do disposto neste Contrato, são considerados "Créditos Tributários ou Não Tributários Inadimplidos" os Créditos Tributários ou Não Tributários vencidos e não pagos pelos Contribuintes no prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias, contado do seu respectivo vencimento, ou os Créditos Tributários ou Não Tributários pagos a menor e, portanto, em desacordo com os valores devidos, sem a devida complementação no prazo acima referido.

2.4.3 A cessão dos Direitos de Crédito Autônomos prevista neste Contrato, no Termo de Cessão e nos Boletins de Subscrição, transferirá à Cessionária, em caráter definitivo, o direito irrevogável e irretratável de receber os valores decorrentes dos Direitos de Créditos Autônomos pagos pelos respectivos Contribuintes, inclusive quando tal recebimento ocorrer por força de cobrança administrativa, judicial e da execução de eventuais garantias e privilégios legais, observado o disposto na Cláusula VI abaixo.

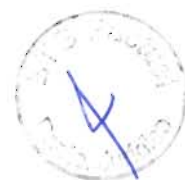
2.4.4 Todos os valores que por ventura venham a ser recebidos diretamente pelo Cedente, nos termos das Cláusulas 2.4.1 e 2.4.3 acima, deverão ser repassados à Cessionária, em moeda corrente nacional, conforme as regras contidas neste Contrato ou no Contrato de Administração de Contas ou, caso não se tenha previsão de outro prazo, em até 3 (três) dias úteis.



A handwritten signature in blue ink, appearing to be "M. L. L."

46/78

A handwritten signature in blue ink, appearing to be "R. L. L."



A handwritten signature in blue ink, appearing to be "H. L. L."

2.4.5 O Cedente, por meio da SMF e PGM, obriga-se a apresentar à Cessionária e ao Agente Fiduciário, mensalmente, até o quinto dia útil de cada mês, um relatório preparado na forma do Anexo 2.4.5 ao presente ("Relatório Mensal"). O Relatório Mensal preparado nos moldes desta cláusula deverá trazer as informações referentes ao mês imediatamente anterior ao da sua apresentação pelo Cedente.

2.5 Este Contrato, o Termo de Cessão e os Boletins de Subscrição se regem por toda legislação aplicável à espécie. As Partes e os Intervenientes Anuentes declaram conhecer a legislação aplicável, ainda que não expressamente mencionada nos referidos instrumentos.

2.6 Verificado o cumprimento das condições suspensivas descritas na Cláusula 4.2 abaixo, as Partes celebrarão o Termo de Cessão de Direitos de Crédito Autônomos, na forma do Anexo 2.6 a este Contrato ("Termo de Cessão"), para o fim específico de efetivar a transferência dos Direitos de Crédito Autônomos para a titularidade da Cessionária, em troca das Debêntures Subordinadas.

CLÁUSULA III AUTORIZAÇÃO DA CESSÃO ONEROSA

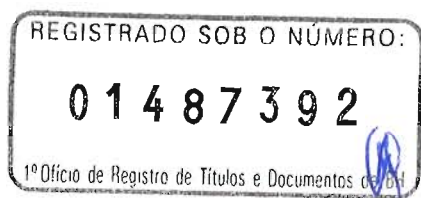
3.1 A cessão dos Direitos de Crédito Autônomos foi autorizada pelo art. 7º da Lei Municipal nº 7.932/99.

3.2 A regularidade jurídica e técnica financeira da cessão dos Direitos de Crédito Autônomos, nos termos da Lei Municipal nº 7.932/99, bem como as versões definitivas deste Contrato e da Escritura de Emissão das Debêntures Subordinadas, com todos seus anexos e assinada pelas Partes e pelos Intervenientes Anuentes, encontra-se amparada pela Nota Técnica "Ofício GABSMF/SMATES Nº 393/2013", emitida em 20 de setembro de 2013 pela Secretaria Municipal de Finanças, bem como pelos Pareceres Jurídicos emitidos pela Procuradoria Geral do Município em 27 de maio de 2013, 06 de junho de 2013 e 12 de dezembro de 2013.

3.3 A Cessionária declara, neste ato, que recebeu 2 (duas) cópias reprográficas, devidamente autenticadas dos Pareceres Jurídicos referidos na Cláusula 3.2 acima.

CLÁUSULA IV PAGAMENTO DO PREÇO DE AQUISIÇÃO PELA CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO AUTÔNOMOS

4.1 Pela cessão dos Direitos de Crédito Autônomos, e mediante a assinatura do Termo de Cessão e dos boletins de subscrição das Debêntures Subordinadas, conforme previsto



47/78

na Escritura da Primeira Emissão (“Boletins de Subscrição”), o Cedente receberá da Cessionária o valor que vier a ser apurado quando da assinatura do Termo de Cessão, porém limitado ao montante total de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), por meio da entrega, ao Cedente, das Debêntures Subordinadas por ele subscritas (“Preço de Aquisição”).

4.1.1 As Partes acordam que a subscrição e a integralização das Debêntures Subordinadas ocorrerão exclusivamente na forma prevista na Escritura da Primeira Emissão.

4.1.2 As Debêntures Subordinadas deverão ser subscritas e integralizadas mediante a assinatura dos Boletins de Subscrição correspondentes, na data de assinatura do Termo de Cessão.

4.1.3 O produto do número de Debêntures Subordinadas subscritas e integralizadas pelo Cedente multiplicado pelo valor nominal unitário de cada Debênture Subordinada deverá ser, necessariamente, igual ao Preço de Aquisição.

4.2 Observado o disposto na Cláusula 4.1.2 acima, as Debêntures Subordinadas somente serão subscritas e integralizadas pelo Cedente, após a verificação, pelas Partes, da ocorrência das seguintes condições suspensivas:

(a) realização, pelo Município, de todos os procedimentos necessários à confirmação da existência, validade, eficácia e formalização dos Direitos de Crédito Autônomos a serem cedidos;

(b) recebimento, pela Cessionária, das cartas de ciência dos Bancos Arrecadadores, conforme abaixo definido, assinadas pelos seus representantes legais, dando ciência de que a partir da data a ser estabelecida pelo Município, os recursos que vierem a ser recebidos através de débito automático nas contas dos Contribuintes deverão ser direcionados automaticamente para a Conta Centralizadora do Município;

(c) assinatura (i) do Contrato de Administração de Contas; (ii) do Termo de Cessão; e (iii) dos Boletins de Subscrição; e

(d) concessão da anuência prévia pela CVM com relação à emissão das Debêntures Subordinadas, nos termos do artigo 1º da Resolução nº 2.391 de 22 de maio de 1997 do Banco Central do Brasil (“Resolução 2.391/97”).



48/78

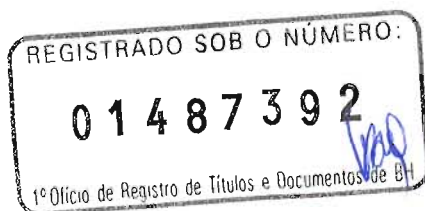
CLÁUSULA V
PROCEDIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DOS RECURSOS
REFERENTES AOS DIREITOS DE CRÉDITO AUTÔNOMOS

5.1 O Cedente, por intermédio da SMF, da PGM, do Banco Centralizador, da PRODABEL e das demais instituições financeiras que venham a atuar como agentes arrecadadores dos recursos do Cedente, provenientes do pagamento dos Direitos de Crédito Autônomos ("Bancos Arrecadadores"), é e será responsável pela manutenção dos serviços e rotinas necessários ao recebimento dos Direitos de Crédito Autônomos cedidos à Cessionária e pagos pelos Contribuintes.

5.2 O Cedente, por intermédio da SMF e da PGM, obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, a fazer com que os recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos pagos pelos Contribuintes através de boletos sejam pagos em moeda corrente nacional e direcionados automática e exclusivamente para a conta nº 14.732-X, da agência 1615-2, aberta no Banco Centralizador, de titularidade da PBH ATIVOS ("Conta Centralizadora da PBH Ativos"). A Conta Centralizadora da PBH Ativos será movimentável única e exclusivamente pelo Banco Centralizador, com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário, até o integral pagamento das Obrigações Garantidas, nos termos do Contrato de Administração de Contas.

5.2.1 O Cedente, nos termos do Contrato de Administração de Contas, por intermédio da SMF e da PGM, obriga-se em até 3 (três) Dias Úteis da disponibilização do arquivo a que se refere a Cláusula 5.2.2. abaixo pelo Banco Centralizador - que se dará em até 1 (um) Dia Útil do recebimento dos boletos - , em caráter irrevogável e irretratável, a fazer com que os recursos referidos da Cláusula 5.2 (já desconsiderados os Recursos Excluídos) sejam remetidos/direcionados exclusivamente para a conta nº 14.898-9, da agência 1615-2, aberta no Banco Centralizador, de titularidade da PBH Ativos ("Conta de Recebimento"). A Conta de Recebimento será movimentável única e exclusivamente pelo Banco Centralizador, com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário, até o integral pagamento das Obrigações Garantidas nos termos do Contrato de Administração de Contas, e observado o IGR e o IC previstos na Escritura de Segunda Emissão.

5.2.2 No Dia Útil seguinte ao do recebimento dos recursos referidos da Cláusula 5.2, e nos termos do Contrato de Administração de Contas, o Banco Centralizador deverá disponibilizar à PRODABEL, através do sistema de transmissão eletrônica de dados EDI - *Electronic Data Interchange* ("EDI"), arquivo com os valores recebidos e creditados na Conta Centralizadora da PBH Ativos. No prazo de 3 (três) Dias Úteis contado da disponibilização da referida informação pelo Banco Centralizador, a PRODABEL, agindo em nome do Município, deverá gerar 2 (dois) arquivos eletrônicos de retorno, a saber: (i) o primeiro arquivo, contendo o valor dos Direitos de Crédito



Autônomos recebidos na data de referência; (ii) e o segundo arquivo, contendo o valor dos Recursos Excluídos recebido na data de referência. Os arquivos de retorno deverão ser preparados e enviados pela PRODABEL a partir dos modelos que integram o Anexo I-A do Contrato de Administração de Contas contendo ainda as instruções de transferências.

5.2.3 O Cedente, nos termos do Contrato de Administração de Contas, por intermédio da SMF e da PGM, obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, a fazer com que os recursos advindos do (i) pagamento antecipado pelos Contribuintes, em parte ou no todo, de Créditos Tributários ou Não Tributários dos quais decorrem os Direitos de Crédito Autônomos ou (ii) conforme o caso, pagamento advindo da recompra dos Direitos de Crédito Autônomos afetados na forma da Cláusula 11.1.1 deste Contrato ("Direitos de Crédito Autônomos Objeto de Realização Antecipada") sejam, inicialmente, depositados na Conta Centralizadora da PBH ATIVOS e, automaticamente transferidos, depositados, mantidos e aplicados na Conta de Recebimento, na forma e nos prazos previstos no Contrato de Administração de Contas. O Agente Fiduciário deverá autorizar prévia e expressamente o Banco Centralizador para que sejam remetidos/direcionados os recursos advindos dos Direitos de Crédito Autônomos Objeto de Realização Antecipada depositados e mantidos na Conta de Recebimento para a conta nº 21.179-6, da agência 1615-2, aberta no Banco Centralizador, de titularidade da PBH ATIVOS ("Conta de Adiantamentos"). A Conta de Adiantamentos será movimentável única e exclusivamente pelo Banco Centralizador, com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário, até o integral pagamento das Obrigações Garantidas, nos termos deste Contrato, da Escritura e observado o IGR e o IC previstos na Escritura da Segunda Emissão.

5.3 O Cedente, por intermédio da SMF e da PGM, obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, a fazer com que:

(a) os recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos pagos em decorrência de litígio judicial (seja mediante depósito judicial feito pelo Contribuinte e levantado pelo Município, seja por meio de recebimento pelo Município através de execução fiscal/cobrança judicial) sejam remetidos/direcionados exclusivamente para a Conta de Recebimento em até 60 (sessenta) dias do seu recebimento, de responsabilidade da SMF. A Conta de Recebimento será movimentável única e exclusivamente pelo Agente Fiduciário, nos termos do Contrato de Administração de Contas.

(b) os recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos pagos pelos Contribuintes através de débito automático sejam remetidos/direcionados automática e exclusivamente para a conta nº 15.678-7, da agência 1615-2, aberta no Banco Centralizador, de titularidade do Município ("Conta Centralizadora do Município"). A



Conta Centralizadora do Município será movimentável única e exclusivamente pelo Banco Centralizador, com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário, até o integral pagamento das Obrigações Garantidas, nos termos do Contrato de Administração de Contas.

5.4. No Dia Útil seguinte ao do recebimento dos recursos referidos da Cláusula 5.3 (b), o Banco Centralizador, nos termos do Contrato de Administração de Contas, deverá disponibilizar à PRODABEL, através do EDI, arquivo com os valores recebidos e creditados na Conta Centralizadora do Município. No prazo de 3 (três) Dias Úteis contado da disponibilização da referida informação pelo Banco Centralizador, a PRODABEL, agindo em nome do Município, deverá gerar 3 (três) arquivos eletrônicos de retorno, a saber: (i) o primeiro arquivo, contendo o valor dos Direitos de Crédito Autônomos recebidos na data de referência e que serão direcionados à Conta de Recebimento; (ii) o segundo arquivo, contendo o valor dos Recursos Excluídos recebido na data de referência, que serão direcionados à conta corrente de titularidade do Município a ser por ele indicada; e (iii) o terceiro arquivo, contendo o valor dos demais créditos recebidos e que não fazem parte dos Direitos de Crédito Autônomos cedidos à PBH ATIVOS. Os arquivos de retorno deverão ser preparados e enviados pela PRODABEL a partir dos modelos que integram o Anexo I-A do Contrato de Administração de Contas contendo ainda as instruções de transferências.

5.5 Caso a PRODABEL, agindo em nome do Município, não envie os arquivos de retorno descritos (i) na Cláusula 5.4 acima no prazo ali previsto, o Banco Centralizador, nos termos do Contrato de Administração de Contas, deverá, no Dia Útil seguinte ao término do prazo, verificar o montante recebido na Conta Centralizadora do Município na data de referência e transferir para Conta de Recebimento o montante correspondente a 12% (doze por cento) dos recursos depositados na Conta Centralizadora do Município. Nesta hipótese, e em sendo identificado posteriormente pela PRODABEL que os valores transferidos não correspondem exatamente ao montante de Direitos de Crédito Autônomos recebido na data de referência, deverá ser adotado, *mutatis mutandis*, o procedimento descrito na Cláusula 5.7 abaixo para restituição de valores transferidos indevidamente; (ii) na Cláusula 5.2.2 acima no prazo ali previsto, o Banco Centralizador, conforme previsto no Contrato de Administração de Contas, deverá, no Dia Útil seguinte ao término do prazo, verificar o montante recebido na Conta Centralizadora da PBH ATIVOS na data de referência e transferir para Conta de Recebimento 100% (cem) por cento deste montante.

5.6 Caso o montante referente aos Recursos Excluídos seja superior a 5% (cinco) por cento do total dos Direitos de Crédito Autônomos recebidos naquela data na Conta Centralizadora do Município ou na Conta Centralizadora da PBH Ativos, a integralidade dos valores referentes aos Recursos Excluídos recebidos naquela data ficará retida até que o Agente Fiduciário verifique e confirme junto à PRODABEL que



51/78



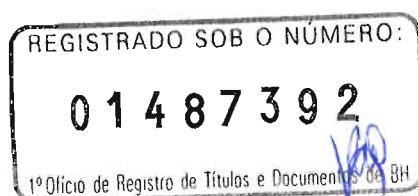
tais recursos representam Recursos Excluídos, o que deverá ser feito a partir do envio de correspondência eletrônica pela PRODABEL, contendo informações suficientes para a validação nos termos do Contrato de Administração de Contas. Em até 3 (três) Dias Úteis seguintes à confirmação de recebimento da correspondência eletrônica acima, o Agente Fiduciário deverá se posicionar sobre o montante a ser transferido, enviando correspondência eletrônica ao Banco Centralizador, com cópia para a PBH ATIVOS e a PRODABEL.

5.7. Fica ressalvado, entretanto, que, caso o Município e/ou a PRODABEL verifiquem eventual erro de transferência, estes poderão, enquanto houver Debêntures com Garantia Real em circulação e nos termos do Contrato de Administração de Contas, enviar correspondência eletrônica ao Banco Centralizador e ao Agente Fiduciário, com cópia para a PBH ATIVOS, sobre os valores correspondentes aos Recursos Excluídos que não foram informados tempestivamente ao Banco Centralizador e ao Agente Fiduciário ("Recursos Excluídos Atrasados"). No prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados do recebimento da correspondência eletrônica do Município e/ou da PRODABEL informando o montante dos Recursos Excluídos Atrasados, a PBH ATIVOS deverá efetuar a restituição dos Recursos Excluídos Atrasados ao Município, a débito da Conta de Livre Movimentação, pelo seu valor de face (que inclui atualização monetária pelo IPCA).

5.7.1. Na hipótese de a PRODABEL, agindo em nome do Município, observado o disposto no Contrato de Administração de Contas, informar, ao Banco Centralizador e ao Agente Fiduciário, de forma incorreta/imprecisa, que o montante correspondente aos Recursos Excluídos é inferior ao que eventualmente vier a apurar durante a vigência deste Contrato, esta deverá, em até 2 (dois) Dias Úteis após tomar conhecimento do fato e através de correspondência eletrônica, comunicar o fato ao Banco Centralizador e ao Agente Fiduciário, com cópia para a PBH ATIVOS, de forma a dar início ao procedimento de restituição a débito da Conta de Livre Movimentação.

5.7.2. Caso a PRODABEL, agindo em nome do Município, e conforme previsto no Contrato de Administração de Contas, informe ao Banco Centralizador, de forma incorreta/imprecisa, que o montante correspondente aos Recursos Excluídos é superior ao que eventualmente vier a apurar (ou vier a ser apurado pelas demais partes) durante a vigência deste Contrato, esta deverá, imediatamente após tomar conhecimento do fato e através de correspondência eletrônica, comunicar o Banco Centralizador e ao Agente Fiduciário (com cópia para a PBH ATIVOS), hipótese em que o Município ficará obrigado a indenizar a PBH ATIVOS, aplicando-se, para este fim, o disposto na cláusula XI abaixo.

5.8 As transferências previstas nesta Cláusula e investimentos a serem realizados com os recursos decorrentes dos Direitos de Créditos Autônomos ("Investimento Permitido")



serão realizados nos termos do Contrato de Administração de Contas, que preverá, ainda, a abertura de outras contas, como a Conta de Pagamento e a Conta de Serviço da Dívida (conforme definidas no Contrato de Administração de Contas), ambas de titularidade da PBH ATIVOS, e a forma com que os Direitos de Crédito Autônomos transitarão por cada uma delas.

5.9 O Município e o Banco Centralizador obrigam-se, em caráter irrevogável e irretratável, a segregar em seus sistemas de controle interno os Direitos de Crédito Autônomos, de forma que os referidos direitos sejam automaticamente identificados como cedidos em garantia das Obrigações Garantidas, conforme definidas no Contrato de Cessão Fiduciária. Para que possa ser exigido do Banco Centralizador o cumprimento da obrigação descrita nesta Cláusula, o Banco Centralizador deverá ter recebido os arquivos eletrônicos referidos nas cláusulas 5.2.2 e 5.4 do Contrato de Administração de Contas.

5.10 As partes concordam que o procedimento e o detalhamento operacional descrito nesta cláusula deve refletir o ajustado no Contrato de Administração de Contas. Desta forma, caso haja divergência de redação ou de interpretação a respeito do procedimento e do detalhamento operacional descrito nesta cláusula e aqueles descritos no Contrato de Administração de Contas, as partes concordam que o previsto no Contrato de Administração de Contas deverá prevalecer, principalmente em razão do fato de o Banco Centralizador ser signatário apenas do Contrato de Administração de Contas.

CLÁUSULA VI

COBRANÇA DOS DIREITOS DE CRÉDITO AUTÔNOMOS

6.1 Nos termos deste Contrato, o Cedente, por meio da SMF ou da PGM, adotará, às suas expensas, as medidas cabíveis com relação à cobrança judicial e/ou extrajudicial dos Créditos Tributários ou Não Tributários que dão origem aos Direitos de Crédito Autônomos cedidos à Cessionária que não sejam pagos nas respectivas datas de vencimento, conforme estabelecido na Política de Cobrança.

6.2 O Cedente obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, com a expressa anuência da SMF e da PGM, a fazer com que os recursos advindos de depósitos judiciais, da cobrança judicial e/ou extrajudicial dos Créditos Tributários ou Não Tributários que dão origem aos Direitos de Crédito Autônomos sejam transferidos para a Conta de Recebimento no prazo previsto na Cláusula 5.3 (a) acima, de modo que o fluxo de recebimento siga seu curso ordinário, conforme previsto no Contrato de Administração de Contas.



53/78

Handwritten signatures and initials in blue ink.

CLÁUSULA VII PENALIDADES

7.1 Sem prejuízo do disposto nas Cláusulas 8.1 a 8.3 abaixo, o inadimplemento, por qualquer das Partes, de qualquer obrigação de pagamento prevista neste Contrato caracterizará a mora de tal Parte, de pleno direito, e independentemente de qualquer aviso ou notificação, sujeitando-a ao pagamento dos seguintes encargos:

(a) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data em que o pagamento tornou-se exigível até o seu integral recebimento pelo respectivo credor;

(b) multa convencional, não compensatória, de 2% (dois por cento), sobre o valor devido; e

(c) em qualquer hipótese, o valor devido será corrigido monetariamente a partir da data de seu vencimento original com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (“IBGE”), apurado, se for o caso, calculado *pro rata temporis*, ou por outro índice que vier a substituí-lo, no caso de sua extinção.

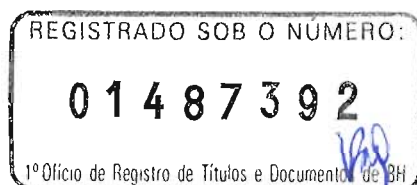
7.2 O descumprimento de qualquer obrigação prevista neste Contrato que não se enquadre na Cláusula 7.1 acima, incluindo, mas não se limitando, as previstas na Cláusula 9.3 abaixo, e desde que seja devidamente comprovado, obrigará a parte infratora a responder por eventuais perdas e/ou danos resultantes de dolo ou culpa, responsabilizando-se ademais pelas multas, atualizações monetárias e juros daí decorrentes, apurados na forma prevista na legislação vigente.

7.3. As Partes responsabilizam-se, ainda, pelos danos patrimoniais diretos e indiretos, devidamente comprovados, que venham a causar decorrentes da prestação de declarações falsas, imprecisas ou incorretas no âmbito do presente Contrato e, em especial, daquelas constantes das Cláusulas 9.1 e 10.1 abaixo,

7.4. As obrigações de indenizar estabelecidas nas Cláusulas 7.2 e 7.3 acima permanecerão em vigor enquanto prevalecerem os efeitos deste Contrato.

CLÁUSULA VIII TUTELA ESPECÍFICA

8.1 O Cedente e a Cessionária reconhecem, desde já, que este Contrato constitui título executivo extrajudicial, nos termos do inciso II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes, desde já que, independentemente de quaisquer outras



54/78

medidas cabíveis, as obrigações assumidas neste Contrato comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

8.2 Caso qualquer das Partes descumpra qualquer das obrigações de dar, fazer ou não fazer previstas neste Contrato e, notificada para sanar tal inadimplemento, deixe de fazê-lo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da respectiva notificação, a Parte prejudicada, independentemente de qualquer outro aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, poderá requerer, com fundamento no artigo 273 combinado com o artigo 461 e seus parágrafos, ambos do Código de Processo Civil, a tutela específica da obrigação inadimplida ou, a seu juízo, promover execução da obrigação de fazer, com fundamento nos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, em ambos os casos sem prejuízo da aplicação da multa prevista na Cláusula 7.1 acima, e da faculdade de exigir a indenização prevista na Cláusula 7.2 acima.

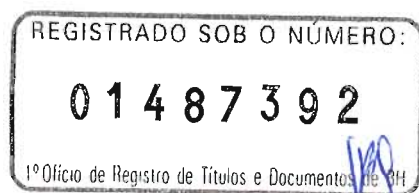
8.2.1 As obrigações de não fazer do Cedente decorrentes do presente Contrato deverão ser integralmente observadas, sob pena de execução judicial, na forma do artigo 642 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo da aplicação das penalidades e/ou indenização previstas na Cláusula VII acima e Cláusula XI abaixo, conforme o caso, sendo nulos quaisquer atos praticados em desacordo com o estabelecido no presente Contrato.

8.3 As Partes desde já, expressamente, reconhecem que o comprovante de recebimento da notificação mencionada nesta Cláusula, acompanhada dos documentos que a tenham fundamentado, será bastante para instruir o pedido de tutela específica da obrigação.

CLÁUSULA IX DECLARAÇÕES E OBRIGAÇÕES DO CEDENTE

9.1 O Cedente declara à Cessionária, neste ato e na data de assinatura do Termo de Cessão e dos Boletins de Subscrição, o seguinte:

(a) os Créditos Tributários ou Não Tributários, formalizados pelos Procedimentos Administrativos ou Judiciais, que dão origem aos Direitos de Crédito Autônomos são existentes, legais, legítimos, verdadeiros, certos, líquidos, exigíveis, encontram-se perfeitamente constituídos de acordo com a legislação brasileira e são oriundos dos Procedimentos Administrativos ou Judiciais, devidamente identificados sob a forma de Códigos Criptografados constantes do Anexo I ao Termo de Cessão e, também, no CD-ROM a ser entregue ao Custodiante, na forma da Cláusula 2.2.2 acima;



55/78

(b) a celebração deste Contrato, do Termo de Cessão, dos Boletins de Subscrição, e a assunção das obrigações deles decorrentes são legais, eficazes, válidas e exequíveis de acordo com seus termos;

(c) está devidamente autorizado e obteve todas as autorizações e aprovações necessárias à celebração deste Contrato, do Termo de Cessão, dos Boletins de Subscrição e à assunção e ao cumprimento das obrigações deles decorrentes, em especial as relativas à cessão dos Direitos de Crédito Autônomos, tendo sido satisfeitos todos os requisitos contratuais, legais, estatutários necessários para tanto;

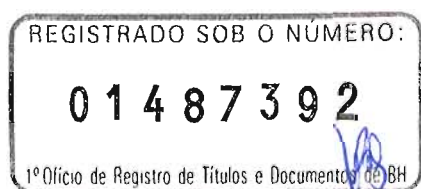
(d) os representantes legais ou mandatários que assinam este Contrato, o Termo de Cessão e os Boletins de Subscrição têm poderes estatutários e/ou legitimamente outorgados para assumir em nome do Cedente as obrigações estabelecidas neste Contrato, no Termo de Cessão e nos Boletins de Subscrição;

(e) a celebração deste Contrato, do Termo de Cessão, dos Boletins de Subscrição, e o cumprimento das obrigações deles decorrentes não acarretam, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial, (i) de nenhum contrato ou instrumento dos quais o Cedente, suas pessoas controladas ou coligadas, diretas ou indiretas, sejam parte ou aos quais estejam vinculados, a qualquer título, bens ou direitos de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas; (ii) de nenhuma norma legal ou regulamentar a que o Cedente, suas pessoas controladas ou coligadas, diretas ou indiretas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas estejam sujeitos; ou (iii) de nenhuma ordem ou decisão judicial ou administrativa, ainda que liminar, que afete o Cedente, suas pessoas controladas ou coligadas, diretas ou indiretas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas;

(f) todos os Direitos de Crédito Autônomos têm origem legal e estão amparados pelos Procedimentos Administrativos ou Judiciais;

(g) o presente Contrato, o Termo de Cessão e os Boletins de Subscrição constituem obrigação lícita, válida e exequível em conformidade com seus termos contra o Cedente;

(h) todos os Créditos Tributários ou Não Tributários que originam os Direitos de Crédito Autônomos são de sua exclusiva titularidade e propriedade, responsabilizando-se perante os Debenturistas e perante a Cessionária, pela existência e correta formalização dos Créditos Tributários ou Não Tributários que originam os Direitos de Crédito Autônomos, declarando, ainda, que os direitos que eles representam estão totalmente livres e desembaraçados de quaisquer ônus reais, restrições ou gravames de qualquer natureza, inclusive sem limitação a qualquer direito de oneração, transferência ou alienação;



A circular stamp with the text "1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de BH" around the perimeter. A blue ink signature is written across the center of the stamp. Below the stamp, there are several blue ink signatures and the number "56/78".

(i) não tomou ou tomará qualquer atitude ou ação com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem ou privilégio para a originação dos Direitos de Crédito Autônomos ou qualquer negócio, que tenha resultado em qualquer forma de benefício, pagamento, promessa de pagamento ou vantagem para funcionários públicos, autarquias, empresas estatais, partidos políticos, políticos, candidatos eleitorais ou qualquer pessoa, física ou jurídica, agindo por conta, ordem, instrução ou benefício de tais pessoas;

(j) os Procedimentos Administrativos ou Judiciais estarão corretamente listados no CD-ROM e devidamente formalizados (i) junto à SMF, por meio de suas unidades de atendimento, ou (ii) perante a PGM, conforme o caso, conforme comprovado pelos Documentos Comprobatórios, conforme definido abaixo;

(k) a cessão dos Direitos de Crédito Autônomos não viola o art. 7º da Lei Municipal nº 7.932/99 e demais autorizações mencionadas na Cláusula II deste Contrato;

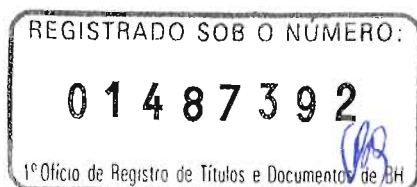
(l) não recebeu nenhuma notificação ou comunicação, de qualquer pessoa, bem como ordem judicial ou administrativa, informando, solicitando ou requerendo, a qualquer título, interrupção dos efeitos dos Procedimentos Administrativos ou Judiciais;

(m) este Contrato, o Termo de Cessão e os Boletins de Subscrição são realizados em forma e substância satisfatória ao Banco BTG Pactual S.A. ("Coordenador da Oferta") e ao assessor jurídico da Segunda Emissão;

(n) as informações contidas no CD-ROM, conforme Cláusula 2.2.2 acima serão corretas, completas e fidedignas em todos os seus aspectos, e, quando decodificadas na forma prevista na Cláusula XIII abaixo, em estrita observância à legislação vigente, permitirão a individualização e identificação de cada Contribuinte devedor dos Direitos de Crédito Autônomos;

(o) não tem conhecimento, até a presente data, e/ou foi citado em qualquer procedimento judicial ou administrativo, inquérito ou outro tipo de investigação governamental formalmente instaurado, versando sobre os negócios jurídicos objeto deste Contrato e do art. 7º da Lei Municipal nº 7.932/99;

(p) todas e quaisquer informações fornecidas à Cessionária, ao Agente Fiduciário ou ao Coordenador da Oferta, pelo Cedente, incluindo até a liquidação das Debêntures com Garantia Real, aquelas contidas nos instrumentos relacionados à emissão das Debêntures com Garantia Real são completas, verdadeiras e corretas e não contêm qualquer tipo de falha ou omissão, de qualquer natureza; e



57/78



A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized "A" followed by some loops.

A large, stylized handwritten signature in blue ink, possibly reading "M. M.". To its right, there are several other handwritten marks in blue ink, including what looks like "2", "no", and "x".

(q) na melhor avaliação do Cedente, os pedidos de intervenção federal e de sequestro de rendas requeridos contra o Cedente, quando deferidos, costumam incidir sobre os valores depositados na conta corrente do Cedente, razão pela qual não comprometem a existência, validade e eficácia da cessão dos Direitos de Crédito Autônomos.

9.2 As declarações aqui prestadas pelo Cedente subsistirão até o integral cumprimento das Obrigações Garantidas, conforme previsto na Escritura da Segunda Emissão.

9.3 Sem prejuízo das demais obrigações assumidas nos termos deste Contrato, do Termo de Cessão e dos Boletins de Subscrição, o Cedente expressamente obriga-se a:

(a) cumprir fiel e tempestivamente com todas as obrigações previstas neste Contrato, no Termo de Cessão e nos Boletins de Subscrição;

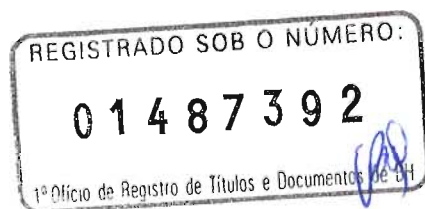
(b) adotar todas as providências para manter, no que lhe é pertinente, válidas e eficazes as declarações contidas nesta Cláusula até o integral cumprimento das Obrigações Garantidas, mantendo a Cessionária informada de qualquer ato ou fato que possa afetar a validade de qualquer das referidas declarações e adotando as medidas cabíveis para sanar ou evitar a inveracidade ou incorreção da declaração;

(c) aceitar a imediata devolução dos Direitos de Crédito Autônomos ofertados à Cessionária que não atendam às Características da Cessão, caso o vício ou não conformidade tenha sido verificado após a celebração deste Contrato, do Termo de Cessão ou dos Boletins de Subscrição, independentemente de não estar materializado ou não puder ser identificado pelas Partes e/ou pelos Intervenientes Anuentes em momento anterior à assinatura deste Contrato, do Termo de Cessão ou dos Boletins de Subscrição, promovendo a sua substituição, nos termos da Cláusula XI abaixo;

(d) indenizar a Cessionária em razão do descumprimento das obrigações previstas neste Contrato, no Termo de Cessão ou nos Boletins de Subscrição, ou da incorreção, inconsistência, insuficiência ou falsidade das declarações prestadas neste Contrato;

(e) celebrar e entregar à Cessionária, durante o prazo de vigência deste Contrato, às suas expensas, todos e quaisquer instrumentos, contratos, declarações e informações, assim como praticar todos os atos adicionais que a Cessionária venha a solicitar por escrito ao Cedente, com a finalidade de proteger, salvaguardar e assegurar a validade e eficácia dos direitos, interesses e prerrogativas da Cessionária e dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, com relação aos Direitos de Crédito Autônomos, conforme definidos neste Contrato;

(f) não ofertar à Cessionária Direitos de Crédito Autônomos que contenham parcelas vencidas e não pagas há mais de 90 (noventa) dias contados da data de seu vencimento;



58/78



A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized "X" or similar mark.

A large handwritten signature in blue ink, followed by several initials and marks, including a large "X" and some scribbles.

(g) comunicar imediatamente à Cessionária o recebimento de qualquer aviso, comunicação, notificação, ordem judicial ou administrativa tendo por objeto qualquer modificação ou suspensão de qualquer Procedimento Administrativo ou Judicial;

(h) fazer, por si ou por terceiros, com que os recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos sejam pagos em moeda corrente nacional e remetidos exclusivamente para as Contas Vinculadas, conforme o caso, e somente alterar esse procedimento mediante a prévia e expressa autorização do Agente Fiduciário, conforme orientação dos Debenturistas;

(i) preservar o sigilo, por si ou por intermédio dos seus órgãos e entidades, relativamente a qualquer informação sobre a situação econômica ou financeira do Contribuinte, do devedor ou de terceiros e sobre a natureza e situação dos respectivos negócios ou atividade;

(j) defender, em nome próprio, os direitos dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, sobre os Direitos de Crédito Autônomos contra quaisquer ações que venham a ser propostas por terceiros;

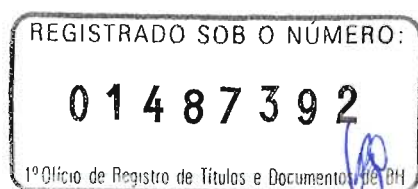
(k) proceder à auditoria dos sistemas de controle de arrecadação dos Direitos de Crédito Autônomos cedidos à Cessionária, bem como controlar e registrar as correlatas informações nos sistemas de cobrança dos Créditos Tributários ou Não Tributários objeto dos Parcelamentos, adotando as medidas necessárias à preservação dos respectivos Direitos de Crédito Autônomos cedidos nos termos deste Contrato;

(l) promover as medidas necessárias para preservar o pagamento dos Direitos de Crédito Autônomos cedidos à Cessionária, inclusive para evitar prescrição;

(m) apresentar à Cessionária e ao Agente Fiduciário o Relatório Mensal, na forma prevista na Cláusula 2.4.5 acima; e

(n) garantir que, até a liquidação integral das Debêntures com Garantia Real, todas e quaisquer informações fornecidas à Cessionária, ao Agente Fiduciário ou ao Coordenador da Oferta, pelo Cedente, incluindo aquelas contidas nos instrumentos relacionados à emissão das Debêntures com Garantia Real e à Oferta serão completas, verdadeiras e corretas e não conterão qualquer tipo de falha ou omissão, de qualquer natureza.

9.4 O Cedente deverá aceitar, a qualquer momento após o vencimento e amortização total das Debêntures com Garantia Real, os Direitos Creditórios Autônomos



59/78

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

remanescentes, pelo saldo devedor atualizado, como forma de amortização das Debêntures Subordinadas.

9.5 O Cedente será responsável por todos e quaisquer danos e prejuízos causados à Cessionária, aos Debenturistas e ao Coordenador da Oferta decorrentes da inveracidade, imprecisão ou inexatidão das declarações prestadas na forma da Cláusula 9.1 acima, assim como pelo não cumprimento das obrigações previstas na Cláusula 9.3 acima.

9.5.1. O Cedente e a Cessionária se comprometem a fazer com que sejam depositados na Conta de Recebimento, sempre que aplicável, os recursos advindos da indenização devida à PBH ATIVOS ou aos Debenturistas, conforme estipulada na Cláusula 9.3 acima, assim que devidos.

9.6 Durante o prazo de vigência deste Contrato, o Cedente, por intermédio da SMF, será considerado fiel depositário, nos termos do artigo 627 e seguintes do Código Civil Brasileiro, do produto de todo e qualquer Direito de Crédito Autônomo cedido à Cessionária, que por ventura venha a ser recebido diretamente pelo Cedente e/ou por seus agentes, inclusive em razão de qualquer procedimento de cobrança, judicial ou extrajudicial, proposto contra os Contribuintes, nos termos da legislação aplicável, até sua efetiva transferência para a Conta Centralizadora do Município, para Conta de Recebimento ou para a Conta Centralizadora da PBH ATIVOS, conforme o caso, nos termos deste Contrato, do Contrato de Administração de Contas e da Escritura da Segunda Emissão.

9.6.1 Na qualidade de fiel depositário, nos termos da Cláusula 9.6 acima, o Cedente declara conhecer as consequências legais decorrentes da eventual não restituição dos valores objeto do depósito, quando exigida.

9.7 O Cedente compromete-se a manter em custódia cópia, em meio eletrônico, das informações a respeito da adesão do Contribuinte ao programa de Parcelamento, nos termos do Artigo 2º do Decreto Municipal nº 14.346, de 25 de março de 2011, conforme alterado (“Decreto 14.346”) e da respectiva Certidão da Dívida Ativa, quando se tratar de débito inscrito (“Documentos Comprobatórios”).

9.7.1 O Cedente concorda em permitir, sempre que solicitado, o acesso da Cessionária e do Agente Fiduciário aos Documentos Comprobatórios observado, *mutatis mutandis*, o regramento previsto na Cláusula 13.3 abaixo.

CLÁUSULA X DECLARAÇÕES E OBRIGAÇÕES DA CESSIONÁRIA

10.1 A Cessionária devidamente autorizada na forma de seu Estatuto Social, declara e



60/78



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

garante, neste ato e na data de assinatura do Termo de Cessão e dos Boletins de Subscrição, que:

(a) é uma sociedade por ações validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável;

(b) a celebração deste Contrato, do Termo de Cessão e dos Boletins de Subscrição, bem como a assunção das obrigações dele decorrentes se fazem nos termos de seus atos constitutivos, são legais, têm plena eficácia e são exigíveis contra a Cessionária de acordo com os seus respectivos termos;

(c) os representantes legais da Cessionária que assinam este Contrato têm poderes estatutários e/ou legitimamente outorgados para assumir, em nome da Cessionária, todas e quaisquer obrigações estabelecidas neste Contrato;

(d) a celebração deste Contrato, do Termo de Cessão e dos Boletins de Subscrição e o cumprimento das obrigações deles decorrentes não acarretam, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial: (i) de quaisquer contratos ou instrumentos firmados anteriormente à data da assinatura deste Contrato, dos quais a Cessionária, suas pessoas coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, sejam parte ou aos quais estejam vinculados, a qualquer título, bens ou direitos de propriedade de nenhuma das pessoas acima referidas; (ii) de nenhuma norma legal ou regulamentar que a Cessionária, suas pessoas coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas estejam sujeitos; (iii) de nenhuma ordem ou decisão, ainda que liminar, judicial ou administrativa, que afete a Cessionária, suas pessoas coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas; e se fazem nos termos de seus atos constitutivos e têm plena eficácia; e

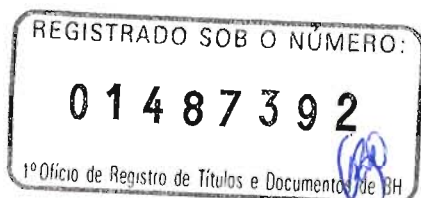
(e) tem pleno conhecimento da legislação aplicável aos Parcelamentos e aos Direitos de Crédito Autônomos.

10.2 As declarações aqui prestadas pela Cessionária subsistirão até a integral liquidação das Obrigações Garantidas.

10.3 A Cessionária será responsável por todos e quaisquer danos e prejuízos causados ao Cedente decorrentes da inveracidade ou inexactidão das declarações acima prestadas.

CLÁUSULA XI INDENIZAÇÃO E RECOMPOSIÇÃO DO FLUXO

11.1. A Cedente reconhece que (i) a adoção de qualquer ato comissivo ou omissivo que



61/78



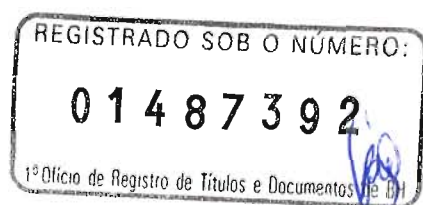
Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller initials.

resulte na extinção total ou parcial dos Direitos de Crédito Autônomos, incluindo, mas não se limitando, a qualquer tipo de anistia, remissão de dívida, compensação, dação em pagamento ou qualquer outro ato ou negócio jurídico que possa, de qualquer forma, liquidar ou extinguir, no todo ou em parte, as dívidas dos Contribuintes consubstanciadas nos Créditos Tributários ou Não Tributários de cujo recebimento depende os Direitos de Crédito Autônomos; (ii) a implementação de qualquer parcelamento ou incentivo que seja, de qualquer forma, mais vantajoso ao Contribuinte do que o Parcelamento dos Créditos Tributários ou Não Tributários e que ocasione redução do valor do Direito de Crédito Autônomo e/ou aumente os prazos para o seu pagamento, considerando-se os cálculos de projeção realizados pelas partes; (iii) a alteração do atual programa de Parcelamento e que ocasione redução do valor do Direito de Crédito Autônomo e/ou aumente os prazos para o seu pagamento, considerando-se os cálculos de projeção realizados pelas partes; e (iv) a cessão de Direitos de Crédito Autônomos irregulares, nos termos da Cláusula 2.3 acima, afetará de forma negativa, no todo ou em parte, o fluxo de pagamento dos Direitos de Crédito Autônomos e, por consequência, o cumprimento das obrigações assumidas pela Cessionária perante os Debenturistas e contempladas na Escritura da Segunda Emissão.

11.1.1 Na ocorrência de um dos eventos descritos na Cláusula 11.1 acima, ou quaisquer outros eventos similares que afetem o fluxo de recebimento dos Direitos de Crédito Autônomos, o Cedente deverá, no prazo de até 30 (trinta) dias contado do recebimento da notificação enviada pelo Agente Fiduciário, pelo Coordenador da Oferta ou pela própria Cessionária, o que ocorrer primeiro, indenizar a Cessionária, mediante (i) a cessão de novos Direitos de Crédito Autônomos adimplentes, por meio da celebração do “Termo de Recomposição” na forma do Anexo 11.1.1 ‘i’ a este Contrato, ou (ii) a recompra dos Direitos de Crédito Autônomos afetados, por meio da celebração do “Termo de Recompra” na forma do Anexo 11.1.1 ‘ii’ a este Contrato, no qual serão cedidos novos Direitos de Crédito Autônomos adimplentes; em qualquer hipótese objetivando recompor o fluxo de pagamento dos Direitos de Crédito Autônomos como se não tivesse sido alterado por iniciativa do Município, conforme Cláusula 11.1. acima. As Partes desde já reconhecem que a celebração do Termo de Recomposição ou do Termo de Recompra, conforme o caso, serão suficientes e bastantes para a formalização da indenização prevista nesta Cláusula.

11.1.1.1 Os novos Direitos de Crédito Autônomos cedidos nos termos do Termo de Recomposição ou do Termo de Recompra, conforme o caso, deverão ser cedidos fiduciariamente aos titulares das Debêntures com Garantia Real, por meio da celebração de Termo de Cessão Fiduciária, na forma definida no Contrato de Cessão Fiduciária, conforme alterado.

11.1.1.2 A Cessionária e o Agente Fiduciário se obrigam a, na mesma data de celebração do Termo de Recomposição ou do Termo de Recompra, conforme o caso,



62/78

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

assinar o Termo de Cessão Fiduciária, o qual deverá ser levado a registro na forma da Cláusula 8 do Contrato de Cessão Fiduciária.

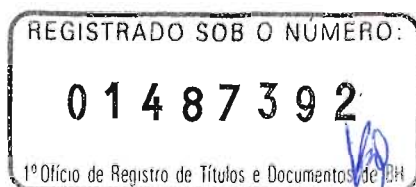
11.1.2 Caso não existam novos Direitos de Crédito Autônomos a serem cedidos à Cessionária nos termos das alíneas 'i' e 'ii' da Cláusula 11.1.1 acima, ou caso sobrevenha qualquer vedação legal, administrativa ou judicial para que o Cedente proceda às providências descritas nas alíneas 'i' e 'ii' da Cláusula 11.1.1 acima, o Cedente deverá, em até 30 (trinta) dias contados do recebimento da notificação referida na Cláusula 11.1.1 acima, promover a recompra dos Direitos de Crédito Autônomos afetados, pelo pagamento do valor correspondente ao valor de face do Direito de Crédito Autônomo afetado (acrescido da atualização pelo IPCA e já descontados os Recursos Excluídos, se houver), em moeda corrente nacional, diretamente na Conta de Recebimento, valor esse que será posteriormente transferido para a Conta de Adiantamentos.

11.1.3 Sem prejuízo do disposto nas Cláusulas 11.1, 11.1.1 e 11.1.2 acima, a Cessionária e o Agente Fiduciário deverão verificar mensalmente, no dia útil imediatamente anterior à Data de Verificação ("Data de Análise"), com base nas informações constantes do Relatório Gerencial (conforme definido na Escritura da Segunda Emissão), a ocorrência de uma das hipóteses previstas na Cláusula 11.1 deste Contrato.

11.1.3.1 Caso a Cessionária ou o Agente Fiduciário verifique que, em determinada Data de Análise, os Valores a Indenizar (conforme definidos no item 15 do Relatório Gerencial), correspondem a, no mínimo, 1% (um por cento) do "Saldo Devedor Atual dos Parcelamentos (Excluído Honorários)" informado no Relatório Gerencial, a Cessionária e o Agente Fiduciário terão o dever de, na Data de Análise, notificar o Cedente, com cópia para o Custodiante, para que indenize a Cessionária nos termos previstos nas Cláusulas 11.1.1 e 11.1.2 acima.

11.1.3.2 Na hipótese de a Cessionária ou Agente Fiduciário não notificarem a Cedente na forma prevista na Cláusula 11.1.3.1 acima, o Custodiante poderá fazê-lo a seu exclusivo critério.

11.2 Fica expressamente ressalvado que em hipótese alguma será objeto ou dará ensejo à aplicação desta Cláusula XI a alteração do valor do fluxo de pagamento dos Direitos de Crédito Autônomos em razão de inadimplemento do Contribuinte. O Cedente não assume, por meio do Contrato, qualquer responsabilidade ou dá qualquer tipo de garantia em relação ao adimplemento dos Direitos de Crédito Autônomos cedidos.



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
83/78
[Handwritten signature]

CLÁUSULA XII REGISTRO

12.1. Este Contrato e seus aditamentos, bem como seus Anexos, deverão ser protocolados, pela Cessionária, nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e São Paulo, Estado de São Paulo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de sua assinatura, devendo o Cedente enviar comunicação às demais Partes e aos Intervenientes Anuentes (i) ao final do prazo de 5 (cinco) dias úteis para protocolo, enviar a comprovação de que este foi efetivado; e (ii) enviar a comprovação da efetivação de tal registro no prazo de até 3 (três) dias úteis contados do seu deferimento por cada um dos cartórios. Caso a Cessionária não realize os protocolos no prazo avençado, poderá qualquer das demais Partes ou os Intervenientes Anuentes fazê-lo, mediante o envio de comunicação às demais Partes e, assim que obtidos os registros, enviar a comprovação correspondente aos demais. As Partes e os Intervenientes Anuentes deverão colaborar para o saneamento imediato de eventuais exigências eventualmente formuladas por tal cartório, de forma a obter o registro deste Contrato no menor prazo possível.

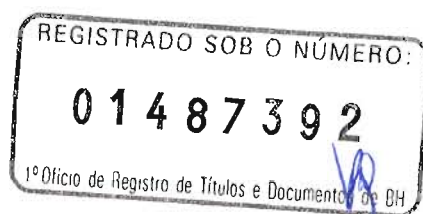
12.2 Todos os custos e despesas incorridos com os registros mencionados nesta Cláusula serão suportados/reembolsados exclusivamente pelo Custodiante.

CLÁUSULA XIII DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES

13.1 Nos procedimentos referentes à formalização e à execução da cessão dos Direitos de Crédito Autônomos, serão preservados o sigilo relativo a qualquer informação sobre a situação fiscal, econômica, financeira do Contribuinte e sobre a natureza e o estado de seus negócios e atividades.

13.2 Fica, igualmente, vedada às Partes e aos Intervenientes Anuentes a divulgação ou a utilização, conforme o caso, para fins outros que não aqueles relacionados ao objeto deste Contrato, da identidade dos Contribuintes, de seus débitos e respectivos Parcelamentos, sob pena de responsabilizações decorrentes de eventuais perdas e danos.

13.3 Sem prejuízo do disposto nas Cláusulas 13.1 e 13.2 acima, a Cessionária e o Agente Fiduciário somente poderão ter acesso às informações contidas no CD-ROM, para fazer prova em juízo, quando isso for necessário à defesa dos direitos, das garantias e das prerrogativas da Cessionária e/ou dos Debenturistas, ou, ainda, para atender requisição de autoridade competente que tenha instaurado procedimento administrativo ou ação judicial em face da Cessionária ou do Agente Fiduciário. Neste caso, caberá ao Custodiante do CD-ROM providenciar o depósito do CD-ROM perante a autoridade



64/78

[Handwritten signatures and initials]

administrativa ou judicial encarregada do procedimento administrativo e/ou ação judicial, sem necessidade de consultar o Cedente, porém, alertando-o sobre o caráter sigiloso dos respectivos dados.

CLÁUSULA XIV COMUNICAÇÕES

14.1 Todos os documentos e as comunicações a serem enviados por qualquer das Partes e Intervenientes Anuentes, nos termos deste Contrato, deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, e deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

a) se para o Cedente:

MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE - SMF

Endereço: Rua Espírito Santo, 605, Centro, 5º andar

CEP 30.160.030 - Belo Horizonte, MG

Tel.: (31) 3277-4008

At: Secretário Municipal de Finanças Sr. Marcelo Piancastelli de Siqueira

E-mail: marcelo.piancastelli@pbh.gov.br

b) se para a Cessionária:

PBH ATIVOS S.A

Endereço: Avenida Afonso Pena, nº 774, 5º Andar, Centro,

CEP: 30.130-003 - Belo Horizonte, MG

Tel.: (31) 3277.9561

At: Sr. Ricardo Augusto Simões Campos / Sr. Francisco Rodrigues dos Santos

E-mail: ricardo.simoes@pbhativos.com.br / franciscorodrigues@pbhativos.com.br

c) se para o Custodiante:

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 12º andar

04538-133 - São Paulo, SP

At.: Departamento Jurídico - FICC

Tel.: (11) 3383-2000

E-mail: ol-juridico-renda-fixa@btgpactual.com

d) se para o Agente Fiduciário:

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS**



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the left and several initials on the right, some with checkmarks.

Av. das Américas, nº 4.200, Bloco 08, ala B, salas 302, 303 e 304, Barra da Tijuca
CEP: 22640-102 – Rio de Janeiro, RJ
At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio
Ferreira
Tel.: (21) 3385-4565
E-mail: operacional@pentagonotruster.com.br

e) se para as Intervenientes Anuentes:

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE BELO HORIZONTE

Rua Espírito Santo, 605, Centro, 5º andar
CEP 30.160.030 - Belo Horizonte, MG
Tel.: (31) 3277-4008
At: Secretário Municipal de Finanças Sr. Marcelo Piancastelli de Siqueira
E-mail: marcelo.piancastelli@pbh.gov.br

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

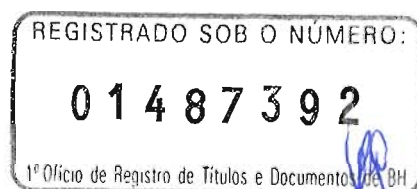
Rua dos Timbiras, 628, Funcionários
CEP 30.140-060 - Belo Horizonte, MG
Tel.: (31) 3277-4075
At: Procurador Geral do Município Sr. Rúsvel Beltrame Rocha
E-mail: rusvelb@pbh.gov.br

EMPRESA DE INFORMÁTICA E INFORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE S/A – PRODABEL

Av. Presidente Carlos Luz, nº 1275, Bairro Caparaó,
CEP: 31.230-000, Belo Horizonte, MG
At.: Sr. José Lauro Nogueira Terror
Tel.: (31) 3277-8395
E-mail: lauro.n@pbh.gov.br

14.2 Os documentos e as comunicações, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, serão considerados recebidos quando entregues, sob protocolo ou mediante Aviso de Recebimento expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços acima, ou quando da confirmação do recebimento da transmissão via e-mail.

14.3 Para os fins da Cláusula 14.2 acima, será considerada válida a confirmação do recebimento via e-mail ainda que emitida pela Parte que tenha transmitido a mensagem ou pelos Intervenientes Anuentes, desde que o comprovante de recebimento tenha sido expedido a partir do equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes para identificação do emissor e do destinatário da comunicação.



This block contains handwritten signatures in blue ink. At the top right is a circular stamp with the letter "A" inside. Below it is a signature. Further down is another signature, and at the bottom right is a signature next to the number "66/78".

CLÁUSULA XV DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 Toda e qualquer modificação, alteração ou aditamento ao presente Contrato somente será válida se feita por instrumento escrito, assinado pelas Partes e pelos Intervenientes Anuentes.

15.2 As Partes celebram este Contrato em caráter irrevogável e irretratável, obrigando-se ao seu fiel, pontual e integral cumprimento por si e por seus sucessores e cessionários, a qualquer título.

15.2.1 Os Intervenientes Anuentes concordam e se comprometem no limite das obrigações a eles estabelecidas neste Contrato.

15.3 O presente Contrato começa a vigorar na data de sua assinatura e permanecerá em vigor até a liquidação das Obrigações Garantidas e dos Direitos de Crédito Autônomos.

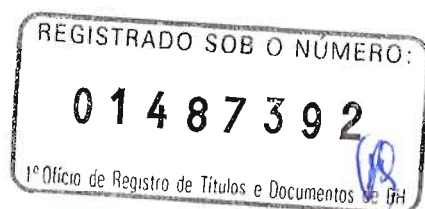
15.3.1 Este Contrato somente poderá ser resilido por consenso entre as Partes, depois de aprovada a resilição pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Escritura da Segunda Emissão.

15.3.2 A resilição deste Contrato não afetará, em nenhuma hipótese, qualquer das cessões de Direitos de Crédito Autônomos realizadas entre as Partes, nos termos aqui previstos, e não afetará qualquer direito, garantia ou prerrogativa da Cessionária ao ressarcimento por perdas e danos por esse sofridos em razão do descumprimento de qualquer avença prevista neste Contrato.

15.4 A tolerância e as concessões recíprocas terão caráter eventual e transitório e não configurarão, em qualquer hipótese, renúncia, transigência, remissão, perda, modificação, redução ou ampliação de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos a qualquer das Partes nos termos deste Contrato, assim como, quando havidas, o serão, expressamente, sem o intuito de negar as obrigações previstas neste Contrato.

15.5 O presente Contrato constitui o único e integral acordo entre as Partes com relação aos assuntos aqui tratados, substituindo todos os outros documentos, cartas, memorandos ou propostas entre as Partes, bem como os entendimentos orais mantidos entre as mesmas, anteriores a presente data.

15.6 É expressamente vedada a cessão a terceiros, pelo Cedente, dos direitos e obrigações previstos neste Contrato.



67/78

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

15.7 O Cedente e os Intervenientes Anuentes autorizam expressamente, neste ato, e na forma prevista pelo art. 7º da Lei Municipal nº 7.932/99, a Cessionária a ceder fiduciariamente aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, os Direitos de Crédito Autônomos e os direitos emergentes deste Contrato.

15.7.1 A PBH ATIVOS, nos termos do disposto no parágrafo único da Lei Municipal 3.010/10 e no parágrafo 1º do Decreto 14.444/11, receberá o montante correspondente a 10% (dez por cento) do valor disponível na Conta de Livre Movimentação (conforme definida no Contrato de Administração de Contas) para custeio das despesas e eventuais outros pagamentos relacionados aos contratos da operação de cessão e emissões de debêntures. Os recursos não utilizados serão destinados ao resgate ou amortização das Debêntures Subordinadas de posse do Cedente.

15.8 Toda e qualquer quantia devida a qualquer das Partes por força deste Contrato poderá ser cobrada via processo de execução, visto que as Partes desde já reconhecem tratar-se de quantia líquida e certa, atribuindo ao presente a qualidade de título executivo extrajudicial nos termos e para os efeitos do artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil.

15.9 Para os efeitos do disposto neste Contrato, entende-se por "dia útil" o dia em que os bancos não deverão ou não poderão, por lei ou ordem executiva, estar fechados na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, conforme estabelecido pelo Banco Central do Brasil.

15.10 Se, em decorrência de qualquer decisão judicial irrecorrível, qualquer disposição ou termo deste Contrato for declarado nulo ou for anulado, tal nulidade ou anulabilidade não prejudicará a vigência das demais Cláusulas deste Contrato não atingidas pela declaração de nulidade ou pela anulação.

15.11 É vedado às Partes e aos Intervenientes Anuentes utilizarem-se dos termos deste Contrato, bem como das marcas, nomes e logomarcas uma da outra, para qualquer finalidade, seja em divulgação ou publicidade, sem a prévia e expressa autorização, por escrito, da outra Parte, exceto para atendimento às exigências legais.

15.12 Os Anexos deste Contrato, rubricados pelas Partes e pelos Intervenientes Anuentes, integram este Contrato para todos os fins e efeitos de direito, como se nele estivessem transcrito.

15.13 Os tributos incidentes ou que venham a incidir sobre o cumprimento das obrigações das Partes signatárias deste Contrato serão suportados por quem seja o sujeito passivo de tal obrigação tributária.



This block contains several handwritten signatures in blue ink. At the top right is a circular stamp with the number "4" inside. Below it is a signature that looks like a stylized "A". Further down is another signature. To the right of the signatures, the number "68/78" is handwritten. There are also some other small marks and initials scattered around.

15.14 As Partes comprometem-se a tomar as medidas necessárias e cabíveis conforme previsto na legislação brasileira, incluindo a Instrução CVM nº 301 de 16 de abril de 1999 e posteriores alterações, com a finalidade de prevenir e combater as atividades relacionadas com os crimes de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores identificados pela Lei Federal nº 9.613, de 3 de março de 1998.

15.15 Os casos fortuitos e de força maior são excludentes da responsabilidade das Partes, nos termos do artigo 393 do Código Civil Brasileiro.

15.15.1 A Parte que for afetada por caso fortuito ou força maior deverá notificar a outra, de imediato, com relação à extensão do fato e do prazo estimado durante o qual estará inabilitada a cumprir ou pelo qual será obrigada a atrasar o cumprimento de suas obrigações decorrentes deste Contrato.

15.15.2 Cessados os efeitos de caso fortuito ou da força maior, a Parte afetada deverá, de imediato, notificar a outra para conhecimento desse fato, restabelecendo a situação original.

15.15.3 Se a ocorrência do caso fortuito ou da força maior prejudicar apenas parcialmente a execução das obrigações oriundas deste Contrato por uma das Partes, aquela afetada deverá cumprir as obrigações que não tiverem sido afetadas pela ocorrência do caso fortuito ou da força maior.

15.16 O Cedente deverá providenciar a publicação resumida deste Contrato e, conforme o caso, de seus aditamentos, no Diário Oficial do Município de Belo Horizonte, no prazo de 5 (cinco) dias após a celebração de cada um dos referidos instrumentos, devendo enviar 1 (uma) via original de cada publicação ao Agente Fiduciário, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados de cada publicação.

CLÁUSULA XVI FORO

16.1 Eventuais controvérsias decorrentes da execução do presente Contrato surgidas entre as Partes e/ou os Intervenientes Anuentes deverão ser solucionados amigavelmente e, na impossibilidade de uma composição, serão submetidas ao exame da PGM.

16.2 Desde que não alcançada uma solução amigável as eventuais controvérsias oriundas deste Contrato serão submetidas ao foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para dirimi-las, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.



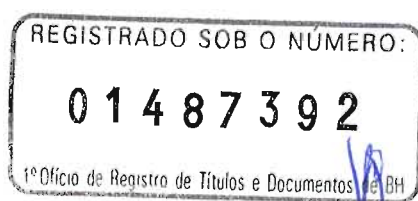
69/78

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente Contrato em 10 (dez) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos de direito, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Belo Horizonte, 29 de janeiro de 2016.

Restante da página deixado intencionalmente em branco.

A circular stamp with a double border. Inside the circle, the number "4" is written in blue ink. The text around the circle is partially legible, appearing to be "ESTO PADRÃO".
Several handwritten signatures and initials in blue ink are visible. One signature is on the left, another is in the center, and there are several initials and marks on the right, including a large "X" at the bottom right.

70/78

(Página de assinaturas 1/8 do Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças, celebrado em 29 de janeiro de 2016)

Cedente:

MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE



Por: Marcio Araujo de Lacerda
Cargo: Prefeito Municipal



Por: Marcelo Piancastelli de Siqueira
Cargo: Secretário Municipal de Finanças



(Página de assinaturas 2/8 do Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças, celebrado em 29 de janeiro de 2016)

Cessionária:



PBH ATIVOS S.A.

Por: Ricardo Augusto Simões Campos
Cargo: Diretor Presidente



Por: Francisco Rodrigues dos Santos
Cargo: Diretor Executivo



72/78



(Página de assinaturas 3/8 do Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças, celebrado em 29 de janeiro de 2016)

Custodiante:

BANCO BTG PACTUAL S.A

2º CARTÓRIO

Por:
Cargo:

Carolina Cury Maia Costa
Procuradora

Por:
Cargo:

Nandikesh Anilkumar Dixit
Procurador

2º CARTÓRIO

2º

Tabelião de Notas - Anderson Henrique Teixeira Nogueira
Rua Rego Freitas, 133 - Vila Buarque - São Paulo - SP
CER 01220-010 - Fone: (11) 3357-8844 - Fax: (11) 3231-0720

Reconheço por semelhança 2 Firma(s) COM VALOR ECONÔMICO de:
CAROLINA CURY MAIA COSTA E NANDIKESH ANILKUMAR DIXIT
São Paulo, 12 de fevereiro de 2016. Em test. da Verdade.

ALEXANDRE MARCOLI - Escrevente
Valor: R\$ 16,30. Carimbo: 1492251 Selo(s): 246557-AA



REGISTRADO SOB O NÚMERO:

01487392


1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de BH

73/78

(Página de assinaturas 4/8 do Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças, celebrado em 29 de janeiro de 2016)

Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS


Nome: Paulo Luiz Ferreira
Cargo: Procurador

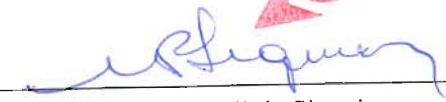


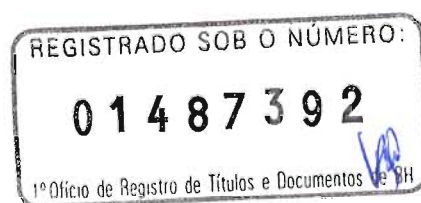
74/78

(Página de assinaturas 5/8 do Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças, celebrado em 29 de janeiro de 2016)

Intervenientes Anuentes:

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE BELO HORIZONTE


Por: Marcelo Piancastelli de Siqueira
Cargo: Secretário Municipal de Finanças



75/78

(Página de assinaturas 6/8 do Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças, celebrado em 29 de janeiro de 2016)

Intervenientes Anuentes:

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE



Por: Rúsvel Beltrame Rocha

Cargo: Procurador Geral do Município



76/78





(Página de assinaturas 7/8 do Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças, celebrado em 29 de janeiro de 2016)

EMPRESA DE INFORMÁTICA E INFORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE S.A. - PRODABEL



Por: José Lauro Nogueira Terror
Cargo: Diretor

1º OFÍCIO DE NOTAS - BELO HORIZONTE (MG) - Tabellião: JOÃO MAURÍCIO VILLANO FERRAZ
Rua Goiás, 187 - Centro * Telefone: (31) 3222-0584 - CEP 30190-030 =

Reconheço por AUTENTICIDADE a (s) firma (s) de:
[3h01oZd51] - JOSE LAURO NOGUEIRA TERROR.....
.....
.....

Dou fé, Belo Horizonte, 10/02/2016 17:07:45
Em Testemunho _____ da Verdade.
Escrevente - MARIA DA APARECIDA ANACLETO
Art 3º Lei 15.424 - Emol. R\$4,20 Recompe R\$1,38 - TFI R\$0,25
Tot. R\$5,83.



REGISTRADO SOB O NÚMERO:
01487392
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de BH

Handwritten signatures and initials.

(Página de assinaturas 8/8 do Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças, celebrado em 29 de janeiro de 2016)

Testemunhas:

Nome:

RG:

CPF:

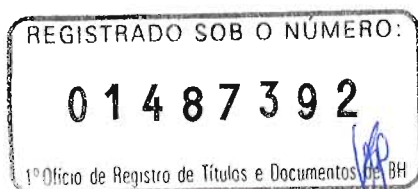
Helton Ferreira da Costa
RG: 47.835.249-9 SSP/SP
CPF: 405.547.428-88

Nome:

RG:

CPF:

José Pedro Francischini de Souza Gervão
RG: 37.012.417-0 SSP/SP
CPF: 410.201.578-79



78/78

**2º (SEGUNDO) ADITAMENTO AO CONTRATO DE CESSÃO E AQUISIÇÃO
DE DIREITO AUTÔNOMO DE RECEBIMENTO DE CRÉDITOS
E OUTRAS AVENÇAS**

Pelo presente instrumento particular, as partes:

I - MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, estabelecido na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Afonso Pena, nº 1212, bairro Centro, CEP 30.130-908, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Marcio Araújo de Lacerda, e pelo Secretário Municipal de Finanças, Sr. Pedro Meneguetti (“Cedente” ou “Município”);

II - PBH ATIVOS S.A., sociedade de economia mista, cuja criação foi autorizada pela Lei Municipal nº 10.003 de 25 de novembro de 2010 (“Lei Municipal 10.003/10”), com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Afonso Pena, nº 774, 5º andar, bairro Centro, CEP 30.130-003, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.593.766/0001-79, neste ato representada na forma na forma do seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, o Sr. Ricardo Augusto Simões Campos, brasileiro, casado, engenheiro, portador do CREA-MG nº 14534, inscrito no CPF/MF sob o nº 236.124.106-44, e por seu Diretor Executivo, o Sr. Francisco Rodrigues dos Santos, brasileiro, casado, administrador, portador do CRA-MG nº 01-002505, inscrito no CPF/MF sob o nº 129.958.436-53 (“Cessionária” ou “PBH ATIVOS”);

III – BANCO BTG PACTUAL S.A., instituição financeira, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 14º andar, bairro Itaim Bibi, CEP 04.538-133, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.306.294/0002-26, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social por seus representantes legais abaixo assinados (“Custodiante”); e

IV- PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4200, Bloco 08, ala B, salas 302, 303 e 304, bairro Barra da Tijuca, CEP 22.640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social (“Agente Fiduciário”, e, quando em conjunto com o Cedente, a Cessionária e o Custodiante, a seguir referidos como “Partes” e, individualmente, como “Parte”).

E, ainda, como Intervenientes Anuentes:

V - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE BELO HORIZONTE, estabelecida na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Espírito Santo, nº 605, 5º andar, bairro Centro, CEP 30.160-030, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Finanças, Sr. Pedro Meneguetti (“SMF”);



VI - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, estabelecida na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua dos Timbiras, nº 628, bairro Funcionários, CEP 30.140-060, neste ato representada pelo Procurador-Geral do Município, Sr. Rúsvel Beltrame Rocha (“PGM”); e

VII- EMPRESA DE INFORMÁTICA E INFORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE S/A – PRODABEL, estabelecida na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Presidente Carlos Luz, nº 1275, bairro Caparaó, CEP 31.230-000, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social por seu diretor José Lauro Nogueira Terror (“PRODABEL” e, quando em conjunto com a PGM e a SMF, a seguir referidos simplesmente como “Intervenientes Anuentes”).

CONSIDERANDO QUE:

(a) as Partes celebraram, com a anuência dos Intervenientes Anuentes, o “*Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças*”, firmado em 10 de janeiro de 2014 (“Contrato de Cessão Onerosa”), por meio do qual o Município se comprometeu a ceder à Cessionária os Direitos de Crédito Autônomos (conforme definidos no Contrato de Cessão Onerosa);

(b) a cessão dos Direitos de Crédito Autônomos foi utilizada pelo Município como meio para a subscrição e integralização da totalidade das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, emitidas de forma privada pela Cessionária (“Debêntures Subordinadas”);

(c) a Cessionária emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, mediante oferta pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Debêntures da Segunda Emissão” e “Segunda Emissão”, respectivamente), visando à obtenção de recursos para realizar a amortização das Debêntures Subordinadas;

(d) as condições e características da Segunda Emissão encontram-se descritas no “*Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão, Sendo a 1ª (Primeira) Pública, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, Em Série Única, Para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da PBH ATIVOS S.A.*”, celebrado em 1º de abril de 2014 entre a Cessionária e o Agente Fiduciário, com a anuência da SMF e da PGM, conforme aditado pelo “*Instrumento Particular de 1º (Primeiro) Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão, Sendo a 1ª (Primeira) Pública, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, Em Série Única, Para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da PBH ATIVOS S.A.*”, em



23 de abril de 2014, e pelo “2º (Segundo) Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão, Sendo a 1ª (Primeira) pública, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da PBH ATIVOS S.A.”, em 29 de janeiro de 2016 (“Escritura da Segunda Emissão”);

(e) os titulares das Debêntures da Segunda Emissão deliberaram, reunidos em assembleia geral de debenturistas realizada em 28 de março de 2016 (“AGD”), que o rebaixamento do *rating* originalmente atribuído à Segunda Emissão pela agência classificadora de risco Fitch Ratings, de ‘AAsf(bra)’ para ‘AA-sf(bra)’, não constitui um Evento de Inadimplemento (conforme definido na Escritura da Segunda Emissão), desde que observadas as hipóteses e condições previstas na AGD;

(f) dentre as condições impostas para a efetivação e aperfeiçoamento das matérias descritas no considerando ‘e’ acima, a AGD deliberou, dentre outras disposições, que fosse celebrado, até 15 de maio de 2016 (“Prazo”), instrumento de aditamento ao Contrato de Cessão Onerosa, com o propósito de extinguir a Conta de Serviço da Dívida (conforme definida na Escritura da Segunda Emissão) e procedimentos a ela relacionados; e

(g) as Partes desejam alterar o Contrato de Cessão Onerosa em linha com as deliberações tomadas na AGD, e, ato contínuo, aproveitar para atualizar e retificar algumas de suas disposições.

ISTO POSTO, resolvem as Partes celebrar o presente “2º (Segundo) Aditamento ao Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças” (“Aditamento”), que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir.

Os termos utilizados neste Aditamento, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam diversamente definidos no presente Aditamento, terão os mesmos significados que lhes são atribuídos no Contrato de Cessão Onerosa.

CLÁUSULA I

EXTINÇÃO DA CONTA DE SERVIÇO DA DÍVIDA

1.1 Em cumprimento às deliberações tomadas na AGD, as Partes resolvem aditar o Contrato de Cessão Onerosa para excluir as disposições e procedimentos relativos à Conta de Serviço da Dívida, que será considerada extinta para todos os fins de fato e de direito.

1.2 Diante do disposto na Cláusula 1.1 acima, resolvem alterar a seguinte cláusula do Contrato de Cessão Onerosa, de acordo com os termos e condições abaixo expostos.

(a) alterar a Cláusula 5.8, que passará a vigor da seguinte forma:





“5.8 As transferências previstas nesta Cláusula e investimentos a serem realizados com os recursos decorrentes dos Direitos de Créditos Autônomos (“Investimento Permitido”) serão realizados nos termos do Contrato de Administração de Contas, que preverá, ainda, a abertura de outras contas, como a Conta de Pagamento (conforme definida no Contrato de Administração de Contas), de titularidade da PBH ATIVOS, e a forma com que os Direitos de Crédito Autônomos transitarão por cada uma delas.”

CLÁUSULA II

RETIFICAÇÃO DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS E ATUALIZAÇÃO DAS REFERÊNCIAS AO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

2.1 As Partes resolvem retificar algumas referências ao Contrato de Administração de Contas, constantes do Contrato de Cessão Onerosa.

2.2 Diante do disposto na Cláusula 2.1 acima, resolvem alterar as seguintes cláusulas do Contrato de Cessão Onerosa, de acordo com os termos e condições abaixo expostos.

(a) alterar as Cláusulas 5.2.2, 5.4 e 5.9, que passarão a vigor da seguinte forma:

“5.2.2 No Dia Útil seguinte ao do recebimento dos recursos referidos da Cláusula 5.2, e nos termos do Contrato de Administração de Contas, o Banco Centralizador deverá disponibilizar à PRODABEL, através do sistema de transmissão eletrônica de dados EDI - Electronic Data Interchange (“EDI”), arquivo com os valores recebidos e creditados na Conta Centralizadora da PBH Ativos. No prazo de 3 (três) Dias Úteis contado da disponibilização da referida informação pelo Banco Centralizador, a PRODABEL, agindo em nome do Município, deverá gerar 2 (dois) arquivos eletrônicos de retorno, a saber: (i) o primeiro arquivo, contendo o valor dos Direitos de Crédito Autônomos recebidos na data de referência; (ii) e o segundo arquivo, contendo o valor dos Recursos Excluídos recebido na data de referência.”

“5.4 No Dia Útil seguinte ao do recebimento dos recursos referidos da Cláusula 5.3 (b), o Banco Centralizador, nos termos do Contrato de Administração de Contas, deverá disponibilizar à PRODABEL, através do EDI, arquivo com os valores recebidos e creditados na Conta Centralizadora do Município. No prazo de 3 (três) Dias Úteis contado da disponibilização da referida informação pelo Banco Centralizador, a PRODABEL, agindo em nome do Município, deverá gerar 3 (três) arquivos eletrônicos de retorno, a saber: (i) o primeiro arquivo, contendo o valor dos Direitos de Crédito Autônomos recebidos na data de referência e que serão direcionados à Conta de Recebimento; (ii) o segundo arquivo, contendo o valor dos Recursos Excluídos recebido na data de referência, que serão direcionados à conta



corrente de titularidade do Município a ser por ele indicada; e (iii) o terceiro arquivo, contendo o valor dos demais créditos recebidos e que não fazem parte dos Direitos de Crédito Autônomos cedidos à PBH ATIVOS.”

“5.9 O Município e o Banco Centralizador obrigam-se, em caráter irrevogável e irretratável, a segregar em seus sistemas de controle interno os Direitos de Crédito Autônomos, de forma que os referidos direitos sejam automaticamente identificados como cedidos em garantia das Obrigações Garantidas, conforme definidas no Contrato de Cessão Fiduciária. Para que possa ser exigido do Banco Centralizador o cumprimento da obrigação descrita nesta Cláusula, o Banco Centralizador deverá ter recebido os arquivos eletrônicos referidos nas cláusulas 5.2.2 e 5.4 do Anexo I ao Contrato de Administração de Contas.”

2.3 A Partes resolvem atualizar as referências aos dispositivos do Código de Processo Civil, de acordo com a nova Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, em vigor desde 17 de março de 2016.

2.4 Diante do disposto na Cláusula 2.3 acima, resolvem alterar as seguintes cláusulas do Contrato de Cessão Onerosa, de acordo com os termos e condições abaixo expostos.

(a) alterar as Cláusulas 8.1, 8.2, 8.2.1 e 15.8, que passarão a vigor da seguinte forma:

“8.1 O Cedente e a Cessionária reconhecem, desde já, que este Contrato constitui título executivo extrajudicial, nos termos do inciso III do artigo 784 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes, desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas neste Contrato comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 815 e seguintes do Código de Processo Civil.”

“8.2 Caso qualquer das Partes descumpra qualquer das obrigações de dar, fazer ou não fazer previstas neste Contrato e, notificada para sanar tal inadimplemento, deixe de fazê-lo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da respectiva notificação, a Parte prejudicada, independentemente de qualquer outro aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, poderá requerer, com fundamento no artigo 300 combinado com o artigo 497 e seguintes, ambos do Código de Processo Civil, a tutela específica da obrigação inadimplida ou, a seu juízo, promover execução da obrigação de fazer, com fundamento nos artigos 815 e seguintes do Código de Processo Civil, em ambos os casos sem prejuízo da aplicação da multa prevista na Cláusula 7.1 acima, e da faculdade de exigir a indenização prevista na Cláusula 7.2 acima.”



5/20

“8.2.1 As obrigações de não fazer do Cedente decorrentes do presente Contrato deverão ser integralmente observadas, sob pena de execução judicial, na forma do artigo 822 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo da aplicação das penalidades e/ou indenização previstas na Cláusula VII acima e Cláusula XI abaixo, conforme o caso, sendo nulos quaisquer atos praticados em desacordo com o estabelecido no presente Contrato.”

“15.8 Toda e qualquer quantia devida a qualquer das Partes por força deste Contrato poderá ser cobrada via processo de execução, visto que as Partes desde já reconhecem tratar-se de quantia líquida e certa, atribuindo ao presente a qualidade de título executivo extrajudicial nos termos e para os efeitos do artigo 784, inciso III, do Código de Processo Civil.”

CLÁUSULA III ATUALIZAÇÃO DOS DADOS PARA COMUNICAÇÕES

3.1 As Partes resolvem atualizar os dados para comunicações do Cedente e da SMF previstos na Cláusula 14.1 do Contrato de Cessão Onerosa, conforme disposto abaixo:

“a) se para o Cedente:

MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE - SMF

Endereço: Rua Espírito Santo, 605, Centro, 5º andar

CEP 30.160.030 - Belo Horizonte, MG

Tel.: (31) 3277-4008

At: Secretário Municipal de Finanças Sr. Pedro Meneguetti

E-mail: meneguetti@pbh.gov.br”

“e) se para as Intervenientes Anuentes:

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE BELO HORIZONTE

Rua Espírito Santo, 605, Centro, 5º andar

CEP 30.160.030 - Belo Horizonte, MG

Tel.: (31) 3277-4008

At: Secretário Municipal de Finanças Sr. Pedro Meneguetti

E-mail: meneguetti@pbh.gov.br”

CLÁUSULA IV ALTERAÇÃO DO RELATÓRIO MENSAL

4.1 As Partes resolvem alterar o Anexo 2.4.5 do Contrato de Cessão Onerosa, que passará a vigor na forma do **Anexo I** ao presente Aditamento, a fim de refletir as informações





previstas no modelo do Relatório Gerencial, previsto no Anexo III da Escritura da Segunda Emissão.

CLÁUSULA V REGISTRO E PUBLICAÇÃO

5.1 As Partes acordam neste ato que, não obstante o prazo para protocolo dos aditamentos ao Contrato de Cessão Onerosa previsto na Cláusula 12.1 do Contrato de Cessão Onerosa, a Cessionária deverá providenciar o protocolo do presente Aditamento nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e São Paulo, Estado de São Paulo, no Prazo previsto na AGD, devendo o Cedente enviar comunicação às demais Partes e aos Intervenientes Anuentes, e cumprir com todas as demais obrigações previstas na Cláusula 12.1 do Contrato de Cessão Onerosa.

5.2 As Partes neste ato acordam que, não obstante o prazo para publicação resumida dos aditamentos ao Contrato de Cessão Onerosa previsto na Cláusula 15.16 do Contrato de Cessão Onerosa, o Cedente deverá providenciar a publicação resumida deste Aditamento no Diário Oficial do Município de Belo Horizonte, no Prazo previsto na AGD, e enviar 1 (uma) via original da publicação ao Agente Fiduciário, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da publicação.

CLÁUSULA VI DECLARAÇÕES E GARANTIAS

6.1 As Partes reiteram expressamente todas as declarações e obrigações constantes do Contrato de Cessão Onerosa, e subordinam o presente Aditamento às disposições do Contrato de Cessão Onerosa, naquilo que lhe for aplicável e passível de cumprimento pelas Partes.

6.2 As Partes neste ato declaram que:

(a) a celebração deste instrumento e a assunção e o cumprimento das obrigações decorrentes deste Aditamento estão devidamente autorizados por seus atos constitutivos e pela legislação em vigor e também não infringem qualquer obrigação assumida anteriormente;

(b) a celebração deste Aditamento e a consumação dos termos aqui pactuados não violam (i) qualquer disposição de seus estatutos sociais; (ii) as normas legais e regulamentares a que as Partes e/ou seus bens estejam sujeitos; e/ou (iii) quaisquer contratos, acordos, autorizações governamentais ou compromissos obrigacionais aos quais estejam vinculadas, conforme aplicável;

7/20



(c) este Aditamento constitui obrigação lícita, vinculante e válida, exequível em conformidade com seus termos e condições;

(d) os representantes legais ou mandatários que assinam este instrumento têm poderes para assumir, em seu nome, as obrigações nele estabelecidas;

(e) a Cessionária é legítima titular e proprietária de direitos emergentes do Contrato de Cessão Onerosa, conforme alterado;

(f) a celebração deste Aditamento é compatível com a capacidade econômica, financeira e operacional da Cessionária;

(g) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou qualquer contestação, independentemente de quem seja o autor, visando anular, alterar, invalidar, questionar ou, de qualquer forma, afetar adversamente as obrigações assumidas neste Aditamento;

(h) as declarações feitas neste instrumento são verdadeiras, consistentes, completas e precisas.

6.3. A Cessionária se obriga, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar as demais Partes por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e /ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios razoáveis) diretamente incorridos e comprovados pelas Partes aplicáveis, em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula VI.


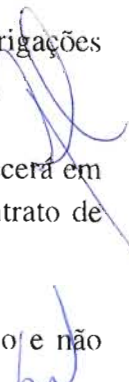


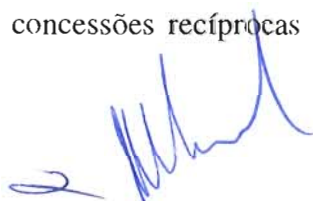
CLÁUSULA VII DISPOSIÇÕES FINAIS

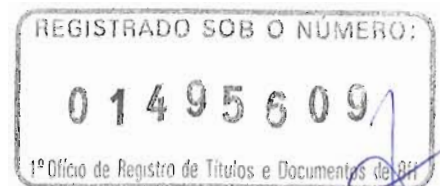
7.1 As Partes celebram este Aditamento em caráter irrevogável e irretratável, obrigando-se ao seu fiel, pontual e integral cumprimento por si e por seus sucessores e cessionários, a qualquer título.

7.1.1 Os Intervenientes Anuentes concordam e se comprometem no limite das obrigações a eles estabelecidas neste Aditamento.

7.2 O presente Aditamento começa a vigor na data de sua assinatura e permanecerá em vigor até a liquidação das Obrigações Garantidas (conforme definidas no Contrato de Cessão Onerosa) e dos Direitos de Crédito Autônomos.

7.3 A tolerância e as concessões recíprocas terão caráter eventual e transitório e não

8/20



configurarão, em qualquer hipótese, renúncia, transigência, remição, perda, modificação, redução ou ampliação de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos a qualquer das Partes nos termos deste Aditamento, assim como, quando havidas, o serão, expressamente, sem o intuito de negar as obrigações previstas neste Aditamento.

7.4 O presente Aditamento constitui o único e integral acordo entre as Partes com relação aos assuntos aqui tratados, substituindo todos os outros documentos, cartas, memorandos ou propostas entre as Partes, bem como os entendimentos orais mantidos entre as mesmas, anteriores a presente data.

7.5 Se, em decorrência de qualquer decisão judicial irrecorrível, qualquer disposição ou termo deste Aditamento for declarado nulo ou for anulado, tal nulidade ou anulabilidade não prejudicará a vigência das demais cláusulas deste Aditamento não atingidas pela declaração de nulidade ou pela anulação.

7.6 As Partes comprometem-se a tomar as medidas necessárias e cabíveis conforme previsto na legislação brasileira, incluindo a Instrução CVM nº 301 de 16 de abril de 1999 e posteriores alterações, com a finalidade de prevenir e combater as atividades relacionadas com os crimes de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores identificados pela Lei Federal nº 9.613, de 3 de março de 1998.

7.7 Os casos fortuitos e de força maior são excludentes da responsabilidade das Partes, nos termos do artigo 393 do Código Civil Brasileiro.

7.7.1 A Parte que for afetada por caso fortuito ou força maior deverá notificar a outra, de imediato, com relação à extensão do fato e do prazo estimado durante o qual estará inabilitada a cumprir ou pelo qual será obrigada a atrasar o cumprimento de suas obrigações decorrentes deste Aditamento.

7.7.2 Cessados os efeitos de caso fortuito ou da força maior, a Parte afetada deverá, de imediato, notificar a outra para conhecimento desse fato, restabelecendo a situação original.

7.7.3 Se a ocorrência do caso fortuito ou da força maior prejudicar apenas parcialmente a execução das obrigações oriundas deste Aditamento por uma das Partes, aquela afetada deverá cumprir as obrigações que não tiverem sido afetadas pela ocorrência do caso fortuito ou da força maior.

E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente Aditamento em 10 (dez) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos de direito, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

2

9/20



Belo Horizonte, 25 de abril de 2016.

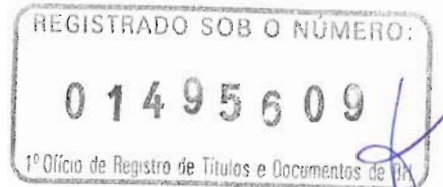
restante da página deixado intencionalmente em branco

A handwritten signature in blue ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke.

A handwritten signature in blue ink, featuring a series of vertical strokes followed by a horizontal line.



A handwritten signature in blue ink, with a prominent 'V' shape at the beginning.



Página de assinaturas 1/8 do 2º (Segundo) Aditamento ao Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças, celebrado em 25 de abril de 2016.

Cedente:

MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

Por: Marcio Araújo de Lacerda
Cargo: Prefeito Municipal

Por: Pedro Meneguetti
Cargo: Secretário Municipal de
Finanças

TABELIONATO TRIGINELLI
SERVIÇO NOTARIAL DO 3º OFÍCIO
R. Augusto de Lima, 300 - CEP: 30140-000 - Fone: (31) 3713-1141 - Fax: 3222-4712 - BH - MG
E-mail: cartorio@cartoriogtriginelli.com.br - www.cartoriogtriginelli.com.br

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) abaixo:
(CBH05691) MARCIO ARAUJO DE LACERDA, (CBH05692) **
PEDRO MENEGUETTI *****
Belo Horizonte, 05/05/2016 09:51:09 12408

Gilberto Triginelli
E:R\$8,40 REC:R\$0,50 TF:R\$2,76 Total:R\$11,66
DIAS

1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de Belo Horizonte
Rua dos Guaiardos, 329 - Ala 01 - Centro - Belo Horizonte - MG
Cep: 30140-100 - Cnpj: 21.658.810/0001-14
www.trigo.com.br - Tel.: (31) 3224-6630
Registrador: Emílio C. de Menezes Guerra

1º OFÍCIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Nº de Ordem: **01495609**

Certifico e dou fé que o presente documento foi apresentado, protocolado sob o nº **01495609**, livro nº **A-86**, registrado em microfilme e digitalizado sob o nº **01495609**, livro nº **B-159**, nesta data, e AVERBADO à margem do Registro nº **01419295**. Belo Horizonte, 10/05/2016. Emol: 105,64 TJF 35,22 Recomeço 6,33 Total: 147,19


O Ofício: **1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de Belo Horizonte**
Gilberto Triginelli
Escritório Autorizado



PODER JUDICIÁRIO - TJMG
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Ofício do 1º Registro de Títulos e Documentos
de Belo Horizonte - MG - CNS:05.529-3

Selo Eletrônico Nº **AGN18976**
Cód. Seg.: **0650.7130.6039.6658**

Quantidade de Atos Praticados: **00021**
Emolumentos: R\$111,97 - TFJ: R\$35,22
Valor Final: R\$147,19
Consulte a validade deste Selo no
site: <https://selos.tjmg.jus.br>



Página de assinaturas 2/8 do 2º (Segundo) Aditamento ao Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças, celebrado em 25 de abril de 2016.

Cessionária:



PBH ATIVOS S.A.

Por: Ricardo Augusto Simões Campos
Cargo: Diretor Presidente



Por: Francisco Rodrigues dos Santos
Cargo: Diretor Executivo



TABELIONATO TRIGINELLI

SERVIÇO NOTARIAL DO 3º OFÍCIO
AV. AUGUSTO DE LIMA, 333 - CEP 30140-000 - FONE: (31) 3079-0100 - FAX: (31) 3079-0101 - BR: 905
E-mail: cartorio@cartoriomgtriginelli.com.br - www.cartoriomgtriginelli.com.br

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) abaixo:

(CBH05639) RICARDO AUGUSTO SIMÕES CAMPOS, *****

(CBH05640) FRANCISCO RODRIGUES DOS SANTOS *****

Belo Horizonte, 05/05/2016 09:42:40 6648

Gilberto Triginelli

E:R\$8,40 REC:R\$0,50 TF:R\$2,76 Total:R\$11,66

DIAS





Página de assinaturas 3/8 do 2º (Segundo) Aditamento ao Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças, celebrado em 25 de abril de 2016.

Custodiante:

BANCO BTG PACTUAL S.A

Por: _____ Por: _____
Cargo: _____ Cargo: _____

Nandikesh Anilkumar Dixit
Procurador

Marcelo Bittencourt Guariento
Procurador Geral



BTG Pactual
Depto Jurídico

13/20

DE NOTAR
DO
OUTRO
ZAD

Página de assinaturas 4/8 do 2º (Segundo) Aditamento ao Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças, celebrado em 25 de abril de 2016.

Agente Fiduciário:

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS**


Nome: Paulo Luiz Ferrelra
Cargo: Procurador



12º TABELÃO de NOTAS
CARTÓRIO DO 12º TABELÃO DE NOTAS
Alameda Santos, 1470 - São Paulo - SP - Cep 01418-100
DEL. HOMERO SANTI - TABELÃO - Tel. (11) 3549-6277 - Fax (11) 3284-6362

Reconheço por semelhança a firma: PAULO LUIZ FERREIRA, a qual confere com o padrão depositado em Cartório.
São Paulo, 06 de Maio de 2016
Em testemunho da verdade.
Jefferson de Souza - Escrevente Autorizado
1605060934245 (Firma: 6)

COLEGIO NOTARIAL DO BRASIL
114462
FIRMA
VALOR ECONOMICO 1
1042AB0014945


CARTÓRIO DO 12º TABELÃO DE NOTAS
AL SANTOS 1470
Jefferson de Souza
Escrevente Autorizado



Página de assinaturas 5/8 do 2º (Segundo) Aditamento ao Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças, celebrado em 25 de abril de 2016.

Intervenientes Anuentes:

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE BELO HORIZONTE


Por: **Pedro Meneguetti**
Cargo: **Secretário Municipal de Finanças**


TABELIONATO TRIGINELLI
3º Ofício de Notas



 **TABELIONATO TRIGINELLI**

SERVIÇO NOTARIAL DO 3º OFÍCIO
R. AUGUSTO DE LIMA, 505 - C/2º ANDAR - FONE: (31) 3273-5284 - FAX: (32) 3212 - BH - MG
E-mail: cartora@cartoratriginelli.com.br - www.cartoratriginelli.com.br



Reconheço por semelhança a(s) firma(s) abaixo:
(CBH05733) PEDRO MENEQUETTI *****
Belo Horizonte, 05/05/2016 09:57:09 23070

Gilberto Triginelli
E:R\$4,20 REC:R\$0,25 TF:R\$1,38 Total:R\$5,83
DIAS









Página de assinaturas 6/8 do 2º (Segundo) Aditamento ao Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças, celebrado em 25 de abril de 2016.

Intervenientes Anuentes:

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

R. Beltrame



Por: Rúsvel Beltrame Rocha
Cargo: Procurador Geral do Município

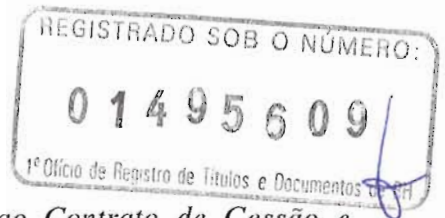


[Signature]

[Signature]



[Signature]
[Signature]
[Signature]



Página de assinaturas 7/8 do 2º (Segundo) Aditamento ao Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças, celebrado em 25 de abril de 2016.

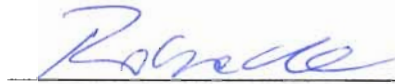
**EMPRESA DE INFORMÁTICA E INFORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELO
HORIZONTE S.A. - PRODABEL**

Por: José Lauro Nogueira Terror
Cargo: Diretor

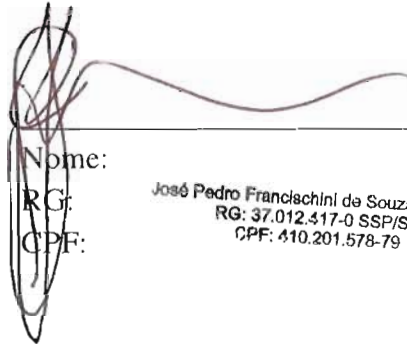


Página de assinaturas 8/8 do 2º (Segundo) Aditamento ao Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças, celebrado em 25 de abril de 2016.

Testemunhas:



Nome: **Acácio Roboredo**
RG: CPF: 430.913.288-05
CPF: RG: 40.344.691-0 SSP/SP



Nome: **José Pedro Francischini de Souza Gevaerd**
RG: 37.012.417-0 SSP/SP
CPF: 410.201.578-79





Anexo I do 2º (Segundo) Aditamento ao Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças, celebrado em 25 de abril de 2016.

ANEXO 2.4.5
MODELO DO RELATÓRIO MENSAL

Relatórios Mensais (5º dia útil) - Posição do último dia útil do mês anterior

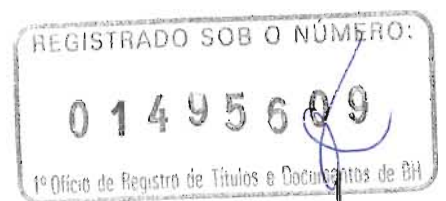
Relatório I - Conta Corrente

1	Mês / Ano
2	Vr. Previsto de Recebimento nos Parcelamentos (Excluído Honorários)
3	Vr. Efetivamente Recebido nos Parcelamentos (Excluído Honorários)
4	Vr. Efetivamente Recebido pela Quitação à Vista do Saldo Devedor
5	Vr. Recebido por Pagamento à Vista (débitos não parcelados)
6	Vr. Recebido por Pagamento de Depósitos Iniciais (parcelamentos incluídos no mês)
7	Vr. Recebido dos Depósitos Judiciais Levantados no mês
8	Vr. Descontos nos Débitos Parcelados
9	Vr. Desconto pelo Bônus de Adimplência
10	Vr. Desconto pelo Pagamento à Vista (débitos não parcelados)
11	Vr. da Inadimplência dos Parcelamentos
12	Saldo Devedor Atual dos Parcelamentos (Excluído Honorários)
13	Vr. Do fluxo previsto de recebimento até a data de vencimento das Debêntures com Garantia Real
14	Vr. Efetivamente Recebido Proveniente de pagamento antecipado
15	Valores a Indenizar (Vr. Descontos nos Débitos Parcelados + Vr. Desconto pelo Bônus de Adimplência + Vr. Desconto pelo Pagamento à Vista (débitos não parcelados))

Relatório II - Inadimplência

1	Mês / Ano
2	Quantidade de Parcelamentos Ativos
3	Quantidade de Parcelamentos com Pagamentos no Mês
4	Quantidade de Parcelamentos Quitados no Mês
5	Quantidade de Parcelamentos sem Pagtos há mais de 03 Meses
6	Vr. Vencido e Não Pago
7	Saldo Devedor Atual destes Parcelamentos
8	Quantidade de Parcelamentos sem Pagtos há 03 Meses





9	Vr. Vencido e Não Pago
10	Saldo Devedor Atual destes Parcelamentos
11	Quantidade de Parcelamentos sem Pagtos há 02 Meses
12	Vr. Vencido e Não Pago
13	Saldo Devedor Atual destes Parcelamentos
14	Quantidade de Parcelamentos sem Pagto no Mês
15	Vr. Vencido e Não Pago
16	Saldo Devedor Atual destes Parcelamentos

Relatório III - Parcelamentos Incluídos e Cancelados

1	Mês / Ano
2	Quantidade de Parcelamentos Incluídos
3	Saldo Devedor Atual dos Parcelamentos Incluídos
4	Quantidade de Parcelamentos Excluídos
5	Saldo Devedor Atual dos Parcelamentos Excluídos
6	Saldo recebido no mês referente aos Recursos Excluídos

O presente Relatório Gerencial tem como **Anexo I** o “Anexo Digital”, no qual é especificado o fluxo futuro original dos Direitos de Crédito Autônomos Objeto de Realização Antecipada.



**CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS,
VINCULAÇÃO DE RECEITA E OUTRAS AVENÇAS DA PBH ATIVOS S.A.**

O presente instrumento é celebrado entre:

I. PBH ATIVOS S.A., sociedade de economia mista, cuja criação foi autorizada pela Lei Municipal nº 10.003 de 25 de novembro de 2010 ("Lei Municipal 10.003/10"), com sede na Avenida Afonso Pena, nº 774, 5º Andar, Centro, CEP: 30130-003, Belo Horizonte, Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.593.766/0001-79, neste ato representada por seu Diretor Presidente Sr. Edson Ronaldo Nascimento, brasileiro, casado, economista, portador do RG nº. 8.020.876.481 (SSP/RS) e inscrito no CPF/MF sob o nº 362.453.050-04 ("Emissora" ou "PBH ATIVOS");

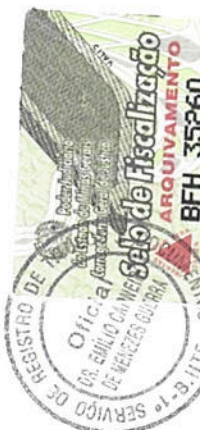
II. MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, estabelecido na Avenida Afonso Pena, nº 1212, Bairro Centro, CEP nº 30130-908, Estado de Minas Gerais, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.715.383/0001-40, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Marcio Araújo de Lacerda e pelo Secretário Municipal de Finanças, Sr. Marcelo Piancastelli de Siqueira, doravante denominada simplesmente por "Cedente" ou "Município";

III. PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4200, bloco 04, sala 514, Bairro Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma do seu estatuto social ("Agente Fiduciário"), na qualidade de agente fiduciário e representante legal da comunhão de titulares das debêntures da segunda emissão da Emissora ("Debenturistas"); e

E, na qualidade de intervenientes anuentes:

IV. SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE BELO HORIZONTE, estabelecida na Rua Espírito Santo, nº 605, Bairro Centro, 5º andar, CEP 30160-030, Belo Horizonte, Minas Gerais, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Finanças, Sr. Marcelo Piancastelli de Siqueira, brasileiro, divorciado, economista, portador do RG 0976099 – MG, inscrito no CPF/MF sob o nº. 125.350.606-04 ("SMF"); e

V. PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, estabelecida na Rua dos Timbiras, nº 628, Funcionários, CEP 30.140.060, Belo Horizonte, Minas Gerais, neste ato representada pelo Procurador-Geral do Município, Dr. Rúsvel Beltrame Rocha, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/MG sob o nº. 65805 e no CPF/MF sob o nº 782.347.276-72 ("PGM" e, quando em conjunto com a SMF, a seguir referidos simplesmente como "Intervenientes Anuentes").





Versão para assinatura

CONSIDERANDO QUE:

- (a) o Município instituiu um programa de parcelamento de certos créditos tributários ou não tributários vencidos ao qual o contribuinte ou sujeito passivo de tais débitos ("Contribuinte") poderia aderir, por meio de procedimentos administrativos ou judiciais de parcelamento ("Procedimentos Administrativos ou Judiciais") e "Parcelamentos", respectivamente);
- (b) o Município foi autorizado, por força da Lei Municipal 10.003/10 e da Lei Municipal 7.932 de 30 de dezembro de 1999, conforme alterada ("Lei Municipal 7.932/99"), a ceder à Emissora, a título oneroso, direitos de crédito autônomos para recebimento do fluxo de pagamentos decorrente dos créditos tributários ou não tributários vencidos e parcelados pelo Contribuinte através dos Parcelamentos ("Direitos de Crédito Autônomos"), que se encontram ou não inscritos na dívida ativa do Município de Belo Horizonte ("Créditos Tributários ou Não Tributários") os quais (i) estão identificados na cópia do Termo de Cessão firmado no âmbito do Contrato de Cessão Onerosa, incluindo o código fornecido pelo Município, por meio do qual cada parcelamento é identificado ("Código Criptografado"); e, também, (ii) devidamente relacionados e identificados em CD-ROM, devidamente numerado, identificado e sem possibilidade de editoração, entregue ao Banco BTG Pactual S.A. ("Custodiante"), sob dever de sigilo, que irá guardá-lo na forma de depósito, sendo que tal CD-ROM contém todas as informações necessárias e que permitem a individualização e identificação de cada contribuinte devedor dos Direitos de Crédito Autônomos, conforme termos e condições estabelecidos no Contrato de Cessão Onerosa (abaixo definido);
- (c) a Emissora, conforme estabelecido em seu objeto social, sua lei de criação, e nos termos de seu Estatuto Social, aprovado pelo Decreto Municipal nº 14.444 de 09 de junho de 2011, tem, entre outros, competência para: (i) titular, administrar e explorar economicamente ativos municipais; (ii) auxiliar o Tesouro Municipal na captação de recursos financeiros, podendo, para tanto, colocar no mercado obrigações de emissão própria, receber, adquirir, alienar e dar em garantia os ativos, créditos, títulos e valores mobiliários da sociedade; e (iii) estruturar e implementar operações que visam à obtenção de recursos junto ao mercado de capitais;
- (d) de tal modo, nos termos do artigo 7º da Lei Municipal 7.932/99, o Município, a Emissora, o Custodiante e o Agente Fiduciário e, com a anuência dos Intervenientes Anuentes e da Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte S/A – PRODABEL ("PRODABEL"), formalizaram a cessão dos Direitos de Crédito Autônomos, por meio da celebração do Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças ("Contrato de Cessão Onerosa"), firmado em 10 de janeiro de 2014, e por meio da assinatura do Termo de Cessão e dos Boletins de Subscrição, conforme definidos, respectivamente, no Contrato de Cessão Onerosa e na Escritura da Primeira Emissão;
- (e) foram emitidas em 1º de abril de 2014, pela Emissora, debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada ("Debêntures Subordinadas"), de forma privada, as quais



foram totalmente subscritas pelo Município e por ele integralizadas mediante a cessão, à Emissora, dos Direitos de Crédito Autônomos ("Emissão de Debêntures Subordinadas");

(f) as condições e características da Emissão de Debêntures Subordinadas encontram-se descritas no Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, da PBH ATIVOS S.A., firmado em 10 de janeiro de 2014 ("Escritura da Primeira Emissão");

(g) a Emissora deliberou, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de dezembro de 2013, a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real representada por cessão fiduciária de direitos creditórios ("Debêntures"), em série única, sob o regime de garantia firme de colocação ("Segunda Emissão"), sendo que as Debêntures serão objeto de oferta pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos previstos na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº. 476 de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, visando à obtenção de recursos para realizar a amortização das Debêntures Subordinadas;

(h) as condições e características da Segunda Emissão estão descritas no Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão, Sendo a 1ª (Primeira) Pública, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, Para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, em Série Única, da PBH ATIVOS S.A. firmado nesta data entre a Emissora e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Agente Fiduciário"), tendo a SMF e a PGM como intervenientes anuentes ("Escritura da Segunda Emissão");

(i) o montante líquido obtido pela Emissora com a emissão das Debêntures será parcialmente utilizado para amortização programada extraordinária das Debêntures Subordinadas, na forma prevista no Contrato de Cessão Onerosa e na Escritura da Segunda Emissão;

(j) por meio deste instrumento, os Direitos de Crédito Autônomos, os direitos detidos pela Cessionária emergentes do Contrato de Cessão Onerosa, bem como os recursos, direitos de crédito e acessórios relacionados aos Direitos de Crédito Autônomos, já desconsiderando os Recursos Excluídos (conforme definido abaixo), depositados ou a serem mantidos nas Contas Vinculadas, conforme definidas abaixo, bem como dos direitos a elas inerentes, além dos títulos, valores mobiliários e rendimentos resultantes de aplicações financeiras realizadas com tais recursos serão cedidos fiduciariamente em favor dos titulares das Debêntures ("Debenturistas"), a título de garantia fiel e cabal do cumprimento de todas as obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures e da Escritura da Segunda Emissão; e

(k) a Emissora, o Município, o Banco BTG Pactual S.A. e o Agente Fiduciário contrataram o Banco Centralizador para prestar serviços de custódia de recursos financeiros e administração das Contas Vinculadas (abaixo definidas) decorrentes dos Créditos Cedidos Fiduciariamente (conforme definido abaixo), nos termos do Contrato de Custódia de Recursos Financeiros e Administração de Contas Vinculadas firmado nesta data entre a Emissora, o Município, o Banco BTG Pactual S.A., o Agente Fiduciário e o Banco do Brasil S.A. ("Banco Centralizador"),



tendo, como intervenientes anuentes, a SMF, a PGM e a PRODABEL (“Contrato de Administração de Contas”) e, quando em conjunto com este Contrato de Cessão Fiduciária, doravante referidos como “Contratos de Garantia”).

ISTO POSTO, resolvem as partes celebrar o presente “Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receita e Outras Avenças da PBH ATIVOS S.A.” (“Contrato de Cessão Fiduciária”), que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir.

Exceto quando definidos no presente Contrato de Cessão Fiduciária, os termos cujas letras apareçam em maiúscula neste instrumento, deverão ter o mesmo significado a eles atribuído na Escritura da Segunda Emissão. A validade e eficácia da Cessão Fiduciária objeto deste instrumento e os efeitos deste instrumento, estarão sujeitas à satisfação das seguintes condições suspensivas (“Condições Suspensivas”), (a) celebração do Contrato de Cessão Onerosa; (b) integralização das Debêntures Subordinadas, mediante a assinatura do Termo de Cessão (conforme definido no Contrato de Cessão Onerosa) e dos Boletins de Subscrição (conforme definido na Escritura da Primeira Emissão); (c) entrega ao Custodiante (i) do CD-ROM com os dados dos Direitos Creditórios com as características acima mencionadas, bem como (ii) do Código Criptografado, os quais serão fornecidos concomitantemente à celebração do Termo de Cessão e dos Boletins de Subscrição; e (d) celebração do Contrato de Administração de Contas.



CLÁUSULA I

CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS E OUTROS ATIVOS

1. Pelo presente instrumento, na melhor forma de direito, e nos termos do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, com nova redação dada pelo artigo 55 da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, e posteriores alterações, em garantia fiel e cabal do cumprimento de todas as obrigações decorrentes deste Contrato de Cessão Fiduciária, do Contrato de Administração de Contas e da Escritura da Segunda Emissão, e eventuais aditivos e prorrogações, obrigações essas principais, acessórias e moratórias, presentes e futuras, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora, inclusive o principal da dívida das Debêntures, remuneração, encargos moratórios, multas, atualização monetária, tributos ou contribuições, conforme descritas na Cláusula 1.5 abaixo, além das despesas incorridas pelo Agente Fiduciário para defesa, conservação e satisfação integral dos direitos dos Debenturistas e outras despesas razoáveis e comprovadas previstas ou decorrentes dos respectivos instrumentos contratuais, seja em juízo ou fora dele (“Obrigações Garantidas”), a Emissora e o Município (no caso do Município, exclusivamente no que se refere à alínea (c) abaixo) cedem e transferem aos Debenturistas, neste ato representados pelo Agente Fiduciário, em caráter irrevogável e irretratável, a propriedade fiduciária, em primeiro e único grau, o domínio resolúvel e a posse indireta dos seguintes direitos, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições (“Créditos Cedidos Fiduciariamente”):

- a) os Direitos de Crédito Autônomos, no montante de R\$ 880.320.000,00 (oitocentos e oitenta milhões, trezentos e vinte mil reais), calculados na data de assinatura deste instrumento;

- b) os direitos detidos pela Emissora, emergentes do Contrato de Cessão Onerosa, incluindo, mas não se limitando, ao direito de indenização; e
- c) todos os recursos, direitos de crédito e acessórios relacionados aos Direitos de Crédito Autônomos, já desconsiderando os Recursos Excluídos (conforme definido abaixo), depositados ou a serem depositados e mantidos, nas Contas Vinculadas, conforme definidas abaixo (os quais deverão ser aplicados na noite do Dia Útil de seu depósito no Investimento Permitido, conforme definido na Cláusula 1.1.1 abaixo, cujos títulos, cotas, ativos e rendimentos correspondentes também farão parte dos Créditos Cedidos Fiduciariamente), bem como todos os direitos sobre as Contas Vinculadas, cuja movimentação se dará exclusivamente nos termos do Contrato de Administração de Contas celebrado nesta data.



1.1. Pela presente cessão fiduciária em garantia, os Debenturistas, por meio do Agente Fiduciário, quando da subscrição das Debêntures, adquirirão a propriedade resolúvel dos Créditos Cedidos Fiduciariamente na qualidade de proprietários fiduciários, que se resolverá tão somente com o integral cumprimento das Obrigações Garantidas. Na qualidade de proprietário fiduciário dos Créditos Cedidos Fiduciariamente, deverá o Agente Fiduciário praticar todos os atos necessários para salvaguardar os direitos dos Debenturistas, incluindo, sem limitação, executar a presente garantia nos casos e termos previstos neste Contrato de Cessão Fiduciária, que inclui, mas não se limita, ao caso de declaração de vencimento antecipado previstos na Escritura da Segunda Emissão.

1.1.1. A totalidade dos Créditos Cedidos Fiduciariamente existentes, aplicados e/ou depositados nas Contas Vinculadas, conforme definidas neste Contrato de Cessão Fiduciária e no Contrato de Administração de Contas e descritas nesta cláusula, são cedidos fiduciariamente em favor dos Debenturistas, na forma prevista neste Contrato de Cessão Fiduciária e no Contrato de Administração de Contas, e deverão ser aplicados, na noite do Dia Útil de seu depósito, em títulos de renda fixa emitidos pelo Governo Federal Brasileiro, ou em fundos de renda fixa com liquidez diária administrados e geridos pelo Banco do Brasil S.A. e/ou empresas de seu conglomerado, ou em ativos de renda fixa de emissão e risco do Banco do Brasil S.A. ("Investimento Permitido"), conforme previsto no Contrato de Administração de Contas.

1.1.1.1. Os títulos, ativos e cotas adquiridos em decorrência do Investimento Permitido, bem como seus rendimentos, são também cedidos fiduciariamente em favor dos Debenturistas, sendo-lhes aplicáveis, para todos os fins de direito, todas as disposições inerentes aos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, previstos nos Contratos de Garantia.

1.1.2. Até o cumprimento integral das Obrigações Garantidas, a Emissora e/ou o Município não poderão ceder, direta ou indiretamente, os Créditos Cedidos Fiduciariamente para garantia de outras obrigações diversas das Obrigações Garantidas ou realizar qualquer tipo de negócio tendo por objeto, direta ou indiretamente, os Créditos Cedidos Fiduciariamente.



1.1.3. Conforme previsão no Contrato de Administração de Contas, as Contas Vinculadas são de titularidade da Emissora (com exceção da Conta Centralizadora do Município, que é de titularidade do Município), porém movimentáveis exclusivamente pelo Banco Centralizador, com a prévia e expressa autorização do Agente Fiduciário.

1.2. A Emissora declara (a) ser legítima titular dos direitos emergentes do Contrato de Cessão Onerosa, incluindo, sem limitação, do direito de indenização lá estabelecido; (b) que após a integralização das Debêntures Subordinadas, será legítima proprietária dos Direitos de Crédito Autônomos; e (c) que é legítima titular e proprietária de todos os direitos sobre as Contas Vinculadas (com exceção da Conta Centralizadora do Município, a qual o Município declara ser legítimo titular), e será (com exceção dos Recursos Excluídos) legítima titular e proprietária de todos os recursos, direitos de crédito e acessórios relacionados aos Créditos Cedidos Fiduciariamente depositados ou a serem depositados e mantidos nas Contas Vinculadas pelo que responsabiliza-se perante os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, pela existência e correta formalização dos Créditos Cedidos Fiduciariamente, declarando, ainda, que os direitos que eles representam estão e, conforme o caso, estarão totalmente livres e desembaraçados de quaisquer ônus reais, restrições ou gravames de qualquer natureza, inclusive sem limitação a qualquer direito de oneração ou alienação, exceto os ora instituídos e assim deverão permanecer até o cumprimento da totalidade das Obrigações Garantidas.

1.2.1. Observado o disposto na Cláusula VIII – “Eventos de Avaliação” da Escritura da Segunda Emissão e na Cláusula IV abaixo, a constatação do descumprimento das obrigações constantes do presente Contrato de Cessão Fiduciária, bem como da falsidade, inexatidão ou imprecisão de qualquer das declarações constantes das cláusulas anteriores e outras, constantes do presente Contrato de Cessão Fiduciária, poderá acarretar, na forma prevista na Cláusula 9.1 da Escritura da Segunda Emissão, o vencimento antecipado de todas as obrigações, principais e acessórias, integrantes das Debêntures, juntamente com os encargos de mora e outras penalidades aplicáveis ao vencimento antecipado, conforme previstos na Escritura da Segunda Emissão ou nos demais instrumentos da Segunda Emissão, com a imediata execução da presente garantia.

1.2.2. A Emissora e o Município obrigam-se a defender, em nome próprio, os direitos dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, sobre os Créditos Cedidos Fiduciariamente contra quaisquer ações que venham a ser propostas por terceiros.

1.3. Do recebimento dos Créditos Cedidos Fiduciariamente pagos em moeda corrente pelos Contribuintes. O Município, por intermédio da SMF e da PGM, obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, a fazer com que:

(a) os recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos pagos pelos Contribuintes através de boletos sejam pagos em moeda corrente nacional e direcionados automática e exclusivamente para a conta nº 14.732-X, da agência 1615-2, aberta no Banco



Centralizador, de titularidade da PBH ATIVOS, vinculada nos termos do Contrato de Administração de Contas ("Conta Centralizadora da Emissora");

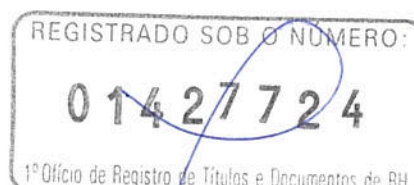
(b) os recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos pagos em decorrência de litígio judicial (seja mediante depósito judicial feito pelo Contribuinte e levantado pelo Município, seja por meio de recebimento pelo Município através de execução fiscal/cobrança judicial) sejam direcionados exclusivamente para a conta nº 14.898-9, da agência 1615-2, aberta no Banco Centralizador, de titularidade da Emissora, vinculada nos termos do Contrato de Administração de Contas em até 60 (sessenta) dias contados do seu recebimento pelo Município ("Conta de Recebimento"); e

(c) os recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos pagos pelos Contribuintes através de débito automático sejam direcionados automática e exclusivamente para a conta nº 15.678-7, da agência 1615-2, aberta no Banco Centralizador, de titularidade do Município ("Conta Centralizadora do Município").

1.3.1 Os Direitos de Crédito Autônomos serão depositados nas Contas Vinculadas mencionadas acima, conforme o caso, cabendo ao Banco Centralizador o devido monitoramento e, com o auxílio da PRODABEL e conforme estabelecido no Contrato de Administração de Contas, promover segregação das verbas decorrentes (i) dos honorários advocatícios devidos à PGM, para os casos em que tenha havido propositura de ação judicial para cobrança dos Créditos Tributários ou Não Tributários; e (ii) da taxa de expedição dos boletos de cobrança dos Direitos de Crédito Autônomos ("Recursos Excluídos") e que poderão ser depositados na Conta Centralizadora do Município ou na Conta Centralizadora da Emissora, conforme o caso, juntamente com os Direitos de Crédito Autônomos, para posterior liberação para uma conta de titularidade do Município que vier a ser indicada por ele. Os recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos, já desconsiderando os Recursos Excluídos, recebidos na Conta Centralizadora da PBH ATIVOS ou na Conta Centralizadora do Município serão direcionados pelo Banco Centralizador à Conta de Recebimento, conforme estabelecido pelo Contrato de Administração de Contas.

1.3.1.1 Nos termos do Contrato de Administração de Contas, o Município e Banco Centralizador obrigaram-se, em caráter irrevogável e irretratável, a segregar em seus sistemas de controle interno os Direitos de Crédito Autônomos (conforme seus procedimentos operacionais internos que permitam o atendimento integral das obrigações previstas neste Contrato e nos demais instrumentos da Emissão), de forma que os referidos Direitos de Crédito Autônomos sejam automaticamente identificados pelo Banco Centralizador, como cedidos em garantia das Obrigações Garantidas. Para que possa ser exigido do Banco Centralizador o cumprimento da obrigação descrita nesta Cláusula, o Banco Centralizador deverá ter recebido os arquivos eletrônicos referidos nas cláusulas 5.2.2 e 5.4 do Contrato de Administração de Contas.

1.3.2. *Conta Centralizadora da Emissora* A Emissora irá constituir, por meio do Contrato de Administração de Contas, e com base no Contrato de Cessão Onerosa, de forma irrevogável e



irretratável, para todos os fins de direito, a Conta Centralizadora da Emissora, na qual serão depositados os recursos mencionados na Cláusula 1.3 (a) acima, sendo que tais recursos deverão ser transferidos, na forma e nos prazos previstos no Contrato de Administração de Contas, para a Conta de Recebimento, porém líquidos dos Recursos Excluídos. Conforme previsto no Contrato de Administração de Contas, a Conta Centralizadora da Emissora será movimentada exclusivamente pelo Banco Centralizador, com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário, até o integral pagamento das Obrigações Garantidas.

1.3.3. *Conta Centralizadora do Município.* O Município irá constituir, por meio do Contrato de Administração de Contas, e com base no Contrato de Cessão Onerosa, de forma irrevogável e irretratável, para todos os fins de direito, a Conta Centralizadora do Município, na qual serão depositados, dentre outros créditos, os recursos mencionados na Cláusula 1.3 (c) acima, sendo que tais recursos deverão ser transferidos, na forma e nos prazos previstos no Contrato de Administração de Contas, para a Conta de Recebimento, porém líquidos dos Recursos Excluídos. Conforme previsto no Contrato de Administração de Contas, a Conta Centralizadora do Município será movimentada exclusivamente pelo Banco Centralizador, com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário até o integral pagamento das Obrigações Garantidas.

1.3.4. *Conta de Recebimento.* A Emissora irá constituir, por meio do Contrato de Administração de Contas e com base no Contrato de Cessão Onerosa, de forma irrevogável e irretratável, para todos os fins de direito, a Conta de Recebimento, na qual será depositado, mantido e aplicado, além dos valores descritos na Cláusula 1.3 (b) acima, o montante equivalente aos recursos advindos da Conta Centralizadora da Emissora ou da Conta Centralizadora do Município, conforme o caso, referente à realização dos Créditos Cedidos Fiduciariamente (bem como os rendimentos e os recursos decorrentes da amortização, negociação ou resgate de títulos, cotas ou ativos do Investimento Permitido), deduzidos os Recursos Excluídos, a ser movimentada exclusivamente pelo Banco Centralizador, com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário até o integral pagamento das Obrigações Garantidas, nos termos desta cláusula, dos Contratos de Garantia e observado o Índice de Garantia Real e o Índice de Cobertura, conforme previstos na Escritura da Segunda Emissão ("Conta de Recebimento"). Os recursos recebidos na Conta de Recebimentos serão aplicados em Investimentos Permitidos, conforme estabelecido na Cláusula 1.1.1 acima.

1.3.4.1. Nos termos dos Contratos de Garantia, os recursos existentes na Conta de Recebimento serão mensalmente, na Data de Verificação, primeiramente direcionados para a Conta de Pagamento (conforme definida abaixo), de forma a constituir e manter o montante equivalente a uma parcela de amortização das Debêntures, acrescido da Remuneração e da Atualização Monetária (conforme previsto na Cláusula 1.3.5.1 abaixo) e, em segunda etapa, da Conta de Recebimento para a Conta de Serviço da Dívida (conforme definido abaixo), de forma a constituir e manter o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida (conforme definido abaixo). Tais transferências serão limitadas ao atingimento do montante previsto na Cláusula 1.3.5.1 abaixo, e ao atingimento do Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, conforme aplicável para cada conta e calculado pelo Agente Fiduciário. Conforme previsto no Contrato de



Administração de Contas, tais transferências serão feitas pelo Banco Centralizador após o recebimento de instruções do Agente Fiduciário.

1.3.5. Conta de Pagamento. A Emissora irá constituir, por meio do Contrato de Administração de Contas e com base no Contrato de Cessão Onerosa, de forma irrevogável e irretratável, para todos os fins de direito, a conta nº 18.120-X, agência 1615-2, mantida junto ao Banco Centralizador, uma conta de pagamento das Debêntures da Segunda Emissão, vinculada, na qual será depositado e mantido o montante previsto na Cláusula 1.3.5.1 abaixo (bem como os rendimentos e os recursos decorrentes de amortização, negociação ou resgate de títulos, cotas ou ativos do Investimento Permitido realizado com recursos desta conta), mantida junto ao Banco Centralizador, a ser movimentada exclusivamente pelo Banco Centralizador com a prévia e expressa autorização do Agente Fiduciário até o integral pagamento das Obrigações Garantidas (“Conta de Pagamento”).

1.3.5.1. Nos termos do Contrato de Administração de Contas, a Conta de Pagamento deverá ter, até o 2º (segundo) Dia Útil anterior a cada data prevista para pagamento de uma parcela vincenda de amortização do Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração e da Atualização Monetária das Debêntures com Garantia Real, a ser calculada nos termos da Cláusula 6.12 a 6.15 da Escritura da Segunda Emissão (cada uma, “Parcela Vincenda de Amortização”), o montante equivalente à Parcela Vincenda de Amortização. Conforme estabelecido pelo Contrato de Administração de Contas, o Agente Fiduciário deverá determinar ao Banco Centralizador a movimentação/transferência a ser feita das Contas Vinculadas para fazer frente a tal pagamento, com a antecedência acima. Impreterivelmente até às 15h00 do Dia Útil anterior à cada data de pagamento da Parcela Vincenda de Amortização, o Agente Fiduciário deverá determinar ao Banco Centralizador a realização de transferência eletrônica disponível (TED) da Conta de Pagamento para a conta indicada pela à **ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64, instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures (“Escriturador”) para pagamento dos valores devidos aos Debenturistas.

1.3.6. Conta de Serviço da Dívida. A Emissora irá constituir, por meio do Contrato de Administração de Contas e com base no Contrato de Cessão Onerosa, de forma irrevogável e irretratável, para todos os fins de direito, a conta nº 14.917-9, agência 1615-2, mantida junto ao Banco Centralizador, uma conta de serviço da dívida para as Debêntures da Segunda Emissão, vinculada, na qual será depositado e mantido o montante equivalente ao Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida (bem como os rendimentos e os recursos decorrentes de amortização, negociação ou resgate de títulos, cotas ou ativos do Investimento Permitido, conforme estabelecido na Cláusula 1.1.1 acima, realizado com recursos desta conta), mantida junto ao Banco Centralizador, a ser movimentada exclusivamente pelo Banco Centralizador com prévia e expressa autorização do Agente Fiduciário até o integral pagamento das Obrigações Garantidas (“Conta de Serviço da Dívida”), e, em conjunto com a Conta Centralizadora do Município, a



Conta Centralizadora da Emissora, a Conta de Recebimento e a Conta de Pagamento, “Contas Vinculadas”).

1.3.6.1. A Emissora, na data de subscrição das Debêntures, deverá manter depositados na Conta de Serviço da Dívida recursos em moeda corrente nacional, vinculados ao pagamento das Debêntures (em seu vencimento regular ou antecipado), em montante igual ou superior ao somatório do valor das próximas 4 (quatro) Parcelas Vincendas de Amortização (“Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida”). O cálculo de tal valor, a ser feito pelo Agente Fiduciário, tomará por base o índice IPCA divulgado 01 (um) Dia Útil antes da Data de Verificação, projetado até a efetiva data de pagamento de cada amortização das Debêntures consideradas para o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, sendo certo que deverá ser utilizada a projeção do IPCA divulgada pela ANBIMA.



1.3.6.1.1. Caberá ao Agente Fiduciário calcular mensalmente o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, até o 2º (segundo) Dia Útil anterior à cada data de pagamento de uma Parcela Vincenda de Amortização (“Data de Verificação”), a fim de verificar o enquadramento do Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, sendo certo que a primeira verificação será realizada na Data de Verificação do mês calendário imediatamente subsequente à data de subscrição das Debêntures.

1.3.6.1.2. Observado o prazo para pagamento de cada Parcela Vincenda de Amortização, a Emissora deverá atender a obrigação de, após cumprir o previsto na Cláusula 1.3.6.1 acima, compor o referido Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, cujos recursos serão enviados da Conta de Recebimento, ou se esta não tiver saldo suficiente, de outras Contas Vinculadas, e integralmente retidos na Conta de Serviço da Dívida até que haja montante suficiente para atendimento desta obrigação.

1.3.6.1.3. Attingido o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, e havendo recursos na Conta de Recebimento, e não havendo quaisquer Eventos de Avaliação e/ou Eventos de Vencimento Antecipado, conforme definidos na Escritura de Emissão, os recursos da Conta de Recebimento e o excesso ao Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida serão direcionados, mediante instrução encaminhada pelo Agente Fiduciário ao Banco Centralizador, com um Dia Útil de antecedência, para a Conta de Livre Movimentação no Dia Útil subsequente à data de pagamento da Parcela Vincenda de Amortização, respeitando o previsto nas Cláusulas 1.3.5.1 acima e 1.3.6.3 abaixo. As demais obrigações e procedimentos pertinentes a cada parte, principalmente aqueles relacionados ao Banco Centralizador e Agente Fiduciário, estão descritos no Contrato de Administração de Contas.

1.3.6.1.4. A partir do momento em que for atingido o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida e durante toda a existência das Debêntures, caso o Agente Fiduciário constatare na Data de Verificação que o saldo da Conta de Serviço da Dívida esteja abaixo do Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, observado o disposto na Cláusula 1.3.6.1 acima e da Cláusula 6.24.13.1.4 da Escritura da Segunda Emissão, este deverá, conforme previsto no Contrato de Administração



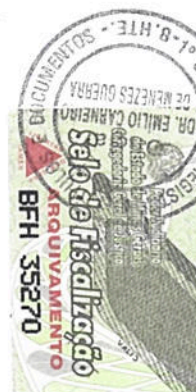
de Contas, (i) primeiramente enviar orientação ao Banco Centralizador para que transfira quaisquer recursos existentes na Conta de Recebimento ou na Conta de Pagamento (respeitando o atendimento do montante previsto na Cláusula 1.3.5.1 acima) para a Conta de Serviço da Dívida, de forma a atingir este Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, ficando o Banco Centralizador expressamente autorizado a acatar tal instrução e (ii) em segundo lugar, caso ainda assim não tenha sido atingido tal montante, enviar solicitação de reposição à Emissora nesse sentido para providenciar a sua recomposição em até 2 (dois) Dias Úteis contados de tal solicitação, mediante o depósito de recursos próprios na Conta de Serviço da Dívida, observado o disposto na alínea (z) da Cláusula 9.1 da Escritura da Segunda Emissão.

1.3.6.2. Mensalmente, em cada Data de Verificação, após terem sido primeiramente atendidos todos os pagamentos a que se destina a Conta de Pagamento, conforme previsto neste Contrato de Cessão Fiduciária e no Contrato de Administração de Contas, bem como posteriormente atendidas todas as obrigações de constituição do Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, conforme descrita na Cláusula 1.3.6.1 e constituída por meio deste Contrato de Cessão Fiduciária e do Contrato de Administração de Contas, o eventual saldo que ainda exista na Conta de Pagamento e o eventual excesso sobre o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida será direcionado, por instrução do Agente Fiduciário ao Banco Centralizador, com 1 (um) Dia Útil de antecedência, para a Conta de Livre Movimentação (na forma prevista no Contrato de Administração de Contas), observados os termos da Cláusula 1.3.6.3 abaixo.

1.3.6.2.1. Na hipótese de não haver recursos suficientes na Conta de Pagamento para quitação integral de cada Parcela Vincenda de Amortização no 2º (segundo) Dia Útil anterior à data de pagamento da Parcela Vincenda de Amortização em questão, o Banco Centralizador, conforme previsto no Contrato de Administração de Contas e mediante autorização do Agente Fiduciário, transferirá recursos da Conta de Serviço da Dívida para a Conta de Pagamento, no montante que seja necessário para atendimento da obrigação da Cláusula 1.3.5.1 acima.

1.3.6.2.2. Observados os termos da Cláusula 1.3.6.2.1 acima, o Agente Fiduciário deverá, impreterivelmente até às 15h00 do Dia Útil anterior à data de pagamento da Parcela Vincenda de Amortização, informar ao Escriturador, conforme definido na Escritura da Segunda Emissão, com cópia para a Emissora, para a BM&FBOVESPA e para o Banco Liquidante, o valor a ser pago da Parcela Vincenda de Amortização.

1.3.6.3. Verificando-se o atendimento à Cláusula 1.3.4.1 acima, e havendo recursos correspondentes aos Créditos Cedidos Fiduciariamente na Conta de Recebimento e não havendo quaisquer Eventos de Avaliação e/ou Eventos de Vencimento Antecipado, conforme estabelecido pelo Contrato de Administração de Contas, esses recursos serão direcionados no Dia Útil subsequente ao recebimento, pelo Banco Centralizador, de instrução do Agente Fiduciário neste sentido, para a Conta de Livre Movimentação na Data de Verificação, os quais 90% (noventa por cento) deverão ser utilizados para amortização das Debêntures Subordinadas, observado o IGR e o IC previsto na Escritura da Segunda Emissão.



1.3.6.3.1. Caso, após a liquidação integral das Obrigações Garantidas, existam recursos nas Contas Vinculadas, estes deverão, nos termos do Contrato de Administração de Contas, ser transferidos para a Conta de Livre Movimentação no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data de liquidação integral das Obrigações Garantidas.

1.3.7. Na hipótese de ocorrência de um Evento de Avaliação e/ou Evento de Vencimento Antecipado, inclusive o vencimento antecipado deliberado pelos Debenturistas em decorrência do inadimplemento de obrigações não pecuniárias previstas na Escritura de Segunda Emissão, o Agente Fiduciário, tão logo tome conhecimento de tais eventos, deverá, conforme previsto no Contrato de Administração de Contas, notificar o Banco Centralizador e determinar a interrupção imediata todos os procedimentos de transferência de valores das Contas Vinculadas para a Conta de Livre Movimentação, nos termos previstos nos Contratos de Garantia.

1.3.7.1. O Agente Fiduciário não será responsável caso, após cumpridos os procedimentos acima descritos, a transferência de valores de quaisquer das Contas Vinculadas para a Conta de Livre Movimentação seja realizada após a ocorrência de um dos Eventos de Avaliação e/ou Evento de Vencimento Antecipado, caso tal evento ainda não seja de conhecimento do Agente Fiduciário.

1.3.8. Na hipótese de ocorrer um dos Eventos de Avaliação ou Vencimento Antecipado, previstos na Escritura da Segunda Emissão, inclusive o vencimento antecipado deliberado pelos Debenturistas em decorrência de inadimplemento de obrigações não pecuniárias previstas na Escritura de Segunda Emissão por parte da Emissora, ou o inadimplemento de qualquer das Obrigações Garantidas da Emissora, em conjunto ou isoladamente, o Agente Fiduciário fica, desde já, em caráter irrevogável e irretratável, autorizado pela Emissora a, mediante solicitação ao Banco Centralizador, nos termos do Contrato de Administração de Contas, reter os valores depositados nas Contas Vinculadas e obrigado a utilizá-los para a amortização dos valores devidos por esta em decorrência das Obrigações Garantidas, nos termos das Cláusulas 4 e 4.1 abaixo, e na forma prevista no Contrato de Administração de Contas.

1.3.9. Adicionalmente, a SMF obriga-se em caráter irrevogável e irretratável a destinar o pagamento dos Direitos de Crédito Autônomos e dos demais Créditos Cedidos Fiduciariamente, pagos em moeda corrente mediante depósito, exclusivamente para a Conta Centralizadora da Emissora.

1.3.9.1. A Emissora e o Município (conforme aplicável), nos termos da cláusula 5.18 do Anexo I ao Contrato de Administração de Contas, nomearam o Banco Centralizador como depositário das Contas Vinculadas e dos rendimentos financeiros delas decorrentes. O Banco Centralizador, nos termos do Contrato de Administração de Contas, expressamente aceitou a nomeação como fiel depositário das Contas Vinculadas e dos rendimentos financeiros delas decorrentes e assume total responsabilidade pela boa manutenção, conservação e preservação dos valores assim recebidos. Nos termos do Contrato de Administração de Contas, o Banco Centralizador ficou obrigado, em caráter irrevogável e irretratável, a não compensar nem deduzir qualquer



valor dos valores recebidos nas Contas Vinculadas, exceto os custos de pagamento de sua remuneração, que poderá ser debitado da Conta de Recebimento, conforme previsto na Cláusula 4.2 do Contrato de Administração de Contas, bem como aquelas decorrentes de obrigações legais, bem como aceitar as ordens recebidas diretamente do Agente Fiduciário relativa às movimentações das Contas Vinculadas.

1.3.9.2. O Banco Centralizador obrigou-se, nos termos do Contrato de Administração de Contas, a fornecer de forma automática, através do acesso ao Auto Atendimento Setor Público Banco do Brasil, e independentemente de qualquer solicitação, à SMF, à Emissora e ao Agente Fiduciário, relatórios mensais de acompanhamento das Contas Vinculadas, contendo os valores das operações de débito e crédito efetuadas nas referidas contas dentro do aludido período (extratos bancários) estando autorizado pela Emissora e pelo Município a fornecer tais informações ao Agente Fiduciário, nos termos do Contrato de Administração de Contas. Os relatórios mensais de acompanhamento das Contas Vinculadas serão fornecidos na forma escrita, por meio físico ou eletrônico, à escolha do Banco Centralizador.

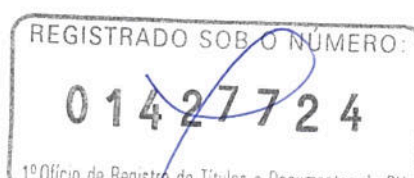
1.3.9.3. Adicionalmente, na forma prevista no Contrato de Cessão Onerosa, o Município, por meio da SMF, está obrigado a enviar por via eletrônica mensalmente ao Agente Fiduciário, com cópia à Emissora, comunicação contendo todas as informações necessárias à avaliação da normalidade do fluxo de Direitos de Crédito Autônomos pelo Agente Fiduciário.

1.3.9.4. Para fins de cumprimento das normas de sigilo bancário em vigor, nos termos do Contrato de Administração de Contas, a Emissora e o Município expressamente autorizaram o repasse, pelo Banco Centralizador ao Agente Fiduciário e, por sua vez, o repasse pelo Agente Fiduciário aos Debenturistas, das informações referentes às Contas Vinculadas.

1.3.10. A Emissora e o Município, para todos os fins de direito, não poderão realizar qualquer movimentação nas Contas Vinculadas, seja referente aos recursos depositados e/ou aplicados, sendo o Agente Fiduciário a única parte autorizada exclusivamente a movimentar as Contas Vinculadas e todos os recursos ali depositados e/ou aplicados em caso de ocorrência de um dos Eventos de Avaliação ou eventos de Vencimento Antecipado, ou ainda de inadimplemento das Obrigações Garantidas, conforme previsto no Contrato de Administração de Contas.

1.3.11. A Emissora fica obrigada a sempre assegurar que (i) a Conta de Serviço da Dívida tenha o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, correspondente a montante igual ou superior ao somatório do valor das próximas 4 (quatro) Parcelas Vincendas de Amortização; (ii) a Conta de Pagamento tenha o montante equivalente à uma Parcela Vincenda de Amortização; e (iii) a Conta de Recebimento tenha recursos suficientes para cumprir de forma integral o previsto nos itens (i) e (ii) acima, nos termos deste Contrato de Cessão Fiduciária.

1.3.12. Fica desde já estabelecido que a Emissora e o Município se obrigam a não realizar qualquer ato ou procedimento que implique ou possa resultar no fechamento, cancelamento ou bloqueio de qualquer recurso decorrente dos Créditos Cedidos Fiduciariamente das Contas



1.3.13. Todos e quaisquer custos, despesas, taxas e/ou tributos das averbações e registros aqui previstos ou relacionados a este Contrato de Cessão Fiduciária serão de responsabilidade única e exclusiva da Emissora. A Emissora deverá antecipar os valores necessários ao Agente Fiduciário, por quaisquer custos, despesas, taxas e/ou tributos decorrentes deste Contrato de Cessão Fiduciária, desde que razoáveis e devidamente comprovados. Em caso de eventual pagamento feito pelo Agente Fiduciário, a Emissora deverá proceder o seu ressarcimento, no prazo máximo e improrrogável de 2 (dois) Dias Úteis contados do recebimento da respectiva nota de débito, emitida pelo Agente Fiduciário com os respectivos comprovantes. O Agente Fiduciário, no entanto, fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter tais despesas reembolsadas pela Emissora, conforme o caso, caso tenham sido realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero ou (ii) a função fiduciária que lhe é inerente.

1.5. Características das Debêntures:

(i) o valor total da emissão das Debêntures da Segunda Emissão, realizada em série única, é de R\$ 230.000.000,00 (duzentos e trinta milhões de reais), em 15 de abril de 2014 (“Data de Emissão”), representada por 2.300 (dois mil e trezentos) debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) (“Valor Nominal Unitário”);

(iii) as Debêntures são atualizadas monetariamente de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (“IBGE”), na forma prevista na Cláusula 6.13 da Escritura da Segunda Emissão e remuneradas por juros correspondentes à soma exponencial (i) do percentual correspondente à multiplicação em forma fatorial (i) da taxa interna de retorno das Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B), com vencimento em 15 de agosto de 2016, a serem apuradas no Dia Útil anterior à data do Procedimento de *Bookbuilding*, conforme taxas indicativas divulgadas pela ANBIMA em sua página na internet (<http://www.anbima.com.br>); e (ii) de um percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a ser definido

de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, e, em qualquer caso, limitado a 5% (cinco por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Atualizado, a partir da Data de Emissão, calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis, na forma prevista na Cláusula 6.14 da Escritura da Segunda Emissão.

(iv) os percentuais de amortização indicados no cronograma de amortização definido no “Anexo II” da Escritura da Segunda Emissão incidirão sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, para cada parcela, desde a primeira parcela com vencimento em 15 de maio de 2014 até a última com vencimento em 15 de abril de 2021, nos termos do “Anexo II” da Escritura da Segunda Emissão, cuja cópia integra o presente como Anexo I; e

(v) ocorrendo atraso imputável à Emissora na manutenção dos recursos que serão utilizados no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso, independentemente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ficarão sujeitos à multa moratória, não compensatória, de 2% (dois por cento) e juros de mora *pro rata temporis* de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre os valores em atraso devidamente acrescidos da Atualização Monetária e da Remuneração das Debêntures (conforme definidos, respectivamente, nas Cláusulas 6.13 e 6.14 da Escritura da Segunda Emissão, e descrito no item “iii” acima) desde a data de inadimplemento até a data do seu efetivo pagamento.

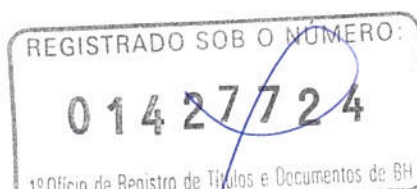
CLÁUSULA II OBRIGAÇÕES GARANTIDAS

2. A cessão fiduciária dos Créditos Cedidos Fiduciariamente, ora avençada, visa garantir o fiel, cabal e pronto cumprimento das Obrigações Garantidas, as quais a Emissora declara expressamente e em detalhes conhecer, compreendendo obrigações principais ou acessórias, tais como juros ordinários e de mora, encargos moratórios, multas, atualização monetária, tributos ou contribuições, além das despesas incorridas pelo Agente Fiduciário para defesa, conservação e satisfação integral de seus direitos e outras despesas previstas ou decorrentes dos respectivos instrumentos contratuais, seja em juízo ou fora dele.

CLÁUSULA III IRREVOGABILIDADE

3. A presente cessão fiduciária dos Créditos Cedidos Fiduciariamente é irrevogável e irretroatável e vigorará até que as Obrigações Garantidas sejam integralmente liquidadas pela Emissora.

CLÁUSULA IV EXCUSSÃO DA GARANTIA



4. O Agente Fiduciário fica autorizado, de forma irrevogável e irretroatável, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial a qualquer das partes deste instrumento, a dispor extrajudicialmente dos Créditos Cedidos Fiduciariamente e a aplicar os respectivos recursos no pagamento das Obrigações Garantidas, no caso de (i) declaração de Vencimento Antecipado das Debêntures nos termos da Escritura da Segunda Emissão; ou (ii) ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas nas alíneas (a) a (g) abaixo, desde que tal fato seja considerado um Evento de Inadimplemento, na forma prevista na Cláusula IX da Escritura da Segunda Emissão:

(a) se as garantias convencionadas neste Contrato de Cessão Fiduciária não forem devidamente efetivadas ou formalizadas, incluindo o registro deste Contrato de Cessão Fiduciária nos cartórios de registro de títulos e documentos competentes conforme cláusula 8 abaixo;

(b) a constatação, a qualquer momento, de qualquer falsidade, imprecisão ou incorreção quanto a qualquer declaração ou garantia prestada pela Emissora neste Contrato de Cessão Fiduciária;

(c) se for proposta qualquer medida judicial ou administrativa que afete a propriedade, posse, destinação ou livre utilização dos Créditos Cedidos Fiduciariamente, ou que cause qualquer embaraço a seu uso;

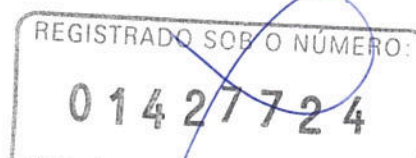
(d) se não forem cumpridas quaisquer obrigações descritas na cláusula 1.3.6 deste Contrato de Cessão Fiduciária pela Emissora;

(e) não pagamento ou transferência, na forma prevista no Contrato de Administração de Contas, dos Direitos de Crédito Autônomos e demais Créditos Cedidos Fiduciariamente nas Contas Vinculadas;

(f) a transferência, por parte da Emissora, a quaisquer terceiros, de quaisquer obrigações assumidas nos Contratos de Garantia sem prévia anuência do Agente Fiduciário; ou

(g) inadimplemento total ou parcial, pela Emissora, das Obrigações Garantidas.

4.1. Execução da Garantia. Na hipótese prevista no item "(i)" do caput da Cláusula 4 acima, independentemente de realização de Assembleia Geral de Debenturistas ou notificação ao Agente Fiduciário, consolidar-se-á em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, a titularidade dos Créditos Cedidos Fiduciariamente, podendo o Agente Fiduciário, sem prejuízo dos demais direitos previstos em lei, especialmente aqueles previstos no Código Civil, executar a presente garantia, observado o disposto na legislação vigente, podendo promover a venda, cessão ou transferência dos Créditos Cedidos Fiduciariamente, judicial ou extrajudicialmente (de forma amigável), em uma ou mais vezes, em operação pública ou privada, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial ou de qualquer



outro procedimento, sendo desde já expressamente autorizada pelos Intervenientes Anuentes para tanto. Nas demais hipóteses de descumprimento de obrigação assumida neste Contrato de Cessão Fiduciária, pela Emissora, que não estejam elencadas no item (i) do caput da Cláusula 4, fica o Agente Fiduciário obrigado a convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas, para deliberar acerca da execução da garantia.

4.1.1. Fica expressamente estabelecido pelas partes que o Agente Fiduciário deterá a propriedade resolúvel dos Créditos Cedidos Fiduciariamente. Na qualidade de proprietário-fiduciário dos Créditos Cedidos Fiduciariamente, poderá o Agente Fiduciário praticar todos os atos necessários para salvaguardar tais direitos, incluindo, sem limitação, executar a garantia a que esses direitos se prestem, em caso de mora de quaisquer obrigações decorrentes das Debêntures, observado o disposto na Cláusula 4 deste Contrato de Cessão Fiduciária.

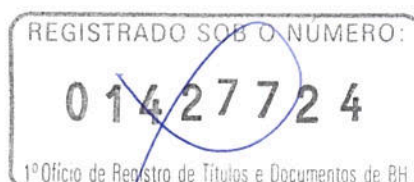
4.1.2. Na forma prevista no Contrato de Cessão Onerosa, o Município, por meio da SMF, está obrigado, em caráter irrevogável e irretratável, a fazer com que os recursos advindos da cobrança judicial e/ou extrajudicial dos Créditos Tributários ou Não Tributários que dão origem aos Direitos de Crédito Autônomos e aos demais Créditos Cedidos Fiduciariamente sejam depositados exclusivamente na Conta de Recebimento, de modo a que o fluxo de recebimento siga seu curso ordinário, conforme previsto na Cláusula 1.3 acima.

4.1.3. Durante o prazo deste Contrato de Cessão Fiduciária, em razão da oneração dos Créditos Cedidos Fiduciariamente, o Município, por intermédio da SMF e da PGM, será considerado fiel depositário, nos termos dos artigos 627 e seguintes do Código Civil, dos produtos de todo e qualquer Crédito Cedido Fiduciariamente que venha a ser recebido diretamente pelo Município, por intermédio da SMF e da PGM, inclusive em razão de qualquer procedimento de cobrança judicial ou extrajudicial, propostos contra os Contribuintes devedores dos parcelamentos que deram origem aos Direitos de Crédito Autônomos, nos termos da legislação aplicável, até a sua efetiva transferência para a respectiva Conta Centralizadora.

4.2. Poderes. Para os fins de excussão da presente garantia, conforme previsto nesta Cláusula IV, o Agente Fiduciário, na qualidade de proprietário fiduciário dos Créditos Cedidos Fiduciariamente ora cedidos fiduciariamente em garantia, exercerá sobre estes todos os poderes que lhe são assegurados pela legislação vigente, inclusive poderes *ad judicium* e *ad negotia*, em especial aqueles para:

(a) utilizar os Créditos Cedidos Fiduciariamente diretamente na liquidação das Obrigações Garantidas;

(b) observado o disposto na legislação vigente, incluindo, mas não se limitando à Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei Autorizativa, a Constituição Federal e ao Código Tributário Nacional, vender, ceder ou transferir extrajudicialmente os Créditos Cedidos Fiduciariamente;



(c) dar quitação e assinar quaisquer documentos ou termos, por mais especiais que sejam, necessários à prática dos atos aqui referidos, sendo (a), (b) e/ou (c) praticados sem necessidade de dar qualquer prévio aviso ou notificação à Emissora ou ao Município; e/ou

(d) utilizar os recursos decorrentes dos Créditos Cedidos Fiduciariamente depositados nas Contas Vinculadas ou requerer os recursos, até o valor dos respectivos Créditos Cedidos Fiduciariamente, para liquidação das Obrigações Garantidas, respeitando as disposições e obrigações previstas no Contrato de Administração de Contas.

4.3. Para fins exclusivos do disposto na Cláusula 4.2 acima, a Emissora e o Município, por meio deste instrumento nomeia e constituem o Agente Fiduciário seu bastante procurador, outorgando-lhe poderes especiais para praticar todo e qualquer ato necessário com relação aos Créditos Cedidos Fiduciariamente, para o pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantidas, inclusive firmar recibos, termos ou quaisquer outros documentos em nome da Emissora ou do Município, representar a Emissora ou o Município perante qualquer repartição pública federal, estadual e municipal, e perante terceiros, até que seja concluída e liquidada a excussão da garantia com poderes especiais para (i) representar a Emissora ou o Município perante juntas comerciais e cartórios de registro de pessoas jurídicas em qualquer Estado do País, assinando formulários, pedidos e requerimentos; (ii) representar a Emissora ou o Município perante instituições financeiras custodiantes ou prestadores de serviços de escrituração, em nome e em benefício dos Debenturistas, e eventual posterior alienação a terceiros; e (iii) praticar todos e quaisquer outros atos necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato, sendo vedado o seu substabelecimento. O presente mandato é outorgado em caráter irrevogável e irretratável, sendo sua outorga condição do negócio, nos termos do artigo 684 do Código Civil, durante todo o prazo de vigência deste Contrato de Cessão Fiduciária e até que todas as Obrigações Garantidas tenham sido integralmente cumpridas.

4.3.1. Sem prejuízo do disposto na presente Cláusula 4, em complemento aos poderes outorgados na Cláusula 4.3 acima, a Emissora e o Município outorgam nesta data, o instrumento particular de procuração em favor do Agente Fiduciário, nos termos do Anexo II ao presente Contrato de Cessão Fiduciária.

4.4. Fica certo e ajustado que a execução ou excussão da cessão fiduciária dos Créditos Cedidos Fiduciariamente independerá de qualquer providência preliminar por parte dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, tais como aviso, protesto, notificação, interpelação ou prestação de contas, de qualquer natureza.

4.5. A Emissora e o Município obrigam-se a praticar todos os atos e cooperar com o Agente Fiduciário em tudo que se fizer necessário ao cumprimento do disposto nesta Cláusula 4.

4.6. Adicionalmente, fica desde já certo e ajustado, que a aquisição das Debêntures implica automática, irrevogável e irretratavelmente na (i) confirmação e ratificação, pelos Debenturistas, de todos os atos praticados pelo Agente Fiduciário em relação à constituição da presente cessão



fiduciária em favor dos Debenturistas; e (ii) na outorga de procuração irrevogável e irrevogável para representá-los (os Debenturistas) judicial e extrajudicialmente em todos os atos e processos relacionados às Debêntures, conferindo-lhe desde já todos os poderes úteis e necessários ao desempenho desse mister, a exemplo dos poderes para constituir advogados, comparecer perante quaisquer autoridades públicas, inclusive do Poder Judiciário, sendo tal outorga condição do negócio, nos termos do artigo 684 do Código Civil.

4.7. Cessão Fiduciária dos Créditos Cedidos Fiduciariamente. Na hipótese prevista na Cláusula 4 acima, o Agente Fiduciário aplicará o produto dos Créditos Cedidos Fiduciariamente ou da sua venda a terceiros e/ou recursos requeridos, até os seus respectivos valores, na liquidação das Obrigações Garantidas (respeitando a ordem de utilização dos recursos prevista na Escritura, e as disposições e obrigações previstas no Contrato de Administração de Contas) e das despesas decorrentes da execução da Garantia (inclusive honorários advocatícios, custas e despesas judiciais para fins de excussão do presente instrumento, além de eventuais tributos, encargos taxas e comissões). Caso o produto da execução de garantia seja suficiente para a integral liquidação das Obrigações Garantidas e das despesas com a excussão da garantia, e ainda seja apurado saldo positivo, o Agente Fiduciário entregará o saldo à Emissora, acompanhado do respectivo demonstrativo da sua apuração. Caso o produto da execução da garantia seja insuficiente para garantir a integral liquidação das Obrigações Garantidas e despesas com a excussão da garantia, a Emissora ainda assim permanecerá obrigada a quitar o saldo remanescente decorrente das Obrigações Garantidas, nos termos da Escritura da Segunda Emissão, deste Contrato de Cessão Fiduciária e do Contrato de Administração de Contas.

4.8. A excussão da presente garantia na forma aqui prevista será procedida de forma independente e em adição a qualquer outra execução de garantia, real ou pessoal, concedida pela Emissora nos termos deste Contrato de Cessão Fiduciária e da Escritura da Segunda Emissão, podendo os Créditos Cedidos Fiduciariamente serem executados anteriormente, posteriormente, ou ainda, simultaneamente à execução de qualquer outra garantia, sem que, com isso, os Debenturistas, neste ato representados pelo Agente Fiduciário sejam prejudicados ou percam qualquer direito ou possibilidade de exercer o seu direito no futuro até a quitação integral das Obrigações Garantidas.

4.9. Sigilo das Informações. Nos procedimentos alusivos à formalização e à execução da cessão do direito aos recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos, as partes reconhecem a obrigação do Município de preservar o sigilo relativo a qualquer informação sobre a situação econômica ou financeira dos contribuintes e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades.

4.9.1. Fica vedada às partes a divulgação ou a utilização, conforme o caso, para fins outros que não aqueles relacionados ao objeto deste Contrato de Cessão Fiduciária, da identidade dos Contribuintes, de seus débitos e dos respectivos Parcelamentos, sob pena das responsabilizações decorrentes de eventuais perdas e danos, conforme determinado por decisão judicial transitada em julgado.



4.9.2. Sem prejuízo do disposto acima, a Emissora e/ou o Agente Fiduciário somente poderão ter acesso às informações contidas no exemplar de CD-ROM referidos no Considerando (b) para fazer prova em juízo, quando isso for necessário à defesa dos direitos, das garantias e das prerrogativas da Emissora e/ou dos Debenturistas, nos termos dos documentos relacionados à Emissão, ou ainda para atender requisição de autoridade competente que tenha instaurado procedimento administrativo ou ação judicial em face da Emissora e/ou do Agente Fiduciário decorrente de fato relacionado aos documentos da Emissão. Nesse caso, caberá ao Custodiante providenciar o depósito do exemplar de CD-ROM perante a autoridade judicial ou administrativa encarregada da ação judicial e/ou do procedimento administrativo, sem necessidade de consultar o Município, a SMF ou a PGM, porém, alertando sobre o caráter sigiloso dos respectivos dados.

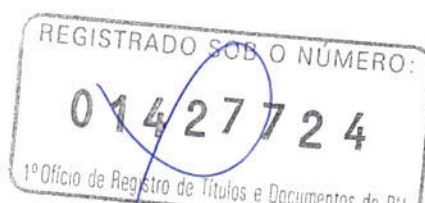
CLÁUSULA V
DECLARAÇÕES E GARANTIAS

5. A Emissora e o Município, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, declaram e asseguram em relação a si mesmo e conforme aplicável, ao Agente Fiduciário, que:

- (a) (i) a Emissora é legítima titular e proprietária de direitos emergentes do Contrato de Cessão Onerosa; (ii) após a integralização das Debêntures Subordinadas, a Emissora será legítima proprietária dos Direitos de Crédito Autônomos; e (iii) a Emissora é legítima titular e proprietária de todos os direitos sobre as Contas Vinculadas (ressalvada a titularidade da Conta Centralizadora do Município pelo Município), e será legítima titular e proprietária de todos os recursos, direitos de crédito e acessórios relacionados aos Direitos de Crédito Autônomos depositados ou a serem depositados e mantidos nas Contas Vinculadas, os quais se encontram ou, conforme o caso, se encontrarão livres de quaisquer ônus, encargos ou gravames de qualquer natureza, legais ou convencionais, excetuando-se a cessão fiduciária em garantia feita nos termos deste Contrato de Cessão Fiduciária e das Debêntures;
- (b) este Contrato de Cessão Fiduciária constitui uma obrigação legal, válida e eficaz da Emissora, exigível de acordo com seus respectivos termos;
- (c) tem plenos poderes, capacidade e está devidamente autorizada a celebrar o presente instrumento e a cumprir com todas as obrigações neles previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para a celebração e cumprimento das obrigações assumidas nos termos deste Contrato de Cessão Fiduciária;
- (d) nem a celebração deste Contrato de Cessão Fiduciária, tampouco a consumação dos termos aqui pactuados violam (i) qualquer disposição de seu estatuto social; (ii) as normas legais e regulamentares a que ele e/ou seus bens estejam sujeitos; e/ou (iii) quaisquer contratos, acordos, autorizações governamentais ou compromissos obrigacionais aos quais estejam vinculados;



- (e) a celebração deste Contrato de Cessão Fiduciária é compatível com a capacidade econômica, financeira e operacional da Emissora de forma que o registro de qualquer débito nas Contas Vinculadas e a cessão fiduciária dos Créditos Cedidos Fiduciariamente prevista neste Contrato de Cessão Fiduciária não deverão acarretar qualquer impacto negativo na capacidade econômica, financeira e operacional, ou na sua capacidade de honrar quaisquer compromissos e obrigações;
- (f) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou qualquer contestação, independentemente de quem seja o autor, visando anular, alterar, invalidar, questionar ou, de qualquer forma, afetar adversamente as obrigações assumidas neste Contrato de Cessão Fiduciária; e
- (g) não poderá movimentar as Contas Vinculadas, durante a vigência deste Contrato de Cessão Fiduciária, não sendo permitida à Emissora e ao Município a emissão de cheques, a movimentação por meio de cartão de débito ou ordem verbal ou escrita ou qualquer outra movimentação dos recursos depositados nas Contas Vinculadas, que serão movimentadas única e exclusivamente pelo Banco Centralizador mediante prévia e expressa aprovação do Agente Fiduciário.
- 5.1. Até o pagamento integral das Obrigações Garantidas, a Emissora e o Município comprometem-se a:
- (a) não constituir sobre os Créditos Cedidos Fiduciariamente qualquer outro ônus ou gravame além da cessão fiduciária objeto deste Contrato de Cessão Fiduciária e a não vender, ceder em garantia, arrendar, alugar ou de qualquer outra forma alienar qualquer parte dos Créditos Cedidos Fiduciariamente a terceiros, exceto se previamente aprovado pelos Debenturistas;
- (b) manter o Agente Fiduciário indene e a salvo de todos e quaisquer custos e despesas (incluindo, sem limitação, honorários advocatícios) que venha comprovadamente a incorrer (i) provenientes de qualquer atraso no pagamento dos tributos incidentes ou devidos relacionados a qualquer dos Créditos Cedidos Fiduciariamente; (ii) resultantes de comprovada violação de qualquer das declarações assumidas neste Contrato de Cessão Fiduciária; e (iii) referentes à formalização e ao aperfeiçoamento da cessão fiduciária dos Créditos Cedidos Fiduciariamente, de acordo com este Contrato de Cessão Fiduciária, exceto com relação aos custos decorrentes diretamente de culpa ou dolo por parte do Agente Fiduciário, conforme decisão transitada em julgado;
- (c) defender, de forma tempestiva e eficaz, os direitos do Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, sobre os Créditos Cedidos Fiduciariamente, contra quaisquer procedimentos ou processos que venham a ser propostos por terceiros ou que a Emissora, a SMF, a PGM ou o Município venham a ter ciência e que possam, de qualquer forma, afetar adversamente a presente garantia;



- (d) não terminar ou alterar qualquer contratos ou instrumentos relacionados aos Créditos Cedidos Fiduciariamente, sem a prévia e expressa anuência do Agente Fiduciário, conforme orientação dos Debenturistas;
- (e) não celebrar qualquer contrato ou praticar qualquer ato que restrinja os direitos ou capacidade dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, de vender ou de outra forma dispor dos Créditos Cedidos Fiduciariamente, no todo ou em parte, após a ocorrência de um evento de Vencimento Antecipado, conforme definido na Escritura da Segunda Emissão;
- (f) cumprir com os termos e condições do Contrato de Administração de Contas, observado que um inadimplemento no Contrato de Administração de Contas será considerado um Evento de Avaliação ou um evento de Vencimento Antecipado, nos termos da alínea (u) da Cláusula 7.1 ou da alínea (z) da Cláusula 9.1, respectivamente, da Escritura da Segunda Emissão;
- (g) manter e preservar todos os direitos reais de garantia constituídos nos termos deste Contrato de Cessão Fiduciária e eventuais aditamentos e notificar no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do respectivo evento o Agente Fiduciário sobre qualquer evento, fato ou circunstancia, incluindo, sem limitação, qualquer decisão, ação judicial, procedimento administrativo, procedimento arbitral, reivindicação, investigação ou alteração de legislação (ou na sua interpretação) ou, ainda, qualquer evento, fato ou circunstancia potencial que vier a ser de seu conhecimento e que possa ser justificadamente considerado como apto a afetar a validade, legalidade ou eficácia da garantia real constituída nos termos deste Contrato de Cessão Fiduciária;
- (h) observada a Cláusula 4.9 acima, quando solicitado pelo Agente Fiduciário, fornecer prontamente todas as informações e/ou cópias autenticadas de quaisquer documentos em meio físico ou eletrônico relacionados à comprovação dos débitos e parcelamentos entre Contribuintes e o Município, eventualmente acompanhados de certidão de dívida ativa se tratar de débito inscrito ("Documentos Comprobatórios"), relacionados aos Créditos Cedidos Fiduciariamente para verificar o atendimento às disposições do presente Contrato de Cessão Fiduciária, bem como dar cumprimento a todas as instruções escritas recebidas do Agente Fiduciário para cumprimento do presente Contrato de Cessão Fiduciária, especialmente quando da ocorrência de um Evento de Inadimplemento, conforme definido na Escritura da Segunda Emissão;
- (i) observada a Cláusula 4.9 acima, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, ou em prazo menor que venha a ser determinado por autoridade competente, fornecer ao Agente Fiduciário todas as informações, cópias de documentos, declarações e comprovações que venham a ser solicitadas com relação aos Créditos Cedidos Fiduciariamente, de forma a permitir que o Agente Fiduciário verifique o cumprimento das obrigações ora assumidas e excute, caso aplicável, as disposições do presente Contrato de Cessão Fiduciária;



- (j) comunicar ao Agente Fiduciário, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer ato ou fato que possa depreciar ou ameaçar a garantia prestada nos termos deste Contrato de Cessão Fiduciária;
- (k) informar imediatamente ao Agente Fiduciário sobre a ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento, conforme definido na Escritura da Segunda Emissão;
- (l) informar o Agente Fiduciário, imediatamente após o seu recebimento, sobre qualquer comunicação recebida com relação a processo administrativo, investigação ou imposição de qualquer penalidade decorrente do descumprimento de qualquer dever legal ou contratual da Emissora ou da SMF que possa afetar o recebimento dos Créditos Cedidos Fiduciariamente;
- (m) praticar todos os atos e assinar todo e qualquer documento, necessários à manutenção dos direitos decorrentes deste Contrato de Cessão Fiduciária, devendo a Emissora proceder, às suas expensas, ao registro deste Contrato de Cessão Fiduciária e de seus anexos ou aditamentos nos cartórios de títulos e documentos das Cidades de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e São Paulo, Estado de São Paulo, conforme Cláusula VIII abaixo;
- (n) não alterar ou encerrar qualquer das Contas Vinculadas ou permitir que seja alterado qualquer termo ou condição dos respectivos contratos de abertura de conta corrente ou de investimento, nem praticar qualquer ato, ou abster-se de praticar qualquer ato, que possa, de qualquer forma, resultar na alteração, encerramento ou oneração de qualquer das Contas Vinculadas.

5.2. A SMF e a PGM, neste ato, também declaram expressamente que as informações contidas no CD-ROM permitem a perfeita individualização e identificação dos Direitos de Crédito Autônomos, inclusive contendo informações que permitem a perfeita identificação de cada Contribuinte devedor dos Direitos de Crédito Autônomos, sendo que a entrega do CD-ROM ao Custodiante é feita sob dever de sigilo.

5.3. As declarações e garantias aqui prestadas subsistirão ao término deste Contrato de Cessão Fiduciária, comprometendo-se a Emissora a indenizar e a manter indenidos o Agente Fiduciário e o Banco Centralizador e suas respectivas controladoras, coligadas, controladas e afiliadas e seus respectivos administradores, empregados, consultores e agentes contra todas e quaisquer reivindicações, danos, perdas, obrigações, responsabilidades e despesas (incluindo, sem limitação, despesas e honorários advocatícios) em que qualquer uma das pessoas acima venha a incorrer ou que contra ela venha a ser cobrado, em cada caso em decorrência da inveracidade, imprecisão ou inexatidão de qualquer de suas declarações aqui contidas.

CLÁUSULA VI
LEGITIMIDADE DO AGENTE FIDUCIÁRIO

MHM - 91169v34



23/38



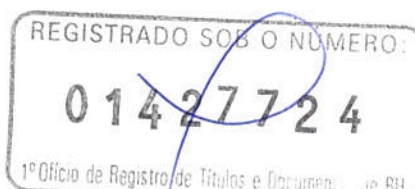
6. A Emissora e o Município reconhecem o direito dos Debenturistas, por meio do Agente Fiduciário, de executar as garantias, independentemente da ordem e em observância ao disposto acima, como forma de receber os créditos devidos decorrentes das Obrigações Garantidas, com os devidos encargos.

6.1. A Emissora desde logo reconhece a legitimidade extraordinária do Agente Fiduciário para executar as garantias contratadas neste Contrato de Cessão Fiduciária e promover a cobrança de quaisquer valores decorrentes do presente Contrato de Cessão Fiduciária, podendo, para tanto, contratar e destituir advogados, com poderes *ad judicium*, intimar, notificar, interpelar, transigir, desistir, dar e receber quitação, representando os debenturistas extrajudicial ou judicialmente e em qualquer fase ou grau de jurisdição, com poderes, ainda, para praticar qualquer ato e assinar qualquer documento ou instrumento necessário no cumprimento de suas funções de agente da presente garantia, sempre no interesse e de acordo com as expressas instruções dos Debenturistas nos termos da Escritura da Segunda Emissão e da Cláusula 6.2 abaixo, e de seus eventuais cessionários e sucessores a qualquer título.

6.2. O Agente Fiduciário atua no presente Contrato de Cessão Fiduciária em nome e em benefício dos Debenturistas e de acordo com as expressas instruções dos Debenturistas, em total conformidade com os termos e condições da Escritura da Segunda Emissão. Neste sentido, sempre que neste instrumento estiverem previstos quaisquer atos ou decisões a serem tomadas pelos Debenturistas, eles serão tomados pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas, observados os quóruns de convocação e deliberação previstos na Escritura, e serão executados pelo Agente Fiduciário em estrita observância às disposições deste Contrato de Cessão Fiduciária e da Escritura da Segunda Emissão.

CLÁUSULA VII DO MANDATO

7. Fica o Agente Fiduciário, para os fins e efeitos deste Contrato de Cessão Fiduciária e desta Cláusula VII, irrevogável e expressamente autorizado a, no caso de vencimento antecipado das Obrigações Garantidas, e observado o que a respeito dispor a legislação vigente, receber, resgatar, alienar, ceder ou transferir, nas melhores condições e preço comercialmente disponíveis, parte ou a totalidade dos Créditos Cedidos Fiduciariamente, desde que não seja realizada por preço vil, nomeando-o a Emissora e o Município, nos termos dos Artigos 684 e seguintes do Código Civil, em caráter irrevogável e irretratável, seu procurador para que o Agente Fiduciário pratique todos os atos e assine todos os documentos que necessários forem, cujos emolumentos e despesas razoavelmente despendidos que o Agente Fiduciário venha comprovadamente incorrer serão suportados exclusivamente pela Emissora e, em especial, para a execução plena da presente garantia. Para tanto, a Emissora e o Município, nesta data, entregam ao Agente Fiduciário procuração na forma do Anexo II ao presente Contrato de Cessão Fiduciária.



CLÁUSULA VIII
DISPOSIÇÕES GERAIS

8. No prazo máximo de 20 (vinte) Dias Úteis contados da data de assinatura deste Contrato de Cessão Fiduciária e de qualquer aditivo subsequente, a Emissora deverá, às expensas do Banco BTG Pactual S.A., protocolar este instrumento nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e São Paulo, Estado de São Paulo, devendo fornecer comprovação desses registros ao Agente Fiduciário, no prazo de 3 (três) Dias Úteis a contar da obtenção de cada registro. No caso da celebração de futuros aditivos ao presente instrumento, os custos correspondentes serão arcados pela Emissora. Caso a Cessionária não realize o protocolo no prazo avençado, poderá qualquer das demais Partes ou os Intervenientes Anuentes fazê-lo, mediante o envio de comunicação às demais Partes e, assim que obtido o registro, enviar a comprovação correspondente aos demais.

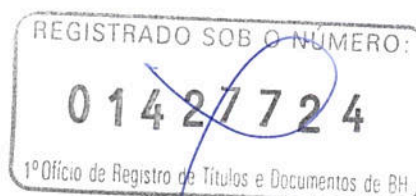
8.1. A Emissora responsabiliza-se por qualquer prejuízo que venha a causar ao Agente Fiduciário ou a terceiros em decorrência da garantia ora prestada ser suspensa, cancelada, anulada ou tida como nula de pleno direito.

8.2. A presente cessão fiduciária permanecerá gerando plenos efeitos, ainda que outra garantia ou garantias sejam prestadas pela Emissora ou por terceiros, com a finalidade de assegurar o cumprimento das Obrigações Garantidas, garantias essas que são em adição e não em exclusão à presente e que, como a presente, poderão ser executadas total ou parcialmente, cumulativa ou separadamente, a critério do Agente Fiduciário.

8.3. Se qualquer termo ou disposição deste Contrato de Cessão Fiduciária for considerado por qualquer tribunal competente como sendo nulo, inválido ou inexecutável, o restante deste Contrato de Cessão Fiduciária não será afetado por esta decisão, sendo que cada termo, avença e condição remanescente deste instrumento continuará válido e será cumprido na forma permitida na legislação aplicável.

8.4. A fim de assegurar os direitos do Agente Fiduciário em relação à cessão fiduciária ora constituída, a Emissora e o Município comprometem-se a, durante a vigência da presente garantia e sob pena de sua execução, não realizar qualquer ato que envolva a cessão, transferência ou oneração, sob qualquer forma, dos Créditos Cedidos Fiduciariamente objeto desta garantia, bem como informar ao Agente Fiduciário a respeito de qualquer ato ou fato de terceiro ou de alguma parte deste Contrato de Cessão Fiduciária que constitua ameaça à existência da cessão fiduciária pactuada nos termos deste Contrato de Cessão Fiduciária.

8.5. Anuência. A SMF e a PGM anuem, neste ato, à cessão fiduciária ora contratada, assim como à eventual execução de garantia, não importando, entretanto, tais anuências, em qualquer obrigação, responsabilidade, garantia ou qualquer espécie de coobrigação ou compromisso da SMF, da PGM ou do Município.



8.6. Execução Específica. As obrigações assumidas neste Contrato de Cessão Fiduciária poderão ser objeto de execução específica, nos termos do disposto nos artigos 461, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem que isso signifique renúncia a qualquer outra ação ou providência, judicial ou não, que objetive resguardar direitos decorrentes do presente Contrato de Cessão Fiduciária.

8.7. Ausência de Renúncia ou Novação. Nenhuma ação ou omissão de qualquer das partes importará em renúncia de seus direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo, nem significará novação de quaisquer das obrigações decorrentes do presente Contrato de Cessão Fiduciária. Os direitos e recursos previstos neste Contrato de Cessão Fiduciária são cumulativos, podendo ser exercidos individual ou simultaneamente, e não excluem quaisquer outros direitos ou recursos previstos nos demais contratos da Segunda Emissão.

8.8. Notificações. Qualquer aviso, instrução ou outro método de comunicação exigidos ou permitidos nos termos deste Contrato de Cessão Fiduciária serão dados por escrito através da entrega por correspondência registrada, com Aviso de Recebimento (AR), ou e-mail, com aviso de entrega da mensagem, endereçados à parte receptora em seus respectivos endereços conforme disposto abaixo, ou àquele outro endereço conforme tal parte possa designar através de aviso às demais partes.

(a) Se para a Emissora:

PBH ATIVOS S.A.

Avenida Afonso Pena, nº 774, 5º Andar, Centro,

CEP: 30130-003 - Belo Horizonte, MG

Tel.: (31) 3277-9561

At.: Diretor Presidente Sr. Edson Ronaldo Nascimento

E-mail: edson.ronaldo@pbh.gov.br

(b) Se para o Município:

MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

Endereço: Rua Espírito Santo, 605, Centro, 5º andar

CEP: 30.160.030 - Belo Horizonte, MG

Tel.: (31) 3277-4008

At: Secretário Municipal de Finanças, Sr. Marcelo Piancastelli de Siqueira

Email: marcelo.piancastelli@pbh.gov.br

(c) Se para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

MHM - 91169v34



26/38



Av. das Américas, nº 4.200, Bloco 04, sala 514, Barra da Tijuca
CEP: 22640-102 – Rio de Janeiro, RJ
At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira
Tel.: (21) 3385-4565
E-mail: backoffice@pentagonotruster.com.br

(d) **Se para a SMF:**

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE BELO HORIZONTE

Rua Espírito Santo, nº 605, Bairro Centro, 5º andar
CEP 30.160.030 – Belo Horizonte/MG

Tel.: (31) 3277-4008

At.: Secretário Municipal de Finanças, Sr. Marcelo Piancastelli de Siqueira

E-mail: marcelo.piancastelli@pbh.gov.br

(f) **Se para a PGM:**

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

Rua dos Timbiras, nº 628, Bairro Funcionários

CEP 30.140.060 – Belo Horizonte/MG

Tel.: (31) 3277-4075

At.: Procurador Geral do Município, Sr. Rúsvel Beltrame Rocha

E-mail: rusvelb@pbh.gov.br



8.8.1. Todo e qualquer aviso, instrução e comunicação nos termos deste Contrato de Cessão Fiduciária serão válidos e considerados entregues na data de seu recebimento, conforme comprovado pelo Aviso de Recebimento (AR) ou, em caso de transmissão por e-mail, com comprovante de entrega da mensagem.

8.9. **Alterações.** Toda e qualquer modificação, alteração ou aditamento ao presente Contrato de Cessão Fiduciária somente será válido se feito por instrumento escrito, assinado pelas partes.

8.10. **Irrevogabilidade.** As partes celebram este Contrato de Cessão Fiduciária em caráter irrevogável e irretratável, obrigando-se ao seu fiel, pontual e integral cumprimento por si e por seus sucessores, a qualquer título.

8.11. **Anexos ao Contrato de Cessão Fiduciária.** Os anexos a este Contrato de Cessão Fiduciária são dele parte integrante e inseparável. Em caso de dúvidas entre o Contrato de Cessão Fiduciária e seus anexos prevalecerão as disposições do Contrato de Cessão Fiduciária, dado o caráter complementar dos anexos. Não obstante, reconhecem as partes a unicidade e indivisibilidade das disposições do Contrato de Cessão Fiduciária e dos anexos, que deverão ser interpretadas de forma harmônica e sistemática, tendo como parâmetro a natureza do negócio celebrado entre as partes.

8.12. Renúncia. A tolerância e as concessões recíprocas terão caráter eventual e transitório e não configurarão, em qualquer hipótese, renúncia, transigência, remissão, perda, modificação, redução ou ampliação de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos a qualquer das partes nos termos deste Contrato de Cessão Fiduciária, assim como, quando havidas, o serão, expressamente, sem o intuito de novar as obrigações previstas neste Contrato de Cessão Fiduciária.

8.13. Único Acordo. Este Contrato de Cessão Fiduciária e o Contrato de Administração de Contas constituem, coletivamente, o único e integral acordo entre as partes com relação aos assuntos neles tratados, substituindo todos os outros documentos, cartas, memorandos ou propostas entre as partes, bem como os entendimentos orais mantidos entre as mesmas, anteriores à presente data.

8.14. Cessão. Salvo disposição em contrário prevista neste Contrato de Cessão Fiduciária, é expressamente vedada a cessão a terceiros, por qualquer das partes, dos direitos e obrigações nele previstos.

8.15. Despesas. Fica expressamente acordado entre as partes que todos e quaisquer custos, despesas, encargos, emolumentos e tributos relacionados à celebração e registro do presente Contrato de Cessão Fiduciária, das garantias nele previstas ou de qualquer alteração do mesmo serão de responsabilidade e correrão por conta da Emissora, excetuadas aquelas que serão arcadas pelo Banco BTG Pactual S.A., conforme Cláusula 8 acima.

8.16. Vigência. O presente Contrato de Cessão Fiduciária entra em vigor na presente data e permanecerá em pleno vigor e efeito até o pagamento integral de todos os valores devidos em ocorrência das Obrigações Garantidas.

8.17. Lei de Regência. O presente Contrato de Cessão Fiduciária será regido e interpretado segundo as leis da República Federativa do Brasil.

8.18. Foro. Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Contrato de Cessão Fiduciária, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

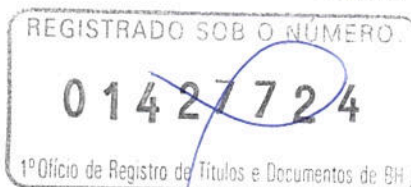
E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente Contrato de Cessão Fiduciária em 8 (oito) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos de direito, obrigando-se por si, por seus sucessores ou cessionários a qualquer título, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Belo Horizonte, 1º de abril de 2014.

[restante da página intencionalmente deixado em branco]



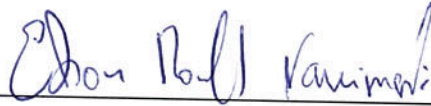
MHM - 91169v34



28/38

(Página de assinaturas 1/6 do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receitas e Outras Avenças da PBH ATIVOS S.A., celebrado em 1º de abril de 2014)

PBH ATIVOS S.A.



Por: Edson Ronaldo Nascimento

Cargo: Diretor Presidente




(Página de assinaturas 2/6 do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receitas e Outras Avenças da PBH ATIVOS S.A., celebrado em 1º de abril de 2014)

2º Ofício



Por: Marcio Araújo de Lacerda
Cargo: Prefeito Municipal

TABELIONATO TRIGINELLI
3º Ofício de Notas

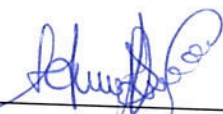


Por: Marcelo Piancastelli de Siqueira
Cargo: Secretario Municipal de Finanças



(Página de assinaturas 3/6 do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receitas e Outras Avenças da PBH ATIVOS S.A., celebrado em 1º de abril de 2014)

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS


Por: **Ana Paula de Oliveira**
Cargos: **Procuradora**
RG: 28.306.958-2
CPF: 216.001.828-79

12º TABELIÃO de NOTAS
CARTÓRIO DO 12º TABELIÃO DE NOTAS
Alameda Santos, 1470 - São Paulo - SP - Cep 01418-100
BEL NÚMERO SANTOS - TABELIÃO - Tel. (11) 3549-6277 - Fax (11) 3284-6362

Reconheço por semelhança a firma: **ANA PAULA DE OLIVEIRA**,
a qual confere com o padrão depositado em Cartório.
São Paulo, 10 de Abril de 2014
Em testemunho da verdade.
Cleber Gonçalves - Escrevente Autorizado
1404101622485 - Firma: R\$


12º TABELIÃO DE NOTAS
FIRMA
VALOR ECONÔMICO
1042AA860623
SANTOS, 1470
Cleber Gonçalves
Escrevente Autorizado



REGISTRADO SOB O NÚMERO
01427724
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de BH

(Página de assinaturas 4/6 do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receitas e Outras Avenças da PBH ATIVOS S.A., celebrado em 1º de abril de 2014)

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE BELO HORIZONTE


Por: Marcelo Piancastelli de Siqueira
Cargo: Secretário Municipal de Finanças



(Página de assinaturas 5/6 do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receitas e Outras Avenças da PBH ATIVOS S.A., celebrado em 1º de abril de 2014)

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

7º OFÍCIO 

Por: Rúsvel Beltrame Rocha
Cargo: Procurador Geral do Município



1º OFÍCIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO Nº 01427724

Certifico e dou fé que o presente documento foi apresentado, protocolado sob o nº 01427724, livro nº A-80, registrado em microfilme e digitalizado sob o nº 01427724, livro nº B-144, nesta data. Belo Horizonte, 16/04/2014. Emolumentos: 1.036,12, T.J.F. 325,61, Total: 1.361,73

1ª RTD-BH 
Regina M. A. Gomes
Escritor(a) Autógrafo

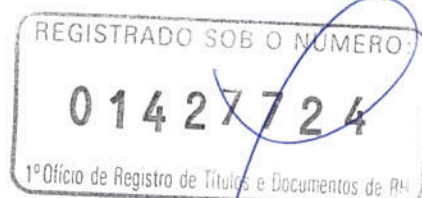


(Página de assinaturas 6/6 do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receitas e Outras Avenças da PBH ATIVOS S.A., celebrado em 1º de abril de 2014)

Testemunhas:

Rafaela
Nome: Renata Cristina F. Garcia Costa
RG: 1.661.214
CPF: 000.816436-32

Maria Cristina B. de Paula
Nome: MARIA CRISTINA B. DE PAULA
RG: 4.063.122-SSP/ME
CPF: 338.985-707-72



ANEXO I
CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO

Mês	Data de Aniversário	"P" Percentual de amortização
0	15/04/2014	0,00%
1	15/05/2014	3,16%
2	16/06/2014	3,07%
3	15/07/2014	2,96%
4	15/08/2014	2,86%
5	15/09/2014	2,77%
6	15/10/2014	2,68%
7	17/11/2014	2,60%
8	15/12/2014	2,51%
9	15/01/2015	2,43%
10	18/02/2015	2,49%
11	16/03/2015	2,40%
12	15/04/2015	2,32%
13	15/05/2015	2,25%
14	15/06/2015	2,18%
15	15/07/2015	2,12%
16	17/08/2015	2,05%
17	15/09/2015	1,99%
18	15/10/2015	1,93%
19	16/11/2015	1,86%
20	15/12/2015	1,80%
21	15/01/2016	1,75%
22	15/02/2016	1,79%
23	15/03/2016	1,73%
24	15/04/2016	1,67%
25	16/05/2016	1,61%
26	15/06/2016	1,56%
27	15/07/2016	1,52%
28	15/08/2016	1,47%
29	15/09/2016	1,42%
30	17/10/2016	1,38%
31	16/11/2016	1,33%
32	15/12/2016	1,29%
33	16/01/2017	1,25%
34	15/02/2017	1,28%
35	15/03/2017	1,24%
36	17/04/2017	1,20%
37	15/05/2017	1,16%
38	16/06/2017	1,13%
39	17/07/2017	1,09%



40	15/08/2017	1,06%
41	15/09/2017	1,03%
42	16/10/2017	1,00%
43	16/11/2017	0,97%
44	15/12/2017	0,94%
45	15/01/2018	0,91%
46	15/02/2018	0,93%
47	15/03/2018	0,90%
48	16/04/2018	0,87%
49	15/05/2018	0,85%
50	15/06/2018	0,82%
51	16/07/2018	0,80%
52	15/08/2018	0,77%
53	17/09/2018	0,75%
54	15/10/2018	0,72%
55	16/11/2018	0,70%
56	17/12/2018	0,67%
57	15/01/2019	0,64%
58	15/02/2019	0,65%
59	15/03/2019	0,63%
60	15/04/2019	0,60%
61	15/05/2019	0,58%
62	17/06/2019	0,56%
63	15/07/2019	0,54%
64	15/08/2019	0,52%
65	16/09/2019	0,51%
66	15/10/2019	0,49%
67	18/11/2019	0,47%
68	16/12/2019	0,45%
69	15/01/2020	0,44%
70	17/02/2020	0,44%
71	16/03/2020	0,42%
72	15/04/2020	0,20%
73	15/05/2020	0,20%
74	15/06/2020	0,19%
75	15/07/2020	0,18%
76	17/08/2020	0,17%
77	15/09/2020	0,16%
78	15/10/2020	0,16%
79	16/11/2020	0,15%
80	15/12/2020	0,14%
81	15/01/2021	0,14%
82	17/02/2021	0,14%
83	15/03/2021	0,13%
84	15/04/2021	0,11%



ANEXO II
MODELO DE PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento, **PBH ATIVOS S.A.**, sociedade de economia mista, cuja criação foi autorizada pela Lei Municipal nº 10.003 de 25 de novembro de 2010 ("Lei Municipal 10.003/10"), com sede na Avenida Afonso Pena, nº 774, 5º Andar, Centro, CEP: 30130-003, município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.593.766/0001-79, neste ato representada por seu Diretor Presidente Sr. Edson Ronaldo Nascimento, brasileiro, casado, economista, portador do RG nº. 8.020.876.481 (SSP/RS) e inscrito no CPF/MF sob o nº 362.453.050-4 e **MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE**, estabelecido na Avenida Afonso Pena, nº 1212, Bairro Centro, CEP nº 30130-908, Minas Gerais, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.715.383/0001-40, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Marcio Araújo de Lacerda e pelo Secretário Municipal de Finanças, Sr. Marcelo Piancastelli de Siqueira ("Outorgantes"), nomeiam e constituem, de forma irrevogável e irretratável, a **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4200, sala 514, bloco 04, Bairro Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38 ("Outorgado"), como seu bastante procurador, com poderes para, observado o disposto na legislação vigente, em seu nome, praticar todos e quaisquer atos necessários ou recomendáveis com relação ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receita e Outras Avenças, celebrado em 1º de abril de 2014 ("Contrato de Cessão Fiduciária"), inclusive, mas sem limitação:

- (i) sacar ou transferir recursos das seguintes contas correntes de qualquer das Outorgantes: Conta Centralizadora da Emissora, Conta Centralizadora do Município, Conta de Recebimento, Conta de Serviço da Dívida e Conta de Pagamento;
- (ii) resgatar qualquer aplicação resultando dos recursos investidos em Investimentos Permitidos, direcionando tais recursos para qualquer das seguintes contas correntes: Conta Centralizadora da Emissora, Conta Centralizadora do Município, Conta de Recebimento, Conta de Serviço da Dívida e Conta de Pagamento;
- (iii) representar as Outorgantes perante quaisquer autoridades governamentais e quaisquer outras pessoas de direito público ou privado, no âmbito do exercício dos direitos decorrentes do Contrato de Cessão Fiduciária;
- (iv) praticar todos os atos necessários e firmar qualquer instrumento perante qualquer autoridade governamental e quaisquer documentos necessários ou recomendáveis para aperfeiçoar ou executar as garantias constituídas de acordo com o Contrato de Cessão Fiduciária; e
- (v) praticar todos os atos e assinar qualquer instrumento que seja necessário de acordo com o Contrato de Cessão Fiduciária, visando ao seu fiel cumprimento.



O presente instrumento é irrevogável, nos termos dos artigos 686 e 684 do Código Civil Brasileiro e deverá permanecer válido e em pleno vigor até o pagamento de todas as Obrigações Garantidas, conforme definidas no Contrato de Cessão Fiduciária.

Belo Horizonte, 1º de abril de 2014.

PBH ATIVOS S.A.

[MODELO – NÃO ASSINAR]

Por: Edson Ronaldo Nascimento
Cargo: Diretor Presidente

MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

[MODELO – NÃO ASSINAR]

Por: Marcio Araújo de Lacerda
Cargo: Prefeito Municipal

Por: Marcelo Piancastelli de Siqueira
Cargo: Secretario Municipal de Finanças



**1º (PRIMEIRO) ADITAMENTO AO CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA
DE DIREITOS CREDITÓRIOS, VINCULAÇÃO DE RECEITA E OUTRAS
AVENÇAS DA PBH ATIVOS S.A.**

O presente instrumento é celebrado entre:

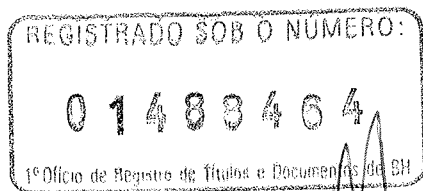
I. PBH ATIVOS S.A., sociedade de economia mista, cuja criação foi autorizada pela Lei Municipal nº 10.003 de 25 de novembro de 2010 ("Lei Municipal 10.003/10"), com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Afonso Pena, nº 774, 5º andar, bairro Centro, CEP 30130-003, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.593.766/0001-79, neste ato representada na forma de seu estatuto social, por seu Diretor Presidente, o Sr. Ricardo Augusto Simões Campos, brasileiro, casado, engenheiro, portador do CREA-MG nº 14534, inscrito no CPF/MF sob o nº 236.124.106-44, e por seu Diretor Executivo, o Sr. Francisco Rodrigues dos Santos, brasileiro, casado, administrador, portador do CRA-MG nº 01-002505, inscrito no CPF/MF sob o nº 129.958.436-56 ("Emissora" ou "PBH ATIVOS");

II. MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, estabelecido na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Afonso Pena, nº 1212, bairro Centro, CEP 30130-908, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.715.383/0001-40, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Marcio Araújo de Lacerda e pelo Secretário Municipal de Finanças, o Sr. Marcelo Piancastelli de Siqueira, brasileiro, divorciado, economista, portador do RG nº 0976099 – MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 125.350.606-04 ("Cedente" ou "Município"); e

III. PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4200, bloco 08-B, salas 302/303/304, bairro Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma do seu estatuto social, na qualidade de agente fiduciário e representante legal da comunhão de titulares das debêntures da segunda emissão da Emissora ("Agente Fiduciário").

E, na qualidade de intervenientes anuentes:

IV. SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE BELO HORIZONTE, estabelecida na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Espírito Santo, nº 605, 5º andar, bairro Centro, CEP 30160-030, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Finanças, Sr. Marcelo Piancastelli de Siqueira, brasileiro, divorciado, economista, portador do RG nº 0976099 – MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 125.350.606-04 ("SMF"); e



V. PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, estabelecida na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua dos Timbiras, nº 628, bairro Funcionários, CEP 30140-060, neste ato representada pelo Procurador-Geral do Município, Dr. Rúsvel Beltrame Rocha, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/MG sob o nº. 065805 e no CPF/MF sob o nº 782.347.276-72 (“PGM” e, quando em conjunto com a SMF, “Intervenientes Anuentes”).

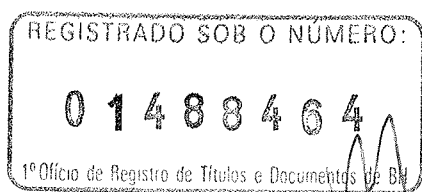
CONSIDERANDO QUE:

(a) o Município instituiu um programa de parcelamento de certos créditos tributários ou não tributários vencidos, ao qual o contribuinte ou sujeito passivo de tais débitos (“Contribuinte”) poderia aderir, por meio de procedimentos administrativos ou judiciais de parcelamento (“Procedimentos Administrativos ou Judiciais” e “Parcelamentos”, respectivamente);

(b) o Município foi autorizado, por força da Lei Municipal 10.003/10, e da Lei Municipal nº 7.932, de 30 de dezembro de 1999, conforme alterada (“Lei Municipal 7.932/99”), a ceder à Emissora, a título oneroso, direitos de crédito autônomos para recebimento do fluxo de pagamentos decorrente dos créditos tributários ou não tributários vencidos e parcelados pelo Contribuinte através dos Parcelamentos (“Direitos de Crédito Autônomos”), que se encontram ou não inscritos na dívida ativa do Município (“Créditos Tributários ou Não Tributários”);

(c) a Emissora, conforme estabelecido em seu objeto social, sua lei de criação, e nos termos de seu estatuto social, aprovado pelo Decreto Municipal nº 14.444, de 09 de junho de 2011, tem, entre outros, competência para: (i) titular, administrar e explorar economicamente ativos municipais; (ii) auxiliar o Tesouro Municipal na captação de recursos financeiros, podendo, para tanto, colocar no mercado obrigações de emissão própria, receber, adquirir, alienar e dar em garantia os ativos, créditos, títulos e valores mobiliários da sociedade; e (iii) estruturar e implementar operações que visam à obtenção de recursos junto ao mercado de capitais;

(d) de tal modo, nos termos do artigo 7º da Lei Municipal 7.932/99, o Município, a Emissora, o Banco BTG Pactual S.A. (“Custodiante”) e o Agente Fiduciário, celebraram, com a anuência dos Intervenientes Anuentes e da Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte S.A. – PRODABEL (“PRODABEL”), o “Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças”, firmado em 10 de janeiro de 2014, por meio do qual o Município se comprometeu a ceder à Emissora os Direitos de Crédito Autônomos (“Contrato de Cessão Onerosa”), em conjunto com a celebração do Termo de Cessão e dos Boletins de Subscrição, conforme definidos, respectivamente, no Contrato de Cessão Onerosa e na Escritura da Primeira Emissão (conforme abaixo definida);



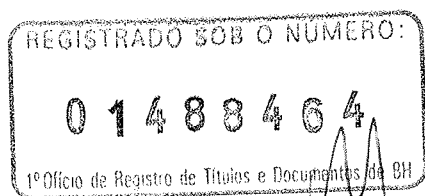
(e) foram emitidas em 10 de janeiro de 2014, pela Emissora, debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada ("Debêntures Subordinadas"), de forma privada, as quais foram totalmente subscritas pelo Município e por ele integralizadas mediante a cessão onerosa, à Emissora, dos Direitos de Crédito Autônomos ("Emissão de Debêntures Subordinadas");

(f) as condições e características da Emissão de Debêntures Subordinadas encontram-se descritas no "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, da PBH ATIVOS S.A.*", firmado em 10 de janeiro de 2014, conforme aditado pelo "*Instrumento Particular de 1º (Primeiro) Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, da PBH ATIVOS S.A.*", firmado em 1º de abril de 2014 ("Escritura da Primeira Emissão");

(g) foram emitidas em 1º de abril de 2014, pela Emissora, debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real representada por cessão fiduciária de direitos creditórios, em série única, tendo sido objeto de oferta pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Debêntures da Segunda Emissão" e "Segunda Emissão", respectivamente), visando à obtenção de recursos para realizar a amortização das Debêntures Subordinadas;

(h) as condições e características da Segunda Emissão encontram-se descritas no "*Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão, Sendo a 1ª (Primeira) Pública, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, Em Série Única, Para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da PBH ATIVOS S.A.*", firmado em 1º de abril de 2014 entre a Emissora e o Agente Fiduciário, com a anuência dos Intervenientes Anuentes, conforme aditado pelo "*Instrumento Particular de 1º (Primeiro) Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão, Sendo a 1ª (Primeira) Pública, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, Em Série Única, Para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da PBH ATIVOS S.A.*", firmado em 23 de abril de 2014 ("Escritura da Segunda Emissão");

(i) na mesma data da Escritura da Segunda Emissão as Partes celebraram, com anuência dos Intervenientes Anuentes, o "*Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receita e Outras Avenças da PBH ATIVOS S.A.*" ("Contrato de Cessão Fiduciária"), por meio do qual (i) os Direitos de Crédito Autônomos; (ii) os direitos detidos pela Emissora emergentes do Contrato de Cessão Onerosa; e (iii) todos os recursos, direitos de crédito e acessórios relacionados aos Direitos de Crédito Autônomos, já desconsiderando os Recursos Excluídos (conforme definidos no Contrato de Cessão Fiduciária), depositados ou a serem mantidos nas Contas



Vinculadas (conforme definidas no Contrato de Cessão Fiduciária), bem como todos os direitos sobre as Contas Vinculadas; foram cedidos fiduciariamente em favor dos titulares das Debêntures da Segunda Emissão (“Debenturistas da Segunda Emissão”), a título de garantia fiel e cabal do cumprimento de todas as obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures da Segunda Emissão, da Escritura da Segunda Emissão e dos Contratos de Garantia a ela relacionados (conforme definidos no Contrato de Cessão Fiduciária);

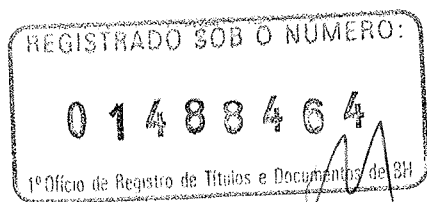
(j) após a celebração do Contrato de Cessão Fiduciária, foi concedido pelo Município o programa de incentivo “Em Dia com a Cidade”, por meio do qual foram outorgados aos Contribuintes descontos sobre o valor das multas moratórias e dos juros de mora para pagamento, à vista ou parcelados, de créditos tributários, fiscais e preços públicos em favor do Município, nos termos Decreto nº 15.724, de 14 de outubro de 2014;

(k) referido programa de incentivo, mais vantajoso aos Contribuintes em relação ao Parcelamento dos Créditos Tributários ou Não Tributários, ocasionou o pagamento antecipado de parte dos Créditos Tributários ou Não Tributários objeto do Contrato de Cessão Onerosa, o que gerou (i) uma diminuição no fluxo financeiro decorrente da futura realização dos Direitos de Crédito Autônomos, bem como (ii) a alteração do cronograma inicialmente previsto para o fluxo de recebimento dos Direitos de Crédito Autônomos;

(l) nos termos das Cláusulas 11.1 e 11.1.1 do Contrato de Cessão Onerosa, a ocorrência dos eventos descritos no Considerando ‘k’ acima geram a obrigação de o Município indenizar a Emissora, mediante a cessão de novos Direitos de Crédito Autônomos, dentre outras opções, objetivando recompor o fluxo de pagamento dos Direitos de Crédito Autônomos como se não tivesse sido alterado por iniciativa do Município;

(m) em cumprimento à obrigação de indenizar acima referida, o Município cedeu à Emissora, em recomposição do fluxo afetado nos termos do Considerando ‘l’, os novos Direitos de Crédito Autônomos no valor total de R\$ 60.654.675,45 (sessenta milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e setenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos), listados nos 2 (dois) CD-ROM entregues na mesma data ao Custodiante, mediante a celebração do “*Termo de Cessão de Direitos de Crédito Autônomos*”, em 18 de maio de 2015 (“Termo de Cessão Indenização”);

(n) nos termos da Cláusula 1 ‘b’ do Contrato de Cessão Fiduciária, os direitos detidos pela Emissora, emergentes do Contrato de Cessão Onerosa, incluindo, mas não se limitando, ao direito de indenização, também são cedidos aos Debenturistas da Segunda Emissão;



A handwritten signature in black ink.

4/66

A handwritten signature and several initials in black ink.

(o) tendo em vista o disposto nos Considerandos 'm' e 'n' acima, as Partes desejam formalizar a cessão e transferência da propriedade fiduciária aos Debenturistas da Segunda Emissão dos créditos objeto do Termo de Cessão Indenização;

(p) as Partes desejam regular, ainda, por meio do Contrato de Cessão Fiduciária, os procedimentos relativos à administração das Contas Vinculadas (conforme definidas no Contrato de Cessão Fiduciária), no que tange aos recursos financeiros decorrentes da realização antecipada dos Direitos de Crédito Autônomos; e

(q) as Partes pretendem, também, incluir no Contrato de Cessão Fiduciária disposições pertinentes à cessão de novos Direitos de Crédito Autônomos, que venha a ser realizada pelo Município a título de indenização à Emissora, em razão de um dos eventos descritos nas Cláusulas 11.1 e 11.1.1 do Contrato de Cessão Onerosa;

ISTO POSTO, resolvem as partes celebrar o presente “1º (Primeiro) Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receita e Outras Avenças da PBH ATIVOS S.A.” (“Aditamento”), que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir.

Exceto quando definidos no presente Aditamento, os termos cujas letras apareçam em maiúscula neste instrumento, deverão ter o mesmo significado a eles atribuído no Contrato de Cessão Fiduciária e na Escritura da Segunda Emissão.

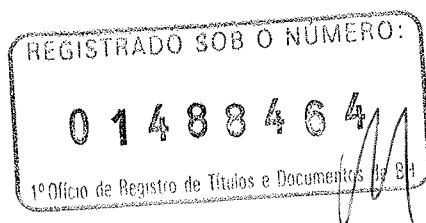
CLÁUSULA I

CESSÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO AUTÔNOMOS

1.1 As Partes neste ato declaram e reconhecem que a criação de programa de incentivo pelo Município, mais vantajoso aos Contribuintes em relação ao Parcelamento dos Créditos Tributários ou Não Tributários, o qual ocasionou o pagamento antecipado, com descontos, de parte dos Direitos de Crédito Autônomos objeto do Contrato de Cessão Onerosa, gera, nos termos das Cláusulas 11.1 e 11.1.1 do Contrato de Cessão Onerosa, a obrigação de o Município indenizar a Emissora.

1.2 As Partes reconhecem que a obrigação de indenizar acima prevista foi devidamente observada pelo Município, por meio da cessão de novos Direitos de Crédito Autônomos, formalizada pelo Termo de Cessão Indenização, cuja cópia compõe o **Anexo I** ao presente Aditamento.

1.3 Os novos créditos cedidos na forma descrita na Cláusula 1.2 acima estão (i) descritos no Anexo I ao Termo de Cessão Indenização, incluindo o código fornecido pelo Município, por meio do qual cada parcelamento é identificado (“Código Criptografado”); e (ii) devidamente relacionados e identificados nos 2 (dois) CD-ROM numerados, identificados e sem possibilidade de editoração, entregues ao Custodiante



5/66

sob dever de sigilo, que irá guardá-lo na forma de depósito, sendo que tais CD-ROM contêm todas as informações necessárias e que permitem a individualização e identificação de cada contribuinte devedor dos Direitos de Crédito Autônomos, conforme termos e condições estabelecidos no Contrato de Cessão Onerosa.

1.3.1 Os Interveniente Anuentes, neste ato, também declaram expressamente que as informações contidas nos CD-ROM permitem a perfeita individualização e identificação dos novos Direitos de Crédito Autônomos, inclusive contendo informações que permitem a perfeita identificação de cada Contribuinte devedor dos referidos Direitos de Crédito Autônomos, sendo que a entrega dos CD-ROM ao Custodiante é feita sob dever de sigilo.

1.4 Os Direitos de Crédito Autônomos cedidos no Termo de Cessão Indenização somam o valor de R\$ 60.654.675,45 (sessenta milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e setenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos), os quais foram cedidos nas seguintes condições:

(a) o valor de R\$ 56.443.960,54 (cinquenta e seis milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, novecentos e sessenta reais e cinquenta e quatro centavos), a partir do dia 15 de abril de 2015;

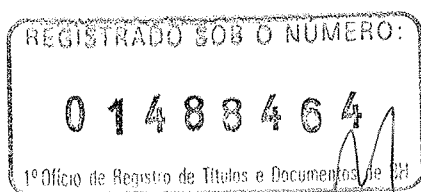
(b) o valor complementar de R\$ 4.210.714,91 (quatro milhões, duzentos e dez mil, setecentos e quatorze reais e noventa e um centavos), a partir do dia 8 de maio de 2015, perfazendo o total recomposto.

1.4.1 O fluxo de pagamento decorrente dos Direitos de Créditos Autônomos cedidos por meio do Termo de Cessão Indenização encontram-se descritos no Anexo II ao Termo de Cessão Indenização.

1.5 As Partes declaram que, tendo em vista o disposto na Cláusula 1 'b' do Contrato de Cessão Fiduciária, a propriedade fiduciária dos Direitos de Crédito Autônomos objeto do Termo de Cessão Indenização é cedida e transferida pela Emissora aos Debenturistas da Segunda Emissão, em garantia das Obrigações Garantidas (conforme definidas no Contrato de Cessão Fiduciária).

1.6 Em razão do disposto nas Cláusulas 1.1, 1.2, 1.3, 1.4 e 1.5 acima, as Partes concordam em incluir na definição de Créditos Cedidos Fiduciariamente do Contrato de Cessão Fiduciária os novos Direitos de Crédito Autônomos cedidos por meio do Termo de Cessão Indenização.

CLÁUSULA II
ADMINISTRAÇÃO DAS CONTAS VINCULADAS EM CASO DE
ANTECIPAÇÃO DA REALIZAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO



A handwritten signature in black ink.

6/66

Handwritten signatures and initials in black ink, including a large signature and several smaller initials.

AUTÔNOMOS

2.1 As Partes resolvem incluir entre as disposições do Contrato de Cessão Fiduciária, os procedimentos relativos à administração das Contas Vinculadas (conforme definidas no Contrato de Cessão Fiduciária), relativos aos recursos advindos da realização de Direitos de Crédito Autônomos que venha a ser, sob qualquer forma, antecipada pelo Contribuinte.

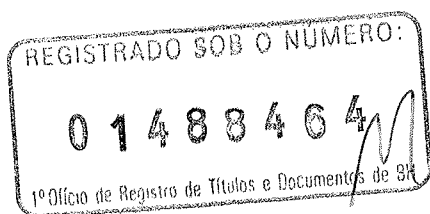
2.2 Diante do disposto na Cláusula 2.1 acima, resolvem alterar as seguintes Cláusulas do Contrato de Cessão Fiduciária, que passarão a vigorar com a seguinte redação:

(a) incluir a alínea 'd' à Cláusula 1.3 do Contrato de Cessão Fiduciária, conforme abaixo:

(d) os recursos advindos dos Direitos de Crédito Autônomos Objeto de Realização Antecipada (conforme definidos abaixo), bem como os rendimentos e os recursos decorrentes da amortização, negociação ou resgate de títulos, cotas ou ativos do Investimento Permitido relacionados aos Direitos de Crédito Autônomos Objeto de Realização Antecipada (conforme definidos abaixo), conforme estabelecido nas Cláusulas 6.24.15 e 6.24.16 da Escritura da Segunda Emissão, inicialmente depositados na Conta Centralizadora da Emissora e, automaticamente transferidos, depositados, mantidos e aplicados na Conta de Recebimento, na forma e nos prazos previstos no Contrato de Administração de Contas, sejam transferidos para a conta nº 21.179-6, da agência 1615-2, aberta no Banco Centralizador, de titularidade da Emissora, vinculada nos termos do Contrato de Administração de Contas a ser movimentada exclusivamente pelo Banco Centralizador, com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário, até o integral pagamento das Obrigações Garantidas, nos termos desta cláusula, dos Contratos de Garantia e observado o IGR e o IC, conforme previstos acima ("Conta de Adiantamentos").

(b) alterar as Cláusulas 1.3.4 e 1.3.6 e incluir as Cláusulas 1.3.4.2, 1.3.4.2.1, 1.3.4.2.1.1, 1.3.4.2.1.2, 1.3.4.2.2 e 1.3.4.2.3, conforme abaixo:

1.3.4. Conta de Recebimento. A Emissora irá constituir, por meio do Contrato de Administração de Contas e com base no Contrato de Cessão Onerosa, de forma irrevogável e irretroatável, para todos os fins de direito, a Conta de Recebimento, na qual será depositado, mantido e aplicado, além dos valores descritos na Cláusula 1.3 (b) acima, o montante equivalente aos recursos advindos da Conta Centralizadora da Emissora, da Conta Centralizadora do Município e, conforme o caso, da Conta de Adiantamentos, referente à realização dos Créditos Cedidos



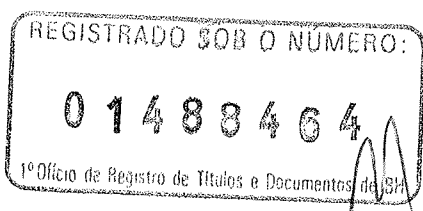
7/66

Fiduciariamente (bem como os rendimentos e os recursos decorrentes da amortização, negociação ou resgate de títulos, cotas ou ativos do Investimento Permitido), deduzidos os Recursos Excluídos, a ser movimentada exclusivamente pelo Banco Centralizador, com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário até o integral pagamento das Obrigações Garantidas, nos termos desta cláusula, dos Contratos de Garantia e observado o Índice de Garantia Real e o Índice de Cobertura, conforme previstos na Escritura da Segunda Emissão (“Conta de Recebimento”). Os recursos recebidos na Conta de Recebimento serão aplicados em Investimentos Permitidos, conforme estabelecido na Cláusula 1.1.1 acima.

1.3.4.2 Contas de Adiantamentos. A Emissora irá constituir, por meio do Contrato de Administração de Contas e com base no Contrato de Cessão Onerosa, de forma irrevogável e irretratável, para todos os fins de direito, a Conta de Adiantamentos, na qual será depositado, mantido e aplicado o montante equivalente aos recursos advindos dos Direitos de Crédito Autônomos Objeto de Realização Antecipada (conforme definidos abaixo) (bem como os rendimentos e os recursos decorrentes da amortização, negociação ou resgate de títulos, cotas ou ativos do Investimento Permitido, realizado com recursos dessa conta), mantida junto ao Banco Centralizador, a ser movimentada exclusivamente pelo Banco Centralizador, com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário até o integral pagamento das Obrigações Garantidas, nos termos desta cláusula, dos Contratos de Garantia e observado o Índice de Garantia Real e o Índice de Cobertura, conforme previstos na Escritura da Segunda Emissão.

1.3.4.2.1 Caso (i) o(s) Contribuinte(s), por qualquer motivo, antecipe(m) o pagamento, em parte ou no todo, de Créditos Tributários ou Não Tributários de que decorrem os Direitos de Crédito Autônomos ou (ii) conforme o caso, o Município promova a recompra dos Direitos de Crédito Autônomos afetados na forma da Cláusula 11.1.1 do Contrato de Cessão Onerosa (“Direitos de Crédito Autônomos Objeto de Realização Antecipada”), o Agente Fiduciário determinará ao Banco Centralizador, que:

(i) mensalmente, em cada Data de Verificação, transfira da Conta de Recebimento para a Conta de Adiantamentos todos os valores relativos aos Direitos de Crédito Autônomos Objeto de Realização Antecipada, identificados no Relatório Gerencial (conforme definido na Escritura da Segunda Emissão) imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, e, conforme o caso;



8/66

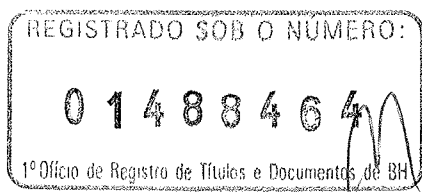
(ii) mensalmente, em cada Data de Verificação, libere da Conta de Adiantamentos para a Conta de Recebimento a quantia que deveria ter sido recebida no mês anterior à Data de Verificação mas não o foi dada à realização antecipada (“Parcela do Fluxo Originário”), a fim de que o Fluxo Originário (conforme definido abaixo) seja observado.

1.3.4.2.1.1 A Parcela do Fluxo Originário, a ser calculada pelo Agente Fiduciário conforme disposto acima, deverá ser o montante equivalente ao (i) percentual calculado com base no valor das parcelas dos Direitos de Crédito Autônomos Objeto da Realização Antecipada que deveriam ter sido recebidas no mês anterior à Data de Verificação dividido pelo saldo total das parcelas dos Direitos de Crédito Autônomos Objeto de Realização Antecipada depositadas na Conta de Adiantamentos (ii) multiplicado pelo Saldo da Conta de Adiantamentos, no último dia útil do mês anterior à Data de Verificação. Para fins deste Contrato de Cessão Fiduciária, “Saldo da Conta de Adiantamentos” corresponde ao saldo total das parcelas dos Direitos de Crédito Autônomos Objeto da Realização Antecipada depositadas na Conta de Adiantamentos acrescido de todos os rendimentos provenientes do Investimento Permitido.

1.3.4.2.1.2. As movimentações mencionadas nos itens (i) e (ii) da Cláusula 1.3.4.2.1 acima deverão ser feitas através de uma transferência única pela diferença entre os valores das respectivas contas, respeitando que o Saldo da Conta de Adiantamentos deverá ser igual a, no mínimo, o somatório dos valores relativos aos Direitos de Crédito Autônomos Objeto de Realização Antecipada conforme Fluxo Originário, excluindo a parcela transferida nos termos da Cláusula 1.3.4.2.1 (ii) acima.

1.3.4.2.2 Para a realização dos procedimentos previstos na Cláusula 1.3.4.2.1 acima, o Agente Fiduciário deverá (i) acompanhar o fluxo dos valores depositados na Conta de Recebimento e/ou na Conta de Adiantamentos, quanto aos valores dos direitos creditórios e respectivos prazos de parcelamento, de forma equivalente ao fluxo original dos Direitos de Crédito Autônomos Objeto de Realização Antecipada (“Fluxo Originário”), com base no Relatório de Gerencial (conforme definido na Escritura da Segunda Emissão) elaborado pela SMF, bem como no “Relatório Sobre Fluxo referente aos Pagamentos Antecipados” disponibilizado pela Emissora, nos termos previstos na Escritura da Segunda Emissão.

1.3.4.2.3 Para fins do disposto na Cláusula 1.3.4.2.1 acima, os valores relativos aos Direitos de Crédito Autônomos Objeto de Realização



A handwritten signature in black ink.

9/66

A handwritten signature and several initials in black ink.

Antecipada deverão ser liberados da Conta de Adiantamentos para a Conta de Recebimento, mensalmente, de maneira que seja cumprido o cronograma original previsto para o Fluxo Originário, conforme instruções dadas pelo Agente Fiduciário ao Banco Centralizador.

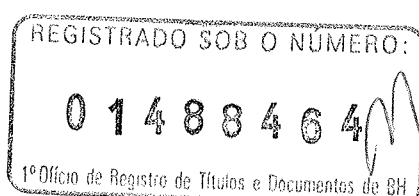
1.3.6. Conta de Serviço da Dívida. A Emissora irá constituir, por meio do Contrato de Administração de Contas e com base no Contrato de Cessão Onerosa, de forma irrevogável e irretratável, para todos os fins de direito, a conta nº 14.917-9, agência 1615-2, mantida junto ao Banco Centralizador, uma conta de serviço da dívida para as Debêntures da Segunda Emissão, vinculada, na qual será depositado e mantido o montante equivalente ao Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida (bem como os rendimentos e os recursos decorrentes de amortização, negociação ou resgate de títulos, cotas ou ativos do Investimento Permitido, conforme estabelecido na Cláusula 1.1.1 acima, realizado com recursos desta conta), mantida junto ao Banco Centralizador, a ser movimentada exclusivamente pelo Banco Centralizador com prévia e expressa autorização do Agente Fiduciário até o integral pagamento das Obrigações Garantidas (“Conta de Serviço da Dívida”, e, em conjunto com a Conta Centralizadora do Município, a Conta Centralizadora da Emissora, a Conta de Adiantamentos, a Conta de Recebimento e a Conta de Pagamento, “Contas Vinculadas”).

CLÁUSULA III INDENIZAÇÃO E RECOMPOSIÇÃO DO FLUXO

3.1 As Partes desejam incluir no Contrato de Cessão Fiduciária disposições pertinentes à cessão de novos Direitos de Crédito Autônomos, que venha a ser realizada pelo Município a título de indenização à Emissora, em razão de um dos eventos descritos nas Cláusulas 11.1 e 11.1.1 do Contrato de Cessão Onerosa.

3.2 De tal modo, as Partes decidem incluir as Cláusulas 5.1.1, 5.1.1.1, 5.1.1.2 e 5.1.1.3, bem como o Anexo III ao Contrato de Cessão Fiduciária, cuja cópia compõe o **Anexo II** ao presente Aditamento, conforme abaixo:

5.1.1. Sempre que for verificada a celebração de Termo de Recomposição ou de Termo de Recompra (conforme definidos no Contrato de Cessão Onerosa), a Emissora se compromete a notificar o Agente Fiduciário a respeito do Termo de Recomposição ou de Termo de Recompra, conforme for o caso, e celebrar, em conjunto com o Município e o Agente Fiduciário, com a expressa anuência dos Interveniente Anuentes, o “Termo de Cessão Fiduciária”, na forma do modelo constante do Anexo III ao presente Contrato de Cessão Fiduciária.



10/66

5.1.1.1 Por meio do Termo de Cessão Fiduciária, a Emissora e o Município (no caso do Município, exclusivamente no que se refere aos recursos, direitos de crédito e acessórios relacionados aos Direitos de Crédito Autônomos depositados nas Contas Vinculadas, bem como todos os direitos sobre as Contas Vinculadas) irão ceder e transferir aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, em caráter irrevogável e irretratável, a propriedade fiduciária dos novos Direitos de Crédito Autônomos cedidos por meio do Termo de Recomposição (conforme definido no Contrato de Cessão Onerosa), ou, se for o caso, do valor pago em moeda corrente nacional cedido por meio do Termo de Recompra (conforme definido no Contrato de Cessão Onerosa).

5.1.1.2 O Termo de Cessão Fiduciária integrará o presente Contrato de Cessão Fiduciária para todos os fins de direito, assim como os Direitos de Crédito Autônomos ou o valor pago em moeda corrente nacional, conforme for o caso, cedidos fiduciariamente por meio do referido instrumento, integrarão os Créditos Cedidos Fiduciariamente, dispensando a celebração de qualquer termo aditivo ao presente Contrato.

5.1.1.3 O Termo de Cessão Fiduciária deverá ser levado a registro nos termos da Cláusula 8 abaixo.

CLÁUSULA IV IRREVOGABILIDADE

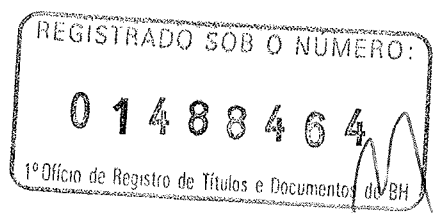
4.1 A cessão dos novos Direitos de Crédito Autônomos realizada por meio do Termo de Cessão Indenização se deu de forma irrevogável e irretratável, e, portanto, a cessão fiduciária dos Créditos Cedidos Fiduciariamente (conforme definidos no Contrato de Cessão Fiduciária), incluídos os Direitos de Crédito Autônomos, também se dá de maneira irrevogável e irretratável e vigorará até que as Obrigações Garantidas (conforme definidas no Contrato de Cessão Fiduciária) sejam integralmente liquidadas pela Emissora.

CLÁUSULA V ATUALIZAÇÃO DOS DADOS PARA COMUNICAÇÕES

5.1 As partes resolvem atualizar os dados para comunicações da Emissora e do Agente Fiduciário previstos na cláusula 8.8 do Contrato de Cessão Fiduciária, conforme disposto abaixo:

(a) Se para a Emissora:

PBH ATIVOS S.A



11/66

Endereço: Avenida Afonso Pena, nº 774, 5º Andar, Centro,

CEP: 30.130-003 - Belo Horizonte, MG

Tel.: (31) 3277.9561

At: Sr. Ricardo Augusto Simões Campos / Sr. Francisco Rodrigues dos Santos

E-mail: ricardo.simoes@pbhativos.com.br / franciscorodrigues@pbhativos.com.br

(c) Se para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Av. das Américas, nº 4.200, Bloco 08-B, salas 302/303/304, Barra da Tijuca

CEP: 22640-102 – Rio de Janeiro, RJ

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Tel.: (21) 3385-4565

E-mail: garantia@pentagonotrustee.com.br

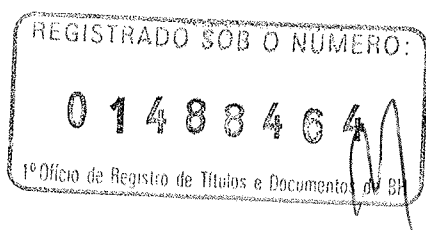
**CLÁUSULA VI
DECLARAÇÕES E GARANTIAS**

6.1 As Partes neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, reiteram expressamente todas as declarações e obrigações constantes do Contrato de Cessão Fiduciária, e subordinam o presente Aditamento às disposições do referido instrumento, naquilo que lhe for aplicável e passível de cumprimento pelas Partes.

6.2 A Emissora e o Município, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, declaram e asseguram em relação a si mesmo e conforme aplicável, ao Agente Fiduciário, que:

(a) (i) a Emissora é legítima titular e proprietária de direitos emergentes do Contrato de Cessão Onerosa, conforme alterado, e do Termo de Cessão Indenização; (ii) a Emissora é legítima proprietária dos novos Direitos de Crédito Autônomos objeto do Termo de Cessão Indenização; e (iii) a Emissora é legítima titular e proprietária de todos os direitos sobre a Conta de Adiantamentos, e será legítima titular e proprietária de todos os recursos, direitos de crédito e acessórios relacionados aos novos Direitos de Crédito Autônomos depositados ou a serem depositados e mantidos nas Contas Vinculadas, os quais se encontram ou, conforme o caso, se encontrarão livres de quaisquer ônus, encargos ou gravames de qualquer natureza, legais ou convencionais, excetuando-se a cessão fiduciária em garantia feita nos termos deste Aditamento;

(b) este Aditamento constitui uma obrigação legal, válida, eficaz e exigível de acordo com seus respectivos termos;



12/66

(c) têm plenos poderes, capacidade e estão devidamente autorizados a celebrar o presente instrumento e a cumprir com todas as obrigações neles previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para a celebração e cumprimento das obrigações assumidas nos termos deste Aditamento;

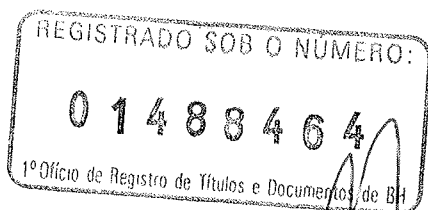
(d) nem a celebração deste Aditamento, tampouco a consumação dos termos aqui pactuados violam (i) qualquer disposição de seu estatuto social; (ii) as normas legais e regulamentares a que ele e/ou seus bens estejam sujeitos; e/ou (iii) quaisquer contratos, acordos, autorizações governamentais ou compromissos obrigacionais aos quais estejam vinculados;

(e) a celebração deste Aditamento é compatível com a capacidade econômica, financeira e operacional da Emissora de forma que o registro de qualquer débito nas Contas Vinculadas (conforme definidas no Contrato de Cessão Onerosa) e a cessão fiduciária dos Créditos Cedidos Fiduciariamente (conforme definidos no Contrato de Cessão Onerosa) prevista neste Aditamento não deverão acarretar qualquer impacto negativo na capacidade econômica, financeira e operacional, ou na sua capacidade de honrar quaisquer compromissos e obrigações;

(f) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou qualquer contestação, independentemente de quem seja o autor, visando anular, alterar, invalidar, questionar ou, de qualquer forma, afetar adversamente as obrigações assumidas neste Aditamento; e

(g) a Emissora não poderá movimentar as Contas Vinculadas, incluindo, mas não se limitando, à Conta de Adiantamentos, durante a vigência do Contrato de Cessão Fiduciária, não sendo permitida à Emissora e ao Município a emissão de cheques, a movimentação por meio de cartão de débito ou ordem verbal ou escrita ou qualquer outra movimentação dos recursos depositados nas Contas Vinculadas, incluindo, mas não se limitando, à Conta de Adiantamentos, que serão movimentadas única e exclusivamente pelo Banco Centralizador mediante prévia e expressa aprovação do Agente Fiduciário.

6.3. As Partes neste ato declaram e asseguram que o programa de incentivo “Em Dia com a Cidade”, concedido pelo Município aos Contribuintes na forma descrita no Considerando ‘j’ acima, não constitui sobre os Créditos Cedidos Fiduciariamente (conforme definidos no Contrato de Cessão Fiduciária) qualquer tipo de ônus ou gravame além da cessão fiduciária objeto do Contrato de Cessão Fiduciária, conforme alterado, tendo em vista que o Município cumpriu com seu dever de indenizar a Emissora, nos termos das Cláusulas 11.1 e 11.1.1 Contrato de Cessão Onerosa, por meio da celebração do Termo de Cessão Indenização.



13/66

6.4. A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e /ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios razoáveis) diretamente incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula VI.

CLÁUSULA VII DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1 No prazo máximo de 20 (vinte) Dias Úteis (conforme definidos no Contrato de Cessão Fiduciária) contados da data de assinatura deste Aditamento, a Emissora deverá protocolar este instrumento nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e São Paulo, Estado de São Paulo, devendo fornecer comprovação desses registros ao Agente Fiduciário, no prazo de 3 (três) Dias Úteis a contar da obtenção de cada registro, nos termos da Cláusula 8 do Contrato de Cessão Fiduciária.

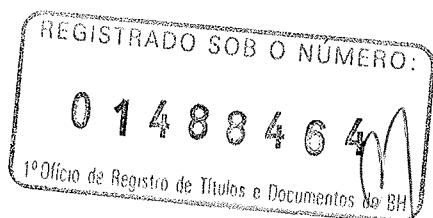
7.2 Se qualquer termo ou disposição deste Aditamento for considerado por qualquer tribunal competente como sendo nulo, inválido ou inexecutável, o restante deste Aditamento não será afetado por esta decisão, sendo que cada termo, avença e condição remanescente deste instrumento continuará válido e será cumprido na forma permitida na legislação aplicável.

7.3 As obrigações assumidas neste Aditamento poderão ser objeto de execução específica, nos termos do disposto nos artigos 461, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem que isso signifique renúncia a qualquer outra ação ou providência, judicial ou não, que objetive resguardar direitos decorrentes do presente Aditamento.

7.4 Nenhuma disposição constante do presente Aditamento importará em renúncia dos direitos e obrigações decorrentes do Contrato de Cessão Fiduciária. Os direitos e recursos previstos neste Aditamento são cumulativos, podendo ser exercidos individual ou simultaneamente, e não excluem quaisquer outros direitos ou recursos previstos nos demais contratos da Segunda Emissão.

7.5 Qualquer aviso, instrução ou outro método de comunicação exigidos ou permitidos nos termos deste Aditamento serão dados por escrito através da entrega por correspondência registrada, com Aviso de Recebimento (AR), ou e-mail, com aviso de entrega da mensagem, endereçados à parte receptora em seus respectivos endereços conforme disposto na cláusula 8.8 do Contrato de Cessão Fiduciária.

7.6 Este Aditamento, o Contrato de Cessão Fiduciária e o Contrato de Administração de Contas (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) constituem,



A handwritten signature in black ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke.

14/66

A handwritten signature in black ink, with the date "14/66" written above it. There are also some other markings and a small 'x' at the bottom right.

coletivamente, o único e integral acordo entre as partes com relação aos assuntos neles tratados, substituindo todos os outros documentos, cartas, memorandos ou propostas entre as partes, bem como os entendimentos orais mantidos entre as mesmas, anteriores à presente data.

7.7 Fica expressamente acordado entre as Partes que todos e quaisquer custos, despesas, encargos, emolumentos e tributos relacionados à celebração e registro do presente Aditamento, das garantias nele previstas ou de qualquer alteração do mesmo serão de responsabilidade e correrão por conta da Emissora, excetuadas aquelas que serão arcadas pelo Custodiante, conforme Cláusula VIII do Contrato de Cessão Fiduciária.

7.8 O presente Aditamento entra em vigor na presente data e permanecerá em pleno vigor e efeito até o pagamento integral de todos os valores devidos em ocorrência das Obrigações Garantidas (conforme definidas no Contrato de Cessão Fiduciária).

7.9 O presente Aditamento será regido e interpretado segundo as leis da República Federativa do Brasil.

7.10 Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Aditamento, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

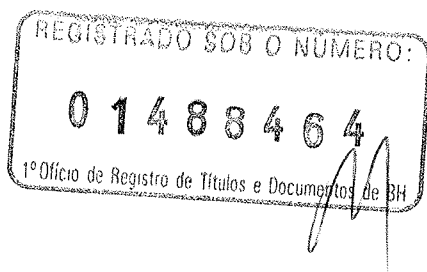
7.11 Tendo em vista as alterações acima, as Partes, de comum acordo, resolvem aditar e consolidar o Contrato de Cessão Fiduciária, na forma do Anexo III ao presente Aditamento.

7.11.1 Os Anexos I e II do Contrato de Cessão Fiduciária deverão ser interpretados como parte integrante do Contrato de Cessão Fiduciária alterado e consolidado na forma do Anexo III ao presente Aditamento.

E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente Aditamento em 8 (oito) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos de direito, obrigando-se por si, por seus sucessores ou cessionários a qualquer título, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Belo Horizonte, 29 de janeiro de 2016.

[restante da página intencionalmente deixado em branco]



A handwritten signature in black ink.

15/66

A collection of handwritten signatures and initials, including a large stylized signature and several smaller initials.

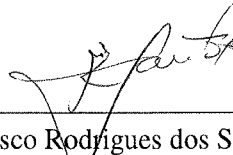
(Página de assinaturas 1/6 do 1º (Primeiro) Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receita e Outras Avenças da PBH ATIVOS S.A., celebrado em 29 de janeiro de 2016)

Emissora:



PBH ATIVOS S.A.

Por: Ricardo Augusto Simões Campos
Cargo: Diretor Presidente



Por: Francisco Rodrigues dos Santos
Cargo: Diretor Executivo



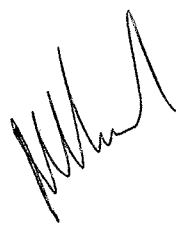
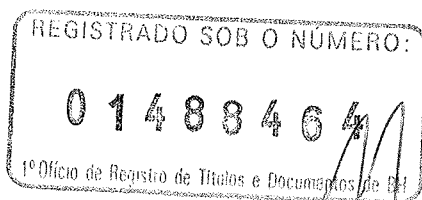
TABELIONATO
TRIGINELLI

SERVIÇO NOTARIAL DO 3º OFÍCIO
AV. AUGUSTO DE LIMA, 385 - CEP 30260-090 - FONE: (041) 3072-5141 - FAX: 3072-4212 - BH - MG
E-mail: cartorio@cartoriotriginelli.com.br - www.cartoriotriginelli.com.br

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) abaixo:
(BZX73958) RICARDO AUGUSTO SIMÕES CAMPOS, *****
(BZX73959) FRANCISCO RODRIGUES DOS SANTOS *****
Belo Horizonte, 04/02/2016 15:48:49, 4292

Marcelo Deoclides Araújo

E:R\$8,40 REC:R\$0,50 TF:R\$2,76 Total:R\$11,66
LUCAS



16/66



(Página de assinaturas 2/6 do 1º (Primeiro) Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receita e Outras Avenças da PBH ATIVOS S.A., celebrado em 29 de janeiro de 2016)

Município:

MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

Por: Marcio Araújo de Lacerda
Cargo: Prefeito Municipal

Por: Marcelo Piancastelli de Siqueira
Cargo: Secretário Municipal de Finanças



TABELIONATO
TRIGINELLI

SERVIÇO NOTARIAL DO 3º OFÍCIO
AV. AUGUSTO DE LIMA, 355 - CEP: 30150-020 - FONE: (51) 3272-5744 - FAX: 3272-4212 - BH - MG
E-mail: cartorio@cartorio3triginelli.com.br - www.cartorio3triginelli.com.br

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) abaixo:
(BZX73960) MARCELO PIANCASTELLI DE SIQUEIRA *****
Belo Horizonte, 04/02/2016 15:48:55 12048

Marcelo Deoclides Araújo
E:R\$4,20 REC:R\$0,25 TFCR\$1,38 Total:R\$5,83
LUCAS

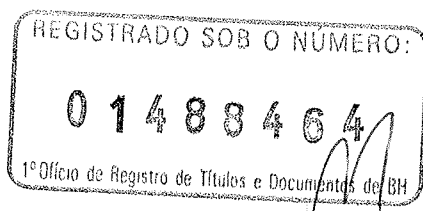


TABELIONATO
TRIGINELLI

SERVIÇO NOTARIAL DO 3º OFÍCIO
AV. AUGUSTO DE LIMA, 355 - CEP: 30150-020 - FONE: (51) 3272-5744 - FAX: 3272-4212 - BH - MG
E-mail: cartorio@cartorio3triginelli.com.br - www.cartorio3triginelli.com.br

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) abaixo:
(BZX79549) MARCIO ARAUJO DE LACERDA *****
Belo Horizonte, 16/02/2016 15:14:11 10830

Marcelo Deoclides Araújo
E:R\$4,20 REC:R\$0,25 TFCR\$1,38 Total:R\$5,83
THYAGO



[Handwritten signature]

17/66

[Handwritten signatures and initials]

(Página de assinaturas 3/6 do 1º (Primeiro) Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receita e Outras Avenças da PBH ATIVOS S.A., celebrado em 29 de janeiro de 2016)

Agente Fiduciário:

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS**

Nome: Julia Siggia Amorim
Cargo: **Julia Amorim**
Procuradora
CPF: 115.550.287-64

2º Ofício DE NOTAS
Adilson Wagner Firmino
TABELIAO
Estrada dos Bandeirantes, 208 - Lojas C e D - Taquara - RJ - CEP 22710-570 - Tel.: (21) 2445-6785

CARTÓRIO DE JACAREPAGUA 088906AB401149

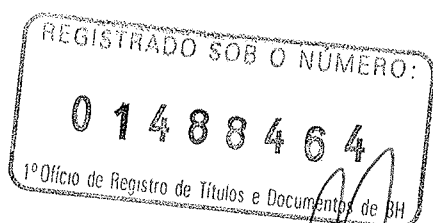
Reconheço por **SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:**
JULIA SIGGIA AMORIM

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2016. Conf. por _____
Em testemunho _____ da verdade

Emolumentos: R\$ 4,75
Impostos: R\$ 0,00
Total: R\$ 4,75

CTPS 78631 6/108RJ - ALBERTO MARQUES DOS SANTOS-ESCREVENTE Série 1-3-3
AUTORIZADO
EBKR93568-RGX Consulte em "<http://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>"

2º Ofício DE NOTAS
Alberto Marques dos Santos



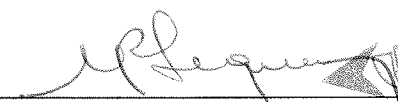
[Assinatura]

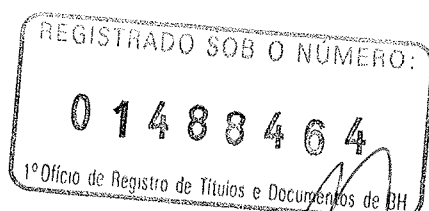
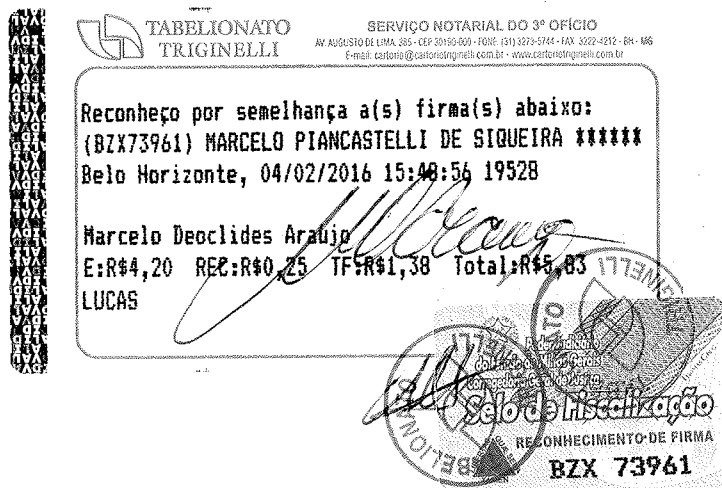
18/66
[Assinaturas]

(Página de assinaturas 4/6 do 1º (Primeiro) Aditamento ao Contrato de Cessão
Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receita e Outras Avenças da PBH
ATIVOS S.A., celebrado em 29 de janeiro de 2016)

Intervenientes Anuentes:

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE BELO HORIZONTE


Por: Marcelo Piancastelli de Siqueira
Cargo: Secretário Municipal de Finanças

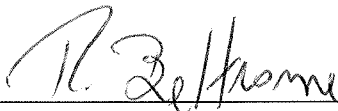


19/66

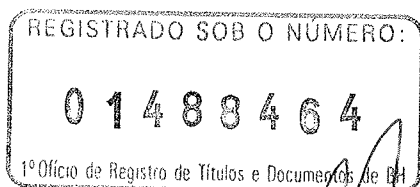
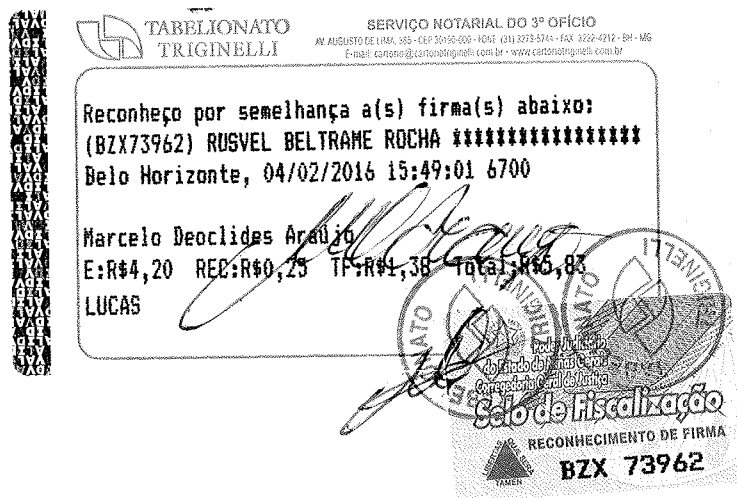
(Página de assinaturas 5/6 do 1º (Primeiro) Aditamento ao Contrato de Cessão
Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receita e Outras Avenças da PBH
ATIVOS S.A., celebrado em 29 de janeiro de 2016)

Intervenientes Anuentes:

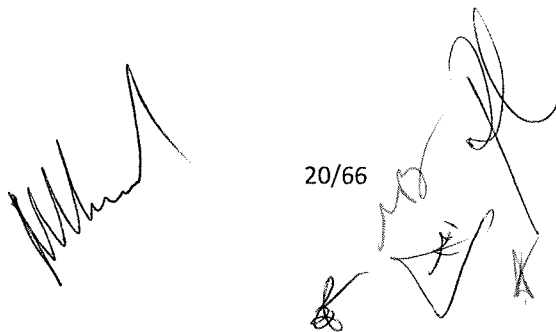
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE



Por: Rúsvel Beltrame Rocha
Cargo: Procurador Geral do Município



20/66



(Página de assinaturas 6/6 do 1º (Primeiro) Aditamento ao Contrato de Cessão
Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receita e Outras Avenças da PBH
ATIVOS S.A., celebrado em 29 de janeiro de 2016)

Testemunhas:

Karen Rocha
Nome: Karen Custine Rocha
RG: MG 14 754 560
CPF: 088.212.576-14

Anna Madina S. Martins
Nome: Anna Madina S. Martins
RG: MG 10 814 457
CPF: 052.885.296-55

1º OFÍCIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Nº de Ordem: 01488464

Certifico e dou fé que o presente documento foi apresentado, protocolado sob o nº 01488464, livro nº A-86, registrado em microfilme e digitalizado sob o nº 01488464, livro nº B-157, nesta data, e AVERBADO à margem do Registro nº 01427724, Belo Horizonte, 25/02/2016. Emol: 562,84 T.J.F. 252,54 Recomeço: 33,73 Total: 849,11

1º RTD-BH
Miria Kelly O. dos Santos Oficial
Escrivente Autorizada

1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de Belo Horizonte
Rua dos Banhos, 333 - 1º andar - Centro - Belo Horizonte - MG
Cep: 30180-100 - O.P.R.: 21.856.870/0001-14
www.trtdb.com.br - Tel.: (31) 3224-4350
Registrador: Emílio C. de Menezes Guerra

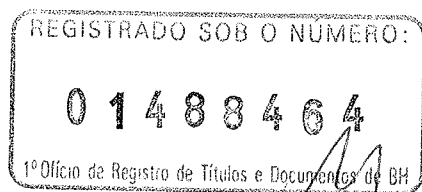
PODER JUDICIÁRIO - TJMG
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Ofício do 1º Registro de Títulos e Documentos
de Belo Horizonte - MG - CNS: 05.529-3

Selo Eletrônico Nº **AGM75857**
Cód. Seg.: **7373.6605.7837.8846**

Quantidade de Atos Praticados: **00067**
Emolumentos: R\$596,57 - T.J.F.: R\$252,54
Valor Final: R\$849,11
Consulte a validade deste Selo no
site: <https://selos.tjmg.jus.br>



1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de Belo Horizonte
Rua dos Banhos, 333 - 1º andar - Centro - Belo Horizonte - MG
Cep: 30180-100 - O.P.R.: 21.856.870/0001-14
www.trtdb.com.br - Tel.: (31) 3224-4350
Registrador: Emílio C. de Menezes Guerra

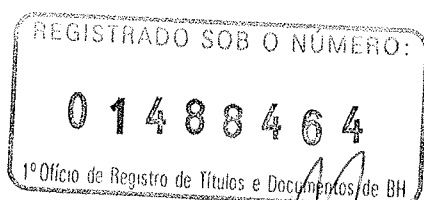


21/66

[Handwritten signatures and marks]

Anexo I

Cópia do Termo de Cessão Indenização



22/66

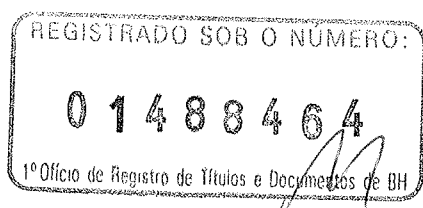
Anexo II

Minuta do Termo de Cessão Fiduciária

ANEXO III

MINUTA DO TERMO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA

1. Nos termos do “**CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS, VINCULAÇÃO DE RECEITA E OUTRAS AVENÇAS DA PBH ATIVOS S.A.**”, firmado em 1º de abril de 2014 (“Contrato de Cessão Fiduciária”), e em observância à Cláusula 1, ‘b’ do referido contrato, a **PBH ATIVOS S.A.** (“Emissora”) e o **MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE** (“Cedente”), cedem e transferem aos titulares das debêntures da segunda emissão da Emissora, neste ato representados pela **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS** (“Agente Fiduciário”), com a expressa anuência da Secretaria Municipal de Finanças (“SMF”) e da Procuradoria Geral do Município (“PGM”), em caráter irrevogável e irretratável, a propriedade fiduciária, em primeiro e único grau, o domínio resolúvel e a posse indireta [dos direitos de crédito autônomos cedidos / do valor cedido] pelo Município à Emissora por meio do [Termo de Recomposição / Termo de Recompra] que compõe o Anexo I ao presente Termo de Cessão Fiduciária.
2. O presente Termo de Cessão Fiduciária integrará o Contrato de Cessão Fiduciária para todos os fins de direito, assim como os direitos de crédito autônomos cedidos fiduciariamente por meio do referido instrumento integrarão os Créditos Cedidos Fiduciariamente, conforme definidos no Contrato de Cessão Fiduciária.
4. Os termos aqui indicados em letra maiúscula e não expressamente definidos neste instrumento terão os mesmos significados a eles atribuídos no Contrato de Cessão Fiduciária.
5. A cessão fiduciária objeto deste termo, observado o disposto no Contrato de Cessão Fiduciária, é considerada existente, válida e eficaz na data de celebração deste Termo de Cessão Fiduciária.
7. Por meio da assinatura deste Termo de Cessão Fiduciária, o Cedente confirma e ratifica que todas as declarações e garantias por ele prestadas no Contrato de Cessão Fiduciária são completas, corretas e verdadeiras, em todos os aspectos relevantes, na data de assinatura deste Termo de Cessão Fiduciária.
8. O presente Termo de Cessão Fiduciária deverá ser levado a registro nos termos da Cláusula 8 do Contrato de Cessão Fiduciária e dispensa a celebração de qualquer termo aditivo ao Contrato de Cessão Fiduciária.
9. Por meio do presente Termo de Cessão Fiduciária, a Emissora e o Cedente ratificam todas as demais garantias e declarações prestadas na forma da Cláusula 5 do Contrato de Cessão Fiduciária.



23/66

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente termo, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos de direito, na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Belo Horizonte, [•] de [•] de [•].

Emissora:

PBH ATIVOS S.A.

[MODELO – NÃO ASSINAR]

[MODELO – NÃO ASSINAR]

Por: [=]

Por: [=]

Cargo: [=]

Cargo: [=]

Cedente:

MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

[MODELO – NÃO ASSINAR]

[MODELO – NÃO ASSINAR]

Por: [=]

Por: [=]

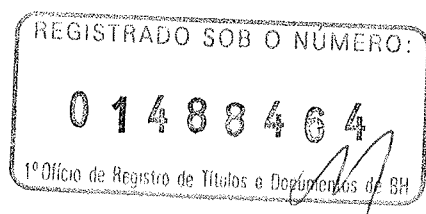
Cargo: [=]

Cargo: [=]

Agente Fiduciário:

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS**

[MODELO – NÃO ASSINAR]



24/66



Por: [=]

Cargo: [=]

Intervenientes Anuentes:

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE BELO HORIZONTE

[MODELO – NÃO ASSINAR]

[MODELO – NÃO ASSINAR]

Por: [=]

Por: [=]

Cargo: [=]

Cargo: [=]

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

[MODELO – NÃO ASSINAR]

[MODELO – NÃO ASSINAR]

Por: [=]

Por: [=]

Cargo: [=]

Cargo: [=]

Testemunhas:

[MODELO – NÃO ASSINAR]

[MODELO – NÃO ASSINAR]

Nome:

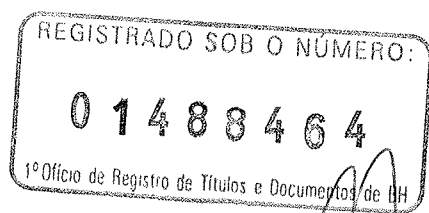
Nome:

RG:

RG:

CPF/MF:

CPF/MF:

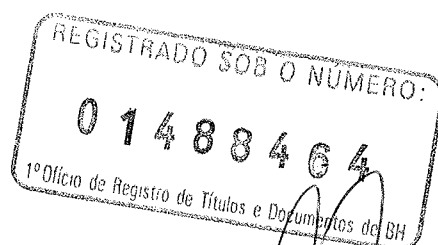


25/66

Several handwritten signatures and initials are present. One signature is large and stylized, another is more compact, and there are various initials and marks scattered around the date "25/66".

ANEXO I À MINUTA DO TERMO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA

[Termo de Recomposição / Termo de Recompra]



A handwritten signature in black ink.

26/66

A collection of handwritten signatures and initials in black ink, including a large signature and several smaller ones.

Anexo III

Contrato de Cessão Fiduciária Consolidado

CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS, VINCULAÇÃO DE RECEITA E OUTRAS AVENÇAS DA PBH ATIVOS S.A.

O presente instrumento é celebrado entre:

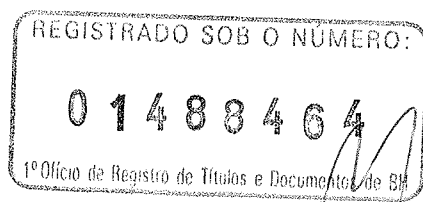
I. PBH ATIVOS S.A., sociedade de economia mista, cuja criação foi autorizada pela Lei Municipal nº 10.003 de 25 de novembro de 2010 (“Lei Municipal 10.003/10”), com sede na Avenida Afonso Pena, nº 774, 5º Andar, Centro, CEP: 30130-003, Belo Horizonte, Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.593.766/0001-79, neste ato representada na forma de seu estatuto social, por seu Diretor Presidente, o Sr. Ricardo Augusto Simões Campos, brasileiro, casado, engenheiro, portador do CREA-MG nº 14534, inscrito no CPF/MF sob o nº 236.124.106-44, e por seu Diretor Executivo, o Sr. Francisco Rodrigues dos Santos, brasileiro, casado, administrador, portador do CRA-MG nº 01-002505, inscrito no CPF/MF sob o nº 129.958.436-56 (“Emissora” ou “PBH ATIVOS”);

II. MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, estabelecido na Avenida Afonso Pena, nº 1212, Bairro Centro, CEP nº 30130-908, Estado de Minas Gerais, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.715.383/0001-40, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Marcio Araújo de Lacerda e pelo Secretário Municipal de Finanças, Sr. Marcelo Piancastelli de Siqueira, doravante denominada simplesmente por “Cedente” ou “Município”; e

III. PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4200, bloco 08-B, salas 302/303/304, Bairro Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma do seu estatuto social (“Agente Fiduciário”), na qualidade de agente fiduciário e representante legal da comunhão de titulares das debêntures da segunda emissão da Emissora (“Debenturistas”); e

E, na qualidade de intervenientes anuentes:

IV. SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE BELO HORIZONTE, estabelecida na Rua Espírito Santo, nº 605, Bairro Centro, 5º andar, CEP 30160-030, Belo Horizonte, Minas Gerais, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Finanças, Sr. Marcelo Piancastelli de Siqueira, brasileiro, divorciado, economista, portador do RG 0976099 – MG, inscrito no CPF/MF sob o nº. 125.350.606-04 (“SMF”); e



27/66

V. PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, estabelecida na Rua dos Timbiras, nº 628, Funcionários, CEP 30.140.060, Belo Horizonte, Minas Gerais, neste ato representada pelo Procurador-Geral do Município, Dr. Rúsvel Beltrame Rocha, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/MG sob o nº. 65805 e no CPF/MF sob o nº 782.347.276-72 (“PGM” e, quando em conjunto com a SMF, a seguir referidos simplesmente como “Intervenientes Anuentes”).

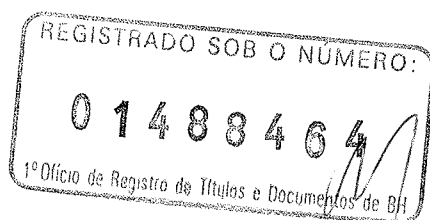
CONSIDERANDO QUE:

(a) o Município instituiu um programa de parcelamento de certos créditos tributários ou não tributários vencidos ao qual o contribuinte ou sujeito passivo de tais débitos (“Contribuinte”) poderia aderir, por meio de procedimentos administrativos ou judiciais de parcelamento (“Procedimentos Administrativos ou Judiciais” e “Parcelamentos”, respectivamente);

(b) o Município foi autorizado, por força da Lei Municipal 10.003/10 e da Lei Municipal 7.932 de 30 de dezembro de 1999, conforme alterada (“Lei Municipal 7.932/99”), a ceder à Emissora, a título oneroso, direitos de crédito autônomos para recebimento do fluxo de pagamentos decorrente dos créditos tributários ou não tributários vencidos e parcelados pelo Contribuinte através dos Parcelamentos (“Direitos de Crédito Autônomos”), que se encontram ou não inscritos na dívida ativa do Município de Belo Horizonte (“Créditos Tributários ou Não Tributários”) os quais (i) estão identificados na cópia do Termo de Cessão firmado no âmbito do Contrato de Cessão Onerosa, incluindo o código fornecido pelo Município, por meio do qual cada parcelamento é identificado (“Código Criptografado”); e, também, (ii) devidamente relacionados e identificados em CD-ROM, devidamente numerado, identificado e sem possibilidade de editoração, entregue ao Banco BTG Pactual S.A. (“Custodiante”), sob dever de sigilo, que irá guardá-lo na forma de depósito, sendo que tal CD-ROM contém todas as informações necessárias e que permitem a individualização e identificação de cada contribuinte devedor dos Direitos de Crédito Autônomos, conforme termos e condições estabelecidos no Contrato de Cessão Onerosa (abaixo definido);

(c) a Emissora, conforme estabelecido em seu objeto social, sua lei de criação, e nos termos de seu Estatuto Social, aprovado pelo Decreto Municipal nº 14.444 de 09 de junho de 2011, tem, entre outros, competência para: (i) titular, administrar e explorar economicamente ativos municipais; (ii) auxiliar o Tesouro Municipal na captação de recursos financeiros, podendo, para tanto, colocar no mercado obrigações de emissão própria, receber, adquirir, alienar e dar em garantia os ativos, créditos, títulos e valores mobiliários da sociedade; e (iii) estruturar e implementar operações que visam à obtenção de recursos junto ao mercado de capitais;

(d) de tal modo, nos termos do artigo 7º da Lei Municipal 7.932/99, o Município, a Emissora, o Custodiante e o Agente Fiduciário e, com a anuência dos Intervenientes



28/66

Several handwritten signatures and initials are present. One large signature is at the top right. Below it, there are several smaller initials and signatures, including one that looks like "28/66" and another that looks like "X".

Anuentes e da Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte S/A – PRODABEL (“PRODABEL”), formalizaram a cessão dos Direitos de Crédito Autônomos, por meio da celebração do Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças (“Contrato de Cessão Onerosa”), firmado em 10 de janeiro de 2014, e por meio da assinatura do Termo de Cessão e dos Boletins de Subscrição, conforme definidos, respectivamente, no Contrato de Cessão Onerosa e na Escritura da Primeira Emissão;

(e) foram emitidas em 1º de abril de 2014, pela Emissora, debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada (“Debêntures Subordinadas”), de forma privada, as quais foram totalmente subscritas pelo Município e por ele integralizadas mediante a cessão, à Emissora, dos Direitos de Crédito Autônomos (“Emissão de Debêntures Subordinadas”);

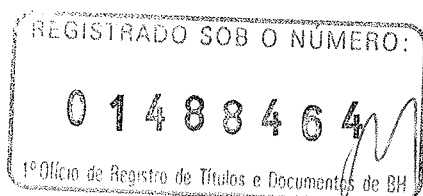
(f) as condições e características da Emissão de Debêntures Subordinadas encontram-se descritas no Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, da PBH ATIVOS S.A., firmado em 10 de janeiro de 2014 (“Escritura da Primeira Emissão”);

(g) a Emissora deliberou, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de dezembro de 2013, a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real representada por cessão fiduciária de direitos creditórios (“Debêntures”), em série única, sob o regime de garantia firme de colocação (“Segunda Emissão”), sendo que as Debêntures serão objeto de oferta pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos previstos na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº. 476 de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, visando à obtenção de recursos para realizar a amortização das Debêntures Subordinadas;

(h) as condições e características da Segunda Emissão estão descritas no Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão, Sendo a 1ª (Primeira) Pública, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, Para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, em Série Única, da PBH ATIVOS S.A. firmado nesta data entre a Emissora e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (“Agente Fiduciário”), tendo a SMF e a PGM como intervenientes anuentes (“Escritura da Segunda Emissão”);

(i) o montante líquido obtido pela Emissora com a emissão das Debêntures será parcialmente utilizado para amortização programada extraordinária das Debêntures Subordinadas, na forma prevista no Contrato de Cessão Onerosa e na Escritura da Segunda Emissão;

(j) por meio deste instrumento, os Direitos de Crédito Autônomos, os direitos detidos pela Cessionária emergentes do Contrato de Cessão Onerosa, bem como os recursos, direitos de crédito e acessórios relacionados aos Direitos de Crédito Autônomos, já



29/66

Several handwritten signatures and initials are present. One large signature is on the left, and several smaller ones, including some with checkmarks, are on the right. The date "29/66" is written above some of the signatures.

desconsiderando os Recursos Excluídos (conforme definido abaixo), depositados ou a serem mantidos nas Contas Vinculadas, conforme definidas abaixo, bem como dos direitos a elas inerentes, além dos títulos, valores mobiliários e rendimentos resultantes de aplicações financeiras realizadas com tais recursos serão cedidos fiduciariamente em favor dos titulares das Debêntures ("Debenturistas"), a título de garantia fiel e cabal do cumprimento de todas as obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures e da Escritura da Segunda Emissão; e

(k) a Emissora, o Município, o Banco BTG Pactual S.A. e o Agente Fiduciário contrataram o Banco Centralizador para prestar serviços de custódia de recursos financeiros e administração das Contas Vinculadas (abaixo definidas) decorrentes dos Créditos Cedidos Fiduciariamente (conforme definido abaixo), nos termos do Contrato de Custódia de Recursos Financeiros e Administração de Contas Vinculadas firmado nesta data entre a Emissora, o Município, o Banco BTG Pactual S.A., o Agente Fiduciário e o Banco do Brasil S.A. ("Banco Centralizador"), tendo, como intervenientes anuentes, a SMF, a PGM e a PRODABEL ("Contrato de Administração de Contas" e, quando em conjunto com este Contrato de Cessão Fiduciária, doravante referidos como "Contratos de Garantia").

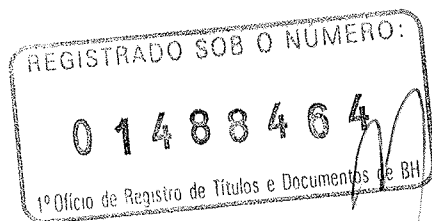
ISTO POSTO, resolvem as partes celebrar o presente "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receita e Outras Avenças da PBH ATIVOS S.A." ("Contrato de Cessão Fiduciária"), que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir.

Exceto quando definidos no presente Contrato de Cessão Fiduciária, os termos cujas letras apareçam em maiúscula neste instrumento, deverão ter o mesmo significado a eles atribuído na Escritura da Segunda Emissão. A validade e eficácia da Cessão Fiduciária objeto deste instrumento e os efeitos deste instrumento, estarão sujeitas à satisfação das seguintes condições suspensivas ("Condições Suspensivas"), (a) celebração do Contrato de Cessão Onerosa; (b) integralização das Debêntures Subordinadas, mediante a assinatura do Termo de Cessão (conforme definido no Contrato de Cessão Onerosa) e dos Boletins de Subscrição (conforme definido na Escritura da Primeira Emissão); (c) entrega ao Custodiante (i) do CD-ROM com os dados dos Direitos Creditórios com as características acima mencionadas, bem como (ii) do Código Criptografado, os quais serão fornecidos concomitantemente à celebração do Termo de Cessão e dos Boletins de Subscrição; e (d) celebração do Contrato de Administração de Contas.

CLÁUSULA I

CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS E OUTROS ATIVOS

1. Pelo presente instrumento, na melhor forma de direito, e nos termos do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, com nova redação dada pelo artigo 55 da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, e posteriores alterações, em garantia fiel e cabal do cumprimento de todas as obrigações decorrentes deste Contrato de Cessão Fiduciária,

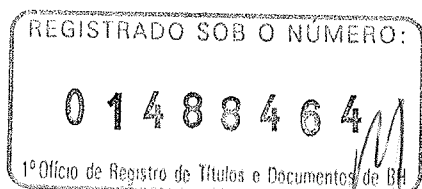


Several handwritten signatures and initials in black ink. One signature is large and stylized. To its right, there are several smaller initials and marks, including what looks like "30/66" written above some of them.

do Contrato de Administração de Contas e da Escritura da Segunda Emissão, e eventuais aditivos e prorrogações, obrigações essas principais, acessórias e moratórias, presentes e futuras, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora, inclusive o principal da dívida das Debêntures, remuneração, encargos moratórios, multas, atualização monetária, tributos ou contribuições, conforme descritas na Cláusula 1.5 abaixo, além das despesas incorridas pelo Agente Fiduciário para defesa, conservação e satisfação integral dos direitos dos Debenturistas e outras despesas razoáveis e comprovadas previstas ou decorrentes dos respectivos instrumentos contratuais, seja em juízo ou fora dele (“Obrigações Garantidas”), a Emissora e o Município (no caso do Município, exclusivamente no que se refere à alínea (c) abaixo) cedem e transferem aos Debenturistas, neste ato representados pelo Agente Fiduciário, em caráter irrevogável e irretratável, a propriedade fiduciária, em primeiro e único grau, o domínio resolúvel e a posse indireta dos seguintes direitos, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições (“Créditos Cedidos Fiduciariamente”):

- a) os Direitos de Crédito Autônomos, no montante de R\$ 880.320.000,00 (oitocentos e oitenta milhões, trezentos e vinte mil reais), calculados na data de assinatura deste instrumento;
- b) os direitos detidos pela Emissora, emergentes do Contrato de Cessão Onerosa, incluindo, mas não se limitando, ao direito de indenização; e
- c) todos os recursos, direitos de crédito e acessórios relacionados aos Direitos de Crédito Autônomos, já desconsiderando os Recursos Excluídos (conforme definido abaixo), depositados ou a serem depositados e mantidos, nas Contas Vinculadas, conforme definidas abaixo (os quais deverão ser aplicados na noite do Dia Útil de seu depósito no Investimento Permitido, conforme definido na Cláusula 1.1.1 abaixo, cujos títulos, cotas, ativos e rendimentos correspondentes também farão parte dos Créditos Cedidos Fiduciariamente), bem como todos os direitos sobre as Contas Vinculadas, cuja movimentação se dará exclusivamente nos termos do Contrato de Administração de Contas celebrado nesta data.

1.1. Pela presente cessão fiduciária em garantia, os Debenturistas, por meio do Agente Fiduciário, quando da subscrição das Debêntures, adquirirão a propriedade resolúvel dos Créditos Cedidos Fiduciariamente na qualidade de proprietários fiduciários, que se resolverá tão somente com o integral cumprimento das Obrigações Garantidas. Na qualidade de proprietário fiduciário dos Créditos Cedidos Fiduciariamente, deverá o Agente Fiduciário praticar todos os atos necessários para salvaguardar os direitos dos Debenturistas, incluindo, sem limitação, executar a presente garantia nos casos e termos previstos neste Contrato de Cessão Fiduciária, que inclui, mas não se limita, ao caso de declaração de vencimento antecipado previstos na Escritura da Segunda Emissão.



31/66

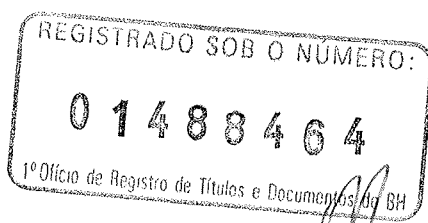
1.1.1. A totalidade dos Créditos Cedidos Fiduciariamente existentes, aplicados e/ou depositados nas Contas Vinculadas, conforme definidas neste Contrato de Cessão Fiduciária e no Contrato de Administração de Contas e descritas nesta cláusula, são cedidos fiduciariamente em favor dos Debenturistas, na forma prevista neste Contrato de Cessão Fiduciária e no Contrato de Administração de Contas, e deverão ser aplicados, na noite do Dia Útil de seu depósito, em títulos de renda fixa emitidos pelo Governo Federal Brasileiro, ou em fundos de renda fixa com liquidez diária administrados e geridos pelo Banco do Brasil S.A. e/ou empresas de seu conglomerado, ou em ativos de renda fixa de emissão e risco do Banco do Brasil S.A. ("Investimento Permitido"), conforme previsto no Contrato de Administração de Contas.

1.1.1.1. Os títulos, ativos e cotas adquiridos em decorrência do Investimento Permitido, bem como seus rendimentos, são também cedidos fiduciariamente em favor dos Debenturistas, sendo-lhes aplicáveis, para todos os fins de direito, todas as disposições inerentes aos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente, previstos nos Contratos de Garantia.

1.1.2. Até o cumprimento integral das Obrigações Garantidas, a Emissora e/ou o Município não poderão ceder, direta ou indiretamente, os Créditos Cedidos Fiduciariamente para garantia de outras obrigações diversas das Obrigações Garantidas ou realizar qualquer tipo de negócio tendo por objeto, direta ou indiretamente, os Créditos Cedidos Fiduciariamente.

1.1.3. Conforme previsão no Contrato de Administração de Contas, as Contas Vinculadas são de titularidade da Emissora (com exceção da Conta Centralizadora do Município, que é de titularidade do Município), porém movimentáveis exclusivamente pelo Banco Centralizador, com a prévia e expressa autorização do Agente Fiduciário.

1.2. A Emissora declara (a) ser legítima titular dos direitos emergentes do Contrato de Cessão Onerosa, incluindo, sem limitação, do direito de indenização lá estabelecido; (b) que após a integralização das Debêntures Subordinadas, será legítima proprietária dos Direitos de Crédito Autônomos; e (c) que é legítima titular e proprietária de todos os direitos sobre as Contas Vinculadas (com exceção da Conta Centralizadora do Município, a qual o Município declara ser legítimo titular), e será (com exceção dos Recursos Excluídos) legítima titular e proprietária de todos os recursos, direitos de crédito e acessórios relacionados aos Créditos Cedidos Fiduciariamente depositados ou a serem depositados e mantidos nas Contas Vinculadas pelo que responsabiliza-se perante os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, pela existência e correta formalização dos Créditos Cedidos Fiduciariamente, declarando, ainda, que os direitos que eles representam estão e, conforme o caso, estarão totalmente livres e desembaraçados de quaisquer ônus reais, restrições ou gravames de qualquer natureza, inclusive sem limitação a qualquer direito de oneração ou alienação, exceto os ora



32/66

[Handwritten signatures and initials]

instituídos e assim deverão permanecer até o cumprimento da totalidade das Obrigações Garantidas.

1.2.1. Observado o disposto na Cláusula VIII – “Eventos de Avaliação” da Escritura da Segunda Emissão e na Cláusula IV abaixo, a constatação do descumprimento das obrigações constantes do presente Contrato de Cessão Fiduciária, bem como da falsidade, inexatidão ou imprecisão de qualquer das declarações constantes das cláusulas anteriores e outras, constantes do presente Contrato de Cessão Fiduciária, poderá acarretar, na forma prevista na Cláusula 9.1 da Escritura da Segunda Emissão, o vencimento antecipado de todas as obrigações, principais e acessórias, integrantes das Debêntures, juntamente com os encargos de mora e outras penalidades aplicáveis ao vencimento antecipado, conforme previstos na Escritura da Segunda Emissão ou nos demais instrumentos da Segunda Emissão, com a imediata execução da presente garantia.

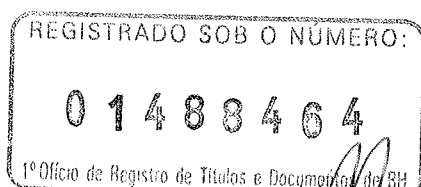
1.2.2. A Emissora e o Município obrigam-se a defender, em nome próprio, os direitos dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, sobre os Créditos Cedidos Fiduciariamente contra quaisquer ações que venham a ser propostas por terceiros.

1.3. Do recebimento dos Créditos Cedidos Fiduciariamente pagos em moeda corrente pelos Contribuintes. O Município, por intermédio da SMF e da PGM, obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, a fazer com que:

(a) os recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos pagos pelos Contribuintes através de boletos sejam pagos em moeda corrente nacional e direcionados automática e exclusivamente para a conta nº 14.732-X, da agência 1615-2, aberta no Banco Centralizador, de titularidade da PBH ATIVOS, vinculada nos termos do Contrato de Administração de Contas (“Conta Centralizadora da Emissora”);

(b) os recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos pagos em decorrência de litígio judicial (seja mediante depósito judicial feito pelo Contribuinte e levantado pelo Município, seja por meio de recebimento pelo Município através de execução fiscal/cobrança judicial) sejam direcionados exclusivamente para a conta nº 14.898-9, da agência 1615-2, aberta no Banco Centralizador, de titularidade da Emissora, vinculada nos termos do Contrato de Administração de Contas em até 60 (sessenta) dias contados do seu recebimento pelo Município (“Conta de Recebimento”);

(c) os recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos pagos pelos Contribuintes através de débito automático sejam direcionados automática e exclusivamente para a conta nº 15.678-7, da agência 1615-2, aberta no Banco Centralizador, de titularidade do Município (“Conta Centralizadora do Município”); e

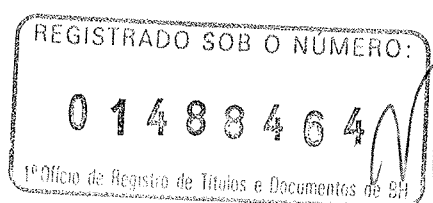


33/66

(d) os recursos advindos dos Direitos de Crédito Autônomos Objeto de Realização Antecipada (conforme definidos abaixo) bem como os rendimentos e os recursos decorrentes da amortização, negociação ou resgate de títulos, cotas ou ativos do Investimento Permitido relacionados aos Direitos de Crédito Autônomos Objeto de Realização Antecipada (conforme definidos abaixo), conforme estabelecido nas Cláusulas 6.24.15 e 6.24.16 da Escritura da Segunda Emissão, inicialmente depositados na Conta Centralizadora da Emissora e, automaticamente transferidos, depositados, mantidos e aplicados na Conta de Recebimento, na forma e nos prazos previstos no Contrato de Administração de Contas, sejam transferidos para a conta nº 21.179-6, da agência 1615-2, aberta no Banco Centralizador, de titularidade da Emissora, vinculada nos termos do Contrato de Administração de Contas a ser movimentada exclusivamente pelo Banco Centralizador, com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário, até o integral pagamento das Obrigações Garantidas, nos termos desta cláusula, dos Contratos de Garantia e observado o IGR e o IC, conforme previstos acima (“Conta de Adiantamentos”).

1.3.1 Os Direitos de Crédito Autônomos serão depositados nas Contas Vinculadas mencionadas acima, conforme o caso, cabendo ao Banco Centralizador o devido monitoramento e, com o auxílio da PRODABEL e conforme estabelecido no Contrato de Administração de Contas, promover segregação das verbas decorrentes (i) dos honorários advocatícios devidos à PGM, para os casos em que tenha havido propositura de ação judicial para cobrança dos Créditos Tributários ou Não Tributários; e (ii) da taxa de expedição dos boletos de cobrança dos Direitos de Crédito Autônomos (“Recursos Excluídos”) e que poderão ser depositados na Conta Centralizadora do Município ou na Conta Centralizadora da Emissora, conforme o caso, juntamente com os Direitos de Crédito Autônomos, para posterior liberação para uma conta de titularidade do Município que vier a ser indicada por ele. Os recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos, já desconsiderando os Recursos Excluídos, recebidos na Conta Centralizadora da PBH ATIVOS ou na Conta Centralizadora do Município serão direcionados pelo Banco Centralizador à Conta de Recebimento, conforme estabelecido pelo Contrato de Administração de Contas.

1.3.1.1 Nos termos do Contrato de Administração de Contas, o Município e Banco Centralizador obrigaram-se, em caráter irrevogável e irretratável, a segregar em seus sistemas de controle interno os Direitos de Crédito Autônomos (conforme seus procedimentos operacionais internos que permitam o atendimento integral das obrigações previstas neste Contrato e nos demais instrumentos da Emissão), de forma que os referidos Direitos de Crédito Autônomos sejam automaticamente identificados pelo Banco Centralizador, como cedidos em garantia das Obrigações Garantidas. Para que possa ser exigido do Banco Centralizador o cumprimento da obrigação descrita nesta Cláusula, o Banco Centralizador deverá ter recebido os arquivos eletrônicos referidos nas cláusulas 5.2.2 e 5.4 do Contrato de Administração de Contas.



34/66

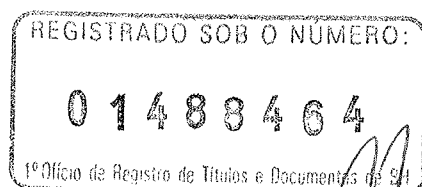
Several handwritten signatures and initials are present. One signature is large and prominent, while others are smaller and more stylized. There is also a small 'X' mark.

1.3.2. *Conta Centralizadora da Emissora* A Emissora irá constituir, por meio do Contrato de Administração de Contas, e com base no Contrato de Cessão Onerosa, de forma irrevogável e irretroatável, para todos os fins de direito, a Conta Centralizadora da Emissora, na qual serão depositados os recursos mencionados na Cláusula 1.3 (a) acima, sendo que tais recursos deverão ser transferidos, na forma e nos prazos previstos no Contrato de Administração de Contas, para a Conta de Recebimento, porém líquidos dos Recursos Excluídos. Conforme previsto no Contrato de Administração de Contas, a Conta Centralizadora da Emissora será movimentada exclusivamente pelo Banco Centralizador, com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário, até o integral pagamento das Obrigações Garantidas.

1.3.3. *Conta Centralizadora do Município*. O Município irá constituir, por meio do Contrato de Administração de Contas, e com base no Contrato de Cessão Onerosa, de forma irrevogável e irretroatável, para todos os fins de direito, a Conta Centralizadora do Município, na qual serão depositados, dentre outros créditos, os recursos mencionados na Cláusula 1.3 (c) acima, sendo que tais recursos deverão ser transferidos, na forma e nos prazos previstos no Contrato de Administração de Contas, para a Conta de Recebimento, porém líquidos dos Recursos Excluídos. Conforme previsto no Contrato de Administração de Contas, a Conta Centralizadora do Município será movimentada exclusivamente pelo Banco Centralizador, com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário até o integral pagamento das Obrigações Garantidas.

1.3.4. *Conta de Recebimento*. A Emissora irá constituir, por meio do Contrato de Administração de Contas e com base no Contrato de Cessão Onerosa, de forma irrevogável e irretroatável, para todos os fins de direito, a Conta de Recebimento, na qual será depositado, mantido e aplicado, além dos valores descritos na Cláusula 1.3 (b) acima, o montante equivalente aos recursos advindos da Conta Centralizadora da Emissora, da Conta Centralizadora do Município e, conforme o caso, da Conta de Adiantamentos, referente à realização dos Créditos Cedidos Fiduciariamente (bem como os rendimentos e os recursos decorrentes da amortização, negociação ou resgate de títulos, cotas ou ativos do Investimento Permitido), deduzidos os Recursos Excluídos, a ser movimentada exclusivamente pelo Banco Centralizador, com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário até o integral pagamento das Obrigações Garantidas, nos termos desta cláusula, dos Contratos de Garantia e observado o Índice de Garantia Real e o Índice de Cobertura, conforme previstos na Escritura da Segunda Emissão ("Conta de Recebimento"). Os recursos recebidos na Conta de Recebimento serão aplicados em Investimentos Permitidos, conforme estabelecido na Cláusula 1.1.1 acima.

1.3.4.1. Nos termos dos Contratos de Garantia, os recursos existentes na Conta de Recebimento serão mensalmente, na Data de Verificação, primeiramente direcionados para a Conta de Pagamento (conforme definida abaixo), de forma a constituir e manter o montante equivalente a uma parcela de amortização das Debêntures, acrescido da Remuneração e da Atualização Monetária (conforme previsto na Cláusula 1.3.5.1



abaixo) e, em segunda etapa, da Conta de Recebimento para a Conta de Serviço da Dívida (conforme definido abaixo), de forma a constituir e manter o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida (conforme definido abaixo). Tais transferências serão limitadas ao atingimento do montante previsto na Cláusula 1.3.5.1 abaixo, e ao atingimento do Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, conforme aplicável para cada conta e calculado pelo Agente Fiduciário. Conforme previsto no Contrato de Administração de Contas, tais transferências serão feitas pelo Banco Centralizador após o recebimento de instruções do Agente Fiduciário.

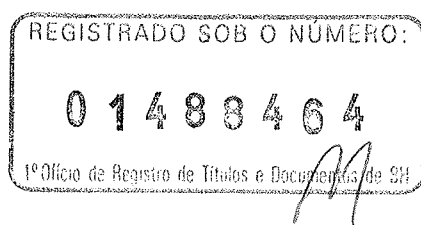
1.3.4.2 Contas de Adiantamentos. A Emissora irá constituir, por meio do Contrato de Administração de Contas e com base no Contrato de Cessão Onerosa, de forma irrevogável e irretratável, para todos os fins de direito, a Conta de Adiantamentos, na qual será depositado, mantido e aplicado o montante equivalente aos recursos advindos dos Direitos de Crédito Autônomos Objeto de Realização Antecipada (conforme definidos abaixo) (bem como os rendimentos e os recursos decorrentes da amortização, negociação ou resgate de títulos, cotas ou ativos do Investimento Permitido, realizado com recursos dessa conta), mantida junto ao Banco Centralizador, a ser movimentada exclusivamente pelo Banco Centralizador, com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário até o integral pagamento das Obrigações Garantidas, nos termos desta cláusula, dos Contratos de Garantia e observado o Índice de Garantia Real e o Índice de Cobertura, conforme previstos na Escritura da Segunda Emissão.

1.3.4.2.1 Caso (i) o(s) Contribuinte(s), por qualquer motivo, antecipe(m) o pagamento, em parte ou no todo, de Créditos Tributários ou Não Tributários de que decorrem os Direitos de Crédito Autônomos ou (ii) conforme o caso, o Município promova a recompra dos Direitos de Crédito Autônomos afetados na forma da Cláusula 11.1.1 do Contrato de Cessão Onerosa ("Direitos de Crédito Autônomos Objeto de Realização Antecipada"), o Agente Fiduciário determinará ao Banco Centralizador, que:

(i) mensalmente, em cada Data de Verificação, transfira da Conta de Recebimento para a Conta de Adiantamentos todos os valores relativos aos Direitos de Crédito Autônomos Objeto de Realização Antecipada, identificados no Relatório Gerencial (conforme definido na Escritura da Segunda Emissão) imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, e, conforme o caso;

(ii) mensalmente, em cada Data de Verificação, libere da Conta de Adiantamentos para a Conta de Recebimento a quantia que deveria ter sido recebida no mês anterior à Data de Verificação mas não o foi dada à realização antecipada ("Parcela do Fluxo Originário"), a fim de que o Fluxo Originário (conforme definido abaixo) seja observado.

1.3.4.2.1.1 A Parcela do Fluxo Originário, a ser calculada pelo Agente Fiduciário conforme disposto acima, deverá ser o montante equivalente ao (i) percentual calculado



36/66

[Handwritten signatures and initials]

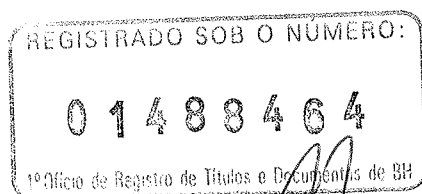
com base no valor das parcelas dos Direitos de Crédito Autônomos Objeto da Realização Antecipada que deveriam ter sido recebidas no mês anterior à Data de Verificação dividido pelo saldo total das parcelas dos Direitos de Crédito Autônomos Objeto de Realização Antecipada depositadas na Conta de Adiantamentos (ii) multiplicado pelo Saldo da Conta de Adiantamentos, no último dia útil do mês anterior à Data de Verificação. Para fins deste Contrato de Cessão Fiduciária, “Saldo da Conta de Adiantamentos” corresponde ao saldo total das parcelas dos Direitos de Crédito Autônomos Objeto da Realização Antecipada depositadas na Conta de Adiantamentos acrescido de todos os rendimentos provenientes do Investimento Permitido.

1.3.4.2.1.2. As movimentações mencionadas nos itens (i) e (ii) da Cláusula 1.3.4.2.1 acima deverão ser feitas através de uma transferência única pela diferença entre os valores das respectivas contas, respeitando que o Saldo da Conta de Adiantamentos deverá ser igual a, no mínimo, o somatório dos valores relativos aos Direitos de Crédito Autônomos Objeto de Realização Antecipada conforme Fluxo Originário, excluindo a parcela transferida nos termos da Cláusula 1.3.4.2.1 (ii) acima.

1.3.4.2.2 Para a realização dos procedimentos previstos na Cláusula 1.3.4.2.1 acima, o Agente Fiduciário deverá (i) acompanhar o fluxo dos valores depositados na Conta de Recebimento e/ou na Conta de Adiantamentos, quanto aos valores dos direitos creditórios e respectivos prazos de parcelamento, de forma equivalente ao fluxo original dos Direitos de Crédito Autônomos Objeto de Realização Antecipada (“Fluxo Originário”), com base no Relatório de Gerencial (conforme definido na Escritura da Segunda Emissão) elaborado pela SMF, bem como no “Relatório Sobre Fluxo referente aos Pagamentos Antecipados” disponibilizado pela Emissora, nos termos previstos na Escritura da Segunda Emissão.

1.3.4.2.3 Para fins do disposto na Cláusula 1.3.4.2.1 acima, os valores relativos aos Direitos de Crédito Autônomos Objeto de Realização Antecipada deverão ser liberados da Conta de Adiantamentos para a Conta de Recebimento, mensalmente, de maneira que seja cumprido o cronograma original previsto para o Fluxo Originário, conforme instruções dadas pelo Agente Fiduciário ao Banco Centralizador.

1.3.5. Conta de Pagamento. A Emissora irá constituir, por meio do Contrato de Administração de Contas e com base no Contrato de Cessão Onerosa, de forma irrevogável e irretratável, para todos os fins de direito, a conta nº 18.120-X, agência 1615-2, mantida junto ao Banco Centralizador, uma conta de pagamento das Debêntures da Segunda Emissão, vinculada, na qual será depositado e mantido o montante previsto na Cláusula 1.3.5.1 abaixo (bem como os rendimentos e os recursos decorrentes de amortização, negociação ou resgate de títulos, cotas ou ativos do Investimento Permitido realizado com recursos desta conta), mantida junto ao Banco Centralizador, a ser movimentada exclusivamente pelo Banco Centralizador com a prévia e expressa

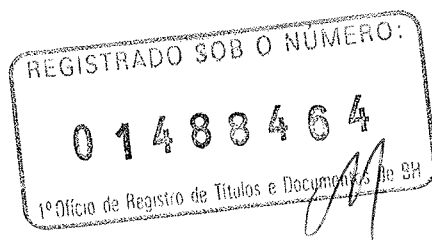


autorização do Agente Fiduciário até o integral pagamento das Obrigações Garantidas (“Conta de Pagamento”).

1.3.5.1. Nos termos do Contrato de Administração de Contas, a Conta de Pagamento deverá ter, até o 2º (segundo) Dia Útil anterior a cada data prevista para pagamento de uma parcela vincenda de amortização do Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração e da Atualização Monetária das Debêntures com Garantia Real, a ser calculada nos termos da Cláusula 6.12 a 6.15 da Escritura da Segunda Emissão (cada uma, “Parcela Vincenda de Amortização”), o montante equivalente à Parcela Vincenda de Amortização. Conforme estabelecido pelo Contrato de Administração de Contas, o Agente Fiduciário deverá determinar ao Banco Centralizador a movimentação/transferência a ser feita das Contas Vinculadas para fazer frente a tal pagamento, com a antecedência acima. Impreterivelmente até às 15h00 do Dia Útil anterior à cada data de pagamento da Parcela Vincenda de Amortização, o Agente Fiduciário deverá determinar ao Banco Centralizador a realização de transferência eletrônica disponível (TED) da Conta de Pagamento para a conta indicada pela **ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64, instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures (“Escriturador”) para pagamento dos valores devidos aos Debenturistas.

1.3.6. Conta de Serviço da Dívida. A Emissora irá constituir, por meio do Contrato de Administração de Contas e com base no Contrato de Cessão Onerosa, de forma irrevogável e irretroatável, para todos os fins de direito, a conta nº 14.917-9, agência 1615-2, mantida junto ao Banco Centralizador, uma conta de serviço da dívida para as Debêntures da Segunda Emissão, vinculada, na qual será depositado e mantido o montante equivalente ao Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida (bem como os rendimentos e os recursos decorrentes de amortização, negociação ou resgate de títulos, cotas ou ativos do Investimento Permitido, conforme estabelecido na Cláusula 1.1.1 acima, realizado com recursos desta conta), mantida junto ao Banco Centralizador, a ser movimentada exclusivamente pelo Banco Centralizador com prévia e expressa autorização do Agente Fiduciário até o integral pagamento das Obrigações Garantidas (“Conta de Serviço da Dívida”, e, em conjunto com a Conta Centralizadora do Município, a Conta Centralizadora da Emissora, a Conta de Adiantamentos, a Conta de Recebimento e a Conta de Pagamento, “Contas Vinculadas”).

1.3.6.1. A Emissora, na data de subscrição das Debêntures, deverá manter depositados na Conta de Serviço da Dívida recursos em moeda corrente nacional, vinculados ao pagamento das Debêntures (em seu vencimento regular ou antecipado), em montante igual ou superior ao somatório do valor das próximas 4 (quatro) Parcelas Vincendas de Amortização (“Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida”). O cálculo de tal valor, a ser feito pelo Agente Fiduciário, tomará por base o índice IPCA divulgado 01 (um) Dia



38/66

Several handwritten signatures and initials are present to the right of the stamp. One signature is large and stylized, while others are smaller and more abbreviated.

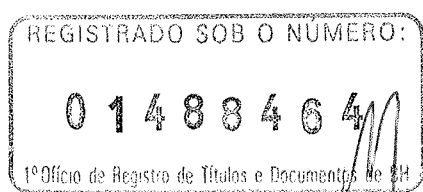
Útil antes da Data de Verificação, projetado até a efetiva data de pagamento de cada amortização das Debêntures consideradas para o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, sendo certo que deverá ser utilizada a projeção do IPCA divulgada pela ANBIMA.

1.3.6.1.1. Caberá ao Agente Fiduciário calcular mensalmente o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, até o 2º (segundo) Dia Útil anterior à cada data de pagamento de uma Parcela Vincenda de Amortização (“Data de Verificação”), a fim de verificar o enquadramento do Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, sendo certo que a primeira verificação será realizada na Data de Verificação do mês calendário imediatamente subsequente à data de subscrição das Debêntures.

1.3.6.1.2. Observado o prazo para pagamento de cada Parcela Vincenda de Amortização, a Emissora deverá atender a obrigação de, após cumprir o previsto na Cláusula 1.3.6.1 acima, compor o referido Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, cujos recursos serão enviados da Conta de Recebimento, ou se esta não tiver saldo suficiente, de outras Contas Vinculadas, e integralmente retidos na Conta de Serviço da Dívida até que haja montante suficiente para atendimento desta obrigação.

1.3.6.1.3. Atingido o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, e havendo recursos na Conta de Recebimento, e não havendo quaisquer Eventos de Avaliação e/ou Eventos de Vencimento Antecipado, conforme definidos na Escritura de Emissão, os recursos da Conta de Recebimento e o excesso ao Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida serão direcionados, mediante instrução encaminhada pelo Agente Fiduciário ao Banco Centralizador, com um Dia Útil de antecedência, para a Conta de Livre Movimentação no Dia Útil subsequente à data de pagamento da Parcela Vincenda de Amortização, respeitando o previsto nas Cláusulas 1.3.5.1 acima e 1.3.6.3 abaixo. As demais obrigações e procedimentos pertinentes a cada parte, principalmente aqueles relacionados ao Banco Centralizador e Agente Fiduciário, estão descritos no Contrato de Administração de Contas.

1.3.6.1.4. A partir do momento em que for atingido o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida e durante toda a existência das Debêntures, caso o Agente Fiduciário constate na Data de Verificação que o saldo da Conta de Serviço da Dívida esteja abaixo do Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, observado o disposto na Cláusula 1.3.6.1 acima e da Cláusula 6.24.13.1.4 da Escritura da Segunda Emissão, este deverá, conforme previsto no Contrato de Administração de Contas, (i) primeiramente enviar orientação ao Banco Centralizador para que transfira quaisquer recursos existentes na Conta de Recebimento ou na Conta de Pagamento (respeitando o atendimento do montante previsto na Cláusula 1.3.5.1 acima) para a Conta de Serviço da Dívida, de forma a atingir este Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, ficando o Banco Centralizador expressamente autorizado a acatar tal instrução e (ii) em segundo lugar, caso ainda assim não tenha sido atingido tal montante, enviar solicitação de



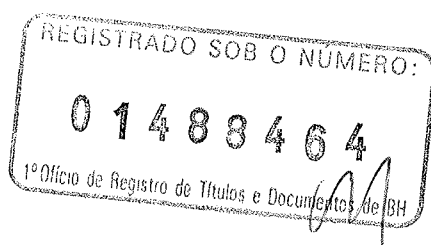
reposição à Emissora nesse sentido para providenciar a sua recomposição em até 2 (dois) Dias Úteis contados de tal solicitação, mediante o depósito de recursos próprios na Conta de Serviço da Dívida, observado o disposto na alínea (z) da Cláusula 9.1 da Escritura da Segunda Emissão.

1.3.6.2. Mensalmente, em cada Data de Verificação, após terem sido primeiramente atendidos todos os pagamentos a que se destina a Conta de Pagamento, conforme previsto neste Contrato de Cessão Fiduciária e no Contrato de Administração de Contas, bem como posteriormente atendidas todas as obrigações de constituição do Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, conforme descrita na Cláusula 1.3.6.1 e constituída por meio deste Contrato de Cessão Fiduciária e do Contrato de Administração de Contas, o eventual saldo que ainda exista na Conta de Pagamento e o eventual excesso sobre o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida será direcionado, por instrução do Agente Fiduciário ao Banco Centralizador, com 1 (um) Dia Útil de antecedência, para a Conta de Livre Movimentação (na forma prevista no Contrato de Administração de Contas), observados os termos da Cláusula 1.3.6.3 abaixo.

1.3.6.2.1. Na hipótese de não haver recursos suficientes na Conta de Pagamento para quitação integral de cada Parcela Vincenda de Amortização no 2º (segundo) Dia Útil anterior à data de pagamento da Parcela Vincenda de Amortização em questão, o Banco Centralizador, conforme previsto no Contrato de Administração de Contas e mediante autorização do Agente Fiduciário, transferirá recursos da Conta de Serviço da Dívida para a Conta de Pagamento, no montante que seja necessário para atendimento da obrigação da Cláusula 1.3.5.1 acima.

1.3.6.2.2. Observados os termos da Cláusula 1.3.6.2.1 acima, o Agente Fiduciário deverá, impreterivelmente até às 15h00 do Dia Útil anterior à data de pagamento da Parcela Vincenda de Amortização, informar ao Escriturador, conforme definido na Escritura da Segunda Emissão, com cópia para a Emissora, para a BM&FBOVESPA e para o Banco Liquidante, o valor a ser pago da Parcela Vincenda de Amortização.

1.3.6.3. Verificando-se o atendimento à Cláusula 1.3.4.1 acima, e havendo recursos correspondentes aos Créditos Cedidos Fiduciariamente na Conta de Recebimento e não havendo quaisquer Eventos de Avaliação e/ou Eventos de Vencimento Antecipado, conforme estabelecido pelo Contrato de Administração de Contas, esses recursos serão direcionados no Dia Útil subsequente ao recebimento, pelo Banco Centralizador, de instrução do Agente Fiduciário neste sentido, para a Conta de Livre Movimentação na Data de Verificação, os quais 90% (noventa por cento) deverão ser utilizados para amortização das Debêntures Subordinadas, observado o IGR e o IC previsto na Escritura da Segunda Emissão.



1.3.6.3.1. Caso, após a liquidação integral das Obrigações Garantidas, existam recursos nas Contas Vinculadas, estes deverão, nos termos do Contrato de Administração de Contas, ser transferidos para a Conta de Livre Movimentação no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data de liquidação integral das Obrigações Garantidas.

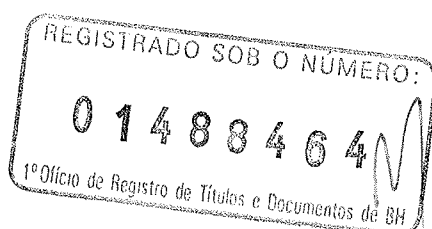
1.3.7. Na hipótese de ocorrência de um Evento de Avaliação e/ou Evento de Vencimento Antecipado, inclusive o vencimento antecipado deliberado pelos Debenturistas em decorrência do inadimplemento de obrigações não pecuniárias previstas na Escritura de Segunda Emissão, o Agente Fiduciário, tão logo tome conhecimento de tais eventos, deverá, conforme previsto no Contrato de Administração de Contas, notificar o Banco Centralizador e determinar a interrupção imediata todos os procedimentos de transferência de valores das Contas Vinculadas para a Conta de Livre Movimentação, nos termos previstos nos Contratos de Garantia.

1.3.7.1. O Agente Fiduciário não será responsável caso, após cumpridos os procedimentos acima descritos, a transferência de valores de quaisquer das Contas Vinculadas para a Conta de Livre Movimentação seja realizada após a ocorrência de um dos Eventos de Avaliação e/ou Evento de Vencimento Antecipado, caso tal evento ainda não seja de conhecimento do Agente Fiduciário.

1.3.8. Na hipótese de ocorrer um dos Eventos de Avaliação ou Vencimento Antecipado, previstos na Escritura da Segunda Emissão, inclusive o vencimento antecipado deliberado pelos Debenturistas em decorrência de inadimplemento de obrigações não pecuniárias previstas na Escritura de Segunda Emissão por parte da Emissora, ou o inadimplemento de qualquer das Obrigações Garantidas da Emissora, em conjunto ou isoladamente, o Agente Fiduciário fica, desde já, em caráter irrevogável e irretratável, autorizado pela Emissora a, mediante solicitação ao Banco Centralizador, nos termos do Contrato de Administração de Contas, reter os valores depositados nas Contas Vinculadas e obrigado a utilizá-los para a amortização dos valores devidos por esta em decorrência das Obrigações Garantidas, nos termos das Cláusulas 4 e 4.1 abaixo, e na forma prevista no Contrato de Administração de Contas.

1.3.9. Adicionalmente, a SMF obriga-se em caráter irrevogável e irretratável a destinar o pagamento dos Direitos de Crédito Autônomos e dos demais Créditos Cedidos Fiduciariamente, pagos em moeda corrente mediante depósito, exclusivamente para a Conta Centralizadora da Emissora.

1.3.9.1. A Emissora e o Município (conforme aplicável), nos termos da cláusula 5.18 do Anexo I ao Contrato de Administração de Contas, nomearam o Banco Centralizador como depositário das Contas Vinculadas e dos rendimentos financeiros delas decorrentes. O Banco Centralizador, nos termos do Contrato de Administração de Contas, expressamente aceitou a nomeação como fiel depositário das Contas Vinculadas e dos rendimentos financeiros delas decorrentes e assume total responsabilidade pela



41/66

Several handwritten signatures and initials in black ink, some overlapping the page number.

boa manutenção, conservação e preservação dos valores assim recebidos. Nos termos do Contrato de Administração de Contas, o Banco Centralizador ficou obrigado, em caráter irrevogável e irretratável, a não compensar nem deduzir qualquer valor dos valores recebidos nas Contas Vinculadas, exceto os custos de pagamento de sua remuneração, que poderá ser debitado da Conta de Recebimento, conforme previsto na Cláusula 4.2 do Contrato de Administração de Contas, bem como aquelas decorrentes de obrigações legais, bem como aceitar as ordens recebidas diretamente do Agente Fiduciário relativa às movimentações das Contas Vinculadas.

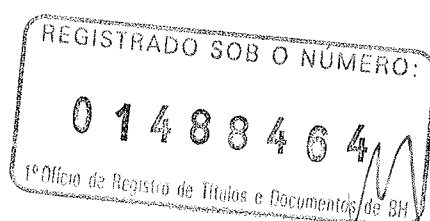
1.3.9.2. O Banco Centralizador obrigou-se, nos termos do Contrato de Administração de Contas, a fornecer de forma automática, através do acesso ao Auto Atendimento Setor Público Banco do Brasil, e independentemente de qualquer solicitação, à SMF, à Emissora e ao Agente Fiduciário, relatórios mensais de acompanhamento das Contas Vinculadas, contendo os valores das operações de débito e crédito efetuadas nas referidas contas dentro do aludido período (extratos bancários) estando autorizado pela Emissora e pelo Município a fornecer tais informações ao Agente Fiduciário, nos termos do Contrato de Administração de Contas. Os relatórios mensais de acompanhamento das Contas Vinculadas serão fornecidos na forma escrita, por meio físico ou eletrônico, à escolha do Banco Centralizador.

1.3.9.3. Adicionalmente, na forma prevista no Contrato de Cessão Onerosa, o Município, por meio da SMF, está obrigado a enviar por via eletrônica mensalmente ao Agente Fiduciário, com cópia à Emissora, comunicação contendo todas as informações necessárias à avaliação da normalidade do fluxo de Direitos de Crédito Autônomos pelo Agente Fiduciário.

1.3.9.4. Para fins de cumprimento das normas de sigilo bancário em vigor, nos termos do Contrato de Administração de Contas, a Emissora e o Município expressamente autorizaram o repasse, pelo Banco Centralizador ao Agente Fiduciário e, por sua vez, o repasse pelo Agente Fiduciário aos Debenturistas, das informações referentes às Contas Vinculadas.

1.3.10. A Emissora e o Município, para todos os fins de direito, não poderão realizar qualquer movimentação nas Contas Vinculadas, seja referente aos recursos depositados e/ou aplicados, sendo o Agente Fiduciário a única parte autorizada exclusivamente a movimentar as Contas Vinculadas e todos os recursos ali depositados e/ou aplicados em caso de ocorrência de um dos Eventos de Avaliação ou eventos de Vencimento Antecipado, ou ainda de inadimplemento das Obrigações Garantidas, conforme previsto no Contrato de Administração de Contas.

1.3.11. A Emissora fica obrigada a sempre assegurar que (i) a Conta de Serviço da Dívida tenha o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, correspondente a montante igual ou superior ao somatório do valor das próximas 4 (quatro) Parcelas



Vincendas de Amortização; (ii) a Conta de Pagamento tenha o montante equivalente à uma Parcela Vincenda de Amortização; e (iii) a Conta de Recebimento tenha recursos suficientes para cumprir de forma integral o previsto nos itens (i) e (ii) acima, nos termos deste Contrato de Cessão Fiduciária.

1.3.12. Fica desde já estabelecido que a Emissora e o Município se obrigam a não realizar qualquer ato ou procedimento que implique ou possa resultar no fechamento, cancelamento ou bloqueio de qualquer recurso decorrente dos Créditos Cedidos Fiduciariamente das Contas Vinculadas e/ou resulte em sua movimentação e na transferência dos recursos ali depositados de forma diversa daquela aqui estabelecida.

1.3.13. Todos e quaisquer custos, despesas, taxas e/ou tributos das averbações e registros aqui previstos ou relacionados a este Contrato de Cessão Fiduciária serão de responsabilidade única e exclusiva da Emissora. A Emissora deverá antecipar os valores necessários ao Agente Fiduciário, por quaisquer custos, despesas, taxas e/ou tributos decorrentes deste Contrato de Cessão Fiduciária, desde que razoáveis e devidamente comprovados. Em caso de eventual pagamento feito pelo Agente Fiduciário, a Emissora deverá proceder o seu ressarcimento, no prazo máximo e improrrogável de 2 (dois) Dias Úteis contados do recebimento da respectiva nota de débito, emitida pelo Agente Fiduciário com os respectivos comprovantes. O Agente Fiduciário, no entanto, fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter tais despesas reembolsadas pela Emissora, conforme o caso, caso tenham sido realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero ou (ii) a função fiduciária que lhe é inerente.

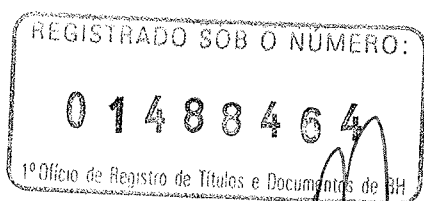
1.4. Pelo presente Contrato de Cessão Fiduciária, o Agente Fiduciário fica expressamente autorizado pela Emissora a receber extratos, recibos e relatórios relativos às Contas Vinculadas com periodicidade mensal, ou mediante solicitação.

1.5. Características das Debêntures:

1.5.1. Para os fins legais, as partes descrevem as principais condições financeiras das Obrigações Garantidas, sem prejuízo do detalhamento constante na Escritura da Segunda Emissão, que, para esse efeito, é considerada aqui integralmente transcrita:

(i) o valor total da emissão das Debêntures da Segunda Emissão, realizada em série única, é de R\$ 230.000.000,00 (duzentos e trinta milhões de reais), em 15 de abril de 2014 (“Data de Emissão”), representada por 2.300 (dois mil e trezentos) debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) (“Valor Nominal Unitário”);

(ii) a data de vencimento final das Debêntures será em 15 de abril de 2021 (“Data de Vencimento”);



A large, stylized handwritten signature in black ink.

43/66

Handwritten signatures and initials in black ink, including a large signature and several smaller initials.

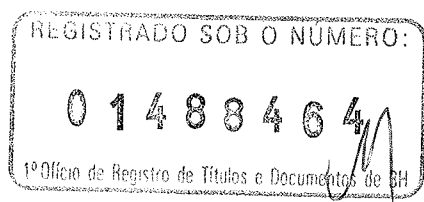
(iii) as Debêntures são atualizadas monetariamente de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (“IBGE”), na forma prevista na Cláusula 6.13 da Escritura da Segunda Emissão e remuneradas por juros correspondentes à soma exponencial (i) do percentual correspondente à multiplicação em forma fatorial (i) da taxa interna de retorno das Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B), com vencimento em 15 de agosto de 2016, a serem apuradas no Dia Útil anterior à data do Procedimento de *Bookbuilding*, conforme taxas indicativas divulgadas pela ANBIMA em sua página na internet (<http://www.anbima.com.br>); e (ii) de um percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, e, em qualquer caso, limitado a 5% (cinco por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Atualizado, a partir da Data de Emissão, calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis, na forma prevista na Cláusula 6.14 da Escritura da Segunda Emissão.

(iv) os percentuais de amortização indicados no cronograma de amortização definido no “Anexo II” da Escritura da Segunda Emissão incidirão sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, para cada parcela, desde a primeira parcela com vencimento em 15 de maio de 2014 até a última com vencimento em 15 de abril de 2021, nos termos do “Anexo II” da Escritura da Segunda Emissão, cuja cópia integra o presente como Anexo I; e

(v) ocorrendo atraso imputável à Emissora na manutenção dos recursos que serão utilizados no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso, independentemente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ficarão sujeitos à multa moratória, não compensatória, de 2% (dois por cento) e juros de mora *pro rata temporis* de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre os valores em atraso devidamente acrescidos da Atualização Monetária e da Remuneração das Debêntures (conforme definidos, respectivamente, nas Cláusulas 6.13 e 6.14 da Escritura da Segunda Emissão, e descrito no item “iii” acima) desde a data de inadimplemento até a data do seu efetivo pagamento.

CLÁUSULA II OBRIGAÇÕES GARANTIDAS

2. A cessão fiduciária dos Créditos Cedidos Fiduciariamente, ora avençada, visa garantir o fiel, cabal e pronto cumprimento das Obrigações Garantidas, as quais a Emissora declara expressamente e em detalhes conhecer, compreendendo obrigações principais ou acessórias, tais como juros ordinários e de mora, encargos moratórios, multas, atualização monetária, tributos ou contribuições, além das despesas incorridas pelo Agente Fiduciário para defesa, conservação e satisfação integral de seus direitos e



44/66

outras despesas previstas ou decorrentes dos respectivos instrumentos contratuais, seja em juízo ou fora dele.

CLÁUSULA III **IRREVOGABILIDADE**

3. A presente cessão fiduciária dos Créditos Cedidos Fiduciariamente é irrevogável e irretratável e vigorará até que as Obrigações Garantidas sejam integralmente liquidadas pela Emissora.

CLÁUSULA IV **EXCUSSÃO DA GARANTIA**

4. O Agente Fiduciário fica autorizado, de forma irrevogável e irretratável, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial a qualquer das partes deste instrumento, a dispor extrajudicialmente dos Créditos Cedidos Fiduciariamente e a aplicar os respectivos recursos no pagamento das Obrigações Garantidas, no caso de (i) declaração de Vencimento Antecipado das Debêntures nos termos da Escritura da Segunda Emissão; ou (ii) ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas nas alíneas (a) a (g) abaixo, desde que tal fato seja considerado um Evento de Inadimplemento, na forma prevista na Cláusula IX da Escritura da Segunda Emissão:

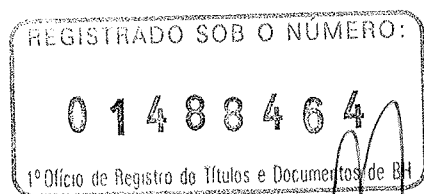
(a) se as garantias convencionadas neste Contrato de Cessão Fiduciária não forem devidamente efetivadas ou formalizadas, incluindo o registro deste Contrato de Cessão Fiduciária nos cartórios de registro de títulos e documentos competentes conforme cláusula 8 abaixo;

(b) a constatação, a qualquer momento, de qualquer falsidade, imprecisão ou incorreção quanto a qualquer declaração ou garantia prestada pela Emissora neste Contrato de Cessão Fiduciária;

(c) se for proposta qualquer medida judicial ou administrativa que afete a propriedade, posse, destinação ou livre utilização dos Créditos Cedidos Fiduciariamente, ou que cause qualquer embaraço a seu uso;

(d) se não forem cumpridas quaisquer obrigações descritas na cláusula 1.3.6 deste Contrato de Cessão Fiduciária pela Emissora;

(e) não pagamento ou transferência, na forma prevista no Contrato de Administração de Contas, dos Direitos de Crédito Autônomos e demais Créditos Cedidos Fiduciariamente nas Contas Vinculadas;



45/66

(f) a transferência, por parte da Emissora, a quaisquer terceiros, de quaisquer obrigações assumidas nos Contratos de Garantia sem prévia anuência do Agente Fiduciário; ou

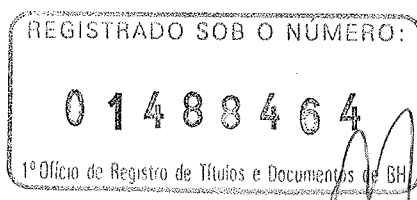
(g) inadimplemento total ou parcial, pela Emissora, das Obrigações Garantidas.

4.1. Execução da Garantia. Na hipótese prevista no item “(i)” do caput da Cláusula 4 acima, independentemente de realização de Assembleia Geral de Debenturistas ou notificação ao Agente Fiduciário, consolidar-se-á em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, a titularidade dos Créditos Cedidos Fiduciariamente, podendo o Agente Fiduciário, sem prejuízo dos demais direitos previstos em lei, especialmente aqueles previstos no Código Civil, excutir a presente garantia, observado o disposto na legislação vigente, podendo promover a venda, cessão ou transferência dos Créditos Cedidos Fiduciariamente, judicial ou extrajudicialmente (de forma amigável), em uma ou mais vezes, em operação pública ou privada, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial ou de qualquer outro procedimento, sendo desde já expressamente autorizada pelos Intervenientes Anuentes para tanto. Nas demais hipóteses de descumprimento de obrigação assumida neste Contrato de Cessão Fiduciária, pela Emissora, que não estejam elencadas no item (i) do caput da Cláusula 4, fica o Agente Fiduciário obrigado a convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas, para deliberar acerca da execução da garantia.

4.1.1. Fica expressamente estabelecido pelas partes que o Agente Fiduciário deterá a propriedade resolúvel dos Créditos Cedidos Fiduciariamente. Na qualidade de proprietário fiduciário dos Créditos Cedidos Fiduciariamente, poderá o Agente Fiduciário praticar todos os atos necessários para salvaguardar tais direitos, incluindo, sem limitação, executar a garantia a que esses direitos se prestem, em caso de mora de quaisquer obrigações decorrentes das Debêntures, observado o disposto na Cláusula 4 deste Contrato de Cessão Fiduciária.

4.1.2. Na forma prevista no Contrato de Cessão Onerosa, o Município, por meio da SMF, está obrigado, em caráter irrevogável e irretratável, a fazer com que os recursos advindos da cobrança judicial e/ou extrajudicial dos Créditos Tributários ou Não Tributários que dão origem aos Direitos de Crédito Autônomos e aos demais Créditos Cedidos Fiduciariamente sejam depositados exclusivamente na Conta de Recebimento, de modo a que o fluxo de recebimento siga seu curso ordinário, conforme previsto na Cláusula 1.3 acima.

4.1.3. Durante o prazo deste Contrato de Cessão Fiduciária, em razão da oneração dos Créditos Cedidos Fiduciariamente, o Município, por intermédio da SMF e da PGM, será considerado fiel depositário, nos termos dos artigos 627 e seguintes do Código Civil, dos produtos de todo e qualquer Crédito Cedido Fiduciariamente que venha a ser recebido diretamente pelo Município, por intermédio da SMF e da PGM, inclusive em



46/66

razão de qualquer procedimento de cobrança judicial ou extrajudicial, propostos contra os Contribuintes devedores dos parcelamentos que deram origem aos Direitos de Crédito Autônomos, nos termos da legislação aplicável, até a sua efetiva transferência para a respectiva Conta Centralizadora.

4.2. Poderes. Para os fins de excussão da presente garantia, conforme previsto nesta Cláusula IV, o Agente Fiduciário, na qualidade de proprietário fiduciário dos Créditos Cedidos Fiduciariamente ora cedidos fiduciariamente em garantia, exercerá sobre estes todos os poderes que lhe são assegurados pela legislação vigente, inclusive poderes *ad judicia* e *ad negotia*, em especial aqueles para:

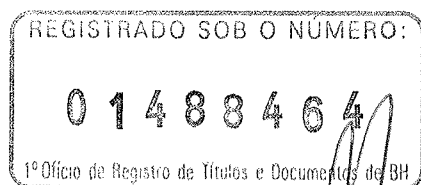
(a) utilizar os Créditos Cedidos Fiduciariamente diretamente na liquidação das Obrigações Garantidas;

(b) observado o disposto na legislação vigente, incluindo, mas não se limitando à Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei Autorizativa, a Constituição Federal e ao Código Tributário Nacional, vender, ceder ou transferir extrajudicialmente os Créditos Cedidos Fiduciariamente;

(c) dar quitação e assinar quaisquer documentos ou termos, por mais especiais que sejam, necessários à prática dos atos aqui referidos, sendo (a), (b) e/ou (c) praticados sem necessidade de dar qualquer prévio aviso ou notificação à Emissora ou ao Município; e/ou

(d) utilizar os recursos decorrentes dos Créditos Cedidos Fiduciariamente depositados nas Contas Vinculadas ou requerer os recursos, até o valor dos respectivos Créditos Cedidos Fiduciariamente, para liquidação das Obrigações Garantidas, respeitando as disposições e obrigações previstas no Contrato de Administração de Contas.

4.3. Para fins exclusivos do disposto na Cláusula 4.2 acima, a Emissora e o Município, por meio deste instrumento nomeia e constituem o Agente Fiduciário seu bastante procurador, outorgando-lhe poderes especiais para praticar todo e qualquer ato necessário com relação aos Créditos Cedidos Fiduciariamente, para o pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantidas, inclusive firmar recibos, termos ou quaisquer outros documentos em nome da Emissora ou do Município, representar a Emissora ou o Município perante qualquer repartição pública federal, estadual e municipal, e perante terceiros, até que seja concluída e liquidada a excussão da garantia com poderes especiais para (i) representar a Emissora ou o Município perante juntas comerciais e cartórios de registro de pessoas jurídicas em qualquer Estado do País, assinando formulários, pedidos e requerimentos; (ii) representar a Emissora ou o Município perante instituições financeiras custodiantes ou prestadores de serviços de escrituração, em nome e em benefício dos Debenturistas, e eventual posterior alienação a terceiros; e (iii) praticar todos e quaisquer outros atos necessários ao bom e fiel cumprimento do



47/66

Several handwritten signatures and initials are present. One large signature is on the left, and several smaller ones are on the right, including one that looks like a stylized 'X'.

presente mandato, sendo vedado o seu substabelecimento. O presente mandato é outorgado em caráter irrevogável e irretratável, sendo sua outorga condição do negócio, nos termos do artigo 684 do Código Civil, durante todo o prazo de vigência deste Contrato de Cessão Fiduciária e até que todas as Obrigações Garantidas tenham sido integralmente cumpridas.

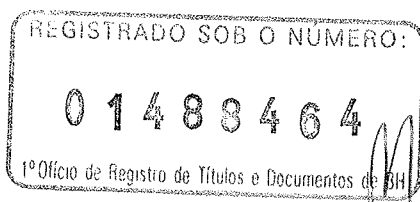
4.3.1. Sem prejuízo do disposto na presente Cláusula 4, em complemento aos poderes outorgados na Cláusula 4.3 acima, a Emissora e o Município outorgam nesta data, o instrumento particular de procuração em favor do Agente Fiduciário, nos termos do Anexo II ao presente Contrato de Cessão Fiduciária.

4.4. Fica certo e ajustado que a execução ou excussão da cessão fiduciária dos Créditos Cedidos Fiduciariamente independerá de qualquer providência preliminar por parte dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, tais como aviso, protesto, notificação, interpelação ou prestação de contas, de qualquer natureza.

4.5. A Emissora e o Município obrigam-se a praticar todos os atos e cooperar com o Agente Fiduciário em tudo que se fizer necessário ao cumprimento do disposto nesta Cláusula 4.

4.6. Adicionalmente, fica desde já certo e ajustado, que a aquisição das Debêntures implica automática, irrevogável e irretratavelmente na (i) confirmação e ratificação, pelos Debenturistas, de todos os atos praticados pelo Agente Fiduciário em relação à constituição da presente cessão fiduciária em favor dos Debenturistas; e (ii) na outorga de procuração irrevogável e irretratável para representá-los (os Debenturistas) judicial e extrajudicialmente em todos os atos e processos relacionados às Debêntures, conferindo-lhe desde já todos os poderes úteis e necessários ao desempenho desse mister, a exemplo dos poderes para constituir advogados, comparecer perante quaisquer autoridades públicas, inclusive do Poder Judiciário, sendo tal outorga condição do negócio, nos termos do artigo 684 do Código Civil.

4.7. Cessão Fiduciária dos Créditos Cedidos Fiduciariamente. Na hipótese prevista na Cláusula 4 acima, o Agente Fiduciário aplicará o produto dos Créditos Cedidos Fiduciariamente ou da sua venda a terceiros e/ou recursos requeridos, até os seus respectivos valores, na liquidação das Obrigações Garantidas (respeitando a ordem de utilização dos recursos prevista na Escritura, e as disposições e obrigações previstas no Contrato de Administração de Contas) e das despesas decorrentes da execução da Garantia (inclusive honorários advocatícios, custas e despesas judiciais para fins de excussão do presente instrumento, além de eventuais tributos, encargos taxas e comissões). Caso o produto da execução de garantia seja suficiente para a integral liquidação das Obrigações Garantidas e das despesas com a excussão da garantia, e ainda seja apurado saldo positivo, o Agente Fiduciário entregará o saldo à Emissora, acompanhado do respectivo demonstrativo da sua apuração. Caso o produto da



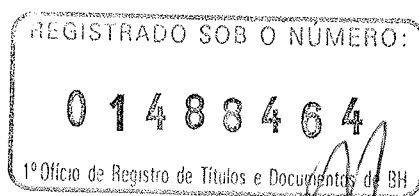
execução da garantia seja insuficiente para garantir a integral liquidação das Obrigações Garantidas e despesas com a excussão da garantia, a Emissora ainda assim permanecerá obrigada a quitar o saldo remanescente decorrente das Obrigações Garantidas, nos termos da Escritura da Segunda Emissão, deste Contrato de Cessão Fiduciária e do Contrato de Administração de Contas.

4.8. A excussão da presente garantia na forma aqui prevista será procedida de forma independente e em adição a qualquer outra execução de garantia, real ou pessoal, concedida pela Emissora nos termos deste Contrato de Cessão Fiduciária e da Escritura da Segunda Emissão, podendo os Créditos Cedidos Fiduciariamente serem executados anteriormente, posteriormente, ou ainda, simultaneamente à execução de qualquer outra garantia, sem que, com isso, os Debenturistas, neste ato representados pelo Agente Fiduciário sejam prejudicados ou percam qualquer direito ou possibilidade de exercer o seu direito no futuro até a quitação integral das Obrigações Garantidas.

4.9. Sigilo das Informações. Nos procedimentos alusivos à formalização e à execução da cessão do direito aos recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos, as partes reconhecem a obrigação do Município de preservar o sigilo relativo a qualquer informação sobre a situação econômica ou financeira dos contribuintes e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades.

4.9.1. Fica vedada às partes a divulgação ou a utilização, conforme o caso, para fins outros que não aqueles relacionados ao objeto deste Contrato de Cessão Fiduciária, da identidade dos Contribuintes, de seus débitos e dos respectivos Parcelamentos, sob pena das responsabilizações decorrentes de eventuais perdas e danos, conforme determinado por decisão judicial transitada em julgado.

4.9.2. Sem prejuízo do disposto acima, a Emissora e/ou o Agente Fiduciário somente poderão ter acesso às informações contidas no exemplar de CD-ROM referidos no Considerando (b) para fazer prova em juízo, quando isso for necessário à defesa dos direitos, das garantias e das prerrogativas da Emissora e/ou dos Debenturistas, nos termos dos documentos relacionados à Emissão, ou ainda para atender requisição de autoridade competente que tenha instaurado procedimento administrativo ou ação judicial em face da Emissora e/ou do Agente Fiduciário decorrente de fato relacionado aos documentos da Emissão. Nesse caso, caberá ao Custodiante providenciar o depósito do exemplar de CD-ROM perante a autoridade judicial ou administrativa encarregada da ação judicial e/ou do procedimento administrativo, sem necessidade de consultar o Município, a SMF ou a PGM, porém, alertando sobre o caráter sigiloso dos respectivos dados.

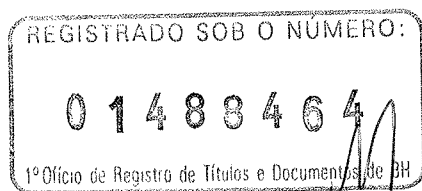


49/66

CLÁUSULA V
DECLARAÇÕES E GARANTIAS

5. A Emissora e o Município, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, declaram e asseguram em relação a si mesmo e conforme aplicável, ao Agente Fiduciário, que:

- (a) (i) a Emissora é legítima titular e proprietária de direitos emergentes do Contrato de Cessão Onerosa; (ii) após a integralização das Debêntures Subordinadas, a Emissora será legítima proprietária dos Direitos de Crédito Autônomos; e (iii) a Emissora é legítima titular e proprietária de todos os direitos sobre as Contas Vinculadas (ressalvada a titularidade da Conta Centralizadora do Município pelo Município), e será legítima titular e proprietária de todos os recursos, direitos de crédito e acessórios relacionados aos Direitos de Crédito Autônomos depositados ou a serem depositados e mantidos nas Contas Vinculadas, os quais se encontram ou, conforme o caso, se encontrarão livres de quaisquer ônus, encargos ou gravames de qualquer natureza, legais ou convencionais, excetuando-se a cessão fiduciária em garantia feita nos termos deste Contrato de Cessão Fiduciária e das Debêntures;
- (b) este Contrato de Cessão Fiduciária constitui uma obrigação legal, válida e eficaz da Emissora, exigível de acordo com seus respectivos termos;
- (c) tem plenos poderes, capacidade e está devidamente autorizada a celebrar o presente instrumento e a cumprir com todas as obrigações neles previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para a celebração e cumprimento das obrigações assumidas nos termos deste Contrato de Cessão Fiduciária;
- (d) nem a celebração deste Contrato de Cessão Fiduciária, tampouco a consumação dos termos aqui pactuados violam (i) qualquer disposição de seu estatuto social; (ii) as normas legais e regulamentares a que ele e/ou seus bens estejam sujeitos; e/ou (iii) quaisquer contratos, acordos, autorizações governamentais ou compromissos obrigacionais aos quais estejam vinculados;
- (e) a celebração deste Contrato de Cessão Fiduciária é compatível com a capacidade econômica, financeira e operacional da Emissora de forma que o registro de qualquer débito nas Contas Vinculadas e a cessão fiduciária dos Créditos Cedidos Fiduciariamente prevista neste Contrato de Cessão Fiduciária não deverão acarretar qualquer impacto negativo na capacidade econômica, financeira e operacional, ou na sua capacidade de honrar quaisquer compromissos e obrigações;
- (f) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou qualquer contestação, independentemente de quem seja o autor, visando anular, alterar, invalidar,



50/66

[Handwritten signatures and initials]

questionar ou, de qualquer forma, afetar adversamente as obrigações assumidas neste Contrato de Cessão Fiduciária; e

(g) não poderá movimentar as Contas Vinculadas, durante a vigência deste Contrato de Cessão Fiduciária, não sendo permitida à Emissora e ao Município a emissão de cheques, a movimentação por meio de cartão de débito ou ordem verbal ou escrita ou qualquer outra movimentação dos recursos depositados nas Contas Vinculadas, que serão movimentadas única e exclusivamente pelo Banco Centralizador mediante prévia e expressa aprovação do Agente Fiduciário.

5.1. Até o pagamento integral das Obrigações Garantidas, a Emissora e o Município comprometem-se a:

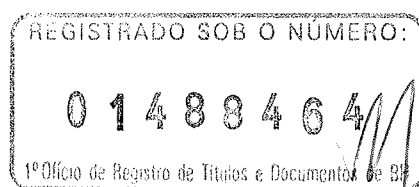
(a) não constituir sobre os Créditos Cedidos Fiduciariamente qualquer outro ônus ou gravame além da cessão fiduciária objeto deste Contrato de Cessão Fiduciária e a não vender, ceder em garantia, arrendar, alugar ou de qualquer outra forma alienar qualquer parte dos Créditos Cedidos Fiduciariamente a terceiros, exceto se previamente aprovado pelos Debenturistas;

(b) manter o Agente Fiduciário indene e a salvo de todos e quaisquer custos e despesas (incluindo, sem limitação, honorários advocatícios) que venha comprovadamente a incorrer (i) provenientes de qualquer atraso no pagamento dos tributos incidentes ou devidos relacionados a qualquer dos Créditos Cedidos Fiduciariamente; (ii) resultantes de comprovada violação de qualquer das declarações assumidas neste Contrato de Cessão Fiduciária; e (iii) referentes à formalização e ao aperfeiçoamento da cessão fiduciária dos Créditos Cedidos Fiduciariamente, de acordo com este Contrato de Cessão Fiduciária, exceto com relação aos custos decorrentes diretamente de culpa ou dolo por parte do Agente Fiduciário, conforme decisão transitada em julgado;

(c) defender, de forma tempestiva e eficaz, os direitos do Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, sobre os Créditos Cedidos Fiduciariamente, contra quaisquer procedimentos ou processos que venham a ser propostos por terceiros ou que a Emissora, a SMF, a PGM ou o Município venham a ter ciência e que possam, de qualquer forma, afetar adversamente a presente garantia;

(d) não terminar ou alterar qualquer contratos ou instrumentos relacionados aos Créditos Cedidos Fiduciariamente, sem a prévia e expressa anuência do Agente Fiduciário, conforme orientação dos Debenturistas;

(e) não celebrar qualquer contrato ou praticar qualquer ato que restrinja os direitos ou capacidade dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, de vender ou de outra forma dispor dos Créditos Cedidos Fiduciariamente, no todo ou em parte, após a



ocorrência de um evento de Vencimento Antecipado, conforme definido na Escritura da Segunda Emissão;

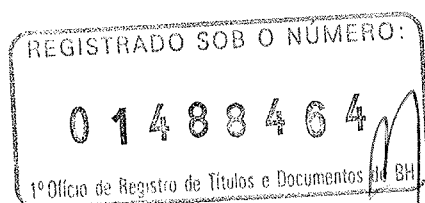
(f) cumprir com os termos e condições do Contrato de Administração de Contas, observado que um inadimplemento no Contrato de Administração de Contas será considerado um Evento de Avaliação ou um evento de Vencimento Antecipado, nos termos da alínea (u) da Cláusula 7.1 ou da alínea (z) da Cláusula 9.1, respectivamente, da Escritura da Segunda Emissão;

(g) manter e preservar todos os direitos reais de garantia constituídos nos termos deste Contrato de Cessão Fiduciária e eventuais aditamentos e notificar no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do respectivo evento o Agente Fiduciário sobre qualquer evento, fato ou circunstancia, incluindo, sem limitação, qualquer decisão, ação judicial, procedimento administrativo, procedimento arbitral, reivindicação, investigação ou alteração de legislação (ou na sua interpretação) ou, ainda, qualquer evento, fato ou circunstancia potencial que vier a ser de seu conhecimento e que possa ser justificadamente considerado como apto a afetar a validade, legalidade ou eficácia da garantia real constituída nos termos deste Contrato de Cessão Fiduciária;

(h) observada a Cláusula 4.9 acima, quando solicitado pelo Agente Fiduciário, fornecer prontamente todas as informações e/ou cópias autenticadas de quaisquer documentos em meio físico ou eletrônico relacionados à comprovação dos débitos e parcelamentos entre Contribuintes e o Município, eventualmente acompanhados de certidão de dívida ativa se tratar de débito inscrito ("Documentos Comprobatórios"), relacionados aos Créditos Cedidos Fiduciariamente para verificar o atendimento às disposições do presente Contrato de Cessão Fiduciária, bem como dar cumprimento a todas as instruções escritas recebidas do Agente Fiduciário para cumprimento do presente Contrato de Cessão Fiduciária, especialmente quando da ocorrência de um Evento de Inadimplemento, conforme definido na Escritura da Segunda Emissão;

(i) observada a Cláusula 4.9 acima, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, ou em prazo menor que venha a ser determinado por autoridade competente, fornecer ao Agente Fiduciário todas as informações, cópias de documentos, declarações e comprovações que venham a ser solicitadas com relação aos Créditos Cedidos Fiduciariamente, de forma a permitir que o Agente Fiduciário verifique o cumprimento das obrigações ora assumidas e excute, caso aplicável, as disposições do presente Contrato de Cessão Fiduciária;

(j) comunicar ao Agente Fiduciário, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer ato ou fato que possa depreciar ou ameaçar a garantia prestada nos termos deste Contrato de Cessão Fiduciária;



52/66

Several handwritten signatures and initials are present on the right side of the page, including a large signature and several smaller initials.

(k) informar imediatamente ao Agente Fiduciário sobre a ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento, conforme definido na Escritura da Segunda Emissão;

(l) informar o Agente Fiduciário, imediatamente após o seu recebimento, sobre qualquer comunicação recebida com relação a processo administrativo, investigação ou imposição de qualquer penalidade decorrente do descumprimento de qualquer dever legal ou contratual da Emissora ou da SMF que possa afetar o recebimento dos Créditos Cedidos Fiduciariamente;

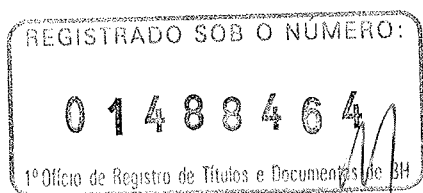
(m) praticar todos os atos e assinar todo e qualquer documento, necessários à manutenção dos direitos decorrentes deste Contrato de Cessão Fiduciária, devendo a Emissora proceder, às suas expensas, ao registro deste Contrato de Cessão Fiduciária e de seus anexos ou aditamentos nos cartórios de títulos e documentos das Cidades de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e São Paulo, Estado de São Paulo, conforme Cláusula VIII abaixo;

(n) não alterar ou encerrar qualquer das Contas Vinculadas ou permitir que seja alterado qualquer termo ou condição dos respectivos contratos de abertura de conta corrente ou de investimento, nem praticar qualquer ato, ou abster-se de praticar qualquer ato, que possa, de qualquer forma, resultar na alteração, encerramento ou oneração de qualquer das Contas Vinculadas.

5.1.1. Sempre que for verificada a celebração de Termo de Recomposição ou de Termo de Recompra (conforme definidos no Contrato de Cessão Onerosa), a Emissora se compromete a notificar o Agente Fiduciário a respeito do Termo de Recomposição ou de Termo de Recompra, conforme for o caso, e celebrar, em conjunto com o Município e o Agente Fiduciário, com a expressa anuência dos Interveniente Anuentes, o “Termo de Cessão Fiduciária”, na forma do modelo constante do Anexo III ao presente Contrato de Cessão Fiduciária.

5.1.1.1 Por meio do Termo de Cessão Fiduciária, a Emissora e o Município (no caso do Município, exclusivamente no que se refere aos recursos, direitos de crédito e acessórios relacionados aos Direitos de Crédito Autônomos depositados nas Contas Vinculadas, bem como todos os direitos sobre as Contas Vinculadas) irão ceder e transferir aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, em caráter irrevogável e irretratável, a propriedade fiduciária dos novos Direitos de Crédito Autônomos cedidos por meio do Termo de Recomposição (conforme definido no Contrato de Cessão Onerosa), ou, se for o caso, do valor pago em moeda corrente nacional cedido por meio do Termo de Recompra (conforme definido no Contrato de Cessão Onerosa).

5.1.1.2 O Termo de Cessão Fiduciária integrará o presente Contrato de Cessão Fiduciária para todos os fins de direito, assim como os Direitos de Crédito Autônomos ou o valor pago em moeda corrente nacional, conforme for o caso, cedidos



53/66

Handwritten signatures and initials in black ink, including a large signature on the left and several smaller initials on the right.

fiduciariamente por meio do referido instrumento, integrarão os Créditos Cedidos Fiduciariamente, dispensando a celebração de qualquer termo aditivo ao presente Contrato.

5.1.1.3 O Termo de Cessão Fiduciária deverá ser levado a registro nos termos da Cláusula 8 abaixo.

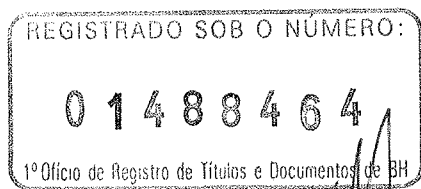
5.2. A SMF e a PGM, neste ato, também declaram expressamente que as informações contidas no CD-ROM permitem a perfeita individualização e identificação dos Direitos de Crédito Autônomos, inclusive contendo informações que permitem a perfeita identificação de cada Contribuinte devedor dos Direitos de Crédito Autônomos, sendo que a entrega do CD-ROM ao Custodiante é feita sob dever de sigilo.

5.3. As declarações e garantias aqui prestadas subsistirão ao término deste Contrato de Cessão Fiduciária, comprometendo-se a Emissora a indenizar e a manter indenidos o Agente Fiduciário e o Banco Centralizador e suas respectivas controladoras, coligadas, controladas e afiliadas e seus respectivos administradores, empregados, consultores e agentes contra todas e quaisquer reivindicações, danos, perdas, obrigações, responsabilidades e despesas (incluindo, sem limitação, despesas e honorários advocatícios) em que qualquer uma das pessoas acima venha a incorrer ou que contra ela venha a ser cobrado, em cada caso em decorrência da inveracidade, imprecisão ou inexistência de qualquer de suas declarações aqui contidas.

CLÁUSULA VI **LEGITIMIDADE DO AGENTE FIDUCIÁRIO**

6. A Emissora e o Município reconhecem o direito dos Debenturistas, por meio do Agente Fiduciário, de executar as garantias, independentemente da ordem e em observância ao disposto acima, como forma de receber os créditos devidos decorrentes das Obrigações Garantidas, com os devidos encargos.

6.1. A Emissora desde logo reconhece a legitimidade extraordinária do Agente Fiduciário para executar as garantias contratadas neste Contrato de Cessão Fiduciária e promover a cobrança de quaisquer valores decorrentes do presente Contrato de Cessão Fiduciária, podendo, para tanto, contratar e destituir advogados, com poderes *ad judicium*, intimar, notificar, interpor, transigir, desistir, dar e receber quitação, representando os debenturistas extrajudicial ou judicialmente e em qualquer fase ou grau de jurisdição, com poderes, ainda, para praticar qualquer ato e assinar qualquer documento ou instrumento necessário no cumprimento de suas funções de agente da presente garantia, sempre no interesse e de acordo com as expressas instruções dos Debenturistas nos termos da Escritura da Segunda Emissão e da Cláusula 6.2 abaixo, e de seus eventuais cessionários e sucessores a qualquer título.

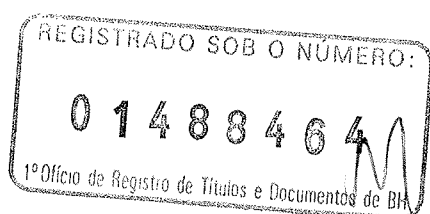


54/66

6.2. O Agente Fiduciário atua no presente Contrato de Cessão Fiduciária em nome e em benefício dos Debenturistas e de acordo com as expressas instruções dos Debenturistas, em total conformidade com os termos e condições da Escritura da Segunda Emissão. Neste sentido, sempre que neste instrumento estiverem previstos quaisquer atos ou decisões a serem tomadas pelos Debenturistas, eles serão tomados pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas, observados os quóruns de convocação e deliberação previstos na Escritura, e serão executados pelo Agente Fiduciário em estrita observância às disposições deste Contrato de Cessão Fiduciária e da Escritura da Segunda Emissão.

CLÁUSULA VII
DO MANDATO

7. Fica o Agente Fiduciário, para os fins e efeitos deste Contrato de Cessão Fiduciária e desta Cláusula VII, irrevogável e expressamente autorizado a, no caso de vencimento antecipado das Obrigações Garantidas, e observado o que a respeito dispor a legislação vigente, receber, resgatar, alienar, ceder ou transferir, nas melhores condições e preço comercialmente disponíveis, parte ou a totalidade dos Créditos Cedidos Fiduciariamente, desde que não seja realizada por preço vil, nomeando-o a Emissora e o Município, nos termos dos Artigos 684 e seguintes do Código Civil, em caráter irrevogável e irretratável, seu procurador para que o Agente Fiduciário pratique todos os atos e assine todos os documentos que necessários forem, cujos emolumentos e despesas razoavelmente despendidos que o Agente Fiduciário venha comprovadamente incorrer serão suportados exclusivamente pela Emissora e, em especial, para a execução plena da presente garantia. Para tanto, a Emissora e o Município, nesta data, entregam ao Agente Fiduciário procuração na forma do Anexo II ao presente Contrato de Cessão Fiduciária.



55/66

Several handwritten signatures and initials are present. On the left, a long, flowing signature. To the right of the page number "55/66", there are several sets of initials and signatures, some appearing to be in ink and others in pencil.

CLÁUSULA VIII
DISPOSIÇÕES GERAIS

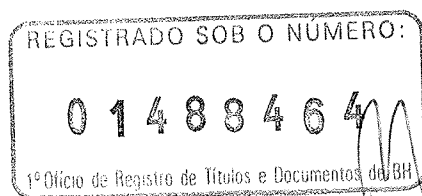
8. No prazo máximo de 20 (vinte) Dias Úteis contados da data de assinatura deste Contrato de Cessão Fiduciária e de qualquer aditivo subsequente, a Emissora deverá, às expensas do Banco BTG Pactual S.A., protocolar este instrumento nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e São Paulo, Estado de São Paulo, devendo fornecer comprovação desses registros ao Agente Fiduciário, no prazo de 3 (três) Dias Úteis a contar da obtenção de cada registro. No caso da celebração de futuros aditivos ao presente instrumento, os custos correspondentes serão arcados pela Emissora. Caso a Cessionária não realize o protocolo no prazo avençado, poderá qualquer das demais Partes ou os Intervenientes Anuentes fazê-lo, mediante o envio de comunicação às demais Partes e, assim que obtido o registro, enviar a comprovação correspondente aos demais.

8.1. A Emissora responsabiliza-se por qualquer prejuízo que venha a causar ao Agente Fiduciário ou a terceiros em decorrência da garantia ora prestada ser suspensa, cancelada, anulada ou tida como nula de pleno direito.

8.2. A presente cessão fiduciária permanecerá gerando plenos efeitos, ainda que outra garantia ou garantias sejam prestadas pela Emissora ou por terceiros, com a finalidade de assegurar o cumprimento das Obrigações Garantidas, garantias essas que são em adição e não em exclusão à presente e que, como a presente, poderão ser executadas total ou parcialmente, cumulativa ou separadamente, a critério do Agente Fiduciário.

8.3. Se qualquer termo ou disposição deste Contrato de Cessão Fiduciária for considerado por qualquer tribunal competente como sendo nulo, inválido ou inexecutável, o restante deste Contrato de Cessão Fiduciária não será afetado por esta decisão, sendo que cada termo, avença e condição remanescente deste instrumento continuará válido e será cumprido na forma permitida na legislação aplicável.

8.4. A fim de assegurar os direitos do Agente Fiduciário em relação à cessão fiduciária ora constituída, a Emissora e o Município comprometem-se a, durante a vigência da presente garantia e sob pena de sua execução, não realizar qualquer ato que envolva a cessão, transferência ou oneração, sob qualquer forma, dos Créditos Cedidos Fiduciariamente objeto desta garantia, bem como informar ao Agente Fiduciário a respeito de qualquer ato ou fato de terceiro ou de alguma parte deste Contrato de Cessão Fiduciária que constitua ameaça à existência da cessão fiduciária pactuada nos termos deste Contrato de Cessão Fiduciária.



56/66

Several handwritten signatures and initials are present. One large signature is on the left, and several smaller ones, including some with initials like "B" and "X", are on the right.

8.5. Anuência. A SMF e a PGM anuem, neste ato, à cessão fiduciária ora contratada, assim como à eventual execução de garantia, não importando, entretanto, tais anuências, em qualquer obrigação, responsabilidade, garantia ou qualquer espécie de coobrigação ou compromisso da SMF, da PGM ou do Município.

8.6. Execução Específica. As obrigações assumidas neste Contrato de Cessão Fiduciária poderão ser objeto de execução específica, nos termos do disposto nos artigos 461, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem que isso signifique renúncia a qualquer outra ação ou providência, judicial ou não, que objetive resguardar direitos decorrentes do presente Contrato de Cessão Fiduciária.

8.7. Ausência de Renúncia ou Novação. Nenhuma ação ou omissão de qualquer das partes importará em renúncia de seus direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo, nem significará novação de quaisquer das obrigações decorrentes do presente Contrato de Cessão Fiduciária. Os direitos e recursos previstos neste Contrato de Cessão Fiduciária são cumulativos, podendo ser exercidos individual ou simultaneamente, e não excluem quaisquer outros direitos ou recursos previstos nos demais contratos da Segunda Emissão.

8.8. Notificações. Qualquer aviso, instrução ou outro método de comunicação exigidos ou permitidos nos termos deste Contrato de Cessão Fiduciária serão dados por escrito através da entrega por correspondência registrada, com Aviso de Recebimento (AR), ou e-mail, com aviso de entrega da mensagem, endereçados à parte receptora em seus respectivos endereços conforme disposto abaixo, ou àquele outro endereço conforme tal parte possa designar através de aviso às demais partes.

(a) **Se para a Emissora:**

PBH ATIVOS S.A.

Avenida Afonso Pena, nº 774, 5º Andar, Centro,

CEP: 30130-003 - Belo Horizonte, MG

Tel.: (31) 3277-9561

At.: Sr. Ricardo Augusto Simões Campos / Sr. Francisco Rodrigues dos Santos

E-mail: ricardo.simoes@pbhativos.com.br / franciscorodrigues@pbhativos.com.br

(b) **Se para o Município:**

MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

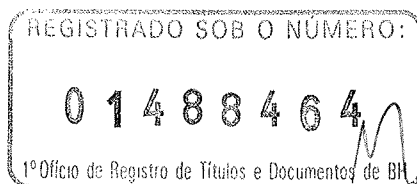
Endereço: Rua Espírito Santo, 605, Centro, 5º andar

CEP: 30.160.030 - Belo Horizonte, MG

Tel.: (31) 3277-4008

At: Secretário Municipal de Finanças, Sr. Marcelo Piancastelli de Siqueira

E-mail: marcelo.piancastelli@pbh.gov.br



(c) **Se para o Agente Fiduciário:**

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Av. das Américas, nº 4.200, Bloco 08-B, salas 302/303/304, Barra da Tijuca

CEP: 22640-102 – Rio de Janeiro, RJ

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Tel.: (21) 3385-4565

E-mail: garantia@pentagonotruster.com.br

(d) **Se para a SMF:**

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE BELO HORIZONTE

Rua Espírito Santo, nº 605, Bairro Centro, 5º andar

CEP 30.160.030 – Belo Horizonte/MG

Tel.: (31) 3277-4008

At.: Secretário Municipal de Finanças, Sr. Marcelo Piancastelli de Siqueira

E-mail: marcelo.piancastelli@pbh.gov.br

(f) **Se para a PGM:**

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

Rua dos Timbiras, nº 628, Bairro Funcionários

CEP 30.140.060 – Belo Horizonte/MG

Tel.: (31) 3277-4075

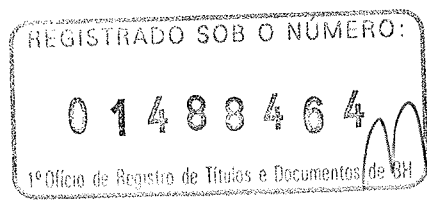
At.: Procurador Geral do Município, Sr. Rúsvel Beltrame Rocha

E-mail: rusvelb@pbh.gov.br

8.8.1. Todo e qualquer aviso, instrução e comunicação nos termos deste Contrato de Cessão Fiduciária serão válidos e considerados entregues na data de seu recebimento, conforme comprovado pelo Aviso de Recebimento (AR) ou, em caso de transmissão por e-mail, com comprovante de entrega da mensagem.

8.9. Alterações. Toda e qualquer modificação, alteração ou aditamento ao presente Contrato de Cessão Fiduciária somente será válido se feito por instrumento escrito, assinado pelas partes.

8.10. Irrevogabilidade. As partes celebram este Contrato de Cessão Fiduciária em caráter irrevogável e irretratável, obrigando-se ao seu fiel, pontual e integral cumprimento por si e por seus sucessores, a qualquer título.



58/66

8.11. Anexos ao Contrato de Cessão Fiduciária. Os anexos a este Contrato de Cessão Fiduciária são dele parte integrante e inseparável. Em caso de dúvidas entre o Contrato de Cessão Fiduciária e seus anexos prevalecerão as disposições do Contrato de Cessão Fiduciária, dado o caráter complementar dos anexos. Não obstante, reconhecem as partes a unicidade e indivisibilidade das disposições do Contrato de Cessão Fiduciária e dos anexos, que deverão ser interpretadas de forma harmônica e sistemática, tendo como parâmetro a natureza do negócio celebrado entre as partes.

8.12. Renúncia. A tolerância e as concessões recíprocas terão caráter eventual e transitório e não configurarão, em qualquer hipótese, renúncia, transigência, remição, perda, modificação, redução ou ampliação de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos a qualquer das partes nos termos deste Contrato de Cessão Fiduciária, assim como, quando havidas, o serão, expressamente, sem o intuito de novar as obrigações previstas neste Contrato de Cessão Fiduciária.

8.13. Único Acordo. Este Contrato de Cessão Fiduciária e o Contrato de Administração de Contas constituem, coletivamente, o único e integral acordo entre as partes com relação aos assuntos neles tratados, substituindo todos os outros documentos, cartas, memorandos ou propostas entre as partes, bem como os entendimentos orais mantidos entre as mesmas, anteriores à presente data.

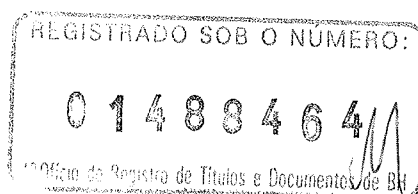
8.14. Cessão. Salvo disposição em contrário prevista neste Contrato de Cessão Fiduciária, é expressamente vedada a cessão a terceiros, por qualquer das partes, dos direitos e obrigações nele previstos.

8.15. Despesas. Fica expressamente acordado entre as partes que todos e quaisquer custos, despesas, encargos, emolumentos e tributos relacionados à celebração e registro do presente Contrato de Cessão Fiduciária, das garantias nele previstas ou de qualquer alteração do mesmo serão de responsabilidade e correrão por conta da Emissora, excetuadas aquelas que serão arcadas pelo Banco BTG Pactual S.A., conforme Cláusula 8 acima.

8.16. Vigência. O presente Contrato de Cessão Fiduciária entra em vigor na presente data e permanecerá em pleno vigor e efeito até o pagamento integral de todos os valores devidos em ocorrência das Obrigações Garantidas.

8.17. Lei de Regência. O presente Contrato de Cessão Fiduciária será regido e interpretado segundo as leis da República Federativa do Brasil.

8.18. Foro. Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Contrato de Cessão Fiduciária, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

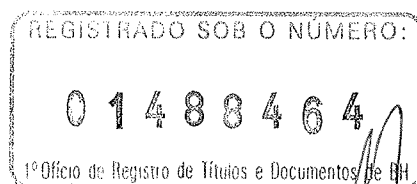


Handwritten signatures and initials. On the left, there is a large, stylized signature. To its right, there is a smaller signature. Further right, there are several initials and a small mark resembling a cross or a star. The text "59/66" is written near the top of the signatures.

E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente Contrato de Cessão Fiduciária em 8 (oito) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos de direito, obrigando-se por si, por seus sucessores ou cessionários a qualquer título, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Belo Horizonte, 29 de janeiro de 2016.

[restante da página intencionalmente deixado em branco]



60/66

Several handwritten signatures and initials are present. One signature is on the left, and a group of initials and signatures is on the right, near the page number "60/66".

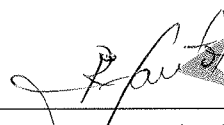
(Página de assinaturas 1/6 do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receita e Outras Avenças da PBH ATIVOS S.A., celebrado em 29 de janeiro de 2016)

Emissora:



PBH ATIVOS S.A.

Por: Ricardo Augusto Simões Campos
Cargo: Diretor Presidente



Por: Francisco Rodrigues dos Santos
Cargo: Diretor Executivo



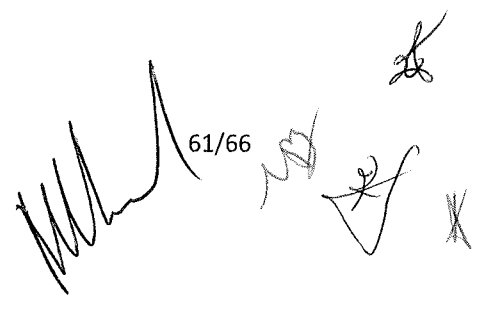
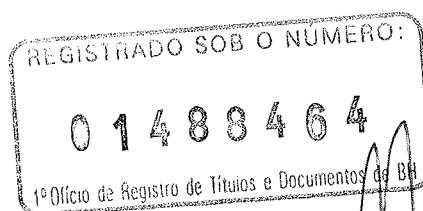
TABELIONATO
TRIGINELLI

SERVIÇO NOTARIAL DO 3º OFÍCIO
AV. AUGUSTO DE LIMA, 305 - C/P 30130-000 - FONE: (31) 5073-9144 - FAX: 5072-4702 - BH - MG
E-MAIL: cartorio@cartoriostriginelli.com.br - www.cartoriostriginelli.com.br

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) abaixo:
(BZX73963) RICARDO AUGUSTO SIMÕES CAMPOS, *****
(BZX73964) FRANCISCO RODRIGUES DOS SANTOS *****
Belo Horizonte, 04/02/2016 15:49:44 -18706

Marcelo Deoclides Araújo

E:R\$8,40 REC:R\$0,50 TP:R\$2,76 Total:R\$
LUCAS



61/66

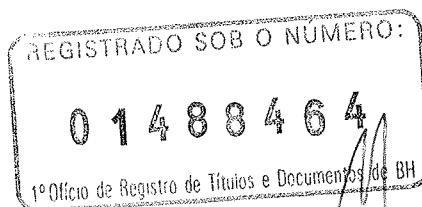
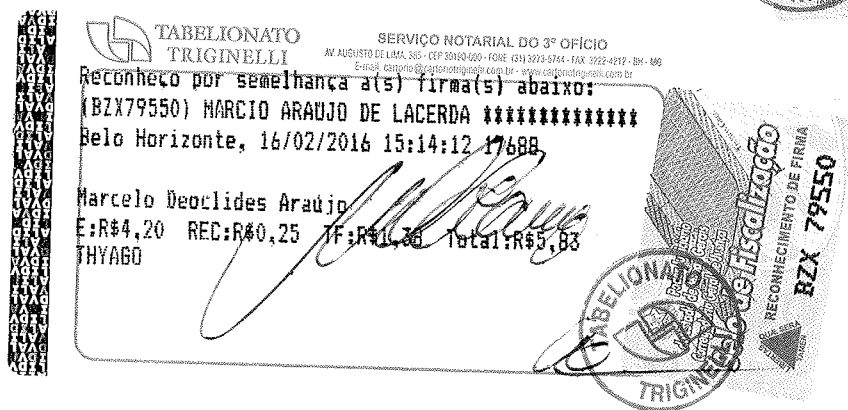
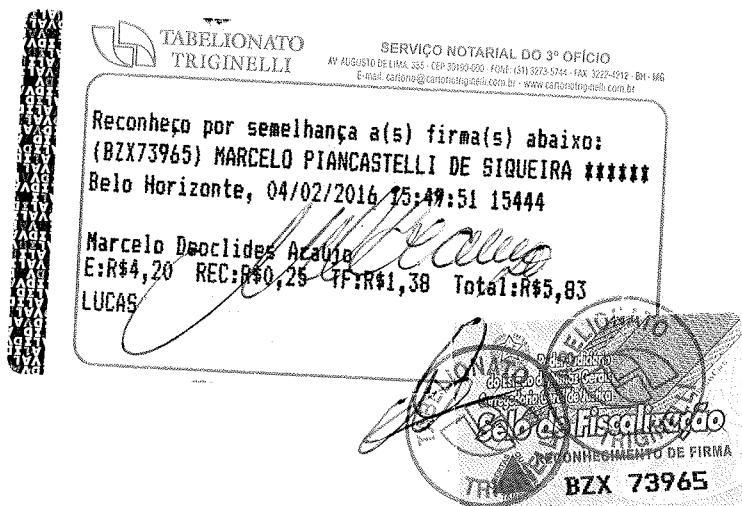
(Página de assinaturas 2/6 do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receita e Outras Avenças da PBH ATIVOS S.A., celebrado em 29 de janeiro de 2016)

Município:

MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

Por: Marcio Araújo de Lacerda
Cargo: Prefeito Municipal

Por: Marcelo Piancastelli de Siqueira
Cargo: Secretário Municipal de Finanças



62/66

(Página de assinaturas 3/6 do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receita e Outras Avenças da PBH ATIVOS S.A., celebrado em 29 de janeiro de 2016)

Agente Fiduciário:

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS**

Nome: Julia Siggia Amorim
Cargo: **Julia Amorim
Procuradora
CPF: 115.550.287-84**

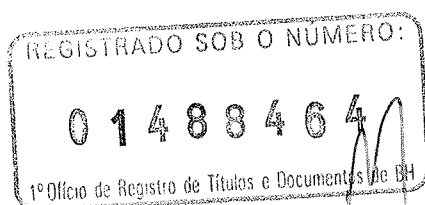
2º Ofício DE NOTAS Adilson Wagner Firmino **CARTÓRIO DE JACAREPAGUA** 088906AB401150
TABELIAO Esdras dos Bandeirantes, 209 - Lojas C e D - Taquara - RJ - CEP 22710-570 - Tel.: (24) 2445-8785

Reconheço por **SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:**
JULIA SIGGIA AMORIM.....

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2016. Conf. por _____
Em testemunho _____ da verdade

CTPS 78631 S/108 RJ ALBERTO MARQUES DOS SANTOS-ESCREVENTE
AUTORIZADO
EBKR93589-RYJ Consulte em "http://www3.tjrj.jus.br/sitepublico"

2º Ofício DE NOTAS
Embr. 19/02/2016
Imposição R\$ 145,00
Total R\$ 145,00
Alberto Marques dos Santos
Série 108 RJ



63/66

(Handwritten signatures and initials)

(Página de assinaturas 4/6 do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios,
Vinculação de Receita e Outras Avenças da PBH ATIVOS S.A., celebrado em 29 de
janeiro de 2016)

Intervenientes Anuentes:

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE BELO HORIZONTE



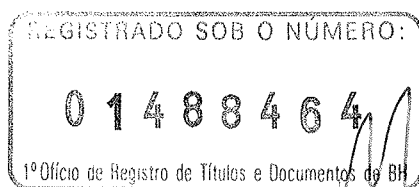
Por: Marcelo Piancastelli de Siqueira
Cargo: Secretário Municipal de Finanças



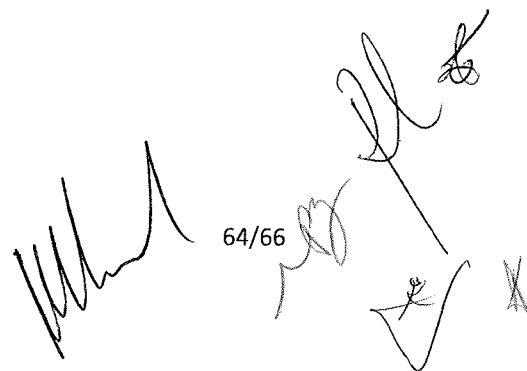
TABELIONATO
TRIGINELLI

SERVIÇO NOTARIAL DO 3º OFÍCIO
AV. AUGUSTO DE LIMA, 305 - CEP 30190-000 - FONE: (31) 3273-5244 - FAX: 3222-4212 - BH - MG
E-mail: cartorio@cartonotriginnelli.com.br - www.cartonotriginnelli.com.br

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) abaixo:
(BZX73966) MARCELO PIANCASTELLI DE SIQUEIRA *****
Belo Horizonte, 04/02/2016 15:49:52 22918
Marcelo Deoclides Araújo
E:R\$4,20 REC:R\$0,25 TF:R\$1,38 Total:R\$5,83
LUCAS



64/66



(Página de assinaturas 5/6 do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios,
Vinculação de Receita e Outras Avenças da PBH ATIVOS S.A., celebrado em 29 de
janeiro de 2016)

Intervenientes Anuentes:

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

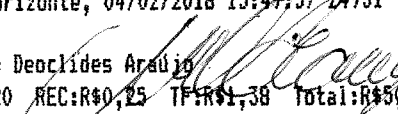
 

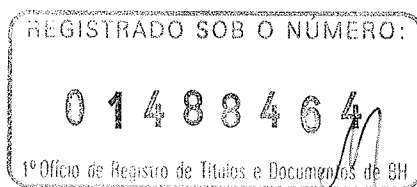
Por: Rúsvel Beltrame Rocha
Cargo: Procurador Geral do Município

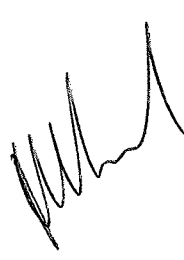
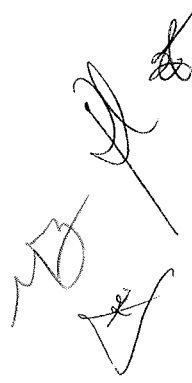



TABELIONATO
TRIGINELLI

SERVIÇO NOTARIAL DO 3º OFÍCIO
R. AUGUSTO DE LIMA, 385 - CEP 30140-000 - FONE (31) 3273-5744 - FAX: 3222-4212 - BH - MG
E-mail: cartorio@cartoriotriginelli.com.br - www.cartoriotriginelli.com.br

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) abaixo:
(BZX73967) RUSVEL BELTRAME ROCHA *****
Belo Horizonte, 04/02/2016 15:49:57 24951
Marcelo Deoclides Araújo 
E:R\$4,20 REC:R\$0,25 TP:R\$1,38 Total:R\$5,83
LUCAS



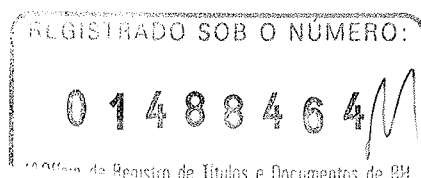
 65/66  

*(Página de assinaturas 6/6 do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios,
Vinculação de Receita e Outras Avenças da PBH ATIVOS S.A., celebrado em 29 de
janeiro de 2016)*

Testemunhas:

Nome:
RG:
CPF:

Nome:
RG:
CPF:



66/66

Handwritten signatures and initials.



**2º (SEGUNDO) ADITAMENTO AO CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA
DE DIREITOS CREDITÓRIOS, VINCULAÇÃO DE RECEITA E
OUTRAS AVENÇAS DA PBH ATIVOS S.A.**

O presente instrumento é celebrado entre:

I. PBH ATIVOS S.A., sociedade de economia mista, cuja criação foi autorizada pela Lei Municipal nº 10.003 de 25 de novembro de 2010 ("Lei Municipal 10.003/10"), com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Afonso Pena, nº 774, 5º andar, bairro Centro, CEP 30.130-003, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.593.766/0001-79, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, o Sr. Ricardo Augusto Simões Campos, brasileiro, casado, engenheiro, portador do CREA-MG nº 14534, inscrito no CPI/MF sob o nº 236.124.106-44, e por seu Diretor Executivo, o Sr. Francisco Rodrigues dos Santos, brasileiro, casado, administrador, portador do CRA-MG nº 01-002505, inscrito no CPF/MF sob o nº 129.958.436-56 ("Emissora" ou "PBH ATIVOS");

II. MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, estabelecido na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Afonso Pena, nº 1212, bairro Centro, CEP 30.130-908, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.715.383/0001-40, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Marcio Araújo de Lacerda, e pelo Secretário Municipal de Finanças, Sr. Pedro Meneguetti ("Cedente" ou "Município"); e

III. PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4200, bloco 08-B, salas 302/303/304, bairro Barra da Tijuca, CEP 22.640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário"), na qualidade de agente fiduciário e representante legal da comunhão de titulares das debêntures da segunda emissão da Emissora ("Debenturistas").

E, na qualidade de Intervenientes Anuentes:

IV. SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE BELO HORIZONTE, estabelecida na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Espírito Santo, nº 605, 5º andar, bairro Centro, CEP 30.160-030, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Finanças, Sr. Pedro Meneguetti ("SMF"); e

V. PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, estabelecida na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua dos Timbiras, nº 628, bairro Funcionários, CEP 30.140-060, neste ato representada pelo Procurador-Geral do Município, Dr. Rúsvel Beltrame Rocha, brasileiro, casado, advogado, inscrito



na OAB/MG sob o nº 65805 e no CPF/MF sob o nº 782.347.276-72 ("PGM" e, quando em conjunto com a SMF, "Intervenientes Anuentes").

CONSIDERANDO QUE:

(a) a PBH ATIVOS emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, mediante oferta pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Debêntures da Segunda Emissão" e "Segunda Emissão", respectivamente);

(b) as condições e características da Segunda Emissão encontram-se descritas no "*Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão, Sendo a 1ª (Primeira) Pública, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, Em Série Única, Para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da PBH ATIVOS S.A.*", celebrado em 1º de abril de 2014 entre a Emissora e o Agente Fiduciário, com a anuência da SMF e da PGM, conforme aditado pelo "*Instrumento Particular de 1ª (Primeiro) Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão, Sendo a 1ª (Primeira) Pública, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, Em Série Única, Para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da PBH ATIVOS S.A.*", em 23 de abril de 2014, e pelo "*2ª (Segundo) Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão, Sendo a 1ª (Primeira) pública, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da PBH ATIVOS S.A.*", em 29 de janeiro de 2016 ("Escritura da Segunda Emissão");

(c) na mesma data da Escritura da Segunda Emissão as partes celebraram, com anuência dos Intervenientes Anuentes, o "*Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receita e Outras Avenças da PBH ATIVOS S.A.*" ("Contrato de Cessão Fiduciária"), por meio do qual foram cedidos fiduciariamente direitos creditórios em favor dos titulares das Debêntures da Segunda Emissão, a título de garantia fiel e cabal do cumprimento de todas as obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures da Segunda Emissão, da Escritura da Segunda Emissão e dos Contratos de Garantia a ela relacionados (conforme definidos no Contrato de Cessão Fiduciária);

(d) os titulares das Debêntures da Segunda Emissão deliberaram, reunidos em assembleia geral de debenturistas realizada em 28 de março de 2016 ("AGD"), que o rebaixamento do *rating* originalmente atribuído à Segunda Emissão pela agência classificadora de risco Fitch Ratings, de 'AAsf(bra)' para 'AA-sf(bra)', não constitui um Evento de Inadimplimento (conforme definido na Escritura da Segunda Emissão), desde que observadas as hipóteses e condições previstas na AGD;



(e) em contrapartida às deliberações descritas acima, a AGD definiu que o cronograma de amortização das Debêntures da Segunda Emissão fosse substituído pelo Novo Cronograma de Amortização (conforme definido na AGD), a fim de alterar os percentuais de amortização previstos para os meses de maio de 2016 a abril de 2021;

(f) dentre as condições impostas para a efetivação e aperfeiçoamento das matérias descritas nos considerandos 'd' e 'e' acima, a AGD deliberou, dentre outras disposições, que fosse celebrado, até 15 de maio de 2016 ("Prazo"), instrumento de aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária, com o propósito de incluir o Novo Cronograma de Amortização, bem como extinguir a Conta de Serviço da Dívida (conforme definida no Contrato de Administração de Contas) e procedimentos a ela relacionados; e

(g) as Partes desejam alterar o Contrato de Cessão Fiduciária em linha com as deliberações tomadas na AGD, e, ato contínuo, aproveitar para atualizar e retificar algumas de suas disposições.

ISTO POSTO, resolvem as partes celebrar o presente "2" (Segundo) Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios. Vinculação de Receita e Outras Avenças da PBH ATIVOS S.A." ("Aditamento"), que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir.

Exceto quando definidos no presente Aditamento, os termos cujas letras apareçam em maiúscula neste instrumento, deverão ter o mesmo significado a eles atribuído no Contrato de Cessão Fiduciária e na Escritura da Segunda Emissão.

CLÁUSULA I

ALTERAÇÃO DO CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO DAS DEBÊNTURES

1.1 Em cumprimento às deliberações tomadas na AGD, as partes resolvem alterar o cronograma de amortização das Debêntures da Segunda Emissão cuja cópia integra o Anexo I do Contrato de Cessão Fiduciária, que passará a vigor na forma do **Anexo I** ao presente Aditamento, a fim de alterar os percentuais de amortização previstos para os meses de maio de 2016 a abril de 2021.

CLÁUSULA II

EXTINÇÃO DA CONTA DE SERVIÇO DA DÍVIDA

2.1 Em cumprimento às deliberações tomadas na AGD, as partes resolvem aditar o Contrato de Cessão Fiduciária para excluir as disposições e procedimentos relativos a Conta de Serviço da Dívida, que será considerada extinta para todos os fins de fato e de direito.



3/21

2.2 Diante do disposto na Cláusula 2.1 acima, resolvem alterar as seguintes cláusulas do Contrato de Cessão Fiduciária, de acordo com os termos e condições abaixo expostos.

(a) alterar a Cláusula 1.3.4.1, que passará a vigor da seguinte forma:

“1.3.4.1. Nos termos dos Contratos de Garantia, os recursos existentes na Conta de Recebimento serão mensalmente, até 2º (segundo) Dia Útil anterior à cada data de pagamento de uma Parcela Vincenda de Amortização, conforme definida abaixo (“Data de Verificação”), direcionados para a Conta de Pagamento (conforme definida abaixo), de forma a constituir e manter o montante equivalente a uma parcela de amortização das Debêntures, acrescido da Remuneração e da Atualização Monetária (conforme previsto na Cláusula 1.3.5.1 abaixo). Tais transferências serão limitadas ao atingimento do montante previsto na Cláusula 1.3.5.1 abaixo, conforme calculado pelo Agente Fiduciário. Conforme previsto no Contrato de Administração de Contas, tais transferências serão feitas pelo Banco Centralizador após o recebimento de instruções do Agente Fiduciário.”

(b) incluir a Cláusula 1.3.4.1.1, da seguinte forma:

“1.3.4.1.1. Havendo recursos na Conta de Recebimento, e não havendo quaisquer Eventos de Avaliação e/ou Eventos de Vencimento Antecipado, conforme definidos na Escritura da Segunda Emissão, os recursos da Conta de Recebimento serão direcionados, mediante instrução encaminhada pelo Agente Fiduciário ao Banco Centralizador, com um Dia Útil de antecedência, para a Conta de Livre Movimentação no Dia Útil subsequente à data de pagamento da Parcela Vincenda de Amortização, respeitando o previsto nas Cláusulas 1.3.4 acima e 1.3.6.3 abaixo. As demais obrigações e procedimentos pertinentes a cada parte, principalmente aqueles relacionados ao Banco Centralizador e Agente Fiduciário, estão descritos no Contrato de Administração de Contas.”

(c) alterar a Cláusula 1.3.5, que passará a vigor da seguinte forma:

“1.3.5. Conta de Pagamento. A Emissora irá constituir, por meio do Contrato de Administração de Contas e com base no Contrato de Cessão Onerosa, de forma irrevogável e irretroatável, para todos os fins de direito, a conta nº 18.120-X, agência 1615-2, mantida junto ao Banco Centralizador, uma conta de pagamento das Debêntures da Segunda Emissão, vinculada, na qual será depositado e mantido o montante previsto na Cláusula 1.3.5.1 abaixo (bem como os rendimentos e os recursos decorrentes de amortização, negociação ou resgate de títulos, cotas ou ativos do Investimento Permitido realizado com recursos desta conta), mantida junto ao Banco Centralizador, a ser movimentada exclusivamente pelo Banco Centralizador com a prévia e expressa autorização do Agente Fiduciário até o integral pagamento das Obrigações Garantidas (“Conta de Pagamento”, em conjunto com a Conta





Centralizadora do Município, a Conta Centralizadora da Emissora, a Conta de Adiantamentos e a Conta de Recebimento, “Contas Vinculadas”).”

(d) excluir as Cláusulas 1.3.6, 1.3.6.1, 1.3.6.1.1, 1.3.6.1.2, 1.3.6.1.3 e 1.3.6.1.4, com a consequente renumeração das cláusulas subsequentes.

(e) alterar as Cláusulas 1.3.6.2, 1.3.6.2.1, 1.3.6.2.2 (Cláusulas 1.3.6, 1.3.6.1 e 1.3.6.2 após a renumeração acima disposta) e 1.3.11, que passarão a vigor da seguinte forma:

“1.3.6. Mensalmente, em cada Data de Verificação, após terem sido primeiramente atendidos todos os pagamentos a que se destina a Conta de Pagamento, conforme previsto neste Contrato de Cessão Fiduciária e no Contrato de Administração de Contas, o eventual saldo que ainda exista na Conta de Pagamento será direcionado, por instrução do Agente Fiduciário ao Banco Centralizador, com 1 (um) Dia Útil de antecedência, para a Conta de Livre Movimentação (na forma prevista no Contrato de Administração de Contas), observados os termos da Cláusula 1.3.6.3 abaixo.”

“1.3.6.1. Na hipótese de não haver recursos suficientes na Conta de Pagamento para quitação integral de cada Parcela Vincenda de Amortização no 2º (segundo) Dia Útil anterior à data de pagamento da Parcela Vincenda de Amortização em questão, o Banco Centralizador, conforme previsto no Contrato de Administração de Contas e mediante autorização do Agente Fiduciário, transferirá recursos da Conta de Adiantamentos para a Conta de Pagamento, se houver, no montante que seja necessário para atendimento da obrigação da Cláusula 1.3.5.1 acima.”

“1.3.6.2. Observados os termos da Cláusula 1.3.6.1 acima, o Agente Fiduciário deverá, improrrogavelmente até às 15h00 do Dia Útil anterior à data de pagamento da Parcela Vincenda de Amortização, informar ao Escriturador, conforme definido na Escritura da Segunda Emissão, com cópia para a Emissora, para a BM&FBOVESPA e para o Banco Liquidante, o valor a ser pago da Parcela Vincenda de Amortização.”

“1.3.11. A Emissora fica obrigada a sempre assegurar que (i) a Conta de Pagamento tenha o montante equivalente à uma Parcela Vincenda de Amortização; e (ii) a Conta de Recebimento tenha recursos suficientes para cumprir de forma integral o previsto no item (i) acima, nos termos deste Contrato de Cessão Fiduciária.”

(f) incluir a alínea ‘d’ à Cláusula 4, com a consequente renumeração das alíneas subsequentes, assim como alterar o *caput* da referida cláusula para refletir essas alterações, da seguinte forma:

“4. O Agente Fiduciário fica autorizado, de forma irrevogável e irretroatável, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial a qualquer das partes deste instrumento, a dispor extrajudicialmente dos Créditos

2



Cedidos Fiduciariamente e a aplicar os respectivos recursos no pagamento das Obrigações Garantidas, no caso de (i) declaração de Vencimento Antecipado das Debêntures nos termos da Escritura da Segunda Emissão; ou (ii) ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas nas alíneas (a) a (g) abaixo, desde que tal fato seja considerado um Evento de Inadimplemento, na forma prevista na Cláusula IX da Escritura da Segunda Emissão:"

“(d) se não forem cumpridas quaisquer obrigações atribuídas à Emissora na cláusula 1.3.6 deste Contrato de Cessão Fiduciária pela Emissora;”

CLÁUSULA III RETIFICAÇÃO DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS E ATUALIZAÇÃO DAS REFERÊNCIAS AO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

3.1 As partes resolvem retificar algumas referências ao Contrato de Administração de Contas, constantes do Contrato de Cessão Fiduciária.

3.2 Diante do disposto na Cláusula 3.1 acima, resolvem alterar a seguinte cláusula do Contrato de Cessão Fiduciária, de acordo com os termos e condições abaixo expostos.

(a) alterar a Cláusula 1.3.1.1, que passará a vigor da seguinte forma:

“1.3.1.1. Nos termos do Contrato de Administração de Contas, o Município e Banco Centralizador obrigaram-se, em caráter irrevogável e irretratável, a segregar em seus sistemas de controle interno os Direitos de Crédito Autônomos (conforme seus procedimentos operacionais internos que permitam o atendimento integral das obrigações previstas neste Contrato e nos demais instrumentos da Emissão), de forma que os referidos Direitos de Crédito Autônomos sejam automaticamente identificados pelo Banco Centralizador, como cedidos em garantia das Obrigações Garantidas. Para que possa ser exigido do Banco Centralizador o cumprimento da obrigação descrita nesta Cláusula, o Banco Centralizador deverá ter recebido os arquivos eletrônicos referidos nas cláusulas 5.2.2 e 5.4 do Anexo 1 ao Contrato de Administração de Contas.”

3.3 A partes resolvem atualizar as referências aos dispositivos do Código de Processo Civil, de acordo com a nova Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, em vigor desde 17 de março de 2016.

3.4 Diante do disposto na Cláusula 3.3 acima, resolvem alterar a seguinte cláusula do Contrato de Cessão Fiduciária, de acordo com os termos e condições abaixo expostos.

(a) alterar a Cláusula 8.6, que passará a vigor da seguinte forma:





“8.6. Execução Específica. As obrigações assumidas neste Contrato de Cessão Fiduciária poderão ser objeto de execução específica, nos termos do disposto nos artigos 497, 815 e seguintes do Código de Processo Civil, sem que isso signifique renúncia a qualquer outra ação ou providência, judicial ou não, que objetive resguardar direitos decorrentes do presente Contrato de Cessão Fiduciária.”

CLÁUSULA IV ATUALIZAÇÃO DOS DADOS PARA COMUNICAÇÕES

4.1 As partes resolvem atualizar os dados para comunicações do Município e da SMF previstos na cláusula 8.8 do Contrato de Cessão Fiduciária, conforme disposto abaixo:

“(b) Se para o Município:

MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

Endereço: Rua Espírito Santo, 605, Centro, 5º andar

CEP: 30.160.030 - Belo Horizonte, MG

Tel.: (31) 3277-4008

At: Secretário Municipal de Finanças, Sr. Pedro Meneguetti

E-mail: meneguetti@pbh.gov.br”

“(d) Se para a SMF:

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE BELO HORIZONTE

Rua Espírito Santo, nº 605, Bairro Centro, 5º andar

CEP 30.160.030 – Belo Horizonte/MG

Tel.: (31) 3277-4008

At.: Secretário Municipal de Finanças, Sr. Pedro Meneguetti

E-mail: meneguetti@pbh.gov.br”

CLÁUSULA V ALTERAÇÃO DO MODELO DE PROCURAÇÃO AO AGENTE FIDUCIÁRIO

5.1 As partes resolvem alterar o Anexo II do Contrato de Cessão Fiduciária, que passará a vigor na forma do **Anexo II** ao presente Aditamento, a fim de atualizar os dados das partes informados no modelo de instrumento particular de procuração a ser outorgado ao Agente Fiduciário, assim como excluir os dispositivos relacionados à Conta de Serviço da Dívida.

CLÁUSULA VI DECLARAÇÕES E GARANTIAS





6.1 As partes neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, reiteram expressamente todas as declarações e obrigações constantes do Contrato de Cessão Fiduciária, e subordinam o presente Aditamento às disposições do referido instrumento, naquilo que lhe for aplicável e passível de cumprimento pelas partes.

6.2 A Emissora e o Município, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, declaram e asseguram em relação a si mesmo e conforme aplicável, ao Agente Fiduciário, que:

(a) a Emissora é legítima titular e proprietária de direitos emergentes do Contrato de Cessão Fiduciária, conforme alterado;

(b) este Aditamento constitui uma obrigação legal, válida, eficaz e exigível de acordo com seus respectivos termos;

(c) têm plenos poderes, capacidade e estão devidamente autorizados a celebrar o presente instrumento e a cumprir com todas as obrigações neles previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para a celebração e cumprimento das obrigações assumidas nos termos deste Aditamento;

(d) nem a celebração deste Aditamento, tampouco a consumação dos termos aqui pactuados violam (i) qualquer disposição de seu estatuto social; (ii) as normas legais e regulamentares a que ele e/ou seus bens estejam sujeitos; e/ou (iii) quaisquer contratos, acordos, autorizações governamentais ou compromissos obrigacionais aos quais estejam vinculados;

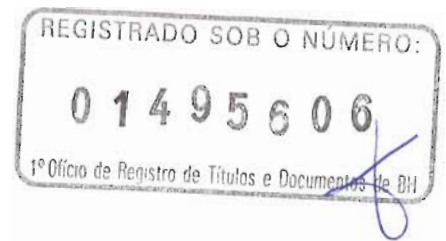
(e) a celebração deste Aditamento é compatível com a capacidade econômica, financeira e operacional da Emissora; e

(f) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou qualquer contestação, independentemente de quem seja o autor, visando anular, alterar, invalidar, questionar ou, de qualquer forma, afetar adversamente as obrigações assumidas neste Aditamento.

6.3. A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e /ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios razoáveis) diretamente incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula VI.



8/21



CLÁUSULA VII DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1 As partes acordam neste ato que, não obstante o prazo para protocolo de qualquer aditivo previsto na Cláusula 8 do Contrato de Cessão Fiduciária, a Emissora deverá protocolar este instrumento nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e São Paulo, Estado de São Paulo, no Prazo previsto na AGD, devendo fornecer comprovação desses registros ao Agente Fiduciário, no prazo de 3 (três) Dias Úteis a contar da obtenção de cada registro, nos termos da Cláusula 8 do Contrato de Cessão Fiduciária.

7.2 Se qualquer termo ou disposição deste Aditamento for considerado por qualquer tribunal competente como sendo nulo, inválido ou inexecutável, o restante deste Aditamento não será afetado por esta decisão, sendo que cada termo, avença e condição remanescente deste instrumento continuará válido e será cumprido na forma permitida na legislação aplicável.

7.3 As obrigações assumidas neste Aditamento poderão ser objeto de execução específica, nos termos do disposto nos artigos 497, 815 e seguintes do Código de Processo Civil, sem que isso signifique renúncia a qualquer outra ação ou providência, judicial ou não, que objetive resguardar direitos decorrentes do presente Aditamento.

7.4 Nenhuma disposição constante do presente Aditamento importará em renúncia dos direitos e obrigações decorrentes do Contrato de Cessão Fiduciária. Os direitos e recursos previstos neste Aditamento são cumulativos, podendo ser exercidos individual ou simultaneamente, e não excluem quaisquer outros direitos ou recursos previstos nos demais contratos da Segunda Emissão.

7.5 Qualquer aviso, instrução ou outro método de comunicação exigidos ou permitidos nos termos deste Aditamento serão dados por escrito através da entrega por correspondência registrada, com Aviso de Recebimento (AR), ou e-mail, com aviso de entrega da mensagem, endereçados à parte receptora em seus respectivos endereços conforme disposto na cláusula 8.8 do Contrato de Cessão Fiduciária.

7.6 Este Aditamento, o Contrato de Cessão Fiduciária e o Contrato de Administração de Contas (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) constituem, coletivamente, o único e integral acordo entre as partes com relação aos assuntos neles tratados, substituindo todos os outros documentos, cartas, memorandos ou propostas entre as partes, bem como os entendimentos orais mantidos entre as mesmas, anteriores à presente data.



9/21

7.7 Fica expressamente acordado entre as partes que todos e quaisquer custos, despesas, encargos, emolumentos e tributos relacionados à celebração e registro do presente Aditamento, das garantias nele previstas ou de qualquer alteração do mesmo serão de responsabilidade e correrão por conta da Emissora, excetuadas aquelas que serão arcadas pelo Custodiante, conforme Cláusula VIII do Contrato de Cessão Fiduciária.

7.8 O presente Aditamento entra em vigor na presente data e permanecerá em pleno vigor e efeito até o pagamento integral de todos os valores devidos em ocorrência das Obrigações Garantidas (conforme definidas no Contrato de Cessão Fiduciária).

7.9 O presente Aditamento será regido e interpretado segundo as leis da República Federativa do Brasil.

7.10 Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Aditamento, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente Aditamento em 8 (oito) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos de direito, obrigando-se por si, por seus sucessores ou cessionários a qualquer título, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Belo Horizonte, 25 de abril de 2016.

[restante da página intencionalmente deixado em branco]



10/21





Página de assinaturas 1/6 do 2º (Segundo) Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receita e Outras Avenças da PBH ATIVOS S.A., celebrado em 25 de abril de 2016.

Emissora:



PBH ATIVOS S.A.

Por: Ricardo Augusto Simões Campos
Cargo: Diretor Presidente



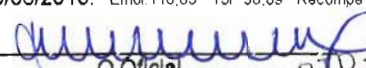


Por: Francisco Rodrigues dos Santos
Cargo: Diretor Executivo



1º OFÍCIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

Nº de Ordem: **01495606**

Certifico e dou fé que o presente documento foi apresentado, protocolado sob o nº **01495606**, livro nº **A-86**, registrado em microfilme e digitalizado sob o nº **01495606**, livro nº **B-159**, nesta data, e AVERBADO à margem do Registro nº **01427724**. Belo Horizonte, 10/05/2016. Emol: 110,65 TJF 36,89 Recompe 6,63 Total 154,17


O Oficial








PODER JUDICIÁRIO - TJMG
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Ofício do 1º Registro de Títulos e Documentos de Belo Horizonte - MG - CNS: 05.529-3

Selo Eletrônico Nº **AGN18948**
Cód. Seg.: **0256.2583.1143.0279**

Quantidade de Atos Praticados: **00022**
Emolumentos: R\$117,28 - TFJ: R\$36,89
Valor Final: R\$154,17
Consulte a validade deste Selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>



11/21





Página de assinaturas 2/6 do 2º (Segundo) Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receita e Outras Avenças da PBH ATIVOS S.A., celebrado em 25 de abril de 2016.

Município:

MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

Por: Marcio Araújo de Lacerda
Cargo: Prefeito Municipal

Por: Pedro Meneguetti
Cargo: Secretário Municipal de Finanças

TABELIONATO TRIGINELLI
SERVIÇO NOTARIAL DO 3º OFÍCIO
Av. AUGUSTO DE LIMA, 303 - CEP 30140-090 - FONE: (31) 3073-5743 - FAX: 3059-4212 - BH - MG
E-mail: cartorio@cartoriotriginelli.com.br - www.cartoriotriginelli.com.br

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) abaixo:
(CBH05675) MARCIO ARAUJO DE LACERDA, (CBH05676) **
PEDRO MENEGUETTI ****
Belo Horizonte, 05/05/2016 09:51:01 8656

Gilberto Triginelli
E:R\$8,40 REC:R\$0,50 TF:R\$2,76 Total:R\$11,66
DIAS



12/21

12º TABELÃO DE NOTAS
1470
SANTOS
SOUZA
RIZADO



Página de assinaturas 3/6 do 2º (Segundo) Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receita e Outras Avenças da PBH ATIVOS S.A., celebrado em 25 de abril de 2016.

Agente Fiduciário:

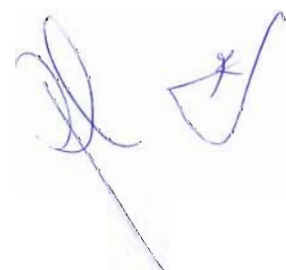
**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS**




Nome: **Paulo Luiz Ferreira**
Cargo: **Procurador**












Página de assinaturas 4/6 do 2º (Segundo) Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receita e Outras Avenças da PBH ATIVOS S.A., celebrado em 25 de abril de 2016.

Intervenientes Anuentes:

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE BELO HORIZONTE


Por: Pedro Meneguetti
Cargo: Secretário Municipal de Finanças



2



14/21



Página de assinaturas 5/6 do 2º (Segundo) Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receita e Outras Avenças da PBH ATIVOS S.A., celebrado em 25 de abril de 2016.

Intervenientes Anuentes:

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

R. Beltrame



Por: Rúsvel Beltrame Rocha

Cargo: Procurador Geral do Município



[Signature]

[Signature]





Página de assinaturas 6/6 do 2º (Segundo) Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receita e Outras Avenças da PBH ATIVOS S.A., celebrado em 25 de abril de 2016.

Testemunhas:

Nome: **Acácio Roboredo**
RG: **CPF: 430.913.288-05**
CPF: **RG: 40.344.691-0 SSP/SP**

Nome: **José Pedro Francischini de Souza Gevaerd**
RG: **CPF: 37.012.417-0 SSP/SP**
CPF: **RG: 410.201.578-79**





Anexo 1 do 2º (Segundo) Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receita e Outras Avenças da PBH ATIVOS S.A., celebrado em 25 de abril de 2016.

ANEXO I
CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO

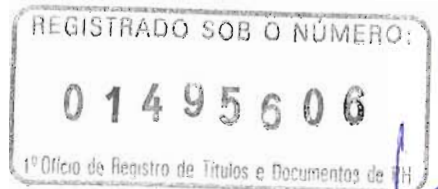
Mês	Data de Aniversário	"P" Percentual de amortização
0	15/04/2014	0,00%
1	15/05/2014	3,16%
2	16/06/2014	3,07%
3	15/07/2014	2,96%
4	15/08/2014	2,86%
5	15/09/2014	2,77%
6	15/10/2014	2,68%
7	17/11/2014	2,60%
8	15/12/2014	2,51%
9	15/01/2015	2,43%
10	18/02/2015	2,49%
11	16/03/2015	2,40%
12	15/04/2015	2,32%
13	15/05/2015	2,25%
14	15/06/2015	2,18%
15	15/07/2015	2,12%
16	17/08/2015	2,05%
17	15/09/2015	1,99%
18	15/10/2015	1,93%
19	16/11/2015	1,86%
20	15/12/2015	1,80%
21	15/01/2016	1,75%
22	15/02/2016	1,79%
23	15/03/2016	1,73%
24	15/04/2016	1,67%
25	16/05/2016	1,4%
26	15/06/2016	1,14%
27	15/07/2016	1,11%
28	15/08/2016	1,07%
29	15/09/2016	1,04%
30	17/10/2016	1,01%
31	16/11/2016	0,97%
32	15/12/2016	0,94%





33	16/01/2017	2.76%
34	15/02/2017	2.55%
35	15/03/2017	2.45%
36	17/04/2017	0.67%
37	15/05/2017	0.65%
38	16/06/2017	0.63%
39	17/07/2017	0.61%
40	15/08/2017	0.58%
41	15/09/2017	0.57%
42	16/10/2017	0.55%
43	16/11/2017	0.54%
44	15/12/2017	0.52%
45	15/01/2018	0.51%
46	15/02/2018	0.52%
47	15/03/2018	0.50%
48	16/04/2018	0.48%
49	15/05/2018	0.47%
50	15/06/2018	0.45%
51	16/07/2018	0.45%
52	15/08/2018	0.43%
53	17/09/2018	0.43%
54	15/10/2018	0.40%
55	16/11/2018	0.39%
56	17/12/2018	0.37%
57	15/01/2019	0.35%
58	15/02/2019	0.36%
59	15/03/2019	0.35%
60	15/04/2019	0.33%
61	15/05/2019	0.33%
62	17/06/2019	0.31%
63	15/07/2019	0.31%
64	15/08/2019	0.29%
65	16/09/2019	0.28%
66	15/10/2019	0.27%
67	18/11/2019	0.25%
68	16/12/2019	0.25%
69	15/01/2020	0.24%
70	17/02/2020	0.24%
71	16/03/2020	0.23%
72	15/04/2020	0.11%
73	15/05/2020	0.11%
74	15/06/2020	0.10%





75	15/07/2020	0.09%
76	17/08/2020	0.09%
77	15/09/2020	0.09%
78	15/10/2020	0.09%
79	16/11/2020	0.08%
80	15/12/2020	0.07%
81	15/01/2021	0.07%
82	17/02/2021	0.07%
83	15/03/2021	0.06%
84	15/04/2021	0.05%

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten number 2]



[Handwritten signature]
19/21
[Handwritten mark]



Anexo II do 2º (Segundo) Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receita e Outras Avenças da PBH ATIVOS S.A., celebrado em 25 de abril de 2016.

ANEXO II
MODELO DE PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento, **PBH ATIVOS S.A.**, sociedade de economia mista, cuja criação foi autorizada pela Lei Municipal nº 10.003 de 25 de novembro de 2010 ("Lei Municipal 10.003/10"), com sede na Avenida Afonso Pena, nº 774, 5º Andar, Centro, CEP: 30130-003, município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.593.766/0001-79, neste ato representada por seu Diretor Presidente, o Sr. Ricardo Augusto Simões Campos, brasileiro, casado, engenheiro, portador do CREA-MG nº 14534 e inscrito no CPF/MF sob o nº 236.124.106-44, e por seu Diretor Executivo, o Sr. Francisco Rodrigues dos Santos, brasileiro, casado, administrador, portador do CRA-MG nº 01-002505, inscrito no CPF/MF sob o nº 129.958.436-56 e **MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE**, estabelecido na Avenida Afonso Pena, nº 1212, Bairro Centro, CEP nº 30130-908, Minas Gerais, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.715.383/0001-40, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Marcio Araújo de Lacerda e pelo Secretário Municipal de Finanças, Sr. Pedro Meneguetti ("Outorgantes"), nomeiam e constituem, de forma irrevogável e irretroatável, a **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4200, 302/303/304, bloco 08-B, Bairro Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38 ("Outorgado"), como seu bastante procurador, com poderes para, observado o disposto na legislação vigente, em seu nome, praticar todos e quaisquer atos necessários ou recomendáveis com relação ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receita e Outras Avenças, celebrado em 1º de abril de 2014 ("Contrato de Cessão Fiduciária"), inclusive, mas sem limitação:

- (i) sacar ou transferir recursos das seguintes contas correntes de qualquer das Outorgantes: Conta Centralizadora da Emissora, Conta Centralizadora do Município, Conta de Recebimento, Conta de Pagamento e Conta de Adiantamentos;
- (ii) resgatar qualquer aplicação resultando dos recursos investidos em Investimentos Permitidos, direcionando tais recursos para qualquer das seguintes contas correntes: Conta Centralizadora da Emissora, Conta Centralizadora do Município, Conta de Recebimento, Conta de Pagamento e Conta de Adiantamentos;
- (iii) representar as Outorgantes perante quaisquer autoridades governamentais e quaisquer outras pessoas de direito público ou privado, no âmbito do exercício dos direitos decorrentes do Contrato de Cessão Fiduciária;
- (iv) praticar todos os atos necessários e firmar qualquer instrumento perante qualquer autoridade governamental e quaisquer documentos necessários ou recomendáveis para





aperfeiçoar ou executar as garantias constituídas de acordo com o Contrato de Cessão Fiduciária; e

(v) praticar todos os atos e assinar qualquer instrumento que seja necessário de acordo com o Contrato de Cessão Fiduciária, visando ao seu fiel cumprimento.

O presente instrumento é irrevogável, nos termos dos artigos 686 e 684 do Código Civil Brasileiro e deverá permanecer válido e em pleno vigor até o pagamento de todas as Obrigações Garantidas, conforme definidas no Contrato de Cessão Fiduciária.

Belo Horizonte, [=] de [=] de [=].

PBH ATIVOS S.A.
[MODELO – NÃO ASSINAR]

Por: Ricardo Augusto Simões Campos
Cargo: Diretor Presidente

Por: Francisco Rodrigues dos Santos
Cargo: Diretor Executivo

MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

[MODELO – NÃO ASSINAR]

Por: Marcio Araújo de Lacerda
Cargo: Prefeito Municipal

Por: Pedro Meneguetti
Cargo: Secretario Municipal de Finanças



**CONTRATO DE CUSTÓDIA DE RECURSOS FINANCEIROS
E ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS VINCULADAS**

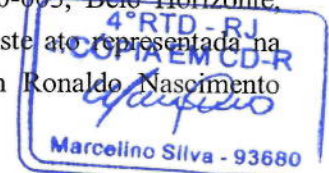
4ºRTD-RJ - 956491

Emol: 1092.07/Distrib: 20.21/Lei: 111/06: 54.
M/A: 11.49/FETJ: 218.29/LEI: 8281: 43.65
Lei 4.664/05: 54.57 / Tot. Emol (R\$): 1494.
PARÂM. Vias: 2 / Nome(s): 8 / Págs: 251
Proc. Estr. N / Aver: N / Dila.



Pelo presente instrumento particular, as partes:

1. PBH ATIVOS S.A., sociedade de economia mista, cuja criação foi autorizada pela Lei Municipal nº 10.003 de 25 de novembro de 2010 ("Lei Municipal 10.003/10"), com sede na Avenida Afonso Pena, nº 774, 5º Andar, Bairro Centro, CEP 30.130-003, Belo Horizonte, Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.593.766/0001-79, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Presidente Sr. Edson Ronaldo Nascimento ("Emissora" ou "PBH ATIVOS");



2. MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, estabelecido na Avenida Afonso Pena, nº 1212, Bairro Centro, CEP nº 30130-908, Minas Gerais, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.715.383/0001-40, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Marcio Araújo de Lacerda e pelo Secretário Municipal de Finanças, Sr. Marcelo Piancastelli de Siqueira ("Cedente" ou "Município");

3. PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4200, bloco 04, sala 514, Bairro Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social por seus representantes abaixo assinados, na qualidade de agente fiduciário, e representante legal da comunhão de titulares das debêntures da segunda emissão da Emissora ("Agente Fiduciário");

4. BANCO DO BRASIL S.A., instituição financeira constituída sob a forma de sociedade anônima, estabelecido na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Rio de Janeiro, nº 750, 5º andar inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.000.000.000/4336-24, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seus representantes abaixo assinados ("Banco Centralizador");

5. BANCO BTG PACTUAL S.A., instituição financeira constituída sob a forma de sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 14º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.306.294/0002-26, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social por seus representantes legais abaixo assinados, como contratante dos serviços ("Contratante dos Serviços" ou "Custodiante");

e, ainda, na qualidade de intervenientes-anuentes:

6. SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE BELO HORIZONTE, estabelecida na Rua Espírito Santo, nº 605, 5º andar, Centro CEP 30.160.030, Belo Horizonte, Minas Gerais, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Finanças, Sr. Marcelo Piancastelli de Siqueira ("SMF");

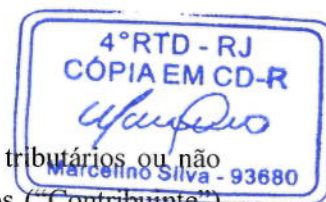


7. PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, estabelecida na Rua dos Timbiras, nº 628, Funcionários, CEP 30.140.060, Belo Horizonte, Minas Gerais, neste ato representada pelo Procurador Geral do Município, Dr. Rúsvel Beltrame Rocha ("PGM"); e

8. EMPRESA DE INFORMÁTICA E INFORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE S/A – PRODABEL, estabelecida na Av. Presidente Carlos Luz, nº 1275, Bairro Caparaó, CEP: 31.230-000, município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 18.239.038/0001-87, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social por seu diretor Haldley Campolina Vidal ("PRODABEL" e, quando em conjunto com a PGM e a SMF, a seguir referidos simplesmente como "Intervenientes Anuentes").

CONSIDERANDO QUE:

(a) O Município instituiu um programa de parcelamento de certos créditos tributários ou não tributários vencidos ao qual o contribuinte ou sujeito passivo de tais débitos ("Contribuinte") poderia aderir, por meio de procedimentos administrativos ou judiciais de parcelamento ("Parcelamentos");



(b) o Cedente foi autorizado, por força da Lei Municipal 10.003/10 e da Lei Municipal 7.932 de 30 de dezembro de 1999, conforme alterada ("Lei Municipal 7.932/99"), a ceder à Emissora, a título oneroso, direitos de crédito autônomos para recebimento do fluxo de pagamentos decorrentes dos créditos tributários ou não tributários vencidos e parcelados pelo Contribuinte através dos Parcelamentos ("Direitos de Crédito Autônomos"), que se encontram ou não inscritos na dívida ativa do Município ("Créditos Tributários ou Não Tributários");

(c) a Emissora, conforme estabelecido em seu objeto social, sua lei de criação e nos termos de seu estatuto social, aprovado pelo Decreto Municipal nº 14.444 de 09 de junho de 2011, tem, entre outros, competência para: (i) titular, administrar e explorar economicamente ativos municipais; (ii) auxiliar o Tesouro Municipal na captação de recursos financeiros, podendo, para tanto, colocar no mercado obrigações de emissão própria, receber, adquirir, alienar e dar em garantia os ativos, créditos, títulos e valores mobiliários da sociedade; e (iii) estruturar e implementar operações que visam à obtenção de recursos junto ao mercado de capitais;

(d) de tal modo, nos termos do artigo 7º da Lei Municipal 7.932/99, a Cedente, a Emissora, o Custodiante e o Agente Fiduciário, com a anuência dos Intervenientes Anuentes, formalizaram a cessão dos Direitos de Crédito Autônomos, por meio da celebração do Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças ("Contrato de Cessão Onerosa"), firmado em 10 de janeiro de 2014 e por meio da assinatura do Termo de Cessão e dos Boletins de Subscrição, conforme definidos, respectivamente, no Contrato de Cessão Onerosa e na Escritura da Primeira Emissão;



(e) nos termos do Contrato de Cessão Onerosa, os Direitos de Crédito Autônomos formam um conjunto de recebíveis determinado, identificados (i) por código criptografado fornecido pelo Município, por meio do qual seja identificado cada Parcelamento ("Código Criptografado") e, também, (ii) devidamente relacionados e identificados em CD-ROM, devidamente numerado, identificado e sem possibilidade de editoração, sendo que tal CD-ROM contém todas as informações necessárias e que permitem a perfeita individualização e identificação dos Direitos de Crédito Autônomos, inclusive contendo informações que permitirão a perfeita identificação de cada Contribuinte devedor dos Direitos de Crédito Autônomo, mediante decodificação dos Códigos Criptografados, em estrita observância da legislação vigente, nas hipóteses previstas no Contrato de Cessão Onerosa ("CD-ROM") entregues para custódia pelo Custodiante, sob dever de sigilo, e que deverá guardá-lo na qualidade de fiel depositário;



(f) foram emitidas, em 1º de abril de 2014, pela Emissora, debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada ("Debêntures Subordinadas"), de forma privada, as quais foram totalmente subscritas pelo Cedente e por ele integralizadas mediante a cessão dos Direitos de Crédito Autônomos ("Emissão de Debêntures Subordinadas");

(g) as condições e características da Emissão das Debêntures Subordinadas estão descritas no Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, da PBH ATIVOS S.A. firmada em 10 de janeiro de 2014 entre a Emissora e o Município, e, como intervenientes anuentes, a SMF e a PGM, conforme aditado ("Escritura da Primeira Emissão");

(h) a Emissora realizará, ainda, a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real representada por cessão fiduciária de direitos creditórios ("Debêntures com Garantia Real"), em série única, sob o regime de garantia firme de colocação ("Segunda Emissão"), sendo que as Debêntures com Garantia Real serão objeto de oferta pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos previstos na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº. 476 de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, visando à obtenção de recursos para realizar a amortização das Debêntures Subordinadas;

(i) as condições e características da Segunda Emissão estão descritas no Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão, sendo a 1ª (Primeira) Pública, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, Para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, em Série Única, da PBH ATIVOS S.A., firmado em 1º de abril de 2014 entre a Emissora e o Agente Fiduciário, com a SMF e a PGM como intervenientes anuentes, e futuros aditamentos ("Escritura da Segunda Emissão");

(j) a Escritura da Segunda Emissão preverá, ainda, que os Créditos Cedidos Fiduciariamente (conforme definido no Considerando I abaixo), serão cedidos fiduciariamente em favor dos titulares das Debêntures com Garantia Real ("Debenturistas"), conforme Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receita e Outras Avenças da PBH ATIVOS S.A., celebrado em 1º de abril de 2014 entre a Emissora, o Município e o Agente Fiduciário,



com a interveniência da SMF e da PGM ("Contrato de Cessão Fiduciária"), a título de garantia fiel e cabal do cumprimento de todas as obrigações decorrentes das Debêntures com Garantia Real, da Escritura da Segunda Emissão e dos contratos de garantia a ela relacionados, e eventuais aditivos ou prorrogações, obrigações essas principais, acessórias e moratórias presentes e futuras, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora, no âmbito da Segunda Emissão, inclusive o principal da dívida, juros ordinários e de mora, encargos moratórios, multas, atualização monetária, tributos ou contribuições, além das despesas razoáveis e comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário para defesa, conservação e satisfação integral dos Debenturistas e outras despesas previstas ou decorrentes dos respectivos instrumentos contratuais, seja em juízo ou fora dele ("Obrigações Garantidas");



(k) os recursos decorrentes do recebimento dos pagamentos referentes aos Créditos Cedidos Fiduciariamente (conforme abaixo definido) serão depositados em contas correntes centralizadoras e vinculadas, de titularidade da Emissora ou do Município, conforme o caso, movimentáveis, única e exclusivamente pelo Banco Centralizador, com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário, até o pagamento integral das Obrigações Garantidas, nos termos deste Contrato;

(l) como garantia real das obrigações assumidas na Escritura da Segunda Emissão, a Emissora e o Município (no caso do Município, exclusivamente no que se refere aos direitos sobre a titularidade da Conta Centralizadora do Município) cederão, na forma do Contrato de Cessão Fiduciária, em favor do Agente Fiduciário, este na qualidade de representante dos Debenturistas, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta dos seguintes direitos, em cessão fiduciária em garantia, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições ("Créditos Cedidos Fiduciariamente"), os quais deverão ter sido transferidos da Conta Centralizadora da Emissora ou da Conta Centralizadora do Município (abaixo definidas), líquidos dos Recursos Excluídos, para a Conta de Recebimento (abaixo definidos):

- (i) os Direitos de Crédito Autônomos, no montante de R\$ 880.320.000,00 (oitocentos e oitenta milhões, trezentos e vinte mil reais), calculado na data de assinatura deste instrumento;
- (ii) os direitos detidos pela Emissora emergentes do Contrato de Cessão Onerosa, incluindo, mas não se limitando, ao direito de indenização; e
- (iii) todos os recursos, direitos de crédito e acessórios relacionados aos Direitos de Crédito Autônomos, já desconsiderando os Recursos Excluídos (conforme definidos na cláusula 1.2 do Anexo I), depositados ou a serem depositados e mantidos, nas Contas Vinculadas (conforme definidas abaixo, e os quais deverão ser aplicados pelo Banco Centralizador na noite do Dia Útil de seu depósito em Investimento Permitido, conforme definido e na forma prevista no Anexo IV, cujos títulos, cotas, ativos e rendimentos correspondentes também farão parte dos Créditos Cedidos Fiduciariamente), bem como todos os direitos

sobre as Contas Vinculadas, cuja movimentação se dará exclusivamente nos termos deste Contrato.

(m) o Município e o Banco Centralizador firmaram o Contrato de Prestação de Serviços Financeiros e Outras Avenças nº 01.2011.0802.0001.00.00, o qual prevê, na Cláusula Primeira, alínea “b”, item 2, a prestação de serviços de recebimento de tributos e, no parágrafo primeiro, o compromisso de consultar o Banco Centralizador sobre o interesse na prestação de serviços não previstos no referido contrato, os quais se incluem aqueles descritos neste Contrato; e

(n) a Emissora, o Município e o Contratante dos Serviços desejam contratar o Banco Centralizador e o Banco Centralizador deseja ser contratado para prestar serviços de custódia de recursos financeiros e administração das Contas Vinculadas (abaixo definidas) nos termos do presente Contrato de Custódia de Recursos Financeiros e Administração de Contas Vinculadas (“Contrato”).

ISTO POSTO, as partes ajustam o seguinte:

CLÁUSULA I OBJETO



1.1 O Banco Centralizador prestará serviços de custódia de recursos financeiros e de recebimento dos Créditos Cedidos Fiduciariamente, bem como de administração das Contas Vinculadas, conforme previsto neste Contrato.

1.2 Para prestação dos serviços objeto deste Contrato o Banco Centralizador manterá as seguintes Contas Vinculadas:

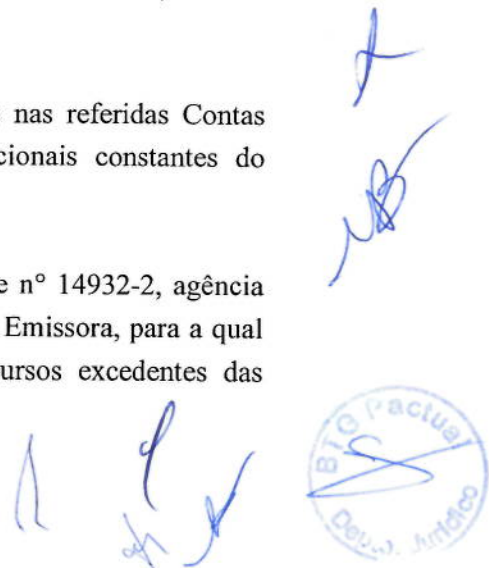
(i) conta vinculada nº 15.678-7, agência 1615-2 mantida junto ao Banco Centralizador, de titularidade do Município, exclusivamente vinculada a este Contrato, na qual serão depositados, dentre outros créditos, a totalidade dos recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos que venham a ser recebidos em decorrência de pagamentos realizados por débito automático nas contas correntes indicadas pelos Contribuintes; a ser movimentada exclusivamente pelo Banco Centralizador, com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário, até o integral pagamento das Obrigações Garantidas (“Conta Centralizadora do Município”);

(ii) conta vinculada nº 14.732-X, agência 1615-2 mantida junto ao Banco Centralizador, de titularidade da Emissora, exclusivamente vinculada a este Contrato, na qual serão depositados a totalidade dos recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos que venham a ser recebidos em decorrência de pagamentos realizados através de boletos, a ser movimentada exclusivamente pelo Banco Centralizador, com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário, até o integral pagamento das Obrigações Garantidas (“Conta Centralizadora da Emissora”);





- (iii) conta vinculada nº 14.898-9, agência 1615-2 mantida junto ao Banco Centralizador, de titularidade da Emissora, exclusivamente vinculada a este Contrato, para a qual serão transferidos os recursos da Conta Centralizadora do Município e da Conta Centralizadora da Emissora e os recursos recebidos em decorrência de litígio judicial, nos termos da Cláusula 5.3 (a) do Anexo I ao presente, já excluídos os Recursos Excluídos, e mantidos os recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos (bem como os rendimentos e os recursos decorrentes do Investimento Permitido, realizado com recursos desta conta), a ser movimentada exclusivamente pelo Banco Centralizador com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário até o integral pagamento das Obrigações Garantidas, observado o IGR e o IC previstos na Escritura de Segunda Emissão (“Conta de Recebimento”);
- (iv) conta vinculada nº 18.120-X, agência 1615-2 mantida junto ao Banco Centralizador, de titularidade da Emissora, exclusivamente vinculada a este Contrato, na qual será depositado e mantido o montante equivalente à próxima parcela vincenda de amortização do valor nominal unitário das Debêntures com Garantia Real (descritos no Anexo III), acrescida de valor equivalente à próxima parcela vincenda de remuneração das Debêntures com Garantia Real projetadas pelo Agente Fiduciário (bem como os rendimentos do Investimento Permitido, realizado com recursos desta conta), a ser movimentada exclusivamente pelo Banco Centralizador, com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário, até o integral pagamento das Obrigações Garantidas (“Conta de Pagamento”);
- (v) conta vinculada nº 14.917-9, agência 1615-2 mantida junto ao Banco Centralizador, de titularidade da Emissora, exclusivamente vinculada a este Contrato, e constituída para completar o pagamento das amortizações programadas e o pagamento da remuneração das Debêntures com Garantia Real, na qual será depositado e mantido o montante equivalente ao Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, conforme definido na cláusula 5.10 do Anexo I (bem como os rendimentos do Investimento Permitido, realizado com recursos desta conta), a ser movimentada exclusivamente pelo Banco Centralizador com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário até o integral pagamento das Obrigações Garantidas (“Conta de Serviço de Dívida”, e, em conjunto com a Conta Centralizadora do Município, a Conta Centralizadora da Emissora, a Conta de Recebimento e a Conta de Pagamento, “Contas Vinculadas”).
- 1.2.1 Os prazos e especificidades relacionadas aos valores recebidos nas referidas Contas Vinculadas estão devidamente descritos nas condições operacionais constantes do Anexo I a este Contrato.
- 1.2.2 Adicionalmente, o Banco Centralizador manterá a conta corrente nº 14932-2, agência 1615-2, de titularidade da Emissora, de livre movimentação pela Emissora, para a qual serão transferidos, no Dia Útil subsequente, os eventuais recursos excedentes das



Contas Vinculadas, respeitadas as disposições operacionais do Anexo I deste Contrato (“Conta de Livre Movimentação”), bem como da Escritura da Segunda Emissão, do Contrato de Cessão Onerosa e do Contrato de Cessão Fiduciária.



- 1.3 O Banco Centralizador movimentará as Contas Vinculadas em estrita obediência ao estabelecido no Anexo I a este Contrato. De acordo com o Contrato de Cessão Onerosa, o Município, a Emissora e o Agente Fiduciário concordam, de forma irrevogável e irretratável, e declaram estar cientes de que a referida movimentação é exclusiva do Banco Centralizador, até o integral pagamento das Obrigações Garantidas, o que será comunicado pelo Agente Fiduciário às demais partes deste Contrato.
- 1.4 O Banco Centralizador somente poderá movimentar as Contas Vinculadas de maneira diversa da prevista no Anexo I a este Contrato, na hipótese de ordem judicial, mandamento legal ou regulamentar, observadas as disposições previstas nos itens 1.4.1, 1.4.2 e 1.4.3 abaixo.
- 1.4.1 Na hipótese de o cumprimento da cláusula 1.4 acima resultar em bloqueio das Contas Vinculadas, o Banco Centralizador deverá notificar por escrito, tal fato à Emissora e ao Agente Fiduciário tão logo seja possível, mas dentro do prazo de 10 (dez) dias contados do bloqueio.
- 1.4.2 Na hipótese de a ordem judicial ou mandamento, nos termos da cláusula 1.4 acima, impor a transferência de recursos constantes das Contas Vinculadas ou qualquer outra movimentação das Contas Vinculadas de maneira diversa da prevista no Anexo I a este Contrato, o Banco Centralizador deverá notificar, por escrito, tal fato à Emissora e ao Agente Fiduciário tão logo seja possível, mas dentro do prazo de 10 (dez) dias contados da implementação da operação imposta.
- 1.4.3 O dever de notificação previsto nas cláusulas acima não afastará a obrigação de cumprimento da ordem judicial, mandamento legal ou regulamentar, independentemente de anuência por parte da Emissora ou do Agente Fiduciário.
- 1.5 A Emissora e o Município autorizam o Banco Centralizador, neste ato e de forma irrevogável e irretratável, a fornecer ao Agente Fiduciário e à PRODABEL e o Agente Fiduciário a repassar aos Debenturistas, quando solicitado, todas as informações referentes a qualquer movimentação e o saldo das Contas Vinculadas, inclusive, a liberação de acesso total às Contas Vinculadas, através da modalidade de autoatendimento, disponibilizado pelo Banco Centralizador através da internet (“Auto Atendimento Setor Público Banco do Brasil”), renunciando expressamente ao direito de sigilo bancário em relação a tais informações, de acordo com o inciso V, parágrafo 3º, artigo 1º, da Lei Complementar nº 105 de 10 de janeiro de 2001.



1.6 A Emissora e o Município, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, e para todos os fins e efeitos de direitos, inclusive, sem qualquer limitação, do previsto no artigo 117 do Código Civil Brasileiro e das normas do Banco Central do Brasil que forem aplicáveis e nos termos dos artigos 653 e seguintes do Código Civil, (a) outorgam, por meio deste Contrato, ao Banco Centralizador todos os poderes, autorizações e instruções que forem necessárias para que efetue os desembolsos das Contas Vinculadas, assim como os respectivos pagamentos e transferências, nos termos e condições previstos neste Contrato, na Escritura da Segunda Emissão, no Contrato de Cessão Onerosa e no Contrato de Cessão Fiduciária; e (b) concordam que nenhuma instrução ou autorização posterior da Emissora ou do Município será necessária para permitir que o Banco Centralizador efetue os referidos desembolsos, pagamentos e transferências e concorda, ainda, que tais desembolsos, pagamentos e transferências atenderão, por si só, às obrigações do Banco Centralizador previstas neste Contrato, no que concerne aos recursos dessa forma desembolsados, pagos e transferidos, tão integralmente e com a mesma eficácia, como se tais desembolsos, pagamentos e transferências tivessem sido efetuados diretamente pela Emissora ou pelo Município. Na medida permitida pela lei aplicável, a Emissora e o Município, por este ato, em caráter irrevogável e incondicional, renunciam a quaisquer eventuais direitos, que lhe sejam assegurados pela lei aplicável, no que se refere à relação cliente-banco havida entre a Emissora e o Município e o Banco Centralizador, ficando estabelecido, contudo, que o Banco Centralizador ficará responsável, perante a Emissora e perante o Município por má-fé, dolo, fraude ou culpa no cumprimento de suas obrigações previstas no presente Contrato. Tal mandato é outorgado como condição deste Contrato, a fim de assegurar o cumprimento das obrigações aqui estabelecidas e é irrevogável, nos termos do artigo 684 do Código Civil. Tal mandato deverá ser válido e eficaz pelo prazo de vigência deste Contrato e ou enquanto subsistirem as Obrigações Garantidas.

CLÁUSULA II CONTINGÊNCIAS

- 2.1 As partes obrigam-se a manter sistemas, meios de telecomunicação, local e pessoal treinado para impedir interrupções na execução das atividades objeto deste Contrato, decorrentes de atos ou fatos imprevistos, tais como greves e falhas de sistemas de informática e telecomunicações.
- 2.2 A despeito de as partes adotarem procedimentos de contingência, elas não responderão por eventuais interrupções nas atividades que lhe caibam, se decorrentes de falhas nos sistemas públicos de infraestrutura e telecomunicações.

CLÁUSULA III CONFIDENCIALIDADE

- 3.1 As partes, seus dirigentes, diretores, funcionários e representantes, a qualquer título, manterão sigilo a respeito de todas as informações confidenciais a que tiverem acesso uma

das outras em decorrência deste Contrato (“Informações Confidenciais”), durante a sua execução e enquanto as Debêntures com Garantia Real estiverem em circulação.

3.2 São consideradas Informações Confidenciais, para os fins deste Contrato, todos os documentos, informações gerais, comerciais, operacionais ou outros dados ~~privativos~~ das partes, de seus clientes e de pessoas ou entidades com as quais mantenham relacionamento, bem como todo e qualquer material desenvolvido e/ou alterado com tais informações gerais, comerciais, operacionais, excetuadas apenas aquelas que (i) sejam ou se tornem de domínio público sem a interferência de qualquer parte; e (ii) sejam de conhecimento de qualquer parte ou de seus representantes antes do início das negociações que resultarem neste Contrato.

3.3 As partes somente poderão revelar a terceiros Informações Confidenciais mediante prévia autorização escrita da parte proprietária da informação, exceto no caso de determinação de autoridade pública ou em decorrência de ordem judicial, hipóteses em que procederão como segue: (i) imediatamente dará notícia à parte proprietária das Informações Confidenciais a respeito da ordem da autoridade pública ou do juiz, exceto se da intimação constar vedação nesse sentido; e (ii) prestará todas as informações e subsídios que possam ser necessários para que o titular das Informações Confidenciais, a seu critério, possa defender-se contra a divulgação de qualquer informação confidencial, observada eventual limitação em referida intimação ou restrição legal.

3.4 Além de constituir infração contratual, a violação do dever de confidencialidade, inclusive aquela cometida por seus funcionários, dirigentes e representantes a qualquer título, obriga a parte infratora ao pagamento de indenização pelos danos causados diretamente à parte proprietária da informação, conforme sentença final transitada em julgado, sem prejuízo de continuar cumprindo, no que cabível, o dever de confidencialidade.

3.5 As disposições desta cláusula 3ª permanecerão válidas e em vigor mesmo após o cumprimento de todas as obrigações decorrentes do presente Contrato.

CLÁUSULA IV **REMUNERAÇÃO DO BANCO CENTRALIZADOR**

4.1 O Contratante dos Serviços pagará ao Banco Centralizador, a título de implementação das Contas Vinculadas, o valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), no 10º dia do mês subsequente à assinatura deste Contrato, por meio de transferência eletrônica para a Conta de Recebimento, ficando desde já o Banco Centralizador autorizado a efetuar o débito do montante devido diretamente da referida conta.

4.2 A Emissora pagará ao Banco Centralizador, a título de taxa mensal pelos serviços prestados em decorrência deste Contrato, o valor de R\$ 3.850,00 (três mil, oitocentos e cinquenta reais), mensalmente, no 10º (décimo) dia de cada mês subsequente à assinatura deste

Contrato, por meio de débito na Conta de Recebimento ou de outra forma que vier a ser acordada entre ambos.

- 4.3 O valor constante da cláusula 4.2 acima será reajustado, observando-se a periodicidade anual, segundo a variação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE), ou, na sua falta, do IGP-DI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna), publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.
- 4.4 Se houver atraso no pagamento da remuneração prevista nas cláusulas 4.1 e 4.2 acima, o devedor dos valores correspondentes pagará juros moratórios de 12% (doze por cento) ao ano e multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito corrigido pela variação do IPCA ou, na sua falta, do IGP-DI/FGV.
- 4.5 Caso o pagamento da remuneração prevista na Cláusula 4.2 acima seja realizado mediante débito na Conta de Recebimento, a Emissora e o Agente Fiduciário autorizam, desde já, o resgate dos recursos aplicados no Investimento Permitido para efetivação do pagamento, caso necessário.
- 4.6 A Emissora compromete-se a encaminhar ao Banco Centralizador, até o dia 28 de fevereiro de cada ano, e desde que solicitado por escrito pelo Banco Centralizador com, pelo menos, 20 (vinte) dias de antecedência, o Comprovante Anual de Rendimentos Pagos ou Creditados e de Retenção de Imposto de Renda na Fonte – Pessoa Jurídica referente aos pagamentos pelos serviços prestados em decorrência deste Contrato no ano anterior, nos termos previstos na Cláusula 4.2 acima.
- 4.6.1 Na eventualidade de a Emissora deixar de enviar ao Banco Centralizador o comprovante mencionado na cláusula 4.5, ou enviá-lo intempestivamente, a Emissora arcará com multa correspondente a duas vezes o valor da parcela mensal definida na Cláusula 4.2, cujo pagamento será efetuado na forma mencionada na referida Cláusula 4.2.

CLÁUSULA V REPARAÇÃO DE DANOS

- 5.1 As partes obrigam-se a responder pela reparação dos danos causados uma à outra, ou a terceiros, relacionados com os serviços objeto deste Contrato. Tendo em vista que a atuação da PRODABEL no âmbito deste Contrato se dá em benefício do Município, este será responsável direto por eventuais falhas da PRODABEL na execução das atividades a ela atribuídas durante a vigência deste Contrato.
- 5.2 Estão incluídos nos danos previstos no subitem anterior os gastos e prejuízos decorrentes de condenações, multas, juros e outras penalidades impostas por leis, regulamentos ou autoridades fiscalizadoras em processos administrativos ou judiciais, bem como os

Handwritten signature



honorários advocatícios incorridos nas respectivas defesas, conforme decisão transitada em julgado, da qual não caibam mais recursos.



5.3 A parte infratora reembolsará, no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar do aviso que lhe for enviado, acompanhado dos respectivos comprovantes e demonstrativos, o valor correspondente a eventuais prejuízos causados à outra parte, inclusive o relativo a custas e honorários advocatícios, atualizado com base na variação do IPCA ou, na sua falta, do IGP-DI/FGV, desde a data do desembolso até a do ressarcimento, acrescido, na mora, de juros de 12% ao ano e multa de 2%, conforme decisão transitada em julgado, da qual não caibam mais recursos.

CLÁUSULA VI VIGÊNCIA

6.1 Este Contrato é celebrado pelo prazo equivalente ao do efetivo e integral cumprimento das Obrigações Garantidas, o que será demonstrado por carta de quitação enviada pelo Agente Fiduciário às demais partes deste Contrato no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data em que houver a liquidação integral das Obrigações Garantidas.

6.1.1. As partes concordam, desde já, que, independentemente da data constante da Cláusula 6.1 acima, enquanto o Banco Centralizador não for devidamente notificado do integral cumprimento das Obrigações Garantidas, este Contrato permanecerá vigente e a remuneração prevista na cláusula 4.2 continuará sendo cobrada.

6.2 Na data de extinção deste Contrato, as Contas Vinculadas entrarão em regime de encerramento nos termos da regulamentação em vigor, e uma vez concluído o regime de encerramento, as Contas Vinculadas serão automaticamente encerradas, ficando o Banco Centralizador, desde já, autorizado a tomar todas as providências necessárias para tanto.

6.3 Este Contrato somente entrará em vigor após (i) a assinatura de todas as partes; (ii) recepção, pelo Banco Centralizador, das respectivas vias assinadas, e (iii) a validação dos documentos previstos na cláusula 10.15 deste Contrato. A prestação dos serviços continuará até a total baixa do sistema ou liquidação integral das Obrigações Garantidas, que deverá ser comunicada pela Emissora, mediante apresentação de termo de quitação das Obrigações Garantidas emitido pelo Agente Fiduciário.

6.3.1. As partes concordam, desde já, que o Banco Centralizador tem o prazo de até 4 (quatro) Dias Úteis para iniciar a operacionalização deste Contrato, contado do cumprimento do disposto na cláusula 6.3 acima e desde que não seja verificada qualquer pendência na documentação encaminhada, o que deverá ser prontamente comunicado pelo Banco Centralizador.



6.4 O Banco Centralizador poderá denunciar os seus direitos e obrigações previstas neste Contrato mediante notificação prévia e por escrito, enviada com, pelo menos, 60 (sessenta) dias de antecedência, simultaneamente à Emissora, ao Município, ao Agente Fiduciário e ao Contratante dos Serviços, sendo que, em tal prazo, as partes deverão contratar, de comum acordo, em condições equivalentes às deste Contrato, um banco centralizador sucessor (“Banco Centralizador Sucessor”). Caso, no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento da notificação prevista acima, o Banco Centralizador receba do Agente Fiduciário, em conjunto com a Emissora, o Município e o Contratante dos Serviços, notificação informando que o Banco Centralizador Sucessor ainda não foi contratado, o Banco Centralizador obrigase a permanecer exercendo seus direitos e obrigações ora descritos neste Contrato, pelo prazo adicional de 60 (sessenta) dias contados do final de tal período de 60 (sessenta) dias, perfazendo, desta forma, um total de 120 (cento e vinte) dias contados desde o recebimento, pelo Agente Fiduciário, da notificação enviada pelo Banco Centralizador, sendo que, ao final de tal processo, o Banco Centralizador colocará à disposição do Agente Fiduciário os valores depositados nas Contas Vinculadas, ocasião em que o Banco Centralizador dará como liquidadas as obrigações decorrentes deste Contrato.

6.5 Assim que o Banco Centralizador Sucessor tenha aceitado sua nomeação, em forma satisfatória aos Debenturistas, (i) tal Banco Centralizador Sucessor sucederá e será investido em todos os direitos, poderes, privilégios e deveres do Banco Centralizador anterior, (ii) o Banco Centralizador anterior ficará liberado dos respectivos deveres e obrigações aqui previstos, os quais deverão continuar a ser integralmente cumpridos pelo Banco Centralizador anterior até a data em que ocorrer a sua efetiva liberação, nos termos aqui previstos; e (iii) o Banco Centralizador anterior deverá, imediatamente, transferir a posse e o controle sobre as Contas Vinculadas e da Conta de Livre Movimentação e todas as demais contas, bem como toda a documentação relacionada a tais contas, ao Banco Centralizador Sucessor, devendo, ainda, assinar e entregar todas as notificações, instruções e cessões necessárias ou convenientes para a transferência, ao Banco Centralizador Sucessor, de todos os direitos sobre as Contas Vinculadas e a Conta de Livre Movimentação. Após a renúncia ou destituição do Banco Centralizador, as disposições deste instrumento permanecerão em vigor com relação aos atos e omissões por ele praticados enquanto no exercício das atribuições previstas neste Contrato.

6.6 O Banco Centralizador Sucessor mencionado acima deverá ser um banco de primeira linha aprovado pelos Debenturistas e pela Emissora em conjunto, incluindo, mas não limitado às seguintes instituições: Itaú Unibanco, Bradesco ou Caixa Econômica Federal.

CLÁUSULA VII
RESOLUÇÃO

7.1 Este Contrato poderá ser resolvido, a critério da parte prejudicada, nas seguintes hipóteses:

(i) se qualquer parte descumprir obrigação prevista neste Contrato e, após ter sido notificada por escrito por outra parte, deixar de corrigir seu inadimplemento no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contado do recebimento da aludida notificação;

(ii) imediatamente, mediante simples aviso, se o Banco Centralizador sofrer liquidação ou intervenção, judicial ou extrajudicial; ou

(iii) descredenciamento do Banco Centralizador para o exercício das atividades previstas neste Contrato.

7.2. Em qualquer das hipóteses previstas acima, as partes deverão providenciar imediatamente a substituição do Banco Centralizador pelo Banco Depositário Sucessor, ficando o Agente Fiduciário, em conjunto com a Emissora, responsável pela condução do referido processo de substituição.

CLÁUSULA VIII COMUNICAÇÕES

8.1 As comunicações escritas entre as partes serão feitas exclusivamente por intermédio dos representantes de cada uma, relacionados no Anexo II, nos respectivos endereços ali indicados e poderá ser feita por meio de cartas enviadas com aviso de recebimento (AR) ou e-mail.

8.2 As partes poderão alterar os representantes acima referidos, a qualquer tempo, desde que as outras partes sejam avisadas por escrito com antecedência mínima de 1 (um) Dia Útil.

8.3 Todas as notificações relacionadas a este Contrato, inclusive as relacionadas à liberação, retenção, aplicação ou resgate dos valores constantes nas Contas Vinculadas, deverão ser enviadas pelas Partes ao Banco Centralizador exclusivamente para o e-mail: age1615@bb.com.br.

CLÁUSULA IX CESSÃO

9.1 Fica vedada a cessão dos direitos e transferência das obrigações decorrentes deste Contrato sem anuência da outra parte, ressalvada a hipótese de as partes os cederem total ou parcialmente a empresa pertencente aos seus conglomerados econômicos e desde que os cessionários estejam autorizados pelos órgãos reguladores a exercer as atividades decorrentes deste Contrato.

CLÁUSULA X DISPOSIÇÕES GERAIS



- 10.1 Ressalvadas as obrigações assumidas neste Contrato, o Banco Centralizador fica, desde já, isento de quaisquer responsabilidades pelo cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário, inclusive em possíveis questionamentos administrativos e/ou judiciais, acerca da operação de emissão das debêntures, exceto nas hipóteses em que tenha contribuído com culpa ou dolo para a ocorrência do dano.
- 10.2 O Banco Centralizador não terá responsabilidade em relação à Escritura da Segunda Emissão, e não será, sob nenhum pretexto ou fundamento, chamado a atuar como árbitro com relação a qualquer controvérsia surgida entre as partes ou intérprete das condições nela estabelecidas. O Banco Centralizador declara, neste ato e de forma irrevogável e irretratável, ter conhecimento e não se opor aos termos e condições do Contrato de Cessão Onerosa e do Contrato de Cessão Fiduciária, cujas cópias encontram-se anexas ao presente Contrato como Anexo VI.
- 10.3 O Banco Centralizador terá o direito de confiar em laudo arbitral, ordem, sentença judicial ou outro tipo de instrumento escrito que lhe for entregue, conforme aqui previsto, sem que fique obrigado a verificar a autenticidade ou a exatidão dos fatos neles declarados ou sua adequação, exceto se entender que existe uma fraude explícita nos documentos, sendo obrigado a informar a Emissora sobre isso.
- 10.4 O Banco Centralizador cumprirá todas as disposições constantes das notificações e documentos recepcionados desde que estejam de acordo com as determinações deste Contrato.
- 10.5 O Banco Centralizador não prestará declaração quanto ao conteúdo, à validade, ao valor, à autenticidade, ou à possibilidade de cobrança de qualquer duplicata, título, ou outro documento, ou instrumento por ele detido ou a ele entregue, em relação a este Contrato. Contudo, o Banco Centralizador será responsável pela correta e perfeita segregação e identificação dos Créditos Cedidos Fiduciariamente e respectivo repasse às Contas Vinculadas.
- 10.6 O Banco Centralizador não será responsável caso, por força de decisão judicial, tome ou deixe de tomar qualquer medida que de outro modo seria exigível.
- 10.7 O Banco Centralizador não será responsável se os valores depositados nas Contas Vinculadas forem bloqueados por ordem administrativa ou judicial, emitida por autoridade a qual o Banco Centralizador esteja sujeito, entre outras, Banco Central do Brasil, Conselho Monetário Nacional e Secretaria da Receita Federal.
- 10.8 Este Contrato é firmado sem obrigação de exclusividade e as partes não poderão usar ou associar serviços e produtos aos nomes e marcas um do outro, inclusive em editais e materiais publicitários, salvo mediante autorização prévia, por escrito, da parte detentora do nome ou marca que será utilizada.





- 10.9 O recolhimento dos tributos incidentes sobre esta contratação será realizado pela parte definida como contribuinte pela legislação tributária, na forma nela estabelecida.
- 10.10 O Banco Centralizador não terá nenhuma responsabilidade em relação às formalidades legais para a regular constituição de garantias, sendo tal responsabilidade atinente à Emissora, mediante acompanhamento do Agente Fiduciário, na forma dos normativos da CVM e da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976.
- 10.11 A tolerância de uma das partes quanto ao descumprimento de qualquer obrigação pela outra parte não significará renúncia ao direito de exigir o cumprimento da obrigação, nem perdão, nem alteração do que foi aqui contratado.
- 10.12 Os termos em iniciais maiúsculas que não forem definidos neste instrumento terão o mesmo significado a eles atribuídos na Escritura da Segunda Emissão.
- 10.13 O presente Contrato constitui título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.
- 10.14 Caso qualquer disposição do presente Contrato seja considerada nula, ilegal ou inexecutável, as partes deverão negociar de boa-fé, de forma a chegar a um acordo na redação de uma nova cláusula que seja satisfatória a qual reflita suas intenções, conforme expressas no presente Contrato, a qual substituirá aquela considerada nula, ilegal ou inexecutável.
- 10.15 As partes obrigam-se a enviar ao Banco Centralizador, juntamente com as vias assinadas com reconhecimento de firma deste instrumento, documentação societária e pessoal das partes em cópia autenticada, para fins de validação de poderes.
- 10.15.1 As partes reconhecem, ainda, que o Banco Centralizador não poderá movimentar as Contas Vinculadas ou realizar qualquer aplicação sobre os recursos nelas mantidos antes do recebimento da documentação mencionada na cláusula 10.15, acima.
- 10.16 Para os efeitos do disposto neste Contrato, entende-se por "Dia Útil" o dia em que os bancos não deverão ou não poderão, por lei ou ordem executiva, estar fechados na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, conforme estabelecido pelo Banco Central do Brasil.

CLÁUSULA XI - FORO

- 11.1 Fica eleito o foro central da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, como o competente para dirimir disputas relativas a este Contrato.



E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente Contrato em 11 (onze) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos de direito, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Belo Horizonte, 1º de abril de 2014.

Restante da página deixado intencionalmente em branco.

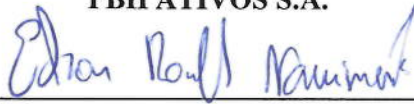


Handwritten signatures and a circular stamp. The stamp contains the text 'BTG Pactual' and 'Depto. Jurídico'.

(Página de assinaturas 1/9 do Contrato de Custódia de Recursos Financeiros e Administração de Contas Vinculadas, celebrado em 1º de abril de 2014)

Emissora:

PBH ATIVOS S.A.

OFÍCIO 

Por: Edson Ronaldo Nascimento

Cargo: Diretor Presidente



(Página de assinaturas 2/9 do Contrato de Custódia de Recursos Financeiros e Administração de Contas Vinculadas, celebrado em 1º de abril de 2014)

MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

2º OFÍCIO

Por: Marcio Araújo de Lacerda
Cargo: Prefeito Municipal

Por: Marcelo Piancastelli de Siqueira
Cargo: Secretario Municipal de Finanças



Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de:
Marcio Araújo de Lacerda *****

Belo Horizonte, 16/04/2014 11:52:24 Thales 5244

EMQL.:R\$3,90 T.F.J:R\$1,21 Total:R\$5,11



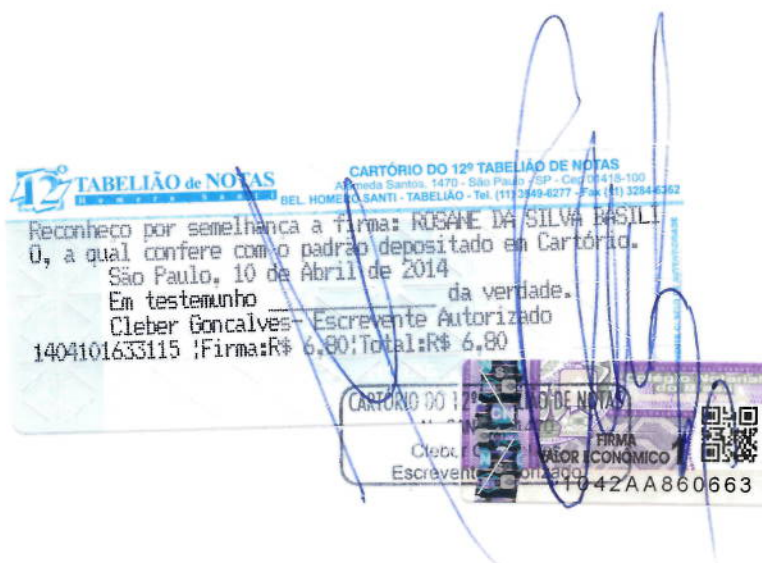
(Página de assinaturas 3/9 do Contrato de Custódia de Recursos Financeiros e Administração de Contas Vinculadas, celebrado em 1º de abril de 2014)

Agente Fiduciário:



PENTÁGONO S.A.
DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Rosane Basilio 12º
Por: Rosane da Silva Basilio
Procuradora
Cargo: RG: 41.295.392-4
CPF: 421.493.088-60



(Página de assinaturas 4/9 do Contrato de Custódia de Recursos Financeiros e Administração de Contas Vinculadas, celebrado em 1º de abril de 2014)

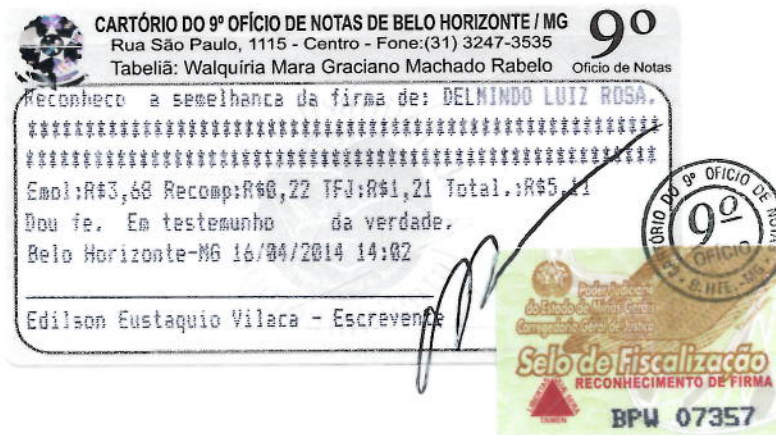
Banco Centralizador:

BANCO DO BRASIL S.A.

Por:

Cargo:

Delmino Luz Rosa
GERENTE DE NEGÓCIOS



(Página de assinaturas 5/9 do Contrato de Custódia de Recursos Financeiros e Administração de Contas Vinculadas, celebrado em 1º de abril de 2014)

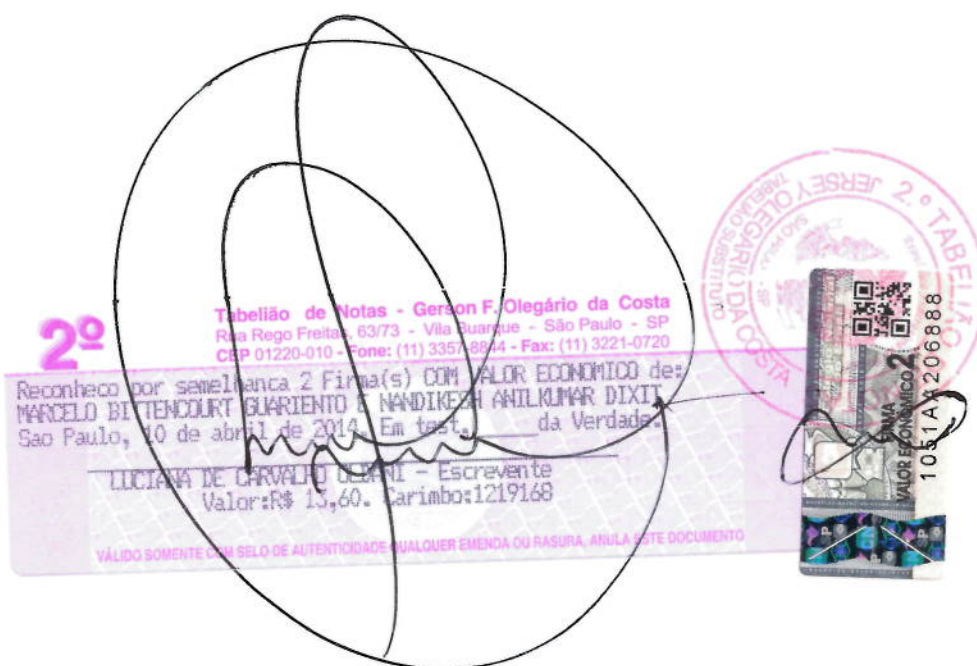
Contratante dos Serviços:

BANCO BTG PACTUAL S.A.



Por: _____
Cargo: **Nandikesh Anilkumar Dixit**
Procurador

Por: _____
Cargo: **Marcelo Bittencourt Guariento**
2º Procurador

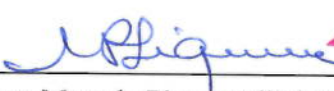


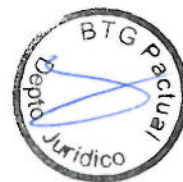
(Página de assinaturas 6/9 do Contrato de Custódia de Recursos Financeiros e Administração de Contas Vinculadas, celebrado em 1º de abril de 2014)

Interveniente Anuente:

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE BELO HORIZONTE




Por: Marcelo Piancastelli de Siqueira
Cargo: Secretário Municipal de Finanças



(Página de assinaturas 7/9 do Contrato de Custódia de Recursos Financeiros e Administração de Contas Vinculadas, celebrado em 1º de abril de 2014)

Interveniente Anuente:

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE



R. Beltrame

Por: Rúsvel Beltrame Rocha

Cargo: Procurador Geral do Município



RS



A

23/48

(Página de assinaturas 8/9 do Contrato de Custódia de Recursos Financeiros e Administração de Contas Vinculadas, celebrado em 1º de abril de 2014)

Interveniente Anuente:

**EMPRESA DE INFORMÁTICA E INFORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELO
HORIZONTE S/A – PRODABEL**

2º OFÍCIO

Por: Haldley Campolina Vidal

Cargo: Diretor



2º TABELIONATO DE NOTAS DE BELO HORIZONTE / MG
TABELIAO - JOÃO CARLOS NUNES JUNIOR
Rua da Bahia, 1000 - Centro - BH - (31) 3014-4600 - E-mail: cartorio@cartoriojaguarao.com.br

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de:
Haldley Campolina Vidal *****

Belo Horizonte, 16/04/2014 12:14:25 Thaís 6854


EMOL: R\$3,90 T.F.J: R\$1,21 Total: R\$5,11



(Página de assinaturas 9/9 do Contrato de Custódia de Recursos Financeiros e Administração de Contas Vinculadas, celebrado em 1º de abril de 2014)

Testemunhas:


Nome: _____
RG: **Gabriella R. Menezes de Freitas**
CPF/MF: RG: 35.782.308-4
CPF: 367.545.698-67




Nome: _____
RG: **Camilla Dytz da Cunha**
CPF/MF: CPF: 054.691.757-74
RG: 3.450.724









**ANEXO I AO CONTRATO DE CUSTÓDIA DE RECURSOS FINANCEIROS E
ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS VINCULADAS**

CONDIÇÕES OPERACIONAIS

Registro de Títulos e Documentos
4º Ofício - RJ
Anexo ao Documento Arquivado

CLÁUSULA I

CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS

1.1 A Emissora e o Município (no caso do Município, exclusivamente no que se refere aos direitos sobre a titularidade da Conta Centralizadora do Município), nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, cederam, fiduciariamente, ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, a propriedade fiduciária, em primeiro e único grau, o domínio resolúvel e a posse indireta dos seguintes direitos, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições, designados Créditos Cedidos Fiduciariamente, cuja custódia será realizada pelo Banco Centralizador, na forma deste Contrato:

- (i) os Direitos de Crédito Autônomos, no montante de R\$ 880.320.000,00 (oitocentos e oitenta milhões, trezentos e vinte mil reais), calculado na data de assinatura deste instrumento;
- (ii) os direitos detidos pela Emissora emergentes do Contrato de Cessão Onerosa, incluindo, mas não se limitando, ao direito de indenização; e
- (iii) todos os recursos, direitos de crédito e acessórios relacionados aos Direitos de Crédito Autônomos, já desconsiderando os Recursos Excluídos (conforme definido abaixo), depositados ou a serem depositados e mantidos nas Contas Vinculadas (os quais deverão ser aplicados pelo Banco Centralizador na noite do Dia Útil de seu depósito no Investimento Permitido, conforme definido e na forma prevista no Anexo IV ao Contrato, cujos títulos, cotas, ativos e rendimentos correspondentes também farão parte dos Créditos Cedidos Fiduciariamente), bem como todos os direitos sobre as Contas Vinculadas, cuja movimentação se dará exclusivamente nos termos deste Contrato.

1.2 Estão excluídos do conceito de Direitos de Crédito Autônomos os valores referentes (i) aos honorários advocatícios, para os casos em que tenha havido propositura de ação judicial para cobrança dos Créditos Tributários ou Não Tributários; e (ii) da taxa de expedição dos boletos de cobrança dos Direitos de Crédito Autônomos ("Recursos Excluídos"). Tais valores deverão, na forma das Cláusulas 5.2 e 5.3 abaixo, ser segregados dos Direitos de Crédito Autônomos recebidos e serão devolvidos para a conta corrente que vier a ser indicada pelo Município.

1.3 Os Créditos Cedidos Fiduciariamente são entregues em garantia de cumprimento, pela Emissora perante os titulares das Debêntures com Garantia Real, das Obrigações



[Handwritten signatures]

Garantidas, nos termos da Escritura da Segunda Emissão, ficando o Banco Centralizador, desde que expressamente notificado pelo Agente Fiduciário, nos termos da cláusula 1.3.1 abaixo, autorizado a utilizar os valores disponíveis nas Contas Vinculadas para liquidação das aludidas Obrigações Garantidas na hipótese de inadimplemento e/ou qualquer hipótese de vencimento antecipado das Debêntures com Garantia Real e, no curso do dia-a-dia, deverá utilizar o valor disponível na Conta de Pagamento para o pagamento das Debêntures com Garantia Real, nos termos do subitem 1.5.1 abaixo.

Registros e Documentos
4º Ofício - RJ
Anexo ao Documento Arquivado

- 1.3.1 Na hipótese de inadimplemento no pagamento e/ou qualquer hipótese de vencimento antecipado com relação às Debêntures com Garantia Real, inclusive em razão do vencimento antecipado deliberado pelos Debenturistas em decorrência de inadimplemento de obrigações não pecuniárias previstas na Escritura de Segunda Emissão por parte da Emissora, caberá ao Agente Fiduciário, atuando em conformidade com o disposto na Escritura da Segunda Emissão, notificar o Banco Centralizador acerca do inadimplemento e/ou do vencimento antecipado, bem como informar as instruções necessárias para autorizar a transferência dos valores disponíveis nas Contas Vinculadas para fins de amortizar o salvo devedor das Debêntures com Garantia Real e de adimplir as Obrigações Garantidas, ficando o Banco Centralizador desde já autorizado a tomar por verdadeira a notificação neste sentido. O Banco Centralizador deverá sempre observar os limites e condições estabelecidos pelo Agente Fiduciário na referida notificação.
- 1.4 Até o integral adimplemento das Debêntures com Garantia Real e das demais Obrigações Garantidas, os recursos disponíveis nas Contas Vinculadas correspondentes aos Créditos Cedidos Fiduciariamente integrarão a garantia constituída para adimplemento das Debêntures com Garantia Real e das demais Obrigações Garantidas, e não poderão ser sacados, transferidos ou movimentados de forma diversa dos parâmetros aqui estabelecidos, salvo por expressas instruções do Agente Fiduciário e após deliberação em Assembleia Geral de Debenturistas.
- 1.5 Os recursos depositados na Conta de Pagamento serão utilizados para pagamento de todas as obrigações financeiras da Emissora assumidas na Escritura da Segunda Emissão, inclusive e sem limitação o Valor Nominal Unitário, a Atualização Monetária e a Remuneração das Debêntures com Garantia Real, conforme parcelas e respectivas datas de vencimento indicadas no Anexo III ao Contrato.
- 1.5.1 A liquidação das parcelas referidas na cláusula 1.5 acima será realizada pela **ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64, instituição contratada pela Emissora para realizar a escrituração das Debêntures com Garantia Real ("Escriturador"), ficando o Banco Centralizador desde já expressamente autorizado a



acatar as instruções desta, independentemente de qualquer notificação, ficando desde já expressamente autorizado pela Emissora para tanto.

1.5.2 Caso haja alteração do cronograma de amortização das Debêntures com Garantia Real, nos termos da cláusula Sexta da Escritura da Segunda Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário deverão encaminhar, em conjunto, as novas datas de pagamento ao Banco Centralizador e as partes se comprometem a aditar o presente Contrato para substituir o Anexo III em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da carta pelo Banco Centralizador, sendo certo que este está desde já autorizado a realizar os pagamentos previstos nesta cláusula de acordo com as novas datas informadas pela Emissora e pelo Agente Fiduciário, em conjunto, independentemente da assinatura do instrumento de aditamento.

Registro de Títulos e Documentos
RJ
Anexo ao Documento Arquivado

1.5.3 O Agente Fiduciário deverá, a cada data de pagamento de amortização do valor nominal unitário das Debêntures com Garantia Real ("Valor Nominal Unitário"), acrescido do valor equivalente à parcela vincenda de remuneração das Debêntures com Garantia Real ("Remuneração") e da atualização monetária das Debêntures com Garantia Real ("Atualização Monetária"), informar, imprerivelmente até às 13:00 horas do 2º Dia Útil anterior à transferência, o valor a ser pago de amortização do Valor Nominal Unitário, acrescida Remuneração e da Atualização Monetária, ao Banco Centralizador, calculada conforme previsto na Escritura da Segunda Emissão.

1.6 O valor total da Segunda Emissão, previsto na Escritura da Segunda Emissão, é de R\$230.000.000,00 (duzentos e trinta milhões de reais), sendo que a quantidade de Debêntures não será aumentada.

1.6.1 As Debêntures com Garantia Real tem vencimento final em 15 de abril de 2021.

1.7 O inadimplemento da Emissora, com relação ao cumprimento de quaisquer das Obrigações Garantidas, será comunicado ao Banco Centralizador pelo Agente Fiduciário, ficando o Banco Centralizador, desde já, expressamente autorizado pela Emissora e pelo Município a acatar tal comunicação e instrução bancária, atuando sempre em conformidade e nos parâmetros estabelecidos pelo Agente Fiduciário na referida comunicação/instrução.

1.8 O Agente Fiduciário reconhece que os valores existentes nas Contas Vinculadas e que sejam relativos aos Créditos Cedidos Fiduciariamente somente podem ser utilizados para liquidação das parcelas relacionadas no Anexo III ao Contrato, ou na hipótese de inadimplemento e/ou qualquer hipótese de vencimento antecipado, por parte da Emissora, das Obrigações Garantidas, não servindo para pagamento de obrigação ainda não exigível.

CLÁUSULA II OBRIGAÇÕES DA EMISSORA



2.1 Sem prejuízo das demais obrigações assumidas no Contrato, a Emissora obriga-se a:

- (i) às expensas do Contratante dos Serviços, levar este Contrato e seus Anexos, assim como qualquer aditamento a este Contrato, a registro nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Comarcas de Belo Horizonte/MG, Rio de Janeiro/RJ e São Paulo/SP, no prazo de até 20 (vinte) Dias Úteis a contar desta data ou, conforme o caso, da assinatura do aditamento, devendo comprovar o registro perante o Banco Centralizador, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis após a obtenção de cada registro; e
- (ii) recompor imediatamente o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, conforme definido abaixo, em caso de perda, diminuição de seu valor, ou se por qualquer motivo ela se tornar insuficiente para atendimento do mínimo determinado na Cláusula 5.10 abaixo.

CLÁUSULA III OBRIGAÇÕES DO AGENTE FIDUCIÁRIO

Registro de Títulos e Documentos
4º Ofício - RJ
Anexo ao Documento Arquivado

3.1 Na hipótese de ocorrer um inadimplemento das Obrigações Garantidas e/ou qualquer hipótese de vencimento antecipado das Debêntures com Garantia Real, nos termos da Escritura da Segunda Emissão, inclusive em razão do vencimento antecipado deliberado pelos Debenturistas em decorrência de inadimplemento de obrigações não pecuniárias previstas na Escritura de Segunda Emissão por parte da Emissora, o Agente Fiduciário, imediatamente após tomar o conhecimento de tais eventos, deverá notificar o Banco Centralizador, para que este mantenha retidos os valores referentes aos Créditos Cedidos Fiduciariamente depositados nas Contas Vinculadas, de forma que esses sejam utilizados para saldar valores devidos pela Emissora no que se refere às Debêntures com Garantia Real e às demais Obrigações Garantidas.

CLÁUSULA IV OBRIGAÇÕES DO BANCO CENTRALIZADOR



4.1 O Banco Centralizador obriga-se a:

- (i) abrir as Contas Vinculadas e a Conta de Livre Movimentação referidas no item 1.2 deste Contrato, na forma ali prevista;
- (ii) movimentar os recursos decorrentes dos Créditos Cedidos Fiduciariamente, conforme os parâmetros estabelecidos neste Anexo I e mediante a notificação prévia e expressa do Agente Fiduciário, exceto nos casos de transferências automáticas, conforme estabelecidas por este Contrato, hipótese em que a movimentação não dependerá de notificação do Agente Fiduciário;

- (iii) investir e manter investido todo e qualquer montante existente nas Contas Vinculadas no Investimento Permitido, conforme os parâmetros definidos no Anexo IV deste Contrato;
- (iv) manter retidos os valores correspondentes aos Créditos Cedidos Fiduciariamente creditados nas Contas Vinculadas, na hipótese de ter sido comunicado pelo Agente Fiduciário de que houve um inadimplemento das Obrigações Garantidas e/ou qualquer hipótese de vencimento antecipado das Debêntures com Garantia Real, os quais serão utilizados para saldar valores devidos pela Emissora no que se refere às Debêntures com Garantia Real e demais Obrigações Garantidas;
- (v) não acatar instruções da Emissora ou do Município para débitos em qualquer das Contas Vinculadas; e
- (vi) disponibilizar ao Agente Fiduciário e à PRODABEL acesso pleno e integral ao Auto Atendimento Setor Público Banco do Brasil.

Registro de Títulos e Documentos
18.04.2013
Anexo ao Documento Arquivado

CLÁUSULA V

ADMINISTRAÇÃO DAS CONTAS VINCULADAS

5.1 O Banco Centralizador administrará diariamente as Contas Vinculadas, respeitadas as disposições abaixo previstas.

5.2 O Cedente, por intermédio da SMF e da PGM, obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, a fazer com que os recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos pagos pelos Contribuintes através de boletos sejam pagos em moeda corrente nacional e remetidos/direcionados automática e exclusivamente para a conta nº 14.732-X, da agência 1615-2, aberta no Banco Centralizador, de titularidade da PBH ATIVOS (“Conta Centralizadora da PBH ATIVOS”). A Conta Centralizadora da PBH Ativos será movimentável única e exclusivamente pelo Banco Centralizador, com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário, até o integral pagamento das Obrigações Garantidas, nos termos deste Contrato.



5.2.1 O Cedente, por intermédio da SMF e da PGM, obriga-se em até 3 (três) Dias Úteis da disponibilização do arquivo a que se refere a Cláusula 5.2.2. abaixo pelo Banco Centralizador - que se dará em até 1 (um) Dia Útil do recebimento dos boletos -, em caráter irrevogável e irretratável, a fazer com que os recursos referidos da Cláusula 5.2 (já desconsiderados os Recursos Excluídos) sejam remetidos/direcionados exclusivamente para a conta nº 14.898-9, da agência 1615-2, aberta no Banco Centralizador, de titularidade da PBH Ativos (“Conta de Recebimento”). A Conta de Recebimento será movimentável única e exclusivamente pelo Banco Centralizador, com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário, até o integral pagamento das Obrigações Garantidas, nos termos deste Contrato, observado o IGR e o IC previstos na Escritura de Segunda Emissão.

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.

5.2.2 No Dia Útil seguinte ao do recebimento dos recursos referidos da Cláusula 5.2, o Banco Centralizador deverá disponibilizar à PRODABEL, através do sistema de transmissão eletrônica de dados EDI - *Electronic Data Interchange* ("EDI"), arquivo com os valores recebidos e creditados na Conta Centralizadora da PBH ATIVOS. No prazo de 3 (três) Dias Úteis contado da disponibilização da referida informação pelo Banco Centralizador, a PRODABEL, agindo em nome do Município, deverá gerar 2 (dois) arquivos eletrônicos de retorno, a saber: (i)-o primeiro arquivo, contendo o valor dos Direitos de Crédito Autônomos recebidos na data de referência; e (ii) e o segundo arquivo, contendo o valor dos Recursos Excluídos recebido na data de referência. Os arquivos de retorno deverão ser preparados e enviados pela PRODABEL ao Banco Centralizador, conforme modelo que tiver sido acordado entre ambos, contendo ainda as instruções de transferências.

5.3 O Cedente, por intermédio da SMF e da PGM, obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, a fazer com que:

(a) os recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos pagos em decorrência de litígio judicial (seja mediante depósito judicial feito pelo Contribuinte e levantado pelo Município, seja por meio de recebimento pelo Município através de execução fiscal/cobrança judicial) sejam remetidos/direcionados exclusivamente para a Conta de Recebimento em até 60 (sessenta) dias do seu recebimento pelo Município. A Conta de Recebimento será movimentável única e exclusivamente pelo Agente Fiduciário, nos termos deste Contrato.

(b) os recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos pagos pelos Contribuintes através de débito automático sejam remetidos/direcionados automática e exclusivamente para a conta nº 15.678-7, da agência 1615-2, aberta no Banco Centralizador, de titularidade do Município ("Conta Centralizadora do Município"). A Conta Centralizadora do Município será movimentável única e exclusivamente pelo Banco Centralizador, com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário, até o integral pagamento das Obrigações Garantidas, nos termos deste Contrato.

5.4 No Dia Útil seguinte ao do recebimento dos recursos referidos da Cláusula 5.3 (b), o Banco Centralizador deverá disponibilizar à PRODABEL, através do EDI, arquivo com os valores recebidos e creditados na Conta Centralizadora do Município. No prazo de 3 (três) Dias Úteis contado da disponibilização da referida informação, fornecida pelos Bancos Arrecadores, a PRODABEL, agindo em nome do Município, deverá gerar 3 (três) arquivos eletrônicos de retorno, a saber: (i) o primeiro arquivo, contendo o valor dos Direitos de Crédito Autônomos recebidos na data de referência, que serão direcionados à Conta de Recebimento; (ii) o segundo arquivo, contendo o valor dos Recursos Excluídos recebido na data de referência, que serão direcionados à conta corrente de titularidade do Município a ser por ele indicada; e (iii) o terceiro arquivo, contendo o valor dos demais

Registro de Títulos e Documentos
4º Ofício - RJ
Anexo ao Documento Arquivado



créditos recebidos e que não fazem parte dos Direitos de Crédito Autônomos cedidos à PBH ATIVOS, que serão direcionados à conta corrente de titularidade do Município que vier a ser por ele indicada. Os arquivos de retorno deverão ser preparados e enviados pela PRODABEL ao Banco Centralizador, conforme modelo que tiver sido acordado entre ambos, contendo ainda as instruções de transferências.

5.5 Caso a PRODABEL, agindo em nome do Município, não envie os arquivos de retorno descritos (i) na Cláusula 5.4 acima no prazo ali previsto, o Banco Centralizador deverá, no Dia Útil seguinte ao término do prazo, verificar o montante recebido na Conta Centralizadora do Município na data de referência e transferir para Conta de Recebimento o montante correspondente a 12% (doze por cento) dos recursos depositados na Conta Centralizadora do Município. Nesta hipótese, e em sendo identificado posteriormente pela PRODABEL que os valores transferidos não correspondem exatamente ao montante de Direitos de Crédito Autônomos recebido na data de referência, deverá ser adotado, *mutatis mutandis*, o procedimento descrito na Cláusula 5.7 abaixo para restituição de valores transferidos indevidamente; (ii) na Cláusula 5.2.2 acima no prazo ali previsto, o Banco Centralizador deverá, no Dia Útil seguinte ao término do prazo, verificar o montante recebido na Conta Centralizadora da PBH ATIVOS na data de referência e transferir para Conta de Recebimento 100% (cem por cento) deste montante.

Registro de Títulos e Documentos
4º Ofício - RJ

5.6 Caso o montante referente aos Recursos Excluídos seja superior a 5% (cinco) por cento do total dos Direitos de Crédito Autônomos recebidos naquela data na Conta Centralizadora do Município ou na Conta Centralizadora da PBH Ativos, a integralidade dos valores referentes aos Recursos Excluídos recebidos naquela data ficará retida até que o Agente Fiduciário verifique e confirme junto à PRODABEL que tais recursos representam Recursos Excluídos, o que deverá ser feito a partir do envio de correspondência eletrônica pela PRODABEL, contendo informações suficientes para a validação nos termos do Contrato de Administração de Contas. Em até 3 (três) Dias Úteis seguintes à confirmação de recebimento da correspondência eletrônica acima, o Agente Fiduciário deverá se posicionar sobre o montante a ser transferido, enviando correspondência eletrônica ao Banco Centralizador, com cópia para a PBH ATIVOS e a PRODABEL.

Anexo ao Documento Arquivado

5.7 Fica ressalvado, entretanto, que, caso o Município e/ou a PRODABEL verifiquem eventual erro de transferência, estes poderão, enquanto houver Debêntures com Garantia Real em circulação, enviar correspondência eletrônica ao Banco Centralizador e ao Agente Fiduciário, com cópia para a PBH ATIVOS, sobre os valores correspondentes aos Recursos Excluídos que não foram informados tempestivamente ao Banco Centralizador e ao Agente Fiduciário ("Recursos Excluídos Atrasados"). No prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados do recebimento da correspondência eletrônica do Município e/ou da PRODABEL informando o montante dos Recursos Excluídos Atrasados, a PBH ATIVOS deverá efetuar a restituição dos Recursos Excluídos Atrasados ao Município, a débito da Conta de Livre Movimentação, pelo seu valor de face (que inclui atualização monetária pelo IPCA).

5.7.1. Na hipótese de a PRODABEL, agindo em nome do Município, informar, ao Banco Centralizador e ao Agente Fiduciário, de forma incorreta/imprecisa, que o montante correspondente aos Recursos Excluídos é inferior ao que eventualmente vier a apurar durante a vigência deste Contrato, esta deverá, em até 2 (dois) Dias Úteis após tomar conhecimento do fato e através de correspondência eletrônica, comunicar o fato ao Banco Centralizador e ao Agente Fiduciário, com cópia para a PBH ATIVOS, de forma a dar início ao procedimento de restituição a débito da Conta de Livre Movimentação.

5.7.2. Caso a PRODABEL, agindo em nome do Município, informe ao Banco Centralizador, de forma incorreta/imprecisa, que o montante correspondente aos Recursos Excluídos é superior ao que eventualmente vier a apurar (ou vier a ser apurado pelas demais partes) durante a vigência deste Contrato, esta deverá, em até 2 (dois) Dias Úteis após tomar conhecimento do fato e através de correspondência eletrônica, comunicar o Banco Centralizador e ao Agente Fiduciário (com cópia para a PBH ATIVOS), hipótese em que o Município ficará obrigado a indenizar a PBH ATIVOS, aplicando-se, para este fim, o disposto na cláusula XI do Contrato de Cessão Onerosa.

5.8 Conta de Recebimento: os recursos existentes na Conta de Recebimento serão, mensalmente, na Data de Verificação, conforme abaixo definida, primeiramente direcionados para a Conta de Pagamento, de forma a constituir e manter o montante equivalente a uma parcela de amortização das Debêntures com Garantia Real, acrescido da Remuneração e da Atualização Monetária das Debêntures com Garantia Real, e, em segunda etapa, da Conta de Recebimento para a Conta de Serviço da Dívida, de forma a constituir e manter o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida (conforme definido abaixo). Tais transferências serão limitadas ao atingimento do montante previsto na Cláusula 5.9 abaixo, e ao atingimento do Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, nos termos definidos abaixo, conforme aplicável para cada conta e calculado pelo Agente Fiduciário. Tais transferências serão feitas pelo Banco Centralizador após o recebimento de instruções do Agente Fiduciário.

5.9 Conta de Pagamento: a referida Conta de Pagamento deverá ter, até o 2º (segundo) Dia Útil anterior a cada data prevista para pagamento de uma parcela vincenda de amortização do Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração e da Atualização Monetária das Debêntures com Garantia Real, a ser calculada nos termos da Cláusula 6.12 a 6.15 da Escritura de Segunda Emissão (cada uma, "Parcela Vincenda de Amortização"), o montante equivalente à referida Parcela Vincenda de Amortização. O Agente Fiduciário deverá determinar ao Banco Centralizador a movimentação/transferência a ser feita das Contas Vinculadas para fazer frente a tal pagamento, com a antecedência acima. Impreterivelmente até às 15h00 do Dia Útil anterior à data de pagamento da Parcela Vincenda de Amortização, o Agente Fiduciário deverá determinar ao Banco Centralizador a realização de uma transferência eletrônica disponível (TED) da Conta de Pagamento para a conta indicada pelo Escriturador que será utilizada para os pagamentos dos valores devidos aos Debenturistas, sendo desde já expressamente autorizado pela Emissora para tanto.



5.9.1 Caso o montante depositado na Conta de Pagamento seja insuficiente para quitação integral de cada Parcela Vincenda de Amortização no 2º (segundo) Dia Útil anterior à data de pagamento da referida Parcela Vincenda de Amortização, o Banco Centralizador, mediante solicitação do Agente Fiduciário, transferirá recursos necessários da Conta de Serviço da Dívida para a Conta de Pagamento, para possibilitar a realização do pagamento da respectiva Parcela Vincenda de Amortização, sendo observados os termos da Cláusula 5.10.3.

5.9.2 Atingido o montante referido na Cláusula 5.9.1 acima na Conta de Pagamento, o eventual valor excedente será, no mesmo dia, direcionado para a Conta de Serviço da Dívida, nos termos do item 5.8 acima.

5.10 Conta de Serviço da Dívida: A Emissora, na data de subscrição das Debêntures com Garantia Real, deverá manter depositados na Conta de Serviço da Dívida recursos em moeda corrente nacional, vinculados ao pagamento das Debêntures com Garantia Real (em seu vencimento regular ou antecipado), em montante igual ou superior ao somatório do valor das próximas 4 (quatro) Parcelas Vincendas de Amortização ("Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida"). O cálculo de tal valor, a ser feito pelo Agente Fiduciário, tomará por base o IPCA divulgado até 01 (um) um Dia Útil antes da Data de Verificação, projetado até a efetiva data de pagamento de amortização das Debêntures com Garantia Real consideradas para o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, sendo certo que deverá ser utilizada a projeção do IPCA divulgada pela ANBIMA.

5.10.1. Caberá ao Agente Fiduciário calcular mensalmente o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida estabelecido nesta cláusula, até o 2º (segundo) Dia Útil anterior à cada data de pagamento de uma Parcela Vincenda de Amortização, ("Data de Verificação"), a fim de verificar o enquadramento do Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, sendo certo que a primeira verificação será realizada no Dia Útil seguinte à data de subscrição das Debêntures com Garantia Real.

5.10.2. Observado o prazo para pagamento de cada Parcela Vincenda de Amortização, a Emissora deverá atender a obrigação de, após cumprir o previsto no item 5.9 acima, compor o referido Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, cujos recursos serão enviados da Conta de Recebimento ou, se esta não tiver saldo suficiente, de outras Contas Vinculadas, e integralmente retidos na Conta de Serviço da Dívida até que haja montante suficiente para atendimento desta obrigação. Atingido o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, e havendo recursos na Conta de Recebimento, e não havendo quaisquer Eventos de Avaliação e/ou Eventos de Vencimento Antecipado, conforme definidos na Escritura da Segunda Emissão, os recursos da Conta de Recebimento e o excesso ao Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida serão direcionados, mediante instrução encaminhada pelo Agente Fiduciário ao Banco Centralizador, com um Dia Útil de antecedência, para a Conta de Livre

Registro de Títulos e Documentos
RJ
Arquivo Documento Arquivado



Movimentação, no Dia Útil subsequente à data de pagamento da Parcela Vincenda de Amortização, respeitando o previsto nos itens 5.8 acima, e 5.13 abaixo.

Registro de Títulos e Documentos
4º Ofício - RJ
Anexo do Documento Arquivado

5.10.3. A partir do momento em que for atingido o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida e durante toda a existência das Debêntures com Garantia Real, caso o Agente Fiduciário constate na Data de Verificação que o saldo da Conta de Serviço da Dívida esteja abaixo do Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, este deverá (i) primeiramente enviar uma orientação ao Banco Centralizador para que transfira quaisquer recursos existentes na Conta de Recebimento ou na Conta de Pagamento (respeitando o atendimento do montante previsto na Cláusula 5.9 acima) para a Conta de Serviço da Dívida, de forma a atingir este Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, ficando o Banco Centralizador expressamente autorizado a acatar tal instrução, e (ii) em segundo lugar, caso ainda assim não tenha sido atingido tal montante, enviar solicitação de reposição à Emissora neste sentido para providenciar a sua recomposição em até 2 (dois) Dias Úteis contados de tal solicitação, mediante o depósito de recursos próprios na Conta de Serviço da Dívida, observado o disposto na alínea (z) da Cláusula 9.1 da Escritura da Segunda Emissão.

5.11 Mensalmente, em cada Data de Verificação, após terem sido primeiramente atendidos todos os pagamentos a que se destina a Conta de Pagamento, conforme previsto no Contrato de Cessão Fiduciária e neste Contrato, bem como posteriormente atendidas todas as obrigações de constituição do Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, conforme descrita no item 5.10, o eventual saldo que ainda exista na Conta de Pagamento e o eventual excesso sobre o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida será direcionado, por instrução do Agente Fiduciário ao Banco Centralizador, com 1 (um) Dia Útil de antecedência, para a Conta de Livre Movimentação, observados os termos do item 5.12 abaixo.

5.12 Na hipótese de não haver recursos suficientes na Conta de Pagamento para quitação integral de cada Parcela Vincenda de Amortização no 2º (segundo) Dia Útil anterior à data de pagamento da Parcela Vincenda de Amortização em questão, o Banco Centralizador, mediante autorização do Agente Fiduciário, transferirá recursos da Conta de Serviço da Dívida para a Conta de Pagamento, no montante que seja necessário para atendimento da obrigação da Cláusula 5.10 acima.

5.13 Verificando-se o atendimento do item 5.8 acima, e havendo recursos na Conta de Recebimento e não havendo quaisquer Eventos de Avaliação e/ou Eventos de Vencimento Antecipado, esses recursos serão direcionados no Dia Útil subsequente ao recebimento, pelo Banco Centralizador, de instrução do Agente Fiduciário neste sentido, à Conta de Livre Movimentação na Data de Verificação, os quais 90% (noventa por cento) deverão ser utilizados para amortização das Debêntures Subordinadas, observado o IGR e o IC previsto na Escritura da Segunda Emissão.



5.14 Caso, após a liquidação integral das Obrigações Garantidas, existam recursos correspondentes aos Créditos Cedidos Fiduciariamente nas Contas Vinculadas, estes deverão ser transferidos para a Conta de Livre Movimentação no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data de liquidação integral das Obrigações Garantidas.

5.15 Na hipótese de ocorrência de um Evento de Avaliação e/ou Evento de Vencimento Antecipado, conforme definidos na Escritura da Segunda Emissão, inclusive o vencimento antecipado deliberado pelos Debenturistas em decorrência de inadimplemento de obrigações não pecuniárias previstas na Escritura de Segunda Emissão por parte da Emissora, o Agente Fiduciário, tão logo tome conhecimento de tais eventos, deverá notificar o Banco Centralizador e determinar a interrupção imediata todos os procedimentos de transferência de valores das Contas Vinculadas para a Conta de Livre Movimentação, nos termos previstos no Contrato de Cessão Fiduciária.

5.16 O Agente Fiduciário não será responsável caso, após cumpridos os procedimentos acima descritos, a transferência de valores de quaisquer das Contas Vinculadas para a Conta de Livre Movimentação seja realizada após a ocorrência de um dos Eventos de Avaliação e/ou Evento de Vencimento Antecipado, caso tal evento ainda não seja de conhecimento do Agente Fiduciário.

5.17 Na hipótese de ocorrer um dos Eventos de Avaliação ou Vencimento Antecipado, previstos na Escritura da Segunda Emissão, inclusive o vencimento antecipado deliberado pelos Debenturistas em decorrência de inadimplemento de obrigações não pecuniárias previstas na Escritura de Segunda Emissão por parte da Emissora, ou o inadimplemento de qualquer das Obrigações Garantidas, em conjunto ou isoladamente, o Agente Fiduciário fica, desde já, em caráter irrevogável e irretratável, autorizado pela Emissora a, mediante solicitação ao Banco Centralizador, determinar a retenção dos valores referentes aos Créditos Cedidos Fiduciariamente depositados nas Contas Vinculadas e obrigado a utilizá-los para a amortização dos valores devidos por esta em decorrência das Obrigações Garantidas, nos termos das Cláusulas 4 e 4.1 do Contrato de Cessão Fiduciária, e na forma prevista neste Contrato.

5.18 A Emissora e o Município (conforme aplicável), por este ato, nomeiam o Banco Centralizador como depositário das Contas Vinculadas e dos rendimentos financeiros decorrentes dos Créditos Cedidos Fiduciariamente. O Banco Centralizador, por este instrumento, expressamente aceita a nomeação como fiel depositário das Contas Vinculadas e dos rendimentos financeiros decorrentes dos Créditos Cedidos Fiduciariamente e assume total responsabilidade pela boa manutenção, conservação e preservação dos valores assim recebidos. O Banco Centralizador fica obrigado, em caráter irrevogável e irretratável, a não compensar nem deduzir qualquer valor dos valores recebidos nas Contas Vinculadas, exceto os custos de pagamento de sua remuneração, que poderá ser debitado da Conta de Recebimento, conforme previsto na Cláusula 4.2 deste Contrato, bem como aquelas

Registro de Títulos e Documentos
4º Ofício - RJ
Anexo ao Documento Arquivado

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]



decorrentes de obrigações legais, bem como aceitar as ordens recebidas diretamente do Agente Fiduciário relativa às movimentações das Contas Vinculadas.

5.19 O Banco Centralizador obriga-se a fornecer de forma automática, através do acesso ao Auto Atendimento Setor Público Banco do Brasil, e independentemente de qualquer solicitação, à SMF, à Emissora e ao Agente Fiduciário, relatórios mensais de acompanhamento das Contas Vinculadas, contendo os valores das operações de débito e crédito efetuadas nas referidas contas dentro do aludido período (extratos bancários) estando desde já autorizado pela Emissora e pelo Município a fornecer tais informações ao Agente Fiduciário, nos termos deste Contrato. Os relatórios mensais de acompanhamento das Contas Vinculadas serão fornecidos na forma escrita, por meio físico ou eletrônico, à escolha do Banco Centralizador.

5.20 O Município e o Banco Centralizador obrigam-se, em caráter irrevogável e irretratável, a segregar em seus sistemas de controle interno os Direitos de Crédito Autônomos, de forma que os referidos direitos sejam automaticamente identificados como cedidos em garantia das Obrigações Garantidas, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária.

5.20.1. Para que possa ser exigido do Banco Centralizador o cumprimento da obrigação descrita na Cláusula 5.20, o Banco Centralizador deverá ter recebido os arquivos eletrônicos referidos nas cláusulas 5.2.2 e 5.4 acima.

5.21 Exclusivamente para fins do envio e recebimento das correspondências eletrônicas tratadas nesta Cláusula, o Município, a PBH ATIVOS, o Banco Centralizador e o Agente Fiduciário indicam os seguintes endereços eletrônicos:

Município de Belo Horizonte:

E-mail: marcelo.piancastelli@pbh.gov.br

PBH ATIVOS:

E-mail: edson.ronaldo@pbh.gov.br

Banco Centralizador:

E-mail: age1615@bb.com.br

Agente Fiduciário:

E-mail: backoffice@pentagonotruster.com.br

5.21.1. A substituição dos e-mails indicados nos termos desta cláusula poderá ser feita por qualquer das partes interessadas, mediante envio de correspondência eletrônica às demais, formalizando a alteração. No prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados de seu envio de forma eletrônica, as correspondências trocadas pelas partes nos termos desta cláusula deverão ser

Registro de Títulos e Documentos
Autônomo - RJ
Documento Arquivado



encaminhadas fisicamente ao Agente Fiduciário, por meio dos Correios (através de carta registrada com Aviso de Recebimento).

CLÁUSULA VI TRANSFERÊNCIA E RETENÇÃO DOS RECURSOS

6.1 O Banco Centralizador transferirá os recursos entre as Contas Vinculadas na forma e nos prazos estabelecidos na cláusula V acima.

Registro de Títulos e Documentos
4º Ofício - RJ
Anexo ao Documento Arquivado

6.1.1 O Banco Centralizador fica autorizado pela Emissora e pelo Município, desde já, em caráter irrevogável e irretratável, a reter nas Contas Vinculadas o saldo ali existente e que seja correspondente aos Créditos Cedidos Fiduciariamente caso seja comunicado pelo Agente Fiduciário acerca da ocorrência de um dos Eventos de Avaliação ou de Vencimento Antecipado, em especial no que diz respeito à tempestiva liquidação, pela Emissora, das obrigações financeiras indicadas na Escritura da Segunda Emissão, conforme datas de pagamento das parcelas referentes à amortização do Valor Nominal Unitário e ao pagamento da Remuneração e da Atualização Monetária das Debêntures com Garantia Real, indicadas no Anexo III, inclusive em razão do vencimento antecipado deliberado pelos Debenturistas em decorrência de inadimplemento de obrigações não pecuniárias previstas na Escritura de Segunda Emissão por parte da Emissora.

6.1.2 A retenção mencionada no subitem 6.1.1 acima operar-se-á sobre a totalidade dos valores depositados nas Contas Vinculadas e que sejam resultado da liquidação dos Créditos Cedidos Fiduciariamente, mediante comunicação escrita do Agente Fiduciário ao Banco Centralizador, indicando o inadimplemento da Emissora. Tal comunicação produzirá efeitos a partir do dia de seu recebimento, pelo Banco Centralizador, desde que ocorrido até às 13:00 horas, sendo que as comunicações recebidas após este horário somente produzirão efeito a partir do Dia Útil seguinte ao do seu recebimento.

6.1.3 Sempre que o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida não for plenamente atendido na Data de Verificação, o Banco Centralizador, nos termos da Cláusula 5.10.3 acima, deverá reter e transferir para a Conta de Serviço da Dívida quaisquer valores relativos aos Créditos Cedidos Fiduciariamente depositados nas demais Contas Vinculadas, exceto se instruído de forma diversa pelo Agente Fiduciário, por determinação da Assembleia Geral de Debenturistas.

6.2 Os valores que o Banco Centralizador reter, nos termos do subitem 6.1.1 e 6.1.3, deverão ser mantidos investidos no Investimento Permitido, conforme descrito no Anexo IV ao presente Contrato, enquanto perdurar a retenção.

6.3 Os valores referidos acima, somente serão investidos pelo Banco Centralizador em Investimentos Permitidos que possuam liquidez diária.

BTG Pactual
Departamento Jurídico

CLÁUSULA VII
OBRIGAÇÕES RELACIONADAS AOS BOLETOS

Registro de Títulos e Documentos
4º Ofício - RJ
Anexo ao Documento Arquivado

7.1 A Emissora compromete-se a:

- (i) manter em seu poder, através do Custodiante, a documentação que justifica a emissão pela SMF ou pela PGM, conforme o caso, dos boletos correspondentes ao recebimento dos Direitos de Crédito Autônomos;
- (ii) exhibir essa documentação no caso de sobrevir demanda judicial e desde que intimada a tanto;
- (iii) não descontar qualquer boleto correspondente aos Direitos de Crédito Autônomos ou realizar qualquer operação que afete a garantia de cessão fiduciária constituída, seja no Banco Centralizador ou com terceiros;

7.2 Tendo em vista que a prerrogativa de cobrança dos Direitos de Crédito Autônomos é exclusiva da PGM e da SMF, conforme o caso, o Banco Centralizador não poderá, em nenhuma hipótese, agir como mandatário para a cobrança dos Direitos de Créditos Autônomos, ficando expressamente vedada a apresentação, pelo Banco Centralizador, de qualquer boleto inadimplido para protesto, demanda judicial ou extrajudicial ou qualquer outra forma de cobrança.



**ANEXO II AO CONTRATO DE CUSTÓDIA DE RECURSOS FINANCEIROS E
ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS VINCULADAS**

COMUNICAÇÕES

Os representantes, endereços e e-mails de cada uma das partes, para os fins do item 9 do Contrato de Custódia de Recursos Financeiros e Administração de Contas, conforme segue:

PBH ATIVOS S.A.

Avenida Afonso Pena, nº 774, 5º Andar, Bairro Centro,
CEP: 30.130-003 - Belo Horizonte, MG
Tel.: (31) 3277-9561
At: Diretor Presidente Edson Ronaldo Nascimento
E-mail: edson.ronaldo@pbh.gov.br

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Av. das Américas, nº 4.200, Bloco 04, sala 514, Bairro Barra da Tijuca
CEP: 22640-102 - Rio de Janeiro, RJ
At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira
Tel.: (21) 3385-4565
E-mail: backoffice@pentagonotrustee.com.br

BANCO DO BRASIL S.A.

Aos cuidados da Agência Setor Público
Rua Rio de Janeiro, 750, 5º Andar, Centro
CEP: 31.160-041 - Belo Horizonte, MG
At: Sr. Antônio Eustáquio da Siqueira
Tel.: (31) 3217-3715
E-mail: age1615@bb.com.br

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 12º andar
CEP: 04538-133 - São Paulo, SP
At.: Departamento Jurídico - FICC
Tel.: (11) 3383-2000
E-mail: ol-juridico-renda-fixa@btgpactual.com



SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE BELO HORIZONTE

Rua Espírito Santo, 605, Centro, 5º andar

CEP 30.160.030 - Belo Horizonte, MG

At: Secretário Municipal de Finanças Sr. Marcelo Piancastelli de Siqueira

Tel.: (31) 3277-4008

E-mail: marcelo.piancastelli@pbh.gov.br

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

Tel.: (31) 3277-4075

Rua dos Timbiras, 628, Funcionários

CEP 30.140-060 - Belo Horizonte, MG

At: Procurador Geral do Município, Sr. Rúsvel Beltrame Rocha

E-mail: rusvelb@pbh.gov.br

Registro de Títulos e Documentos
4º Ofício - RJ
Anexo ao Documento Arquivado

MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

Rua Espírito Santo, 605, Centro, 5º andar

CEP: 30.160.030, Belo Horizonte, MG

Tel.: (31)3277-4008 (31)3277-4009 (31)3277-4010 (31)3277-4034

At: Secretário Municipal de Finanças, Sr. Marcelo Piancastelli de Siqueira

E-mail: marcelo.piancastelli@pbh.gov.br

EMPRESA DE INFORMÁTICA E INFORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE S/A – PRODABEL

Av. Presidente Carlos Luz, nº 1275, Bairro Caparaó,

CEP: 31.230-000 - Belo Horizonte, MG

At.: Sr. Haldley Campolina Vidal

Tel.: (31) 3277-8395

E-mail: haldley@pbh.gov.br

Caso haja alteração dos representantes autorizados a assinar as notificações, a parte que desejar promover a alteração deverá notificar o Banco Centralizador neste sentido, com cópia às demais partes.



**ANEXO III AO CONTRATO DE CUSTÓDIA DE RECURSOS FINANCEIROS E
ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS VINCULADAS**

**RELAÇÃO DAS PARCELAS REFERENTES À AMORTIZAÇÃO DO VALOR
NOMINAL UNITÁRIO E AO PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO DAS
DEBÊNTURES**

O Valor Nominal Unitário das Debêntures com Garantia Real será de R\$100.000,00 (cem mil reais) na Data de Emissão.

Cronograma de amortização do Valor Nominal Unitário:

Os percentuais de amortização indicados no cronograma de amortização definido no “Anexo V” deste Contrato incidirão sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures com Garantia Real, para cada parcela, desde a primeira parcela com vencimento em 15 de maio de 2014 até a última com vencimento em 15 de abril de 2021, nos termos do “Anexo V”.

Pagamento da Remuneração das Debêntures com Garantia Real:

Sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures com Garantia Real incidirão juros remuneratórios correspondentes à soma exponencial (i) do percentual correspondente à multiplicação em forma fatorial (i) da taxa interna de retorno das Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B), com vencimento em 15 de agosto de 2016, a serem apuradas no Dia Útil anterior à data do Procedimento de *Bookbuilding*, conforme taxas indicativas divulgadas pela ANBIMA em sua página na internet (<http://www.anbima.com.br>); e (ii) de um percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, e, em qualquer caso, limitado a 5% (cinco por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Atualizado, a partir da Data de Emissão, calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis.

O Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração e da Atualização Monetária será amortizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de maio de 2014 e o último em 15 de abril de 2021 (“Data de Vencimento”), ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures com Garantia Real em razão da ocorrência de um dos eventos de vencimento antecipado descritos na Escritura da Segunda Emissão, ou na realização do resgate conforme previsto na Escritura da Segunda Emissão (“Pagamento da Remuneração”).

Registro de Títulos e Documentos
4º Ofício - RJ
Anexo ao Documento Arquivado



**ANEXO IV AO CONTRATO DE CUSTÓDIA DE RECURSOS FINANCEIROS E
ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS VINCULADAS**

**PARÂMETROS DE INVESTIMENTO DO SALDO DISPONÍVEL NAS CONTAS
VINCULADAS**

Nos termos da alínea (iii) do subitem 4.1 do Anexo I ao Contrato de Custódia de Recursos Financeiros e Administração de Contas, todo e qualquer montante existente nas Contas Vinculadas relativos aos Créditos Cedidos Fiduciariamente deverá ser automaticamente investido pelo Banco Centralizador, na noite do Dia Útil de seu depósito, conforme política abaixo:

1. A totalidade dos recursos (incluindo os rendimentos do Investimento Permitido, provenientes dos investimentos realizados nos termos desse Anexo IV) existentes e/ou depositados nas Contas Vinculadas relativos aos Créditos Cedidos Fiduciariamente deverão ser aplicados pelo Banco Centralizador, na noite do Dia Útil de seu depósito, nos seguintes investimentos, listados em ordem de prioridade (que deverá ser observada pelo Banco Centralizador):

(a) em fundos de renda fixa com liquidez diária administrados e geridos pelo Banco do Brasil S.A e/ou empresas do seu conglomerado; ou, caso não haja disponibilidade,

(b) em ativos de renda fixa com liquidez diária de emissão e risco do Banco do Brasil S.A; ou, caso não haja disponibilidade,

(c) em títulos de renda fixa emitidos pelo Governo Federal Brasileiro.

1.1. Os títulos, ativos e cotas adquiridos em decorrência do Investimento Permitido, bem como seus rendimentos, são também cedidos fiduciariamente em favor dos titulares das Debêntures com Garantia Real, sendo-lhes aplicáveis, para todos os fins de direito, todas as disposições inerentes aos Créditos Cedidos Fiduciariamente previstas no Contrato de Cessão Fiduciária e neste Contrato.

2. Os recursos existentes ou depositados nas Contas Vinculadas deverão ser investidos no Investimento Permitido da seguinte forma:

(a) Conta de Serviço da Dívida e Conta de Pagamento: considerando a natureza dessas contas, os recursos existentes e/ou depositados serão aplicados na noite do Dia Útil de seu depósito e permanecerão investidos até o recebimento de notificação do Agente Fiduciário, determinando a movimentação dos recursos;

(b) Conta de Recebimento: quaisquer recursos da referida Conta de Recebimento também serão aplicados na noite do Dia Útil de seu depósito e serão mantidos investidos até a data de recebimento da notificação do Agente Fiduciário instruindo a transferência de

Registro de Títulos e Documentos
4º Ofício - RJ
Anexo Recurso Arquivado



Handwritten signature

Handwritten mark

Handwritten signatures and initials

recursos da Conta de Recebimento para a Conta de Pagamento e/ou Conta de Serviço da Dívida.

3. Ressalvadas as hipóteses de terem agido com culpa ou dolo no descumprimento de suas respectivas funções, conforme estabelecidas por este Contrato e conforme aplicável, O Banco Centralizador, o Agente Fiduciário, e/ou tampouco seus respectivos diretores, empregados ou agentes, não terão qualquer responsabilidade com relação a quaisquer prejuízos, reivindicações, demandas, danos, tributos ou despesas, resultantes do investimento, reinvestimento ou liquidação do Investimento Permitido, inclusive, entre outros, qualquer responsabilidade por quaisquer demoras no investimento, reinvestimento ou liquidação do Investimento Permitido, ou quaisquer lucros cessantes inerentes a essas demoras, com as quais não possui(rá) qualquer ingerência sobre a modalidade, forma, prazo e quaisquer condições que foram determinadas neste Contrato.

Registro de Títulos e Documentos
4º Ofício - RJ
Anexo ao Documento Arquivado



**ANEXO V AO CONTRATO DE CUSTÓDIA DE RECURSOS FINANCEIROS E
ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS VINCULADAS**

CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO

Mês	Data de Aniversário	"P" Percentual de amortização
0	15/04/2014	0,00%
1	15/05/2014	3,16%
2	16/06/2014	3,07%
3	15/07/2014	2,96%
4	15/08/2014	2,86%
5	15/09/2014	2,77%
6	15/10/2014	2,68%
7	17/11/2014	2,60%
8	15/12/2014	2,51%
9	15/01/2015	2,43%
10	18/02/2015	2,49%
11	16/03/2015	2,40%
12	15/04/2015	2,32%
13	15/05/2015	2,25%
14	15/06/2015	2,18%
15	15/07/2015	2,12%
16	17/08/2015	2,05%
17	15/09/2015	1,99%
18	15/10/2015	1,93%
19	16/11/2015	1,86%
20	15/12/2015	1,80%
21	15/01/2016	1,75%
22	15/02/2016	1,79%
23	15/03/2016	1,73%
24	15/04/2016	1,67%
25	16/05/2016	1,61%
26	15/06/2016	1,56%
27	15/07/2016	1,52%
28	15/08/2016	1,47%
29	15/09/2016	1,42%
30	17/10/2016	1,38%
31	16/11/2016	1,33%
32	15/12/2016	1,29%
33	16/01/2017	1,25%
34	15/02/2017	1,28%
35	15/03/2017	1,24%
36	17/04/2017	1,20%
37	15/05/2017	1,16%

Registro de Títulos e Documentos
4º Ofício - RJ
Anexo ao Documento Arquivado



38	16/06/2017	1,13%
39	17/07/2017	1,09%
40	15/08/2017	1,06%
41	15/09/2017	1,03%
42	16/10/2017	1,00%
43	16/11/2017	0,97%
44	15/12/2017	0,94%
45	15/01/2018	0,91%
46	15/02/2018	0,93%
47	15/03/2018	0,90%
48	16/04/2018	0,87%
49	15/05/2018	0,85%
50	15/06/2018	0,82%
51	16/07/2018	0,80%
52	15/08/2018	0,77%
53	17/09/2018	0,75%
54	15/10/2018	0,72%
55	16/11/2018	0,70%
56	17/12/2018	0,67%
57	15/01/2019	0,64%
58	15/02/2019	0,65%
59	15/03/2019	0,63%
60	15/04/2019	0,60%
61	15/05/2019	0,58%
62	17/06/2019	0,56%
63	15/07/2019	0,54%
64	15/08/2019	0,52%
65	16/09/2019	0,51%
66	15/10/2019	0,49%
67	18/11/2019	0,47%
68	16/12/2019	0,45%
69	15/01/2020	0,44%
70	17/02/2020	0,44%
71	16/03/2020	0,42%
72	15/04/2020	0,20%
73	15/05/2020	0,20%
74	15/06/2020	0,19%
75	15/07/2020	0,18%
76	17/08/2020	0,17%
77	15/09/2020	0,16%
78	15/10/2020	0,16%
79	16/11/2020	0,15%
80	15/12/2020	0,14%
81	15/01/2021	0,14%
82	17/02/2021	0,14%

Registro de Títulos e Documentos
4º Ofício - RJ
Anexo ao Documento Arquivado



83	15/03/2021	0,13%
84	15/04/2021	0,11%

Registro de Títulos e Documentos
4º Ofício - RJ
Anexo ao Documento Arquivado



[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

[Handwritten signature]

**ANEXO VI AO CONTRATO DE CUSTÓDIA DE RECURSOS FINANCEIROS E
ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS VINCULADAS**

CÓPIA DO CONTRATO DE CESSÃO ONEROSA

CÓPIA DO CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA

Registro de Títulos e Documentos
4º Ofício - RJ
Anexo ao Documento Arquivado



[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

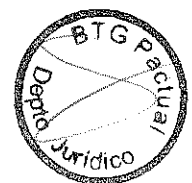
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Registro de Títulos e Documentos
4º Ofício - RJ
Anexo ao Documento Arquivado

CÓPIA DO CONTRATO DE CESSÃO ONEROSA

[Handwritten signature]



[Handwritten mark, possibly "A"]

[Handwritten signatures and marks]

CONTRATO DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITO AUTÔNOMO DE
RECEBIMENTO DE CRÉDITOS E OUTRAS AVENÇAS

Registro de Títulos e Documentos

4º Ofício - RJ

Anexo ao Documento Arquivado

Pelo presente instrumento particular, as partes:

I - MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, estabelecido na Avenida Afonso Pena, nº 1212, Bairro Centro, CEP nº 30130-908, Estado de Minas Gerais, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Marcio Araújo de Lacerda e pelo Secretário Municipal de Finanças, Sr. Marcelo Piancastelli de Siqueira, doravante denominada simplesmente por "Cedente" ou "Município";

II - PBH ATIVOS S.A., sociedade de economia mista, cuja criação foi autorizada pela Lei Municipal nº 10.003 de 25 de novembro de 2010 ("Lei Municipal 10.003/10"), com sede na Avenida Afonso Pena, nº 774, 5º Andar, Centro, CEP: 30130-003, município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita perante o CNPJ/MF sob o nº 13.593.766/0001-79, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Presidente Sr. Edson Ronaldo Nascimento, doravante denominada simplesmente "PBH ATIVOS" ou "Cessionária";

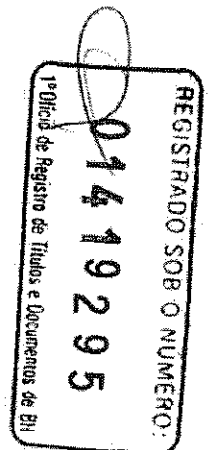
III - BANCO BTG PACTUAL S.A., instituição financeira constituída sob a forma de sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 14º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.306.294/0002-26, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social por seus representantes legais abaixo assinados, doravante denominado "Custodiante";

IV- PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4200, Bloco 04, sala 514, Bairro Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma do seu estatuto social ("Agente Fiduciário"); e, quando em conjunto com a Cedente, a Cessionária e o Custodiante, a seguir referidos como "Partes" e, individualmente, como "Parte";

E, ainda, como Intervenientes Anuentes:

V - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE BELO HORIZONTE, estabelecida na Rua Espírito Santo, nº 605, 5º andar, Centro, CEP 30.160.030, Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Finanças, Sr. Marcelo Piancastelli de Siqueira ("SMF");

VI - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, estabelecida na Rua dos Timbiras, 628, Funcionários, CEP 30.140.060, município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, neste ato representada pelo Procurador-Geral do Município, Sr. Rúsvel Beltrame Rocha ("PGM"); e



VII- EMPRESA DE INFORMÁTICA E INFORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE S/A – PRODABEL, estabelecida na Av. Presidente Carlos Luz, nº 1275, Bairro Caparaó, CEP: 31.230-000, Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social por seu diretor Haldley Campolina Vidal (“**PRODABEL**” e, quando em conjunto com a PGM e a SMF, a seguir referidos simplesmente como “**Intervenientes Anuentes**”);

CONSIDERANDO QUE:

(a) O Município instituiu um programa de parcelamento de certos créditos tributários ou não tributários vencidos ao qual o contribuinte ou sujeito passivo de tais débitos (“**Contribuinte**”) poderia aderir, por meio de procedimentos administrativos ou judiciais de parcelamento (“**Procedimentos Administrativos ou Judiciais**” e “**Parcelamentos**”, respectivamente);

(b) o Cedente foi autorizado, por força da Lei Municipal 10.003/10 e da Lei Municipal 7.932 de 30 de dezembro de 1999, conforme alterada (“**Lei Municipal 7.932/99**”), a ceder à Cessionária, a título oneroso, direitos de crédito autônomos para recebimento do fluxo de pagamentos decorrente dos créditos tributários ou não tributários vencidos e parcelados pelo Contribuinte através dos Parcelamentos (“**Direitos de Crédito Autônomos**”), que se encontram ou não inscritos na dívida ativa do Município de Belo Horizonte (“**Créditos Tributários ou Não Tributários**”);

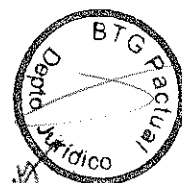
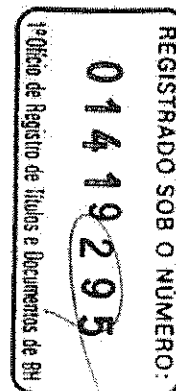
(c) a Cessionária, conforme estabelecido em seu objeto social, sua lei de criação, e, nos termos de seu Estatuto Social, aprovado pelo Decreto Municipal nº 14.444 de 09 de junho de 2011 (“**Decreto 14.444/11**”), tem, entre outros, competência para: (i) titular, administrar e explorar economicamente ativos municipais; (ii) auxiliar o Tesouro Municipal na captação de recursos financeiros, podendo, para tanto, colocar no mercado obrigações de emissão própria, receber, adquirir, alienar e dar em garantia os ativos, créditos, títulos e valores mobiliários da sociedade; e (iii) estruturar e implementar operações que visam à obtenção de recursos junto ao mercado de capitais;

(d) de tal modo, nos termos do artigo 7º da Lei Municipal 7.932/99, as Partes, com a anuência dos Intervenientes Anuentes, desejam formalizar a cessão dos Direitos de Crédito Autônomos, por meio da celebração deste Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças (“**Contrato**”);

(e) serão emitidas, pela Cessionária, debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada (“**Debêntures Subordinadas**”), de forma privada, as quais serão totalmente subscritas pelo Cedente e por ele integralizadas mediante a cessão dos Direitos de Crédito Autônomos (“**Emissão de Debêntures Subordinadas**”);

Registro de Títulos e Documentos
4º Ofício - RJ

Anexo ao Documento Arquivado

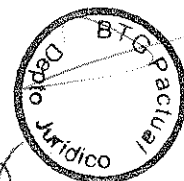
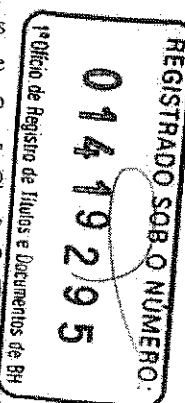
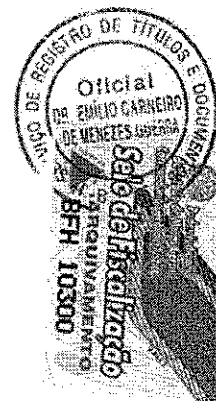


(f) as condições e características da emissão das Debêntures Subordinadas estão descritas no Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, da PBH ATIVOS S.A., celebrado nesta data pela Cessionária, cuja minuta final é parte integrante deste Contrato como Anexo F ("Escritura da Primeira Emissão");

(g) a Cessionária realizará, ainda, a segunda emissão, sendo a primeira pública, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real representada por cessão fiduciária de direitos creditórios ("Debêntures com Garantia Real"), em série única, sob o regime de garantia firme de colocação ("Segunda Emissão"), sendo que as Debêntures com Garantia Real serão ofertadas publicamente, com esforços restritos de distribuição, nos termos previstos na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº. 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), visando à obtenção de recursos para realizar a amortização das Debêntures Subordinadas ("Oferta");

(h) as condições e características da Segunda Emissão serão descritas no Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão, sendo a 1ª (Primeira) Pública, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real Representada por Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da PBH ATIVOS S.A., substancialmente nos termos da minuta anexa ao presente Contrato como "Anexo H" ("Escritura da Segunda Emissão") a ser celebrado entre a Cessionária e o Agente Fiduciário, com a SMF e a PGM como intervenientes anuentes; e

(i) a Escritura da Segunda Emissão preverá, ainda, que (i) os Direitos de Crédito Autônomos, (ii) os direitos detidos pela Cessionária emergentes deste Contrato, e (iii) os recursos, direitos de crédito e acessórios relacionados aos Direitos de Crédito Autônomos já desconsiderando os Recursos Excluídos (conforme definido abaixo), que forem depositados ou mantidos nas Contas Vinculadas, conforme definidas no Contrato de Custódia de Recursos e Administração de Contas Vinculadas, a ser firmado entre a Cessionária, o Município, o Custodiante, o Banco do Brasil S.A. ("Banco Centralizador"), o Agente Fiduciário e os Intervenientes Anuentes, substancialmente nos termos da minuta anexa ao presente Contrato como "Anexo I" ("Contrato de Administração de Contas"), bem como dos direitos a elas inerentes, além dos títulos, ativos, cotas e rendimentos resultantes de aplicações financeiras realizadas com tais recursos, serão cedidos fiduciariamente em favor dos titulares das Debêntures com Garantia Real ("Debenturistas"), conforme Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receita e Outras Avenças da PBH ATIVOS S.A. a ser celebrado entre a Cessionária e o Agente Fiduciário e, na qualidade de intervenientes anuentes, a SMF e a PGM ("Contrato de Cessão Fiduciária"). Tais garantias serão outorgadas aos Debenturistas visando o fiel e cabal cumprimento, pela PBH ATIVOS, de todas as suas obrigações decorrentes da Escritura da Segunda Emissão e dos contratos de garantia a ela relacionados, e eventuais aditivos ou prorrogações, obrigações essas principais, acessórias e moratórias presentes e futuras, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Cessionária, no âmbito da Segunda Emissão, inclusive o



principal da dívida, remuneração, encargos moratórios, multas, atualização monetária, tributos ou contribuições, além das despesas razoáveis e comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário para defesa, conservação e satisfação integral dos Debenturistas e outras despesas previstas ou decorrentes dos respectivos instrumentos contratuais, seja em juízo ou fora dele, conforme definidos na Escritura da Segunda Emissão ("Obrigações Garantidas").

ISTO POSTO, resolvem as Partes, com a anuência dos Intervenientes Anuentes, celebrar o presente Contrato que será regido pelas Cláusulas e condições a seguir dispostas.

CLÁUSULA I DEFINIÇÕES

1.1 Os termos utilizados neste Contrato, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam diversamente definidos, terão os significados que lhes são atribuídos na Escritura da Segunda Emissão.

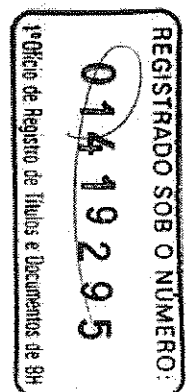
CLÁUSULA II CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO AUTÔNOMOS

2.1 O Cedente, mediante a assinatura do Termo de Cessão e dos Boletins de Subscrição, cederá à Cessionária, de maneira irrevogável e irretroatável, os Direitos de Crédito Autônomos descritos no Anexo I ao Termo de Cessão, bem como identificados no CD- ROM (conforme definido na Cláusula 2.2.2 abaixo), livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza, juntamente com todos os direitos, garantias, privilégios, preferências e condições decorrentes da titularidade de referidos Direitos de Crédito Autônomos, observados os termos e restrições estabelecidos neste Contrato e no art. 7º da Lei Municipal 7.932/99, sem coobrigação, garantia de cumprimento ou direito de regresso contra o Cedente.

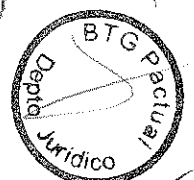
2.1.1 Ficam excluídos dos Direitos de Crédito Autônomos os valores referentes (i) aos honorários advocatícios devidos à PGM, para os casos em que tenha havido propositura de ação judicial para cobrança dos Créditos Tributários ou Não Tributários; e (ii) à taxa de expedição dos boletins de cobrança dos Direitos de Crédito Autônomos ("Recursos Excluídos"). Tais valores, nos termos do Contrato de Administração de Contas, deverão ser segregados dos Direitos de Crédito Autônomos recebidos e pertencerão exclusivamente ao Município.

2.2 A cessão dos Direitos de Crédito Autônomos apresenta as seguintes características principais ("Características da Cessão"):

(a) compreende apenas os Direitos de Crédito Autônomos, não devendo ser interpretada, para quaisquer fins contábeis ou de direito, como cessão de Créditos Tributários ou Não Tributários;



4/163



(b) restringe-se ao direito autônomo ao recebimento do fluxo de pagamentos decorrentes do recebimento de Créditos Tributários ou Não Tributários;

(c) não modifica a natureza dos créditos que originaram os Créditos Tributários ou Não Tributários, mantendo suas garantias, privilégios, condições de pagamento, critérios de atualização e datas de vencimento;

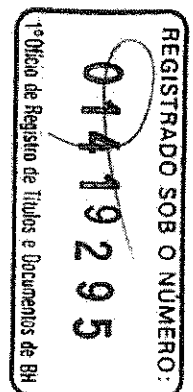
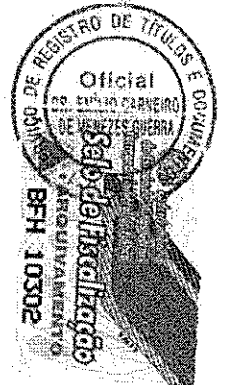
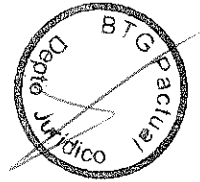
(d) não transfere a prerrogativa de cobrança judicial e extrajudicial dos Créditos Tributários ou Não Tributários, que permanecerá com a PGM e a SMF, conforme política de cobrança estabelecida pelo Decreto Municipal nº 15.304, de 14 de Agosto de 2013, conforme alterado, e reproduzida no Anexo 2.2 (d) a este Contrato ("Política de Cobrança");

(e) não é realizada por valor inferior ao saldo atualizado dos Parcelamentos, neles incluídos o valor do principal do crédito, acrescido de juros, multa e correção monetária, incidentes sobre os parcelamentos; e

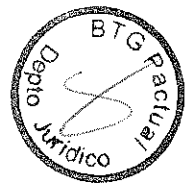
(g) possui caráter definitivo e sem assunção, pelo Cedente, perante a Cessionária, de responsabilidade pelo efetivo pagamento a cargo do Contribuinte ou de qualquer outra espécie de compromisso financeiro que possa caracterizar a cessão dos Direitos de Crédito Autônomos como operação de crédito.

2.2.1 Os Direitos de Crédito Autônomos cedidos à Cessionária são originários dos Procedimentos Administrativos ou Judiciais de parcelamento, cujas respectivas informações serão listadas no Anexo I ao Termo de Cessão, de forma que cada Direito de Crédito Autônomo é representado por um procedimento administrativo ou judicial. Em até 15 (quinze) dias imediatamente anteriores à data esperada para subscrição e integralização das Debêntures Subordinadas, o Município, por intermédio da SMF, deverá enviar à Cessionária, por meio eletrônico, arquivo contendo as informações relativas aos Direitos de Crédito Autônomos a serem cedidos pelo Município à Cessionária, nos termos deste Contrato.

2.2.2 Para fins de controle do fluxo dos Direitos de Crédito Autônomos, as informações referentes aos Direitos de Crédito Autônomos estarão criptografadas por códigos fornecidos pelo Cedente constantes do Anexo I ao Termo de Cessão, por meio dos quais será possível a identificação de cada Parcelamento ("Códigos Criptografados"), e serão relacionadas em CD-ROM ("CD-ROM"), devidamente numerado, identificado e sem possibilidade de editoração, entregue, na data de assinatura do Termo de Cessão, ao Custodiante, sob dever de sigilo, que irá guardá-lo, na forma de depósito, sendo que tal "CD-ROM" conterá todas as informações necessárias e que permitem a perfeita individualização e identificação dos Direitos de Crédito Autônomos, inclusive contendo informações que permitirão a perfeita identificação de cada Contribuinte devedor dos Direitos de Crédito Autônomo, mediante decodificação dos Códigos Criptografados, em estrita observância da legislação vigente, nas hipóteses previstas na Cláusula XIII abaixo.



2.2.3 Tendo em vista o disposto na Cláusula 2.2.2 acima, o Custodiante receberá na data de assinatura do Termo de Cessão, o CD-ROM, na qualidade de fiel depositário, somente podendo fazer uso das informações nele contidas nas hipóteses previstas neste Contrato e nos demais instrumentos relacionados à emissão das Debêntures com Garantia Real ou das Debêntures Subordinadas.



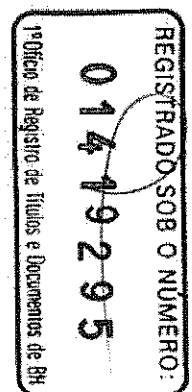
2.2.3.1 O Custodiante, de modo a atender ao disposto no artigo 7º, parágrafo 2º da Lei Municipal nº 7.932/99, garantirá preservar o sigilo relativamente às informações recebidas a respeito do Contribuinte.

2.3 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 2.5 abaixo, o Cedente não se responsabiliza pela solvência ou solvabilidade dos Contribuintes, responsabilizando-se, contudo, (i) pela existência, validade, certeza, liquidez e exigibilidade dos Créditos Tributários ou Não Tributários que dão origem aos Direitos de Crédito Autônomos, nos termos do artigo 295 da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002; (ii) pela legalidade, legitimidade, veracidade e correta formalização dos Créditos Tributários ou Não Tributários que dão origem aos Direitos de Crédito Autônomos cedidos à Cessionária; (iii) pela existência e devida formalização das garantias, conforme o caso, ao tempo da respectiva cessão dos Direitos de Crédito Autônomos à Cessionária; e (iv) pela correta transferência dos Direitos de Crédito Autônomos à Cessionária.



2.3.1 Em nenhuma hipótese, o Cedente será responsável pelo pagamento dos Créditos Tributários ou Não Tributários devidos pelos Contribuintes ou assumirá qualquer outro tipo de compromisso financeiro que possa caracterizar a cessão dos Direitos de Crédito Autônomos como contratação de dívida, prestação de qualquer garantia, assunção de qualquer obrigação creditícia, nem a existência ou criação de qualquer situação jurídica semelhante ou equiparável àquelas, caracterizadas como operação de crédito e/ou concessão de garantia.

2.4 O Cedente, por meio da PGM e da SMF, realizará tanto a cobrança administrativa/extrajudicial, quanto judicial dos Créditos Tributários ou Não Tributários inadimplidos, conforme a Política de Cobrança sendo que, em ambos os casos, deverá prestar contas à Cessionária e repassar a esta os valores que por ventura venham a ser recebidos diretamente pelo Cedente, observado o disposto na Cláusula V abaixo.



2.4.1 Caso o Contribuinte, por qualquer motivo, não efetue o pagamento dos Créditos Tributários ou Não Tributários na data fixada no respectivo procedimento administrativo ou judicial ou faça o pagamento em desacordo com os valores devidos ("Créditos Tributários ou Não Tributários Inadimplidos"), o Cedente, por meio da SMF e PGM, conforme o caso, tomará todas as providências necessárias para, de forma ativa e célere, promover a cobrança judicial ou extrajudicial dos Créditos Tributários ou Não Tributários Inadimplidos.

2.4.2 Para fins do disposto na Cláusula 2.4.1 acima, bem como do disposto neste Contrato, são considerados "Créditos Tributários ou Não Tributários Inadimplidos" os Créditos Tributários ou Não Tributários vencidos e não pagos pelos Contribuintes no prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias, contado do seu respectivo vencimento, ou os Créditos Tributários ou Não Tributários pagos a menor e, portanto, em desacordo com os valores devidos, sem a devida complementação no prazo acima referido.

2.4.3 A cessão dos Direitos de Crédito Autônomos prevista neste Contrato, no Termo de Cessão e nos Boletins de Subscrição, transferirá a Cessionária, em caráter definitivo, o direito irrevogável e irretroatável de receber os valores decorrentes dos Direitos de Créditos Autônomos pagos pelos respectivos Contribuintes, inclusive quando tal recebimento ocorrer por força de cobrança administrativa, judicial e da execução de eventuais garantias e privilégios legais, observado o disposto na Cláusula VI abaixo.

2.4.4 Todos os valores que por ventura venham a ser recebidos diretamente pelo Cedente, nos termos das Cláusulas 2.4.1 e 2.4.3 acima, deverão ser repassados à Cessionária, em moeda corrente nacional, conforme as regras contidas neste Contrato ou no Contrato de Administração de Contas ou, caso não se tenha previsão de outro prazo, em até 3 (três) dias úteis.

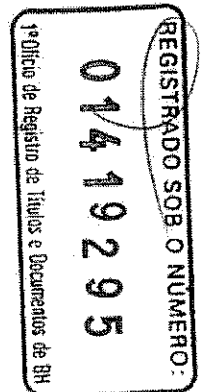
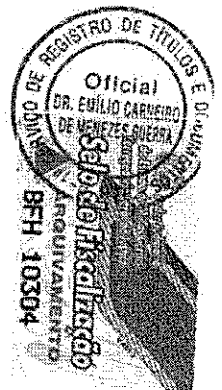
2.4.5 O Cedente, por meio da SMF e PGM, obriga-se a apresentar à Cessionária e ao Agente Fiduciário, mensalmente, até o quinto dia útil de cada mês, um relatório preparado na forma do Anexo 2.4.5 ao presente ("Relatório Mensal"). O Relatório Mensal preparado nos moldes desta cláusula deverá trazer as informações referentes ao mês imediatamente anterior ao da sua apresentação pelo Cedente.

2.5 Este Contrato, o Termo de Cessão e os Boletins de Subscrição se regem por toda legislação aplicável à espécie. As Partes e os Intervenientes Anuentes declaram conhecer a legislação aplicável, ainda que não expressamente mencionada nos referidos instrumentos.

2.6 Verificado o cumprimento das condições suspensivas descritas na Cláusula 4.2 abaixo, as Partes celebrarão o Termo de Cessão de Direitos de Crédito Autônomos, na forma do Anexo 2.6 a este Contrato ("Termo de Cessão"), para o fim específico de efetivar a transferência dos Direitos de Crédito Autônomos para a titularidade da Cessionária, em troca das Debêntures Subordinadas.

CLÁUSULA III AUTORIZAÇÃO DA CESSÃO ONEROSA

3.1 A cessão dos Direitos de Crédito Autônomos foi autorizada pelo art. 7º da Lei Municipal nº 7.932/99.



3.2 A regularidade jurídica e técnica financeira da cessão dos Direitos de Crédito Autônomos, nos termos da Lei Municipal nº 7.932/99, bem como as versões definitivas deste Contrato e da Escritura de Emissão das Debêntures Subordinadas, com todos seus anexos e assinada pelas Partes e pelos Intervenientes Anuentes, encontra-se amparada pela Nota Técnica "Ofício GABSMF/SMATES Nº 393/2013", emitida em 20 de setembro de 2013 pela Secretaria Municipal de Finanças, bem como pelos Pareceres Jurídicos emitidos pela Procuradoria Geral do Município em 27 de maio de 2013, 06 de junho de 2013 e 12 de dezembro de 2013.

3.3 A Cessionária declara, neste ato, que recebeu 2 (duas) cópias reprográficas, devidamente autenticadas dos Pareceres Jurídicos referidos na Cláusula 3.2 acima.

CLÁUSULA IV PAGAMENTO DO PREÇO DE AQUISIÇÃO PELA CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO AUTÔNOMOS

4.1 Pela cessão dos Direitos de Crédito Autônomos, e mediante a assinatura do Termo de Cessão e dos boletins de subscrição das Debêntures Subordinadas, conforme previsto na Escritura da Primeira Emissão ("Boletins de Subscrição"), o Cedente receberá da Cessionária o valor que vier a ser apurado quando da assinatura do Termo de Cessão, porém limitado ao montante total de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), por meio da entrega, ao Cedente, das Debêntures Subordinadas por ele subscritas ("Preço de Aquisição").

4.1.1 As Partes acordam que a subscrição e a integralização das Debêntures Subordinadas ocorrerão exclusivamente na forma prevista na Escritura da Primeira Emissão.

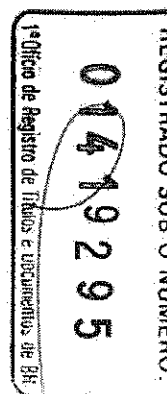
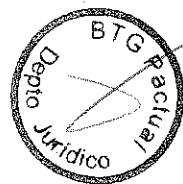
4.1.2 As Debêntures Subordinadas deverão ser subscritas e integralizadas mediante a assinatura dos Boletins de Subscrição correspondentes, na data de assinatura do Termo de Cessão.

4.1.3 O produto do número de Debêntures Subordinadas subscritas e integralizadas pelo Cedente multiplicado pelo valor nominal unitário de cada Debênture Subordinada deverá ser, necessariamente, igual ao Preço de Aquisição.

4.2 Observado o disposto na Cláusula 4.1.2 acima, as Debêntures Subordinadas somente serão subscritas e integralizadas pelo Cedente, após a verificação, pelas Partes, da ocorrência das seguintes condições suspensivas:

(a) realização, pelo Município, de todos os procedimentos necessários à confirmação da existência, validade, eficácia e formalização dos Direitos de Crédito Autônomos a serem cedidos;

(b) recebimento, pela Cessionária, das cartas de ciência dos Bancos Arrecadores, conforme abaixo definido, assinadas pelos seus representantes legais, dando ciência de que a partir da data



Versão para Assinatura

a ser estabelecida pelo Município, os recursos que vierem a ser recebidos através de débito automático nas contas dos Contribuintes deverão ser direcionados automaticamente para a Conta Centralizadora do Município;

(c) assinatura (i) do Contrato de Administração de Contas; (ii) do Termo de Cessão; e (iii) dos Boletins de Subscrição; e

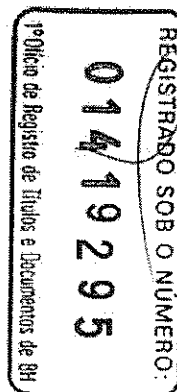
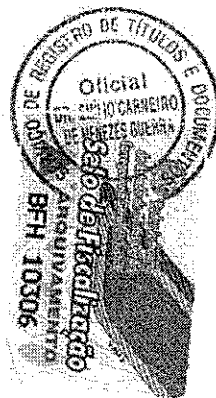
(d) concessão da anuência prévia pela CVM com relação à emissão das Debêntures Subordinadas, nos termos do artigo 1º da Resolução nº 2.391 de 22 de maio de 1997 do Banco Central do Brasil ("Resolução 2.391/97").

CLÁUSULA V PROCEDIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DOS RECURSOS REFERENTES AOS DIREITOS DE CRÉDITO AUTÔNOMOS

5.1 O Cedente, por intermédio da SMF, da PGM, do Banco Centralizador, da PRODABEL e das demais instituições financeiras que venham a atuar como agentes arrecadadores dos recursos do Cedente, provenientes do pagamento dos Direitos de Crédito Autônomos ("Bancos Arrecadadores"), é e será responsável pela manutenção dos serviços e rotinas necessários ao recebimento dos Direitos de Crédito Autônomos cedidos à Cessionária e pagos pelos Contribuintes.

5.2 O Cedente, por intermédio da SMF e da PGM, obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, a fazer com que os recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos pagos pelos Contribuintes através de boletos sejam pagos em moeda corrente nacional e direcionados automática e exclusivamente para a conta nº 14.732-X, da agência 1615-2, aberta no Banco Centralizador, de titularidade da PBH ATIVOS ("Conta Centralizadora da PBH Ativos"). A Conta Centralizadora da PBH Ativos será movimentável única e exclusivamente pelo Banco Centralizador, com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário, até o integral pagamento das Obrigações Garantidas, nos termos do Contrato de Administração de Contas.

5.2.1 O Cedente, nos termos do Contrato de Administração de Contas, por intermédio da SMF e da PGM, obriga-se em até 3 (três) Dias Úteis da disponibilização do arquivo a que se refere a Cláusula 5.2.2. abaixo pelo Banco Centralizador - que se dará em até 1 (um) Dia Útil do recebimento dos boletos - , em caráter irrevogável e irretratável, a fazer com que os recursos referidos da Cláusula 5.2 (já desconsiderados os Recursos Excluídos) sejam remetidos/direcionados exclusivamente para a conta nº 14.898-9, da agência 1615-2, aberta no Banco Centralizador, de titularidade da PBH Ativos ("Conta de Recebimento"). A Conta de Recebimento será movimentável única e exclusivamente pelo Banco Centralizador, com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário, até o integral pagamento das Obrigações



9/163

Garantidas nos termos do Contrato de Administração de Contas, e observado o IGR e o IC previstos na Escritura de Segunda Emissão.

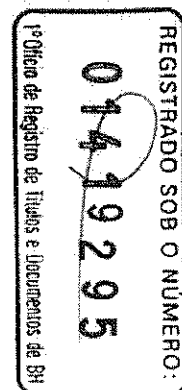
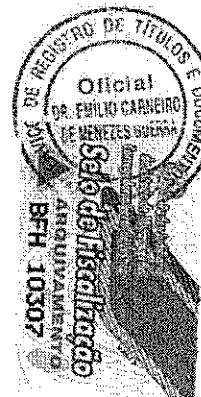
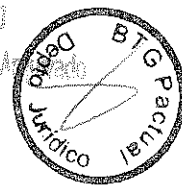
5.2.2 No Dia Útil seguinte ao do recebimento dos recursos referidos da Cláusula 5.2, e nos termos do Contrato de Administração de Contas, o Banco Centralizador deverá disponibilizar a PRODABEL, através do sistema de transmissão eletrônica de dados EDI - *Electronic Data Interchange* ("EDI"), arquivo com os valores recebidos e creditados na Conta Centralizadora da PBH Ativos. No prazo de 3 (três) Dias Úteis contado da disponibilização da referida informação pelo Banco Centralizador, a PRODABEL, agindo em nome do Município, deverá gerar 2 (dois) arquivos eletrônicos de retorno, a saber: (i) o primeiro arquivo, contendo o valor dos Direitos de Crédito Autônomos recebidos na data de referência; (ii) e o segundo arquivo, contendo o valor dos Recursos Excluídos recebido na data de referência. Os arquivos de retorno deverão ser preparados e enviados pela PRODABEL a partir dos modelos que integram o Anexo I-A do Contrato de Administração de Contas contendo ainda as instruções de transferências.

5.3 O Cedente, por intermédio da SMF e da PGM, obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, a fazer com que:

(a) os recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos pagos em decorrência de litígio judicial (seja mediante depósito judicial feito pelo Contribuinte e levantado pelo Município, seja por meio de recebimento pelo Município através de execução fiscal/cobrança judicial) sejam remetidos/direcionados exclusivamente para a Conta de Recebimento em até 60 (sessenta) dias do seu recebimento, de responsabilidade da SMF. A Conta de Recebimento será movimentável única e exclusivamente pelo Agente Fiduciário, nos termos do Contrato de Administração de Contas.

(b) os recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos pagos pelos Contribuintes através de débito automático sejam remetidos/direcionados automática e exclusivamente para a conta nº 15.678-7, da agência 1615-2, aberta no Banco Centralizador, de titularidade do Município ("Conta Centralizadora do Município"). A Conta Centralizadora do Município será movimentável única e exclusivamente pelo Banco Centralizador, com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário, até o integral pagamento das Obrigações Garantidas, nos termos do Contrato de Administração de Contas.

5.4. No Dia Útil seguinte ao do recebimento dos recursos referidos da Cláusula 5.3 (b), o Banco Centralizador, nos termos do Contrato de Administração de Contas, deverá disponibilizar à PRODABEL, através do EDI, arquivo com os valores recebidos e creditados na Conta Centralizadora do Município. No prazo de 3 (três) Dias Úteis contado da disponibilização da referida informação pelo Banco Centralizador, a PRODABEL, agindo em nome do Município, deverá gerar 3 (três) arquivos eletrônicos de retorno, a saber: (i) o primeiro arquivo, contendo o valor dos Direitos de Crédito Autônomos recebidos na data de referência e que serão direcionados à Conta de Recebimento; (ii) o segundo arquivo, contendo o valor dos Recursos



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the left and several smaller ones on the right.

Excluídos recebido na data de referência, que serão direcionados à conta corrente de titularidade do Município a ser por ele indicada; e (iii) o terceiro arquivo, contendo o valor dos demais créditos recebidos e que não fazem parte dos Direitos de Crédito Autônomos cedidos à PBH ATIVOS. Os arquivos de retorno deverão ser preparados e enviados pela PRODABEL a partir dos modelos que integram o Anexo I-A do Contrato de Administração de Contas contendo ainda as instruções de transferências.

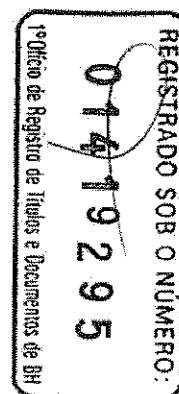
5.5 Caso a PRODABEL, agindo em nome do Município, não envie os arquivos de retorno descritos (i) na Cláusula 5.4 acima no prazo ali previsto, o Banco Centralizador, nos termos do Contrato de Administração de Contas, deverá, no Dia Útil seguinte ao término do prazo, verificar o montante recebido na Conta Centralizadora do Município na data de referência e transferir para Conta de Recebimento o montante correspondente a 12% (doze por cento) dos recursos depositados na Conta Centralizadora do Município. Nesta hipótese, e em sendo identificado posteriormente pela PRODABEL que os valores transferidos não correspondem exatamente ao montante de Direitos de Crédito Autônomos recebido na data de referência, deverá ser adotado, *mutatis mutandis*, o procedimento descrito na Cláusula 5.7 abaixo para restituição de valores transferidos indevidamente; (ii) na Cláusula 5.2.2 acima no prazo ali previsto, o Banco Centralizador, conforme previsto no Contrato de Administração de Contas, deverá, no Dia Útil seguinte ao término do prazo, verificar o montante recebido na Conta Centralizadora da PBH ATIVOS na data de referência e transferir para Conta de Recebimento 100% (cem) por cento deste montante.

5.6 Caso o montante referente aos Recursos Excluídos seja superior a 5% (cinco) por cento do total dos Direitos de Crédito Autônomos recebidos naquela data na Conta Centralizadora do Município ou na Conta Centralizadora da PBH Ativos, a integralidade dos valores referentes aos Recursos Excluídos recebidos naquela data ficará retida até que o Agente Fiduciário verifique e confirme junto à PRODABEL que tais recursos representam Recursos Excluídos, o que deverá ser feito a partir do envio de correspondência eletrônica pela PRODABEL, contendo informações suficientes para a validação nos termos do Contrato de Administração de Contas. Em até 3 (três) Dias Úteis seguintes à confirmação de recebimento da correspondência eletrônica acima, o Agente Fiduciário deverá se posicionar sobre o montante a ser transferido, enviando correspondência eletrônica ao Banco Centralizador, com cópia para a PBH ATIVOS e a PRODABEL.

5.7. Fica ressalvado, entretanto, que, caso o Município e/ou a PRODABEL verifiquem eventual erro de transferência, estes poderão, enquanto houver Debêntures com Garantia Real em circulação e nos termos do Contrato de Administração de Contas, enviar correspondência eletrônica ao Banco Centralizador e ao Agente Fiduciário, com cópia para a PBH ATIVOS, sobre os valores correspondentes aos Recursos Excluídos que não foram informados tempestivamente ao Banco Centralizador e ao Agente Fiduciário ("Recursos Excluídos Atrasados"). No prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados do recebimento da correspondência eletrônica do Município e/ou da PRODABEL informando o montante dos



Registro de Títulos e Documentos
1º Ofício - RJ
Arquivo do Documento Arquivado



Recursos Excluídos Atrasados, a PBH ATIVOS deverá efetuar a restituição dos Recursos Excluídos Atrasados ao Município, a débito da Conta de Livre Movimentação, pelo seu valor de face (que inclui atualização monetária pelo IPCA).

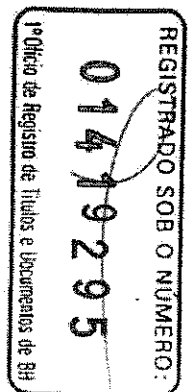
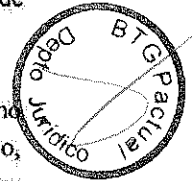
5.7.1. Na hipótese de a PRODABEL, agindo em nome do Município, observado o disposto no Contrato de Administração de Contas, informar, ao Banco Centralizador e ao Agente Fiduciário, de forma incorreta/imprecisa, que o montante correspondente aos Recursos Excluídos é inferior ao que eventualmente vier a apurar durante a vigência deste Contrato, esta deverá, em até 2 (dois) Dias Úteis após tomar conhecimento do fato e através de correspondência eletrônica, comunicar o fato ao Banco Centralizador e ao Agente Fiduciário, com cópia para a PBH ATIVOS, de forma a dar início ao procedimento de restituição a débito da Conta de Livre Movimentação.

5.7.2. Caso a PRODABEL, agindo em nome do Município, e conforme previsto no Contrato de Administração de Contas, informe ao Banco Centralizador, de forma incorreta/imprecisa, que o montante correspondente aos Recursos Excluídos é superior ao que eventualmente vier a apurar (ou vier a ser apurado pelas demais partes) durante a vigência deste Contrato, esta deverá, imediatamente após tomar conhecimento do fato e através de correspondência eletrônica, comunicar o Banco Centralizador e ao Agente Fiduciário (com cópia para a PBH ATIVOS), hipótese em que o Município ficará obrigado a indenizar a PBH ATIVOS, aplicando-se, para este fim, o disposto na cláusula XI abaixo.

5.8 As transferências previstas nesta Cláusula e investimentos a serem realizados com os recursos decorrentes dos Direitos de Créditos Autônomos ("Investimento Permitido") serão realizados nos termos do Contrato de Administração de Contas, que preverá, ainda, a abertura de outras contas, como a Conta de Pagamento e a Conta de Serviço da Dívida (conforme definidas no Contrato de Administração de Contas), ambas de titularidade da PBH ATIVOS, e a forma com que os Direitos de Crédito Autônomos transitarão por cada uma delas.

5.9 O Município e o Banco Centralizador obrigam-se, em caráter irrevogável e irretratável, a segregar em seus sistemas de controle interno os Direitos de Crédito Autônomos, de forma que os referidos direitos sejam automaticamente identificados como cedidos em garantia das Obrigações Garantidas, conforme definidas no Contrato de Cessão Fiduciária. Para que possa ser exigido do Banco Centralizador o cumprimento da obrigação descrita nesta Cláusula, o Banco Centralizador deverá ter recebido os arquivos eletrônicos referidos nas cláusulas 5.2.2 e 5.4 do Contrato de Administração de Contas.

5.10 As partes concordam que o procedimento e o detalhamento operacional descrito nesta cláusula deve refletir o ajustado no Contrato de Administração de Contas. Desta forma, caso haja divergência de redação ou de interpretação a respeito do procedimento e do detalhamento operacional descrito nesta cláusula e aqueles descritos no Contrato de Administração de Contas, as partes concordam que o previsto no Contrato de Administração de Contas deverá prevalecer,



principalmente em razão do fato de o Banco Centralizador ser signatário apenas do Contrato de Administração de Contas.

CLÁUSULA VI COBRANÇA DOS DIREITOS DE CRÉDITO AUTÔNOMOS

6.1 Nos termos deste Contrato, o Cedente, por meio da SMF ou da PGM, adotará, às suas expensas, as medidas cabíveis com relação à cobrança judicial e/ou extrajudicial dos Créditos Tributários ou Não Tributários que dão origem aos Direitos de Crédito Autônomos cedidos à Cessionária que não sejam pagos nas respectivas datas de vencimento, conforme estabelecido na Política de Cobrança.

6.2 O Cedente obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, com a expressa anuência da SMF e da PGM, a fazer com que os recursos advindos de depósitos judiciais, da cobrança judicial e/ou extrajudicial dos Créditos Tributários ou Não Tributários que dão origem aos Direitos de Crédito Autônomos sejam transferidos para a Conta de Recebimento no prazo previsto na Cláusula 5.3 (a) acima, de modo que o fluxo de recebimento siga seu curso ordinário, conforme previsto no Contrato de Administração de Contas.

CLÁUSULA VII PENALIDADES

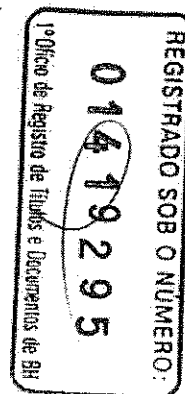
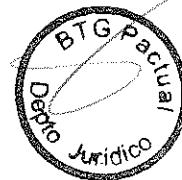
7.1 Sem prejuízo do disposto nas Cláusulas 8.1 a 8.3 abaixo, o inadimplemento, por qualquer das Partes, de qualquer obrigação de pagamento prevista neste Contrato caracterizará a mora de tal Parte, de pleno direito, e independentemente de qualquer aviso ou notificação, sujeitando-a ao pagamento dos seguintes encargos:

(a) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data em que o pagamento tornou-se exigível até o seu integral recebimento pelo respectivo credor;

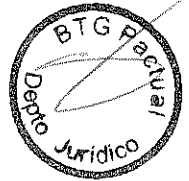
(b) multa convencional, não compensatória, de 2% (dois por cento), sobre o valor devido; e

(c) em qualquer hipótese, o valor devido será corrigido monetariamente a partir da data de seu vencimento original com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), apurado, se for o caso, calculado *pro rata temporis*, ou por outro índice que vier a substituí-lo, no caso de sua extinção.

7.2 O descumprimento de qualquer obrigação prevista neste Contrato que não se enquadre na Cláusula 7.1 acima, incluindo, mas não se limitando, as dispostas na Cláusula 9.3 abaixo, e desde que seja devidamente comprovado, obrigará a parte infratora a responder por eventuais perdas e/ou danos resultantes de dolo ou culpa, responsabilizando-se ademais pelas multas,



atualizações monetárias e juros daí decorrentes, apurados na forma prevista na legislação vigente.



7.3. As Partes responsabilizam-se, ainda, pelos danos patrimoniais diretos e indiretos, devidamente comprovados, que venham a causar decorrentes da prestação de declarações falsas, imprecisas ou incorretas no âmbito do presente Contrato e, em especial, daquelas constantes das Cláusulas 9.1 e 10.1 abaixo,

7.4. As obrigações de indenizar estabelecidas nas Cláusulas 7.2 e 7.3 acima permanecerão em vigor enquanto prevalecerem os efeitos deste Contrato.

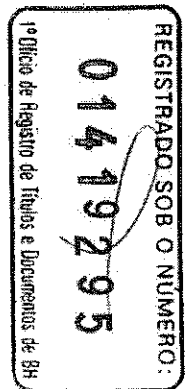
CLÁUSULA VIII TUTELA ESPECÍFICA

8.1 O Cedente e a Cessionária reconhecem, desde já, que este Contrato constitui título executivo extrajudicial, nos termos do inciso II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes, desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas neste Contrato comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.



8.2 Caso qualquer das Partes descumpra qualquer das obrigações de dar, fazer ou não fazer previstas neste Contrato e, notificada para sanar tal inadimplemento, deixe de fazê-lo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da respectiva notificação, a Parte prejudicada, independentemente de qualquer outro aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, poderá requerer, com fundamento no artigo 273 combinado com o artigo 461 e seus parágrafos, ambos do Código de Processo Civil, a tutela específica da obrigação inadimplida ou, a seu juízo, promover execução da obrigação de fazer, com fundamento nos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, em ambos os casos sem prejuízo da aplicação da multa prevista na Cláusula 7.1 acima, e da faculdade de exigir a indenização prevista na Cláusula 7.2 acima.

8.2.1 As obrigações de não fazer do Cedente decorrentes do presente Contrato deverão ser integralmente observadas, sob pena de execução judicial, na forma do artigo 642 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo da aplicação das penalidades e/ou indenização previstas na Cláusula VII acima e Cláusula XI abaixo, conforme o caso, sendo nulos quaisquer atos praticados em desacordo com o estabelecido no presente Contrato.



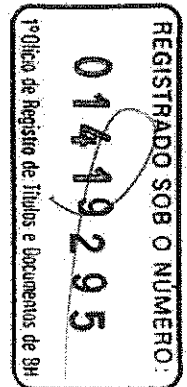
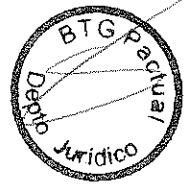
8.3 As Partes desde já, expressamente, reconhecem que o comprovante de recebimento da notificação mencionada nesta Cláusula, acompanhada dos documentos que a tenham fundamentado, será bastante para instruir o pedido de tutela específica da obrigação.

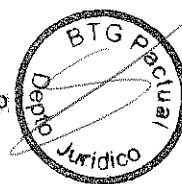
CLÁUSULA IX

DECLARAÇÕES E OBRIGAÇÕES DO CEDENTE

9.1 O Cedente declara à Cessionária, neste ato e na data de assinatura do Termo de Cessão e dos Boletins de Subscrição, o seguinte:

- (a) os Créditos Tributários ou Não Tributários, formalizados pelos Procedimentos Administrativos ou Judiciais, que dão origem aos Direitos de Crédito Autônomos são existentes, legais, legítimos, verdadeiros, certos, líquidos, exigíveis, encontram-se perfeitamente constituídos de acordo com a legislação brasileira e são oriundos dos Procedimentos Administrativos ou Judiciais, devidamente identificados sob a forma de Códigos Criptografados constantes do Anexo I ao Termo de Cessão e, também, no CD-ROM a ser entregue ao Custodiante, na forma da Cláusula 2.2.2 acima;
- (b) a celebração deste Contrato, do Termo de Cessão, dos Boletins de Subscrição, e a assunção das obrigações deles decorrentes são legais, eficazes, válidas e exequíveis de acordo com seus termos;
- (c) está devidamente autorizado e obteve todas as autorizações e aprovações necessárias à celebração deste Contrato, do Termo de Cessão, dos Boletins de Subscrição e à assunção e ao cumprimento das obrigações deles decorrentes, em especial as relativas à cessão dos Direitos de Crédito Autônomos, tendo sido satisfeitos todos os requisitos contratuais, legais, estatutários necessários para tanto;
- (d) os representantes legais ou mandatários que assinam este Contrato, o Termo de Cessão e os Boletins de Subscrição têm poderes estatutários e/ou legitimamente outorgados para assumir em nome do Cedente as obrigações estabelecidas neste Contrato, no Termo de Cessão e nos Boletins de Subscrição;
- (e) a celebração deste Contrato, do Termo de Cessão, dos Boletins de Subscrição, e o cumprimento das obrigações deles decorrentes não acarretam, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial, (i) de nenhum contrato ou instrumento dos quais o Cedente, suas pessoas controladas ou coligadas, diretas ou indiretas, sejam parte ou aos quais estejam vinculados, a qualquer título, bens ou direitos de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas; (ii) de nenhuma norma legal ou regulamentar a que o Cedente, suas pessoas controladas ou coligadas, diretas ou indiretas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas estejam sujeitos; ou (iii) de nenhuma ordem ou decisão judicial ou administrativa, ainda que liminar, que afete o Cedente, suas pessoas controladas ou coligadas, diretas ou indiretas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas;
- (f) todos os Direitos de Crédito Autônomos têm origem legal e estão amparados pelos Procedimentos Administrativos ou Judiciais;





(g) o presente Contrato, o Termo de Cessão e os Boletins de Subscrição constituem obrigação lícita, válida e exequível em conformidade com seus termos contra o Cedente;

(h) todos os Créditos Tributários ou Não Tributários que originam os Direitos de Crédito Autônomos são de sua exclusiva titularidade e propriedade, responsabilizando-se perante os Debenturistas e perante a Cessionária, pela existência e correta formalização dos Créditos Tributários ou Não Tributários que originam os Direitos de Crédito Autônomos, declarando, ainda, que os direitos que eles representam estão totalmente livres e desembaraçados de quaisquer ônus reais, restrições ou gravames de qualquer natureza, inclusive sem limitação a qualquer direito de oneração, transferência ou alienação;

(i) não tomou ou tomará qualquer atitude ou ação com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem ou privilégio para a originação dos Direitos de Crédito Autônomos ou qualquer negócio, que tenha resultado em qualquer forma de benefício, pagamento, promessa de pagamento ou vantagem para funcionários públicos, autarquias, empresas estatais, partidos políticos, políticos, candidatos eleitorais ou qualquer pessoa, física ou jurídica, agindo por conta, ordem, instrução ou benefício de tais pessoas;

(j) os Procedimentos Administrativos ou Judiciais estarão corretamente listados no CD-ROM e devidamente formalizados (i) junto à SMF, por meio de suas unidades de atendimento, ou (ii) perante a PGM, conforme o caso, conforme comprovado pelos Documentos Comprobatórios, conforme definido abaixo;

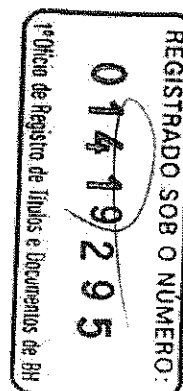
(k) a cessão dos Direitos de Crédito Autônomos não viola o art. 7º da Lei Municipal nº 7.932/99 e demais autorizações mencionadas na Cláusula II deste Contrato;

(l) não recebeu nenhuma notificação ou comunicação, de qualquer pessoa, bem como ordem judicial ou administrativa, informando, solicitando ou requerendo, a qualquer título, interrupção dos efeitos dos Procedimentos Administrativos ou Judiciais;

(m) este Contrato, o Termo de Cessão e os Boletins de Subscrição são realizados em forma e substância satisfatória ao Banco BTG Pactual S.A. ("Coordenador da Oferta") e ao assessor jurídico da Segunda Emissão;

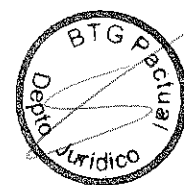
(n) as informações contidas no CD-ROM, conforme Cláusula 2.2.2 acima serão corretas, completas e fidedignas em todos os seus aspectos, e, quando decodificadas na forma prevista na Cláusula XIII abaixo, em estrita observância à legislação vigente, permitirão a individualização e identificação de cada Contribuinte devedor dos Direitos de Crédito Autônomos;

(o) não tem conhecimento, até a presente data, e/ou foi citado em qualquer procedimento judicial ou administrativo, inquérito ou outro tipo de investigação governamental formalmente



[Handwritten signatures and marks]

instaurado, versando sobre os negócios jurídicos objeto deste Contrato e do art. 7º da Lei Municipal nº 7.932/99;



(p) todas e quaisquer informações fornecidas à Cessionária, ao Agente Fiduciário ou ao Coordenador da Oferta, pelo Cedente, incluindo até a liquidação das Debêntures com Garantia Real, aquelas contidas nos instrumentos relacionados à emissão das Debêntures com Garantia Real são completas, verdadeiras e corretas e não contem qualquer tipo de falha ou omissão, de qualquer natureza; e

(q) na melhor avaliação do Cedente, os pedidos de intervenção federal e de sequestro de rendas requeridos contra o Cedente, quando deferidos, costumam incidir sobre os valores depositados na conta corrente do Cedente, razão pela qual não comprometem a existência, validade e eficácia da cessão dos Direitos de Crédito Autônomos.



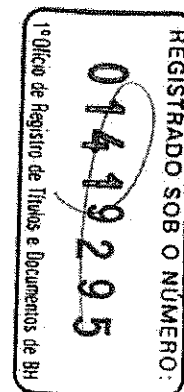
9.2 As declarações aqui prestadas pelo Cedente subsistirão até o integral cumprimento das Obrigações Garantidas, conforme previsto na Escritura da Segunda Emissão.

9.3 Sem prejuízo das demais obrigações assumidas nos termos deste Contrato, do Termo de Cessão e dos Boletins de Subscrição, o Cedente expressamente obriga-se a:

(a) cumprir fiel e tempestivamente com todas as obrigações previstas neste Contrato, no Termo de Cessão e nos Boletins de Subscrição;

(b) adotar todas as providências para manter, no que lhe é pertinente, válidas e eficazes as declarações contidas nesta Cláusula até o integral cumprimento das Obrigações Garantidas, mantendo a Cessionária informada de qualquer ato ou fato que possa afetar a validade de qualquer das referidas declarações e adotando as medidas cabíveis para sanar ou evitar a inveracidade ou incorreção da declaração;

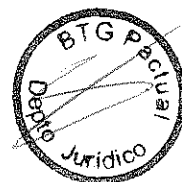
(c) aceitar a imediata devolução dos Direitos de Crédito Autônomos ofertados à Cessionária que não atendam às Características da Cessão, caso o vício ou não conformidade tenha sido verificado após a celebração deste Contrato, do Termo de Cessão ou dos Boletins de Subscrição, independentemente de não estar materializado ou não puder ser identificado pelas Partes e/ou pelos Intervenientes Anuentes em momento anterior à assinatura deste Contrato, do Termo de Cessão ou dos Boletins de Subscrição, promovendo a sua substituição, nos termos da Cláusula XI abaixo;



(d) indenizar a Cessionária em razão do descumprimento das obrigações previstas neste Contrato, no Termo de Cessão ou nos Boletins de Subscrição, ou da incorreção, inconsistência, insuficiência ou falsidade das declarações prestadas neste Contrato;

17/163

Handwritten signatures and initials are present at the bottom of the page, along with a circular stamp of the Registro de Títulos e Documentos.



(e) celebrar e entregar à Cessionária, durante o prazo de vigência deste Contrato, às suas expensas, todos e quaisquer instrumentos, contratos, declarações e informações, assim como praticar todos os atos adicionais que a Cessionária venha a solicitar por escrito ao Cedente, com a finalidade de proteger, salvaguardar e assegurar a validade e eficácia dos direitos, interesses e prerrogativas da Cessionária e dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, com relação aos Direitos de Crédito Autônomos, conforme definidos neste Contrato;

(f) não ofertar à Cessionária Direitos de Crédito Autônomos que contenham parcelas vencidas e não pagas há mais de 90 (noventa) dias contados da data de seu vencimento;

(g) comunicar imediatamente à Cessionária o recebimento de qualquer aviso, comunicação, notificação, ordem judicial ou administrativa tendo por objeto qualquer modificação ou suspensão de qualquer Procedimento Administrativo ou Judicial;

(h) fazer, por si ou por terceiros, com que os recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos sejam pagos em moeda corrente nacional e remetidos exclusivamente para as Contas Vinculadas, conforme o caso, e somente alterar esse procedimento mediante a prévia e expressa autorização do Agente Fiduciário, conforme orientação dos Debenturistas;

(i) preservar o sigilo, por si ou por intermédio dos seus órgãos e entidades, relativamente a qualquer informação sobre a situação econômica ou financeira do Contribuinte, do devedor ou de terceiros e sobre a natureza e situação dos respectivos negócios ou atividade;

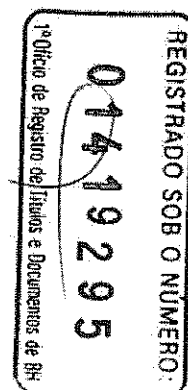
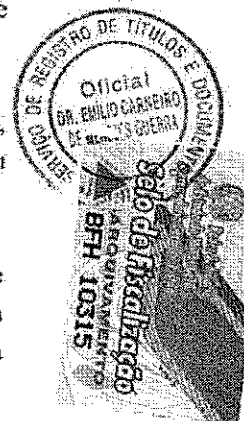
(j) defender, em nome próprio, os direitos dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, sobre os Direitos de Crédito Autônomos contra quaisquer ações que venham a ser propostas por terceiros;

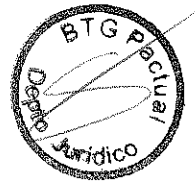
(k) proceder à auditoria dos sistemas de controle de arrecadação dos Direitos de Crédito Autônomos cedidos à Cessionária, bem como controlar e registrar as correlatas informações nos sistemas de cobrança dos Créditos Tributários ou Não Tributários objeto dos Parcelamentos, adotando as medidas necessárias à preservação dos respectivos Direitos de Crédito Autônomos cedidos nos termos deste Contrato;

(l) promover as medidas necessárias para preservar o pagamento dos Direitos de Crédito Autônomos cedidos à Cessionária, inclusive para evitar prescrição;

(m) apresentar à Cessionária e ao Agente Fiduciário o Relatório Mensal, na forma prevista na Cláusula 2.4.5 acima; e

(n) garantir que, até a liquidação integral das Debêntures com Garantia Real, todas e quaisquer informações fornecidas à Cessionária, ao Agente Fiduciário ou ao Coordenador da Oferta, pelo Cedente, incluindo aquelas contidas nos instrumentos relacionados à emissão das Debêntures





com Garantia Real e a Oferta serão completas, verdadeiras e corretas e não conterão qualquer tipo de falha ou omissão, de qualquer natureza.

9.4 O Cedente deverá aceitar, a qualquer momento após o vencimento e amortização total das Debêntures com Garantia Real, os Direitos Creditórios Autônomos remanescentes, pelo saldo devedor atualizado, como forma de amortização das Debêntures Subordinadas.

9.5 O Cedente será responsável por todos e quaisquer danos e prejuízos causados à Cessionária, aos Debenturistas e ao Coordenador da Oferta decorrentes da inveracidade, imprecisão ou inexistência das declarações prestadas na forma da Cláusula 9.1 acima, assim como pelo não cumprimento das obrigações previstas na Cláusula 9.3 acima.

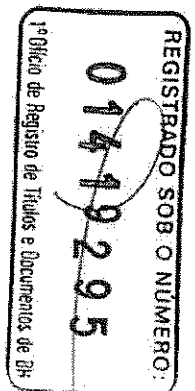
9.5.1. O Cedente e a Cessionária se comprometem a fazer com que sejam depositados na Conta de Recebimento, sempre que aplicável, os recursos advindos da indenização devida à PBH ATIVOS ou aos Debenturistas, conforme estipulada na Cláusula 9.3 acima, assim que devidos.

9.6 Durante o prazo de vigência deste Contrato, o Cedente, por intermédio da SMF, será considerado fiel depositário, nos termos do artigo 627 e seguintes do Código Civil Brasileiro, do produto de todo e qualquer Direito de Crédito Autônomo cedido à Cessionária, que por ventura venha a ser recebido diretamente pelo Cedente e/ou por seus agentes, inclusive em razão de qualquer procedimento de cobrança, judicial ou extrajudicial, proposto contra os Contribuintes, nos termos da legislação aplicável, até sua efetiva transferência para a Conta Centralizadora do Município, para Conta de Recebimento ou para a Conta Centralizadora da PBH ATIVOS, conforme o caso, nos termos deste Contrato, do Contrato de Administração de Contas e da Escritura da Segunda Emissão.

9.6.1 Na qualidade de fiel depositário, nos termos da Cláusula 9.6 acima, o Cedente declara conhecer as consequências legais decorrentes da eventual não restituição dos valores objeto do depósito, quando exigida.

9.7 O Cedente compromete-se a manter em custódia cópia, em meio eletrônico, das informações a respeito da adesão do Contribuinte ao programa de Parcelamento, nos termos do Artigo 2º do Decreto Municipal nº 14.346, de 25 de março de 2011, conforme alterado ("Decreto 14.346") e da respectiva Certidão da Dívida Ativa, quando se tratar de débito inscrito ("Documentos Comprobatórios").

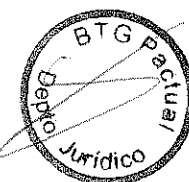
9.7.1 O Cedente concorda em permitir, sempre que solicitado, o acesso da Cessionária e do Agente Fiduciário aos Documentos Comprobatórios observado, *mutatis mutandis*, o regramento previsto na Cláusula 13.3 abaixo.



CLÁUSULA X

19/163

DECLARAÇÕES E OBRIGAÇÕES DA CESSIONÁRIA



10.1 A Cessionária devidamente autorizada na forma de seu Estatuto Social, declara e garante, neste ato e na data de assinatura do Termo de Cessão e dos Boletins de Subscrição, que:

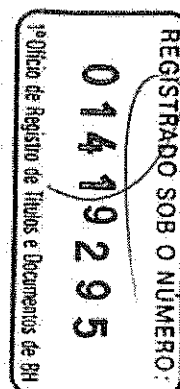
(a) é uma sociedade por ações validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável;

(b) a celebração deste Contrato, do Termo de Cessão e dos Boletins de Subscrição, bem como a assunção das obrigações dele decorrentes se fazem nos termos de seus atos constitutivos, são legais, têm plena eficácia e são exigíveis contra a Cessionária de acordo com os seus respectivos termos;

(c) os representantes legais da Cessionária que assinam este Contrato têm poderes estatutários e/ou legitimamente outorgados para assumir, em nome da Cessionária, todas e quaisquer obrigações estabelecidas neste Contrato;

(d) a celebração deste Contrato, do Termo de Cessão e dos Boletins de Subscrição e o cumprimento das obrigações deles decorrentes não acarretam, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial: (i) de quaisquer contratos ou instrumentos firmados anteriormente à data da assinatura deste Contrato, dos quais a Cessionária, suas pessoas coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, sejam parte ou aos quais estejam vinculados, a qualquer título, bens ou direitos de propriedade de nenhuma das pessoas acima referidas; (ii) de nenhuma norma legal ou regulamentar que a Cessionária, suas pessoas coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas estejam sujeitos; (iii) de nenhuma ordem ou decisão, ainda que liminar, judicial ou administrativa, que afete a Cessionária, suas pessoas coligadas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou qualquer bem ou direito de propriedade de quaisquer das pessoas acima referidas; e se fazem nos termos de seus atos constitutivos e têm plena eficácia; e

(e) tem pleno conhecimento da legislação aplicável aos Parcelamentos e aos Direitos de Crédito Autônomos.



10.2 As declarações aqui prestadas pela Cessionária subsistirão até a integral liquidação das Obrigações Garantidas.

10.3 A Cessionária será responsável por todos e quaisquer danos e prejuízos causados ao Cedente decorrentes da inveracidade ou inexactidão das declarações acima prestadas.

20/163

Handwritten signatures and initials are present at the bottom of the page, including a large signature on the left and several initials on the right.

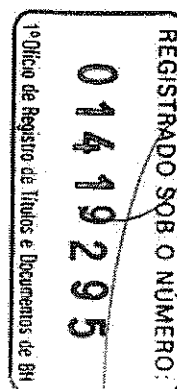


CLÁUSULA XI INDENIZAÇÃO E RECOMPOSIÇÃO DO FLUXO

11.1. A Cedente reconhece que (i) a adoção de qualquer ato comissivo ou omissivo que resulte na extinção total ou parcial dos Direitos de Crédito Autônomos, incluindo, mas não se limitando, a qualquer tipo de anistia, remissão de dívida, compensação, dação em pagamento ou qualquer outro ato ou negócio jurídico que possa, de qualquer forma, liquidar ou extinguir, no todo ou em parte, as dívidas dos Contribuintes consubstanciadas nos Créditos Tributários ou Não Tributários de cujo recebimento depende os Direitos de Crédito Autônomos; (ii) a implementação de qualquer parcelamento ou incentivo que seja, de qualquer forma, mais vantajoso ao Contribuinte do que o Parcelamento dos Créditos Tributários ou Não Tributários e que ocasione redução do valor do Direito de Crédito Autônomo e/ou aumente os prazos para o seu pagamento, considerando-se os cálculos de projeção realizados pelas partes; (iii) a alteração do atual programa de Parcelamento e que ocasione redução do valor do Direito de Crédito Autônomo e/ou aumente os prazos para o seu pagamento, considerando-se os cálculos de projeção realizados pelas partes; e (iv) a cessão de Direitos de Crédito Autônomos irregulares, nos termos da Cláusula 2.3 acima, afetará de forma negativa, no todo ou em parte, o fluxo de pagamento dos Direitos de Crédito Autônomos e, por consequência, o cumprimento das obrigações assumidas pela Cessionária perante os Debenturistas e contempladas na Escritura da Segunda Emissão.



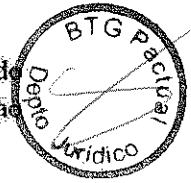
11.1.1 Na ocorrência de um dos eventos descritos na Cláusula 11.1 acima, ou quaisquer outros eventos similares que afetem o fluxo de recebimento dos Direitos de Crédito Autônomos, o Cedente deverá, no prazo de até 30 (trinta) dias contado do recebimento da notificação enviada pelo Agente Fiduciário, pelo Coordenador da Oferta ou pela própria Cessionária, o que ocorrer primeiro, indenizar a Cessionária, mediante (i) a cessão de novos Direitos de Crédito Autônomos que adimplentes, ou (ii) a recompra dos Direitos de Crédito Autônomos afetados, por meio da cessão de novos Direitos de Crédito Autônomos adimplentes; em qualquer hipótese objetivando recompor o fluxo de pagamento dos Direitos de Crédito Autônomos como se não tivesse sido alterado por iniciativa do Município, conforme Cláusula 11.1. acima.



11.1.2 Caso não existam novos Direitos de Crédito Autônomos a serem cedidos à Cessionária, ou caso sobrevenha qualquer vedação legal, administrativa ou judicial para que o Cedente proceda às providências descritas na Cláusula 11.1.1 acima, o Cedente deverá promover a recompra dos Direitos de Crédito Autônomos afetados, pelo pagamento do valor correspondente ao valor de face do Direito de Crédito Autônomo afetado (acrescido da atualização pelo IPCA e já descontados os Recursos Excluídos, se houver), em moeda corrente nacional, diretamente na Conta de Recebimento, o qual deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias contados do recebimento da notificação referida na Cláusula 11.1.1 acima.

11.2 Fica expressamente ressalvado que em hipótese alguma será objeto ou dará ensejo à aplicação desta Cláusula XI a alteração do valor do fluxo de pagamento dos Direitos de Crédito

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.



Autônomos em razão de inadimplemento do Contribuinte. O Cedente não assume, por meio do Contrato, qualquer responsabilidade ou dá qualquer tipo de garantia em relação ao inadimplemento dos Direitos de Crédito Autônomos cedidos.

CLÁUSULA XII REGISTRO

12.1. Este Contrato e seus aditamentos, bem como seus Anexos, deverão ser protocolados, pela Cessionária, nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e São Paulo, Estado de São Paulo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de sua assinatura, devendo o Cedente enviar comunicação às demais Partes e aos Intervenientes Anuentes (i) ao final do prazo de 5 (cinco) dias úteis para protocolo, enviar a comprovação de que este foi efetivado; e (ii) enviar a comprovação da efetivação de tal registro no prazo de até 3 (três) dias úteis contados do seu deferimento por cada um dos cartórios. Caso a Cessionária não realize os protocolos no prazo avençado, poderá qualquer das demais Partes ou os Intervenientes Anuentes fazê-lo, mediante o envio de comunicação às demais Partes e, assim que obtidos os registros, enviar a comprovação correspondente aos demais. As Partes e os Intervenientes Anuentes deverão colaborar para o saneamento imediato de eventuais exigências eventualmente formuladas por tal cartório, de forma a obter o registro deste Contrato no menor prazo possível.



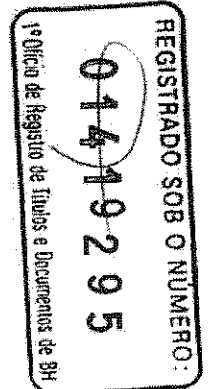
12.2 Todos os custos e despesas incorridos com os registros mencionados nesta Cláusula serão suportados/reembolsados exclusivamente pelo Custodiante.

CLÁUSULA XIII DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES

13.1 Nos procedimentos referentes à formalização e à execução da cessão dos Direitos de Crédito Autônomos, serão preservados o sigilo relativo a qualquer informação sobre a situação fiscal, econômica, financeira do Contribuinte e sobre a natureza e o estado de seus negócios e atividades.

13.2 Fica, igualmente, vedada às Partes e aos Intervenientes Anuentes a divulgação ou a utilização, conforme o caso, para fins outros que não aqueles relacionados ao objeto deste Contrato, da identidade dos Contribuintes, de seus débitos e respectivos Parcelamentos, sob pena de responsabilizações decorrentes de eventuais perdas e danos.

13.3 Sem prejuízo do disposto nas Cláusulas 13.1 e 13.2 acima, a Cessionária e o Agente Fiduciário somente poderão ter acesso às informações contidas no CD-ROM, para fazer prova em juízo, quando isso for necessário à defesa dos direitos, das garantias e das prerrogativas da Cessionária e/ou dos Debenturistas, ou, ainda, para atender requisição de autoridade competente que tenha instaurado procedimento administrativo ou ação judicial em face da Cessionária ou do

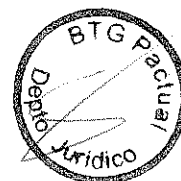


22/163

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.

Versão para Assinatura

Agente Fiduciário. Neste caso, caberá ao Custodiante do CD-ROM providenciar o depósito do CD-ROM perante a autoridade administrativa ou judicial encarregada do procedimento administrativo e/ou ação judicial, sem necessidade de consultar o Cedente, porém, alertando-o sobre o caráter sigiloso dos respectivos dados.



CLÁUSULA XIV COMUNICAÇÕES

14.1 Todos os documentos e as comunicações a serem enviados por qualquer das Partes e Intervenientes Anuentes, nos termos deste Contrato, deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, e deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

a) se para o Cedente:

MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE - SMF

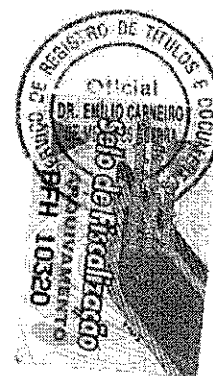
Endereço: Rua Espírito Santo, 605, Centro, 5º andar

CEP 30.160.030 - Belo Horizonte, MG

Tel.: (31) 3277-4008

At: Secretário Municipal de Finanças Sr. Marcelo Piancastelli de Siqueira

E-mail: marcelo.piancastelli@pbh.gov.br



b) se para a Cessionária:

PBH ATIVOS S.A

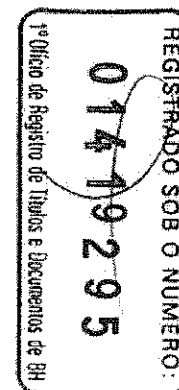
Endereço: Avenida Afonso Pena, nº 774, 5º Andar, Centro,

CEP: 30.130-003 - Belo Horizonte, MG

Tel.: (31) 3277.9561

At: Diretor Presidente Sr. Edson Ronaldo Nascimento

E-mail: edson.ronaldo@pbh.gov.br



c) se para o Custodiante:

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 12º andar

04538-133 - São Paulo, SP

At.: Departamento Jurídico - FICC

Tel.: (11) 3383-2000

E-mail: ol-juridico-renda-fixa@btgpactual.com

d) se para o Agente Fiduciário:

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the left and several smaller ones on the right.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

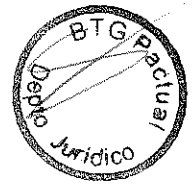
Av. das Américas, nº 4.200, Bloco 04, sala 514, Barra da Tijuca.

CEP: 22640-102 - Rio de Janeiro, RJ

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Tel.: (21) 3385-4565

E-mail: backoffice@pentagonotrustee.com.br



e) se para as Intervenientes Anuentes:

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE BELO HORIZONTE

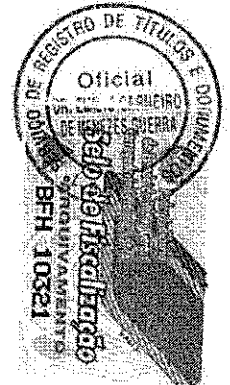
Rua Espírito Santo, 605, Centro, 5º andar

CEP 30.160-030 - Belo Horizonte, MG

Tel.: (31) 3277-4008

At: Secretário Municipal de Finanças Sr. Marcelo Piancastelli de Siqueira

E-mail: marcelo.piancastelli@pbh.gov.br



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

Rua dos Timbiras, 628, Funcionários

CEP 30.140-060 - Belo Horizonte, MG

Tel.: (31) 3277-4075

At: Procurador Geral do Município Sr. Rúsvel Beltrame Rocha

E-mail: rusvelb@pbh.gov.br

EMPRESA DE INFORMÁTICA E INFORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE S/A - PRODABEL

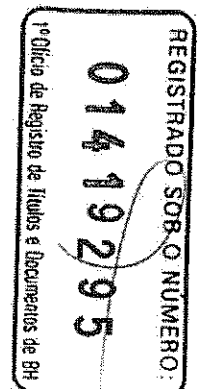
Av. Presidente Carlos Luz, nº 1275, Bairro Caparaó,

CEP: 31.230-000, Belo Horizonte, MG

At.: Sr. Haldley Campolina Vidal

Tel.: (31) 3277-8395

E-mail: haldley@pbh.gov.br

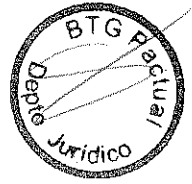


14.2 Os documentos e as comunicações, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, serão considerados recebidos quando entregues, sob protocolo ou mediante Aviso de Recebimento expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços acima, ou quando da confirmação do recebimento da transmissão via e-mail.

14.3 Para os fins da Cláusula 14.2 acima, será considerada válida a confirmação do recebimento via e-mail ainda que emitida pela Parte que tenha transmitido a mensagem ou pelos Intervenientes Anuentes, desde que o comprovante de recebimento tenha sido expedido a partir do equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes para identificação do emissor e do destinatário da comunicação.

24/163

CLÁUSULA XV
DISPOSIÇÕES FINAIS



15.1 Toda e qualquer modificação, alteração ou aditamento ao presente Contrato somente será válida se feita por instrumento escrito, assinado pelas Partes e pelos Intervenientes Anuentes.

15.2 As Partes celebram este Contrato em caráter irrevogável e irrefratável, obrigando-se ao seu fiel, pontual e integral cumprimento por si e por seus sucessores e cessionários, a qualquer título.

15.2.1 Os Intervenientes Anuentes concordam e se comprometem no limite das obrigações a eles estabelecidas neste Contrato.

15.3 O presente Contrato começa a vigorar na data de sua assinatura e permanecerá em vigor até a liquidação das Obrigações Garantidas e dos Direitos de Crédito Autônomos.

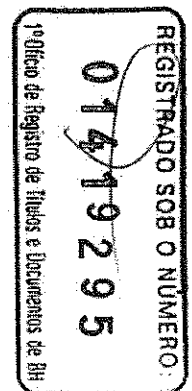
15.3.1 Este Contrato somente poderá ser resiliado por consenso entre as Partes, depois de aprovada a resilição pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Escritura da Segunda Emissão.

15.3.2 A resilição deste Contrato não afetará, em nenhuma hipótese, qualquer das cessões de Direitos de Crédito Autônomos realizadas entre as Partes, nos termos aqui previstos, e não afetará qualquer direito, garantia ou prerrogativa da Cessionária ao ressarcimento por perdas e danos por esse sofridos em razão do descumprimento de qualquer avença prevista neste Contrato.

15.4 A tolerância e as concessões recíprocas terão caráter eventual e transitório e não configurarão, em qualquer hipótese, renúncia, transigência, remição, perda, modificação, redução ou ampliação de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos a qualquer das Partes nos termos deste Contrato, assim como, quando havidas, o serão, expressamente, sem o intuito de negar as obrigações previstas neste Contrato.

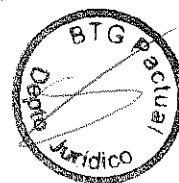
15.5 O presente Contrato constitui o único e integral acordo entre as Partes com relação aos assuntos aqui tratados, substituindo todos os outros documentos, cartas, memorandos ou propostas entre as Partes, bem como os entendimentos orais mantidos entre as mesmas, anteriores a presente data.

15.6 É expressamente vedada a cessão a terceiros, pelo Cedente, dos direitos e obrigações previstos neste Contrato.



25/163

Versão para Assinatura



15.7 O Cedente e os Intervinentes Anuentes autorizam expressamente, neste ato, e na forma prevista pelo art. 7º da Lei Municipal nº 7.932/99, a Cessionária a ceder fiduciariamente aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, os Direitos de Crédito Autônomos e os direitos emergentes deste Contrato.

15.7.1 A PBH ATIVOS, nos termos do disposto no parágrafo único da Lei Municipal 3.010/10 e no parágrafo 1º do Decreto 14.444/11, receberá o montante correspondente a 10% (dez por cento) do valor disponível na Conta de Livre Movimentação (conforme definida no Contrato de Administração de Contas) para custeio das despesas e eventuais outros pagamentos relacionados aos contratos da operação de cessão e emissões de debêntures. Os recursos não utilizados serão destinados ao resgate ou amortização das Debêntures Subordinadas de posse do Cedente.

15.8 Toda e qualquer quantia devida a qualquer das Partes por força deste Contrato poderá ser cobrada via processo de execução, visto que as Partes desde já reconhecem tratar-se de quantia líquida e certa, atribuindo ao presente a qualidade de título executivo extrajudicial nos termos e para os efeitos do artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil.

15.9 Para os efeitos do disposto neste Contrato, entende-se por "dia útil" o dia em que os bancos não deverão ou não poderão, por lei ou ordem executiva, estar fechados na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, conforme estabelecido pelo Banco Central do Brasil.

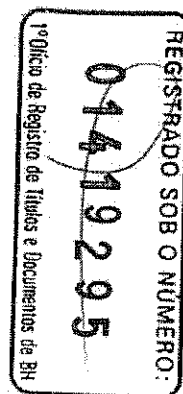
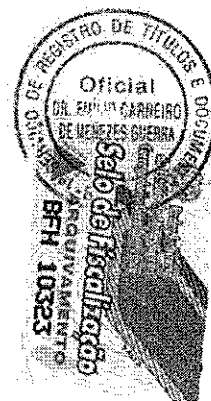
15.10 Se, em decorrência de qualquer decisão judicial irrecurável, qualquer disposição ou termo deste Contrato for declarado nulo ou for anulado, tal nulidade ou anulabilidade não prejudicará a vigência das demais Cláusulas deste Contrato não atingidas pela declaração de nulidade ou pela anulação.

15.11 É vedado às Partes e aos Intervinentes Anuentes utilizarem-se dos termos deste Contrato, bem como das marcas, nomes e logomarcas uma da outra, para qualquer finalidade, seja em divulgação ou publicidade, sem a prévia e expressa autorização, por escrito, da outra Parte, exceto para atendimento às exigências legais.

15.12 Os Anexos deste Contrato, rubricados pelas Partes e pelos Intervinentes Anuentes, integram este Contrato para todos os fins e efeitos de direito, como se nele estivessem transcrito.

15.13 Os tributos incidentes ou que venham a incidir sobre o cumprimento das obrigações das Partes signatárias deste Contrato serão suportados por quem seja o sujeito passivo de tal obrigação tributária.

15.14 As Partes comprometem-se a tomar as medidas necessárias e cabíveis conforme previsto na legislação brasileira, incluindo a Instrução CVM nº 301 de 16 de abril de 1999 e posteriores alterações, com a finalidade de prevenir e combater as atividades relacionadas com os crimes de



26/163

lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores identificados pela Lei Federal nº 9.613, de 3 de março de 1998.

15.15 Os casos fortuitos e de força maior são excludentes da responsabilidade das Partes, nos termos do artigo 393 do Código Civil Brasileiro.

15.15.1 A Parte que for afetada por caso fortuito ou força maior deverá notificar a outra, de imediato, com relação à extensão do fato e do prazo estimado durante o qual estará inabilitada a cumprir ou pelo qual será obrigada a atrasar o cumprimento de suas obrigações decorrentes deste Contrato.

15.15.2 Cessados os efeitos de caso fortuito ou da força maior, a Parte afetada deverá, de imediato, notificar a outra para conhecimento desse fato, restabelecendo a situação original.

15.15.3 Se a ocorrência do caso fortuito ou da força maior prejudicar apenas parcialmente a execução das obrigações oriundas deste Contrato por uma das Partes, aquela afetada deverá cumprir as obrigações que não tiverem sido afetadas pela ocorrência do caso fortuito ou da força maior.

15.16 O Cedente deverá providenciar a publicação resumida deste Contrato e, conforme o caso, de seus aditamentos, no Diário Oficial do Município de Belo Horizonte, no prazo de 5 (cinco) dias após a celebração de cada um dos referidos instrumentos, devendo enviar 1 (uma) via original de cada publicação ao Agente Fiduciário, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados de cada publicação.

CLÁUSULA XVI FORO

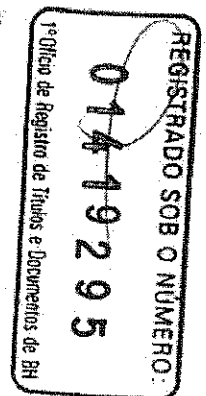
16.1 Eventuais controvérsias decorrentes da execução do presente Contrato surgidas entre as Partes e/ou os Intervenientes Anuentes, deverão ser solucionadas amigavelmente e, na impossibilidade de uma composição, serão submetidas ao exame da PGM.

16.2 Desde que não alcançada uma solução amigável as eventuais controvérsias oriundas deste Contrato serão submetidas ao foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para dirimi-las, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente Contrato em 10 (dez) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos de direito, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Belo Horizonte, 10 de janeiro de 2014

Restante da página deixado intencionalmente em branco.



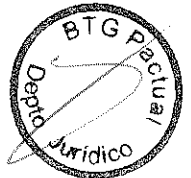
(Página de assinaturas 1/8 do Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças, celebrado em 10 de janeiro de 2014)

Cedente:

MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

Por: Márcio Araújo de Lacerda
Cargo: Prefeito

Por: Marcelo Piancastelli de Siqueira
Cargo: Secretário Municipal de Finanças



2º TABELIONATO DE NOTAS DE BELO HORIZONTE / MG
TABELIÃO - JOÃO CARLOS NUNES JUNIOR
Rua da Bahia, 1000 - Centro - BH - (31) 3016-4000 - E-mail: cartorio@cartoriosbh.com.br

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de:
Márcio Araújo de Lacerda

Belo Horizonte, 23/01/2014 15:12:34 Daniela 23030

EMOL.: R\$3,90 I.F.J.R\$1,21 Total: R\$5,11



Selo de Fiscalização
RECONHECIMENTO DE FIRMA
BOI 79046

TABELIONATO TRIGINELLI
SERVIÇO NOTARIAL DO 3º OFÍCIO
Av. Augusto de Lima, 200 - CEP 30060-000 - BH - (31) 3272-7400 - Fax: (31) 3272-7400
E-mail: cartorio@triginelli.com.br

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) abaixo:
(BNH41634) MARCELO PIANCASTELLI DE SIQUEIRA
Belo Horizonte, 23/01/2014 16:44:15 11292

Marcelo Decilides Araújo
E: R\$3,68 REC: R\$0,72 I.F.J.R\$1,21 Total: R\$5,61

DECLIDES



REGISTRADO SOB O NÚMERO:
01419295
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de BH

(Página de assinaturas 2/8 do Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças, celebrado em 10 de janeiro de 2014)

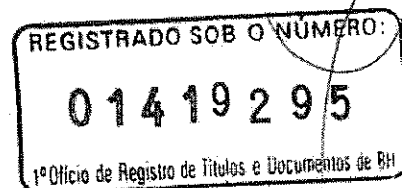
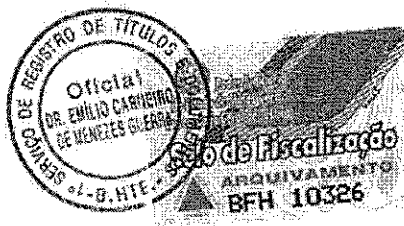
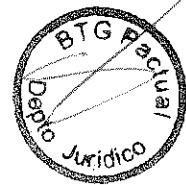
Cessionário:

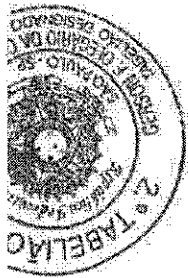
PBH ATIVOS S.A.

Edson Ronaldo Nascimento

Por: Edson Ronaldo Nascimento

Cargo: Diretor Presidente





Registro de Títulos e Documentos

1º Ofício - RJ

Inscrição do Documento Arquivado

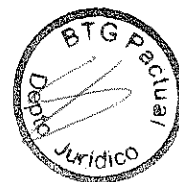
Versão para Assinatura

(Página de assinaturas 3/8 do Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças, celebrado em 10 de janeiro de 2014)

Custodiante:



BANCO BTG PACTUAL S.A.



Bruno Alexandre Licantão Rocha

Por:

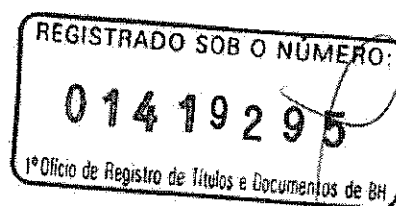
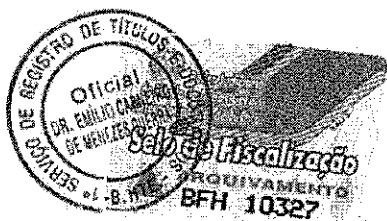
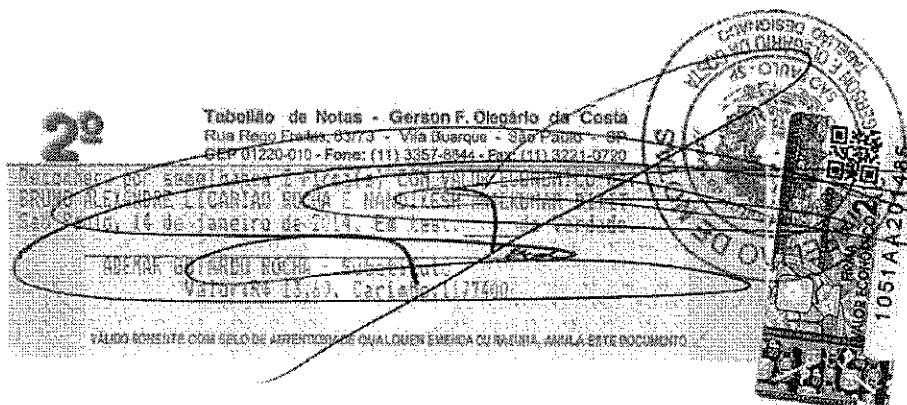
Cargo: Bruno Alexandre Licantão Rocha
Procurador

Por:

Cargo:

Nandikesh Anilkumar Dixit

Procurador



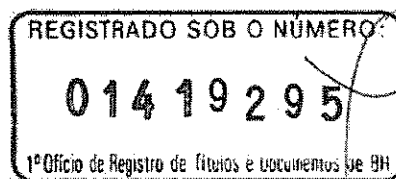
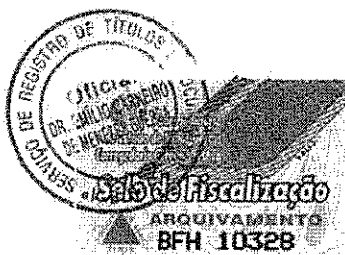
(Página de assinaturas 4/8 do Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças, celebrado em 10 de janeiro de 2014)

Agente Fiduciário:

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS
E VALORES MOBILIÁRIOS**

Por:  
Paulo Luiz Ferreira
Cargo: Procurador

12ª TABELÃO de NOTAS
CARTÓRIO DO 12º TABELÃO DE NOTAS
RUA DOMINGOS SANTO - TABELÃO - TEL (11) 3590-0277 - FAX (11) 3294-0302
Reconheço por semelhança a firma: PAULO LUIZ FERREIRA, a qual confere com o padrão depositado em Cartório.
São Paulo, 14 de Janeiro de 2014
Em testemunho da verdade.
Cleber Gonçalves - Escrevente Autorizado
1401141130505 - Firma: R\$ 6,80; Total: R\$ 6,80



Versão para Assinatura

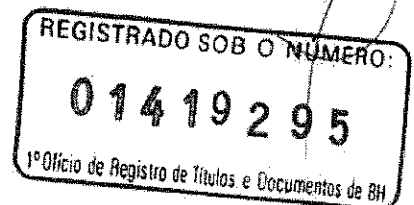
(Página de assinaturas 5/8 do Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças, celebrado em 10 de janeiro de 2014)

Registro de Títulos e Documentos
1º Ofício - RJ
Anexo ao Documento Arquivado

Interveniente Anuente:

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE BELO HORIZONTE

Por: Marcelo Piancastelli de Siqueira
Cargo: Secretário Municipal de Finanças



Versão para Assinatura

(Página de assinaturas 6/8 do Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças, celebrado em 10 de janeiro de 2014)

Interveniente Anuente:

Registro de Títulos e Documentos

4º Ofício - RJ

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

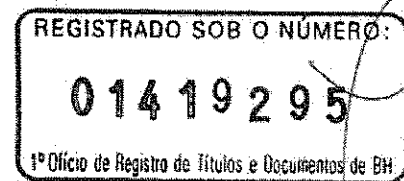
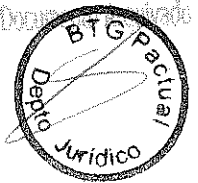
Anexo ao Documento



R. Beltrame

Por: Rúsvel Beltrame Rocha

Cargo: Procurador Geral do Município



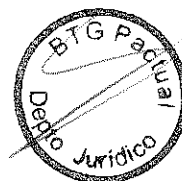
(Página de assinaturas 7/8 do Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças, celebrado em 10 de janeiro de 2014)

Interveniente Anuente:

EMPRESA DE INFORMÁTICA E INFORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE S/A - PRODABEL

Por: Haldley Campolina Vidal
Cargo: Diretor

Registro de Títulos e Documentos
4º Ofício - RJ
Anexo ao Documento Arquivado



2ª TABELIONATO DE NOTAS DE BELO HORIZONTE / MG
TABELÃO - JOÃO CARLOS KUNES JUNIOR
Rua da Bahia, 1000 - Centro - BH - (31) 3014-4900 - E-mail: cartorio@cartoriojaguarao.com.br

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de:
Haldley Campolina Vidal

Belo Horizonte, 23/01/2014 15:08:49 Alessandra 4982

EMOL.: R\$3,90 T.F.J.: R\$1,21 Total: R\$5,11

Selo de Fiscalização
RECONHECIMENTO DE FIRMA
BOI 79048

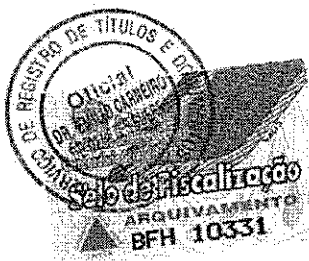
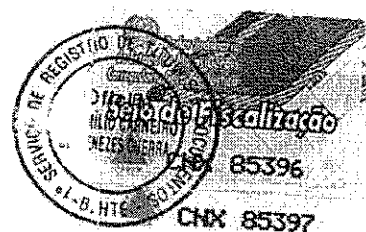
1º OFÍCIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO Nº 01419295

Certifico e dou fé que o presente documento foi apresentado, protocolado sob o nº 01419295, livro nº A-79, registrado em microfilme e digitalizado sob o nº 01419295, livro nº B-142, nesta data. Belo Horizonte, 23/01/2014. Emolumentos: 1.618,62, T.J.F.: 508,11, Total: 2.126,73

Regina Mª A. Gomes
Escrivente Autorizada



Vista de Registro de Títulos e Documentos de Belo Horizonte
Rua da Bahia, 1000 - Centro - BH - (31) 3014-4900
Cartório de Registro de Títulos e Documentos
www.registrobh.com.br - Tel: (31) 3014-4900
Registral: Eriberto de Menezes Costa



Versão para Assinatura


(Página de assinaturas 8/8 do Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças, celebrado em 10 de janeiro de 2014)


Testemunhas:

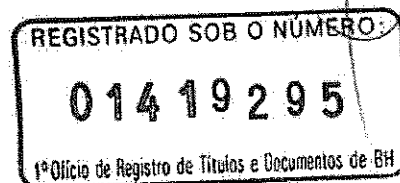
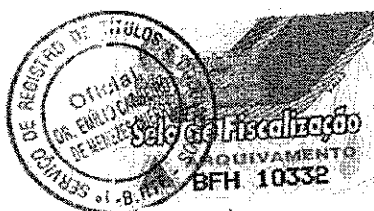
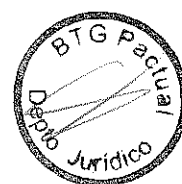
Registro de Títulos e Documentos

1º Ofício - RJ

Anexo ao Documento Arquivado


Nome: RENATA CRISTINA F. GARCIA COMA
RG: M-6.611.314
CPF/MF: 000.816436-32


Nome: ROSINETE PASSINHO
RG: 19842602002-8 SSP-MA
CPF/MF: 335.514.643-91



LISTA DE ANEXOS

ANEXO F – MINUTA DA ESCRITURA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS

ANEXO H – MINUTA DA ESCRITURA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES COM GARANTIA REAL

ANEXO I – MINUTA DO CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS

ANEXO 2.2 (D) – POLÍTICA DE COBRANÇA

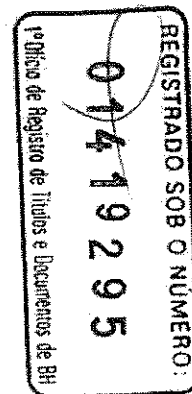
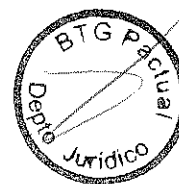
ANEXO 2.4.5 – MODELO DO RELATÓRIO MENSAL

ANEXO 2.6 – MODELO DO TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO AUTÔNOMOS

Registro de Títulos e Documentos

4º Ofício - RJ

Anexo ao Documento Arquivado



ANEXO F

MINUTA DA ESCRITURA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO PRIVADA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, DA PBH ATIVOS S.A.



Pelo presente instrumento particular,

- I - como emissora das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única ("Debêntures Subordinadas"):

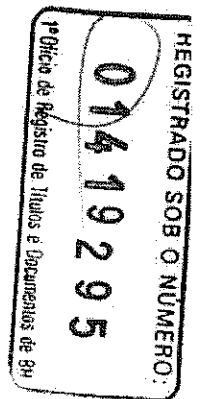
PBH ATIVOS S.A., sociedade de economia mista, estabelecida na Avenida Afonso Pena, nº 774, 5º Andar, Centro, CEP: 30130-003, Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº. 13.593.766/0001-79, neste ato representada por seu Diretor Presidente Sr. Edson Ronaldo Nascimento, brasileiro, casado, economista, portador do RG nº. 8.020.876.481 (SSP/RS) e inscrito no CPF/MF sob o nº 362.453.050-04 ("Emissora" ou "PBH");

- II - como único titular das Debêntures Subordinadas,

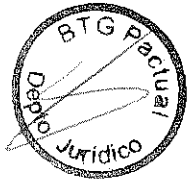
MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, estabelecido na Avenida Afonso Pena, nº 1212, Bairro Centro, CEP 30130-908, Estado de Minas Gerais, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Marcio Araújo de Lacerda e pelo Secretário Municipal de Finanças, Sr. Marcelo Piancastelli de Siqueira, doravante denominado simplesmente por "Debenturista" ou "Município";

e, como Intervinentes Anuentes:

- III - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE BELO HORIZONTE, estabelecida na Rua Espírito Santo, nº 605, 5º andar, Centro, CEP 30160-030, Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Finanças, Sr. Marcelo Piancastelli de Siqueira ("SMF"); e
- IV - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, estabelecida na Rua dos Timbiras, nº 628, Funcionários, CEP 30.140.060, Belo Horizonte, MG, neste ato representada pelo Procurador Geral do Município, Sr. Rúsvel Beltrame Rocha ("PGM") e, quando em conjunto com a SMF, a seguir referidos simplesmente como "Intervinentes Anuentes" e, quando em conjunto com a Emissora e o Debenturista, doravante referidos como "Partes";



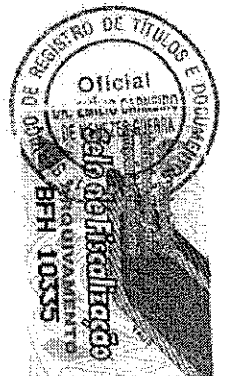
vêm, por meio desta e na melhor forma de direito, celebrar o presente Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, da PBH ATIVOS S.A. ("Escritura" e "Emissão Privada", respectivamente), de acordo com as seguintes cláusulas e condições:



CONSIDERANDO QUE:

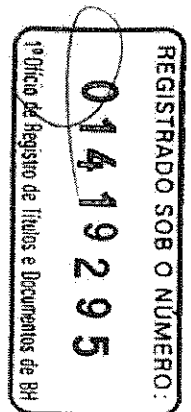
(a) o Município instituiu um programa de parcelamento de certos créditos tributários ou não tributários vencidos ao qual o contribuinte ou sujeito passivo de tais débitos ("Contribuinte") poderia aderir, por meio de procedimentos administrativos ou judiciais de parcelamento ("Procedimentos Administrativos ou Judiciais" e "Parcelamentos", respectivamente);

(b) o Município foi autorizado, por força da Lei Municipal nº 10.003 de 25 de novembro de 2010 ("Lei Municipal 10.003/10") e da Lei Municipal 7.932 de 30 de dezembro de 1999, conforme alterada ("Lei Municipal 7.932/99"), a ceder à PBH, a título oneroso, direitos de crédito autônomos para recebimento do fluxo de pagamentos decorrente dos créditos tributários ou não tributários vencidos e parcelados pelo Contribuinte através dos Parcelamentos ("Direitos de Crédito Autônomos"), que se encontram ou não inscritos na dívida ativa do Município;



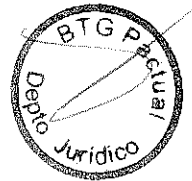
(c) a Emissora, conforme estabelecido em seu objeto social, sua lei de criação, e, nos termos de seu Estatuto Social, aprovado pelo Decreto Municipal nº 14.444 de 09 de junho de 2011, tem, entre outros, competência para: (i) titular, administrar e explorar economicamente ativos municipais; (ii) auxiliar o Tesouro Municipal na captação de recursos financeiros, podendo, para tanto, colocar no mercado obrigações de emissão própria, receber, adquirir, alienar e dar em garantia os ativos, créditos, títulos e valores mobiliários da Emissora; e (iii) estruturar e implementar operações que visam à obtenção de recursos junto ao mercado de capitais;

(d) o Município pretende ceder à Emissora os Direitos de Crédito Autônomos, de maneira a formar um conjunto de recebíveis determinado, (i) identificados por código fornecido pelo Município, por meio do qual seja identificado cada parcelamento ("Código Criptografado") e, também, (ii) devidamente relacionados e identificados em CD-ROM, devidamente numerado, identificado e sem possibilidade de editoração, entregue ao Banco BTG Pactual S.A., sob dever de sigilo, que irá guardá-lo na qualidade de custodiante e fiel depositário ("Custodiante"), conforme termos e condições estabelecidos no Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças, firmado nesta data entre o Município, a Emissora, o Custodiante e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Agente Fiduciário"), com a interveniência da SMF, da PGM e da Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte - PRODABEL ("PRODABEL") ("Contrato de Cessão Onerosa");



(e) a Emissora pretende, com a Emissão Privada, emitir debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, de forma privada, as quais serão totalmente subscritas pelo Município, e integralizadas mediante a cessão dos Direitos de Crédito Autônomos;

(f) após a Emissão Privada, a Emissora pretende emitir debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real representada por cessão fiduciária de direitos creditórios ("Debêntures com Garantia Real"), em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476") ("Oferta Pública"), mediante coordenação do Banco BTG Pactual S.A. ("Coordenador Líder"), nos termos do Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, Sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, da Segunda Emissão, Sendo a Primeira Pública, da PBH ATIVOS S.A., a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder, com a interveniência anuência da SMF e da PGM ("Contrato de Distribuição"); e



(g) os recursos obtidos com a emissão das Debêntures com Garantia Real serão parcialmente utilizados para amortização das Debêntures Subordinadas, nos termos da Cláusula 4.8.4 abaixo. ISTO POSTO, vêm as Partes por esta e na melhor forma do direito firmar a presente Escritura, contendo as seguintes cláusulas e condições:



CLÁUSULA PRIMEIRA – DA AUTORIZAÇÃO

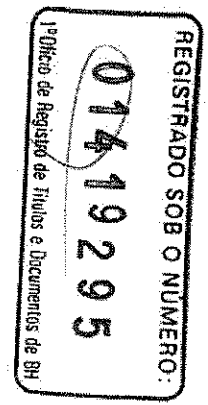
1.1. A presente Escritura é celebrada de acordo, e nos limites da autorização da (a) Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 12 de dezembro de 2013 ("AGE"); (b) Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 12 de dezembro de 2013 ("RCA"); e (iii) Reunião do Conselho Fiscal da Emissora, realizada em 12 de dezembro de 2013 ("RCF").

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REQUISITOS

A emissão das Debêntures Subordinadas será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Anuência Prévia da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM")

2.1.1. Conforme previsto nesta Escritura, as Debêntures Subordinadas serão objeto de distribuição privada. Nos termos do Artigo 1º da Resolução nº 2.391, de 22 de maio de 1997, expedida pelo Conselho Monetário Nacional, a Emissão Privada está condicionada e depende da prévia anuência da CVM, por ser a Emissora sociedade controlada pelo Município.



2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG") e Publicação da Ata da AGE e da RCA

2.2.1. As atas da AGE e da RCA que deliberaram e aprovaram a presente Emissão Privada deverão ter sido devidamente registradas na JUCEMG e publicadas no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais ("DOEMG") e no jornal Diário do Comércio ("Diário do Comércio"), nos

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.

termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

2.2.2. Os atos societários relacionados à Emissão Privada que, eventualmente, venham a ser praticados após o registro da presente Escritura, serão protocolados para registro na JUCEMG em até 3 (três) Dias Úteis de sua assinatura e devidamente publicados nos termos da Cláusula 4.13 abaixo.

2.3. Registro da Escritura

2.3.1. A Escritura, devidamente firmada pelas Partes, seus anexos e respectivos aditamentos deverão ser registrados na JUCEMG. Para tanto, tais instrumentos serão protocolados pela Emissora para registro na JUCEMG em até 3 (três) Dias Úteis contados de sua assinatura, de acordo com o artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Séries

3.1.1. A Emissão Privada será realizada em série única.

3.2. Valor Total da Emissão Privada

3.2.1. O valor total da Emissão Privada será de até R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) ("Valor de Emissão"), na Data de Emissão.

3.3. Valor Nominal Unitário

3.3.1. O valor nominal unitário de cada Debênture Subordinada será de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) ("Valor Nominal Unitário"), na Data de Emissão.

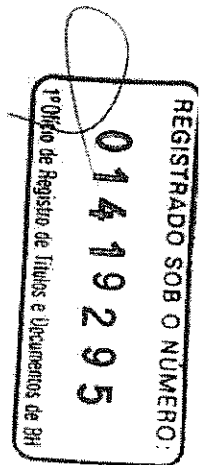
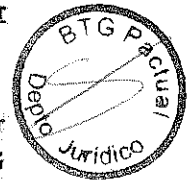
3.4. Quantidade de Debêntures Subordinadas

3.4.1. Serão emitidas até 10.000 (dez mil) Debêntures Subordinadas.

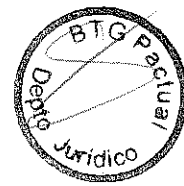
3.5. Data da Emissão

3.5.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data da emissão das Debêntures Subordinadas será 30 de janeiro de 2014 ("Data de Emissão").

3.6. Objeto Social da Emissora



3.6.1. A Emissora tem por objeto social: a) titular, administrar e explorar economicamente ativos municipais; b) auxiliar o Tesouro Municipal na captação de recursos financeiros, podendo, para tanto, colocar no mercado obrigações de emissão própria, receber, adquirir, alienar e dar em garantia ativos, créditos, títulos e valores mobiliários da Emissora; c) estruturar e implementar operações que visem à obtenção de recursos junto ao mercado de capitais; d) auxiliar o Município na realização de investimentos em infraestrutura e nos serviços públicos municipais em geral; e) conservar, manter, reformar ou ampliar seus bens, em especial aqueles recebidos do Município em aporte de capital e aqueles locados para uso da Administração Municipal; f) auxiliar o Município em projetos de concessão ou de parceria público-privada, podendo, para tanto, dar garantias ou assumir obrigações; g) licitar ou realizar obras mediante celebração de convênio ou contrato com órgãos ou entidades da Administração Direta ou Indireta do Município; h) auxiliar, gerenciar ou realizar obras licitadas por outros órgãos ou entidades da administração direta e indireta do Município, nas quais, sempre que possível, venha a ter ganho econômico; i) custear obras licitadas por outros órgãos ou entidades da Administração Direta e Indireta do Município; j) participar de outras sociedades cujo objetivo social seja compatível com suas finalidades; l) captar recursos ou estruturar operações que possibilitem a quitação, o refinanciamento, a redução do montante ou a diminuição dos encargos da dívida pública do Município; m) realizar quaisquer atividades que sirvam de instrumento para a conquista dos objetivos enunciados nos incisos anteriores.

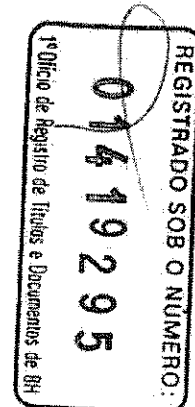


3.7. Destinação de Recursos

3.7.1. As Debêntures Subordinadas serão integralmente utilizadas para realizar o pagamento do preço de aquisição dos Direitos de Crédito Autônomos cedidos à Emissora, nos termos do Contrato de Cessão Onerosa.

3.8. Número da Emissão

3.8.1. As Debêntures Subordinadas representam a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.



CLÁUSULA QUARTA - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES SUBORDINADAS

4.1. Forma

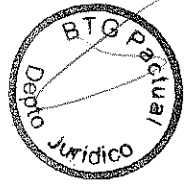
4.1.1. As Debêntures Subordinadas serão emitidas sob a forma nominativa, sem a emissão de cautelas e certificados representativos das debêntures, sendo que, para todos os fins e efeitos legais, a titularidade das Debêntures Subordinadas será comprovada pela competente averbação no "Livro de Registro de Titularidade da Debentures" aberto pela Emissora.

41/163

[Handwritten signatures and marks]

4.2. Espécie

4.2.1. As Debêntures Subordinadas serão da espécie subordinada, sem participação nos lucros da Emissora. As Debêntures Subordinadas são subordinadas aos credores quirografários, e preferem apenas aos acionistas no ativo remanescente, se houver, em caso de liquidação da Emissora.



4.3. Conversibilidade

4.3.1. As Debêntures Subordinadas não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.4. Subscrição e Integralização – Prazo e Forma

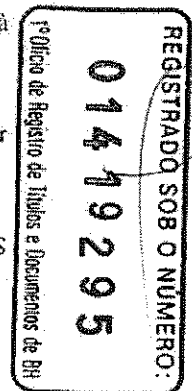
4.4.1. *Prazo de Subscrição e Integralização.* As Debêntures Subordinadas deverão ser totalmente subscritas e integralizadas pelo Município quando da cessão dos Direitos de Crédito Autônomos à Emissora, o que deverá ocorrer em até 180 (cento e oitenta) dias contados da Data de Emissão.



4.4.2. *Forma de Integralização.* As Debêntures Subordinadas serão integralizadas mediante aporte, pelo Município, dos Direitos de Crédito Autônomos de sua titularidade, e mediante a assinatura dos competentes boletins de subscrição, preparados na forma do Anexo 4.4.2 à presente Escritura.

4.4.3. *Preço de Integralização.* As Debêntures Subordinadas serão integralizadas pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Atualização Monetária ("Preço de Integralização").

4.4.3.1. O Preço de Integralização total das Debêntures Subordinadas será de até R\$ 1.000.000,00 (um bilhão de reais), sem qualquer acréscimo.



4.5. Prazo e Data de Vencimento

4.5.1. O prazo das Debêntures Subordinadas será de até 9 (nove) anos contados da Data de Emissão, sendo que o vencimento final das Debêntures Subordinadas ocorrerá em 30 de janeiro de 2023 ("Data de Vencimento").

4.5.2. Na Data de Vencimento, a Emissora se obriga a realizar o pagamento integral das Debêntures Subordinadas que ainda estejam em circulação pelo saldo remanescente de seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Atualização Monetária (conforme definidos abaixo) devidos e, conforme o caso, dos demais encargos devidos e não pagos até a data de seu efetivo pagamento.

Handwritten signatures and initials are present at the bottom of the page, along with the number 42/163.

4.5.3. O pagamento referido na Cláusula 4.5.2 acima poderá ocorrer, a critério da Emissora, mediante a dação em pagamento de parte ou da totalidade do Saldo dos Direitos de Crédito Autônomos, calculado conforme Cláusula 4.7.2 abaixo.

4.6. Atualização Monetária

4.6.1. O Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures Subordinadas será atualizado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), a partir da Data de Emissão, calculada *pro rata temporis* por Dias Úteis até a liquidação integral das Debêntures Subordinadas ("Atualização Monetária"), sendo o produto da Atualização Monetária incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures automaticamente nos meses de janeiro de cada ano, a partir da Data de Emissão, de acordo com a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

onde:

VNa = Valor Nominal Unitário atualizado calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento ("Valor Nominal Atualizado");

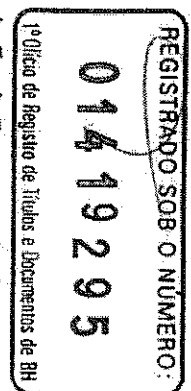
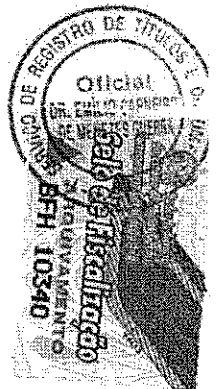
VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do valor nominal (valor nominal remanescente após amortização de principal, incorporação, atualização monetária a cada período, ou pagamento da atualização monetária, se houver) da Debênture Subordinada, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais dos índices utilizados, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dur}} \right]$$

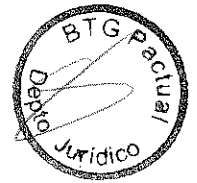
onde:

n = corresponde ao número total de índices do IPCA considerados na atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures Subordinadas, sendo "n" um número inteiro;



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.

NI_k = Corresponde ao valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao respectivo mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures Subordinadas. Após a data de aniversário, valor do número-índice do IPCA do mês de atualização;



NI_{k-1} = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês "k";

dup = número de Dias Úteis entre a última data de aniversário das Debêntures Subordinadas e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do número-índice do IPCA, sendo "dup" um número inteiro;

dut = número de Dias Úteis contidos entre a última e a próxima data de aniversário das Debêntures Subordinadas, sendo "dut" um número inteiro.

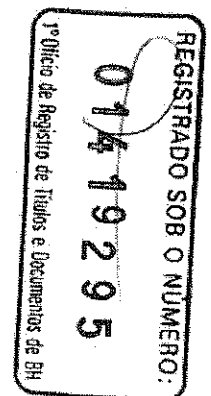


4.6.2. A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à esta Escritura ou qualquer outra formalidade.

4.6.3. Considera-se data de aniversário o dia da data de vencimento ou o dia informado como referência para utilização do índice, em cada mês.

4.6.4. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas das Debêntures Subordinadas.

4.6.5. O fator resultante da expressão $\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} - 1 \right)$ é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

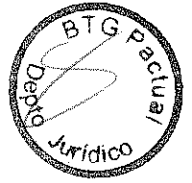


4.6.6. O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

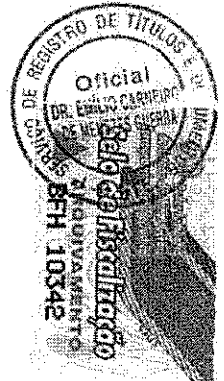
4.6.7. Os valores dos finais de semana ou feriados serão iguais ao valor do Dia Útil subsequente, apropriando o *pro rata* a partir do último Dia Útil anterior.

4.6.8. Caso no mês de atualização o número-índice não esteja disponível, será utilizada a última variação disponível do índice de preços em questão: $\left(\frac{NI_{k-1}}{NI_{k-2}} \right)$.

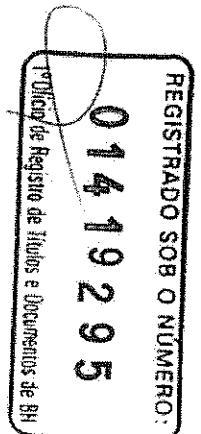
4.6.9. No caso de indisponibilidade temporária do IPCA quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures Subordinadas prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, o último número-índice divulgado, calculado *pro rata temporis* por Dias Úteis, porém, não cabendo, quando da divulgação do número-índice devido, quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto do Debenturista ou dos demais titulares das Debêntures Subordinadas, caso haja ("Debenturistas").



4.6.10. Para as obrigações vincendas, assim como para os demais parâmetros das Debêntures Subordinadas, quando da divulgação posterior do IPCA, todos os valores deverão ser recalculados e atualizados pelo IPCA divulgado neste momento posterior, respeitado o prazo de 180 (cento e oitenta) dias estabelecido conforme Cláusula 4.6.11 abaixo.



4.6.11. Na ausência de apuração e/ou divulgação do número-índice por prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias após a data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção, por imposição legal ou determinação judicial, o IPCA deverá ser substituído pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver o substituto legal do IPCA, deverá ser convocada Assembleia Geral de Debenturistas, a ser realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados de qualquer um dos eventos previstos nesta Cláusula, na qual a Emissora apresentará proposta de um novo parâmetro a ser aplicado. Para efeitos da Assembleia Geral de Debenturistas aqui prevista, o índice substituto do IPCA deverá ser aprovado pelo quórum estabelecido na Cláusula 6.6.1 abaixo. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizado, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, o último número-índice divulgado.



4.6.12. Na hipótese de rejeição dos Debenturistas votantes na assembleia geral prevista na Cláusula 4.6.11 acima, a Emissora, com base nesta justificativa, deverá apresentar um novo índice em Assembleia Geral de Debenturistas, a ser convocada no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da assembleia geral que reprovou o parâmetro anterior. Até esta deliberação, será utilizado, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, o último número-índice divulgado.

4.6.13. A Atualização Monetária será paga na Data de Vencimento, ressalvadas as hipóteses de (i) Resgate Antecipado; ou (ii) Amortização Extraordinária das Debêntures Subordinadas, conforme abaixo.

4.6.14. Na hipótese de não pagamento da Atualização Monetária nas datas correspondentes, será acrescida pena convencional (multa moratória) de 1% (um por cento) ao saldo vencido e não pago.

4.6.15. O cálculo da Atualização Monetária para fins de pagamento ao Debenturista, em qualquer hipótese, deverá ser feito pela Emissora.

45/163



4.7. Resgate Antecipado Facultativo Total

4.7.1. Desde que (i) as Debêntures com Garantia Real sejam integralmente amortizadas e/ou resgatadas, considerando o seu valor nominal unitário, acrescido da atualização monetária, remuneração e demais encargos previstos na Escritura das Debêntures com Garantia Real; e (ii) a Emissora encontre-se adimplente no cumprimento de todas as suas obrigações definidas na Escritura das Debêntures com Garantia Real, incluindo, mas sem limitação, às Obrigações Garantidas, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, promover o resgate antecipado da totalidade das Debêntures Subordinadas em circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures Subordinadas, sendo vedado o resgate antecipado parcial ("Resgate Antecipado") observado o que se segue:

a) a Emissora deverá publicar comunicação dirigida aos Debenturistas, e divulgada nos termos da Cláusula 4.13 desta Escritura ("Comunicação de Resgate") com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data do efetivo Resgate Antecipado, informando a data, o local de realização e o procedimento de resgate;

b) o resgate antecipado será feito pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Atualização Monetária, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, até a data do efetivo resgate, acrescido de Prêmio, conforme o caso, calculado nos termos da Cláusula 4.7.3 abaixo;

c) o Resgate Antecipado poderá ocorrer, a critério da Emissora, mediante a dação em pagamento do Saldo dos Direitos de Crédito Autônomos, conforme calculado nas Cláusulas 4.7.2 e 4.7.3. abaixo; e

d) os Debenturistas deverão dar quitação em relação ao Resgate Antecipado mediante o recebimento do Saldo dos Direitos de Crédito Autônomos.

4.7.2. Para fins do disposto nesta Escritura o "Saldo dos Direitos de Crédito Autônomos" corresponde ao valor da totalidade dos Direitos de Crédito Autônomos cedidos no âmbito do Contrato de Cessão Onerosa, menos o valor correspondente aos Direitos de Crédito Autônomos vencidos e pagos até a data do Resgate Antecipado, conforme fórmula abaixo:

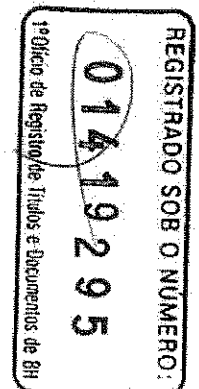
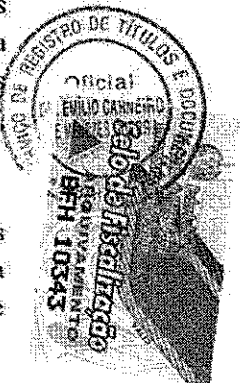
$$SDCA = Vdca - Vdcap$$

Onde:

SDCA: Saldo dos Direitos de Crédito Autônomos

Vdca: Valor dos Direitos de Crédito Autônomos

Vdcap: Valor dos Direitos de Crédito Autônomos pagos



4.7.3. Para fins do disposto na alínea (b) da Cláusula 4.7.1 acima, o "Prêmio" corresponderá à diferença entre o Saldo dos Direitos de Crédito Autônomos e o saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Atualização Monetária, e deverá ser pago aos Debenturistas, desde que seja positivo o resultado da fórmula abaixo:

Prêmio: $SDCA - (VNU + AM)$

Onde:

SDCA: Saldo dos Direitos de Crédito Autônomos

VNU: saldo do Valor Nominal Unitário

AM: Atualização Monetária

4.7.4. Para fins do disposto nas Cláusulas 4.7.2. e 4.7.3. acima, a Emissora deverá encaminhar aos Debenturistas, na mesma data de publicação da Comunicação de Resgate, o relatório gerencial atualizado elaborado pela SMF, o qual deverá conter: (i) o valor da totalidade dos Direitos de Crédito Autônomos cedidos no âmbito do Contrato de Cessão Onerosa; e (ii) o valor correspondente aos Direitos de Crédito Autônomos vencidos e pagos até a data do Resgate Antecipado.

4.8. Amortização Extraordinária

4.8.1. Desde que a Emissora encontre-se adimplente no cumprimento de todas as suas obrigações definidas no Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão, sendo a 1ª (Primeira) Pública, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, da PBH ATIVOS S.A. ("Escritura das Debêntures com Garantia Real", "Debêntures com Garantia Real", respectivamente) a ser firmada pela Emissora, pelo Agente Fiduciário e, como intervenientes anuentes, a SMF e a PGM, incluindo, mas sem limitação às Obrigações Garantidas, conforme definidas no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receita e Outras Avenças da PBH Ativos S.A., firmado entre a Emissora, o Município e o Agente Fiduciário e, na qualidade de intervenientes anuentes, a PGM e a SMF ("Contrato de Cessão Fiduciária"), a Emissora poderá promover, a seu exclusivo critério, em critério de caixa, sempre no terceiro Dia Útil de cada mês subsequente ("Data de Amortização das Debêntures Subordinadas"), a amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures Subordinadas em circulação ("Amortização Extraordinária das Debêntures Subordinadas"), pelo valor correspondente a 95% (noventa e cinco por cento) da disponibilidade de caixa da Emissora depositadas na Conta de Livre Movimentação, que estejam desvinculadas e livres para transferência, no Dia Útil imediatamente anterior a cada Data de Amortização Extraordinária das Debêntures Subordinadas.

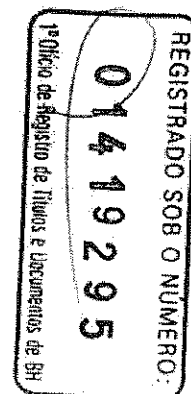
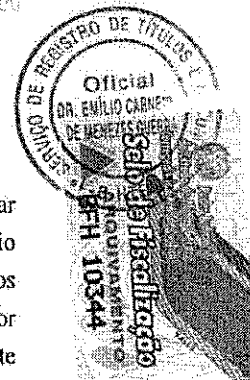
4.8.1.1 Não ocorrerá Amortização Extraordinária das Debêntures Subordinadas (i) se, por cálculo *pro forma*, a amortização do Valor Nominal Atualizado representar 10% ou menos do



Registro de Títulos e Documentos

4º Ofício - RJ

Anexo ao Documento Arquivado



Preço de Integralização; ou (ii) se os recursos disponíveis na Conta Livre de Movimentação forem oriundos de pré-pagamento dos Direitos de Crédito Autônomos.

4.8.1.2 O percentual de amortização do saldo do Valor Nominal Unitário será apurado pela Emissora, no 2º (segundo) Dia Útil de cada mês a partir das informações fornecidas pelo Banco Centralizador relativas ao saldo da Conta de Livre Movimentação apurado no 1º (primeiro) Dia Útil de cada mês.

4.8.1.3 A Amortização Extraordinária das Debêntures Subordinadas somente ocorrerá se efetivamente houver disponibilidades de caixa da Emissora depositadas na Conta de Livre Movimentação no Dia Útil imediatamente anterior a cada Data de Amortização Extraordinária das Debêntures Subordinadas, além das demais condições previstas nesta Escritura.

4.8.2. Os procedimentos referentes à Amortização Extraordinária das Debêntures Subordinadas deverão ser automática e imediatamente interrompidos, sob pena de responsabilização da Emissora pelos prejuízos que vierem a causar aos titulares das Debêntures com Garantia Real, na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Inadimplemento, conforme definido na Escritura das Debêntures com Garantia Real. Nesta hipótese, o Agente Fiduciário, irá interromper imediatamente todos os procedimentos de transferência de valores da Conta de Recebimento para a Conta de Livre Movimentação, conforme definidos na Escritura das Debêntures com Garantia Real, interrompendo, assim, por consequência, a Amortização Extraordinária das Debêntures Subordinadas.

4.8.3. Caso (i) tenha cessado a ocorrência do Evento de Avaliação, (ii) os detentores das Debêntures com Garantia Real, reunidos em assembleia geral, deliberem que o Evento de Avaliação não constitui um Evento de Inadimplemento, ou (iii) não seja alcançado quórum suficiente para a realização da assembleia geral para que os titulares das Debêntures com Garantia Real deliberem sobre a constituição, ou não constituição, conforme o caso, do Evento de Avaliação em Evento de Inadimplemento, na forma prevista na Escritura das Debêntures com Garantia Real, o Agente Fiduciário retomará imediatamente todos os procedimentos de transferência de valores para a Conta de Livre Movimentação e a Emissora poderá reiniciar os procedimentos de Amortização Extraordinária das Debêntures Subordinadas, desde que estejam atendidas as demais condições previstas nesta Escritura.

4.8.4. Além das amortizações extraordinárias acima previstas, a Emissora fará uma amortização programada extraordinária por 90% (noventa por cento) do valor líquido dos recursos recebidos em decorrência da integralização das Debêntures com Garantia Real de Debêntures ("Amortização Programada Extraordinária"). A Amortização Programada Extraordinária deverá ser realizada até o 5º (quinto) Dia Útil contado da Data de Liquidação das Debêntures com Garantia Real e deverá respeitar todas as condições previstas nesta Escritura.

4.9. Repactuação

4.9.1. As Debêntures Subordinadas não serão objeto de repactuação programada.

4.10. Vencimento Antecipado

4.10.1. Os Debenturistas poderão exigir o pagamento pela Emissora do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures Subordinadas com os acréscimos referidos na Cláusula 4.10.2 abaixo, desde que a Debênture com Garantia Real tenha sido objeto de amortização ou resgate total, nas seguintes hipóteses (cada qual, um "Evento de Vencimento Antecipado das Debêntures Subordinadas"):

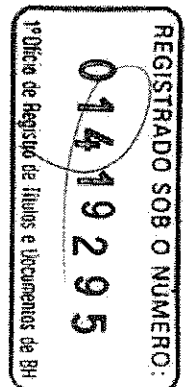
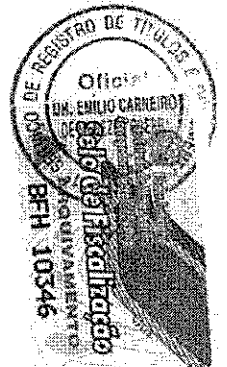
- a) decretação de falência da Emissora;
- b) pedido de autofalência pela Emissora;
- c) pedido de falência da Emissora formulado por terceiros e não elidido no prazo legal;
- d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora, ou eventos análogos, tais como, intervenção e/ou liquidação extrajudicial, independentemente do respectivo deferimento do pedido; ou
- e) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora.

4.10.2. Observadas as condições dispostas na Cláusula 4.10.1 acima, mediante a ocorrência de um Evento de Vencimento Antecipado das Debêntures Subordinadas, os Debenturistas poderão determinar o vencimento antecipado das Debêntures Subordinadas e exigir o imediato pagamento (i) do Valor Nominal Unitário das Debêntures Subordinadas, acrescido da Atualização Monetária calculada *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão até a data do efetivo pagamento antecipado, e (ii) de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, os quais deverão ser pagos em até 3 (três) Dias Úteis contados do recebimento, pela Emissora, de comunicação por escrito a ser enviada pelos Debenturistas à Emissora por meio de carta protocolizada.

4.10.3. O pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures Subordinadas acrescido da Atualização Monetária e dos encargos mencionados na Cláusula 4.10.2 acima poderá ocorrer, a critério da Emissora, mediante a dação em pagamento do Saldo dos Direitos de Crédito Autônomos, calculado conforme Cláusula 4.7.2 acima.

4.11. Forma de Pagamento dos Valores Devidos aos Debenturistas

4.11.1. Os pagamentos a que fizerem jus os titulares das Debêntures Subordinadas e quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura serão efetuados



pela Emissora por meio de crédito na conta corrente de titularidade do Debenturista indicada, por escrito, à Emissora, em até 5 (cinco) Dias Úteis anteriores à realização de tais pagamentos.

4.11.2. Após a amortização e/ou resgate integral das Debêntures com Garantia Real e desde que Emissora encontre-se adimplente no cumprimento de todas as suas obrigações definidas na Escritura das Debêntures com Garantia Real, incluindo, mas sem limitação às Obrigações Garantidas, a Emissora, a seu exclusivo critério, poderá resgatar as Debêntures Subordinadas mediante a dação em pagamento do Saldo dos Direitos de Crédito Autônomos, nos termos da Cláusula 4.7 acima.

4.12. Prorrogação dos Prazos

4.12.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro Dia Útil subsequente se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.

4.13. Publicidade

4.13.1. Todos os atos e decisões que vierem, de qualquer forma, a envolver os interesses dos Debenturistas serão obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, no DOEMG e em jornal de grande circulação utilizado para as publicações legais da Emissora (sendo que na data de assinatura desta Escritura, o jornal utilizado é o Diário do Comércio), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

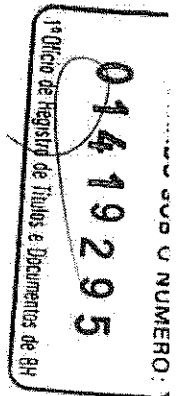
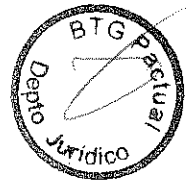
4.13.2. A alteração ao jornal de grande circulação indicado na Cláusula 4.13.1 acima, não importará em aditamento à presente Escritura e deverá ser informada mediante publicação nos jornais atualmente utilizados pela Emissora.

4.14. Imunidade dos Debenturistas

4.14.1. Caso qualquer titular de Debêntures Subordinadas goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar à Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures Subordinadas, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.15. Aquisição Facultativa

4.15.1. As Debêntures Subordinadas não serão objeto de aquisição facultativa pela Emissora.



CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. Sem prejuízo das demais obrigações previstas neste instrumento, a Emissora está adicionalmente obrigada a:

(i) preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM, publicando-as na forma da Lei das Sociedades por Ações;

(ii) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria por auditor independente registrado na CVM;

(iii) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer de auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;

(iv) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

(v) convocar Assembleias Gerais de Debenturistas, conforme definido abaixo, para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão Privada; e

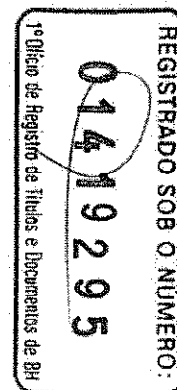
(vi) cumprir todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição, instância ou esfera na qual realize negócios ou possua ativos.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSEMBLEIA GERAL DOS DEBENTURISTAS

6.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, realizar assembleia geral (“Assembleia Geral de Debenturistas”), de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberar sobre matérias de seu interesse, incluindo, mas não se limitando, ao exercício de direitos comuns sob esta Escritura.

6.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pela Emissora ou pelos Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures Subordinadas em circulação.

6.3. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao titular de Debêntures Subordinadas eleito pelos demais Debenturistas presentes.



6.4. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas, em primeira convocação, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

6.4.1. A Assembleia Geral de Debenturistas, em segunda convocação, somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

6.5. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

6.6. Cada Debênture em Circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura de Emissão, serão tomadas por Debenturistas representando, no mínimo, mais de 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação, sendo admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não.

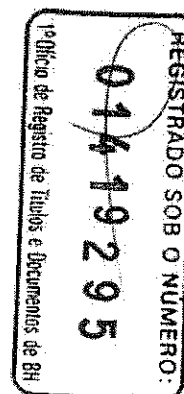
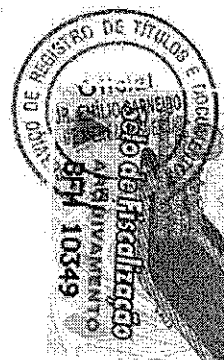
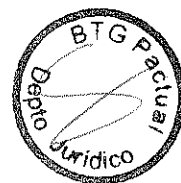
6.6.1. Quaisquer alterações (i) no prazo de vigência das Debêntures Subordinadas; (ii) na Atualização Monetária; ou (iii) no quórum de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas, deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

6.7. Para os efeitos desta Escritura, serão consideradas como Debêntures em Circulação aquelas Debêntures Subordinadas emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido canceladas, resgatadas e/ou liquidadas, excluídas do número de tais Debêntures Subordinadas aquelas que a Emissora possuir em tesouraria ("Debêntures em Circulação").

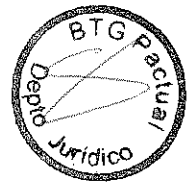
6.8. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, que deverá ser convocada formalmente, por meio de notificação à Emissora, nos termos da Cláusula 7.1 desta Escritura, exceto nas hipóteses em que a convocação da Assembleia Geral de Debenturistas for realizada pela própria Emissora.

6.9. A fim de otimizar a execução do objeto desta Escritura, a Emissora poderá, a qualquer tempo, solicitar a modificação de quaisquer de suas obrigações de caráter estritamente operacional previstas nesta Escritura (tais como a elaboração de relatórios, envio de documentação comprobatória etc.), podendo aditar a presente Escritura, conforme o caso, nos termos propostos pela Emissora, desde que mediante a aprovação prévia de tais modificações por parte de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

6.10. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.



[Handwritten signatures and initials]



CLÁUSULA SÉTIMA – DAS NOTIFICAÇÕES

7.1. Todos os documentos e as comunicações, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das Partes nos termos desta Escritura, deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

PBH ATIVOS S.A.

Endereço: Avenida Afonso Pena, nº 774, 5º Andar, Centro

CEP: 30130-003 - Belo Horizonte, MG

Tel.: (31) 3277-9561

At: Sr. Edson Ronaldo Nascimento

Email: edson.ronaldo@pbh.gov.br

Para o Debenturista:

MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

Endereço: Rua Espírito Santo, 605, Centro, 5º andar

CEP 30.160.030 - Belo Horizonte, MG

Tel.: (31) 3277-4008

At: Secretário Municipal de Finanças, Sr. Marcelo Piancastelli de Siqueira

Email: marcelo.piancastelli@pbh.gov.br

Para a SMF:

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE BELO HORIZONTE

Rua Espírito Santo, nº 605, Bairro Centro, 5º andar

CEP 30.160.030 – Belo Horizonte, MG

Tel.: (31) 3277-4008

At.: Secretário Municipal de Finanças, Sr. Marcelo Piancastelli de Siqueira

E-mail: marcelo.piancastelli@pbh.gov.br

Para a PGM:

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

Rua dos Timbiras, nº 628, Bairro Funcionários

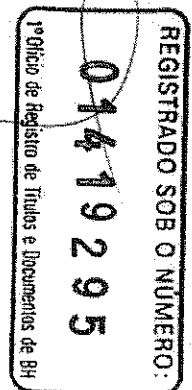
CEP 30.140.060 – Belo Horizonte, MG

Tel.: (31) 3277-4075

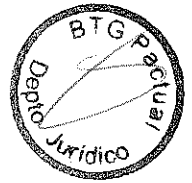
Registro de Títulos e Documentos

4º Ofício - RJ

Anexo ao Documento Arquivado



At.: Procurador Geral do Município, Sr. Rúsvel Beltrame Rocha
E-mail: rusvelb@pbh.gov.br



7.2. As comunicações referentes a esta Escritura serão consideradas entregues: (i) no momento da entrega, se entregues pessoalmente; (ii) no momento em que recebidas, se enviadas por correio, com Aviso de Recebimento (AR); e (iii) se por e-mail, após confirmação da transmissão feita por notificação de recebimento.

CLÁUSULA OITAVA – DECLARAÇÕES

Registro de Títulos e Documentos

4º Ofício - RJ

Anexo ao Documento Arquivado

8.1. A Emissora declara e garante, nesta data, que:

(a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;

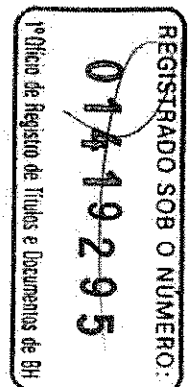
(b) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem seu Estatuto Social, disposição legal, contrato ou instrumento dos quais seja parte, ou qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que lhe são aplicáveis; e não resultarão em vencimento antecipado de obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos, ou na criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora;

(c) nenhum registro perante a, consentimento por, autorização por, aprovação por, licença ou ordem de qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures Subordinadas, ou para a realização da Emissão Privada, exceto por aqueles mencionados nesta Escritura;

(d) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos, agências, comissões e demais autoridades governamentais aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por descumprimentos que não possam lhe causar um efeito adverso relevante;

(e) pelo conhecimento da Emissora, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação relevante, capaz de prejudicar o normal desenvolvimento das atividades da Emissora, pendente ou iminente envolvendo a Emissora perante qualquer tribunal, órgão, agência, comissão ou outra autoridade governamental;

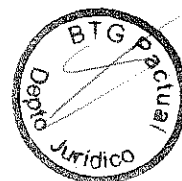
(f) a Emissora está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura, a emitir as Debêntures Subordinadas e a cumprir suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto.



54/163

(g) esta Escritura constitui obrigação legal, válida, vinculante da Emissora, exequível de acordo com seus termos e condições; e

(h) seus representantes legais que assinam a Escritura têm poderes estatutários ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor.



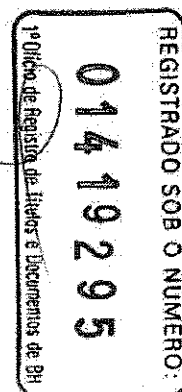
8.1.1. A Emissora obriga-se a informar imediatamente ao Debenturista e ao Coordenador Líder, no endereço constante da Escritura das Debêntures com Garantia Real, caso qualquer das declarações acima prestadas deixe de ser verdadeira.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio pelas Partes em razão de qualquer inadimplemento das obrigações pela Parte inadimplente, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.



9.2. Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.



9.3. Esta Escritura constitui título executivo extrajudicial nos termos artigo 585, incisos I e II, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 ("Código de Processo Civil"), respectivamente. As Partes reconhecem desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis e de outros direitos das Partes sob esta Escritura, outros documentos firmados pelas Partes e/ou a legislação aplicável, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 461, 461-A, 466-A, 466-B e 466-C do Código de Processo Civil e demais legislação aplicável.

9.4. Todas e quaisquer despesas incorridas com a Emissão Privada ou com a execução de valores devidos nos termos desta Escritura, incluindo publicações, inscrições, registros e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures Subordinadas, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora, excetuadas as despesas de responsabilidade do Banco BTG Pactual S.A. previstas no Contrato de Prestação de Serviços de assessoria financeira para a estruturação, emissão e distribuição pública de valores mobiliários celebrado entre a PBH ATIVOS e o Banco BTG Pactual S.A. (Processo nº. 01.009.558.13.48.).

55/163

Versão para Assinatura

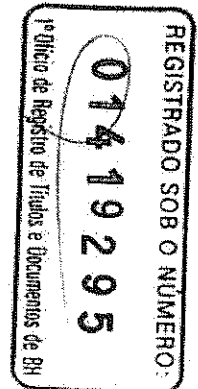
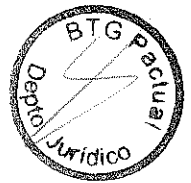
9.5. Os termos utilizados nesta Escritura, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam diversamente definidos na Escritura, terão os significados que lhes são atribuídos no Contrato de Cessão Onerosa ou na Escritura das Debêntures com Garantia Real.

CLÁUSULA DÉCIMA— LEI APLICÁVEL E FORO

10.1. Esta Escritura será regida por, e interpretada de acordo com, as leis da República Federativa do Brasil. As Partes elegem o foro da comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para dirimir quaisquer controvérsias relativas a esta Escritura.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam as Partes a presente Escritura, em 5 (cinco) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Belo Horizonte, 10 de janeiro de 2014.



Versão para Assinatura

Registro de Títulos e Documentos

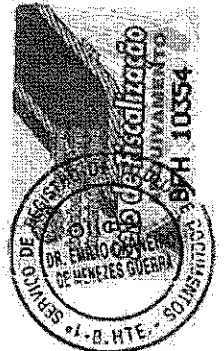
4º Ofício - RJ

Anexo ao Documento Arquivado



ANEXO H
MINUTA DA ESCRITURA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES
COM GARANTIA REAL

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO,
SENDO A 1ª (PRIMEIRA) PÚBLICA, DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE
ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE
COLOCAÇÃO, DA PBH ATIVOS S.A.



ENTRE

PBH ATIVOS S.A.
(Emissora)

E

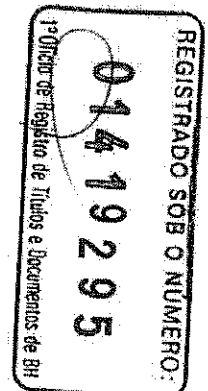
PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
(Agente Fiduciário)

E, NA QUALIDADE DE INTERVENIENTES ANUENTES,

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE BELO HORIZONTE

E

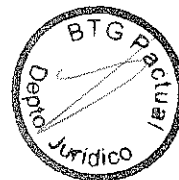
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE



|•| DE |•| DE 2014

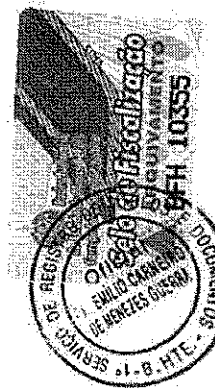
57/163

Versão para Assinatura



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO, SENDO A 1ª (PRIMEIRA) PÚBLICA, DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA PBH ATIVOS S.A.

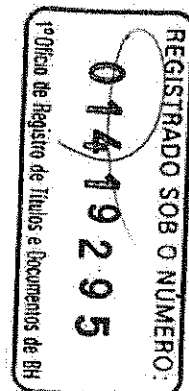
São partes neste "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão, sendo a 1ª (Primeira) Pública, de Debêntures Simples, Com Garantia Real, Em Série Única, Para Distribuição Pública, Com Esforços Restritos de Colocação, da PBH ATIVOS S.A. ("Escritura"):



- I. como emissora e ofertante das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real representada por cessão fiduciária de direitos creditórios, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), objeto desta Escritura ("Debêntures"):

PBH ATIVOS S.A., sociedade de economia mista, sem registro de companhia aberta perante a CVM, estabelecida na Avenida Afonso Pena, nº 774, Bairro Centro, CEP 30.130-003 – Belo Horizonte, MG, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.593.766/0001-79, neste ato representada por seu Diretor Presidente Sr. Edson Ronaldo Nascimento, brasileiro, casado, economista, portador do RG nº 8.020.876.481 (SSP/RS) e inscrito no CPF/MF sob o nº 362.453.050-04 ("Emissora" ou "PBH ATIVOS");

- II. como agente fiduciário, nomeado, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e posteriores alterações ("Lei das Sociedades por Ações"), nesta Escritura, e nela interveniente, representando a comunhão dos titulares das Debêntures ("Debenturistas"):



PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4200, sala 514, bloco 04, Bairro Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário");

E, ainda, como intervenientes anuentes:

- III. SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE BELO HORIZONTE, estabelecida na Rua Espírito Santo, nº 605, 5º andar, Centro, CEP 30.160.030, Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Finanças, Sr. Marcelo Piancastelli de Siqueira, brasileiro, divorciado, economista, portador do RG nº. 0976099 – MG e inscrito no CPF/MF sob o nº 125.350.606-04 ("SME"); e

58/163

IV. PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, estabelecida na Rua dos Timbiras, nº 628, Funcionários, CEP 30.140.060, município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, neste ato representada pelo Procurador-Geral do Município, Dr. Rúsvel Beltrame Rocha, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/MG sob o nº 65805 e no CPF/MF sob o nº 782.347.276-72 ("PGM" e, quando em conjunto com a SMF, a seguir referidos simplesmente como "Intervenientes Amantes");

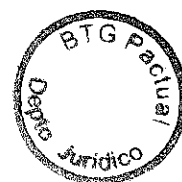
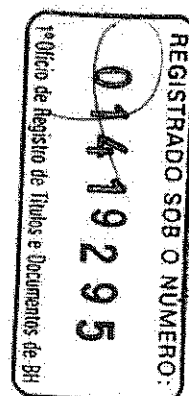
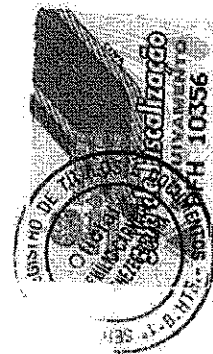
CONSIDERANDO QUE:

(a) O Município de Belo Horizonte ("Município") instituiu um programa de parcelamento de certos créditos tributários ou não tributários vencidos ao qual o contribuinte ou sujeito passivo de tais débitos ("Contribuinte") poderia aderir, por meio de procedimentos administrativos ou judiciais de parcelamento ("Procedimentos Administrativos ou Judiciais" e "Parcelamentos", respectivamente);

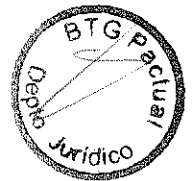
(b) o Município foi autorizado, por força da Lei Municipal nº 10.003 de 25 de novembro de 2010 ("Lei Municipal 10.003/10") e da Lei Municipal 7.932 de 30 de dezembro de 1999, conforme alterada ("Lei Municipal 7.932/99"), a ceder à PBH ATIVOS, a título oneroso, direitos de crédito autônomos para recebimento do fluxo de pagamentos decorrente dos créditos tributários ou não tributários vencidos e parcelados pelo Contribuinte através dos Parcelamentos, que se encontram ou não inscritos na dívida ativa do Município ("Direitos de Crédito Autônomos" e "Créditos Tributários ou Não Tributários", respectivamente);

(c) O Município cedeu à Emissora os Direitos de Crédito Autônomos, de maneira a formar um conjunto de recebíveis determinado, identificados (i) por código fornecido pelo Município, por meio do qual seja identificado cada parcelamento ("Código Criptografado") e, também, (ii) devidamente relacionados e identificados em CD-ROM, devidamente numerado, identificado e sem possibilidade de editoração, entregue ao Banco BTG Pactual S.A. ("Custodiante"), sob dever de sigilo, que irá guardá-lo na qualidade de fiel depositário, conforme termos e condições estabelecidos no Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças, firmado entre o Município, a Emissora, o Custodiante e o Agente Fiduciário com a interveniência da SMF, da PGM e da Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte S/A – PRODABEL ("PRODABEL"), celebrado em 10 de janeiro de 2014 ("Contrato de Cessão Onerosa");

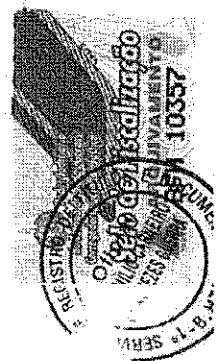
(d) As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476 mediante coordenação do Banco BTG Pactual S.A., instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários ("BTG Pactual" ou "Coordenador Líder"), nos termos do Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição da Segunda Emissão, Sendo a Primeira Pública, de Debêntures



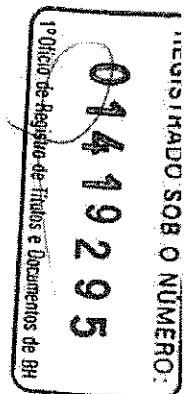
Simple, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da PBH ATIVOS S.A, celebrado em [•] entre a Emissora e o Coordenador Líder, tendo a SMF e a PGM como intervenientes anuentes ("Contrato de Distribuição");



(e) Os recursos decorrentes dos recebimentos dos Direitos de Crédito Autônomos e os demais Créditos Cedidos Fiduciariamente (conforme definido abaixo) serão depositados e transitarão pelas Contas Vinculadas, nos termos do Contrato de Cessão Onerosa, bem como do Contrato de Custódia de Recursos Financeiros e de Administração de Contas Vinculadas, celebrado em [•], entre a Emissora, o Município, o Agente Fiduciário e o Banco do Brasil S.A. ("Banco Centralizador"), e na qualidade de intervenientes anuentes, a PGM, a SMF e a PRODABEL ("Contrato de Administração de Contas"), sendo que os Créditos Cedidos Fiduciariamente (conforme definido na Cláusula 6.24.1 abaixo) serão cedidos fiduciariamente como garantia real ao cumprimento de todas as obrigações relativas às Debêntures, na forma prevista na Cláusula 6.24 abaixo;



(f) A constituição da cessão fiduciária anteriormente mencionada será formalizada por meio da assinatura do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receita e Outras Avenças da PBH ATIVOS S.A., a ser celebrado nesta data entre a Emissora e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos titulares das Debêntures ("Debenturistas"), tendo a SMF e a PGM como intervenientes anuentes ("Contrato de Cessão Fiduciária" e, em conjunto com o Contrato de Administração de Contas, os "Contratos de Garantia"); e



(g) Foram emitidas em [•], pela Emissora, debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, de forma privada, as quais foram totalmente subscritas pelo Município, e integralizadas mediante a cessão dos Direitos de Crédito Autônomos ("Debêntures Subordinadas");

(h) Os recursos obtidos com a Emissão das Debêntures serão parcialmente utilizados para amortização das Debêntures Subordinadas, nos termos da Cláusula 4.1 abaixo;

ISTO POSTO, vem as partes por esta e na melhor forma do direito firmar a presente Escritura, contendo as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I DAS AUTORIZAÇÕES

1.1. A Escritura é firmada com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada 12 de dezembro de 2013 ("AGE"), nas deliberações da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 12 de dezembro de 2013 ("RCA"), e nas deliberações da Reunião do Conselho Fiscal da Emissora realizada em 12 de dezembro de 2013 ("RCF"), nas quais foram (i) deliberadas e aprovadas a Emissão (conforme definido abaixo), bem como seus termos e condições; (ii) deliberadas e aprovadas a constituição da cessão

60/163

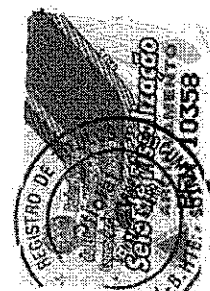
[Handwritten signatures and initials]

fiduciária sobre os Créditos Cedidos Fiduciariamente; e (iii) no caso da AGE, deliberada e aprovada a autorização à Diretoria da Emissora para (a) efetivar a emissão das Debêntures ("Emissão") para distribuição pública com esforços restritos de colocação; (b) contratar o Coordenador Líder para proceder à colocação pública das Debêntures junto ao mercado; e (c) formalizar os documentos necessários, incluindo, mas não se limitando, aos contratos aplicáveis para efetivação da Emissão, em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações" ou "LSA").



CLÁUSULA II DOS REQUISITOS

A Emissão das Debêntures e a oferta pública de distribuição das Debêntures com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476 ("Oferta"), serão realizadas com a observância dos seguintes requisitos:

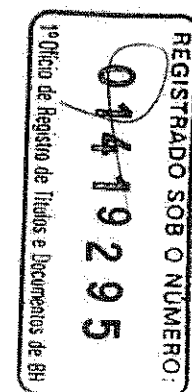


2.1. Arquivamento e Publicação das Deliberações Societárias

2.1.1 A ata da AGE foi devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG") em 26 de dezembro de 2013 e publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais ("DOEMG") da edição do dia 08 de janeiro de 2014, e no jornal Diário do Comércio ("Diário do Comércio" e, em conjunto com o DOEMG, os "Jornais de Publicação") da edição do dia 08 de janeiro de 2014, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2. A ata da RCA foi devidamente registrada na JUCEMG em 26 de dezembro de 2013 e publicada no DOEMG da edição do dia 08 de janeiro de 2014, e no Diário do Comércio da edição do dia 08 de janeiro de 2014, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.3. Os atos societários relacionados à Emissão e à realização da Oferta que, eventualmente, venham a ser praticados após o registro da presente Escritura também serão, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, protocolados para registro na JUCEMG em até 3 (três) Dias Úteis contados da data de sua assinatura e devidamente publicados nos Jornais de Publicação conforme previsto nesta Escritura.



2.2 Registro da Escritura e dos Contratos de Garantia

2.2.1. A Escritura, devidamente firmada pela Emissora, pelo Agente Fiduciário e pelos Intervenientes Anuentes, seus anexos e respectivos aditamentos serão registrados na JUCEMG. Para este fim, fica a Emissora obrigada a:

(i) efetuar o protocolo da Escritura para registro na JUCEMG no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data de sua assinatura, encaminhando ao Agente Fiduciário a evidência de protocolo ao final de tal prazo; e

61/163

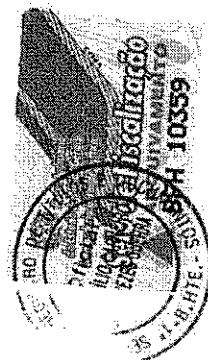


(ii) entregar ao Agente Fiduciário uma via original desta Escritura, devidamente registrada perante a JUCEMG, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data de seu efetivo registro.

2.2.2. Os Contratos de Garantia e seus eventuais aditamentos serão registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e, no caso do Contrato de Administração de Contas, também no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Brasília, Distrito Federal ("Cartórios de Registro de Títulos e Documentos"), na forma prevista nos artigos 129 e 130 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973 ("Lei de Registros Públicos") e conforme especificado em cada um dos Contratos de Garantia. Para este fim, fica a Emissora obrigada a:

(i) efetuar o protocolo de cada um dos Contratos de Garantia para registro nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, conforme aplicável, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contado de sua respectiva assinatura, encaminhando ao Agente Fiduciário a evidência de cada protocolo ao final de tal prazo; e

(ii) entregar ao Agente Fiduciário uma cópia de cada Contrato de Garantia com evidência de registro em cada um dos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, conforme aplicável, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados de cada registro. A garantia real em questão somente se encontrará formalizada e constituída em favor dos Debenturistas após o devido arquivamento dos Contratos de Garantia nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos acima mencionados.



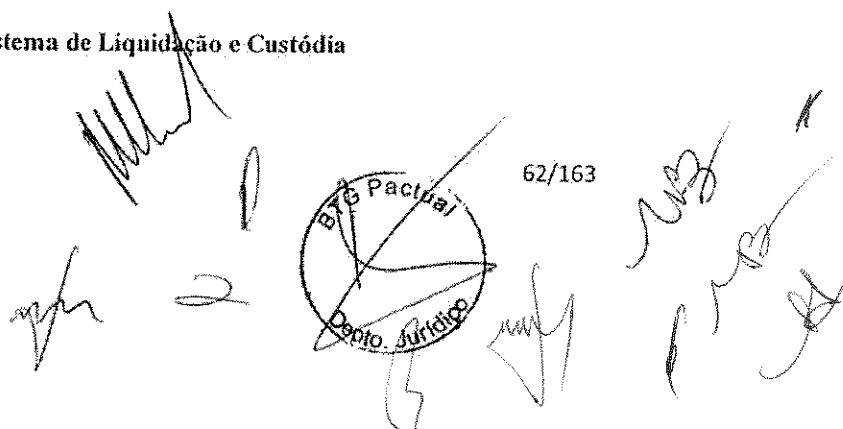
2.3. Registro na CVM e na ANBIMA

2.3.1. Dispensa automática do registro na CVM e na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais ("ANBIMA")

2.3.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, ressalvado o envio de comunicação de encerramento da oferta pública à CVM, nos termos do Artigo 8º da Instrução CVM 476.

2.3.1.2. A Oferta não será registrada na ANBIMA por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação, estando, portanto, automaticamente dispensada de registro, nos termos do artigo 25, §1º do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

2.4. Registro e Negociação em Sistema de Liquidação e Custódia





2.4.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário, respectivamente, por meio do DDA – Sistema de Distribuição de Ativos (“DDA”), administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”), sendo a distribuição liquidada por meio da BM&FBOVESPA. A negociação no mercado secundário será feita por meio do Sistema Soma Fix (“SOMAFIX”), administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA.

2.5. Parecer Favorável da PGM

2.5.1. A PGM deverá ter emitido parecer favorável às operações contempladas no Contrato de Cessão Onerosa, especialmente e sem limitação à cessão dos Direitos de Crédito Autônomos, em termos satisfatórios ao Coordenador Líder.

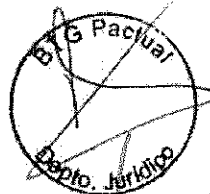
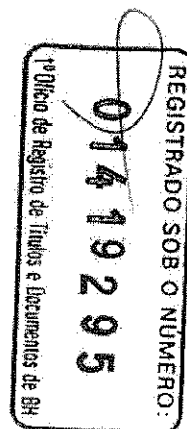
2.6. Abertura e operacionalidade das Contas Vinculadas

2.6.1. As Contas Vinculadas (conforme definido abaixo) deverão estar abertas e em pleno funcionamento, conforme disposto nesta Escritura e no Contrato de Administração de Contas.

CLÁUSULA III

OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

3.1. A Emissora tem por objeto social: a) titular, administrar e explorar economicamente ativos municipais; b) auxiliar o Tesouro municipal na captação de recursos financeiros, podendo, para tanto, colocar no mercado obrigações de emissão própria, receber, adquirir, alienar e dar em garantia ativos, créditos, títulos e valores mobiliários da companhia; c) estruturar e implementar operações que visem à obtenção de recursos junto ao mercado de capitais; d) auxiliar o Município na realização de investimentos em infraestrutura e nos serviços públicos municipais em geral; e) conservar, manter, reformar ou ampliar seus bens, em especial aqueles recebidos do Município em aporte de capital e aqueles locados para uso da Administração Municipal; f) auxiliar o Município em projetos de concessão ou de parceria público-privada, podendo, para tanto, dar garantias ou assumir obrigações; g) licitar ou realizar obras mediante celebração de convênio ou contrato com órgãos ou entidades da Administração Direta ou Indireta do Município; h) auxiliar, gerenciar ou realizar obras licitadas por outros órgãos ou entidades da administração direta e indireta do Município, nas quais, sempre que possível, venha a ter ganho econômico; i) custear obras licitadas por outros órgãos ou entidades da Administração Direta e Indireta do Município; j) participar de outras sociedades cujo objetivo social seja compatível com suas finalidades; l) captar recursos ou estruturar operações que possibilitem a quitação, o refinanciamento, a redução do montante ou a diminuição dos encargos da dívida pública do Município; m) realizar quaisquer atividades que sirvam de instrumento para a conquista dos objetivos enunciados nos incisos anteriores.



CLÁUSULA IV
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Registro de Títulos e Documentos
4º Ofício - RJ

Anexo ao Documento Arquivado



4.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Emissão das Debêntures, depositados na Conta de Livre Movimentação, serão utilizados em 90% (noventa por cento) para a amortização programada extraordinária das Debêntures Subordinadas. O saldo será destinado pela Emissora para o cumprimento de obrigações corporativas diversas.

CLÁUSULA V
DAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

5.1. *Colocação.* As Debêntures serão objeto de oferta pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme de colocação prestada pelo Coordenador Líder, nos termos do Contrato de Distribuição, com intermediação do Coordenador Líder, tendo como público alvo investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 e do artigo 109 da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Investidores Qualificados").

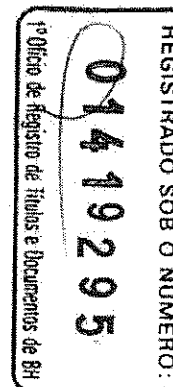
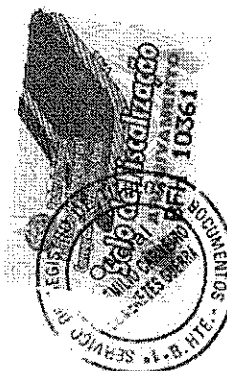
5.1.1. O Coordenador Líder será responsável pela estruturação e coordenação da Oferta, e o plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 ("Plano de Distribuição"). Com o acompanhamento da Emissora, o Coordenador Líder realizará a coleta de intenção de investidores junto a Investidores Qualificados para verificação da demanda pelas Debêntures, em observância às disposições de ofertas públicas com esforços restritos de colocação da Instrução CVM 476 ("Procedimento de Bookbuilding").

5.1.2. Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar até, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição das Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, nos termos da Instrução CVM 476.

5.2. *Prazo e Forma de Subscrição.* A subscrição das Debêntures está condicionada à verificação, pelo Coordenador Líder, do integral cumprimento dos requisitos constantes da Cláusula II acima e daqueles previstos no Contrato de Distribuição.

5.2.1. As Debêntures serão subscritas à vista, em moeda corrente nacional, a qualquer tempo, observado o disposto no artigo 8º, §2º, da Instrução CVM 476.

5.2.2. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando, dentre outros, estar cientes de que (i) a Oferta não foi registrada perante a CVM e a ANBIMA; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura.



5.2.3. Não será concedido qualquer tipo de desconto aos interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta, bem como não existirá reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

5.2.4. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez, tampouco será celebrado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado, ainda, contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

5.3. *Preço de Integralização.* As Debêntures serão integralizadas em uma única data, no ato da subscrição, pelo seu Valor Nominal Unitário (conforme definido abaixo), acrescido da Remuneração e da Atualização Monetária (conforme definidos abaixo), calculadas *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data de integralização, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis da BM&FBOVESPA.

5.4. *Negociação.* As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do SOMAFIX. As Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados e depois de decorridos 90 (noventa) dias da data da respectiva subscrição ou aquisição, pelo Investidor Qualificado, observado o disposto nos artigos 13 e 15, e o cumprimento pela Emissora das obrigações definidas no artigo 17, todos da Instrução CVM 476.

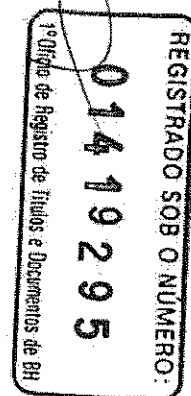
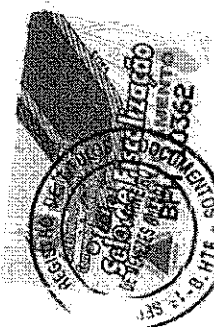
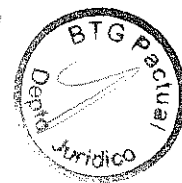
5.5. *Dos Fatores de Risco.*

Antes de tomar uma decisão de investimento nas Debêntures a serem ofertadas no âmbito da Oferta, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de sua situação financeira e objetivos de investimento, bem como com o auxílio de seus assessores legais, contábeis e financeiros, os fatores de risco descritos nesta seção, os quais não são exaustivos, sendo que outros eventos não descritos nesta Escritura poderão afetar os direitos, garantias e prerrogativas dos Debenturistas. Caso qualquer dos riscos e incertezas aqui descritos efetivamente ocorra, a situação financeira da Emissora e a amortização e o resgate das Debêntures poderão ser afetados de forma adversa. Consequentemente, o investidor poderá perder todo ou parte substancial de seu investimento nas Debêntures. Riscos adicionais não descritos nesta Escritura atualmente desconhecidos ou considerados irrelevantes pela Emissora também poderão prejudicar seu fluxo de caixa e impactar o pagamento das Debêntures pela Emissora. Os fatores de risco refletem a situação atual da Emissora.

Riscos Relacionados à Oferta

Possibilidade de Vencimento Antecipado

Esta Escritura estabelece hipóteses que ensejam o vencimento antecipado (automático ou não) das obrigações assumidas pela Emissora com relação às Debêntures. Não há garantias de que a



Versão para Assinatura

Emissora disporá de recursos suficientes para fazer face ao pagamento das Debêntures na hipótese de ocorrência de vencimento antecipado de suas obrigações, hipótese, na qual a Emissora poderá sofrer um impacto negativo relevante em seu fluxo de caixa.

Eventual Rebaixamento na Classificação de Risco das Debêntures e Redução de sua Liquidez no Mercado Secundário

A classificação de risco atribuída à presente Emissão baseou-se na atual condição da Emissora. Não existe garantia de que a classificação de risco permanecerá inalterada durante a vigência das Debêntures. Caso a classificação de risco seja rebaixada, a Emissora poderá encontrar dificuldades em realizar outras emissões de títulos e valores mobiliários, assim como os Debenturistas poderão ter prejuízo caso optem pela venda das Debêntures no mercado secundário. Não há qualquer garantia de que a classificação de risco outorgada pela agência classificadora mantenha-se inalterada enquanto existirem Debêntures em Circulação.

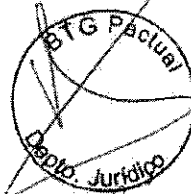
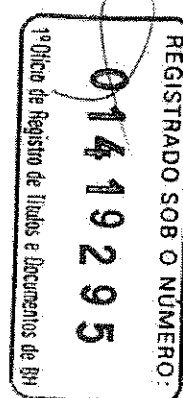
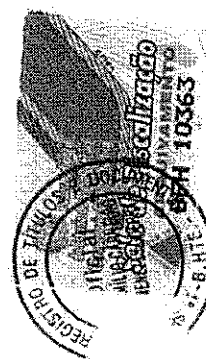
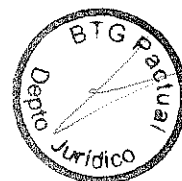
Para se realizar uma classificação de risco, certos fatores relativos à Emissora são levados em consideração, tais como sua condição financeira, administração e desempenho. São analisadas, também, características das próprias emissões e dos valores mobiliários, assim como as obrigações assumidas pela Emissora e os fatores político-econômicos que podem afetar a condição financeira da Emissora. Dessa forma, as avaliações representam uma opinião quanto às condições da Emissora de honrar seus compromissos financeiros, tais como pagamento do principal e juros no prazo estipulado. Um eventual rebaixamento em classificações de risco obtidas com relação à Oferta durante a vigência das Debêntures poderá afetar negativamente o preço das Debêntures e sua negociação no mercado secundário.

Adicionalmente, alguns dos principais investidores que adquirem valores mobiliários por meio de ofertas públicas no Brasil estão sujeitos a regulamentações específicas que condicionam seus investimentos em valores mobiliários a determinadas classificações de risco. Assim, o rebaixamento de classificações de risco das Debêntures pode obrigar esses investidores a alienar seus valores mobiliários no mercado secundário, o que poderá impactar negativamente o valor das Debêntures.

Baixa Liquidez do Mercado Secundário Brasileiro de Debêntures

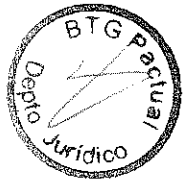
A Oferta será destinada exclusivamente a Investidores Qualificados e, não obstante a Oferta ser apresentada a, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, as Debêntures somente poderão ser subscritas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, conforme disposto no artigo 3º da Instrução CVM nº 476/09, o que poderá prejudicar sua liquidez no mercado secundário.

Adicionalmente, o mercado secundário existente no Brasil para negociação das Debêntures a serem emitidas no âmbito da Oferta apresenta historicamente baixa liquidez.



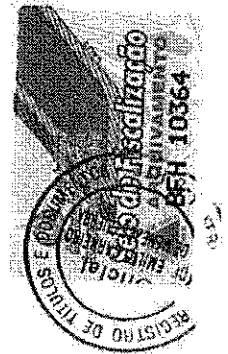
Versão para Assinatura

Ademais, as Debêntures somente poderão ser negociadas pelos subscritores depois de decorridos 90 (noventa) dias da respectiva subscrição e entre Investidores Qualificados, nos termos do artigo 13 da Instrução CVM nº 476/09. Não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação desses valores mobiliários que possibilite aos subscritores desses títulos sua alienação caso estes assim decidam. Dessa forma, os titulares de Debêntures emitidas no âmbito da Oferta podem ter dificuldade em alienar as Debêntures no mercado secundário.



Vencimento Antecipado das Debêntures na Hipótese de Impossibilidade de Substituição do IPCA

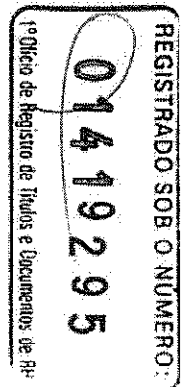
As Debêntures poderão ser objeto de vencimento antecipado em caso de impossibilidade de substituição do IPCA, nos termos dos itens 6.13.10, 6.13.11 e 9.1 (x) (ii) desta Escritura, sem que a Emissora e os Debenturistas consigam determinar um índice substitutivo para as Debêntures. Os adquirentes das Debêntures poderão não obter o retorno financeiro esperado na aquisição das Debêntures em decorrência de tal evento de vencimento antecipado, não havendo qualquer garantia de que existirão, no momento do vencimento antecipado, outros ativos no mercado de risco e retorno semelhantes às Debêntures. Além disso, a atual legislação tributária referente ao imposto de renda determina alíquotas diferenciadas em decorrência do prazo de aplicação, o que poderá implicar em uma alíquota superior àquela aplicada caso as Debêntures fossem liquidadas apenas na data de seu vencimento.



Inexistência de Garantias de Terceiros

As Debêntures não contam com a garantia do Município, do Banco Centralizador, do Coordenador Líder, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC ou de qualquer outro mecanismo de seguro.

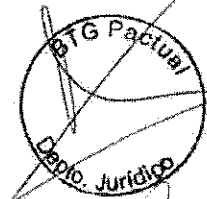
Riscos Relativos aos Direitos de Crédito Autônomo e ao Processo de Securitização



Mudança Legislativa

Os procedimentos que amparam a realização dos negócios jurídicos vinculados, direta e indiretamente, à Emissão das Debêntures encontram-se consubstanciados em legislação complementar federal e municipal. Eventuais alterações nos respectivos normativos poderão afetar, negativamente, a solvência dos Direitos de Crédito Autônomos de titularidade da Emissora. Tal evento poderá afetar a capacidade econômico-financeira da Emissora para honrar as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, nos termos e nas condições definidos nesta Escritura.

Ausência de Garantia de Pagamento ou de Cobrigação na Cessão dos Direitos de Créditos Autônomos





A cessão, pelo Município à Emissora, dos Direitos de Créditos Autônomos, realizada nos termos da Lei Municipal 7.932/99 e do Contrato de Cessão Onerosa, foi realizada sem coobrigação, garantia de cumprimento ou direito de regresso contra o Município. O Município não responde pela solvência dos Contribuintes, nem assegura ou, por qualquer forma, se responsabiliza pela liquidação dos Direitos de Crédito Autônomos cedidos.

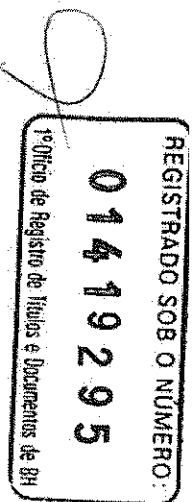
Competência de Cobrança

Nos termos da legislação vigente e da Lei Municipal 7.932/99, que autorizou a Cessão dos Direitos de Crédito Autônomos, a cobrança administrativa e judicial dos Direitos de Crédito Autônomos será de responsabilidade do Município, por meio da SMF e da PGM, no âmbito de suas respectivas competências. A Emissora não goza das garantias e privilégios da SMF e da PGM e, desta forma, não poderá cobrar diretamente os Direitos de Crédito Autônomos cedidos pelo Município. Além disso, os Contribuintes poderão questionar a legitimidade da Emissora para cobrar diretamente e em nome próprio os Direitos de Crédito Autônomos a esta cedidos pelo Município, caso esta venha a realizar qualquer procedimento neste sentido. Tal evento poderá afetar, negativamente, a solvência da Emissora e sua capacidade econômico-financeira para honrar suas obrigações pecuniárias relativas às Debêntures.



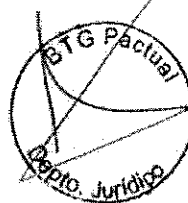
Ausência de Notificação aos Contribuintes

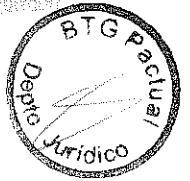
A cessão dos Direitos de Crédito Autônomos objeto do Contrato de Cessão Onerosa não foi objeto de notificação prévia aos Contribuintes contendo instruções para que estes efetuem o pagamento dos valores devidos diretamente à Emissora. Caso os procedimentos de recebimento e transferência de valores definidos no Contrato de Cessão Onerosa venham a ser interrompidos ou prejudicados, os Contribuintes não estarão obrigados a realizar qualquer pagamento com relação aos Direitos de Crédito Autônomos cedidos diretamente à Emissora.



Identificação dos Direitos de Crédito Autônomos por Código Criptografado

Os Direitos de Crédito Autônomos serão identificados em anexos específicos do Boletim de Subscrição e do Termo de Cessão dos Direitos de Crédito Autônomos, por Código Criptografado gerado pelo Município e vinculado a cada Parcelamento, de modo a manter o sigilo do nome dos Contribuintes. De acordo com o Contrato de Cessão Onerosa e do Contrato de Cessão Fiduciária a serem firmados previamente à subscrição e integralização das Debêntures, o Município entregará ao Custodiante, na qualidade de fiel depositário, sob dever de sigilo, CD-ROM, devidamente numerado e identificado, sem a possibilidade de editoração, contendo informações que permitam a individualização e identificação dos Direitos de Crédito Autônomos cedidos à Emissora e onerados em favor do Agente Fiduciário, atuando em nome dos Debenturistas. A Emissora e/ou o Agente Fiduciário somente poderão ter acesso às informações contidas no CD-ROM para fazer prova em juízo ou no curso de procedimento administrativo devidamente instaurado, quando isso for estritamente necessário à defesa dos



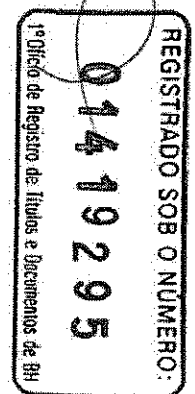
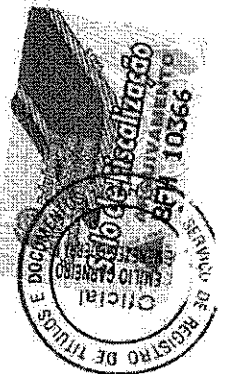


direitos, das garantias e das prerrogativas da Emissora e/ou dos titulares das Debêntures, ou, ainda, para atender requisição de autoridade competente que tenha instaurado procedimento administrativo ou ação judicial em face da Emissora ou do Agente Fiduciário. Neste caso, caberá ao Custodiante providenciar o depósito do CD-ROM perante a autoridade administrativa ou judicial encarregada da ação judicial e/ou procedimento administrativo, sem necessidade de consultar o Município. Caso a Emissora e/ou o Agente Fiduciário, por qualquer motivo, não tenham acesso às informações contidas no CD-ROM, tal fato poderá prejudicar a defesa, pela Emissora e pelos Debenturistas, por meio do Agente Fiduciário, de seus respectivos direitos, garantias e prerrogativas definidos nesta Escritura e nos demais Documentos da Operação.

A cessão dos Direitos de Créditos Autônomos e sua oneração em favor do Agente Fiduciário poderão ter a sua existência, validade e eficácia prejudicada, caso, por qualquer motivo, o respectivo interessado não possa ter acesso às informações contidas nos CD-ROM.

Eventos de Indenização

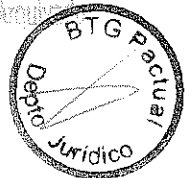
Observado o disposto no Contrato de Cessão Onerosa, o Município obriga-se a indenizar a Emissora, exclusivamente pelo valor que a Emissora deixou de receber por conta dos Direitos de Crédito Autônomos cedidos, caso ocorram quaisquer dos seguintes eventos: (i) a adoção de qualquer ato comissivo ou omissivo de que resulte a extinção total ou parcial dos Direitos de Crédito Autônomos, incluindo, mas não se limitando, a qualquer tipo de anistia, remissão de dívida, compensação, dação em pagamento ou qualquer outro ato ou negócio jurídico que possa, de qualquer forma, liquidar ou extinguir, no todo ou em parte, as dívidas dos Contribuintes consubstanciadas nos Créditos Tributários ou Não Tributários de cujo recebimento depende os Direitos de Crédito Autônomos; (ii) a implementação de qualquer parcelamento ou incentivo que seja, de qualquer forma, mais vantajoso ao Contribuinte do que o Parcelamento dos Créditos Tributários ou Não Tributários e que ocasione redução do valor do Direito de Crédito Autônomo e/ou aumente os prazos para seu pagamento, considerando-se os cálculos de projeção realizados pelo Agente Fiduciário; (iii) a alteração do atual programa de Parcelamento e que ocasione redução do valor do Direito de Crédito Autônomo e/ou aumente os prazos para o seu pagamento, considerando-se os cálculos de projeção realizados pelo Agente Fiduciário; ou (iv) a cessão de Direitos de Crédito Autônomos irregulares em violação ao disposto do artigo 295 da Lei nº 10.406/02 ("Eventos de Indenização"). A ocorrência de qualquer desses eventos afetará de forma negativa, no todo ou em parte, o fluxo de pagamento dos Direitos de Crédito Autônomos e, por consequência, o cumprimento das obrigações assumidas pela Cessionária perante os Debenturistas e contempladas na Escritura. Na ocorrência de um dos Eventos de Indenização ou quaisquer outros eventos similares que afetem o fluxo de recebimento dos Direitos de Crédito Autônomos, o Município deverá, no prazo de 30 (trinta) dias contado do recebimento da notificação enviada pelo Agente Fiduciário, pelo Coordenador da Oferta ou pela própria Emissora, o que ocorrer primeiro, indenizar a Emissora, mediante (i) a cessão de novos Direitos de Crédito Autônomos, ou (ii) a recompra dos Direitos de Crédito Autônomos afetados, por meio da cessão de novos Direitos de Crédito Autônomos; em qualquer hipótese objetivando



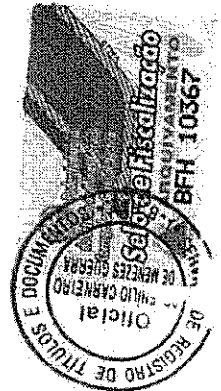
69/163



Versão para Assinatura

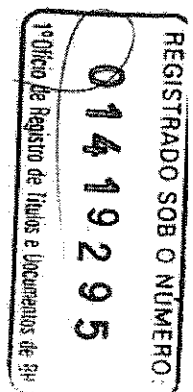


recompor o fluxo de pagamento dos Direitos de Crédito Autônomos como se não tivesse sido alterado por iniciativa do Município. Qualquer dos Eventos de Indenização acima previstos e/ou, sem limitação, o descumprimento pelo Município de sua obrigação de indenizar a Emissora, na forma prevista nos itens 11.1.1 e 11.1.2 do Contrato de Cessão Onerosa, poderá afetar, negativamente, a solvência da Emissora e sua capacidade econômico-financeira para honrar suas obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, observados os termos e as condições definidos nesta Escritura, bem como poderá ensejar a declaração do vencimento antecipado das Debêntures. Caso o Município deixe de recompor os Direitos de Créditos Autônomos à Emissora em razão da ocorrência de qualquer dos eventos acima referidos, seja pela impossibilidade de substituição ou recompra dos Direitos de Crédito Autônomos, os pagamentos serão feitos, após a tramitação dos competentes procedimentos legais e trânsito em julgado das respectivas decisões judiciais por meio da emissão de precatórios. Ademais, a necessidade de recorrer ao Poder Judiciário poderá afetar, negativamente, a capacidade da Emissora de honrar as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, nos termos e nas condições definidos nesta Escritura, sendo o prazo para a obtenção de uma decisão judicial, positiva ou negativa, incerto. Sem prejuízo do acima, o pagamento, pelo Município, em moeda corrente nacional, dos valores devidos à Emissora em razão da ocorrência de um Evento de Indenização e/ou em razão do descumprimento de qualquer outra obrigação específica assumida nos Documentos da Operação, poderá ser prejudicado caso se verifique a necessidade de existência de previsão orçamentária específica para a sua realização.



Inadimplência dos Devedores dos Direitos de Crédito Autônomos e Limite da Garantia

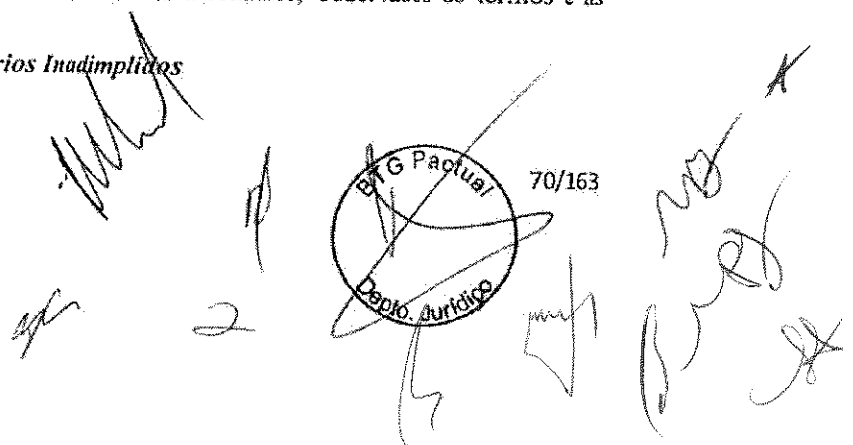
Na hipótese de ocorrer, por qualquer motivo, inclusive em função da deterioração do cenário macroeconômico no Brasil, aumento da inadimplência dos Direitos de Crédito Autônomos pelos Contribuintes, a capacidade econômico-financeira da Emissora para honrar suas obrigações pecuniárias relativas às Debêntures poderá ser comprometida. Ademais, os Direitos de Crédito Autônomos cedidos fiduciariamente em favor do Agente Fiduciário, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, poderão ser insuficientes para que a Emissora liquide tempestivamente as suas obrigações decorrentes das Debêntures.



Compensação de Tributos

Os Contribuintes podem efetuar o pagamento dos Direitos de Crédito Autônomos por meio dos procedimentos de compensação de tributos previstos na legislação aplicável. A solvência da Emissora poderá ser comprometida caso um volume significativo de Direitos de Crédito Autônomos de titularidade da Emissora sejam liquidados por meio dos procedimentos de compensação. Tal evento poderá comprometer a capacidade econômico-financeira da Emissora para honrar suas obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, observados os termos e as condições definidos nesta Escritura.

Créditos Tributários ou Não Tributários Inadimplidos



O Parcelamento pode ser inadimplido pelos Contribuintes em hipóteses específicas previstas na legislação editada pelo Município de Belo Horizonte que regulamenta o programa de parcelamento. Neste caso, verificado o efetivo inadimplemento, haverá a recomposição do débito fiscal original, acrescido das multas originais e demais cominações. Nos termos do Contrato de Cessão Onerosa, os valores recebidos dos Contribuintes por conta de cada Crédito Tributário ou Não Tributário Inadimplido serão recebidos diretamente pelo Município para posterior repasse à Emissora através de depósito na Conta Centralizadora do Município, nos termos do Contrato de Cessão Onerosa. O descumprimento ou demora no cumprimento, pelo Município, de sua obrigação de repassar os recursos de titularidade da Emissora poderá afetar, negativamente, a solvência da Emissora e sua capacidade econômico-financeira para honrar suas obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, observados os termos e as condições definidos nesta Escritura, bem como poderá ensejar a declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

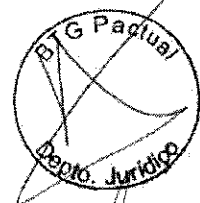
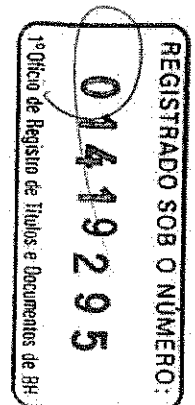
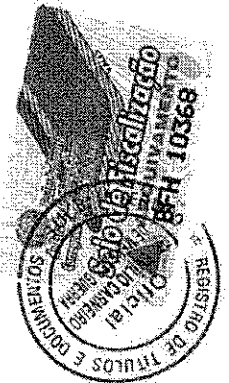
Adimplemento Contratual

A manutenção da boa ordem administrativa, legal e operacional dos mecanismos e procedimentos definidos nos Documentos da Operação por meio dos quais o Município cede Direitos de Créditos Autônomos à Emissora, e a Emissora emite as Debêntures Subordinadas e as Debêntures ("Processo de Securitização") encontra-se diretamente vinculada ao cumprimento, pelos signatários dos Documentos da Operação, de suas respectivas obrigações lá estabelecidas. Não há nenhuma garantia de que os signatários dos Documentos da Operação cumprirão com suas respectivas obrigações ou mesmo não contestarão, judicial ou administrativamente, a legalidade e/ou o caráter vinculativo das avenças contidas nos referidos instrumentos jurídicos. O descumprimento, pelos signatários dos Documentos da Operação, de suas respectivas obrigações, em conjunto ou separadamente, poderá afetar, negativamente, a solvência da Emissora e sua capacidade econômico-financeira para honrar suas obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, observados os termos e as condições definidos nesta Escritura, bem como poderá ensejar a declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

Exequibilidade Restrita por Força de Lei

A exequibilidade das Debêntures e/ou dos demais Documentos da Operação pode ser limitada por força de (i) disposições da legislação especial, incluindo a falimentar, que afete os direitos dos titulares das Debêntures; (ii) possível indisponibilidade de execução específica, tutela antecipada, procedimentos executivos ou outros recursos processuais assemelhados; e (iii) conceitos de onerosidade excessiva, desequilíbrio contratual, razoabilidade, função social do contrato e boa-fé.

Riscos Operacionais



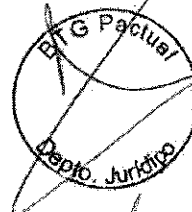
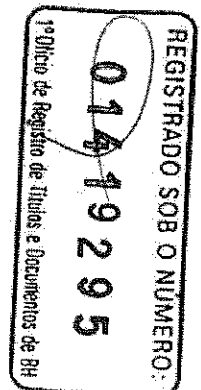
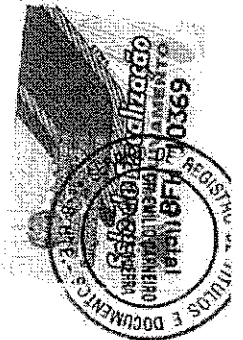
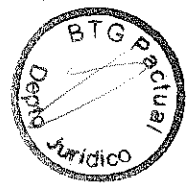
Há riscos operacionais relacionados ao desempenho pelo Município, pela SMF, pela PGM, pela PRODABEL, pelo Agente Fiduciário, por cada um dos Bancos Arrecadores, pelo Banco Centralizador e seus agentes de suas respectivas atribuições previstas nos respectivos Documentos da Operação, os quais poderão ocasionar prejuízos para a Emissora e/ou afetar a boa ordem das rotinas e procedimentos sob sua responsabilidade. O não processamento e encaminhamento de determinadas informações poderá resultar na interrupção dos procedimentos de transferência de valores e do fluxo de informações relativos aos valores arrecadados por meio de procedimentos de cobrança judicial e administrativa. A ocorrência de qualquer dos eventos acima referidos pode afetar, negativamente, a solvência da Emissora e sua capacidade econômico-financeira para honrar as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, nos termos e nas condições definidos nesta Escritura.

Procedimentos de Arrecadação e Transferência dos Recursos Relacionados aos Direitos de Crédito Autônomos de Titularidade da Emissora

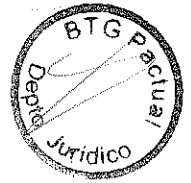
O Município, por intermédio da SMF, da PGM, do Banco Centralizador, da PRODABEL, e de cada uma das instituições financeiras listadas no Anexo I à esta Escritura ou de outras que venham a atuar como arrecadadores de recursos do Município ("Bancos Arrecadores"), é e será responsável pela manutenção dos serviços e rotinas necessários à gestão, à cobrança e ao recebimento dos Direitos de Crédito Autônomos cedidos à Emissora e pagos pelos Contribuintes. O Município, por intermédio da SMF e da PGM, obrigou-se, em caráter irrevogável e irretratável, perante a Emissora, a fazer com que os recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos sejam remetidos automaticamente e exclusivamente para a Conta Centralizadora do Município, para a Conta Centralizadora da Emissora ou para a Conta de Recebimento, conforme o caso, todas movimentáveis única e exclusivamente pelo Banco Centralizador, com autorização prévia do Agente Fiduciário, nos termos do Contrato de Administração de Contas. O Município e o Banco Centralizador obrigaram-se, em caráter irrevogável e irretratável, a segregar em seus sistemas de controle interno os Direitos de Crédito Autônomos, de forma que os referidos direitos sejam automaticamente identificados como cedidos em garantia em favor do Agente Fiduciário, agindo em favor dos Debenturistas.

Os recursos em trânsito decorrentes do pagamento dos Direitos de Crédito Autônomos, desde o seu recebimento pelos Bancos Arrecadores, sua transferência para o Banco Centralizador e crédito na Conta Centralizadora do Município, na Conta Centralizadora da Emissora ou na Conta de Recebimento, conforme o caso, poderão ser objeto de constrição judicial ou evento equivalente. A ocorrência de qualquer dos eventos acima referidos pode afetar, negativamente, a solvência da Emissora e sua capacidade econômico-financeira para honrar as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, nos termos e nas condições definidos nesta Escritura.

Posse dos valores de titularidade da Emissora pelos Bancos Arrecadores e pelo Banco Centralizador



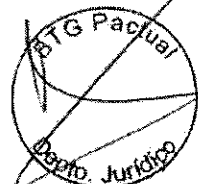
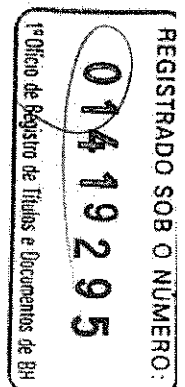
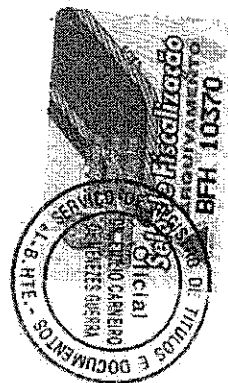
Versão para Assinatura



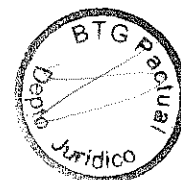
Na hipótese de decretação de intervenção, liquidação extrajudicial ou regime especial de administração temporária de qualquer dos Bancos Arrecadadores ou do Banco Centralizador, os recursos de titularidade da Emissora que se encontrem, a qualquer título, na posse de quaisquer das instituições financeiras acima referidas ou lhes sejam transferidos, poderão sujeitar-se a bloqueios cuja liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela Emissora e/ou, conforme o caso, pelo Agente Fiduciário. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos, sendo que tal fato poderá prejudicar o fluxo financeiro esperado pelos titulares das Debêntures com relação ao recebimento dos valores que lhes são devidos pela Emissora.

Descumprimento de obrigações e necessidade de recorrer ao Poder Judiciário

Na hipótese de necessidade de a Emissora e/ou o Agente Fiduciário precisarem recorrer ao Poder Judiciário, para defesa de seus direitos decorrentes do Contrato de Cessão Onerosa, desta Escritura e/ou dos demais Documentos da Operação, incluindo, mas não se limitando, a hipótese de não cumprimento voluntário de obrigação de indenizar, podem ser identificados os seguintes riscos: (a) o processo judicial brasileiro é sabidamente moroso, não sendo possível estabelecer com precisão o resultado e o tempo de duração de um processo judicial; (b) o descumprimento de obrigação pela Emissora, ainda que seja causa de vencimento antecipado das Debêntures, não é causa de vencimento antecipado dos Direitos de Crédito Autônomos cedidos fiduciariamente ao Agente Fiduciário em benefício dos titulares das Debêntures; (c) o Agente Fiduciário não tem legitimidade para cobrar diretamente dos Contribuintes os Direitos de Créditos Autônomos; e (d) na execução de quantia certa contra o Município, caso o Município deixe de pagar qualquer valor devido à Emissora em razão da ocorrência, por exemplo, de um Evento de Indenização, os pagamentos são feitos mediante requisição de pagamento pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, na ordem de apresentação dos precatórios. A necessidade de recorrer ao Poder Judiciário poderá afetar, negativamente, a capacidade da Emissora de honrar as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, sendo que tal fato poderá prejudicar o fluxo financeiro esperado pelos titulares das Debêntures com relação ao recebimento dos valores que lhes são devidos pela Emissora.



Versão para Assinatura

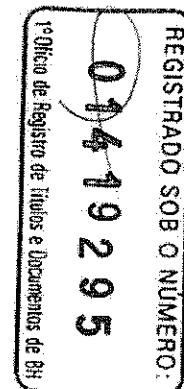
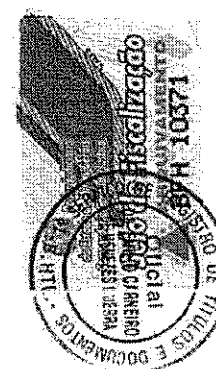


Reforço de Garantia Limitado

A Emissora não se encontra obrigada a promover o reforço da Garantia, mesmo na hipótese de os Direitos de Crédito Autônomos ali onerados encontrarem-se inadimplentes, deixarem, por qualquer motivo, de ser exigíveis, serem objeto de Eventos de Indenização ou tornarem-se insuficientes, inábeis, impróprios ou imprestáveis ao fim a que se destinam, sem prejuízo da prerrogativa da Emissora em proceder voluntariamente ao reforço da Garantia. Adicionalmente, cabe-se ressaltar que o Município, nos termos do Contrato de Cessão Onerosa, transferirá para a Emissora o estoque total de Direitos de Crédito Autônomos de sua titularidade e, consequentemente, não é possível prever qual o tempo necessário para que uma nova carteira de Direitos de Créditos Autônomos seja cedida à Emissora.

Possibilidade de Eventual Questionamento da Validade da Cessão dos Direitos de Crédito Autônomos à Emissora

O direito ao recebimento do fluxo financeiro oriundo dos Direitos de Crédito Autônomos cedidos à Emissora, nos termos do Contrato de Cessão Onerosa, poderá ser objeto de contestação judicial, extrajudicial ou administrativa, por parte dos respectivos Contribuintes e/ou quaisquer terceiros, o que, independentemente de alegação ou mérito, poderá eventualmente comprometer a liquidez e certeza do crédito tributário cujo fluxo financeiro decorrente dos Direitos de Crédito Autônomos tenha sido cedido. A validade da cessão dos Direitos de Crédito Autônomos pelo Município à Emissora poderá vir a ser questionada, administrativa ou judicialmente, por qualquer terceiro, inclusive por qualquer ente público ou pelo Município. A ocorrência de qualquer dos eventos acima referidos pode afetar, negativamente, a solvência da Emissora e sua capacidade econômico-financeira para honrar as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, nos termos e nas condições definidos nesta Escritura.

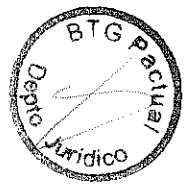


Concessão de dilações de prazo ou condições mais vantajosas para o pagamento dos Direitos de Crédito Autônomos pelo Município

O pagamento das Debêntures nos montantes e prazos previstos nesta Escritura poderá ser adversamente afetado caso o Município conceda aos Contribuintes dilações de prazo ou condições mais vantajosas para o pagamento de Direitos de Crédito Autônomos por esses devidos que resultem no alongamento do perfil de repagamento dos Direitos de Crédito Autônomos de titularidade da Emissora.

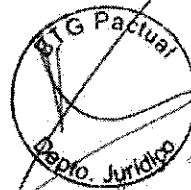
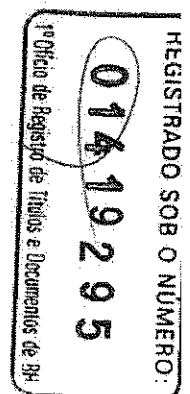
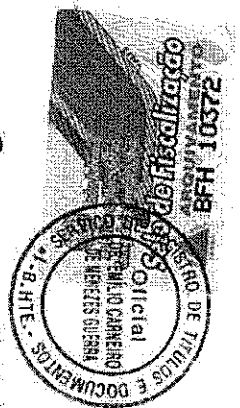
Para fins desta Escritura, o termo definido "Documentos da Operação" significa: (i) os Contratos da Emissão; (ii) os boletins de subscrição das Debêntures Subordinadas; (iii) o termo de cessão dos Direitos de Crédito Autônomos; (iv) os Contratos de Garantia; e (vi) a escritura de emissão das Debêntures Subordinadas.

Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page, including a circular stamp of BTG Pactual, Departamento Jurídico, and a rectangular stamp with the number 74/163.



CLÁUSULA VI
DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

- 6.1. *Número da Emissão.* As Debêntures representam a 2ª (segunda) emissão, sendo a 1ª (primeira) pública, de debêntures da Emissora.
- 6.2. *Valor Total da Emissão.* O valor total da Emissão será de R\$ [230.000.000,00 (duzentos e trinta milhões de reais)] na Data de Emissão (conforme definido abaixo).
- 6.3. *Quantidade.* Serão emitidas [2.300 (dois mil e trezentos)] Debêntures.
- 6.4. *Valor Nominal Unitário.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) na Data de Emissão, conforme definido abaixo ("Valor Nominal Unitário").
- 6.5. *Séries.* A Emissão será realizada em série única.
- 6.6. *Forma e Comprovação de Titularidade.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador (conforme definido na Cláusula 6.7 abaixo). Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na BMF&BOVESPA, esta expedirá extrato em nome do Debenturista, o qual servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.
- 6.7. *Escriturador Mandatário e Banco Liquidante.* A instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures é a ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64 ("Escriturador"). A instituição prestadora de serviços de banco liquidante das Debêntures é a ITAÚ UNIBANCO S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante").
- 6.8. *Conversibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.
- 6.9. *Espécie.* As Debêntures serão da espécie com garantia real, representada por cessão fiduciária dos Créditos Cédidos Fiduciariamente, conforme definido abaixo.
- 6.10. *Data de Emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de Emissão das Debêntures será [•] de [•] de 2014 ("Data de Emissão").



Versão para Assinatura

6.11. *Prazo e Data de Vencimento.* Observado o disposto nesta Escritura, o prazo das Debêntures será de 84 (oitenta e quatro) meses, contados da Data de Emissão, qual seja, [*] de [*] de 201[*] ("Data de Vencimento").

6.11.1. *Data de Aniversário.* É o dia de cada mês que ocorrerá a amortização, conforme datas definidas no cronograma de amortização constante do Anexo II à presente Escritura (cada uma, "Data de Aniversário").

6.12. *Amortização.* Para fins do cálculo de amortização e seu pagamento, os percentuais de amortização indicados no cronograma de amortização definido no Anexo II desta Escritura incidirão sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures na Data de Emissão, em cada mês, e serão atualizados pela Atualização Monetária e pela Remuneração desde a Data de Emissão até a respectiva data de amortização. As fórmulas do cálculo da Atualização Monetária e da Remuneração estabelecidos nos itens 6.13 e 6.14 a seguir, também são aplicáveis para o cálculo da amortização, onde VNe será substituído pelo PVu e PVu será calculado como segue:

$$PVu = VNo \times P$$

PVu = Percentual do Valor Nominal Unitário na Data de Emissão;

VNo = Valor Nominal Unitário na Data de Emissão; e

P = Percentual definido no "Anexo II"

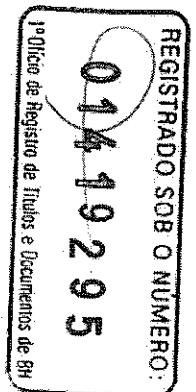
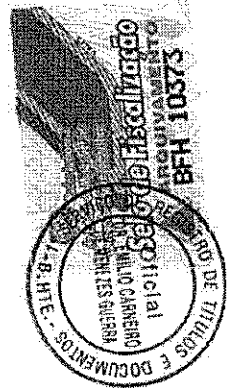
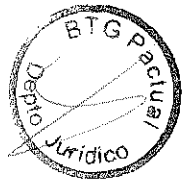
6.13. *Atualização Monetária.* O Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures será atualizado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), a partir da Data de Emissão das Debêntures, calculada *pro rata temporis* por Dias Úteis até o cálculo ou amortização das Debêntures ("Atualização Monetária"), sendo o produto da Atualização Monetária incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures automaticamente, de acordo com a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

onde:

VNa = Valor Nominal Unitário atualizado calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento ("Valor Nominal Atualizado");

VNe = valor nominal da emissão ou saldo do valor nominal (valor nominal remanescente após amortização de principal, incorporação, atualização monetária a cada período, ou pagamento da atualização monetária, se houver) da Debênture ou PVu conforme o caso informado/calculado com 8 (oito) casas



decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais dos índices utilizados, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

onde:

n = corresponde ao número total de índices do IPCA considerados na atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures, sendo n um número inteiro;

NI_k = Corresponde ao valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao respectivo mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria Data de Aniversário das Debêntures. Após a Data de Aniversário, valor do número-índice do IPCA do mês de atualização;

NI_{k-1} = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês "k";

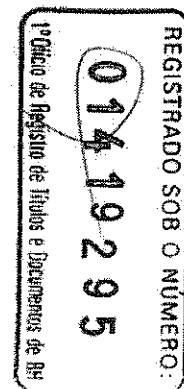
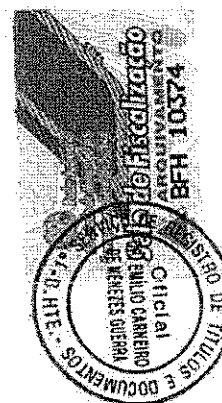
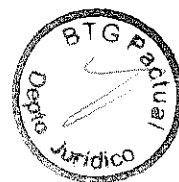
dup = número de Dias Úteis entre a última data de aniversário das Debêntures e a data de cálculo, e/ou amortização, sendo "dup" um número inteiro;

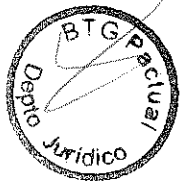
dut = número de Dias Úteis contidos entre a última e a próxima data de aniversário das Debêntures, sendo "dut" um número inteiro.

6.13.1 A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à esta Escritura ou qualquer outra formalidade.

6.13.2. Considera-se data de aniversário o dia da data de vencimento ou o dia informado como referência para utilização do índice, em cada mês, conforme o "Anexo II".

6.13.3. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivos.



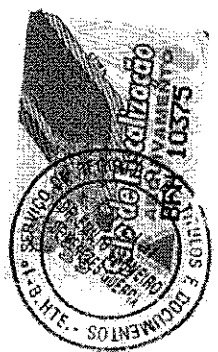


6.13.4. O fator resultante da expressão $\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)$ é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

6.13.5. O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

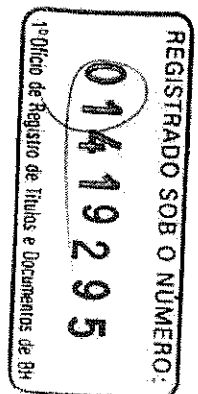
6.13.6. Os valores dos finais de semana ou feriados serão iguais ao valor do Dia Útil subsequente, apropriando o *pro rata* a partir do último Dia Útil anterior.

6.13.7. Caso no mês de atualização o número-índice não esteja disponível, será utilizada a última variação disponível do índice de preços em questão: $\left(\frac{NI_{1,t}}{NI_{1,t-1}} \right)$.



6.13.8. No caso de indisponibilidade temporária do IPCA quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, o último número-índice divulgado, calculado *pro rata temporis* por Dias Úteis, porém, não cabendo, quando da divulgação do número-índice devido, quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto dos Debenturistas.

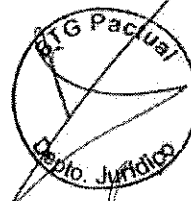
6.13.9. Para as obrigações vincendas, assim como para os demais parâmetros das Debêntures, quando da divulgação posterior do IPCA, todos os valores deverão ser recalculados e atualizados pelo IPCA divulgado neste momento posterior, respeitado o prazo de 180 (cento e oitenta) dias estabelecido conforme item 6.13.10 abaixo.



6.13.10. Na ausência de apuração e/ou divulgação do número-índice por prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias após a data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção, por imposição legal ou determinação judicial, o IPCA deverá ser substituído pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver o substituto legal do IPCA, deverá ser convocada Assembleia Geral de Debenturistas, a ser realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados de qualquer um dos eventos previstos neste item, na qual a Emissora apresentará proposta de um novo parâmetro a ser aplicado. Para efeitos da Assembleia Geral de Debenturistas aqui prevista, o índice substituto do IPCA deverá ser aprovado pelo quorum de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizado, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, o último número-índice divulgado.

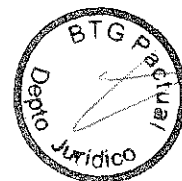
6.13.11. Na hipótese de rejeição dos Debenturistas votantes na assembleia geral prevista no item 6.13.10 acima, a Emissora deverá apresentar um novo índice em Assembleia Geral de Debenturistas, a ser convocada no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da assembleia geral

78/163



Versão para Assinatura

que reprovou o parâmetro anterior. O novo índice apresentado pela Emissora deverá ser aprovado pelo quórum de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, sob pena de, em não havendo a aprovação, ocorrer o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 9.1 (x) (ii) abaixo. Até esta deliberação, será utilizado, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, o último número-índice divulgado.



6.14. Remuneração. As Debêntures farão jus a juros remuneratórios ("Remuneração"), a serem pagos juntamente com cada parcela de amortização programada ou antecipada, conforme previsto na Cláusula 6.15 abaixo:

6.14.1. As Debêntures renderão juros a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, limitado a [•]% ([•] por cento) ao ano, base 252 Dias Úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Atualizado, a partir da Data de Emissão, calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis, conforme o seguinte:

$$J = VNa \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J = valor dos juros devidos no final de cada período de contagem de juros, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

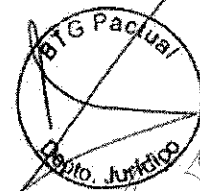
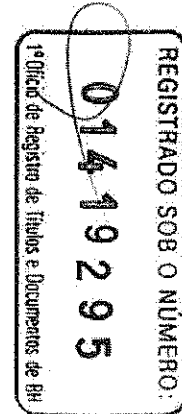
VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = \left\{ \left[(taxa + 1)^{\frac{a}{360}} \right] \right\}$$

onde:

taxa = taxa de juros fixa, a ser definida ao final do Procedimento de *Bookbuilding*, limitada a [•]% ([•] por cento) na forma percentual ao ano, informada com 4





(quatro) casas decimais;

n = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou última Data de Aniversário das Debêntures, conforme o caso, e a data de cálculo ou de amortização, sendo "n" um número inteiro. O período representado por "n" é o Período de Capitalização, conforme esclarecido abaixo;

6.14.2. Para fins da presente Escritura, a expressão "Dia(s) Útil(eis)" significa o dia que não seja coincidente com sábado, domingo e feriados nacionais.

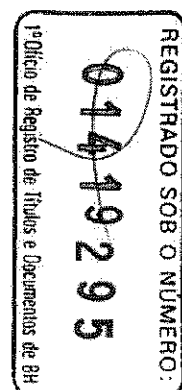
6.14.3. Para fins da presente Escritura, entende-se por "Período de Capitalização" o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data de pagamento da Remuneração, conforme o caso, imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na próxima data de pagamento de Remuneração. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade até o vencimento das Debêntures. Para fins de cálculo da amortização, o Período de Capitalização sempre iniciará na Data de Emissão.

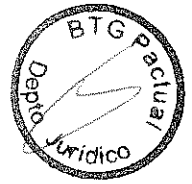
6.14.4. Para fins da presente Escritura, a expressão "Saldo do Valor Nominal Unitário" significa o Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido de Atualização Monetária e Remuneração, remanescente após cada pagamento de amortização das Debêntures.

6.14.5. Esta Escritura será objeto de aditamento para descrever a taxa de Remuneração obtida ao final do Procedimento de *Bookbuilding*, devendo tal aditamento seguir o procedimento de registro na JUCEMG nos prazos descritos na cláusula 2.2.1 acima.

6.15. *Periodicidade do Pagamento.* A amortização calculada na Cláusula 6.12., bem como a Remuneração e a Atualização Monetária serão pagas mensalmente, a partir da subscrição e integralização das Debêntures, sendo o primeiro pagamento devido na primeira Data de Aniversário após a subscrição e integralização das Debêntures e o último na Data de Vencimento, ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos eventos de Vencimento Antecipado (conforme definido na Cláusula 9.1 abaixo) ("Pagamento da Remuneração").

6.16. *Encargos Moratórios.* Sem prejuízo das hipóteses de decretação de Vencimento Antecipado, conforme previstas nesta Escritura, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso, independentemente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ficarão sujeitos à multa moratória, não compensatória, de 2% (dois por cento) e juros de mora *pro rata temporis* de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre os valores em atraso





devidamente acrescidos da Remuneração e Atualização Monetária desde a data de inadimplemento até a data do seu efetivo pagamento.

6.17. *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos desta Escritura não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento.

6.18. *Local de Pagamento.* Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura serão efetuados pela Emissora, por meio BM&FBOVESPA, conforme as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA, ou, ainda, por meio do Escriturador para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA.

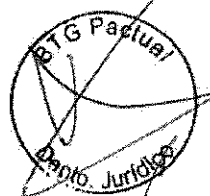
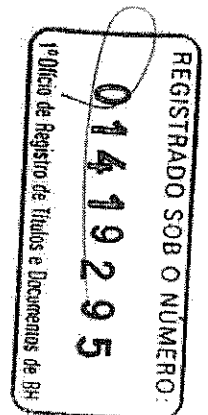
6.19. *Imunidade Tributária.* Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 5 (cinco) Dias Úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, toda a documentação comprobatória de tal imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos em lei, como se tal imunidade ou isenção tributária não existisse.

6.20. *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão automaticamente prorrogados até o primeiro Dia Útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, quando a data de tais pagamentos coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da BM&FBOVESPA, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional, ou data que, por qualquer motivo, não haja expediente na BM&FBOVESPA.

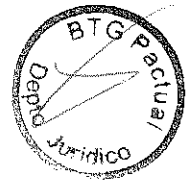
6.21. *Repactuação Programada.* Não haverá repactuação programada.

6.22. *Resgate Antecipado Facultativo.* Não haverá a possibilidade de resgate antecipado facultativo.

6.23. *Aquisição Facultativa.* A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto (i) no artigo 13 da Instrução CVM 476, (ii) no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e (iii) nas regras expedidas pela CVM. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas,

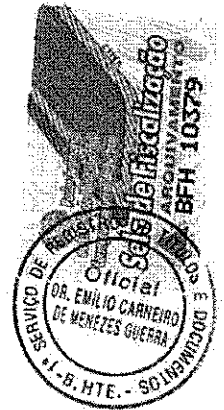


permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração e Atualização Monetária aplicável às demais Debêntures em Circulação. Na hipótese de cancelamento de Debêntures, as partes deverão celebrar um aditamento à presente Escritura.



6.24. Garantia

6.24.1. As Debêntures terão como garantia real ("Garantia") a cessão fiduciária dos Direitos de Crédito Autônomos e todos os recursos, direitos de crédito e acessórios relacionados aos Direitos de Crédito Autônomos, de titularidade da Emissora, presentes e futuros, conforme descritos na Cláusula 6.24.3 abaixo ("Créditos Cedidos Fiduciariamente"), constituída pelo Contrato de Cessão Fiduciária. O Contrato de Cessão Fiduciária será firmado pela Emissora, pelo Município e pelo Agente Fiduciário, em benefício dos Debenturistas, para assegurar o cumprimento das obrigações da Emissora decorrentes desta Escritura.



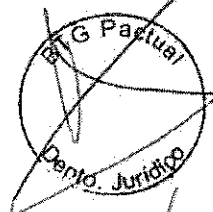
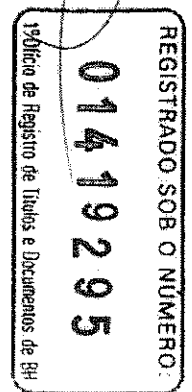
6.24.2. Na Data de Emissão, os Direitos de Crédito Autônomos em garantia da Emissão representam R\$ [●] ([●]), apurado nos termos do Contrato de Cessão Onerosa.

6.24.3. Os Créditos Cedidos Fiduciariamente em questão são os seguintes:

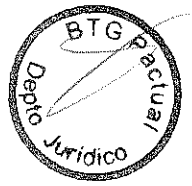
- (i) os Direitos de Crédito Autônomos;
- (ii) os direitos detidos pela Emissora, emergentes do Contrato de Cessão Onerosa, incluindo, mas não se limitando, ao direito de indenização; e
- (iii) todos os recursos, direitos de crédito e acessórios relacionados aos Direitos de Crédito Autônomos, já desconsiderando os Recursos Excluídos, conforme definido abaixo, depositados ou a serem depositados e mantidos, nas Contas Vinculadas, (os quais deverão ser aplicados pelo Banco Centralizador na noite do Dia Útil de seu depósito no Investimento Permitido, cujos títulos, ativos, cotas e rendimentos correspondentes também farão parte dos Créditos Cedidos Fiduciariamente), bem como todos os direitos sobre as Contas Vinculadas, conforme descritas e caracterizadas nos termos dos Contratos de Garantia.

6.24.4. Os Créditos Cedidos Fiduciariamente são cedidos fiduciariamente aos Debenturistas nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, e nos termos dos arts. 66-B e seguintes da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada.

6.24.5. Enquanto existirem Debêntures em Circulação, o valor mínimo da Garantia deve ser equivalente a 200% (duzentos por cento) do saldo do valor nominal não amortizado das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, da Atualização Monetária e demais encargos devidos, calculados *pro rata temporis*. De forma a verificar o enquadramento pela Emissora ao parâmetro acima estabelecido, o Agente Fiduciário deverá calcular e apresentar, mensalmente, no 1º (primeiro) Dia Útil de cada mês ("Data de Verificação"), após o



Versão para Assinatura



recebimento do Relatório Gerencial, o Índice de Garantia Real ("IGR"), por meio da aplicação da seguinte expressão:

$$IGR = \frac{SDC + VFA + VCBM}{SDR}$$

Onde:

IGR Índice de Garantia Real, calculado em cada Data de Verificação.
SDC somatório do saldo devedor dos Direitos de Crédito Autônomos que vencerem até a data de vencimento das Debêntures, apurados no último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior ao respectivo "n"ésimo mês de emissão do Relatório Gerencial, deduzido:

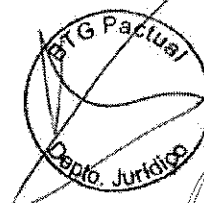
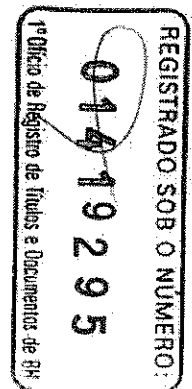
- (i) Do valor das parcelas dos Direitos de Crédito Autônomos de titularidade da Emissora, que foram pré-pagas;
- (ii) Do valor das parcelas dos Direitos de Crédito Autônomos cujo status no Relatório Gerencial elaborado pela SMF, e disponibilizado pela Emissora, por meio eletrônico ao Agente Fiduciário, até o último Dia Útil de cada mês calendário, observado o layout contido no "Anexo III" desta Escritura ("Relatório Gerencial"), conste como "Rompido", apurado no último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva emissão do Relatório Gerencial. Para fins do Relatório Gerencial, o termo "Rompido" significa o Direito de Crédito Autônomo referente a determinado Contribuinte que esteja inadimplente por pelo menos 3 (três) meses consecutivos.

VFA valor dos recursos mantidos em moeda corrente nacional e aplicações financeiras, vinculados à Conta de Serviço da Dívida, apurado no último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior ao respectivo "n"ésimo mês de emissão do Relatório Gerencial.

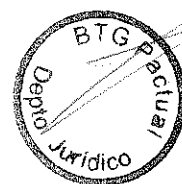
VCBM valor dos recursos mantidos em moeda corrente nacional e aplicações financeiras, vinculados à Conta de Pagamento, apurado no último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior ao respectivo "n"ésimo mês de emissão do Relatório Gerencial.

SDR somatório do saldo do Valor Nominal Atualizado não amortizado das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração e demais encargos devidos, apurados no último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior ao respectivo "n"ésimo mês de emissão do Relatório Gerencial.

6.24.5.1. Poderá o Agente Fiduciário, a qualquer tempo e enquanto houver Debêntures em Circulação, se solicitado por Debenturistas representando mais de 50% das Debêntures em Circulação, requerer que uma auditoria (a ser realizada por auditora independente escolhida pelos Debenturistas) seja realizada para verificar as informações contidas no Relatório Gerencial. Os custos e despesas, desde que razoáveis e devidamente comprovadas, serão



Versão para Assinatura



suportados pela Emissora. A SMF desde já se compromete, de forma irrevogável e irretratável, a fornecer, no menor prazo possível, todas as informações que vierem a ser solicitadas pela auditoria para verificação do Relatório Gerencial e a colaborar para que a auditoria seja realizada de forma completa e satisfatória.

6.24.6. Caso o valor do IGR seja inferior a 200% (duzentos por cento), em qualquer Data de Verificação, configura-se um Evento de Avaliação, observados os termos da alínea (h) da Cláusula 8.1 abaixo. Para fins e efeitos de cálculo do IGR, a primeira verificação ocorrerá na Data de Verificação do mês calendário imediatamente subsequente à Data de Emissão.

6.24.7. Enquanto existirem Debêntures em Circulação, o Agente Fiduciário deverá calcular, em cada Data de Verificação, utilizando o último Relatório Gerencial e as informações fornecidas pelo Banco Centralizador, o Índice de Cobertura ("IC") para cada mês, de acordo com a seguinte expressão:

$$IC_m = \frac{VCR_m}{VAM_m + VJ_m};$$

Onde:

ICm índice de Cobertura, calculado em cada Data de Verificação, referente ao mês m.

VCRm valor das parcelas dos Direitos de Crédito Autônomos de titularidade da Emissora, recebido e disponibilizado pela Emissora, entre a atual Data de Verificação no mês m, exclusive, e a Data de Verificação anterior, inclusive, a ser levantado pelo Agente Fiduciário com base em informações do Banco Centralizador dos recursos ingressados na Conta de Recebimento.

VAMm valor da parcela de amortização das Debêntures em Circulação, pago ou a ser pago no mês m, calculado conforme esta Escritura.

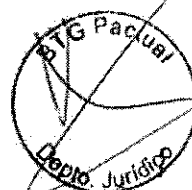
VJm valor da parcela de Remuneração das Debêntures, pago ou a ser pago no mês, calculado conforme esta Escritura.

6.24.8. Enquanto existirem Debêntures em Circulação, cada IC, apurado na forma do item 6.24.7 acima, deverá ser equivalente a, no mínimo, o valor estabelecido no Anexo IV à presente Escritura.

6.24.8.1. Para fins de verificação do IGR e do IC, a Emissora deverá encaminhar ao Agente Fiduciário, até o último Dia Útil de cada mês, o Relatório Gerencial atualizado elaborado pela SMF e o Agente Fiduciário disponibilizará as verificações nas Datas de Verificação em seu website.

6.24.9. Conta Centralizadora da Emissora. A Emissora irá constituir, por meio do Contrato de Administração de Contas, e com base no Contrato de Cessão Onerosa, de forma irrevogável e irretratável, para todos os fins de direito, uma conta centralizadora e vinculada de sua

84/163



Versão para Assinatura

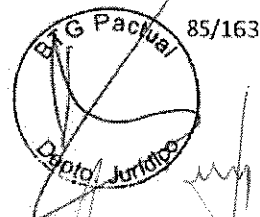
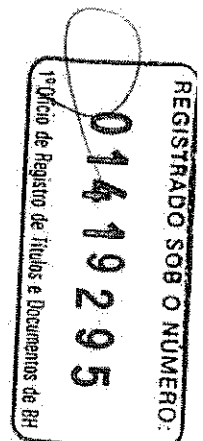
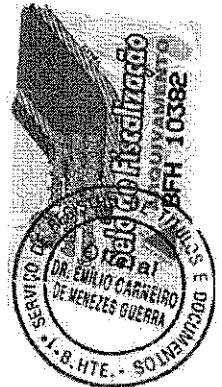


titularidade, na qual serão depositados os recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos pagos pelos Contribuintes através de boletos ("Conta Centralizadora da Emissora"), sendo que tais recursos deverão ser transferidos, na forma e nos prazos previstos no Contrato de Administração de Contas, para a Conta de Recebimento, porém líquidos (i) dos honorários advocatícios devidos à PGM, para os casos em que tenha havido propositura de ação judicial para cobrança dos Créditos Tributários ou Não Tributários; e (ii) da taxa de expedição dos boletos de cobrança dos Direitos de Crédito Autônomos ("Recursos Excluídos"). A Conta Centralizadora da Emissora será movimentada exclusivamente pelo Banco Centralizador, com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário, até o integral pagamento das Obrigações Garantidas.

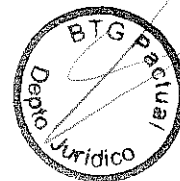
6.24.10. Conta Centralizadora do Município. O Município irá constituir, por meio do Contrato de Administração de Contas, e com base no Contrato de Cessão Onerosa, de forma irrevogável e irretroatável, para todos os fins de direito, uma conta centralizadora e vinculada, de sua titularidade, na qual serão depositados, dentre outros créditos, a totalidade dos recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos pagos pelos Contribuintes através de débito automático ("Conta Centralizadora do Município"), sendo que tais recursos deverão ser transferidos, na forma e nos prazos previstos no Contrato de Administração de Contas, para a Conta de Recebimento, porém líquidos dos Recursos Excluídos. A Conta Centralizadora do Município será movimentada exclusivamente pelo Banco Centralizador, com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário até o integral pagamento das Obrigações Garantidas.

6.24.11. Conta de Recebimento. A Emissora irá constituir, por meio do Contrato de Administração de Contas e com base no Contrato de Cessão Onerosa, de forma irrevogável e irretroatável, para todos os fins de direitos, uma conta de recebimento na qual será depositado e mantido e aplicado, além dos recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos pagos em decorrência de litígio judicial (seja através de depósito judicial feito pelo Contribuinte e levantado pelo Município, seja através de recebimento pelo Município através de execução fiscal/cobrança judicial), o montante equivalente aos recursos advindos da realização dos Créditos Cedidos Fiduciariamente (bem como os rendimentos e os recursos decorrentes de amortização, negociação ou resgate de ativos do Investimento Permitido, deduzidos os Recursos Excluídos, conforme estabelecido nas Cláusulas 6.24.15 e 6.24.16 abaixo, realizado com recursos desta conta), mantida junto ao Banco Centralizador, a ser movimentada exclusivamente pelo Banco Centralizador, com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário, até o integral pagamento das Obrigações Garantidas, e observado o IGR e o IC ("Conta de Recebimento").

6.24.11.1. Nos termos dos Contratos de Garantia, os recursos existentes na Conta de Recebimento serão mensalmente, na Data de Verificação, primeiramente direcionados para a Conta de Pagamento (conforme definido abaixo), de forma a constituir e manter o montante equivalente a uma parcela de amortização das Debêntures, acrescido da Remuneração e da Atualização Monetária (conforme previsto na Cláusula 6.24.12.1 abaixo), em segunda etapa, da



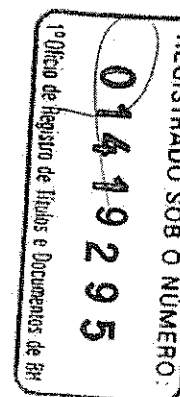
Conta de Recebimento para a Conta de Serviço da Dívida (conforme definido abaixo), de forma a constituir e manter o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida (conforme definido abaixo). Tais transferências serão limitadas ao atingimento do montante previsto na Cláusula 6.24.11.1 abaixo, e o atingimento do Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida conforme aplicável para cada conta e calculadas pelo Agente Fiduciário. Conforme previsto no Contrato de Administração de Contas, tais transferências serão feitas pelo Banco Centralizador após o recebimento de instruções do Agente Fiduciário.



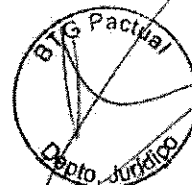
6.24.12. *Conta de Pagamento.* A Emissora irá constituir, por meio do Contrato de Administração de Contas e com base no Contrato de Cessão Onerosa, de forma irrevogável e irretroatável, para todos os fins de direito, uma conta de pagamento das Debêntures, vinculada, na qual será depositado e mantido o montante previsto na Cláusula 6.24.12.1 abaixo (bem como os rendimentos e os recursos decorrentes de amortização, negociação ou resgate de títulos, ativos ou cotas do Investimento Permitido, conforme estabelecido nas Cláusulas 6.24.15 e 6.24.16 abaixo, realizado com recursos dessa conta), mantidas junto ao Banco Centralizador, a ser movimentada exclusivamente pelo Banco Centralizador com a prévia e expressa autorização do Agente Fiduciário até o integral pagamento das Obrigações Garantidas ("Conta de Pagamento").



6.24.12.1. A Conta de Pagamento deverá ter até o 2º. (segundo) Dia Útil anterior a cada Data de Aniversário, o montante equivalente à parcela vincenda de amortização no Valor Nominal Unitário, acrescida de valor equivalente à parcela vincenda de Remuneração e da Atualização Monetária das Debêntures. O Agente Fiduciário deverá determinar ao Banco Centralizador a movimentação/transferência a ser feita das Contas Vinculadas para fazer frente a tal pagamento, com a antecedência acima. O Agente Fiduciário deverá determinar ao Banco Centralizador a realização de transferência eletrônica disponível (TED) da Conta de Pagamento para a conta mantida pela Emissora junto ao Itaú Unibanco S.A. a qual será utilizada para os pagamentos dos valores devidos aos Debenturistas, com a antecedência necessária para realização de cada pagamento.



6.24.13. *Conta de Serviço da Dívida.* A Emissora irá constituir por meio do Contrato de Administração de Contas e com base no Contrato de Cessão Onerosa, de forma irrevogável e irretroatável, para todos os fins de direito, uma conta de serviço da dívida para as Debêntures, vinculada, na qual será depositado e mantido o montante equivalente ao Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida (conforme definido abaixo) (bem como os rendimentos e os recursos decorrentes de amortização, negociação ou resgate de títulos, ativos ou cotas do Investimento Permitido, conforme estabelecido nas Cláusulas 6.24.15 e 6.24.16 abaixo, realizado com recursos desta conta), mantida junto ao Banco Centralizador, a ser movimentada exclusivamente pelo Banco Centralizador com prévia e expressa autorização do Agente Fiduciário até o integral pagamento das Obrigações Garantidas ("Conta de Serviço da Dívida", e, em conjunto com a Conta Centralizadora da Emissora, com a Conta Centralizadora do Município, com Conta de Recebimento e a Conta de Pagamento, "Contas Vinculadas").



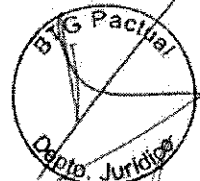
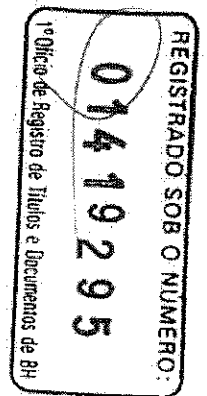
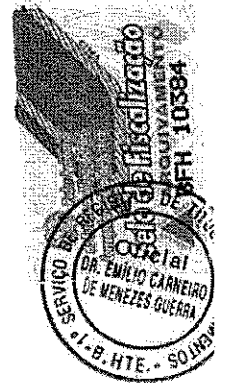
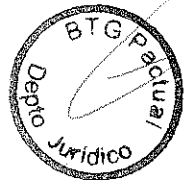
6.24.13.1. A Emissora, na data de subscrição das Debêntures, deverá manter depositados na Conta de Serviço da Dívida recursos em moeda corrente nacional, vinculados ao pagamento das Debêntures (em seu vencimento regular ou antecipado), em montante igual ou superior ao somatório do valor das próximas 4 (quatro) parcelas vincendas de amortização do Valor Nominal Unitário, acrescido de 4 (quatro) parcelas vincendas de Remuneração e da Atualização Monetária das Debêntures ("Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida"). O cálculo de tal valor, a ser feito pelo Agente Fiduciário, tomará por base o Índice IPCA divulgado até 01 (um) Dia Útil antes da Data de Verificação, projetado até a efetiva data de pagamento de cada uma das Remunerações e Atualizações Monetárias das Debêntures consideradas para o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, sendo certo que deverá ser utilizada a projeção do IPCA divulgada pela ANBIMA.

6.24.13.1.1. Caberá ao Agente Fiduciário calcular mensalmente o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida estabelecido na cláusula acima, na Data de Verificação, a fim de verificar o enquadramento do Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, sendo certo que a primeira verificação será realizada no Dia Útil seguinte à data de subscrição das Debêntures.

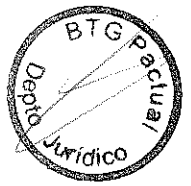
6.24.13.1.2. Observado o prazo para pagamento de cada parcela de amortização do Valor Nominal Unitário acrescido da Atualização Monetária e da parcela vincenda de Remuneração (conforme Cláusulas 6.12 a 6.15 acima), a Emissora deverá atender a obrigação de, após cumprir o previsto na Cláusula 6.24.12.1 acima, compor o referido Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, cujos recursos serão enviados da Conta de Recebimento, ou se esta não tiver saldo suficiente, de outras Contas Vinculadas, e integralmente retidos na Conta de Serviço da Dívida até que haja montante suficiente para atendimento desta obrigação.

6.24.13.1.3. Atingindo o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, e, havendo recursos na Conta de Recebimento, e não havendo quaisquer Eventos de Avaliação e/ou Eventos de Vencimento Antecipado, os recursos da Conta de Recebimento e o excesso ao Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida serão direcionados, mediante instrução encaminhada pelo Agente Fiduciário ao Banco Centralizador, com um Dia Útil de antecedência, para a Conta de Livre Movimentação no Dia Útil subsequente à Data de Aniversário, respeitado o previsto nas Cláusulas 6.24.11.1 acima e 6.24.13.2.2 abaixo. As demais obrigações e procedimentos pertinentes a cada parte, principalmente aqueles relacionados ao Banco Centralizador e Agente Fiduciário, estarão descritos nos Contratos de Garantia.

6.24.13.1.4. A partir do momento em que for atingido o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida e durante toda a existência das Debêntures, caso o Agente Fiduciário constate na Data de Verificação que o saldo da Conta de Serviço da Dívida esteja abaixo do Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, este deverá (i) primeiramente enviar orientação ao Banco Centralizador para que transfira recursos existentes na Conta de Recebimento ou na Conta de Pagamento (respeitado o atendimento do montante previsto na Cláusula 6.24.13.1 acima) para a Conta de Serviço da Dívida, de forma a atingir este Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida,

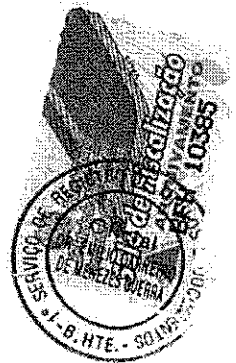


ficando o Banco Centralizador expressamente autorizado a acatar tal instrução, e (ii) em segundo lugar, caso ainda assim não tenha sido atingido tal montante, enviar solicitação de reposição à Emissora nesse sentido para providenciar a sua recomposição em até 2 (dois) Dias Úteis contados de tal solicitação, mediante o depósito de recursos próprios na Conta de Serviço da Dívida, observado o disposto na alínea (z) da Cláusula 9.1 abaixo.

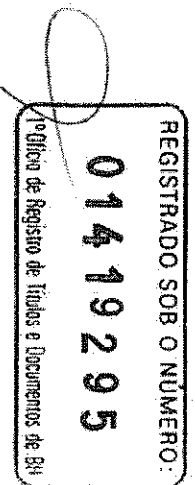


6.24.13.1.5. Na hipótese de não haver recursos suficientes na Conta de Pagamento para quitação integral de cada parcela vincenda de amortização do Valor Nominal Unitário, acrescida da parcela de Remuneração e da Atualização Monetária em cada data de pagamento, o Banco Centralizador, mediante autorização do Agente Fiduciário, transferirá recursos da Conta de Serviço da Dívida para a Conta de Pagamento, no montante que seja necessário para atendimento da obrigação da Cláusula 6.24.12 acima.

6.24.13.1.6. Observados os termos da Cláusula 6.24.13.1.5. acima, o Agente Fiduciário deverá, na data de pagamento de amortização do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração e da Atualização Monetária, informar ao Escriturador, com cópia para a Emissora e para o Banco Liquidante, impreterivelmente até às 9h00 horas do respectivo dia, o valor a ser pago de amortização do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração e da Atualização Monetária.



6.24.13.1.7. Em cada data de pagamento, o Agente Fiduciário deverá determinar ao Banco Centralizador o débito da Conta de Pagamento dos recursos necessários ao pagamento das Debêntures nos termos da Cláusula 6.24.13.1.6. acima, realizando uma transferência eletrônica disponível (TED) da Conta de Pagamento para a conta mantida pela Emissora junto ao Itaú Unibanco S.A. e que será utilizada para os pagamentos dos valores devidos aos Debenturistas, na data e horário determinados no Contrato de Prestação de Serviços de Escrituração das Debêntures, para realização de cada pagamento, sendo desde já expressamente autorizado pela Emissora para tanto.

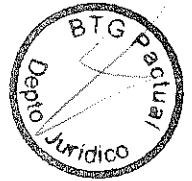


6.24.13.2. Verificando-se o atendimento à Cláusula 6.24.11.1 acima, e, havendo recursos na Conta de Recebimento, e não havendo quaisquer Eventos de Avaliação e/ou Eventos de Vencimento Antecipado, esses recursos serão direcionados no Dia Útil subsequente ao recebimento, pelo Banco Centralizador, de instrução do Agente Fiduciário neste sentido, para a Conta de Livre Movimentação na Data de Verificação, os quais 90% (noventa por cento) deverão ser utilizados para amortização das Debêntures Subordinadas, observado o IGR e o IC previsto acima.

6.24.13.2.1. Caso, após a liquidação integral das Obrigações Garantidas, existam recursos correspondentes aos Créditos Cedidos Fiduciariamente nas Contas Vinculadas, estes deverão ser transferidos para a Conta de Livre Movimentação no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data de liquidação integral das Obrigações Garantidas.

Handwritten signatures and initials are present at the bottom of the page, along with a circular stamp of BTG Pactual, Depto. Jurídico, and the number 88/163.

6.24.14. Na hipótese de ocorrência de um Evento de Avaliação (conforme definido abaixo) e/ou Evento de Vencimento Antecipado, o Agente Fiduciário, tão logo tome conhecimento de tais eventos, deverá interromper imediatamente todos os procedimentos de transferência de valores das Contas Vinculadas para a Conta de Livre Movimentação, nos termos previstos nos Contratos de Garantia.

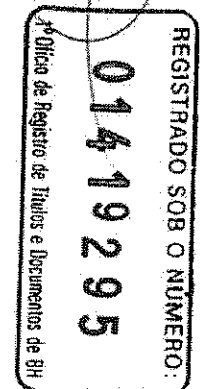


6.24.15. A totalidade dos Créditos Cedidos Fiduciariamente (incluindo os rendimentos do Investimento Permitido, observado o disposto nas Cláusulas 6.24.15.1 e 6.24.16 abaixo) existentes e/ou depositados nas Contas Vinculadas, conforme definidas nos Contratos de Garantia e descritas nesta Cláusula 6.24, serão cedidos fiduciariamente em favor dos Debenturistas, na forma prevista nos Contratos de Garantia, e deverão ser aplicados na noite do Dia Útil de seu depósito em títulos de renda fixa emitidos pelo Governo Federal Brasileiro, ou em fundos de renda fixa com liquidez diária administrados e geridos pelo Banco do Brasil S.A. e/ou empresas de seu conglomerado ou em ativos de renda fixa de emissão e risco do Banco do Brasil S.A.. ("Investimento Permitido"), conforme previsto no Contrato de Administração de Contas.



6.24.15.1. Os títulos, ativos e cotas adquiridos em decorrência do Investimento Permitido, bem como seus rendimentos, são também cedidos fiduciariamente em favor dos Debenturistas, sendo-lhes aplicáveis, para todos os fins de direito, todas as disposições inerentes aos Créditos Cedidos Fiduciariamente previstas nos Contratos de Garantia.

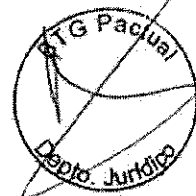
6.24.15.2. O Banco Centralizador, o Agente Fiduciário, e/ou tampouco seus respectivos diretores, empregados ou agentes, não terão qualquer responsabilidade com relação a quaisquer prejuízos, reivindicações, demandas, danos, tributos ou despesas, resultantes do investimento, reinvestimento ou liquidação do Investimento Permitido, inclusive, entre outros, qualquer responsabilidade por quaisquer demoras no investimento, reinvestimento ou liquidação do Investimento Permitido, ou quaisquer lucros cessantes inerentes a essas demoras, com as quais não possui(rá) qualquer ingerência sobre a modalidade, forma, prazo e quaisquer condições que forem determinadas no Contrato de Administração de Contas.



6.24.16. Os recursos existentes e/ou depositados nas Contas Vinculadas deverão ser investidos no Investimento Permitido da seguinte forma:

(a) Conta de Serviço da Dívida e Conta de Pagamento: considerando a natureza dessas contas, os recursos existentes e/ou depositados serão aplicados na noite do Dia Útil de seu depósito e permanecerão investidos até o recebimento, pelo Banco Centralizador, de notificação do Agente Fiduciário determinando a movimentação dos recursos; e

(b) Conta de Recebimento: quaisquer recursos da referida Conta de Recebimento também serão aplicados na noite do Dia Útil de seu depósito e serão mantidos investidos até a data de recebimento, pelo Banco Centralizador, da notificação do Agente Fiduciário instruindo a



transferência de recursos da Conta de Recebimento para a Conta de Pagamento e/ou Conta de Serviço da Dívida.

6.24.16.1. Os recursos depositados na Conta de Recebimento e na Conta de Serviço da Dívida também serão utilizados para liquidação das Debêntures na hipótese de Vencimento Antecipado (conforme prevista nas Cláusulas 9.1 e seguintes abaixo) das Debêntures, não podendo ocorrer nenhuma transferência para Conta de Livre Movimentação neste caso.

6.25. *Publicidade.* Todos os atos e decisões que vierem, de qualquer forma, a envolver os interesses dos Debenturistas serão obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, no DOEMG e em jornal de grande circulação (sendo que na data de assinatura desta Escritura, o jornal utilizado pela Emissora é o Diário do Comércio), bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores (internet), no endereço eletrônico www.pbh.gov.br/pbhativos, observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações. A Emissora enviará cópia da publicação para o Agente Fiduciário na data de sua publicação.

6.25.1. A alteração ao jornal de grande circulação indicado na Cláusula 6.25 acima, não importará em aditamento à presente Escritura e deverá ser informada mediante publicação no jornal em vigor até então indicado e no DOEMG.

6.26. *Comunicações.* As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços abaixo. As comunicações feitas por correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (resposta de confirmação). A mudança de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado.

(a) Para a Emissora:

PBH ATIVOS S.A.

Endereço: Avenida Afonso Pena, nº 774, Bairro Centro,

CEP 30.130-003 - Belo Horizonte, MG

Tel: (31) 3277-9561

At.: Sr. Edson Ronaldo Nascimento

E-mail: edson.ronaldo@pbh.gov.br

(b) Para o Agente Fiduciário:

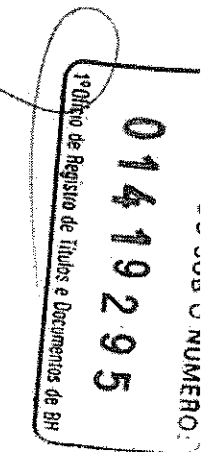
PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Av. das Américas, nº 4.200, Bloco 04, sala 514, Bairro Barra da Tijuca

CEP: 22.640-102 - Rio de Janeiro, RJ

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Tel.: (21) 3385-4565



Versão para Assinatura

E-mail: backoffice@pentagonotruster.com.br

(c) Para o Escriturador:

Razão Social: ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

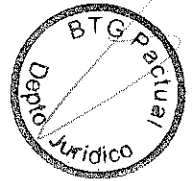
Endereço: Avenida Brigadeiro Faria Lima 3400, 10º andar

CEP: 04.538-132 - São Paulo, SP

Tel: (11) 2797-4441

At.: Sr. Luiz Petito

E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br



Registro de Títulos e Documentos

P. Único - RJ

Anexo ao Documento Arquivado

(d) Para o Banco Centralizador:

BANCO DO BRASIL S.A.

Aos cuidados da Agência Setor Público

Endereço: Rua Rio de Janeiro, 750, 5º Andar, Centro

CEP: 31.160-041 - Belo Horizonte, MG

Tel: [●]

Email: agel615@bb.com.br



(e) Para o Banco Liquidante:

Razão Social: ITAÚ UNIBANCO S.A.

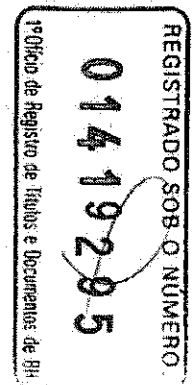
Endereço: Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100

CEP: 04.344-902 - São Paulo, SP

Tel: (11) 2797-4441

At.: Sr. Luiz Petito

e-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br



(f) Para a SMF:

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE BELO HORIZONTE

Endereço: Rua Espírito Santo, nº. 605, 5º. Andar, Centro

CEP: 30.160-030 - Belo Horizonte, MG

Tel: (31) 3277-4008

At.: Secretário Municipal de Finanças, Sr. Marcelo Piancastelli de Siqueira

e-mail: marcelo.piancastelli@pbh.gov.br

(g) Para a PGM:

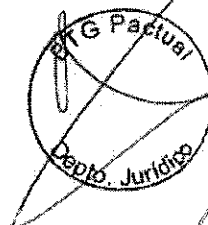
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

Endereço: Rua dos Timbiras, nº. 625, Funcionários

CEP: 30.140-060 - Belo Horizonte, MG

Tel: (31) 3277-4075

At.: Procurador Geral do Município, Sr. Ruisvel Beltrame Rocha



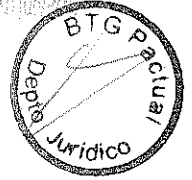
91/163

e-mail: rusvelb@pbh.gov.br

Região de Títulos e Documentos

9º Ofício - RJ

6.26.1. O Agente Fiduciário está autorizado, mas não obrigado, a verificar ou confirmar se o remetente de qualquer comunicação em nome de qualquer das partes é uma pessoa por elas autorizada. As partes, ao utilizarem correio eletrônico, declaram ter ciência de que tal meio eletrônico de comunicação não é totalmente seguro e que os dados transmitidos podem extraviar ou ser interceptados e/ou acessados por terceiros não autorizados. O Agente Fiduciário não se responsabiliza pela segurança e/ou confidencialidade dos dados enviados para as partes acima mencionadas mediante o uso desse meio eletrônico de comunicação, assim como não garante a efetiva recepção de tais dados.

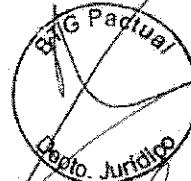
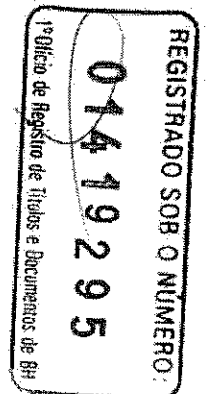


CLÁUSULA VII

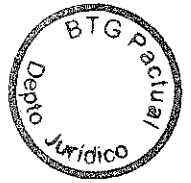
DOS COMPROMISSOS DA EMISSORA E DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

7.1. Até o pagamento do saldo devedor total das Debêntures, e a menos que os Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de outra forma previamente autorizem, a Emissora obriga-se a:

- (a) utilizar os recursos oriundos da Emissão conforme estabelecido na Cláusula 4.1 acima;
- (b) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer mudança na natureza ou escopo dos negócios e operações da Emissora ou sobre qualquer evento ou fato, que no entendimento da Emissora afete ou possa afetar adversamente, de forma significativa, a condição financeira da Emissora ou sua capacidade de cumprir suas obrigações nos termos (i) do Contrato de Cessão Onerosa e/ou (ii) desta Escritura, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados a partir da data que a Emissora tomar conhecimento da respectiva mudança ou evento;
- (c) notificar o Agente Fiduciário sobre quaisquer processos judiciais ou extrajudiciais que venham a ser ajuizados a partir da data de assinatura desta Escritura, (i) de valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) (ou seu equivalente em outras moedas) ou (ii) para os casos em que o valor seja inferior ao mencionado no subitem "i" anterior, nas hipóteses em que afete ou que possa afetar adversamente a capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura, dos Contratos de Garantia e/ou do Contrato de Cessão Onerosa no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados a partir da data em que a Emissora tomar conhecimento do respectivo processo;
- (d) notificar o Agente Fiduciário acerca de qualquer inadimplemento ou descumprimento por parte da Emissora ou do Município de qualquer obrigação nos termos do Contrato de Cessão Onerosa, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados a partir da data que a Emissora tomar conhecimento do respectivo inadimplemento ou descumprimento, se estes forem por parte do Município ou se estes forem por parte da Emissora;



(e) fornecer ao Agente Fiduciário cópia de qualquer comunicação enviada pelo Município à Emissora relativa a uma possível causa de término, vencimento antecipado, rescisão ou resolução do Contrato de Cessão Onerosa ou ainda qualquer alteração ou revogação da Lei Municipal nº 7.932/99, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados a partir da data do recebimento pela Emissora da referida comunicação;



(f) notificar o Agente Fiduciário sobre a ocorrência de quaisquer (i) descumprimentos de obrigações previstas nesta Escritura, nos Contratos de Garantia e/ou no Contrato de Cessão Onerosa, e/ou (ii) Eventos de Avaliação (conforme definidos na Cláusula 8.1 abaixo), ou ainda Eventos de Inadimplemento (conforme definidos na Cláusula 9.1 abaixo), no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados a partir da data do descumprimento ou da ocorrência de tais eventos;

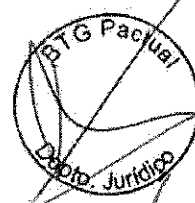
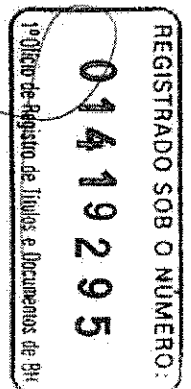
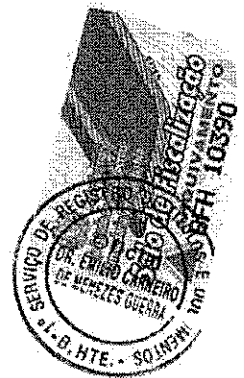
(g) não constituir em favor de terceiros, garantias ligadas aos Créditos Cedidos Fiduciariamente oriundos do Contrato de Cessão Onerosa;

(h) manter válidas todas as autorizações e licenças (inclusive licenças ambientais) necessárias à exploração de seus negócios, especialmente licenças e autorizações, que possam impactar adversamente e de forma significativa, a condução de seus negócios;

(i) notificar, imediatamente, o Agente Fiduciário acerca da convocação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas pela Emissora;

(j) encaminhar ao Agente Fiduciário, desde que requerido por este de forma justificada: (i) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da notificação pelo Agente Fiduciário, sempre considerando o escopo da solicitação, informações sobre a Emissora e seus ativos que o Agente Fiduciário eventualmente requerer; (ii) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pelas normas da CVM, nos prazos legalmente previstos; (iii) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relacionada a um Evento de Inadimplemento, Evento de Avaliação ou evento de inadimplemento ou vencimento antecipado de qualquer obrigação por ela assumida fora do âmbito da Oferta, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados do recebimento da referida correspondência ou notificação;

(k) encaminhar ao Agente Fiduciário o organograma, todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme ICVM 28, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM. O referido relatório do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, controladores, controladas, controle comum, coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social;



Versão para Assinatura

(l) Cumprir as determinações emanadas da CVM, entregando os documentos solicitados e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas no prazo solicitado;

(m) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente devidamente registrada na CVM;

(n) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias legais e regulamentares em vigor;

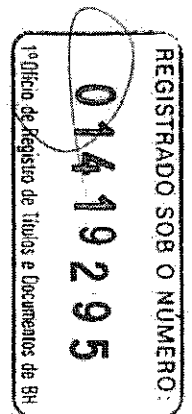
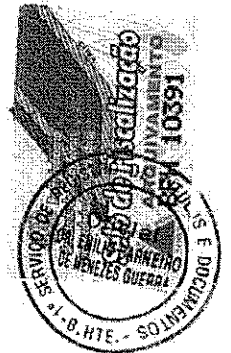
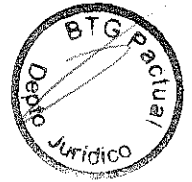
(o) (i) contratar ou manter contratada agência classificadora de risco que seria a Fitch Ratings, Standard & Poor's ou Moody's, ou outra agência de rating de renome internacional, aceita por Debenturistas representativos por pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, que as substitua caso estas venham a deixar de existir, para manter atualizado o relatório de classificação de risco das Debêntures, com periodicidade mínima de 1 (um) ano, até o vencimento das Debêntures, além de fazer com que tal agência classificadora de risco de ampla divulgação de tal classificação de risco ao mercado; (ii) assegurar que seja entregue ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data de disponibilização dos referidos relatórios; e (iii) comunicar ao Agente Fiduciário qualquer alteração da classificação de risco das Debêntures, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados a partir da data que a Emissora tomar conhecimento da alteração da classificação de risco das Debêntures;

(p) divulgar na sua página da rede mundial de computadores, o relatório referido na alínea anterior;

(q) manter em vigor as autorizações para celebrar esta Escritura, os Contratos de Garantia, o Contrato de Distribuição e o Contrato de Cessão Onerosa ("Contratos da Emissão") e todos os demais documentos elaborados no âmbito da Emissão, satisfazendo todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

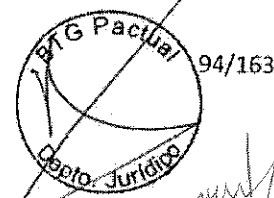
(r) cumprir, em todos seus aspectos, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, vigentes e aplicáveis à condução de seus negócios, exceto aquelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que estejam sendo contestados judicialmente ou administrativamente, de boa-fé pela Emissora;

(s) estruturar departamento para atender aos Debenturistas, de forma a assegurar a devida prestação de informações aos Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e órgão destinados ao atendimento de seus acionistas ou contratar instituição financeira autorizada pra prestar este serviço;



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



[Handwritten signature]

(t) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que sejam do interesse dos Debenturistas caso o Agente Fiduciário não o faça no prazo aplicável, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados do recebimento de notificação de qualquer Debenturista solicitando tal convocação. A Assembleia Geral de Debenturistas convocada pela Emissora deverá ocorrer no 15º dia contado da data de publicação do edital de convocação, em primeira convocação, e no 8º dia, em segunda convocação;

(u) observar e cumprir com todas as suas obrigações constantes dos Contratos da Emissão e de todos os demais documentos elaborados no âmbito da Emissão, satisfazendo todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(v) notificar o Agente Fiduciário na hipótese de ocorrência de qualquer tipo de questionamento judicial no que se refere à Emissão, à Escritura, à Garantia ou aos Contratos da Garantia em até 2 (dois) Dias Úteis contados de sua ciência;

(x) manter e preservar todos os direitos reais de garantia constituídos e/ou descritos, conforme o caso, nos termos desta Escritura e dos Contratos de Garantia, bem como eventuais aditamentos a esses documentos, e notificar o Agente Fiduciário e o Coordenador Líder sobre qualquer evento, fato ou circunstância, incluindo, sem limitação, qualquer decisão, ação judicial, procedimento administrativo, processo legislativo, procedimento arbitral, reivindicação, investigação ou alteração de legislação (ou na sua interpretação) ou, ainda, qualquer evento, fato ou circunstância potencial que vier a ser de seu conhecimento e que possa ser justificadamente considerado como apto a afetar a validade, legalidade ou eficácia da garantia real constituída nos termos dos Contratos de Garantia, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados a partir da data dos referidos eventos, fatos ou circunstâncias; e

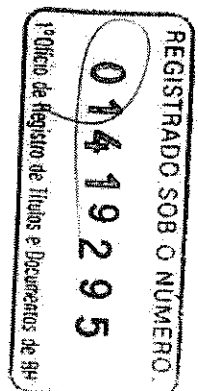
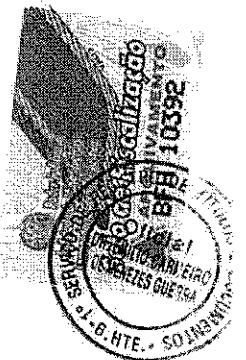
(z) fornecer ao Agente Fiduciário no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos após o término de cada exercício social, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre do exercício social ou nas respectivas datas de divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras relativas ao exercício social então encerrado, ou cópia das informações financeiras revisadas relativas ao respectivo trimestre, conforme o caso, acompanhadas do relatório da administração, e de parecer dos auditores independentes e/ou relatório de revisão especial, conforme o caso.

7.2. Sem prejuízo das demais obrigações previstas acima ou de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura, a Emissora obriga-se a:

(a) preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;



Arquivo de Títulos e Documentos
4º Ofício - RJ
Arquivo do Documento Arquivado

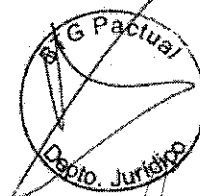
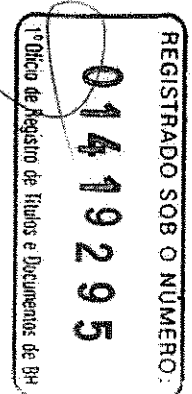
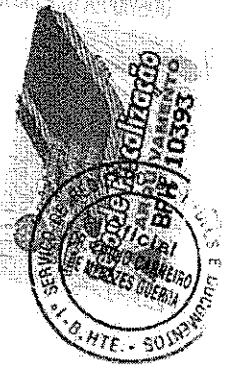
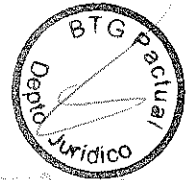


- (b) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria por auditor independente registrado na CVM;
- (c) no prazo de 3 (três) meses contados da data de encerramento de seu exercício social, divulgar em sua página na rede mundial de computadores e enviar à BM&FBOVESPA suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e do parecer dos auditores independentes;
- (d) por um prazo de 3 (três) anos, manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na rede mundial de computadores;
- (e) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no que se refere ao dever de sigilo e às vedações à negociação;
- (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer ato ou fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, e comunicar a ocorrência de tal ato ou fato relevante imediatamente ao Coordenador Líder e à BM&FBOVESPA;
- (g) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e pela BM&FBOVESPA; e
- (h) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário perante o SOMAFIX, arcando com os respectivos custos.

CLÁUSULA VIII
EVENTOS DE AVALIAÇÃO

8.1. São considerados eventos de avaliação ("Eventos de Avaliação") sujeitos aos procedimentos definidos nas Cláusulas 8.2 e seguintes abaixo, qualquer das seguintes ocorrências:

- (a) descumprimento pela Emissora de quaisquer obrigações não pecuniárias previstas nos Contratos da Emissão, que não sejam integralmente sanadas no prazo de 2 (dois) Dias Úteis, contados do término do prazo para seu cumprimento;
- (b) descumprimento, por qualquer das partes e intervenientes (outras que não a Emissora), de qualquer de suas respectivas obrigações previstas nos Contratos da Emissão, que não sejam integralmente sanadas nos prazos ali estabelecidos;
- (c) se por qualquer motivo a classificação de risco (rating) originalmente atribuída às Debêntures for, em qualquer avaliação anual, rebaixada um nível abaixo do equivalente à classificação "AA" escala nacional pela Standard & Poor's ou pela Fitch Ratings ou ainda seu equivalente pela Moody's;



Versão para Assinatura

(d) caso transite em julgado qualquer ação de execução ajuizada contra a Emissora para pagamento de quantia certa, incluindo execuções fiscais, cujo valor seja igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais);

(e) caso ocorra a efetivação de arresto ou de penhora de bens da Emissora, cujo valor seja igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), considerados individualmente ou em conjunto;

(f) caso ocorra a concessão de qualquer medida cautelar, incluindo a medida cautelar fiscal de que trata a Lei nº 8.397, de 06 de janeiro de 1992, conforme alterada, que imponha restrição à alienação de ativos de titularidade da Emissora;

(g) caso o índice de cobertura (IC) não atenda a, no mínimo, 90% (noventa por cento) do valor disposto na Cláusula 6.24.8 em 2 (duas) Datas de Verificação consecutivas ou 3 (três) Datas de Verificação não consecutivas;

(h) caso a Emissora deixe de atender o mínimo do índice de garantia real (IGR), em qualquer Data de Verificação;

(i) caso não haja recursos na Conta de Pagamento para atendimento das obrigações pecuniárias relacionadas às Debêntures, e seja necessária a aplicação do procedimento previsto na Cláusula 6.24.13.1.5;

(j) caso sejam criados novos impostos, taxas, contribuições, elevação das alíquotas já existentes ou modificação de suas bases de cálculo, que possam afetar de forma relevante, a critério dos Debenturistas, a capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações nos termos dos Contratos da Emissão;

(k) caso a Emissora conceda ou tome mútuos, empréstimos, financiamentos, adiantamentos, ou qualquer outra forma de tomada de recursos (*intercompany*) para ou de quaisquer sociedades controladas pelo Município sem a prévia anuência da maioria das Debêntures em Circulação, exceto por mútuos, financiamentos e dívidas subordinadas às Debêntures;

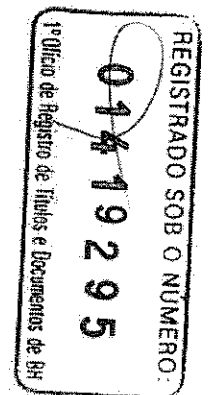
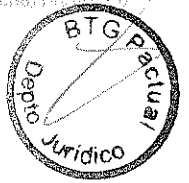
(l) desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental brasileira, desde que tal desapropriação, confisco ou outra medida resulte na incapacidade de gestão de seus negócios, pela Emissora e/ou afete substancialmente e de forma adversa a capacidade de pagamento, pela Emissora, de suas obrigações relativas às Debêntures;

(m) alteração do objeto social disposto no estatuto social da Emissora que possa afetar adversamente o pagamento das Debêntures;

Registro de Títulos e Documentos

4º Ofício - RJ

Arquivo de Documentos Arquivados



(n) ocorrência de questionamento judicial ou administrativo acerca da legalidade ou validade de qualquer um dos Contratos da Emissão, que possa afetar a Emissão, em especial o curso ordinário dos recebíveis (nos termos previstos nos Contratos de Garantia), desde que não sejam devidamente contestados, e exceto os casos que tenham sido objeto de decisão judicial irrecurível que tenha julgado improcedente o referido questionamento;

(o) caso seja ajuizada contra a Emissora pelo Município qualquer ação, ou conjunto de ações, questionando qualquer dos Contratos da Emissão; ou

(p) caso ocorra algum evento que impeça provisoriamente ou definitivamente o cumprimento dos procedimentos necessários para o cumprimento das obrigações descritas nesta Escritura.

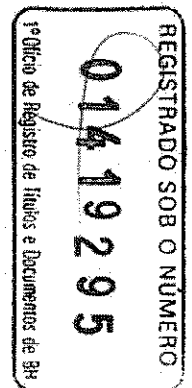
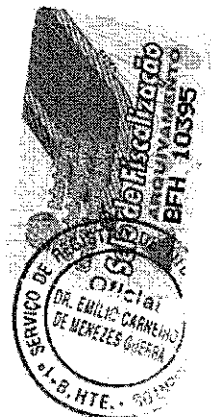
8.2. A Emissora deverá notificar o Agente Fiduciário, na forma da Cláusula 6.26 acima, da ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contado da data em que esta tomar conhecimento do evento;

8.3. Após receber a notificação de que trata a Cláusula 8.2 acima ou após receber notificação de qualquer Debenturista, por meio eletrônico, da ocorrência de qualquer um dos Eventos de Avaliação, o Agente Fiduciário convocará, em até 1 (um) Dia Útil da data em que for notificado, Assembleia Geral de Debenturistas, para que seja avaliado o grau de comprometimento da Emissão, devendo o Agente Fiduciário interromper imediatamente todos os procedimentos de transferência de valores da Conta de Recebimento para a Conta de Livre Movimentação, nos termos previstos nos Contratos de Garantia. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere esta cláusula deverá ser realizada no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, a contar da data da primeira convocação, ou no prazo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data da segunda convocação, se houver.

8.4. Para quaisquer dos Eventos de Avaliação, exceto os itens "c", "g", "h", "i" e "j" acima, o Evento de Avaliação será considerado um Evento de Inadimplemento exclusivamente na hipótese de os Debenturistas, titulares de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação deliberarem na Assembleia referida na Cláusula 8.3 que o respectivo Evento de Avaliação constitui um Evento de Inadimplemento. Neste caso, serão adotados os procedimentos referidos nas Cláusulas 9.3 e seguintes.

8.5. Exclusivamente para os Eventos de Avaliação dos itens "c", "g", "h", "i" e "j" acima, tais Eventos de Avaliação não constituirão um Evento de Inadimplemento exclusivamente na hipótese de os Debenturistas titulares de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação deliberarem na Assembleia referida na Cláusula 8.3 neste sentido.

8.6. Na hipótese de (i) não ser alcançado o quórum da Cláusula 8.4 acima ou (ii) deliberação pelos Debenturistas, na forma da Cláusula 8.5 acima, de não constituir o Evento de Avaliação em questão um evento de Inadimplemento, conforme previsto na Cláusula 8.4, o Agente



Fiduciário deverá retomar imediatamente todos os procedimentos de transferência de valores da Conta de Recebimento para a Conta de Livre Movimentação, nos termos previstos nesta Escritura e nos Contratos de Garantia.

8.7. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 8.3 acima, o Agente Fiduciário ou qualquer dos Debenturistas poderão convocar ou solicitar que seja convocada, conforme o caso, novas Assembleias Gerais de Debenturistas para avaliar se os eventos descritos nas alíneas "m" e "n" da Cláusula 8.1 transformar-se-ão em Evento de Inadimplemento, sendo que tal faculdade lhes será assistida a qualquer momento enquanto estiverem em curso as ações a que se referem as alíneas "m" e "n" da Cláusula 8.1.

8.8. Para fins da verificação da ocorrência do Evento de Avaliação, todos os valores mencionados nesta Cláusula VIII serão atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão até a data da ocorrência do Evento de Avaliação, pela variação positiva do IPCA (ou seu equivalente em outras moedas).

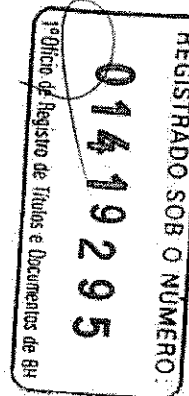
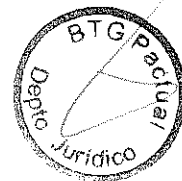
CLÁUSULA IX VENCIMENTO ANTECIPADO

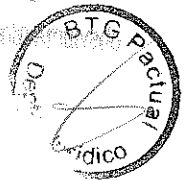
9.1. Na ocorrência de qualquer dos eventos listados abaixo, o Agente Fiduciário deverá, tão logo receba notificação quanto à ocorrência de tais eventos, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, acrescido da respectiva Remuneração devida desde a Data de Emissão, até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial ("Vencimento Antecipado" e "Evento de Inadimplemento"):

(a) (i) decretação de falência da Emissora; (ii) pedido de autofalência pela Emissora; (iii) pedido de falência da Emissora formulado por terceiros não elidido no prazo legal; (iv) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (v) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora;

(b) propositura, pela Emissora, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano;

(c) pagamentos aos acionistas da Emissora de dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio quando a Emissora estiver em mora com relação às Debêntures, ou qualquer outra mora relacionada aos Contratos de Garantia, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo legal obrigatório previsto no estatuto social da Emissora;





(d) a Emissora transferir ou por qualquer forma ceder ou prometer ceder a terceiros os Direitos de Crédito Autônomos, ou os direitos e obrigações que respectivamente adquirirá e assumirá nessa Escritura, no Contrato de Distribuição e nos Contratos de Garantia relativos às Debêntures sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas;

(e) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial condenatória transitada em julgado contra a Emissora, em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

(f) observado o dispositivo na Cláusula 9.5 abaixo, cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações, ou qualquer forma de reorganização societária (exceto incorporação de outras empresas pela Emissora) sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas;

(g) criação ou existência de quaisquer ônus ou gravames sobre os Créditos Cedidos Fiduciariamente;

(h) ocorrência de mudança de controle acionário direto da Emissora, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas;

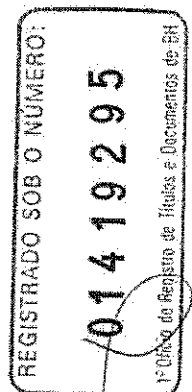
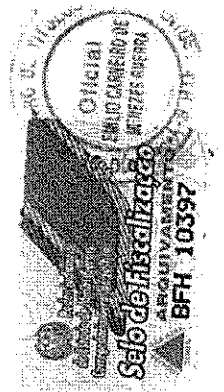
(i) transformação da Emissora em qualquer outro tipo societário;

(j) anulação, nulidade ou inexecutabilidade de qualquer disposição desta Escritura e/ou Contratos de Garantia, que não seja sanada no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da notificação neste sentido;

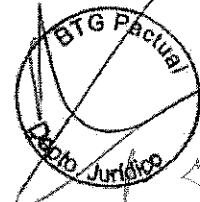
(k) observado o dispositivo na Cláusula 9.4 abaixo, a captação de novos empréstimos, financiamentos, adiantamento de recursos, emissão de valores mobiliários ou qualquer outra forma de tomada de recursos não lastreadas ou garantidas por ativos que tenham sido ou venham a ser de qualquer forma transferidos à Emissora para o fim exclusivo de realização de referida captação, os quais ocorram: (i) até a data de encerramento da Oferta; ou (ii) a partir da data da integralização das Debêntures e que, de forma individual ou agregada, superem o montante de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), exceto, em ambos os casos pela Emissão das Debêntures Subordinadas a qual fica desde já autorizada e que não deve ser levada em conta para cômputo do limite anteriormente definido;

(l) observado o disposto na Cláusula 9.5 abaixo, a redução de capital social da Emissora e/ou a negociação a qualquer título pela Emissora, com ações de sua Emissão;

(m) (i) protestos de títulos contra a Emissora, cujo valor, individual ou em conjunto, seja igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e que não sejam sanados, declarados ilegítimos ou comprovados como tendo sido indevidamente efetuados no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que a Emissora tiver ciência da ocorrência à exceção do (i)



[Handwritten signatures and initials]



protesto efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora no prazo legal, e (ii) protesto cancelado;

(n) inadimplemento ou declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação da Emissora em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), não sanado pela Emissora no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, contados do inadimplemento e/ou da declaração de vencimento antecipado de tal dívida e/ou obrigação, e desde que sejam observados todos os prazos de carência e período de cura aplicáveis a estas obrigações;

(o) as declarações e garantias prestadas pela Emissora nos Contratos da Emissão restarem provadas como sendo falsas, incorretas em aspectos relevantes ou enganosas na data em que foram prestadas;

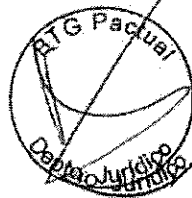
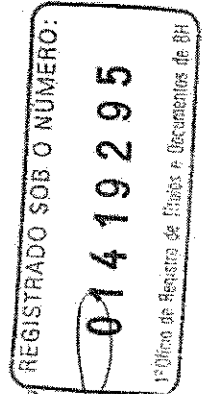
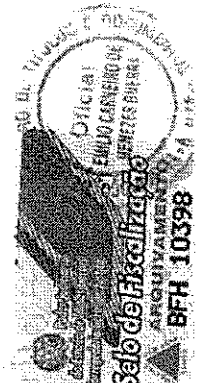
(p) provimento de decisão judicial ou administrativa, ainda que de natureza liminar, declare a ilegalidade ou invalidade de qualquer dos Contratos da Emissão, de forma a afetar a Emissão, em especial o curso ordinário dos recebíveis (nos termos previstos nos Contratos de Garantia);

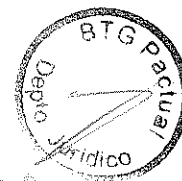
(q) ocorrência de alteração ou qualquer modificação por parte do Município nas características dos Direitos de Crédito Autônomos, ao tempo de sua cessão para a Emissora nos termos do Contrato de Cessão Onerosa;

(r) caso a auditoria das demonstrações financeiras da Emissora deixe de ser realizada por empresa de auditoria independente, devidamente registrada na CVM, e considerando que tal empresa seja uma daquelas que tenha realizado, em bases constantes, auditoria de companhias abertas emissoras de valores mobiliários em ofertas públicas registradas na CVM no ano imediatamente anterior à contratação da referida empresa de auditoria pela Emissora;

(s) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relacionada aos Contratos da Emissão e às Debêntures, em especial a amortização Valor Nominal Unitário e o pagamento da Remuneração e da Atualização Monetária, não sanado integralmente no prazo de 1 (um) Dia Útil, contado da data do respectivo vencimento da obrigação;

(t) não substituição do Banco Centralizador na ocorrência de um dos eventos e nos prazos indicados a seguir: (i) em caso de decretação de intervenção, liquidação extrajudicial ou regime especial de administração temporária do Banco Centralizador, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados do evento; (ii) caso o Banco Centralizador notifique a Emissora sobre sua intenção de deixar de exercer suas funções nos termos do Contrato de Administração de Contas, sem a assunção, por instituição financeira substituta, de suas responsabilidades definidas no referido contrato, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias contados da data de notificação pelo Banco Centralizador;





(u) caso seja promulgada qualquer tipo de legislação ou medida administrativa pelo Poder Executivo do Município, que inviabilize os procedimentos descritos nesta Escritura ou nos demais Contratos da Emissão;

(v) caso a Emissora deixe de atender o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida e/ou o valor mínimo da Conta de Pagamento, não sanado no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados do envio da solicitação de reposição enviada pelo Agente Fiduciário neste sentido, observados os procedimentos previstos nos Contratos de Garantia;

(w) caso seja transitada em julgado decisão judicial ou administrativa em qualquer ação ajuizada pelo Município contra a Emissora, declarando a invalidade ou a ilegalidade dos Contratos da Emissão;

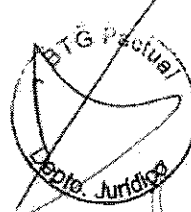
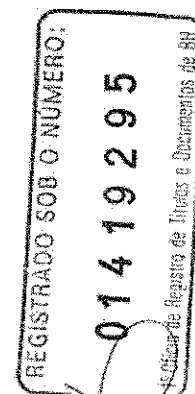
(x) deliberação, em Assembleia Geral de Debenturistas, que (i) qualquer dos Eventos de Avaliação previstos nesta Escritura constitui um Evento de Inadimplemento, na forma prevista na Cláusula 8.4 acima; ou (ii) não aprove o novo índice em substituição ao IPCA, conforme disposto na Cláusula 6.13.11 acima;

(y) rescisão, por qualquer motivo de quaisquer de qualquer dos Contratos da Emissão; ou

(z) descumprimento, por qualquer das partes ou intervenientes, de qualquer dos Contratos de Garantia e/ou do Contrato de Cessão Onerosa, que não sejam integralmente sanadas nos prazos ali estabelecidos.

9.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas da Cláusula 9.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures sendo que o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido.

9.3. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração e da Atualização Monetária, calculada *pro rata temporis* desde a Data da Emissão, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, em até 3 (três) Dias Úteis contados do recebimento, pela Emissora, de comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolizada ou com aviso de recebimento no endereço constante na Cláusula 6.26 desta Escritura, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos na Cláusula 6.16 acima.



9.4. Não obstante disposições em contrário nesta Escritura, não será considerado Evento de Inadimplemento qualquer captação de recursos pela Emissora, incluindo, mas não se limitando, a operações realizadas por meio de financiamento, adiantamento de recursos ou emissão de valores mobiliários, lastreadas ou garantidas por ativos que tenham sido ou venham a ser, de qualquer forma, transferidos à Emissora para o fim exclusivo de realização de referida captação.

9.5. Não obstante disposições em contrário nesta Escritura, não será considerado Evento de Inadimplemento qualquer operação de reorganização societária, transferência de ativos e/ou redução do capital social, realizadas pela Emissora com o intuito exclusivo de fazer com que as participações acionárias indiretamente detidas pelos acionistas da Emissora em sociedades investidas pela Emissora tornem-se participações diretas. Para os fins do art. 174 § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a redução do capital com o objetivo previsto nesta Cláusula 9.5 considerar-se-á, desde já, previamente aprovada pelos Debenturistas.

9.6. Para fins da verificação da ocorrência do Evento de Inadimplemento, todos os valores mencionados nesta Cláusula IX serão atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão até a data da ocorrência do Evento de Inadimplemento, pela variação positiva do IPCA (ou seu equivalente em outras moedas).

CLÁUSULA X DO AGENTE FIDUCIÁRIO

10.1. Nomeação

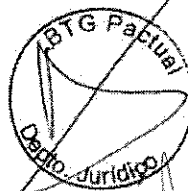
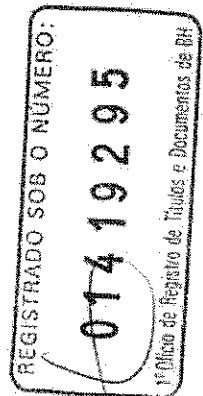
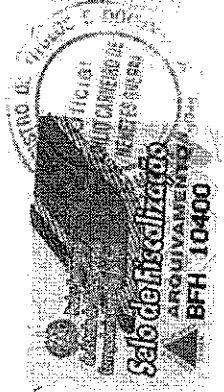
10.1.1. A Emissora constitui e nomeia a **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, acima qualificada, como Agente Fiduciário dos Debenturistas, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos Debenturistas.

10.1.2. O exercício permanente da função de agente fiduciário é privativo das pessoas indicadas no artigo 7º da Instrução CVM nº 28 de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28").

10.2. Substituição

10.2.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

10.2.2. Se a convocação da Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere a Cláusula 10.2.1. acima, não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado,



Versão para Assinatura

caberá à Emissora efetuar-lá, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

10.2.3. A remuneração do novo agente fiduciário será definida na própria Assembleia Geral de Debenturistas que o escolher, observado o disposto na Cláusula 10.2.5. abaixo.

10.2.4. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

10.2.5. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento da distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

10.2.6. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28, e eventuais normas posteriores.

10.2.7. O Agente Fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso a Assembleia Geral de Debenturistas não delibere sobre a matéria, observado que o eventual substituto não poderá, em hipótese alguma, receber remuneração superior ao seu antecessor.

10.2.8. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser operada por meio de aditamento à presente Escritura, aditamento que este deverá ser inscrito na JUCEMG.

10.2.9. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da assinatura desta Escritura e o novo agente fiduciário a partir de eventual aditamento em que for nomeado como substituto para exercer a função, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição.

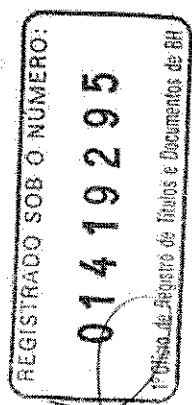
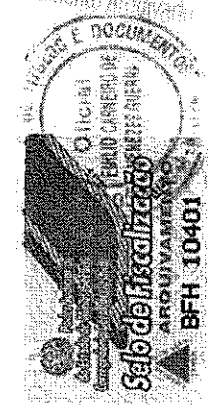
10.2.10. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

10.3. Deveres

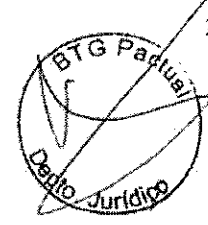
10.3.1. Além de outros previstos em lei, ou em ato normativo da CVM, na presente Escritura e nos Contratos de Garantia, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

(a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios negócios;

Registro de Títulos e Documentos
4º Ofício - RJ
Anexo ao Documento Arquivado



104/163



Registro de Títulos e Documentos

Anexo ao Documento Arquivado

(b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra circunstância que lhe impeça o exercício da função;

(c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

(d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

(e) promover nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;

(f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

(g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;

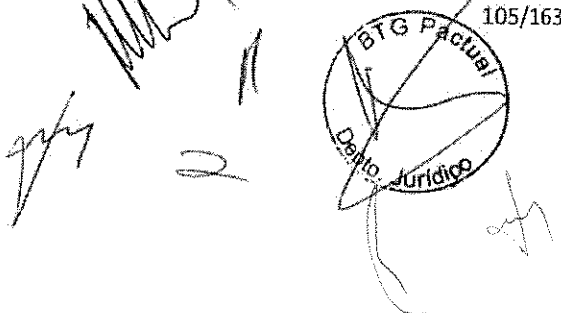
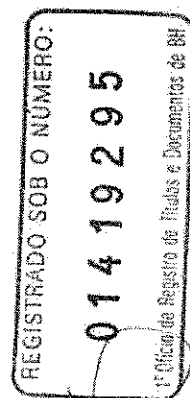
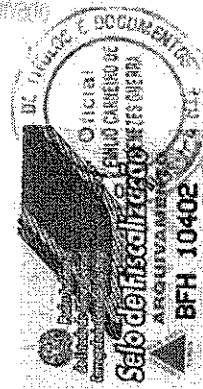
(h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Emissora perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos;

(i) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora;

(j) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, através de anúncio publicado, pelo menos por 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deve efetuar suas publicações;

(k) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

(l) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos as seguintes informações: (i) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na prestação obrigatória de informações pela Emissora; (ii) alterações estatutárias ocorridas no período; (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômico-financeiros e a estrutura de capital da Emissora; (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado; (v) amortização, conversão, reacatuação, aquisição facultativa e



pagamento de rendimento das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora; (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora; (vii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura; (viii) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das Debêntures; e (ix) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário.

(m) disponibilizar exemplar do relatório de que trata a alínea anterior aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais: (i) na sede da Emissora; (ii) no local indicado pelo Agente Fiduciário; (iii) na CVM; (iv) na BM&FBOVESPA; (v) na instituição líder da colocação das Debêntures, inclusive, na hipótese de o prazo para apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo máximo da distribuição primária das Debêntures;

(n) publicar, as expensas da Emissora, no órgão da imprensa estabelecido na Cláusula 2.1.1 desta Escritura, anúncio comunicado aos Debenturistas que o relatório se encontra a sua disposição nos locais indicados na alínea (o) acima;

(o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à Instituição Depositária, à BM&FBOVESPA;

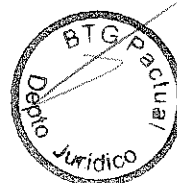
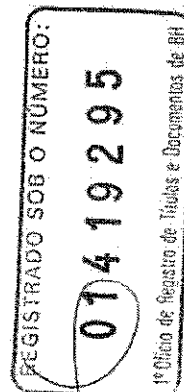
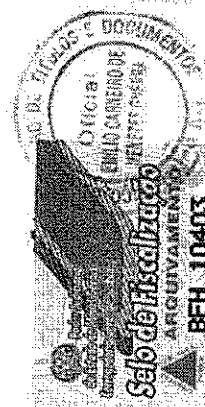
(p) fiscalizar, com obrigações de meio, o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigação de fazer e de não fazer;

(q) notificar os Debenturistas por edital e, se possível, individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias (prazo este aplicável à notificação individual) da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura e nos Contratos de Garantia indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada; (i) à CVM; e/ou (ii) à BM&FBOVESPA;

(r) verificar a regularidade da constituição fiduciária dos Créditos Cedidos Fiduciariamente, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, de acordo com o Relatório Gerencial, requerendo, sempre que entender necessário, a realização da auditoria descrita na Cláusula 6.24.5.1 acima;

(s) acompanhar as obrigações da Emissora nos Contratos de Garantia, bem como cumprir com as obrigações estabelecidas pelo Agente Fiduciário nos Contratos de Garantia;

Registro de Títulos e Documentos
1º Ofício - RJ
Documento Arquivado



Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page, including a circular stamp of the Depto. Jurídico, BTG Pactual, with the number 106/163.

(t) emitir um parecer sobre a insuficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;

(u) calcular e divulgar o IC e o IGR mensalmente, utilizando-se de dados do Relatório Gerencial e informações do Banco Centralizador, conforme indicados nesta Escritura; e

(v) disponibilizar o valor unitário das Debêntures, calculado pela Emissora, aos investidores e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou seu website.

10.4. Atribuições Específicas

10.4.1. Nos casos de ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento ou de deliberação em Assembleia Geral de Debenturistas, quando cabível nos termos desta Escritura, o Agente Fiduciário deverá usar de toda e qualquer ação para proteger os direitos ou defender os interesses dos Debenturistas, devendo para tanto:

(a) declarar observadas as condições desta Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;

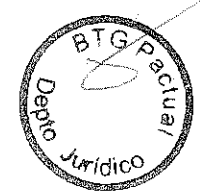
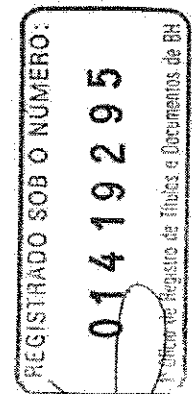
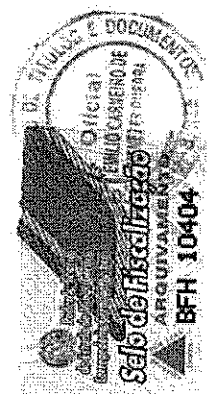
(b) tomar toda e qualquer providência necessária para realização dos créditos dos Debenturistas;

(c) requerer a falência da Emissora após a inobservância desta última de notificação que lhe tenha sido encaminhada requerendo o cumprimento da obrigação em atraso, mediante a concessão de prazo de, pelo menos, 5 (cinco) dias; e

(d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora após a inobservância desta última de notificação que lhe tenha sido encaminhada requerendo o cumprimento da obrigação em atraso, mediante a concessão de prazo de, pelo menos, 5 (cinco) dias.

10.4.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá de responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas da Cláusula anterior, se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar pelo quórum de aprovação de Debenturistas que representem a unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea "d" da mesma Cláusula.

10.4.3. O Agente Fiduciário prestará contas à Emissora das despesas necessárias à salvaguarda dos direitos e interesses dos Debenturistas, para o fim de ser, imediatamente ressarcido pela Emissora. O Agente Fiduciário, no entanto, fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter tais despesas reembolsadas pela Emissora, conforme o caso, caso tenham sido realizadas em



Handwritten signatures and initials, including a large signature on the left and several initials on the right, along with a circular stamp of BTG Pactual Depo. Jurídico.

discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero ou (ii) a função fiduciária que lhe é inerente.

10.4.4. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma da Cláusula 10.4.3 acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

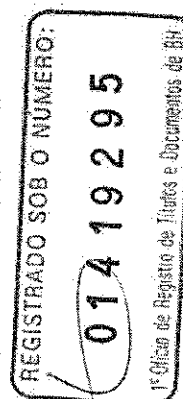
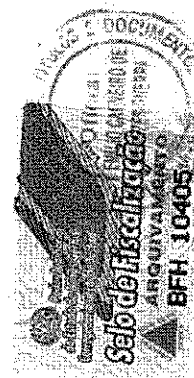
10.4.5. O Agente Fiduciário obriga-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe foram transmitidas pelos Debenturistas e de acordo com as atribuições que lhe são conferidas por lei e pelas demais disposições desta Escritura. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas que lhe forem transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora.

10.4.6. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura, estando o Agente Fiduciário isento, sob qualquer forma ou pretexto de qualquer responsabilidade adicional.

10.4.7. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

10.4.8. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

10.5. Remuneração do Agente Fiduciário.



Handwritten signatures and stamps, including a circular stamp of BTG Pactual, Departamento Jurídico, and the number 108/163.

10.5.1. Serão devidas ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga pelo Coordenador Líder da seguinte forma: parcelas anuais no valor de R\$20.000,00 (vinte mil reais), sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) dia útil após data de assinatura da presente Escritura de Emissão, e os seguintes no mesmo dia dos anos subsequentes.

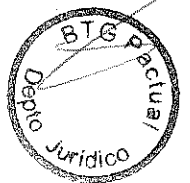
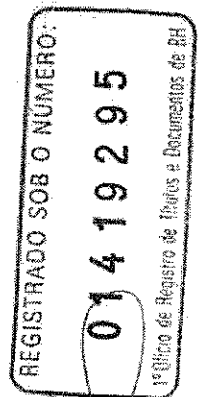
10.5.2. A remuneração será acrescida dos seguintes impostos: ISS (Impostos Sobre Serviços), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição Para Financiamento a Seguridade Social), CSLL (Contribuição Social Sobre Lucro Líquido) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

10.5.3. As parcelas de remuneração serão atualizadas pelo índice geral de Preços do Mercado – IGP – M, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou, na falta deste, ou na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da Data de Emissão a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário.

10.5.4. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

10.5.5. A remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

10.5.6. As remunerações não incluem as despesas como viagens, alimentação, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço a serem cobertas pela Emissora, após, sempre que possível, prévia aprovação. Não estando incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditorias nas garantias concedidas ao empréstimo e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento do empréstimo. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora. O Agente Fiduciário, no entanto, fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter tais despesas reembolsadas pela Emissora, conforme o caso, caso tenham sido realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero ou (ii) a função fiduciária que lhe é inerente.



10.5.7. Fica acordado que o Agente Fiduciário devolverá ao Coordenador Líder, no caso de sua substituição, seja por renúncia ou por deliberação dos Debenturistas em Assembleia Geral, o valor líquido de impostos do honorário previsto no item 10.5.1 acima, referente ao serviço não prestado.

10.5.8. No caso de inadimplemento da Emissora todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também gastos com honorário advocatícios, incluem de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionada a solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais relacionadas a presente Emissão serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

10.5.9. Eventuais obrigações adicionais do Agente Fiduciário ou alteração nas características da Emissão facultarão às partes requerer a revisão dos honorários propostos.

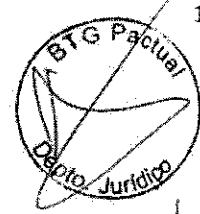
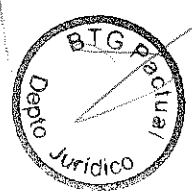
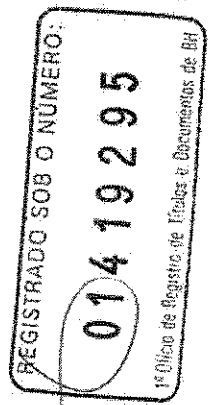
CLÁUSULA XI DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

11.1. *Convocação.* Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matérias de interesses na comunhão dos Debenturistas ("Assembleia Geral").

11.1.2. A Assembleia Geral dos Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

11.1.3. A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes no órgão de imprensa estabelecido na Cláusula 6.25 desta Escritura, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

11.1.4. Será considerada válida a Assembleia que comparecer a totalidade dos Debenturistas independentemente de convocação.



11.2. Quórum de Instalação. As Assembleias Gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quórum, conforme previsto no artigo 71, §3º da Lei das Sociedades por Ações.

11.2.1. Para os efeitos da presente Escritura, considera-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora ou detidas por seus controladores, diretos ou indiretos, controladas ou coligadas, bem como por seus respectivos executivos e administradores e respectivos parentes até segundo grau.

11.3. Mesa Diretora. A presidência da Assembleia Geral dos Debenturistas caberá ao Debenturista eleitos pelos Debenturistas ou aquele que for designado pela CVM.

11.4. Quórum de Deliberação. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não.

11.4.1. A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures dependerá de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

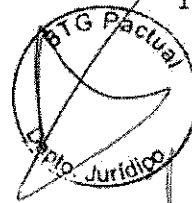
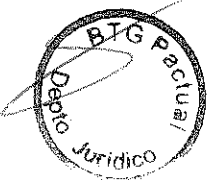
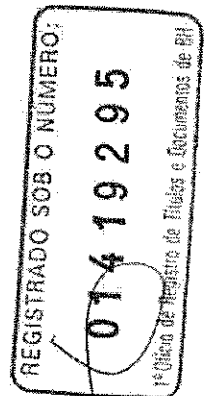
11.4.2. As alterações referentes: (i) à redução da Remuneração aplicável às Debêntures, à alteração de prazos de vencimento e aos pagamentos de principal, da Remuneração e/ou da Atualização Monetária; (ii) a qualquer modificação nas Cláusulas VIII e IX desta Escritura, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário, e (iii) a qualquer dos termos da Garantia, ou dos Contratos de Garantia, dependerão de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

11.4.3. Toda e qualquer alteração nas Cláusulas ou condições previstas nesta Escritura, ressalvadas as alterações indicadas na Cláusula 11.4.2 acima, dependerá de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, exceto se houver outro quórum específico previsto para a matéria.

11.4.4. Toda e qualquer alteração dos quóruns previstos nesta Escritura dependerá da aprovação dos Debenturistas, com um quórum no mínimo igual ao que esta sendo alterado.

11.4.5. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais dos Debenturistas.

11.4.6. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.



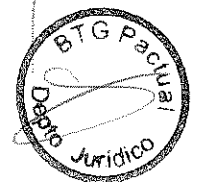
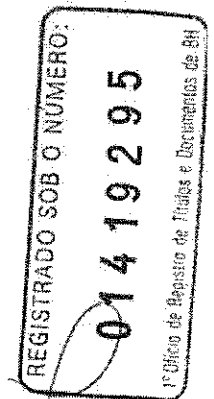
11.4.7. Aplica-se às Assembleias Gerais de Debenturistas no que couber, o disposto na lei das Sociedades por Ações, sobre assembleia geral de acionistas.

CLÁUSULA XII
DECLARAÇÕES E GARANTIAS

12.1. Declarações e Garantias do Agente Fiduciário.

12.1.1. O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora, na data da assinatura desta Escritura que:

- (a) é uma sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e regular segundo as leis da República Federativa do Brasil;
- (b) esta devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com as suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) não tem qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, §3º, da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares, para exercer a função que lhe é conferida;
- (d) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (e) a celebração desta Escritura e os Contratos de Garantia contém obrigações válidas e vinculantes do Agente Fiduciário, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (f) é uma instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (g) o representante legal que assina esta escritura tem poderes estatutários e/ou delegados para assumir em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (h) nos termos da alínea "k", inciso XVII do art. 12 da Instrução CVM 28, além de sua atuação como Agente Fiduciário da presente Emissão, não atua e não presta serviços de agente fiduciário para a Emissora, ou para sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora;
- (i) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer, plenamente, suas funções;



X X

Handwritten signatures and stamps, including a circular stamp of BTG Pactual Jurídico with the number 112/163.

Versão para Assinatura

Registro de Títulos e Documentos

4º Ofício - RJ

Anexo ao Documento Autuado

(j) aceita integralmente todas as Cláusulas e condições da Escritura e dos Contratos de Garantia;

(k) está ciente da regulamentação aplicável às Debêntures e à Emissão, emanada na CVM, do Banco Central do Brasil e demais autoridades e órgãos competentes;

(l) verificou a veracidade das informações, observados os termos da Cláusula 12.2.1. abaixo, contidas nesta Escritura na Data de Emissão, nos documentos e informações prestados pela Emissora; e

(m) na data de assinatura da presente Escritura, a garantia real não está devidamente constituída e exequível, sendo certo que sua constituição está sujeita aos registros nos prazos previstos no Contrato de Cessão Fiduciária, bem como verificou que a garantia real é suficiente em relação ao saldo devedor das Debêntures, na Data de Emissão.

12.1.2. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias em atos de administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido, ou seja, encaminhado pela Emissora, para se basear nas suas decisões.

12.2. Declarações e Garantias da Emissora

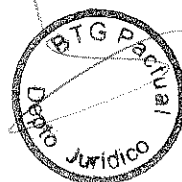
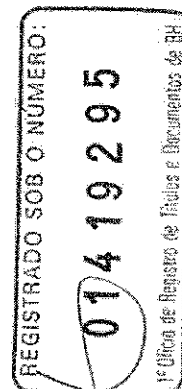
12.2.1. A Emissora declara e garante neste ato que:

(a) está devidamente autorizada a celebrar os Contratos da Emissão e a cumprir com todas as obrigações neles previstas, possuindo capacidade legal e os poderes necessários para celebrar todos os documentos no âmbito da Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(b) a celebração desta Escritura e dos Contratos de Garantia, bem como a colocação e distribuição das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto pela Garantia e por aqueles já existentes na presente data; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

(c) a celebração desta Escritura, dos Contratos de Garantia, e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;

(d) esta Escritura e os Contratos de Garantia, e as obrigações aqui previstas constituem obrigações da Emissora, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;



Handwritten signatures and initials are present at the bottom of the page, along with a circular stamp of BTG Pactual, Departamento Jurídico, and the number 113/163.

(e) as informações financeiras da Emissora, em todos os seus aspectos relevantes, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e foram devidamente elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil;

(f) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas são verdadeiros, consistentes, precisos, completos, corretos e suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre as Debêntures, tendo sido disponibilizadas informações sobre as operações relevantes da Emissora, bem como sobre os direitos e obrigações relevantes delas decorrentes;

(g) a Emissora está cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;

(h) não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental, que seja de conhecimento da Emissora, que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora e em sua condição financeira;

(i) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;

(j) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente as suas funções; e

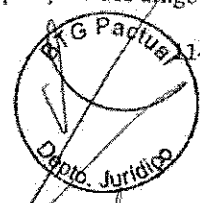
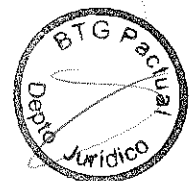
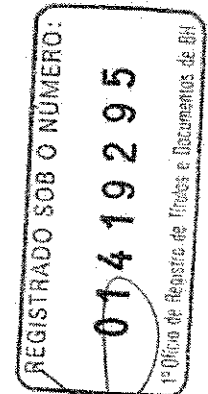
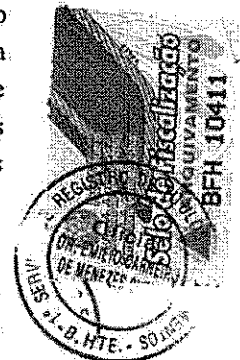
(k) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante da Emissora, exequível de acordo com seus termos e condições.

12.2.2. A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretatável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e /ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios razoáveis) diretamente incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula XII.

CLÁUSULA XIII

TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL E EXECUÇÃO ESPECÍFICA

13.1. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica submetendo-se às disposições dos artigos 461,



632, e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

CLÁUSULA XIV
DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Esta Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.

14.2. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba a quaisquer das partes e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da outra parte prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como constituindo uma renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pelas partes nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

14.3. A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas, ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

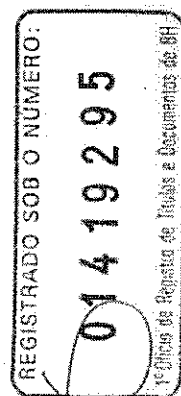
14.4. O Agente Fiduciário não é obrigado, para se basear nas suas decisões, a efetuar qualquer verificação de veracidade das deliberações societárias e atos da administração da Emissora ou ainda de qualquer documento ou registro que considere autêntico e que tenha sido, ou seja, encaminhado pela Emissora ou por seus colaboradores. O Agente Fiduciário não será ainda, em nenhuma circunstância, responsável pela elaboração destes documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

14.5. Nos termos do Contrato de Prestação de Serviços Técnicos firmado entre a PBH ATIVOS e o Coordenador Líder para a assessoria financeira para a estruturação e distribuição pública de valores mobiliários em 27 de fevereiro de 2013, Processo 01.009.558.13-48, correrão por conta do Coordenador Líder todos os custos razoáveis e devidamente comprovados, incorridos com a estruturação, registro e distribuição da Oferta, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, do Escriturador, do Banco Liquidante e demais prestadores de serviços. Demais despesas e custos relacionados às Debêntures e não previstos no referido Contrato de Prestação de Serviços, inclusive para a manutenção da

Registro de Títulos e Documentos

4º Ofício - RJ

Anexo ao Documento Registrado



Handwritten initials 'A A'.

Handwritten signatures and stamps, including a circular stamp of BTG Pactual, Departamento Jurídico, and the number 115/163.

estrutura, cobrança do crédito e demais obrigações previstos nesta Escritura serão suportados pela Emissora ("Despesas").

Registro de Títulos e Documentos

4º Ofício - RJ

14.5.1 A Emissora obriga-se a reembolsar os Debenturistas ou o Agente Fiduciário por quaisquer Despesas que os Debenturistas ou o Agente Fiduciário venham a incorrer para exercício de seus direitos, desde que razoáveis e devidamente comprovadas.



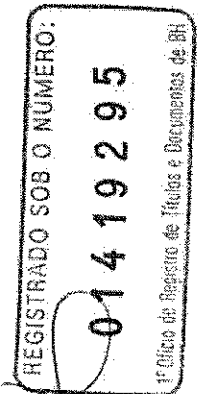
14.6. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

14.7. Fica eleito o Foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura e para execução das obrigações de pagamento previstas nessa Escritura, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as partes certas e ajustadas firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas que também o assinam.

Belo Horizonte, MG, [•] de [•], de 2014.

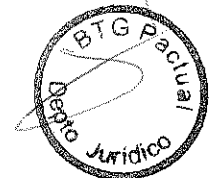
[prestante da página intencionalmente deixado em branco]



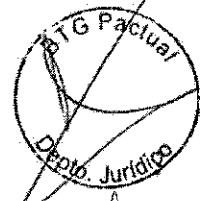
ANEXO I À ESCRITURA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES COM GARANTIA REAL

**LISTA DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS QUE ATUAM COMO
ARRECADADORES DE RECURSOS DO MUNICÍPIO
(BANCOS ARRECADADORES)**

- Banco do Brasil S.A.
- Banco Bradesco S.A.
- Banco Cooperativo do Brasil S.A.
- Banco Citibank S.A.
- HSBC Bank Brasil S.A.
- Itaú Unibanco S.A.
- Banco Mercantil do Brasil S.A.
- Banco Safra S.A.
- Banco Santander (Brasil) S.A.
- Caixa Econômica Federal.

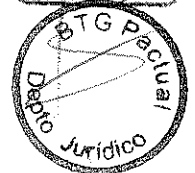
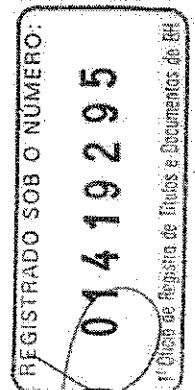


Handwritten signatures and initials, including a large signature at the top and several initials at the bottom right.



Registro de Títulos e Documentos
4º Ofício - RJ
TIA
Arquivo de Documentos Arquivado

REAL

[illegible]

Versão para Assinatura

Registro de Títulos e Documentos

9º Ofício - RJ

Arquivo de Inventário Arquivado

**ANEXO III À ESCRITURA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES COM GARANTIA
REAL**

LAYOUT DO RELATÓRIO GERENCIAL

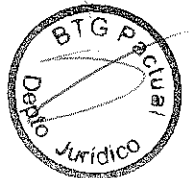
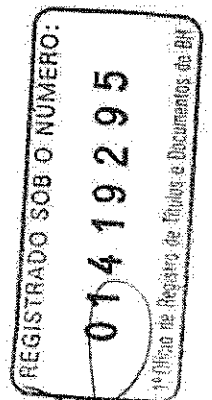
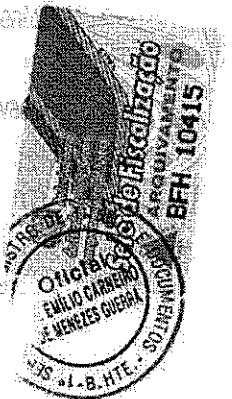
Quanto às informações referentes ao mês imediatamente anterior que devem ser enviadas até o dia [•] de cada mês, um relatório contendo o seguinte:

Saldo atualizado da carteira de Direitos de Crédito Autônomos apurada para o último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior, discriminada:

Carteira Ativa	R\$ [•]
Carteira de Direitos de Crédito Autônomos Rompidos (Créditos que estão em processamento pelo Município por qualquer motivo)	R\$ [•]
Valor dos Direitos de Crédito Autônomos em atraso, há mais de 30 dias e cujo rompimento ainda não tenha sido ocorrido no mês calendário imediatamente anterior.	R\$ [•]

Quanto às informações referentes ao mês em questão, que devem ser enviadas até o dia [•] de cada mês, um relatório contendo o seguinte:

Valor dos Direitos de Crédito Autônomos cuja data de vencimento ocorra no mês calendário do relatório: (Valor esperado para o recebimento de Direitos de Crédito Autônomos para o mês calendário do relatório).	R\$ [•]
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------

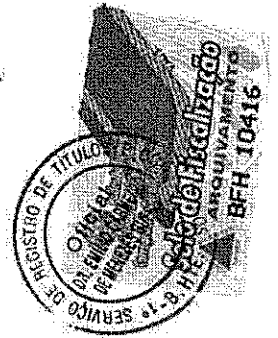


Versão para Assinatura

ANEXO IV À ESCRITURA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES COM GARANTIA

REAL

VALOR DO ÍNDICE DE COBERTURA (IC) MÊS A MÊS

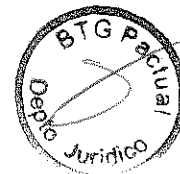
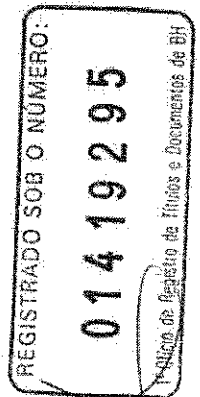


[.]

Registro de Títulos e Documentos

4º Ofício - RJ

Anexo ao Documento Arquivado



[Handwritten signatures and marks]

BTG Pactual
Depo Jurídico

119/163

ANEXO I
MINUTA DO CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS

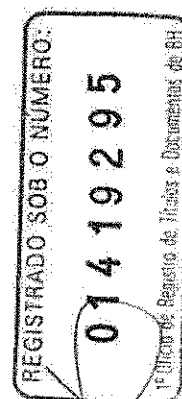
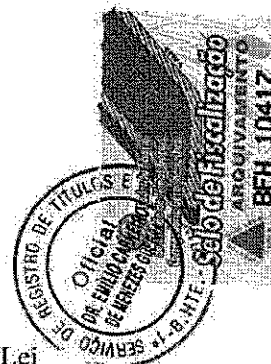
CONTRATO DE CUSTÓDIA DE RECURSOS FINANCEIROS
E ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS VINCULADAS

Pelo presente instrumento particular, as partes:

1. **PBH ATIVOS S.A.**, sociedade de economia mista, cuja criação foi autorizada pela Lei Municipal nº 10.003 de 25 de novembro de 2010 ("Lei Municipal 10.003/10"), com sede na Avenida Afonso Pena, nº 774, Bairro Centro, CEP 30.130-003, Belo Horizonte, Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.593.766/0001-79, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Presidente Sr. Edson Ronaldo Nascimento ("Emissora" ou "PBH ATIVOS");
2. **MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE**, estabelecido na Avenida Afonso Pena, nº 1212, Bairro Centro, CEP nº 30130-908, Minas Gerais, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Marcio Araújo de Lacerda e pelo Secretário Municipal de Finanças, Sr. Marcelo Piancastelli de Siqueira ("Cedente" ou "Município");
3. **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4200, bloco 04, sala 514, Bairro Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social por seus representantes abaixo assinados, na qualidade de agente fiduciário, e representante legal da comunhão de titulares das debêntures da segunda emissão da Emissora ("Agente Fiduciário");
4. **BANCO DO BRASIL S.A.**, instituição financeira constituída sob a forma de sociedade anônima, com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, na [·], nº [·], inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.000.000.000/0001-99, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seus representantes abaixo assinados, ("Banco Centralizador");
5. **BANCO BTG PACTUAL S.A.**, instituição financeira constituída sob a forma de sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 14º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.306.294/0002-26, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social por seus representantes legais abaixo assinados, como contratante dos serviços ("Contratante dos Serviços" ou "Custodiante");

e, ainda, na qualidade de intervenientes-anuentes:

6. **SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE BELO HORIZONTE**, estabelecida na Rua Espírito Santo, nº 605, 5º andar, Centro CEP 30.160.030, Belo Horizonte, Minas Gerais,



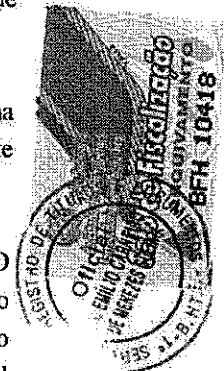
neste ato representada pelo Secretário Municipal de Finanças, Sr. Marcelo Piancastelli de Siqueira ("SMF");

7. PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, estabelecida na Rua dos Timbiras, nº 628, Funcionários, CEP 30.140.060, Belo Horizonte, Minas Gerais, neste ato representada pelo Procurador Geral do Município, Dr. Rúsvel Beltrame Rocha ("PGM"); e

8. EMPRESA DE INFORMÁTICA E INFORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE S/A – PRODABEL, estabelecida na Av. Presidente Carlos Luz, nº 1275, Bairro Caparaó, CEP: 31.230-000, município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social por seu diretor Haldley Campolina Vidal ("PRODABEL" e, quando em conjunto com a PGM e a SMF, a seguir referidos simplesmente como "Intervenientes Anuentes").

CONSIDERANDO QUE:

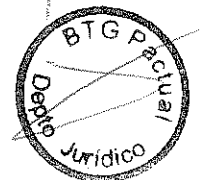
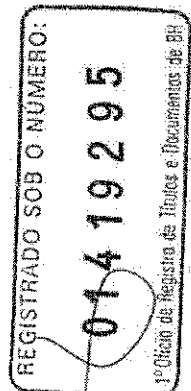
- (a) O Município instituiu um programa de parcelamento de certos créditos tributários ou não tributários vencidos ao qual o contribuinte ou sujeito passivo de tais débitos ("Contribuinte") poderia aderir, por meio de procedimentos administrativos ou judiciais de parcelamento ("Parcelamentos");
- (b) o Cedente foi autorizado, por força da Lei Municipal 10.003/10 e da Lei Municipal 7.932 de 30 de dezembro de 1999, conforme alterada ("Lei Municipal 7.932/99"), a ceder à Emissora, a título oneroso, direitos de crédito autônomos para recebimento do fluxo de pagamentos decorrentes dos créditos tributários ou não tributários vencidos e parcelados pelo Contribuinte através dos Parcelamentos ("Direitos de Crédito Autônomos"), que se encontram ou não inscritos na dívida ativa do Município ("Créditos Tributários ou Não Tributários");
- (c) a Emissora, conforme estabelecido em seu objeto social, sua lei de criação e nos termos de seu estatuto social, aprovado pelo Decreto Municipal nº 14.444 de 09 de junho de 2011, tem, entre outros, competência para: (i) titular, administrar e explorar economicamente ativos municipais; (ii) auxiliar o Tesouro Municipal na captação de recursos financeiros, podendo, para tanto, colocar no mercado obrigações de emissão própria, receber, adquirir, alienar e dar em garantia os ativos, créditos, títulos e valores mobiliários da sociedade; e (iii) estruturar e implementar operações que visam à obtenção de recursos junto ao mercado de capitais;
- (d) de tal modo, nos termos do artigo 7º da Lei Municipal 7.932/99, a Cedente, a Emissora, o Custodiante e o Agente Fiduciário, com a anuência dos Intervenientes Anuentes, formalizaram a cessão dos Direitos de Crédito Autônomos, por meio da celebração do Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças ("Contrato de Cessão Onerosa"), firmado em 10 de janeiro de 2014 e por meio da assinatura do Termo de



Registro de Títulos e Documentos

4º Ofício - RJ

Anexo 20, Documento Arquivado



Cessão e dos Boletins de Subscrição, conforme definidos, respectivamente, no Contrato de Cessão Onerosa e na Escritura da Primeira Emissão;

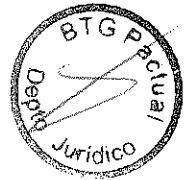
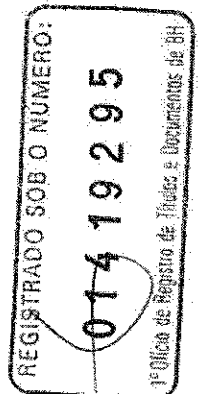
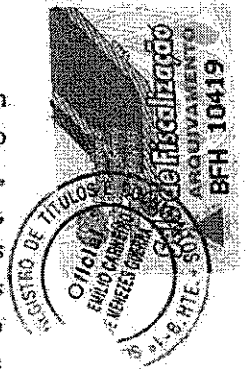
(e) nos termos do Contrato de Cessão Onerosa, os Direitos de Crédito Autônomos formam um conjunto de recebíveis determinado, identificados (i) por código criptografado fornecido pelo Município, por meio do qual seja identificado cada Parcelamento ("Código Criptografado") e, também, (ii) devidamente relacionados e identificados em CD-ROM, devidamente numerado, identificado e sem possibilidade de editoração, sendo que tal CD-ROM contém todas as informações necessárias e que permitem a perfeita individualização e identificação dos Direitos de Crédito Autônomos, inclusive contendo informações que permitirão a perfeita identificação de cada Contribuinte devedor dos Direitos de Crédito Autônomo, mediante decodificação dos Códigos Criptografados, em estrita observância da legislação vigente, nas hipóteses previstas no Contrato de Cessão Onerosa ("CD-ROM") entregues para custódia pelo Custodiante, sob dever de sigilo, e que deverá guardá-lo na qualidade de fiel depositário;

(f) foram emitidas, em [●], pela Emissora, [●] debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada ("Debêntures Subordinadas"), de forma privada, as quais foram totalmente subscritas pelo Cedente e por ele integralizadas mediante a cessão dos Direitos de Crédito Autônomos ("Emissão de Debêntures Subordinadas");

(g) as condições e características da Emissão das Debêntures Subordinadas estão descritas no Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão Privada de Debêntures Simples. Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, da PBH ATIVOS S.A. firmada em 10 de janeiro de 2014 entre a Emissora e o Município, e, como intervenientes anuentes, a SMF e a PGM ("Escritura da Primeira Emissão");

(h) a Emissora realizará, ainda, a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real representada por cessão fiduciária de direitos creditórios ("Debêntures com Garantia Real"), em série única, sob o regime de garantia firme de colocação ("Segunda Emissão"), sendo que as Debêntures com Garantia Real serão objeto de oferta pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos previstos na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº. 476 de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, visando à obtenção de recursos para realizar a amortização das Debêntures Subordinadas;

(i) as condições e características da Segunda Emissão serão descritas no Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão, sendo a 1ª (Primeira) Pública, de Debêntures Simples. Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, Para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, em Série Única, da PBH ATIVOS S.A. ("Escritura da Segunda Emissão") a ser firmado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, com a SMF e a PGM como intervenientes anuentes;



Handwritten signature or mark.

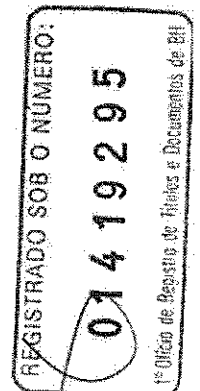
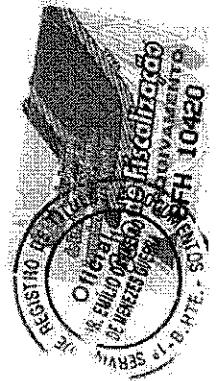
Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page, including a circular stamp of the BTG Pactual Department of Legal (Departamento Jurídico).

(j) a Escritura da Segunda Emissão preverá, ainda, que os Créditos Cedidos Fiduciariamente (conforme definido no Considerando I abaixo), serão cedidos fiduciariamente em favor dos titulares das Debêntures com Garantia Real ("Debenturistas"), conforme Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receita e Outras Avenças da PBH ATIVOS S.A., a ser celebrado entre a Emissora, o Município e o Agente Fiduciário, com a interveniência da SMF e da PGM ("Contrato de Cessão Fiduciária"), a título de garantia fiel e cabal do cumprimento de todas as obrigações decorrentes das Debêntures com Garantia Real, da Escritura da Segunda Emissão e dos contratos de garantia a ela relacionados, e eventuais aditivos ou prorrogações, obrigações essas principais, acessórias e moratórias presentes e futuras, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora, no âmbito da Segunda Emissão, inclusive o principal da dívida, juros ordinários e de mora, encargos moratórios, multas, atualização monetária, tributos ou contribuições, além das despesas razoáveis e comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário para defesa, conservação e satisfação integral dos Debenturistas e outras despesas previstas ou decorrentes dos respectivos instrumentos contratuais, seja em juízo ou fora dele ("Obrigações Garantidas");

(k) os recursos decorrentes do recebimento dos pagamentos referentes aos Créditos Cedidos Fiduciariamente (conforme abaixo definido) serão depositados em contas correntes centralizadoras e vinculadas, de titularidade da Emissora ou do Município, conforme o caso, movimentáveis, única e exclusivamente pelo Banco Centralizador, com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário, até o pagamento integral das Obrigações Garantidas, nos termos deste Contrato;

(l) como garantia real das obrigações assumidas na Escritura da Segunda Emissão, a Emissora e o Município (no caso do Município, exclusivamente no que se refere aos direitos sobre a titularidade da Conta Centralizadora do Município) cederão, na forma do Contrato de Cessão Fiduciária, em favor do Agente Fiduciário, este na qualidade de representante dos Debenturistas, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta dos seguintes direitos, em cessão fiduciária em garantia, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições ("Créditos Cedidos Fiduciariamente"), os quais deverão ter sido transferidos da Conta Centralizadora da Emissora ou da Conta Centralizadora do Município (abaixo definidas), líquidos dos Recursos Excluídos, para a Conta de Recebimento (abaixo definidos):

- (i) os Direitos de Crédito Autônomos;
- (ii) os direitos detidos pela Emissora emergentes do Contrato de Cessão Onerosa, incluindo, mas não se limitando, ao direito de indenização; e
- (iii) todos os recursos, direitos de crédito e acessórios relacionados aos Direitos de Crédito Autônomos, já desconsiderando os Recursos Excluídos (conforme definidos na cláusula 1.2 do Anexo I), depositados ou a serem depositados e mantidos, nas Contas Vinculadas (conforme definidas abaixo, e os quais



deverão ser aplicados pelo Banco Centralizador na noite do Dia Útil de seu depósito em Investimento Permitido, conforme definido e na forma prevista no Anexo IV, cujos títulos, cotas, ativos e rendimentos correspondentes também farão parte dos Créditos Cedidos Fiduciariamente), bem como todos os direitos sobre as Contas Vinculadas, cuja movimentação se dará exclusivamente nos termos deste Contrato.

(m) o Município e o Banco Centralizador firmaram o Contrato de Prestação de Serviços Financeiros e Outras Avenças nº 01.2011.0802.0001.00.00, o qual prevê, na Cláusula Primeira, alínea "b", item 2, a prestação de serviços de recebimento de tributos e, no parágrafo primeiro, o compromisso de consultar o Banco Centralizador sobre o interesse na prestação de serviços não previstos no referido contrato, os quais se incluem aqueles descritos neste Contrato; e

(n) a Emissora, o Município e o Contratante dos Serviços desejam contratar o Banco Centralizador e o Banco Centralizador deseja ser contratado para prestar serviços de custódia de recursos financeiros e administração das Contas Vinculadas (abaixo definidas) nos termos do presente Contrato de Custódia de Recursos Financeiros e Administração de Contas Vinculadas ("Contrato").

ISTO POSTO, as partes ajustam o seguinte:

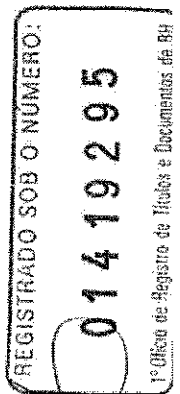
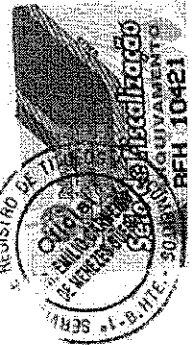
CLÁUSULA I OBJETO

1.1 O Banco Centralizador prestará serviços de custódia de recursos financeiros e de recebimento dos Créditos Cedidos Fiduciariamente, bem como de administração das Contas Vinculadas, conforme previsto neste Contrato.

1.2 Para prestação dos serviços objeto deste Contrato o Banco Centralizador manterá as seguintes Contas Vinculadas:

(i) conta vinculada nº 15.678-7, agência 1615-2 mantida junto ao Banco Centralizador, de titularidade do Município, exclusivamente vinculada a este Contrato, na qual serão depositados, dentre outros créditos, a totalidade dos recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos que venham a ser recebidos em decorrência de pagamentos realizados por débito automático nas contas correntes indicadas pelos Contribuintes; a ser movimentada exclusivamente pelo Banco Centralizador, com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário, até o integral pagamento das Obrigações Garantidas ("Conta Centralizadora do Município")

(ii) conta vinculada nº 14.732-X, agência 1615-2 mantida junto ao Banco Centralizador, de titularidade da Emissora, exclusivamente vinculada a este Contrato, na qual serão



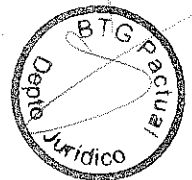
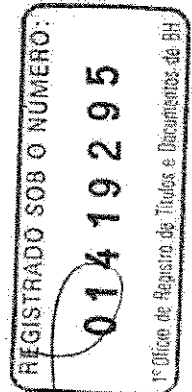
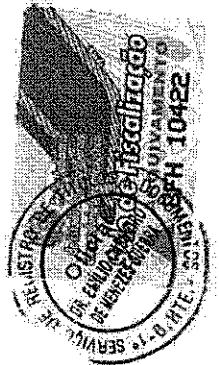
Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page, including a circular stamp of BTG Pactual Depósito Jurídico with the number 124/163.

depositados a totalidade dos recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos que venham a ser recebidos em decorrência de pagamentos realizados através de boletos, a ser movimentada exclusivamente pelo Banco Centralizador, com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário, até o integral pagamento das Obrigações Garantidas ("Conta Centralizadora da Emissora");

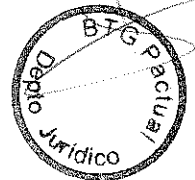
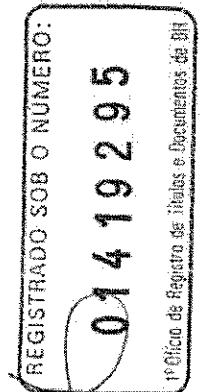
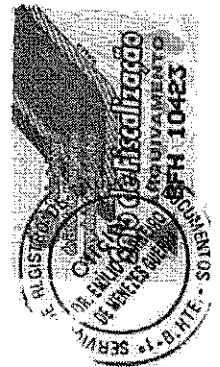
(iii) conta vinculada nº 14.898-9, agência 1615-2 mantida junto ao Banco Centralizador, de titularidade da Emissora, exclusivamente vinculada a este Contrato, para a qual serão transferidos os recursos da Conta Centralizadora do Município e da Conta Centralizadora da Emissora e os recursos recebidos em decorrência de litígio judicial, nos termos da Cláusula 5.3 (a) do Anexo I ao presente, já excluídos os Recursos Excluídos, e mantidos os recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos (bem como os rendimentos e os recursos decorrentes do Investimento Permitido, realizado com recursos desta conta), a ser movimentada exclusivamente pelo Banco Centralizador com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário até o integral pagamento das Obrigações Garantidas, observado o IGR e o IC previstos na Escritura de Segunda Emissão ("Conta de Recebimento");

(iv) conta vinculada nº 14.915-2, agência 1615-2 mantida junto ao Banco Centralizador, de titularidade da Emissora, exclusivamente vinculada a este Contrato, na qual será depositado e mantido o montante equivalente à próxima parcela vincenda de amortização do valor nominal unitário das Debêntures com Garantia Real (descritos no Anexo III), acrescida de valor equivalente à próxima parcela vincenda de remuneração das Debêntures com Garantia Real projetadas pelo Agente Fiduciário (bem como os rendimentos do Investimento Permitido, realizado com recursos desta conta), a ser movimentada exclusivamente pelo Banco Centralizador, com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário, até o integral pagamento das Obrigações Garantidas ("Conta de Pagamento");

(v) conta vinculada nº 14.917-9, agência 1615-2 mantida junto ao Banco Centralizador, de titularidade da Emissora, exclusivamente vinculada a este Contrato, e constituída para completar o pagamento das amortizações programadas e o pagamento da remuneração das Debêntures com Garantia Real, na qual será depositado e mantido o montante equivalente ao Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, conforme definido na cláusula 5.10 do Anexo I (bem como os rendimentos do Investimento Permitido, realizado com recursos desta conta), a ser movimentada exclusivamente pelo Banco Centralizador com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário até o integral pagamento das Obrigações Garantidas ("Conta de Serviço de Dívida", e, em conjunto com a Conta Centralizadora do Município, a Conta Centralizadora da Emissora, a Conta de Recebimento e a Conta de Pagamento, "Contas Vinculadas").



- 1.2.1 Os prazos e especificidades relacionadas aos valores recebidos nas referidas Contas Vinculadas estão devidamente descritos nas condições operacionais constantes do Anexo I a este Contrato.
- 1.2.2 Adicionalmente, o Banco Centralizador manterá a conta corrente nº 14932-2, agência 1615-2, de titularidade da Emissora, de livre movimentação pela Emissora, para a qual serão transferidos, no Dia Útil subsequente, os eventuais recursos excedentes das Contas Vinculadas, respeitadas as disposições operacionais do Anexo I deste Contrato ("Conta de Livre Movimentação"), bem como da Escritura da Segunda Emissão, do Contrato de Cessão Onerosa e do Contrato de Cessão Fiduciária.
- 1.3 O Banco Centralizador movimentará as Contas Vinculadas em estrita obediência ao estabelecido no Anexo I a este Contrato. De acordo com o Contrato de Cessão Onerosa, o Município, a Emissora e o Agente Fiduciário concordam, de forma irrevogável e irretratável, e declaram estar cientes de que a referida movimentação é exclusiva do Banco Centralizador, com prévia e expressa autorização do Agente Fiduciário, até o integral pagamento das Obrigações Garantidas, o que será comunicado pelo Agente Fiduciário às demais partes deste Contrato.
- 1.4 O Banco Centralizador somente poderá movimentar as Contas Vinculadas de maneira diversa da prevista no Anexo I a este Contrato, na hipótese de ordem judicial, mandamento legal ou regulamentar, observadas as disposições previstas nos itens 1.4.1, 1.4.2 e 1.4.3 abaixo.
- 1.4.1 Na hipótese de o cumprimento da cláusula 1.4 acima resultar em bloqueio das Contas Vinculadas, o Banco Centralizador deverá notificar por escrito, tal fato à Emissora e ao Agente Fiduciário tão logo seja possível, mas dentro do prazo de 10 (dez) dias contados do bloqueio.
- 1.4.2 Na hipótese de a ordem judicial ou mandamento, nos termos da cláusula 1.4 acima, impor a transferência de recursos constantes das Contas Vinculadas ou qualquer outra movimentação das Contas Vinculadas de maneira diversa da prevista no Anexo I a este Contrato, o Banco Centralizador deverá notificar, por escrito, tal fato à Emissora e ao Agente Fiduciário tão logo seja possível, mas dentro do prazo de 10 (dez) dias contados da implementação da operação imposta.
- 1.4.3 O dever de notificação previsto nas cláusulas acima não afastará a obrigação de cumprimento da ordem judicial, mandamento legal ou regulamentar, independentemente de anuência por parte da Emissora ou do Agente Fiduciário.



1.5 A Emissora e o Município autorizam o Banco Centralizador, neste ato e de forma irrevogável e irretirável, a fornecer ao Agente Fiduciário e à PRODABEL e o Agente Fiduciário a repassar aos Debenturistas, quando solicitado, todas as informações referentes a qualquer movimentação e o saldo das Contas Vinculadas, inclusive, a liberação de acesso total às Contas Vinculadas, através da modalidade de autoatendimento, disponibilizado pelo Banco Centralizador através da internet ("Auto Atendimento Setor Público Banco do Brasil"), renunciando expressamente ao direito de sigilo bancário em relação a tais informações, de acordo com o inciso V, parágrafo 3º, artigo 1º, da Lei Complementar nº 105 de 10 de janeiro de 2001.

1.6 A Emissora e o Município, neste ato, em caráter irrevogável e irretirável, e para todos os fins e efeitos de direitos, inclusive, sem qualquer limitação, do previsto no artigo 117 do Código Civil Brasileiro e das normas do Banco Central do Brasil que forem aplicáveis e nos termos dos artigos 653 e seguintes do Código Civil, (a) outorgam, por meio deste Contrato, ao Banco Centralizador todos os poderes, autorizações e instruções que forem necessárias para que efetue os desembolsos das Contas Vinculadas, assim como os respectivos pagamentos e transferências, nos termos e condições previstos neste Contrato, na Escritura da Segunda Emissão, no Contrato de Cessão Onerosa e no Contrato de Cessão Fiduciária; e (b) concordam que nenhuma instrução ou autorização posterior da Emissora ou do Município será necessária para permitir que o Banco Centralizador efetue os referidos desembolsos, pagamentos e transferências e concorda, ainda, que tais desembolsos, pagamentos e transferências atenderão, por si só, às obrigações do Banco Centralizador previstas neste Contrato, no que concerne aos recursos dessa forma desembolsados, pagos e transferidos, tão integralmente e com a mesma eficácia, como se tais desembolsos, pagamentos e transferências tivessem sido efetuados diretamente pela Emissora ou pelo Município. Na medida permitida pela lei aplicável, a Emissora e o Município, por este ato, em caráter irrevogável e incondicional, renunciam a quaisquer eventuais direitos, que lhe sejam assegurados pela lei aplicável, no que se refere à relação cliente-banco havida entre a Emissora e o Município e o Banco Centralizador, ficando estabelecido, contudo, que o Banco Centralizador ficará responsável, perante a Emissora e perante o Município por má-fé, dolo, fraude ou culpa no cumprimento de suas obrigações previstas no presente Contrato. Tal mandato é outorgado como condição deste Contrato, a fim de assegurar o cumprimento das obrigações aqui estabelecidas e é irrevogável, nos termos do artigo 684 do Código Civil. Tal mandato deverá ser válido e eficaz pelo prazo de vigência deste Contrato e ou enquanto subsistirem as Obrigações Garantidas.

CLÁUSULA II CONTINGÊNCIAS

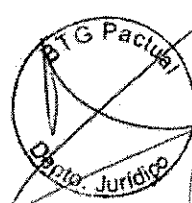
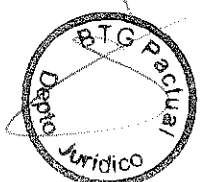
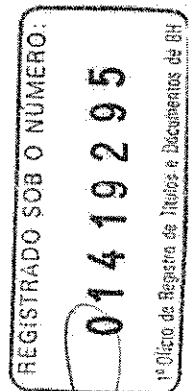
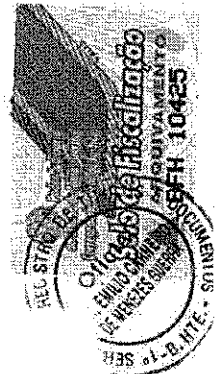
2.1 As partes obrigam-se a manter sistemas, meios de telecomunicação, local e pessoal treinado para impedir interrupções na execução das atividades objeto deste Contrato, decorrentes de

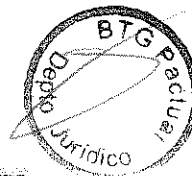
atos ou fatos imprevistos, tais como greves e falhas de sistemas de informática e telecomunicações.

- 2.2 A despeito de as partes adotarem procedimentos de contingência, elas não responderão por eventuais interrupções nas atividades que lhe caibam, se decorrentes de falhas nos sistemas públicos de infraestrutura e telecomunicações.

CLÁUSULA III CONFIDENCIALIDADE

- 3.1 As partes, seus dirigentes, diretores, funcionários e representantes, a qualquer título, manterão sigilo a respeito de todas as informações confidenciais a que tiverem acesso uma das outras em decorrência deste Contrato ("Informações Confidenciais"), durante a sua execução e enquanto as Debêntures com Garantia Real estiverem em circulação.
- 3.2 São consideradas Informações Confidenciais, para os fins deste Contrato, todos os documentos, informações gerais, comerciais, operacionais ou outros dados privativos das partes, de seus clientes e de pessoas ou entidades com as quais mantenham relacionamento, bem como todo e qualquer material desenvolvido e/ou alterado com tais informações gerais, comerciais, operacionais, excetuadas apenas aquelas que (i) sejam ou se tornem de domínio público sem a interferência de qualquer parte; e (ii) sejam de conhecimento de qualquer parte ou de seus representantes antes do início das negociações que resultarem neste Contrato.
- 3.3 As partes somente poderão revelar a terceiros Informações Confidenciais mediante prévia autorização escrita da parte proprietária da informação, exceto no caso de determinação de autoridade pública ou em decorrência de ordem judicial, hipóteses em que procederão como segue: (i) imediatamente dará notícia à parte proprietária das Informações Confidenciais a respeito da ordem da autoridade pública ou do juiz, exceto se da intimação constar vedação nesse sentido; e (ii) prestará todas as informações e subsídios que possam ser necessários para que o titular das Informações Confidenciais, a seu critério, possa defender-se contra a divulgação de qualquer informação confidencial, observada eventual limitação em referida intimação ou restrição legal.
- 3.4 Além de constituir infração contratual, a violação do dever de confidencialidade, inclusive aquela cometida por seus funcionários, dirigentes e representantes a qualquer título, obriga a parte infratora ao pagamento de indenização pelos danos causados diretamente à parte proprietária da informação, conforme sentença final transitada em julgado, sem prejuízo de continuar cumprindo, no que cabível, o dever de confidencialidade.
- 3.5 As disposições desta cláusula 3ª permanecerão válidas e em vigor mesmo após o cumprimento de todas as obrigações decorrentes do presente Contrato.



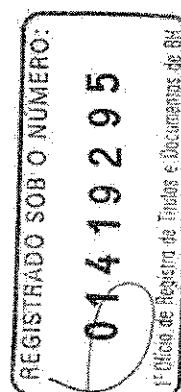
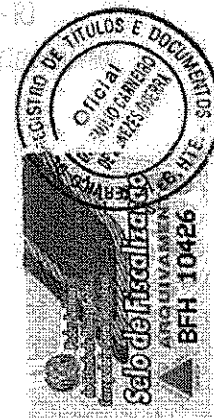


Versão para Assinatura

CLÁUSULA IV REMUNERAÇÃO DO BANCO CENTRALIZADOR

- 4.1 O Contratante dos Serviços pagará ao Banco Centralizador, a título de implementação das Contas Vinculadas, o valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), no 10º dia do mês subsequente à assinatura deste Contrato, por meio de transferência eletrônica para a Conta de Recebimento, ficando desde já o Banco Centralizador autorizado a efetuar o débito do montante devido diretamente da referida conta.
- 4.2 A Emissora pagará ao Banco Centralizador, a título de taxa mensal pelos serviços prestados em decorrência deste Contrato, o valor de R\$ 3.850,00 (três mil, oitocentos e cinquenta reais), mensalmente, no 10º (décimo) dia de cada mês subsequente à assinatura deste Contrato, por meio de débito na Conta de Recebimento ou de outra forma que vier a ser acordada entre ambos.
- 4.3 O valor constante da cláusula 4.2 acima será reajustado, observando-se a periodicidade anual, segundo a variação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE), ou, na sua falta, do IGP-DI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna), publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.
- 4.4 Se houver atraso no pagamento da remuneração prevista nas cláusulas 4.1 e 4.2 acima, o devedor dos valores correspondentes pagará juros moratórios de 12% (doze por cento) ao ano e multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito corrigido pela variação do IPCA ou, na sua falta, do IGP-DI/FGV.
- 4.5 Caso o pagamento da remuneração prevista na Cláusula 4.2 acima seja realizado mediante débito na Conta de Recebimento, a Emissora e o Agente Fiduciário autorizam, desde já, o resgate dos recursos aplicados no Investimento Permitido para efetivação do pagamento, caso necessário.
- 4.6 A Emissora compromete-se a encaminhar ao Banco Centralizador, até o dia 28 de fevereiro de cada ano, e desde que solicitado por escrito pelo Banco Centralizador com, pelo menos, 20 (vinte) dias de antecedência, o Comprovante Anual de Rendimentos Pagos ou Creditados e de Retenção de Imposto de Renda na Fonte – Pessoa Jurídica referente aos pagamentos pelos serviços prestados em decorrência deste Contrato no ano anterior, nos termos previstos na Cláusula 4.2 acima.

4.6.1 Na eventualidade de a Emissora deixar de enviar ao Banco Centralizador o comprovante mencionado na cláusula 4.5, ou enviá-lo intempestivamente, a Emissora



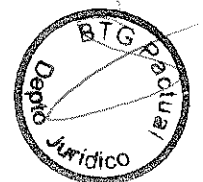
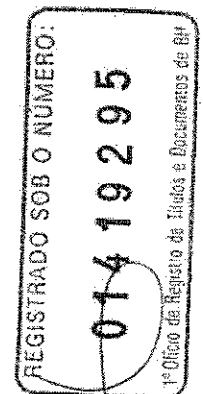
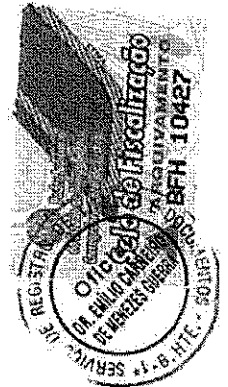
arcará com multa correspondente a duas vezes o valor da parcela mensal definida na Cláusula 4.2, cujo pagamento será efetuado na forma mencionada na referida Cláusula 4.2.

CLÁUSULA V REPARAÇÃO DE DANOS

- 5.1 As partes obrigam-se a responder pela reparação dos danos causados uma à outra, ou a terceiros, relacionados com os serviços objeto deste Contrato. Tendo em vista que a atuação da PRODABEL no âmbito deste Contrato se dá em benefício do Município, este será responsável direto por eventuais falhas da PRODABEL na execução das atividades a ela atribuídas durante a vigência deste Contrato.
- 5.2 Estão incluídos nos danos previstos no subitem anterior os gastos e prejuízos decorrentes de condenações, multas, juros e outras penalidades impostas por leis, regulamentos ou autoridades fiscalizadoras em processos administrativos ou judiciais, bem como os honorários advocatícios incorridos nas respectivas defesas, conforme decisão transitada em julgado, da qual não caibam mais recursos.
- 5.3 A parte infratora reembolsará, no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar do aviso que lhe for enviado, acompanhado dos respectivos comprovantes e demonstrativos, o valor correspondente a eventuais prejuízos causados à outra parte, inclusive o relativo a custas e honorários advocatícios, atualizado com base na variação do IPCA ou, na sua falta, do IGP-DI/FGV, desde a data do desembolso até a do ressarcimento, acrescido, na mora, de juros de 12% ao ano e multa de 2%, conforme decisão transitada em julgado, da qual não caibam mais recursos.

CLÁUSULA VI VIGÊNCIA

- 6.1 Este Contrato é celebrado pelo prazo equivalente ao do efetivo e integral cumprimento das Obrigações Garantidas, o que será demonstrado por carta de quitação enviada pelo Agente Fiduciário às demais partes deste Contrato no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data em que houver a liquidação integral das Obrigações Garantidas.
- 6.1.1. As partes concordam, desde já, que, independentemente da data constante da Cláusula 6.1 acima, enquanto o Banco Centralizador não for devidamente notificado do integral cumprimento das Obrigações Garantidas, este Contrato permanecerá vigente e a remuneração prevista na cláusula 4.2 continuará sendo cobrada.
- 6.2 Na data de extinção deste Contrato, as Contas Vinculadas entrarão em regime de encerramento nos termos da regulamentação em vigor, e uma vez concluído o regime de



Handwritten signatures and initials, including a large 'X' and the number '2'.

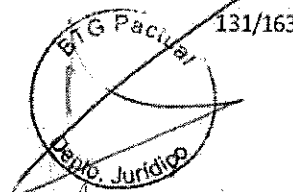
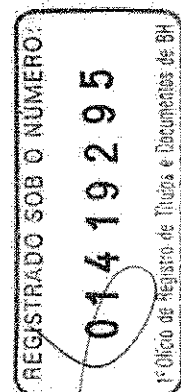
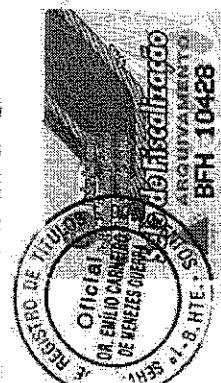
encerramento, as Contas Vinculadas serão automaticamente encerradas, ficando o Banco Centralizador, desde já, autorizado a tomar todas as providências necessárias para tanto.

6.3 Este Contrato somente entrará em vigor após (i) a assinatura de todas as partes; (ii) recepção, pelo Banco Centralizador, das respectivas vias assinadas, e (iii) a validação dos documentos previstos na cláusula 10.15 deste Contrato. A prestação dos serviços continuará até a total baixa do sistema ou liquidação integral das Obrigações Garantidas, que deverá ser comunicada pela Emissora, mediante apresentação de termo de quitação das Obrigações Garantidas emitido pelo Agente Fiduciário.

6.3.1. As partes concordam, desde já, que o Banco Centralizador tem o prazo de até 4 (quatro) Dias Úteis para iniciar a operacionalização deste Contrato, contado do cumprimento do disposto na cláusula 6.3 acima e desde que não seja verificada qualquer pendência na documentação encaminhada, o que deverá ser prontamente comunicado pelo Banco Centralizador.

6.4 O Banco Centralizador poderá denunciar os seus direitos e obrigações previstas neste Contrato mediante notificação prévia e por escrito, enviada com, pelo menos, 60 (sessenta) dias de antecedência, simultaneamente à Emissora, ao Município, ao Agente Fiduciário e ao Contratante dos Serviços, sendo que, em tal prazo, as partes deverão contratar, de comum acordo, em condições equivalentes às deste Contrato, um banco centralizador sucessor ("Banco Centralizador Sucessor"). Caso, no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento da notificação prevista acima, o Banco Centralizador receba do Agente Fiduciário, em conjunto com a Emissora, o Município e o Contratante dos Serviços, notificação informada que o Banco Centralizador Sucessor ainda não foi contratado, o Banco Centralizador obriga-se a permanecer exercendo seus direitos e obrigações ora descritos neste Contrato, pelo prazo adicional de 60 (sessenta) dias contados do final de tal período de 60 (sessenta) dias, perfazendo, desta forma, um total de 120 (cento e vinte) dias contados desde o recebimento, pelo Agente Fiduciário, da notificação enviada pelo Banco Centralizador, sendo que, ao final de tal processo, o Banco Centralizador colocará à disposição do Agente Fiduciário os valores depositados nas Contas Vinculadas, ocasião em que o Banco Centralizador dará como liquidadas as obrigações decorrentes deste Contrato.

6.5 Assim que o Banco Centralizador Sucessor tenha aceitado sua nomeação, em forma satisfatória aos Debenturistas, (i) tal Banco Centralizador Sucessor sucederá e será investido em todos os direitos, poderes, privilégios e deveres do Banco Centralizador anterior, (ii) o Banco Centralizador anterior ficará liberado dos respectivos deveres e obrigações aqui previstos, os quais deverão continuar a ser integralmente cumpridos pelo Banco Centralizador anterior até a data em que ocorrer a sua efetiva liberação, nos termos aqui previstos; e (iii) o Banco Centralizador anterior deverá, imediatamente, transferir a posse e o controle sobre as Contas Vinculadas e da Conta de Livre Movimentação e todas as demais contas, bem como toda a documentação relacionada a tais contas, ao Banco Centralizador



Sucessor, devendo, ainda, assinar e entregar todas as notificações, instruções e cessões necessárias ou convenientes para a transferência, ao Banco Centralizador Sucessor, de todos os direitos sobre as Contas Vinculadas e a Conta de Livre Movimentação. Após a renúncia ou destituição do Banco Centralizador, as disposições deste instrumento permanecerão em vigor com relação aos atos e omissões por ele praticados enquanto no exercício das atribuições previstas neste Contrato.

- 6.6 O Banco Centralizador Sucessor mencionado acima deverá ser um banco de primeira linha aprovado pelos Debenturistas e pela Emissora em conjunto, incluindo, mas não limitado às seguintes instituições: Itaú Unibanco, Bradesco ou Caixa Econômica Federal.

CLÁUSULA VII RESOLUÇÃO

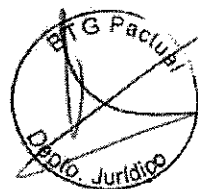
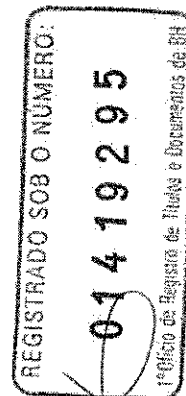
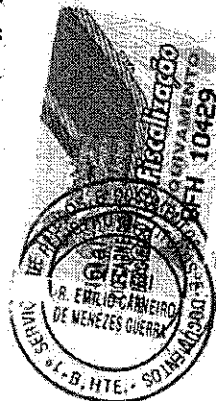
- 7.1 Este Contrato poderá ser resolvido, a critério da parte prejudicada, nas seguintes hipóteses:

- (i) se qualquer parte descumprir obrigação prevista neste Contrato e, após ter sido notificada por escrito por outra parte, deixar de corrigir seu inadimplemento no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contado do recebimento da aludida notificação;
- (ii) imediatamente, mediante simples aviso, se o Banco Centralizador sofrer liquidação ou intervenção, judicial ou extrajudicial; ou
- (iii) descredenciamento do Banco Centralizador para o exercício das atividades previstas neste Contrato.

- 7.2. Em qualquer das hipóteses previstas acima, as partes deverão providenciar imediatamente a substituição do Banco Centralizador pelo Banco Depositário Sucessor, ficando o Agente Fiduciário, em conjunto com a Emissora, responsável pela condução do referido processo de substituição.

CLÁUSULA VIII COMUNICAÇÕES

- 8.1 As comunicações escritas entre as partes serão feitas exclusivamente por intermédio dos representantes de cada uma, relacionados no Anexo II, nos respectivos endereços ali indicados e poderá ser feita por meio de cartas enviadas com aviso de recebimento (AR) ou e-mail.
- 8.2 As partes poderão alterar os representantes acima referidos, a qualquer tempo, desde que as outras partes sejam avisadas por escrito com antecedência mínima de 1 (um) Dia Útil.



8.3 Todas as notificações relacionadas a este Contrato, inclusive as relacionadas à liberação, retenção, aplicação ou resgate dos valores constantes nas Contas Vinculadas, deverão ser enviadas pelas Partes ao Banco Centralizador exclusivamente para o e-mail: age1615@bb.com.br.

CLÁUSULA IX CESSÃO

9.1 Fica vedada a cessão dos direitos e transferência das obrigações decorrentes deste Contrato sem anuência da outra parte, ressalvada a hipótese de as partes os cederem total ou parcialmente a empresa pertencente aos seus conglomerados econômicos e desde que os cessionários estejam autorizados pelos órgãos reguladores a exercer as atividades decorrentes deste Contrato.

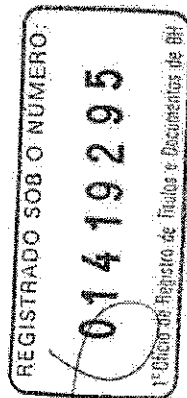
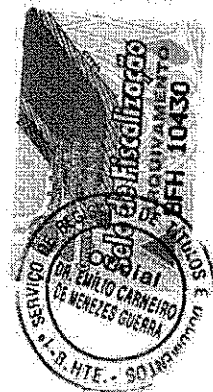
CLÁUSULA X DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 Ressalvadas as obrigações assumidas neste Contrato, o Banco Centralizador fica, desde já, isento de quaisquer responsabilidades pelo cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário, inclusive em possíveis questionamentos administrativos e/ou judiciais, acerca da operação de emissão das debêntures, exceto nas hipóteses em que tenha contribuído com culpa ou dolo para a ocorrência do dano.

10.2 O Banco Centralizador não terá responsabilidade em relação à Escritura da Segunda Emissão, e não será, sob nenhum pretexto ou fundamento, chamado a atuar como árbitro com relação a qualquer controvérsia surgida entre as partes ou intérprete das condições nela estabelecidas. O Banco Centralizador declara, neste ato e de forma irrevogável e irretroatável, ter conhecimento e não se opor aos termos e condições do Contrato de Cessão Onerosa e do Contrato de Cessão Fiduciária, cujas cópias encontram-se anexas ao presente Contrato como Anexo VI.

10.3 O Banco Centralizador terá o direito de confiar em laudo arbitral, ordem, sentença judicial ou outro tipo de instrumento escrito que lhe for entregue, conforme aqui previsto, sem que fique obrigado a verificar a autenticidade ou a exatidão dos fatos neles declarados ou sua adequação, exceto se entender que existe uma fraude explícita nos documentos, sendo obrigado a informar a Emissora sobre isso.

10.4 O Banco Centralizador cumprirá todas as disposições constantes das notificações e documentos recepcionados desde que estejam de acordo com as determinações deste Contrato.



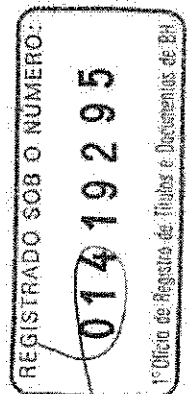
10.5 O Banco Centralizador não prestará declaração quanto ao conteúdo, à validade, ao valor, à autenticidade, ou à possibilidade de cobrança de qualquer duplicata, título, ou outro documento, ou instrumento por ele detido ou a ele entregue, em relação a este Contrato. Contudo, o Banco Centralizador será responsável pela correta e perfeita segregação e identificação dos Créditos Cedidos Fiduciariamente e respectivo repasse às Contas Vinculadas.



10.6 O Banco Centralizador não será responsável caso, por força de decisão judicial, tome ou deixe de tomar qualquer medida que de outro modo seria exigível.

10.7 O Banco Centralizador não será responsável se os valores depositados nas Contas Vinculadas forem bloqueados por ordem administrativa ou judicial, emitida por autoridade a qual o Banco Centralizador esteja sujeito, entre outras, Banco Central do Brasil, Conselho Monetário Nacional e Secretaria da Receita Federal.

10.8 Este Contrato é firmado sem obrigação de exclusividade e as partes não poderão usar ou associar serviços e produtos aos nomes e marcas um do outro, inclusive em editais e materiais publicitários, salvo mediante autorização prévia, por escrito, da parte detentora do nome ou marca que será utilizada.



10.9 O recolhimento dos tributos incidentes sobre esta contratação será realizado pela parte definida como contribuinte pela legislação tributária, na forma nela estabelecida.

10.10 O Banco Centralizador não terá nenhuma responsabilidade em relação às formalidades legais para a regular constituição de garantias, sendo tal responsabilidade atinente à Emissora, mediante acompanhamento do Agente Fiduciário, na forma dos normativos da CVM e da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

10.11 A tolerância de uma das partes quanto ao descumprimento de qualquer obrigação pela outra parte não significará renúncia ao direito de exigir o cumprimento da obrigação, nem perdão, nem alteração do que foi aqui contratado.

10.12 Os termos em iniciais maiúsculas que não forem definidos neste instrumento terão o mesmo significado a eles atribuídos na Escritura da Segunda Emissão.

10.13 O presente Contrato constitui título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.



10.14 Caso qualquer disposição do presente Contrato seja considerada nula, ilegal ou inexecutável, as partes deverão negociar de boa-fé, de forma a chegar a um acordo na redação

de uma nova cláusula que seja satisfatória a qual reflita suas intenções, conforme expressas no presente Contrato, a qual substituirá aquela considerada nula, ilegal ou inexecutável.

10.15 As partes obrigam-se a enviar ao Banco Centralizador, juntamente com as vias assinadas com reconhecimento de firma deste instrumento, documentação societária e pessoal das partes em cópia autenticada, para fins de validação de poderes.

10.15.1 As partes reconhecem, ainda, que o Banco Centralizador não poderá movimentar as Contas Vinculadas ou realizar qualquer aplicação sobre os recursos nelas mantidos antes do recebimento da documentação mencionada na cláusula 10.15, acima.

10.16 Para os efeitos do disposto neste Contrato, entende-se por "Dia Útil" o dia em que os bancos não deverão ou não poderão, por lei ou ordem executiva, estar fechados na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, conforme estabelecido pelo Banco Central do Brasil.

CLÁUSULA XI - FORO

11.1 Fica eleito o foro central da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, como o competente para dirimir disputas relativas a este Contrato.

E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente Contrato em 12 (doze) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos de direito, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Belo Horizonte, [●] de [●] de 2014.

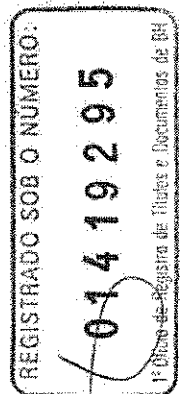
Restante da página deixado intencionalmente em branco.

ANEXO I AO CONTRATO DE CUSTÓDIA DE RECURSOS FINANCEIROS E ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS VINCULADAS

CONDIÇÕES OPERACIONAIS

CLÁUSULA I CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS

1.1 A Emissora e o Município (no caso do Município, exclusivamente no que se refere aos direitos sobre a titularidade da Conta Centralizadora do Município), nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, cederam, fiduciariamente, ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, a propriedade fiduciária, em primeiro e único grau, o



Versão para Assinatura

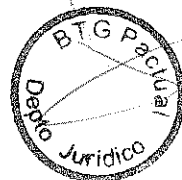
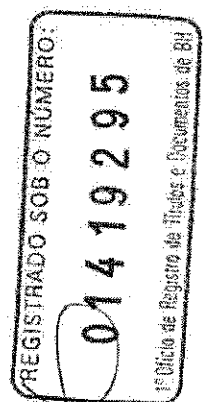
domínio resolúvel e a posse indireta dos seguintes direitos, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições, designados Créditos Cedidos Fiduciariamente, cuja custódia será realizada pelo Banco Centralizador, na forma deste Contrato:

- (i) os Direitos de Crédito Autônomos;
- (ii) os direitos detidos pela Emissora emergentes do Contrato de Cessão Onerosa, incluindo, mas não se limitando, ao direito de indenização; e
- (iii) todos os recursos, direitos de crédito e acessórios relacionados aos Direitos de Crédito Autônomos, já desconsiderando os Recursos Excluídos (conforme definido abaixo), depositados ou a serem depositados e mantidos nas Contas Vinculadas (os quais deverão ser aplicados pelo Banco Centralizador na noite do Dia Útil de seu depósito no Investimento Permitido, conforme definido e na forma prevista no Anexo IV ao Contrato, cujos títulos, cotas, ativos e rendimentos correspondentes também farão parte dos Créditos Cedidos Fiduciariamente), bem como todos os direitos sobre as Contas Vinculadas, cuja movimentação se dará exclusivamente nos termos deste Contrato.

1.2 Estão excluídos do conceito de Direitos de Crédito Autônomos os valores referentes (i) aos honorários advocatícios, para os casos em que tenha havido propositura de ação judicial para cobrança dos Créditos Tributários ou Não Tributários; e (ii) da taxa de expedição dos boletos de cobrança dos Direitos de Crédito Autônomos ("Recursos Excluídos"). Tais valores deverão, na forma das Cláusulas 5.2 e 5.3 abaixo, ser segregados dos Direitos de Crédito Autônomos recebidos e serão devolvidos para a conta corrente que vier a ser indicada pelo Município.

1.3 Os Créditos Cedidos Fiduciariamente são entregues em garantia de cumprimento, pela Emissora perante os titulares das Debêntures com Garantia Real, das Obrigações Garantidas, nos termos da Escritura da Segunda Emissão, ficando o Banco Centralizador, desde que expressamente notificado pelo Agente Fiduciário, nos termos da cláusula 1.3.1 abaixo, autorizado a utilizar os valores disponíveis nas Contas Vinculadas para liquidação das aludidas Obrigações Garantidas na hipótese de inadimplemento e/ou qualquer hipótese de vencimento antecipado das Debêntures com Garantia Real e, no curso do dia-a-dia, deverá utilizar o valor disponível na Conta de Pagamento para o pagamento das Debêntures com Garantia Real, nos termos do subitem 1.5.1 abaixo.

1.3.1 Na hipótese de inadimplemento no pagamento e/ou qualquer hipótese de vencimento antecipado com relação às Debêntures com Garantia Real, inclusive em razão do vencimento antecipado deliberado pelos Debenturistas em decorrência de inadimplemento de obrigações não pecuniárias previstas na Escritura de Segunda Emissão por parte da Emissora, caberá ao Agente Fiduciário, atuando em conformidade



com o disposto na Escritura da Segunda Emissão, notificar o Banco Centralizador acerca do inadimplemento e/ou do vencimento antecipado, bem como informar as instruções necessárias para autorizar a transferência dos valores disponíveis nas Contas Vinculadas para fins de amortizar o salvo devedor das Debêntures com Garantia Real e de adimplir as Obrigações Garantidas, ficando o Banco Centralizador desde já autorizado a tomar por verdadeira a notificação neste sentido. O Banco Centralizador deverá sempre observar os limites e condições estabelecidos pelo Agente Fiduciário na referida notificação.

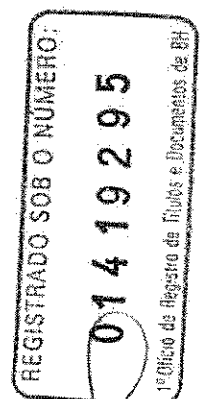
1.4 Até o integral adimplemento das Debêntures com Garantia Real e das demais Obrigações Garantidas, os recursos disponíveis nas Contas Vinculadas correspondentes aos Créditos Cedidos Fiduciariamente integrarão a garantia constituída para adimplemento das Debêntures com Garantia Real e das demais Obrigações Garantidas, e não poderão ser sacados, transferidos ou movimentados de forma diversa dos parâmetros aqui estabelecidos, salvo por expressas instruções do Agente Fiduciário e após deliberação em Assembleia Geral de Debenturistas.

1.5 Os recursos depositados na Conta de Pagamento serão utilizados para pagamento de todas as obrigações financeiras da Emissora assumidas na Escritura da Segunda Emissão, inclusive e sem limitação o Valor Nominal Unitário, a Atualização Monetária e a Remuneração das Debêntures com Garantia Real, conforme parcelas e respectivas datas de vencimento indicadas no Anexo III ao Contrato.

1.5.1 A liquidação das parcelas referidas na cláusula 1.5 acima será realizada pela instituição contratada pela Emissora para realizar a escrituração das Debêntures com Garantia Real ("Escriturador"), ficando o Banco Centralizador desde já expressamente autorizado a acatar as instruções desta, independentemente de qualquer notificação, ficando desde já expressamente autorizado pela Emissora para tanto.

1.5.2 Caso haja alteração do cronograma de amortização das Debêntures com Garantia Real, nos termos da cláusula Sexta da Escritura da Segunda Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário deverão encaminhar, em conjunto, as novas datas de pagamento ao Banco Centralizador e as partes se comprometem a aditar o presente Contrato para substituir o Anexo III em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da carta pelo Banco Centralizador, sendo certo que este está desde já autorizado a realizar os pagamentos previstos nesta cláusula de acordo com as novas datas informadas pela Emissora e pelo Agente Fiduciário, em conjunto, independentemente da assinatura do instrumento de aditamento.

1.5.3 O Agente Fiduciário deverá, a cada data de pagamento de amortização do valor nominal unitário das Debêntures com Garantia Real ("Valor Nominal Unitário"), acrescido do valor equivalente à parcela vinda de remuneração das Debêntures com



Garantia Real ("Remuneração") e da atualização monetária das Debêntures com Garantia Real ("Atualização Monetária"), informar, impreterivelmente até às 13:00 horas do 2º Dia Útil anterior à transferência, o valor a ser pago de amortização do Valor Nominal Unitário, acrescida Remuneração e da Atualização Monetária, ao Banco Centralizador, calculada conforme previsto na Escritura da Segunda Emissão.

1.6 O valor total da Segunda Emissão, previsto na Escritura da Segunda Emissão, é de R\$[230.000.000,00 (duzentos e trinta milhões de reais)], sendo que a quantidade de Debêntures não será aumentada.

1.6.1 As Debêntures com Garantia Real tem vencimento final em [●].

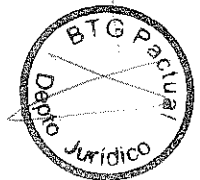
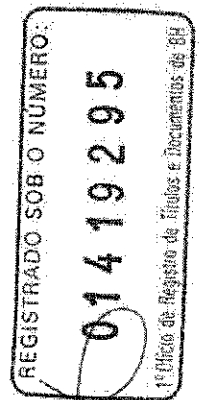
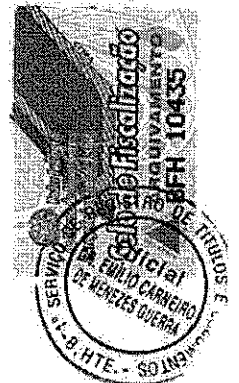
1.7 O inadimplemento da Emissora, com relação ao cumprimento de quaisquer das Obrigações Garantidas, será comunicado ao Banco Centralizador pelo Agente Fiduciário, ficando o Banco Centralizador, desde já, expressamente autorizado pela Emissora e pelo Município a aceitar tal comunicação e instrução bancária, atuando sempre em conformidade e nos parâmetros estabelecidos pelo Agente Fiduciário na referida comunicação/instrução.

1.8 O Agente Fiduciário reconhece que os valores existentes nas Contas Vinculadas e que sejam relativos aos Créditos Cedidos Fiduciariamente somente podem ser utilizados para liquidação das parcelas relacionadas no Anexo III ao Contrato, ou na hipótese de inadimplemento e/ou qualquer hipótese de vencimento antecipado, por parte da Emissora, das Obrigações Garantidas, não servindo para pagamento de obrigação ainda não exigível.

CLÁUSULA II OBRIGAÇÕES DA EMISSORA

2.1 Sem prejuízo das demais obrigações assumidas no Contrato, a Emissora obriga-se a:

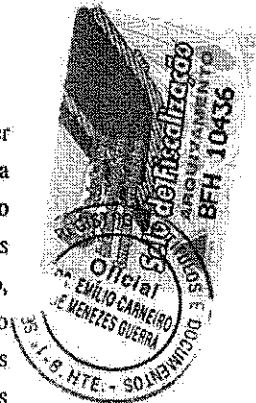
- (i) às despesas do Contratante dos Serviços, levar este Contrato e seus Anexos, assim como qualquer aditamento a este Contrato, a registro nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Comarcas de Belo Horizonte/MG, Rio de Janeiro/RJ, São Paulo/SP e Brasília/DF, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis a contar desta data ou, conforme o caso, da assinatura do aditamento, devendo comprovar o registro perante o Banco Centralizador, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis após a obtenção de cada registro; e
- (ii) recompor imediatamente o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, conforme definido abaixo, em caso de perda, diminuição de seu valor, ou se por qualquer motivo ela se tornar insuficiente para atendimento do mínimo determinado na Cláusula 5.10 abaixo.



Handwritten signatures and initials are present at the bottom of the page, including a large signature that appears to be 'BTG Pactual' and several other initials and marks.

CLÁUSULA III OBRIGAÇÕES DO AGENTE FIDUCIÁRIO

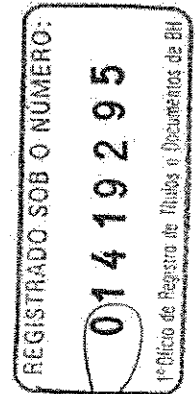
3.1 Na hipótese de ocorrer um inadimplemento das Obrigações Garantidas e/ou qualquer hipótese de vencimento antecipado das Debêntures com Garantia Real, nos termos da Escritura da Segunda Emissão, inclusive em razão do vencimento antecipado deliberado pelos Debenturistas em decorrência de inadimplemento de obrigações não pecuniárias previstas na Escritura de Segunda Emissão por parte da Emissora, o Agente Fiduciário, imediatamente após tomar o conhecimento de tais eventos, deverá notificar o Banco Centralizador, para que este mantenha retidos os valores referentes aos Créditos Cedidos Fiduciariamente depositados nas Contas Vinculadas, de forma que esses sejam utilizados para saldar valores devidos pela Emissora no que se refere às Debêntures com Garantia Real e às demais Obrigações Garantidas.



CLÁUSULA IV OBRIGAÇÕES DO BANCO CENTRALIZADOR

4.1 O Banco Centralizador obriga-se a:

- (i) abrir as Contas Vinculadas e a Conta de Livre Movimentação referidas no item 1.2 deste Contrato, na forma ali prevista;
- (ii) movimentar os recursos decorrentes dos Créditos Cedidos Fiduciariamente, conforme os parâmetros estabelecidos neste Anexo I e mediante a notificação prévia e expressa do Agente Fiduciário, exceto nos casos de transferências automáticas, conforme estabelecidas por este Contrato, hipótese em que a movimentação não dependerá de notificação do Agente Fiduciário;
- (iii) investir e manter investido todo e qualquer montante existente nas Contas Vinculadas no Investimento Permitido, conforme os parâmetros definidos no Anexo IV deste Contrato;
- (iv) manter retidos os valores correspondentes aos Créditos Cedidos Fiduciariamente creditados nas Contas Vinculadas, na hipótese de ter sido comunicado pelo Agente Fiduciário de que houve um inadimplemento das Obrigações Garantidas e/ou qualquer hipótese de vencimento antecipado das Debêntures com Garantia Real, os quais serão utilizados para saldar valores devidos pela Emissora no que se refere às Debêntures com Garantia Real e demais Obrigações Garantidas;
- (v) não acatar instruções da Emissora ou do Município para débitos em qualquer das Contas Vinculadas; e



- (vi) disponibilizar ao Agente Fiduciário e à PRODABEL acesso pleno e integral ao Auto Atendimento Setor Público Banco do Brasil.

CLÁUSULA V
ADMINISTRAÇÃO DAS CONTAS VINCULADAS

- 5.1 O Banco Centralizador administrará diariamente as Contas Vinculadas, respeitadas as disposições abaixo previstas.

- 5.2 O Cedente, por intermédio da SMF e da PGM, obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, a fazer com que os recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos pagos pelos Contribuintes através de boletos sejam pagos em moeda corrente nacional e remetidos/direcionados automática e exclusivamente para a conta nº 14.732-X, da agência 1615-2, aberta no Banco Centralizador, de titularidade da PBH ATIVOS ("Conta Centralizadora da PBH ATIVOS"). A Conta Centralizadora da PBH Ativos será movimentável única e exclusivamente pelo Banco Centralizador, com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário, até o integral pagamento das Obrigações Garantidas, nos termos deste Contrato.

- 5.2.1 O Cedente, por intermédio da SMF e da PGM, obriga-se em até 3 (três) Dias Úteis da disponibilização do arquivo a que se refere a Cláusula 5.2.2. abaixo pelo Banco Centralizador - que se dará em até 1 (um) Dia Útil do recebimento dos boletos -, em caráter irrevogável e irretratável, a fazer com que os recursos referidos da Cláusula 5.2 (já desconsiderados os Recursos Excluídos) sejam remetidos/direcionados exclusivamente para a conta nº 14.898-9, da agência 1615-2, aberta no Banco Centralizador, de titularidade da PBH Ativos ("Conta de Recebimento"). A Conta de Recebimento será movimentável única e exclusivamente pelo Banco Centralizador, com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário, até o integral pagamento das Obrigações Garantidas, nos termos deste Contrato, observado o IGR e o IC previstos na Escritura de Segunda Emissão.

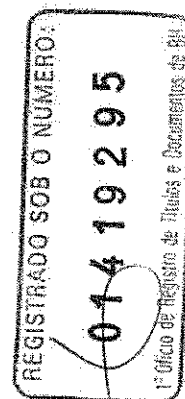
- 5.2.2 No Dia Útil seguinte ao do recebimento dos recursos referidos da Cláusula 5.2, o Banco Centralizador deverá disponibilizar à PRODABEL, através do sistema de transmissão eletrônica de dados EDI - *Electronic Data Interchange* ("EDI"), arquivo com os valores recebidos e creditados na Conta Centralizadora da PBH ATIVOS. No prazo de 3 (três) Dias Úteis contado da disponibilização da referida informação pelo Banco Centralizador, a PRODABEL, agindo em nome do Município, deverá gerar 2 (dois) arquivos eletrônicos de retorno, a saber: (i) o primeiro arquivo, contendo o valor dos Direitos de Crédito Autônomos recebidos na data de referência; (ii) e o segundo arquivo, contendo o valor dos Recursos Excluídos recebido na data de referência. Os arquivos de retorno deverão ser preparados e enviados pela PRODABEL a partir dos modelos que integram o Anexo I-A deste Contrato contendo ainda as instruções de transferências



5.3 O Cedente, por intermédio da SMF e da PGM, obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, a fazer com que:

(a) os recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos pagos em decorrência de litígio judicial (seja mediante depósito judicial feito pelo Contribuinte e levantado pelo Município, seja por meio de recebimento pelo Município através de execução fiscal/cobrança judicial) sejam remetidos/direcionados exclusivamente para a Conta de Recebimento em até 60 (sessenta) dias do seu recebimento pelo Município. A Conta de Recebimento será movimentável única e exclusivamente pelo Agente Fiduciário, nos termos deste Contrato.

(b) os recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos pagos pelos Contribuintes através de débito automático sejam remetidos/direcionados automática e exclusivamente para a conta nº 15.678-7, da agência 1615-2, aberta no Banco Centralizador, de titularidade do Município ("Conta Centralizadora do Município"). A Conta Centralizadora do Município será movimentável única e exclusivamente pelo Banco Centralizador, com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário, até o integral pagamento das Obrigações Garantidas, nos termos deste Contrato.



5.4 No Dia Útil seguinte ao do recebimento dos recursos referidos da Cláusula 5.3 (b), o Banco Centralizador deverá disponibilizar à PRODABEL, através do EDI, arquivo com os valores recebidos e creditados na Conta Centralizadora do Município. No prazo de 3 (três) Dias Úteis contado da disponibilização da referida informação, fornecida pelos Bancos Arrecadores, a PRODABEL, agindo em nome do Município, deverá gerar 3 (três) arquivos eletrônicos de retorno, a saber: (i) o primeiro arquivo, contendo o valor dos Direitos de Crédito Autônomos recebidos na data de referência, que serão direcionados à Conta de Recebimento; (ii) o segundo arquivo, contendo o valor dos Recursos Excluídos recebido na data de referência, que serão direcionados à conta corrente de titularidade do Município a ser por ele indicada; e (iii) o terceiro arquivo, contendo o valor dos demais créditos recebidos e que não fazem parte dos Direitos de Crédito Autônomos cedidos à PBH ATIVOS, que serão direcionados à conta corrente de titularidade do Município que vier a ser por ele indicada. Os arquivos de retorno deverão ser preparados e enviados pela PRODABEL a partir dos modelos que integram o Anexo I-A deste Contrato contendo ainda as instruções de transferências.



5.5 Caso a PRODABEL, agindo em nome do Município, não envie os arquivos de retorno descritos (i) na Cláusula 5.4 acima no prazo ali previsto, o Banco Centralizador deverá, no Dia Útil seguinte ao término do prazo, verificar o montante recebido na Conta Centralizadora do Município na data de referência e transferir para Conta de Recebimento o montante correspondente a 12% (doze por cento) dos recursos depositados na Conta Centralizadora do Município. Nesta hipótese, e em sendo identificado posteriormente pela

141/163

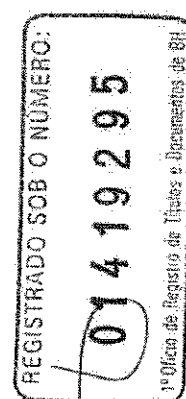
Handwritten signatures and stamps, including a circular stamp of BTG Pactual, Depto Jurídico, and various initials and numbers.

Versão para Assinatura

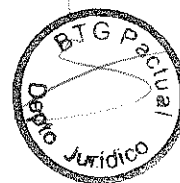
PRODABEL que os valores transferidos não correspondem exatamente ao montante de Direitos de Crédito Autônomos recebido na data de referência, deverá ser adotado, *mutatis mutandis*, o procedimento descrito na Cláusula 5.7 abaixo para restituição de valores transferidos indevidamente; (ii) na Cláusula 5.2.2 acima no prazo ali previsto, o Banco Centralizador deverá, mediante autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário, no Dia Útil seguinte ao término do prazo, verificar o montante recebido na Conta Centralizadora da PBH ATIVOS na data de referência e transferir para Conta de Recebimento 100% (cem por cento) deste montante.



5.6 Caso o montante referente aos Recursos Excluídos seja superior a 5% (cinco) por cento do total dos Direitos de Crédito Autônomos recebidos naquela data na Conta Centralizadora do Município ou na Conta Centralizadora da PBH Ativos, a integralidade dos valores referentes aos Recursos Excluídos recebidos naquela data ficará retida até que o Agente Fiduciário verifique e confirme junto à PRODABEL que tais recursos representam Recursos Excluídos, o que deverá ser feito a partir do envio de correspondência eletrônica pela PRODABEL, contendo informações suficientes para a validação nos termos do Contrato de Administração de Contas. Em até 3 (três) Dias Úteis seguintes à confirmação de recebimento da correspondência eletrônica acima, o Agente Fiduciário deverá se posicionar sobre o montante a ser transferido, enviando correspondência eletrônica ao Banco Centralizador, com cópia para a PBH ATIVOS e a PRODABEL.



5.7 Fica ressalvado, entretanto, que, caso o Município e/ou a PRODABEL verifiquem eventual erro de transferência, estes poderão, enquanto houver Debêntures com Garantia Real em circulação, enviar correspondência eletrônica ao Banco Centralizador e ao Agente Fiduciário, com cópia para a PBH ATIVOS, sobre os valores correspondentes aos Recursos Excluídos que não foram informados tempestivamente ao Banco Centralizador e ao Agente Fiduciário ("Recursos Excluídos Atrasados"). No prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados do recebimento da correspondência eletrônica do Município e/ou da PRODABEL informando o montante dos Recursos Excluídos Atrasados, a PBH ATIVOS deverá efetuar a restituição dos Recursos Excluídos Atrasados ao Município, a débito da Conta de Livre Movimentação, pelo seu valor de face (que inclui atualização monetária pelo IPCA).



5.7.1. Na hipótese de a PRODABEL, agindo em nome do Município, informar, ao Banco Centralizador e ao Agente Fiduciário, de forma incorreta/imprecisa, que o montante correspondente aos Recursos Excluídos é inferior ao que eventualmente vier a apurar durante a vigência deste Contrato, esta deverá, em até 2 (dois) Dias Úteis após tomar conhecimento do fato e através de correspondência eletrônica, comunicar o fato ao Banco Centralizador e ao Agente Fiduciário, com cópia para a PBH ATIVOS, de forma a dar início ao procedimento de restituição a débito da Conta de Livre Movimentação.

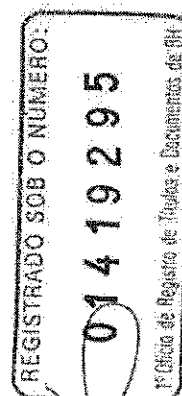
5.7.2. Caso a PRODABEL, agindo em nome do Município, informe ao Banco Centralizador, de forma incorreta/imprecisa, que o montante correspondente aos Recursos

142/163

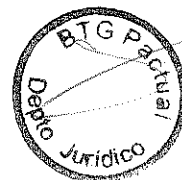
Excluídos é superior ao que eventualmente vier a apurar (ou vier a ser apurado pelas demais partes) durante a vigência deste Contrato, esta deverá, em até 2 (dois) Dias Úteis após tomar conhecimento do fato e através de correspondência eletrônica, comunicar o Banco Centralizador e ao Agente Fiduciário (com cópia para a PBH ATIVOS), hipótese em que o Município ficará obrigado a indenizar a PBH ATIVOS, aplicando-se, para este fim, o disposto na cláusula XI do Contrato de Cessão Onerosa.



5.8 Conta de Recebimento: os recursos existentes na Conta de Recebimento serão, mensalmente, na Data de Verificação, conforme abaixo definida, primeiramente direcionados para a Conta de Pagamento, de forma a constituir e manter o montante equivalente a uma parcela de amortização das Debêntures com Garantia Real, acrescido da Remuneração e da Atualização Monetária das Debêntures com Garantia Real, e, em segunda etapa, da Conta de Recebimento para a Conta de Serviço da Dívida, de forma a constituir e manter o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida (conforme definido abaixo). Tais transferências serão limitadas ao atingimento do montante previsto na Cláusula 5.9 abaixo, e ao atingimento do Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, nos termos definidos abaixo, conforme aplicável para cada conta e calculado pelo Agente Fiduciário. Tais transferências serão feitas pelo Banco Centralizador após o recebimento de instruções do Agente Fiduciário.



5.9 Conta de Pagamento: a referida Conta de Pagamento deverá ter, até o 2º (segundo) Dia Útil anterior a cada data de pagamento das Debêntures com Garantia Real, o montante equivalente à parcela vincenda de amortização do Valor Nominal Unitário, acrescida de valor equivalente à parcela vincenda de Remuneração e da Atualização Monetária das Debêntures com Garantia Real. O Agente Fiduciário deverá determinar ao Banco Centralizador a movimentação/transferência a ser feita das Contas Vinculadas para fazer frente a tal pagamento, com a antecedência acima. O Agente Fiduciário deverá determinar ao Banco Centralizador a realização de transferência eletrônica disponível (TED) da Conta de Pagamento para a conta mantida pela Emissora junto ao Itaú Unibanco S.A. e que será utilizada para os pagamentos dos valores devidos aos Debenturistas, na data e horário determinados no Contrato de Escrituração das Debêntures, para realização de cada pagamento.



5.9.1 Caso o montante depositado na Conta de Pagamento seja insuficiente para quitação integral de cada parcela vincenda de amortização do Valor Nominal Unitário, acrescida da parcela de Remuneração e da Atualização Monetária em cada data de pagamento, o Banco Centralizador, mediante solicitação do Agente Fiduciário, transferirá recursos necessários da Conta de Serviços da Dívida para a Conta de Pagamento, para possibilitar a realização do pagamento da respectiva parcela vincenda de amortização do Valor Nominal Unitário, acrescida da parcela de Remuneração e da Atualização Monetária, sendo observados os termos da Cláusula 5.10.3.

143/163
BTG Pactual
Depto Jurídico
Handwritten signatures and initials are present at the bottom of the page.

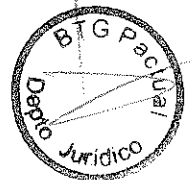
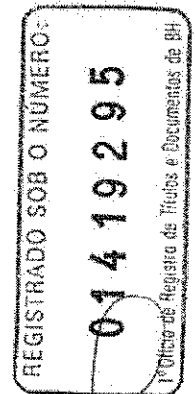
5.9.2. Atingido o montante referido na Cláusula 5.9.1 acima na Conta de Pagamento, o eventual valor excedente será, no mesmo dia, direcionado para a Conta de Serviço da Dívida, nos termos do item 5.8 acima.

5.10. Conta de Serviço da Dívida: A Emissora, na data de subscrição das Debêntures com Garantia Real, deverá manter depositados na Conta de Serviço da Dívida recursos em moeda corrente nacional, vinculados ao pagamento das Debêntures com Garantia Real (em seu vencimento regular ou antecipado), em montante igual ou superior ao somatório do valor das próximas 4 (quatro) parcelas vincendas de amortização de principal e 4 (quatro) parcelas vincendas de Remuneração e da Atualização Monetária ("Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida"). O cálculo de tal valor, a ser feito pelo Agente Fiduciário, tomará por base o IPCA divulgado até 01 (um) um Dia Útil antes da Data de Verificação, projetado até a efetiva data de pagamento de cada uma das Remunerações e Atualizações Monetárias das Debêntures com Garantia Real consideradas para o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, sendo certo que deverá ser utilizada a projeção do IPCA divulgada pela ANBIMA.

5.10.1. Caberá ao Agente Fiduciário calcular mensalmente o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida estabelecido nesta cláusula, no 1º (primeiro) Dia Útil de cada mês, a fim de verificar o enquadramento do Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida ("Data de Verificação"), sendo certo que a primeira verificação será realizada no Dia Útil seguinte à data de subscrição das Debêntures com Garantia Real.

5.10.2. Observado o prazo para pagamento da primeira parcela de amortização do Valor Nominal Unitário e da primeira parcela vincenda de Remuneração e Atualização Monetária, a Emissora deverá atender a obrigação de, após cumprir o previsto no item 5.9 acima, compor o referido Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, cujos recursos serão enviados da Conta de Recebimento ou, se esta não tiver saldo suficiente, de outras Contas Vinculadas, e integralmente retidos na Conta de Serviço da Dívida até que haja montante suficiente para atendimento desta obrigação. Atingido o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, e havendo recursos na Conta de Recebimento, e não havendo quaisquer Eventos de Avaliação e/ou Eventos de Vencimento Antecipado, conforme definidos na Escritura da Segunda Emissão, os recursos da Conta de Recebimento e o excesso ao Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida serão direcionados, mediante instrução encaminhada pelo Agente Fiduciário ao Banco Centralizador, com um Dia Útil de antecedência, para a Conta de Livre Movimentação, no Dia Útil subsequente à Data de Aniversário (conforme definido na Escritura da 2ª Emissão) respeitando o previsto nos itens 5.8 acima, e 5.13 abaixo.

5.10.3. A partir do momento em que for atingido o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida e durante toda a existência das Debêntures com Garantia Real, caso o Agente

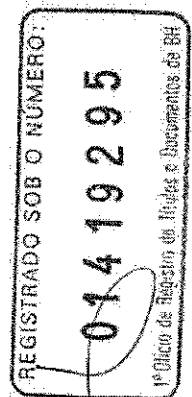


144/163

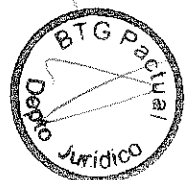
Fiduciário constata na Data de Verificação que o saldo da Conta de Serviço da Dívida esteja abaixo do Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, este deverá (i) primeiramente enviar uma orientação ao Banco Centralizador para que transfira quaisquer recursos existentes na Conta de Recebimento ou na Conta de Pagamento (respeitando o atendimento do montante previsto na Cláusula 5.9 acima) para a Conta de Serviço da Dívida, de forma a atingir este Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, ficando o Banco Centralizador expressamente autorizado a acatar tal instrução, e (ii) em segundo lugar, caso ainda assim não tenha sido atingido tal montante, enviar solicitação de reposição à Emissora, neste sentido para providenciar a sua recomposição em até 2 (dois) Dias Úteis contados de tal solicitação, mediante o depósito de recursos próprios na Conta de Serviço da Dívida, observado o disposto na alínea (z) da Cláusula 9.1 da Escritura da Segunda Emissão.



5.11 Mensalmente, em cada Data de Verificação, após terem sido primeiramente atendidos todos os pagamentos a que se destina a Conta de Pagamento, conforme previsto no Contrato de Cessão Fiduciária e neste Contrato, bem como posteriormente atendidas todas as obrigações de constituição do Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, conforme descrita no item 5.10, o eventual saldo que ainda exista na Conta de Pagamento e o eventual excesso sobre o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida será direcionado, por instrução do Agente Fiduciário ao Banco Centralizador, com 1 (um) Dia Útil de antecedência, para a Conta de Livre Movimentação, observados os termos do item 5.12 abaixo.



5.12 Na hipótese de não haver recursos suficientes na Conta de Pagamento para quitação integral de cada parcela vincenda de amortização do Valor Nominal Unitário, acrescida da parcela de Remuneração e Atualização Monetária em cada data de pagamento, o Banco Centralizador, mediante autorização do Agente Fiduciário, transferirá recursos da Conta de Serviço da Dívida para a Conta de Pagamento, no montante que seja necessário para atendimento da obrigação da Cláusula 5.10 acima.



5.13 Verificando-se o atendimento do item 5.8 acima, e havendo recursos na Conta de Recebimento e não havendo quaisquer Eventos de Avaliação e/ou Eventos de Vencimento Antecipado, esses recursos serão direcionados no Dia Útil subsequente ao recebimento, pelo Banco Centralizador, de instrução do Agente Fiduciário neste sentido, à Conta de Livre Movimentação na Data de Verificação, os quais 90% (noventa por cento) deverão ser utilizados para amortização das Debêntures Subordinadas, observado o IGR e o IC previsto na Escritura da Segunda Emissão.

5.14 Caso, após a liquidação integral das Obrigações Garantidas, existam recursos correspondentes aos Créditos Cedidos Fiduciariamente nas Contas Vinculadas, estes deverão ser transferidos para a Conta de Livre Movimentação no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data de liquidação integral das Obrigações Garantidas.

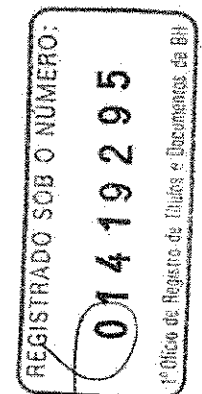
Handwritten signatures and stamps are present at the bottom of the page. A circular stamp from BTG Pactual Depósito Jurídico is visible, along with the number 145/163. There are also several handwritten initials and marks, including a large 'X' and a signature that appears to be 'net'.

5.15 Na hipótese de ocorrência de um Evento de Avaliação e/ou Evento de Vencimento Antecipado, conforme definidos na Escritura da Segunda Emissão, inclusive o vencimento antecipado deliberado pelos Debenturistas em decorrência de inadimplemento de obrigações não pecuniárias previstas na Escritura de Segunda Emissão por parte da Emissora, o Agente Fiduciário, tão logo tome conhecimento de tais eventos, deverá notificar o Banco Centralizador e determinar a interrupção imediata todos os procedimentos de transferência de valores das Contas Vinculadas para a Conta de Livre Movimentação, nos termos previstos no Contrato de Cessão Fiduciária.

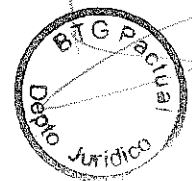


5.16 O Agente Fiduciário não será responsável caso, após cumpridos os procedimentos acima descritos, a transferência de valores de quaisquer das Contas Vinculadas para a Conta de Livre Movimentação seja realizada após a ocorrência de um dos Eventos de Avaliação e/ou Evento de Vencimento Antecipado, caso tal evento ainda não seja de conhecimento do Agente Fiduciário.

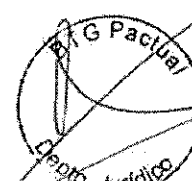
5.17 Na hipótese de ocorrer um dos Eventos de Avaliação ou Vencimento Antecipado, previstos na Escritura da Segunda Emissão, inclusive o vencimento antecipado deliberado pelos Debenturistas em decorrência de inadimplemento de obrigações não pecuniárias previstas na Escritura de Segunda Emissão por parte da Emissora, ou o inadimplemento de qualquer das Obrigações Garantidas, em conjunto ou isoladamente, o Agente Fiduciário fica, desde já, em caráter irrevogável e irretratável, autorizado pela Emissora a, mediante solicitação ao Banco Centralizador, determinar a retenção dos valores referentes aos Créditos Cedidos Fiduciariamente depositados nas Contas Vinculadas e obrigado a utilizá-los para a amortização dos valores devidos por esta em decorrência das Obrigações Garantidas, nos termos das Cláusulas 4 e 4.1 do Contrato de Cessão Fiduciária, e na forma prevista neste Contrato.



5.18 A Emissora e o Município (conforme aplicável), por este ato, nomeiam o Banco Centralizador como depositário das Contas Vinculadas e dos rendimentos financeiros decorrentes dos Créditos Cedidos Fiduciariamente. O Banco Centralizador, por este instrumento, expressamente aceita a nomeação como fiel depositário das Contas Vinculadas e dos rendimentos financeiros decorrentes dos Créditos Cedidos Fiduciariamente e assume total responsabilidade pela boa manutenção, conservação e preservação dos valores assim recebidos. O Banco Centralizador fica obrigado, em caráter irrevogável e irretratável, a não compensar nem deduzir qualquer valor dos valores recebidos nas Contas Vinculadas, exceto os custos de pagamento de sua remuneração, que poderá ser debitado da Conta de Recebimento, conforme previsto na Cláusula 4.2 deste Contrato, bem como aquelas decorrentes de obrigações legais, bem como aceitar as ordens recebidas diretamente do Agente Fiduciário relativa às movimentações das Contas Vinculadas.



5.19 O Banco Centralizador obriga-se a fornecer de forma automática, através do acesso ao [Auto Atendimento Setor Público Banco do Brasil], e independentemente de qualquer



solicitação, à SMF, à Emissora e ao Agente Fiduciário, relatórios mensais de acompanhamento das Contas Vinculadas, contendo os valores das operações de débito e crédito efetuadas nas referidas contas dentro do aludido período (extratos bancários) estando desde já autorizado pela Emissora e pelo Município a fornecer tais informações ao Agente Fiduciário, nos termos deste Contrato. Os relatórios mensais de acompanhamento das Contas Vinculadas serão fornecidos na forma escrita, por meio físico ou eletrônico, à escolha do Banco Centralizador.

5.20 O Município e o Banco Centralizador obrigam-se, em caráter irrevogável e irretratável, a segregar em seus sistemas de controle interno os Direitos de Crédito Autônomos, de forma que os referidos direitos sejam automaticamente identificados como cedidos em garantia das Obrigações Garantidas, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária.

5.20.1. Para que possa ser exigido do Banco Centralizador o cumprimento da obrigação descrita na Cláusula 5.20, o Banco Centralizador deverá ter recebido os arquivos eletrônicos referidos nas cláusulas 5.2.2 e 5.4 acima.

5.21 Exclusivamente para fins do envio e recebimento das correspondências eletrônicas tratadas nesta Cláusula, o Município, a PBH ATIVOS, o Banco Centralizador e o Agente Fiduciário indicam os seguintes endereços eletrônicos:

Município de Belo Horizonte:

E-mail: marcelo.piancastelli@pbh.gov.br

PBH ATIVOS:

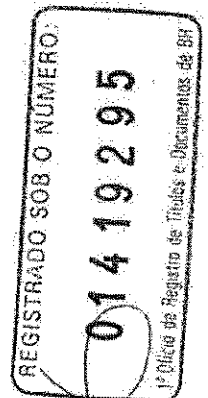
E-mail: edson.ronaldo@pbh.gov.br

Banco Centralizador:

E-mail: ape1615@bb.com.br

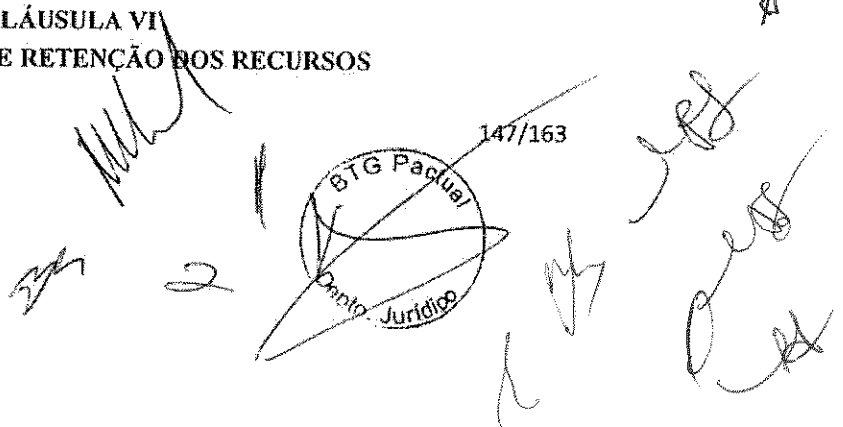
Agente Fiduciário:

E-mail: backoffice@pentagonotruster.com.br



5.21.1. A substituição dos e-mails indicados nos termos desta cláusula poderá ser feita por qualquer das partes interessadas, mediante envio de correspondência eletrônica às demais, formalizando a alteração. No prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados de seu envio de forma eletrônica, as correspondências trocadas pelas partes nos termos desta cláusula deverão ser encaminhadas fisicamente ao Agente Fiduciário, por meio dos Correios (através de carta registrada com Aviso de Recebimento).

**CLÁUSULA VI
TRANSFERÊNCIA E RETENÇÃO DOS RECURSOS**



6.1 O Banco Centralizador transferirá os recursos entre as Contas Vinculadas na forma e nos prazos estabelecidos na cláusula V acima.

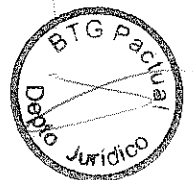
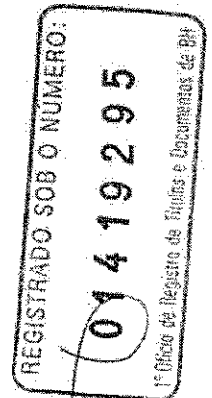
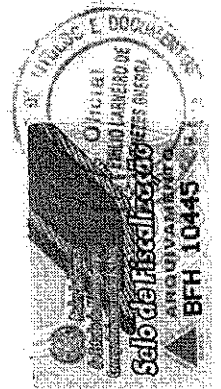
6.1.1 O Banco Centralizador fica autorizado pela Emissora e pelo Município, desde já, em caráter irrevogável e irretratável, a reter nas Contas Vinculadas o saldo ali existente e que seja correspondente aos Créditos Cedidos Fiduciariamente caso seja comunicado pelo Agente Fiduciário acerca da ocorrência de um dos Eventos de Avaliação ou de Vencimento Antecipado, em especial no que diz respeito à tempestiva liquidação, pela Emissora, das obrigações financeiras indicadas na Escritura da Segunda Emissão, conforme datas de pagamento das parcelas referentes à amortização do Valor Nominal Unitário e ao pagamento da Remuneração e da Atualização Monetária das Debêntures com Garantia Real, indicadas no Anexo III, inclusive em razão do vencimento antecipado deliberado pelos Debenturistas em decorrência de inadimplemento de obrigações não pecuniárias previstas na Escritura de Segunda Emissão por parte da Emissora.

6.1.2 A retenção mencionada no subitem 6.1.1 acima operar-se-á sobre a totalidade dos valores depositados nas Contas Vinculadas e que sejam resultado da liquidação dos Créditos Cedidos Fiduciariamente, mediante comunicação escrita do Agente Fiduciário ao Banco Centralizador, indicando o inadimplemento da Emissora. Tal comunicação produzirá efeitos a partir do dia de seu recebimento, pelo Banco Centralizador, desde que ocorrido até às 13:00 horas, sendo que as comunicações recebidas após este horário somente produzirão efeito a partir do Dia Útil seguinte ao do seu recebimento.

6.1.3 Sempre que o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida não for plenamente atendido na Data de Verificação, o Banco Centralizador, mediante autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário, deverá reter e transferir para a Conta de Serviço da Dívida quaisquer valores relativos aos Créditos Cedidos Fiduciariamente depositados nas demais Contas Vinculadas, exceto se instruído de forma diversa pelo Agente Fiduciário, por determinação da Assembleia Geral de Debenturistas.

6.2 Os valores que o Banco Centralizador reter, nos termos do subitem 6.1.1 e 6.1.3, deverão ser mantidos investidos no Investimento Permitido, conforme descrito no Anexo IV ao presente Contrato, enquanto perdurar a retenção.

6.3 Os valores referidos acima, somente serão investidos pelo Banco Centralizador em Investimentos Permitidos que possuam liquidez diária.



Handwritten signatures and initials, including a large signature on the left and several initials on the right, along with the number 148/163.

Versão para Assinatura

CLÁUSULA VII OBRIGAÇÕES RELACIONADAS AOS BOLETOS

7.1 A Emissora compromete-se a:

(i) manter em seu poder, através do Custodiante, a documentação que justifica a emissão pela SMF ou pela PGM, conforme o caso, dos boletos correspondentes ao recebimento dos Direitos de Crédito Autônomos;

(ii) exibir essa documentação no caso de sobrevir demanda judicial e desde que intimada a tanto;

(iii) não descontar qualquer boleto correspondente aos Direitos de Crédito Autônomos ou realizar qualquer operação que afete a garantia de cessão fiduciária constituída, seja no Banco Centralizador ou com terceiros;

7.2 Tendo em vista que a prerrogativa de cobrança dos Direitos de Crédito Autônomos é exclusiva da PGM e da SMF, conforme o caso, o Banco Centralizador não poderá, em nenhuma hipótese, agir como mandatário para a cobrança dos Direitos de Créditos Autônomos, ficando expressamente vedada a apresentação, pelo Banco Centralizador, de qualquer boleto inadimplido para protesto, demanda judicial ou extrajudicial ou qualquer outra forma de cobrança.

ANEXO I-A AO CONTRATO DE CUSTÓDIA DE RECURSOS FINANCEIROS E ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS VINCULADAS

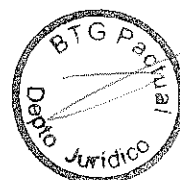
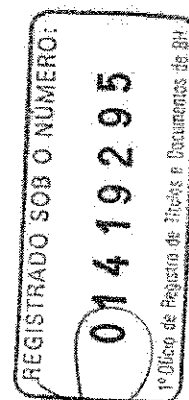
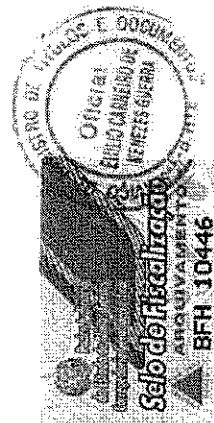
MODELOS DOS ARQUIVOS DE RETORNO

(i) o primeiro arquivo, listando os Direitos de Crédito Autônomos recebidos na data de referência:

[•]

(ii) o segundo arquivo, listando e quantificando os Recursos Excluídos de cada Direito de Crédito Autônomo recebido na data de referência:

[•]



Handwritten signatures and stamps, including a circular stamp of BTG Pactual, Departamento Jurídico, and the number 149/163.

**ANEXO II AO CONTRATO DE CUSTÓDIA DE RECURSOS FINANCEIROS E
ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS VINCULADAS**

COMUNICAÇÕES

Os representantes, endereços e e-mails de cada uma das partes, para os fins do item 9 do Contrato de Custódia de Recursos Financeiros e Administração de Contas, conforme segue:

PBH ATIVOS S.A.

Endereço: Avenida Afonso Pena, nº 774, Bairro Centro,
CEP: 30.130-003 - Belo Horizonte, MG
Tel.: (31) 3277-9561
At: Diretor Presidente Edson Ronaldo Nascimento
E-mail: edson.ronaldo@pbh.gov.br

Assinaturas Autorizadas

Nome Completo	Nome Completo	Nome Completo
---------------	---------------	---------------

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Av. das Américas, nº 4.200, Bloco 04, sala 514, Bairro Barra da Tijuca
CEP: 22640-102 - Rio de Janeiro, RJ
At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira
Tel.: (21) 3385-4565
E-mail: backoffice@pentagonotruster.com.br

Assinaturas Autorizadas

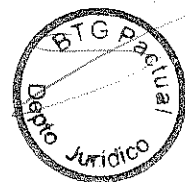
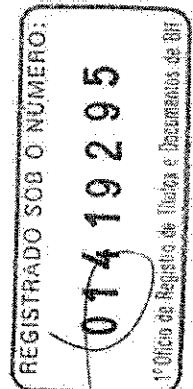
Nome Completo	Nome Completo	Nome Completo
---------------	---------------	---------------

BANCO DO BRASIL S.A.

Aos cuidados da Agência Setor Público
Endereço: Rua Rio de Janeiro, 750, 5º Andar, Centro
CEP: 31.160-041 - Belo Horizonte, MG
Tel.: [•]
E-mail: age1615@bb.com.br

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 12º andar



Versão para Assinatura

CEP: 04538-133 - São Paulo, SP
At.: Departamento Jurídico - FICC
Tel.: (11) 3383-2000
E-mail: ol-juridico-renda-fixa@btgpactual.com

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE BELO HORIZONTE

Endereço: Rua Espírito Santo, 605, Centro, 5º andar
CEP 30.160.030 - Belo Horizonte, MG
At: Secretário Municipal de Finanças Sr. Marcelo Piancastelli de Siqueira
Tel.: (31) 3277-4008
E-mail: marcelo.piancastelli@pbh.gov.br

Assinaturas Autorizadas

Nome Completo Nome Completo Nome Completo

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

Tel.: (31) 3277-4075
Rua dos Timbiras, 628, Funcionários
CEP 30.140-060 - Belo Horizonte, MG
At: Procurador Geral do Município, Sr. Rúsvel Beltrame Rocha
E-mail: rusvelb@pbh.gov.br

Assinaturas Autorizadas

Nome Completo Nome Completo Nome Completo

MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

Endereço: Rua Espírito Santo, 605, Centro, 5º andar
CEP: 30.160.030, Belo Horizonte, MG
Tel.: (31)3277-4008 (31)3277-4009 (31)3277-4010 (31)3277-4034
At: Secretário Municipal de Finanças, Sr. Marcelo Piancastelli de Siqueira
E-mail: marcelo.piancastelli@pbh.gov.br

Assinaturas Autorizadas

Nome Completo Nome Completo Nome Completo

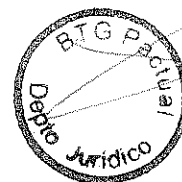
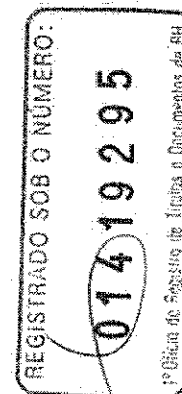
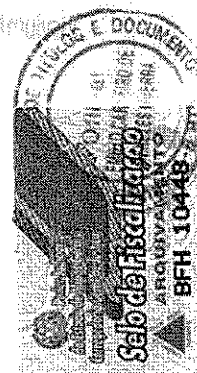
EMPRESA DE INFORMÁTICA E INFORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE S/A - PRODABEL

MHM - 68945v39

Registro de Títulos e Documentos

1º Ofício - RJ

Anexo ao Documento de Arquivo



151/163

Handwritten signatures and initials, including a large signature on the left, a signature in the center, and several initials on the right.

Versão para Assinatura

Av. Presidente Carlos Luz, nº 1275, Bairro Caparaó,
CEP: 31.230-000 - Belo Horizonte, MG
At.: Sr. Haldley Campolina Vidal
Tel.: (31) 3277-8395
E-mail: haldley@pbh.gov.br

Registro de Títulos e Documentos
4º Ofício - RJ
Anexo ao Documento Arquivado

Assinaturas Autorizadas

Nome Completo	Nome Completo	Nome Completo
---------------	---------------	---------------

Caso haja alteração dos representantes autorizados a assinar as notificações, a parte que desejar promover a alteração deverá notificar o Banco Centralizador neste sentido, com cópia às demais partes.

**ANEXO III AO CONTRATO DE CUSTÓDIA DE RECURSOS FINANCEIROS E
ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS VINCULADAS**

**RELAÇÃO DAS PARCELAS REFERENTES À AMORTIZAÇÃO DO VALOR
NOMINAL UNITÁRIO E AO PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO DAS
DEBÊNTURES**

O Valor Nominal Unitário das Debêntures com Garantia Real será de R\$[100.000,00 (cem mil reais)] na Data de Emissão.

Cronograma de amortização do Valor Nominal Unitário:

Os percentuais de amortização indicados no cronograma de amortização definido no "Anexo V" deste Contrato incidirão sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures com Garantia Real, para cada parcela, desde a primeira parcela com vencimento em [data] até a última com vencimento em [data], nos termos do "Anexo V".

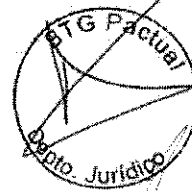
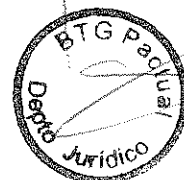
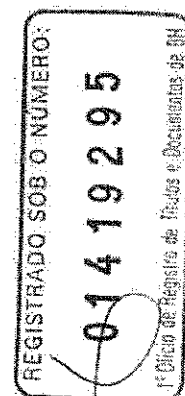
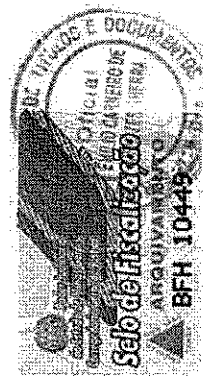
Pagamento da Remuneração das Debêntures com Garantia Real:

Sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures com Garantia Real incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de [●]% ("Remuneração"), além da Atualização Monetária pelo IPCA].

O Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração e da Atualização Monetária será amortizado [mensalmente], a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em [data] e o último em [data] ("Data de Vencimento"), ou na data da liquidação antecipada

MHM - 68945v39

152/163



resultante do vencimento antecipado das Debêntures com Garantia Real em razão da ocorrência de um dos eventos de vencimento antecipado descritos na Escritura da Segunda Emissão, ou na realização do resgate conforme previsto na Escritura da Segunda Emissão ("Pagamento da Remuneração").

ANEXO IV AO CONTRATO DE CUSTÓDIA DE RECURSOS FINANCEIROS E ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS VINCULADAS

PARÂMETROS DE INVESTIMENTO DO SALDO DISPONÍVEL NAS CONTAS VINCULADAS

Nos termos da alínea (iii) do subitem 4.1 do Anexo I ao Contrato de Custódia de Recursos Financeiros e Administração de Contas, todo e qualquer montante existente nas Contas Vinculadas relativos aos Créditos Cedidos Fiduciariamente deverá ser automaticamente investido pelo Banco Centralizador, na noite do Dia Útil de seu depósito, conforme política abaixo:

1. A totalidade dos recursos (incluindo os rendimentos do Investimento Permitido, provenientes dos investimentos realizados nos termos desse Anexo IV) existentes e/ou depositados nas Contas Vinculadas relativos aos Créditos Cedidos Fiduciariamente deverão ser aplicados pelo Banco Centralizador, na noite do Dia Útil de seu depósito, nos seguintes investimentos, listados em ordem de prioridade (que deverá ser observada pelo Banco Centralizador):

(a) em fundos de renda fixa com liquidez diária administrados e geridos pelo Banco do Brasil S.A e/ou empresas do seu conglomerado; ou, caso não haja disponibilidade,

(b) em ativos de renda fixa com liquidez diária de emissão e risco do Banco do Brasil S.A; ou, caso não haja disponibilidade,

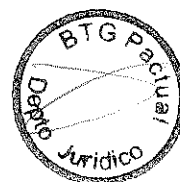
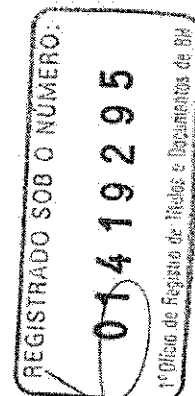
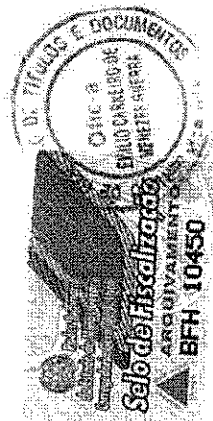
(c) em títulos de renda fixa emitidos pelo Governo Federal Brasileiro.

1.1. Os títulos, ativos e cotas adquiridos em decorrência do Investimento Permitido, bem como seus rendimentos, são também cedidos fiduciariamente em favor dos titulares das Debêntures com Garantia Real, sendo-lhes aplicáveis, para todos os fins de direito, todas as disposições inerentes aos Créditos Cedidos Fiduciariamente previstas no Contrato de Cessão Fiduciária e neste Contrato.

2. Os recursos existentes ou depositados nas Contas Vinculadas deverão ser investidos no Investimento Permitido da seguinte forma:

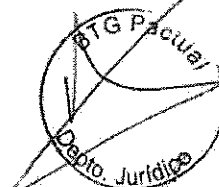
(a) Conta de Serviço da Dívida e Conta de Pagamento: considerando a natureza dessas contas, os recursos existentes e/ou depositados serão aplicados na noite do Dia Útil de

153/163



[Handwritten signature]

2



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

seu depósito e permanecerão investidos até o recebimento de notificação do Agente Fiduciário, determinando a movimentação dos recursos;

- (b) **Conta de Recebimento:** quaisquer recursos da referida Conta de Recebimento também serão aplicados na noite do Dia Útil de seu depósito e serão mantidos investidos até a data de recebimento da notificação do Agente Fiduciário instruindo a transferência de recursos da Conta de Recebimento para a Conta de Pagamento e/ou Conta de Serviço da Dívida.

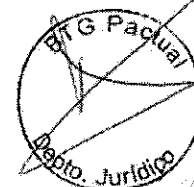
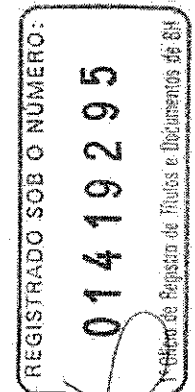
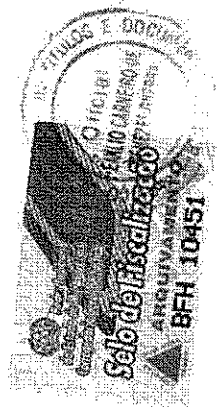
3. O Banco Centralizador, e/ou tampouco seus respectivos diretores, empregados ou agentes, não terão qualquer responsabilidade com relação a quaisquer prejuízos, reivindicações, demandas, danos, tributos ou despesas, resultantes do investimento, reinvestimento ou liquidação do Investimento Permitido, inclusive, entre outros, qualquer responsabilidade por quaisquer demoras no investimento, reinvestimento ou liquidação do Investimento Permitido, ou quaisquer lucros cessantes inerentes a essas demoras, com as quais não possui(rá) qualquer ingerência sobre a modalidade, forma, prazo e quaisquer condições que foram determinadas neste Contrato.

ANEXO V AO CONTRATO DE CUSTÓDIA DE RECURSOS FINANCEIROS E ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS VINCULADAS

CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO

Mês	Percentual do Valor Nominal Unitário
[•]	[•]
[•]	[•]
[•]	[•]
[•]	[•]
[•]	[•]
[•]	[•]
[•]	[•]
[•]	[•]
[•]	[•]
[•]	[•]
[•]	[•]
[•]	[•]
[•]	[•]
[•]	[•]
[•]	[•]
[•]	[•]
[•]	[•]
[•]	[•]
[•]	[•]
[•]	[•]
[•]	[•]

Mês	Percentual do Valor Nominal Unitário
[•]	[•]
[•]	[•]
[•]	[•]
[•]	[•]
[•]	[•]
[•]	[•]
[•]	[•]
[•]	[•]
[•]	[•]
[•]	[•]
[•]	[•]
[•]	[•]
[•]	[•]
[•]	[•]
[•]	[•]
[•]	[•]
[•]	[•]
[•]	[•]
[•]	[•]
[•]	[•]



Versão para Assinatura

Registo de Títulos e Documentos
1º Ofício - RJ
Anexo ao Contrato de Arrendamento

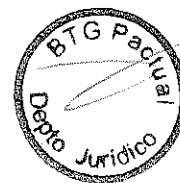
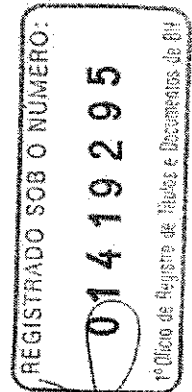
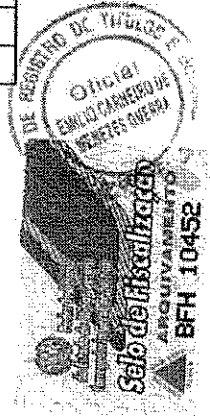
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

ANEXO VI AO CONTRATO DE CUSTÓDIA DE RECURSOS FINANCEIROS E
ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS VINCULADAS

CÓPIA DO CONTRATO DE CESSÃO ONEROSA

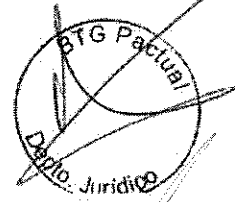
CÓPIA DO CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA



MHM - 68945v39

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



158/163

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

ANEXO 2.2 (D)
POLÍTICA DE COBRANÇA

DECRETO Nº 15.304, DE 14 DE AGOSTO DE 2013

Dispõe sobre o não ajuizamento de execução fiscal e o protesto dos créditos do Município de Belo Horizonte e de suas autarquias e fundações.

O Prefeito de Belo Horizonte, no exercício da atribuição que lhe confere o inciso VII do art. 108 da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei Federal nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, incluído pela Lei Federal nº 12.767, de 27 de dezembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º - A Secretaria Municipal de Finanças e a Procuradoria-Geral do Município poderão utilizar o protesto como meio de cobrança de créditos, tributários e não tributários, inscritos em dívida ativa, observados os critérios de eficiência administrativa e de custos de administração e cobrança.

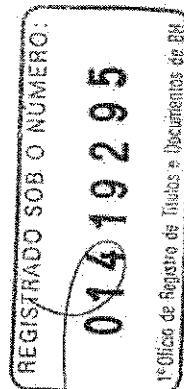
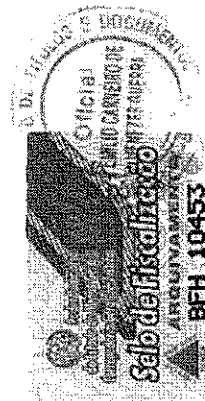
Art. 2º - Os créditos inscritos em dívida ativa, iguais ou inferiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), reajustáveis anualmente pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, não serão objeto de execução fiscal, salvo determinação em contrário da Procuradoria-Geral do Município e da Secretaria Municipal de Finanças.

Parágrafo único - Os créditos de que trata o *caput* deste artigo deverão, prioritariamente, ser encaminhados para o protesto extrajudicial da Certidão da Dívida Ativa - CDA.

Art. 3º - O Município de Belo Horizonte celebrará convênio com o Instituto de Estudos de Protestos de Títulos do Brasil - Seção Minas Gerais - IEPTB/MG para a efetivação do protesto extrajudicial das Certidões de Dívida Ativa.

§ 1º - O procedimento de protesto extrajudicial dar-se-á de forma centralizada, por meio de arquivo eletrônico, assegurado o sigilo das informações pela Central de Remessa de Arquivos Eletrônicos - CRA do Instituto de Estudos de Protestos de Títulos do Brasil - Seção Minas Gerais - IEPTB/MG.

§ 2º - A CDA deverá ser encaminhada, juntamente com a Guia de Recolhimento - GUIA, para a Central de Remessa de Arquivos Eletrônicos - CRA, que as encaminhará ao cartório competente.



156/163

BTG Pactual

Dep. Jurídico

Dep. de Títulos e Documentos

Dep. de Títulos e Documentos

Versão para Assinatura

Art. 4º - Após a remessa da CDA por meio do envio eletrônico do arquivo, e antes de registrado o protesto, o pagamento somente poderá ocorrer no cartório competente, ficando vedada, neste período, a emissão de guia de recolhimento.

§ 1º - Efetuado o pagamento do crédito, os Tabelionatos de Protesto de Títulos ficam obrigados a efetuar o depósito do valor arrecadado mediante quitação da guia de recolhimento no primeiro dia útil subsequente ao do recebimento.

§ 2º - Na hipótese de pagamento realizado mediante cheque administrativo ou visado, nominativo ao apresentante, ficam os tabeliães de protesto autorizados a endossá-lo e depositá-lo em sua conta ou de titularidade do cartório, a fim de viabilizar o recolhimento da GUIA.

Art. 5º - Após a lavratura e registro do protesto, o pagamento deverá ser efetuado mediante guia de recolhimento emitida pela Secretaria Municipal de Finanças ou pela Procuradoria-Geral do Município.

Art. 6º - O parcelamento do crédito poderá ser concedido após o registro do protesto, nos termos da legislação pertinente, pelas unidades da Secretaria Municipal de Finanças ou da Procuradoria-Geral do Município.

§ 1º - Efetuado o pagamento do depósito inicial relativo ao parcelamento, será autorizado o cancelamento do protesto, que somente deverá ser efetivado após o pagamento dos emolumentos, taxas e demais despesas previstas em lei.

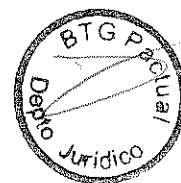
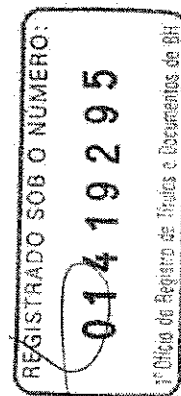
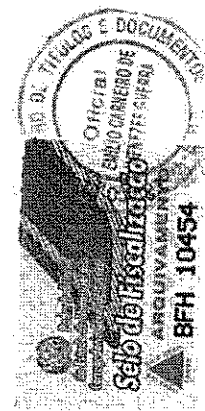
§ 2º - Na hipótese de cancelamento do parcelamento, será apurado o saldo devedor remanescente, podendo a CDA ser novamente enviada a protesto.

Art. 7º - Fica a Procuradoria-Geral do Município autorizada a desistir das execuções fiscais cujo crédito exequendo corrigido seja inferior a R\$5.000,00 (cinco mil reais) e das execuções fiscais distribuídas antes de 31 de dezembro de 2004, cujo crédito exequendo seja inferior a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), desde que, em ambos os casos, não haja incidência de causa de suspensão da exigibilidade do crédito em execução.

Parágrafo único - As Certidões de Dívida Ativa relativas às execuções fiscais indicadas no *caput* deverão ser encaminhadas ao protesto extrajudicial, após análise de sua viabilidade pela Procuradoria-Geral do Município e pela Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 8º - A cobrança da dívida ativa do Município observará o seguinte procedimento:

I - vencido o prazo para o pagamento do crédito tributário e não tributário, ocorrerá sua inscrição em dívida ativa;



157/163

Versão para Assinatura

II - após a inscrição em dívida ativa, o crédito tributário e não tributário será cobrado pela via administrativa pelo período de 90 (noventa) dias;

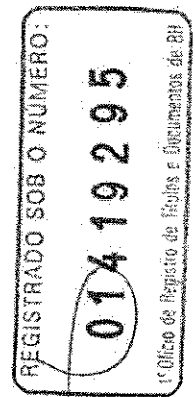
III - vencido o prazo de que trata o inciso II deste artigo sem pagamento, a CDA representativa do crédito tributário e não tributário será remetida a protesto na forma indicada neste Decreto;

IV - após 6 (seis) meses do protesto do título, caso não haja pagamento do crédito tributário e não tributário, será ajuizada execução fiscal para cobrança da CDA.

Art. 9º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 14 de agosto de 2013

Marcio Araújo de Lacerda
Prefeito de Belo Horizonte





ANEXO 2.4.5
MODELO DO RELATÓRIO MENSAL

Relatórios Mensais (5º dia útil) - Posição do último dia útil do mês anterior

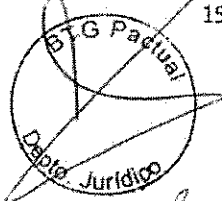
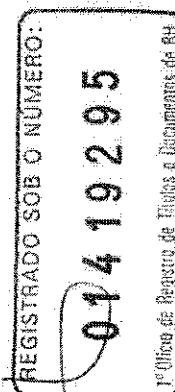
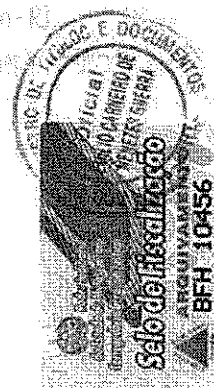
Relatório I - Conta Corrente

1	Mês / Ano
2	Vr. Previsto de Recebimento nos Parcelamentos (Excluído Honorários)
3	Vr. Efetivamente Recebido nos Parcelamentos (Excluído Honorários)
4	Vr. Recebido por Pagamento à Vista (débitos não parcelados)
5	Vr. Recebido por Depósitos Iniciais (parcelamentos incluídos no mês)
6	Vr. dos Depósitos Judiciais levantados pela Procuradoria no mês
7	Vr. Descontos nos Débitos Parcelados (*)
8	Vr. Desconto pelo Bônus de Adimplência
9	Vr. Desconto pelo Pagamento à Vista (débitos não parcelados)
10	Vr. da Inadimplência dos Parcelamentos = (2) - [(3)+(7)+(8)]
11	Saldo Devedor Atual dos Parcelamentos (Excluído Honorários)

(*) - Vr. Descontos = Vr. do desconto devido ao débito em conta +
Vr. do Desconto pela Antecipação de Parcelas + Vr. do Desconto
pela Quitação do Saldo Devedor do Parcelamento à Vista.

Relatório II - Inadimplência

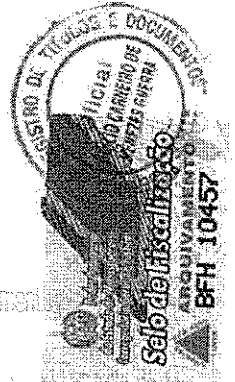
1	Mês / Ano
2	Quantidade de Parcelamentos Ativos
3	Quantidade de Parcelamentos com Pagamentos no Mês
4	Quantidade de Parcelamentos sem Pagtos há mais de 03 Meses
5	Vr. Vencido e Não Pago
6	Saldo Devedor Atual dos Parcelamentos do item 4
7	Quantidade de Parcelamentos sem Pagtos há 03 Meses
8	Vr. Vencido e Não Pago
9	Saldo Devedor Atual dos Parcelamentos do item 7
10	Quantidade de Parcelamentos sem Pagtos há 02 Meses
11	Vr. Vencido e Não Pago
12	Saldo Devedor Atual dos Parcelamentos do item 10
13	Quantidade de Parcelamentos sem Pagto no Mês
14	Vr. Vencido e Não Pago
15	Saldo Devedor Atual dos Parcelamentos do item 13



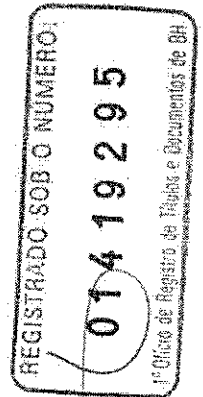
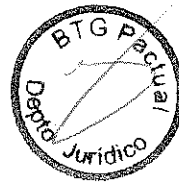
Versão para Assinatura

Relatório III - Parcelamentos Incluídos e Cancelados

1	Mês / Ano
2	Quantidade de Parcelamentos Incluídos
3	Saldo Devedor Atual dos Parcelamentos Incluídos
4	Quantidade de Parcelamentos Excluídos
5	Saldo Devedor Atual dos Parcelamentos Excluídos



Registro de Títulos e Documentos
Pólo - 13
Arquivo Documental Arquivado





Versão para Assinatura

ANEXO 2.6

MINUTA DO TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS DE CRÉDITOS AUTÔNOMOS

1. Nos termos do "CONTRATO DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITO AUTÔNOMO DE RECEBIMENTO DE CRÉDITOS E OUTRAS AVENÇAS", firmado em 10 de janeiro de 2014 ("Contrato de Cessão Onerosa"), os Direitos de Crédito Autônomos listados no Anexo I ao presente e no CD-ROM, são cedidos, neste ato e em caráter irrevogável e irretratável, pelo **MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE** ("Cedente"), com a anuência da Secretaria Municipal de Finanças ("SMF") e da Procuradoria Geral do Município ("PGM"), para a **PBH ATIVOS S.A.** ("Cessionária"), sem qualquer tipo de direito de regresso ou coobrigação do Município de Belo Horizonte, na forma estipulada no Contrato de Cessão Onerosa, do qual este termo é parte integrante.

2. O Preço de Aquisição dos Direitos de Crédito Autônomos é pago ao Município de Belo Horizonte pela Cessionária, nesta data, mediante a entrega das Debêntures Subordinadas, subscritas pelo Município de Belo Horizonte, através da assinatura dos Boletins de Subscrição correspondentes, conforme previsto no Contrato de Cessão Onerosa.

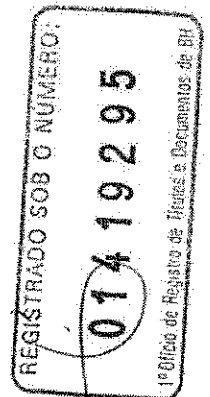
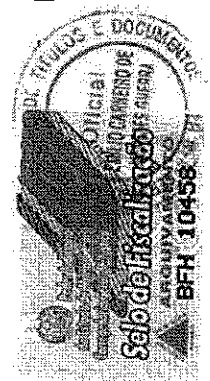
3. Os Documentos Comprobatórios, referentes ao direito de recebimento do fluxo financeiro oriundo dos Direitos de Crédito Autônomos ora cedidos, encontram-se, nesta data, em poder do Município de Belo Horizonte ou de quaisquer órgãos ou entidades integrantes da administração pública direta ou indireta do Município de Belo Horizonte, assim como os gestores públicos e agentes políticos investidos de poderes de representação do Município de Belo Horizonte, sendo que tais Documentos Comprobatórios deverão ser fornecidos à PBH ATIVOS e/ou ao Agente Fiduciário nos termos e condições previstas no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito Autônomos, Vinculação de Receita e Outras Avenças da PBH ATIVOS S.A. firmado em [•] ("Contrato de Cessão Fiduciária").

4. Os termos aqui indicados em letra maiúscula e não expressamente definidos neste instrumento terão os mesmos significados a eles atribuídos no Contrato de Cessão Onerosa.

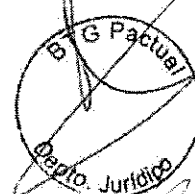
5. A cessão objeto deste termo, observado o disposto no Contrato de Cessão Onerosa, é considerada existente, válida e eficaz na data de celebração deste Termo de Cessão.

6. Com o pagamento do Preço de Aquisição, o Município de Belo Horizonte e a Cessionária conferem-se reciprocamente a mais ampla, geral e rasa quitação relativa à cessão dos Direitos de Crédito Autônomos, sem prejuízo da manutenção de seus respectivos direitos e prerrogativas assegurados no Contrato de Cessão Onerosa e no Contrato de Cessão Fiduciária.

7. Por meio da assinatura deste Termo de Cessão, o Cedente confirma e ratifica que todas as declarações e garantias por ele prestadas no Contrato de Cessão Onerosa são completas,



161/163



corretas e verdadeiras, em todos os aspectos relevantes, na data de assinatura deste Termo de Cessão.

É, por estarem justos e contratados, firmam o presente termo, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos de direito, na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Belo Horizonte, [•] de [•] de 2014.

MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

[MODELO – NÃO ASSINAR]

[MODELO – NÃO ASSINAR]

Por: Márcio Araújo de Lacerda
Cargo: Prefeito
Cessionária:

Por: Marcelo Piancastelli de Siqueira
Cargo: Secretário Municipal de Finanças

PBH ATIVOS S.A.
[MODELO – NÃO ASSINAR]

Por: Edson Ronaldo Nascimento
Cargo: Diretor Presidente

Intervenientes Anuentes:

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE BELO HORIZONTE

[MODELO – NÃO ASSINAR]

Por: Marcelo Piancastelli de Siqueira
Cargo: Secretário Municipal de Finanças

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

[MODELO – NÃO ASSINAR]

Por: Rúsvel Beltrame Rocha
Cargo: Procurador Geral do Município

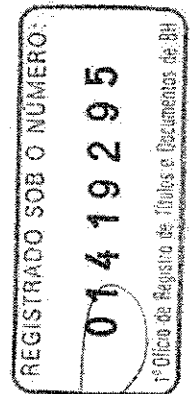
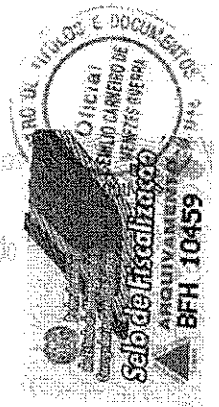
Testemunhas:

[MODELO – NÃO ASSINAR]

[MODELO – NÃO ASSINAR]

Nome:
RG:
CPF/MF:

Nome:
RG:
CPF/MF:



ANEXO I AO TERMO DE CESSÃO

Descrição dos Direitos de Crédito Autônomos e identificados no CD- ROM

Os Direitos de Crédito Autônomos estão detalhados no CD-ROM entregues nesta data ao Custodiante. Foram cedidos Direitos de Crédito Autônomos no montante total de R\$ [•], devidos por [•] Contribuintes.

Informações do CD-ROM

Arquivo I - Criptografado

1	CPF / CNPJ
2	Nome do Contribuinte
3	Código Criptografado do Contribuinte

Arquivo II - Lançamentos

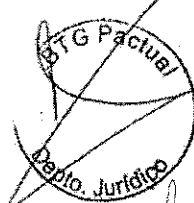
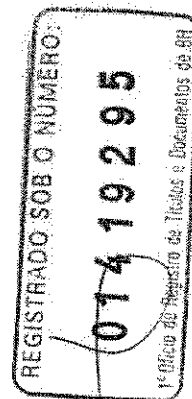
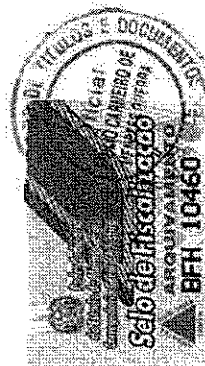
1	Nº do Parcelamento
2	Código dos Lançamentos Incluídos no Parcelamento
3	Descrição do Tributo

Arquivo III - Parcelamentos

1	Nº do Parcelamento
2	Data de Aprovação do Parcelamento
3	Código Criptografado
4	Endereço de Correspondência do Parcelamento
5	Quantidade Total de Parcelas
6	Quantidade de Parcelas Quitadas
7	Quantidade de Parcelas em Aberto
8	Saldo Devedor Atualizado sem Honorários

Arquivo IV - Fluxo de Recebimentos

1	Nº do Parcelamento
2	Mês / Ano
3	Valor Total da Parcela
4	Valor dos Honorários na Parcela
5	Valor da Parcela Sem Honorários (3) - (4)



**1º (PRIMEIRO) ADITAMENTO AO CONTRATO DE CUSTÓDIA DE
RECURSOS FINANCEIROS
E ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS VINCULADAS**

Pelo presente instrumento particular, as partes:

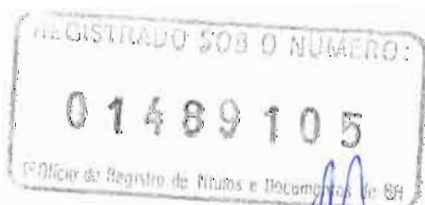
1. PBH ATIVOS S.A., sociedade de economia mista, cuja criação foi autorizada pela Lei Municipal nº 10.003, de 25 de novembro de 2010 ("Lei Municipal 10.003/10"), com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Afonso Pena, nº 774, 5º andar, Bairro Centro, CEP 30.130-003, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.593.766/0001-79, neste ato representada na forma de seu estatuto social, por seu Diretor Presidente, o Sr. Ricardo Augusto Simões Campos, brasileiro, casado, engenheiro, portador do CREA – MG nº 14534, inscrito no CPF/MF sob o nº 236.124.106-44, e por seu Diretor Executivo, o Sr. Francisco Rodrigues dos Santos, brasileiro, casado, administrador, portador do CRA - MG nº 01-002505, inscrito no CPF/MF sob o nº 129.958.436-56 ("Emissora" ou "PBH ATIVOS");

2. MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE estabelecido na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Afonso Pena, nº 1212, Bairro Centro, CEP 30130-908, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.715.383/0001-40, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Marcio Araújo de Lacerda, e pelo Secretário Municipal de Finanças, Sr. Marcelo Piancastelli de Siqueira, brasileiro, divorciado, economista, portador do RG nº 0976099 – MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 125.350.606-04 ("Cedente" ou "Município");

3. PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4200, bloco 08-B, salas 302/303/304, Bairro Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma do seu estatuto social por seus representantes abaixo assinados, na qualidade de agente fiduciário e representante legal da comunhão de titulares das debêntures da segunda emissão da Emissora ("Agente Fiduciário");

4. BANCO DO BRASIL S.A., instituição financeira constituída sob a forma de sociedade anônima, estabelecido na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Rio de Janeiro, nº 750, 5º andar inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.000.000.000/4336-24, neste ato representada na forma de seu estatuto social, por seus representantes abaixo assinados ("Banco Centralizador"); e

5. BANCO BTG PACTUAL S.A., instituição financeira constituída sob a forma de sociedade anônima, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 14º andar, Bairro Itaim Bibi, CEP 04358-133, inscrita



no CNPJ/MF sob o nº 30.306.294/0002-26, neste ato representada na forma de seu estatuto social por seus representantes legais abaixo assinados, como contratante dos serviços (“Contratante dos Serviços” ou “Custodiante”).

E ainda, na qualidade de intervenientes-anuentes:

6. SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE BELO HORIZONTE, estabelecida na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Espírito Santo, nº 605, 5º andar, Bairro Centro, CEP 30160-030, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Finanças, Sr. Marcelo Piancastelli de Siqueira, qualificado acima (“SMF”);

7. PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, estabelecida na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua dos Timbiras, nº 628, Bairro Funcionários, CEP 30140-060, neste ato representada pelo Procurador Geral do Município, Dr. Rúsvel Beltrame Rocha, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/MG sob o nº. 065805 e no CPF/MF sob o nº 782.347.276-72 (“PGM”); e

8. EMPRESA DE INFORMÁTICA E INFORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE S.A. – PRODABEL, estabelecida na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Presidente Carlos Luz, nº 1275, Bairro Caparaó, CEP 31230-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 18.239.038/0001-87, neste ato representada na forma de seu estatuto social por seu diretor José Lauro Nogueira Terror (“PRODABEL” e, quando em conjunto com a SMF e PGM, “Intervenientes Anuentes”).

CONSIDERANDO QUE:

(a) o Município instituiu um programa de parcelamento de certos créditos tributários ou não tributários vencidos, ao qual o contribuinte ou sujeito passivo de tais débitos (“Contribuinte”) poderia aderir, por meio de procedimentos administrativos ou judiciais de parcelamento (“Procedimentos Administrativos ou Judiciais” e “Parcelamentos”, respectivamente);

(b) o Município foi autorizado, por força da Lei Municipal 10.003/10, e da Lei Municipal nº 7.932, de 30 de dezembro de 1999, conforme alterada (“Lei Municipal 7.932/99”), a ceder à Emissora, a título oneroso, direitos de crédito autônomos para recebimento do fluxo de pagamentos decorrente dos créditos tributários ou não tributários vencidos e parcelados pelo Contribuinte através dos Parcelamentos (“Direitos de Crédito Autônomos”), que se encontram ou não inscritos na dívida ativa do Município (“Créditos Tributários ou Não Tributários”);



Handwritten signature and initials in blue ink, including a large "P" and "O" at the bottom.

(c) a Emissora, conforme estabelecido em seu objeto social, sua lei de criação, e nos termos de seu estatuto social, aprovado pelo Decreto Municipal nº 14.444, de 09 de junho de 2011, tem, entre outros, competência para: (i) titular, administrar e explorar economicamente ativos municipais; (ii) auxiliar o Tesouro Municipal na captação de recursos financeiros, podendo, para tanto, colocar no mercado obrigações de emissão própria, receber, adquirir, alienar e dar em garantia os ativos, créditos, títulos e valores mobiliários da sociedade; e (iii) estruturar e implementar operações que visam à obtenção de recursos junto ao mercado de capitais;

(d) de tal modo, nos termos do artigo 7º da Lei Municipal 7.932/99, o Município, a Emissora, o Agente Fiduciário e o Custodiante celebraram, com a anuência dos Intervenientes Anuentes, o “*Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças*”, firmado em 10 de janeiro de 2014, conforme aditado, por meio do qual o Município se comprometeu a ceder à Emissora os Direitos de Crédito Autônomos (“*Contrato de Cessão Onerosa*”), em conjunto com a celebração do Termo de Cessão e dos Boletins de Subscrição, conforme definidos, respectivamente, no Contrato de Cessão Onerosa e na Escritura da Primeira Emissão (conforme abaixo definida);

(e) foram emitidas em 10 de janeiro de 2014, pela Emissora, debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada (“*Debêntures Subordinadas*”), de forma privada, as quais foram totalmente subscritas pelo Município e por ele integralizadas mediante a cessão onerosa, à Emissora, dos Direitos de Crédito Autônomos (“*Emissão de Debêntures Subordinadas*”);

(f) as condições e características da Emissão de Debêntures Subordinadas encontram-se descritas no “*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, da PBH ATIVOS S.A.*”, firmado em 10 de janeiro de 2014, conforme aditado pelo “*Instrumento Particular de 1º (Primeiro) Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, da PBH ATIVOS S.A.*”, firmado em 1º de abril de 2014 (“*Escritura da Primeira Emissão*”);

(g) foram emitidas em 1º de abril de 2014, pela Emissora, debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real representada por cessão fiduciária de direitos creditórios, em série única, tendo sido objeto de oferta pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“*Debêntures da Segunda Emissão*” e “*Segunda Emissão*”, respectivamente), visando à obtenção de recursos para realizar a amortização das Debêntures Subordinadas;



3/67

[Handwritten signatures and initials]

(h) as condições e características da Segunda Emissão encontram-se descritas no “*Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão, Sendo a 1ª (Primeira) Pública, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, Em Série Única, Para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da PBH ATIVOS S.A.*”, firmado em 1º de abril de 2014 entre a Emissora e o Agente Fiduciário, com a anuência da SMF e da PGM, conforme aditado pelo “*Instrumento Particular de 1º (Primeiro) Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão, Sendo a 1ª (Primeira) Pública, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, Em Série Única, Para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da PBH ATIVOS S.A.*”, firmado em 23 de abril de 2014 (“Escritura da Segunda Emissão”);

(i) na mesma data da Escritura da Segunda Emissão, o Município, a Emissora e o Agente Fiduciário celebraram, com a anuência da SMF e da PGM, o “*Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receita e Outras Avenças da PBH ATIVOS S.A.*” (“Contrato de Cessão Fiduciária”), por meio do qual (i) os Direitos de Crédito Autônomos; (ii) os direitos detidos pela Emissora emergentes do Contrato de Cessão Onerosa; e (iii) todos os recursos, direitos de crédito e acessórios relacionados aos Direitos de Crédito Autônomos, já desconsiderando os Recursos Excluídos (conforme definidos no Contrato de Cessão Fiduciária e na Escritura da Segunda Emissão), depositados ou a serem mantidos nas Contas Vinculadas (conforme definidos no Contrato de Cessão Fiduciária e na Escritura da Segunda Emissão), bem como todos os direitos sobre as Contas Vinculadas; foram cedidos fiduciariamente em favor dos titulares das Debêntures da Segunda Emissão, a título de garantia fiel e cabal do cumprimento de todas as obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures da Segunda Emissão, da Escritura da Segunda Emissão e dos Contratos de Garantia a ela relacionados (conforme definidos na Escritura da Segunda Emissão);

(j) as partes contrataram, por meio do “*Contrato de Custódia de Recursos Financeiros e Administração de Contas Vinculadas*”, com a anuência dos Interveniente Anuentes, em 1º de abril de 2014 (“Contrato de Administração de Contas”), o Banco Centralizador para prestar serviços de custódia e de recebimento dos recursos financeiros decorrentes da realização dos Direitos de Crédito Autônomos, bem como de administração das Contas Vinculadas (conforme definidas no Contrato de Administração de Contas), dentre outras disposições;

(k) as partes contratantes referidas no *Considerando* (i) acima celebraram, nesta data, termo aditivo ao Contrato de Cessão Fiduciária, a fim de, dentre outras disposições (i) formalizar a cessão e transferência da propriedade fiduciária aos Debenturistas (conforme definidos no Contrato de Administração de Contas) dos créditos objeto do “*Termo de Cessão de Direitos de Crédito Autônomos*”, assinado pelo Município, Emissora, SMF e PGM, em 18 de maio de 2015 (“Termo de Cessão Indenização”), bem como (ii) incluir os procedimentos relativos à administração das Contas Vinculadas



4/67

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the left and several initials on the right.

(conforme definidas no Contrato de Administração de Contas) no que tange aos recursos financeiros decorrentes da realização antecipada dos Direitos de Crédito Autônomos ("1º (Primeiro) Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária"); e

(I) as partes desejam refletir e consolidar as disposições do 1º (Primeiro) Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária no Contrato de Administração de Contas.

ISTO POSTO, resolvem as partes celebrar o presente "*1º (Primeiro) Aditamento ao Contrato de Custódia de Recursos Financeiros e Administração de Contas Vinculadas*" ("Aditamento"), que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir.

Os termos utilizados neste Aditamento, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam diversamente definidos, terão os mesmos significados que lhes são atribuídos no Contrato de Administração de Contas e na Escritura da Segunda Emissão.

CLÁUSULA I

CESSÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO AUTÔNOMOS AOS DEBENTURISTAS DA SEGUNDA EMISSÃO

1.1 Em razão da cessão e transferência da propriedade fiduciária aos Debenturistas (conforme definidos no Contrato de Administração de Contas) dos créditos objeto do Termo de Cessão Indenização, conforme formalizado por meio do 1º (Primeiro) Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária, as partes concordam em incluir na definição de Créditos Cedidos Fiduciariamente do Contrato de Administração de Contas os novos Direitos de Crédito Autônomos cedidos por meio do Termo de Cessão Indenização e, conseqüentemente, do 1º (Primeiro) Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária.

CLÁUSULA II

ADMINISTRAÇÃO DAS CONTAS VINCULADAS EM CASO DE ANTECIPAÇÃO DA REALIZAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO AUTÔNOMOS

2.1 Conforme previsto no 1º (Primeiro) Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária, as partes resolvem incluir entre as disposições do Contrato de Administração de Contas, os procedimentos relativos à administração das Contas Vinculadas (conforme definidas no Contrato de Administração de Contas), relativos aos recursos advindos da realização de Direitos de Crédito Autônomos que venha a ser, sob qualquer forma, antecipada pelo Contribuinte.



Several handwritten signatures and initials in blue ink are visible at the bottom of the page, including a large signature on the left and several sets of initials on the right.

2.2 Diante do disposto na Cláusula 2.1 acima, resolvem alterar as seguintes Cláusulas do Contrato de Administração de Contas, que passarão a vigorar com a seguinte redação:

(a) incluir a alínea 'iii' à Cláusula 1.2, com a consequente renumeração das demais alíneas subsequentes do Contrato de Administração de Contas, conforme abaixo:

(iii) conta vinculada nº 21.179-6, da agência 1615-2, mantida junto ao Banco Centralizador, de titularidade da Emissora, exclusivamente vinculada a este Contrato, na qual serão depositados os recursos advindos dos Direitos de Crédito Autônomos Objeto de Realização Antecipada (conforme definidos abaixo) bem como os rendimentos e os recursos decorrentes da amortização, negociação ou resgate de títulos, cotas ou ativos do Investimento Permitido relacionados aos Direitos de Crédito Autônomos Objeto de Realização Antecipada (conforme definidos abaixo), conforme estabelecido nas Cláusulas 6.24.15 e 6.24.16 da Escritura da Segunda Emissão, inicialmente depositados na Conta Centralizadora da Emissora e, automaticamente transferidos, depositados, mantidos e aplicados na Conta de Recebimento (conforme definida abaixo), na forma e nos prazos previstos neste Contrato, a ser movimentada exclusivamente pelo Banco Centralizador, com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário até o integral pagamento das Obrigações Garantidas ("Conta de Adiantamentos");

(b) alterar as antigas alíneas 'iii' e 'v' da Cláusula 1.2 do Contrato de Administração de Contas, respectivamente alíneas 'iv' e 'vi' após a renumeração acima disposta, conforme abaixo:

(iv) conta vinculada nº 14.898-9, agência 1615-2 mantida junto ao Banco Centralizador, de titularidade da Emissora, exclusivamente vinculada a este Contrato, para a qual serão transferidos os recursos da Conta Centralizadora do Município, da Conta Centralizadora da Emissora; e, conforme o caso, da Conta de Adiantamentos, bem os recursos recebidos em decorrência de litígio judicial, nos termos da Cláusula 5.3 (a) do Anexo I ao presente, já excluídos os Recursos Excluídos, e mantidos os recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos (bem como os rendimentos e os recursos decorrentes do Investimento Permitido, realizado com recursos desta conta), a ser movimentada exclusivamente pelo Banco Centralizador com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário até o integral pagamento das Obrigações Garantidas, observado o IGR e o IC previstos na Escritura de Segunda Emissão ("Conta de Recebimento");



6/67

(vi) conta vinculada nº 14.917-9, agência 1615-2 mantida junto ao Banco Centralizador, de titularidade da Emissora, exclusivamente vinculada a este Contrato, e constituída para completar o pagamento das amortizações programadas e o pagamento da remuneração das Debêntures com Garantia Real, na qual será depositado e mantido o montante equivalente ao Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, conforme definido na Cláusula 5.10 do Anexo I (bem como os rendimentos do Investimento Permitido, realizado com recursos desta conta), a ser movimentada exclusivamente pelo Banco Centralizador com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário até o integral pagamento das Obrigações Garantidas (“Conta de Serviço de Dívida”, e, em conjunto com a Conta Centralizadora do Município, a Conta Centralizadora da Emissora, a Conta de Adiantamentos, a Conta de Recebimento e a Conta de Pagamento, “Contas Vinculadas”).

(c) incluir as Cláusulas 5.8.1, 5.8.1.1, 5.8.1.2, 5.8.2 e 5.8.3 no Anexo I, “Condições Operacionais”, do Contrato de Administração de Contas, conforme abaixo:

5.8.1 Conta de Adiantamentos: Caso (i) o(s) Contribuinte(s), por qualquer motivo, antecipe(m) o pagamento, em parte ou no todo, de Créditos Tributários ou Não Tributários dos quais decorrem os Direitos de Crédito Autônomos ou (ii) conforme o caso, o Município promova a recompra dos Direitos de Crédito Autônomos afetados na forma da Cláusula 11.1.1 do Contrato de Cessão Onerosa (“Direitos de Crédito Autônomos Objeto de Realização Antecipada”), o Agente Fiduciário determinará ao Banco Centralizador, que:

- (i) mensalmente, em cada Data de Verificação, transfira da Conta de Recebimento para a Conta de Adiantamentos todos os valores relativos aos Direitos de Crédito Autônomos Objeto de Realização Antecipada, identificados no Relatório Gerencial (conforme definido na Escritura da Segunda Emissão) imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, e, conforme o caso,*
- (ii) mensalmente, em cada Data de Verificação, libere da Conta de Adiantamentos para a Conta de Recebimento a quantia que deveria ter sido recebida no mês anterior à Data de Verificação mas não o foi dada à realização antecipada (“Parcela do Fluxo Originário”), a fim de que o Fluxo Originário (conforme definido abaixo) seja observado.*

5.8.1.1. A Parcela do Fluxo Originário, a ser calculada pelo Agente Fiduciário conforme disposto acima, deverá ser o montante equivalente ao



7/67

Several handwritten signatures and initials in blue ink, including a large stylized 'G', a signature that looks like 'Mh', and various other initials and marks.

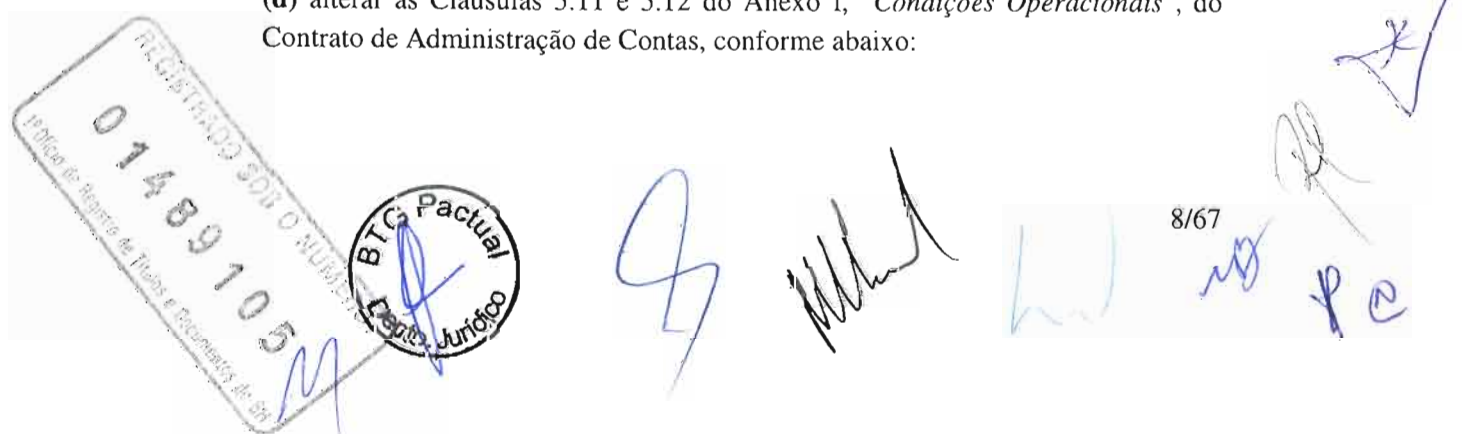
(i) percentual calculado com base no valor das parcelas dos Direitos de Crédito Autônomos Objeto da Realização Antecipada que deveriam ter sido recebidas no mês anterior à Data de Verificação dividido pelo saldo total das parcelas dos Direitos de Crédito Autônomos Objeto de Realização Antecipada que estejam depositadas na Conta de Adiantamentos (ii) multiplicado pelo Saldo da Conta de Adiantamentos, no último dia útil do mês anterior à Data de Verificação. Para fins deste Contrato de Administração de Contas, "Saldo da Conta de Adiantamentos" corresponde ao saldo total das parcelas dos Direitos de Crédito Autônomos Objeto da Realização Antecipada depositadas na Conta de Adiantamentos acrescido de todos os rendimentos provenientes do Investimento Permitido (conforme definido na Escritura da Segunda Emissão).

5.8.1.2. As movimentações mencionadas nos itens (i) e (ii) da Cláusula 5.8.1 acima deverão ser feitas através de uma transferência única pela diferença entre os valores das respectivas contas, respeitando que o saldo da Conta de Adiantamentos deverá ser igual a, no mínimo, o somatório dos valores relativos aos Direitos de Crédito Autônomos Objeto de Realização Antecipada conforme Fluxo Originário, excluindo a parcela transferida nos termos da Cláusula 5.8.1(ii) acima.

5.8.2 Para a realização dos procedimentos previstos na Cláusula 5.8.1 acima, o Agente Fiduciário deverá (i) acompanhar o fluxo dos valores depositados na Conta de Recebimento e/ou na Conta de Adiantamentos, quanto aos valores dos direitos creditórios e respectivos prazos de parcelamento, de forma equivalente ao fluxo original dos Direitos de Crédito Autônomos Objeto de Realização Antecipada ("Fluxo Originário"), com base no Relatório de Gerencial (conforme definido na Escritura da Segunda Emissão) elaborado pela SMF, bem como no "Relatório Sobre Fluxo referente aos Pagamentos Antecipados" disponibilizado pela Emissora, nos termos previstos na Escritura da Segunda Emissão.

5.8.3 Para fins do disposto na Cláusula 5.8.1 acima, os valores relativos aos Direitos de Crédito Autônomos Objeto de Realização Antecipada deverão ser liberados da Conta de Adiantamentos para a Conta de Recebimento, mensalmente, de maneira que seja cumprido o cronograma original previsto para o Fluxo Originário, conforme instruções dadas pelo Agente Fiduciário ao Banco Centralizador.

(d) alterar as Cláusulas 5.11 e 5.12 do Anexo I, "Condições Operacionais", do Contrato de Administração de Contas, conforme abaixo:



5.11 Mensalmente, em cada Data de Verificação, após terem sido primeiramente atendidos todos os pagamentos a que se destina a Conta de Pagamento, conforme previsto no Contrato de Cessão Fiduciária e neste Contrato, bem como posteriormente atendidas (i) todas as obrigações de constituição do Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, conforme descrita no item 5.10, e (ii) todas as transferências descritas na Cláusula 5.8.1, o eventual saldo que ainda exista na Conta de Pagamento e o eventual excesso sobre o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida será direcionado, por instrução do Agente Fiduciário ao Banco Centralizador, com 1 (um) Dia Útil de antecedência, para a Conta de Livre Movimentação, observados os termos do item 5.12 abaixo.

5.12 Na hipótese de não haver recursos suficientes na Conta de Pagamento para quitação integral de cada Parcela Vincenda de Amortização no 2º (segundo) Dia Útil anterior à data de pagamento da Parcela Vincenda de Amortização em questão, o Banco Centralizador, mediante autorização do Agente Fiduciário, transferirá inicialmente recursos da Conta de Serviço da Dívida até utilização do saldo total dessa Conta e, ainda, se necessário, transferirá recursos depositados na Conta de Adiantamentos até o montante necessário para complementar o Valor mínimo da conta de serviço de dívida, para a Conta de Pagamento, no montante que seja necessário para atendimento da obrigação da Cláusula 5.10 acima.

(e) alterar o item (a) da Cláusula 2 no Anexo IV, “Parâmetros de Investimento do Saldo Disponível nas Contas Vinculadas”, do Contrato de Administração de Contas, conforme abaixo:

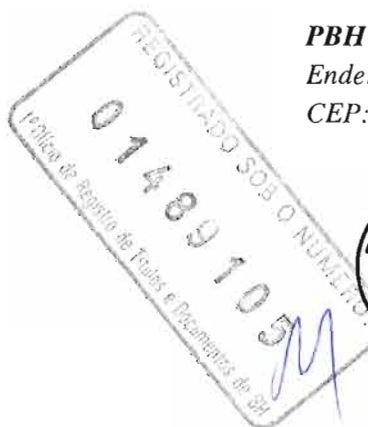
(a) Conta de Adiantamentos, Conta de Serviço da Dívida e Conta de Pagamento: considerando a natureza dessas contas, os recursos existentes e/ou depositados serão aplicados na noite do Dia Útil de seu depósito e permanecerão investidos até o recebimento de notificação do Agente Fiduciário, determinando a movimentação dos recursos;

CLÁUSULA III ATUALIZAÇÃO DOS DADOS PARA COMUNICAÇÕES

3.1 As partes resolvem atualizar os dados para comunicações da PBH ATIVOS, do Agente Fiduciário e da PRODABEL previstos no Anexo II do Contrato de Administração de Contas, conforme disposto abaixo:

PBH ATIVOS S.A

Endereço: Avenida Afonso Pena, nº 774, 5º Andar, Centro,
CEP: 30.130-003 - Belo Horizonte, MG



9/67

Tel.: (31) 3277.9561

At.: Sr. Ricardo Augusto Simões Campos / Sr. Francisco Rodrigues dos Santos

E-mail: ricardo.simoes@pbhativos.com.br / franciscorodrigues@pbhativos.com.br

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Av. das Américas, nº 4.200, Bloco 08, ala B, salas 302, 303 e 304, Barra da Tijuca

CEP: 22640-102 – Rio de Janeiro, RJ

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Tel.: (21) 3385-4565

E-mail: garantia@pentagonotruster.com.br

EMPRESA DE INFORMÁTICA E INFORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE S/A – PRODABEL

Av. Presidente Carlos Luz, nº 1275, Bairro Caparaó,

CEP: 31.230-000, Belo Horizonte, MG

At.: Sr. José Lauro Nogueira Terror

Tel.: (31) 3277-8395

E-mail: lauro.n@pbh.gov.br

**CLÁUSULA IV
VIGÊNCIA**

4.1 Este Aditamento somente entrará em vigor após (i) a assinatura de todas as partes; (ii) recepção, pelo Banco Centralizador, das respectivas vias assinadas, e (iii) a validação dos documentos previstos na cláusula 5.6 deste Aditamento.

4.1.1 As partes concordam, desde já, que o Banco Centralizador tem o prazo de até 4 (quatro) Dias Úteis para iniciar a operacionalização deste Aditamento, contado do cumprimento do disposto na Cláusula 4.1 acima e desde que não seja verificada qualquer pendência na documentação encaminhada, o que deverá ser prontamente comunicado pelo Banco Centralizador.

4.2 Nos termos da alínea 'i' da Cláusula 2.1 do Anexo I ao Contrato de Administração de Contas, a Emissora deverá, às expensas do Contratante dos Serviços, levar este Aditamento a registro nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Comarcas de Belo Horizonte/MG, do Rio de Janeiro/RJ e de São Paulo/SP, no prazo de até 20 (vinte) Dias Úteis a contar da assinatura deste Aditamento, devendo comprovar o registro perante o Banco Centralizador, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis após a obtenção de cada registro.



10/67

CLÁUSULA V DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1 Tendo em vista as alterações acima, as partes resolvem aditar e consolidar o Contrato de Administração de Contas, incluindo seus Anexos I (“*Condições Operacionais*”), II (“*Comunicações*”) e IV (“*Parâmetros de Investimento do Saldo Disponível nas Contas Vinculadas*”), os quais também foram objeto de alteração nos termos deste Aditamento, tudo na forma do **Anexo I** ao presente Aditamento, e neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, reiteram expressamente todas as declarações e obrigações constantes do Contrato de Administração de Contas e seus anexos, e subordinam o presente Aditamento às disposições do referido instrumento, naquilo que lhe for aplicável e passível de cumprimento pelas partes.

5.1.1 Os Anexos I a VI do Contrato de Administração de Contas deverão ser interpretados como parte integrante do Contrato de Administração de Contas alterado e consolidado na forma do **Anexo I** ao presente Aditamento.

5.2 Este Aditamento, o Contrato de Administração de Contas e o Contrato de Cessão Fiduciária constituem, coletivamente, o único e integral acordo entre as partes com relação aos assuntos neles tratados, substituindo todos os outros documentos, cartas, memorandos ou propostas entre as partes, bem como os entendimentos orais mantidos entre as mesmas, anteriores à presente data.

5.3 A tolerância de uma das partes quanto ao descumprimento de qualquer obrigação pela outra parte não significará renúncia ao direito de exigir o cumprimento da obrigação, nem perdão, nem alteração do que foi aqui contratado.

5.4 O presente Aditamento constitui título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

5.5 Caso qualquer disposição do presente Aditamento seja considerada nula, ilegal ou inexecutável, as partes deverão negociar de boa-fé, de forma a chegar a um acordo na redação de uma nova cláusula que seja satisfatória a qual reflita suas intenções, conforme expressas no presente Aditamento, a qual substituirá aquela considerada nula, ilegal ou inexecutável.

5.6 As partes obrigam-se a enviar ao Banco Centralizador, juntamente com as vias assinadas com reconhecimento de firma deste instrumento, documentação societária e pessoal das partes em cópia autenticada, para fins de validação de poderes.



A handwritten signature in blue ink.

A handwritten signature in blue ink.

A handwritten signature in blue ink.

11/67

A handwritten signature in blue ink.

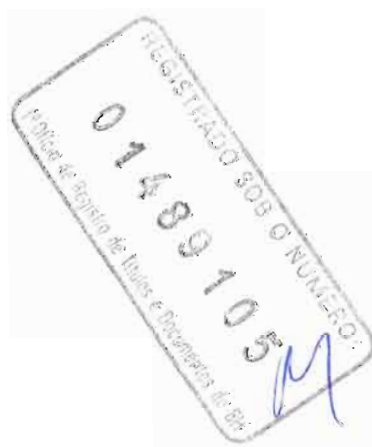
CLÁUSULA VI
FORO

6.1 Fica eleito o foro central da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, como o competente para dirimir disputas relativas a este Aditamento.

E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente Aditamento em 11 (onze) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos de direito, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Belo Horizonte, 29 de janeiro de 2016.

restante da página deixado intencionalmente em branco



12/67

Página de assinaturas 1/9 do 1º (Primeiro) Aditamento ao Contrato de Custódia de Recursos Financeiros e Administração de Contas Vinculadas, celebrado 29 de janeiro de 2016

Emissora:



PBH ATIVOS S.A.



Por: Ricardo Augusto Simões Campos
Cargo: Diretor Presidente

Por: Francisco Rodrigues dos Santos
Cargo: Diretor Executivo

TABELIONATO TRIGINELLI
SERVIÇO NOTARIAL DO 3º OFÍCIO
R. Augusto de Lima, 250 - CEP 30140-000 - FONE: (31) 3273-8144 - FAX: (31) 3273-8142 - E-MAIL: cartorio3@triginelli.com.br - www.triginelli.com.br

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) abaixo:
(BZX86565) RICARDO AUGUSTO SIMÕES CAMPOS, *****
(BZX86566) FRANCISCO RODRIGUES DOS SANTOS *****
Belo Horizonte: 24/02/2016 09:50:32 28722

Gilberto Triginelli
E: R\$8,40 REC: R\$0,30 TF: R\$2,76 Total: R\$11,66
LUCAS

Selo de Fiscalização
RECONHECIMENTO DE FIRMA
BZX 86566
RECONHECIMENTO DE FIRMA
BZX 86565



13/67



Página de assinaturas 2/9 do 1º (Primeiro) Aditamento ao Contrato de Custódia de Recursos Financeiros e Administração de Contas Vinculadas, celebrado 29 de janeiro de 2016

Município:

 **MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE** 
Por: Marcio Araújo de Lacerda Por: Marcelo Piancastelli de Siqueira
Cargo: Prefeito Municipal Cargo: Secretário Municipal de Finanças




TABELIONATO TRIGINELLI SERVIÇO NOTARIAL DO 3º OFÍCIO
R. Antônio Carlos, 355 - 3º andar - 30130-001 - Belo Horizonte - MG - 30130-001
E-mail: cartorio@cartorios.com.br www.cartorios.com.br

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) abaixo:
(BZX86567) MARCIO ARAUJO DE LACERDA, (BZX86568) MARCELO PIANCASTELLI DE SIQUEIRA *****
Belo Horizonte, 24/02/2016 09:50:52 23154
Gilberto Triginelli
E:R\$8,40 REC:R\$0,50 TF:R\$2,76 Total:R\$11,66
LUCAS

Selo de Fiscalização
RECONHECIMENTO DE FIRMA
BZX 86568
RECONHECIMENTO DE FIRMA
BZX 86567

REGISTRADO SOB O NÚMERO:
01489105
Tribuna de Registro de Imóveis e Documentos do 9º



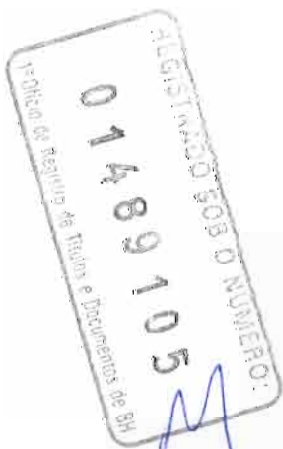


14/67


Página de assinaturas 3/9 do 1º (Primeiro) Aditamento ao Contrato de Custódia de Recursos Financeiros e Administração de Contas Vinculadas, celebrado 29 de janeiro de 2016

Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A.
DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS


Nome: Gabriela F. Pacheco
Cargo: Procuradora
RG: 45.008.309-3









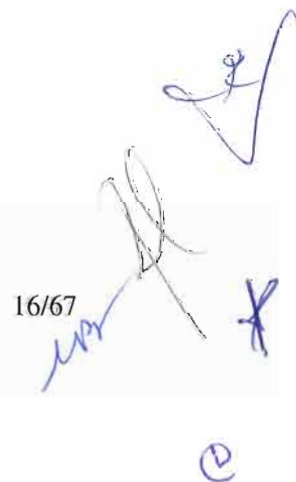
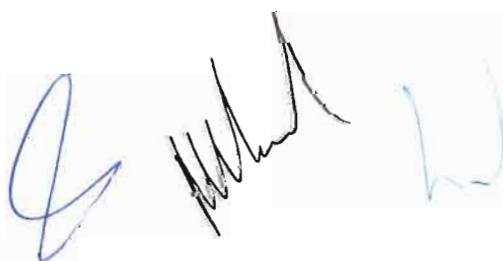
15/67



Página de assinaturas 4/9 do 1º (Primeiro) Aditamento ao Contrato de Custódia de Recursos Financeiros e Administração de Contas Vinculadas, celebrado 29 de janeiro de 2016

Banco Centralizador:


BANCO DO BRASIL S.A.



Página de assinaturas 5/9 do 1º (Primeiro) Aditamento ao Contrato de Custódia de Recursos Financeiros e Administração de Contas Vinculadas, celebrado 29 de janeiro de 2016

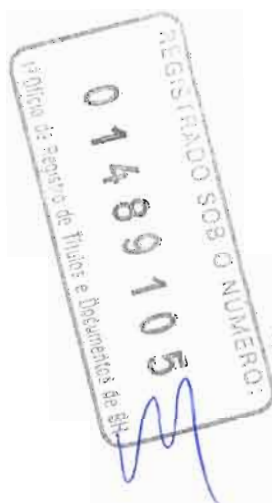
Contratante dos Serviços:

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Por: 
Cargo: **Nandikesh Anilkumar Dixit**
Procurador

Por: 
Cargo: **Elizabeth Soares Miolo**
CPF: 302.806.898-29
RG: 29.811.206-1


2º Tabelião de Notas - Anderson Henrique Teixeira Nogueira
Rua Hego Freitas, 133 - Vila Buarque - São Paulo - SP
CEP: 01220-010 - Fone: (11) 3357-8844 - Fax: (11) 3221-0722
Reconheço por semelhança 2 Firma(s) COM VALOR ECONOMICO de:
ELIZABETH SOARES MIOLO E NANDIKESH ANILKUMAR DIXIT
São Paulo, 01 de março de 2016. Em test. da Verdade.
ALEXANDRE MARCOLI - Escrevente
Valor: R\$ 16,30. Carimbo: 100610 Selo(s): 247461-AA








17/67

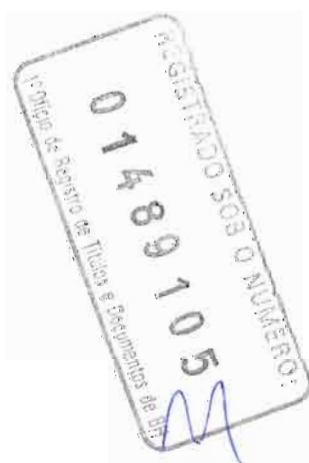


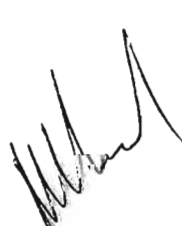





Página de assinaturas 6/9 do 1º (Primeiro) Aditamento ao Contrato de Custódia de Recursos Financeiros e Administração de Contas Vinculadas, celebrado 29 de janeiro de 2016

Interveniente Anuente:

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE BELO HORIZONTE


Por: Marcelo Piancastelli de Siqueira
Cargo: Secretário Municipal de Finanças








18/67


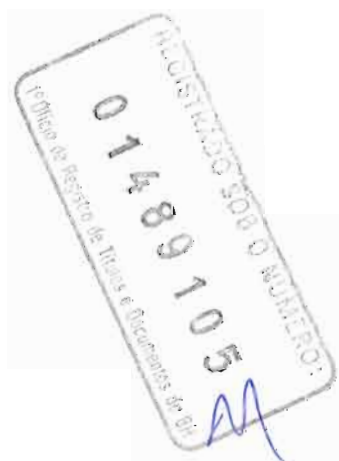
Página de assinaturas 7/9 do 1º (Primeiro) Aditamento ao Contrato de Custódia de Recursos Financeiros e Administração de Contas Vinculadas, celebrado 29 de janeiro de 2016

Interveniente Anuente:

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

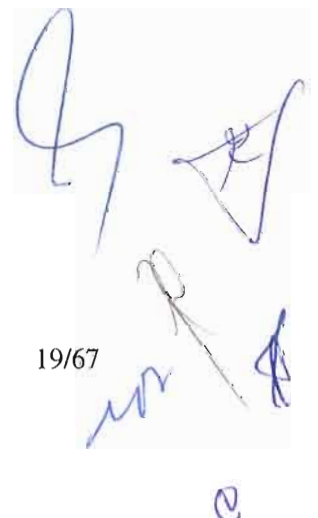
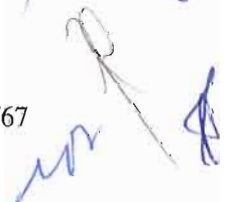

 

Por: Rúsel Beltrame Rocha
Cargo: Procurador Geral do Município








19/67



Página de assinaturas 8/9 do 1º (Primeiro) Aditamento ao Contrato de Custódia de Recursos Financeiros e Administração de Contas Vinculadas, celebrado 29 de janeiro de 2016

Interveniente Anuente:

EMPRESA DE INFORMÁTICA E INFORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE S/A – PRODABEL


1º OFÍCIO DE NOTAS - B.H.TE.

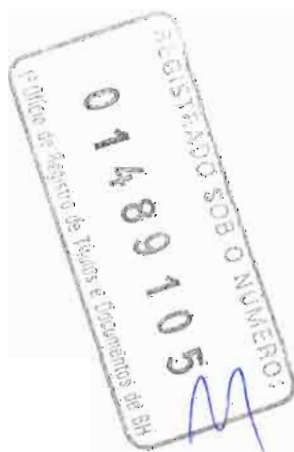
Por: José Lauro Nogueira Terror
Cargo: Diretor

1º OFÍCIO DE NOTAS - BELO HORIZONTE (MG) - Tabelião: JOÃO MAURÍCIO VILLANO FERRAZ
Rua Goiás, 187 - Centro * Telefone: (31) 3222-0584 - CEP 30190-030 =

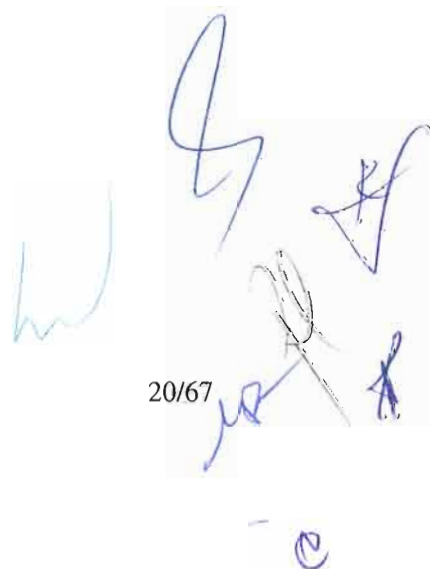
Reconheço por AUTENTICIDADE a (s) firma (s) de:
[3wgEO7F8] - JOSE LAURO NOGUEIRA TERROR.....

Dou fé. Belo Horizonte, 24/02/2016 13:54:24
Em Testemunho _____ da Verdade
Escrevente - CLEUSDETE VISACRE ALVES VAZ
Art 3º Lei 15.424 - Emol. R\$4,20 Recompê R\$1,00 - TFJ R\$0,25
Tot. R\$5,83.








20/67

Página de assinaturas 9/9 do 1º (Primeiro) Aditamento ao Contrato de Custódia de Recursos Financeiros e Administração de Contas Vinculadas, celebrado 29 de janeiro de 2016

Testemunhas:

Nome: Ana Luiza Leao Moreira
RG: MG 17.814.462
CPF: 100.016.236-21

Nome: José Pedro Francischini de Souza Gavaerd
RG: 37.012.417-0 SSP/SP
CPF: 410.201.578-79

1º OFÍCIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

Nº de Ordem: **01489105**

Certifico e dou fé que o presente documento foi apresentado, protocolado sob o nº 01489105, livro nº A-86, registrado em microfilme e digitalizado sob o nº 01489105, livro nº B-157, nesta data, e AVERBADO à margem do Registro nº 01427725. Belo Horizonte, 02/03/2016. Emol.567,85 TJF.254,21 Recompe.34,03 Total: 856,09

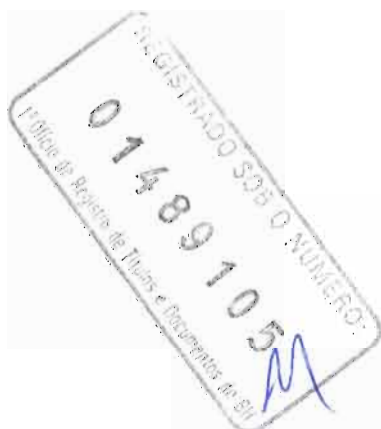
M. Kelly D. dos Santos
O Oficial
Escrivão Autorizada

PODER JUDICIÁRIO - TJMG
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Ofício do 1º Registro de Títulos e Documentos
de Belo Horizonte - MG - CNS:05.529-3

Selo Eletrônico Nº **AGM79724**
Cód. Seg.: **3999.2014.8884.5433**

Quantidade de Atos Praticados: **00068**
Emolumentos: R\$601,88 - TJF: R\$254,21

Valor Final: R\$856,09
Consulte a validade deste Selo no
site: <https://selos.tjmg.jus.br>



[Handwritten signature]

21/67

[Handwritten signatures and initials]

Anexo I

Contrato de Administração de Contas Consolidado

CONTRATO DE CUSTÓDIA DE RECURSOS FINANCEIROS E ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS VINCULADAS

Pelo presente instrumento particular, as partes:

1. PBH ATIVOS S.A., sociedade de economia mista, cuja criação foi autorizada pela Lei Municipal nº 10.003 de 25 de novembro de 2010 (“Lei Municipal 10.003/10”), com sede na Avenida Afonso Pena, nº 774, 5º Andar, Bairro Centro, CEP 30.130-003, Belo Horizonte, Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.593.766/0001-79, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Presidente, o Sr. Ricardo Augusto Simões Campos, brasileiro, casado, engenheiro, portador do CREA – MG nº 14534, inscrito no CPF/MF sob o nº 236.124.106-44, e por seu Diretor Executivo, o Sr. Francisco Rodrigues dos Santos, brasileiro, casado, administrador, portador do CRA – MG nº 01-002505, inscrito no CPF/MF sob o nº 129.958.436-56 (“Emissora” ou “PBH ATIVOS”);

2. MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, estabelecido na Avenida Afonso Pena, nº 1212, Bairro Centro, CEP nº 30130-908, Minas Gerais, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.715.383/0001-40, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Marcio Araújo de Lacerda e pelo Secretário Municipal de Finanças, Sr. Marcelo Piancastelli de Siqueira (“Cedente” ou “Município”);

3. PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4200, bloco 08, ala B, salas 302, 303 e 304, Bairro Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social por seus representantes abaixo assinados, na qualidade de agente fiduciário, e representante legal da comunhão de titulares das debêntures da segunda emissão da Emissora (“Agente Fiduciário”);

4. BANCO DO BRASIL S.A., instituição financeira constituída sob a forma de sociedade anônima, estabelecido na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Rio de Janeiro, nº 750, 5º andar inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.000.000.000/4336-24, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seus representantes abaixo assinados (“Banco Centralizador”);

5. BANCO BTG PACTUAL S.A., instituição financeira constituída sob a forma de sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida



22/67

C

Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 14º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.306.294/0002-26, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social por seus representantes legais abaixo assinados, como contratante dos serviços (“Contratante dos Serviços” ou “Custodiante”);

e, ainda, na qualidade de intervenientes-anuentes:

6. SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE BELO HORIZONTE, estabelecida na Rua Espírito Santo, nº 605, 5º andar, Centro CEP 30.160.030, Belo Horizonte, Minas Gerais, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Finanças, Sr. Marcelo Piancastelli de Siqueira (“SMF”);

7. PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, estabelecida na Rua dos Timbiras, nº 628, Funcionários, CEP 30.140.060, Belo Horizonte, Minas Gerais, neste ato representada pelo Procurador Geral do Município, Dr. Rúsvel Beltrame Rocha (“PGM”); e

8. EMPRESA DE INFORMÁTICA E INFORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE S/A – PRODABEL, estabelecida na Av. Presidente Carlos Luz, nº 1275, Bairro Caparaó, CEP: 31.230-000, município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 18.239.038/0001-87, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social por seu diretor José Lauro Nogueira Terror (“PRODABEL” e, quando em conjunto com a PGM e a SMF, a seguir referidos simplesmente como “Intervenientes Anuentes”).

CONSIDERANDO QUE:

(a) O Município instituiu um programa de parcelamento de certos créditos tributários ou não tributários vencidos ao qual o contribuinte ou sujeito passivo de tais débitos (“Contribuinte”) poderia aderir, por meio de procedimentos administrativos ou judiciais de parcelamento (“Parcelamentos”);

(b) o Cedente foi autorizado, por força da Lei Municipal 10.003/10 e da Lei Municipal 7.932 de 30 de dezembro de 1999, conforme alterada (“Lei Municipal 7.932/99”), a ceder à Emissora, a título oneroso, direitos de crédito autônomos para recebimento do fluxo de pagamentos decorrentes dos créditos tributários ou não tributários vencidos e parcelados pelo Contribuinte através dos Parcelamentos (“Direitos de Crédito Autônomos”), que se encontram ou não inscritos na dívida ativa do Município (“Créditos Tributários ou Não Tributários”);

(c) a Emissora, conforme estabelecido em seu objeto social, sua lei de criação e nos termos de seu estatuto social, aprovado pelo Decreto Municipal nº 14.444 de 09 de junho de 2011, tem, entre outros, competência para: (i) titular, administrar e explorar



A handwritten signature in blue ink.

A collection of handwritten signatures and initials in blue ink. The date "23/67" is written in the middle. There are several other marks and initials scattered around.

economicamente ativos municipais; (ii) auxiliar o Tesouro Municipal na captação de recursos financeiros, podendo, para tanto, colocar no mercado obrigações de emissão própria, receber, adquirir, alienar e dar em garantia os ativos, créditos, títulos e valores mobiliários da sociedade; e (iii) estruturar e implementar operações que visam à obtenção de recursos junto ao mercado de capitais;

(d) de tal modo, nos termos do artigo 7º da Lei Municipal 7.932/99, a Cedente, a Emissora, o Custodiante e o Agente Fiduciário, com a anuência dos Intervenientes Anuentes, formalizaram a cessão dos Direitos de Crédito Autônomos, por meio da celebração do Contrato de Cessão e Aquisição de Direito Autônomo de Recebimento de Créditos e Outras Avenças ("Contrato de Cessão Onerosa"), firmado em 10 de janeiro de 2014 e por meio da assinatura do Termo de Cessão e dos Boletins de Subscrição, conforme definidos, respectivamente, no Contrato de Cessão Onerosa e na Escritura da Primeira Emissão;

(e) nos termos do Contrato de Cessão Onerosa, os Direitos de Crédito Autônomos formam um conjunto de recebíveis determinado, identificados (i) por código criptografado fornecido pelo Município, por meio do qual seja identificado cada Parcelamento ("Código Criptografado") e, também, (ii) devidamente relacionados e identificados em CD-ROM, devidamente numerado, identificado e sem possibilidade de editoração, sendo que tal CD-ROM contém todas as informações necessárias e que permitem a perfeita individualização e identificação dos Direitos de Crédito Autônomos, inclusive contendo informações que permitirão a perfeita identificação de cada Contribuinte devedor dos Direitos de Crédito Autônomo, mediante decodificação dos Códigos Criptografados, em estrita observância da legislação vigente, nas hipóteses previstas no Contrato de Cessão Onerosa ("CD-ROM") entregues para custódia pelo Custodiante, sob dever de sigilo, e que deverá guardá-lo na qualidade de fiel depositário;

(f) foram emitidas, em 1º de abril de 2014, pela Emissora, debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada ("Debêntures Subordinadas"), de forma privada, as quais foram totalmente subscritas pelo Cedente e por ele integralizadas mediante a cessão dos Direitos de Crédito Autônomos ("Emissão de Debêntures Subordinadas");

(g) as condições e características da Emissão das Debêntures Subordinadas estão descritas no Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, da PBH ATIVOS S.A. firmada em 10 de janeiro de 2014 entre a Emissora e o Município, e, como intervenientes anuentes, a SMF e a PGM, conforme aditado ("Escritura da Primeira Emissão");



24/67

(h) a Emissora realizará, ainda, a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real representada por cessão fiduciária de direitos creditórios ("Debêntures com Garantia Real"), em série única, sob o regime de garantia firme de colocação ("Segunda Emissão"), sendo que as Debêntures com Garantia Real serão objeto de oferta pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos previstos na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº. 476 de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, visando à obtenção de recursos para realizar a amortização das Debêntures Subordinadas;

(i) as condições e características da Segunda Emissão estão descritas no Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão, sendo a 1ª (Primeira) Pública, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, Para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, em Série Única, da PBH ATIVOS S.A., firmado em 1º de abril de 2014 entre a Emissora e o Agente Fiduciário, com a SMF e a PGM como intervenientes anuentes, e futuros aditamentos ("Escritura da Segunda Emissão");

(j) a Escritura da Segunda Emissão preverá, ainda, que os Créditos Cedidos Fiduciariamente (conforme definido no Considerando I abaixo), serão cedidos fiduciariamente em favor dos titulares das Debêntures com Garantia Real ("Debenturistas"), conforme Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receita e Outras Avenças da PBH ATIVOS S.A., celebrado em 1º de abril de 2014 entre a Emissora, o Município e o Agente Fiduciário, com a interveniência da SMF e da PGM ("Contrato de Cessão Fiduciária"), a título de garantia fiel e cabal do cumprimento de todas as obrigações decorrentes das Debêntures com Garantia Real, da Escritura da Segunda Emissão e dos contratos de garantia a ela relacionados, e eventuais aditivos ou prorrogações, obrigações essas principais, acessórias e moratórias presentes e futuras, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora, no âmbito da Segunda Emissão, inclusive o principal da dívida, juros ordinários e de mora, encargos moratórios, multas, atualização monetária, tributos ou contribuições, além das despesas razoáveis e comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário para defesa, conservação e satisfação integral dos Debenturistas e outras despesas previstas ou decorrentes dos respectivos instrumentos contratuais, seja em juízo ou fora dele ("Obrigações Garantidas");

(k) os recursos decorrentes do recebimento dos pagamentos referentes aos Créditos Cedidos Fiduciariamente (conforme abaixo definido) serão depositados em contas correntes centralizadoras e vinculadas, de titularidade da Emissora ou do Município, conforme o caso, movimentáveis, única e exclusivamente pelo Banco Centralizador, com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário, até o pagamento integral das Obrigações Garantidas, nos termos deste Contrato;



25/67

(l) como garantia real das obrigações assumidas na Escritura da Segunda Emissão, a Emissora e o Município (no caso do Município, exclusivamente no que se refere aos direitos sobre a titularidade da Conta Centralizadora do Município) cederão, na forma do Contrato de Cessão Fiduciária, em favor do Agente Fiduciário, este na qualidade de representante dos Debenturistas, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta dos seguintes direitos, em cessão fiduciária em garantia, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições (“Créditos Cedidos Fiduciariamente”), os quais deverão ter sido transferidos da Conta Centralizadora da Emissora ou da Conta Centralizadora do Município (abaixo definidas), líquidos dos Recursos Excluídos, para a Conta de Recebimento (abaixo definidos):

- (i) os Direitos de Crédito Autônomos, no montante de R\$ 880.320.000,00 (oitocentos e oitenta milhões, trezentos e vinte mil reais), calculado na data de assinatura deste instrumento;
- (ii) os direitos detidos pela Emissora emergentes do Contrato de Cessão Onerosa, incluindo, mas não se limitando, ao direito de indenização; e
- (iii) todos os recursos, direitos de crédito e acessórios relacionados aos Direitos de Crédito Autônomos, já desconsiderando os Recursos Excluídos (conforme definidos na cláusula 1.2 do Anexo I), depositados ou a serem depositados e mantidos, nas Contas Vinculadas (conforme definidas abaixo, e os quais deverão ser aplicados pelo Banco Centralizador na noite do Dia Útil de seu depósito em Investimento Permitido, conforme definido e na forma prevista no Anexo IV, cujos títulos, cotas, ativos e rendimentos correspondentes também farão parte dos Créditos Cedidos Fiduciariamente), bem como todos os direitos sobre as Contas Vinculadas, cuja movimentação se dará exclusivamente nos termos deste Contrato.

(m) o Município e o Banco Centralizador firmaram o Contrato de Prestação de Serviços Financeiros e Outras Avenças nº 01.2011.0802.0001.00.00, o qual prevê, na Cláusula Primeira, alínea “b”, item 2, a prestação de serviços de recebimento de tributos e, no parágrafo primeiro, o compromisso de consultar o Banco Centralizador sobre o interesse na prestação de serviços não previstos no referido contrato, os quais se incluem aqueles descritos neste Contrato; e

(n) a Emissora, o Município e o Contratante dos Serviços desejam contratar o Banco Centralizador e o Banco Centralizador deseja ser contratado para prestar serviços de custódia de recursos financeiros e administração das Contas Vinculadas (abaixo definidas) nos termos do presente Contrato de Custódia de Recursos Financeiros e Administração de Contas Vinculadas (“Contrato”).



26/67

(P)

ISTO POSTO, as partes ajustam o seguinte:

CLÁUSULA I
OBJETO

1.1 O Banco Centralizador prestará serviços de custódia de recursos financeiros e de recebimento dos Créditos Cedidos Fiduciariamente, bem como de administração das Contas Vinculadas, conforme previsto neste Contrato.

1.2 Para prestação dos serviços objeto deste Contrato o Banco Centralizador manterá as seguintes Contas Vinculadas:

- (i) conta vinculada nº 15.678-7, agência 1615-2 mantida junto ao Banco Centralizador, de titularidade do Município, exclusivamente vinculada a este Contrato, na qual serão depositados, dentre outros créditos, a totalidade dos recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos que venham a ser recebidos em decorrência de pagamentos realizados por débito automático nas contas correntes indicadas pelos Contribuintes; a ser movimentada exclusivamente pelo Banco Centralizador, com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário, até o integral pagamento das Obrigações Garantidas (“Conta Centralizadora do Município”);
- (ii) conta vinculada nº 14.732-X, agência 1615-2 mantida junto ao Banco Centralizador, de titularidade da Emissora, exclusivamente vinculada a este Contrato, na qual serão depositados a totalidade dos recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos que venham a ser recebidos em decorrência de pagamentos realizados através de boletos, a ser movimentada exclusivamente pelo Banco Centralizador, com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário, até o integral pagamento das Obrigações Garantidas (“Conta Centralizadora da Emissora”);
- (iii) conta vinculada nº 21.179-6, da agência 1615-2, mantida junto ao Banco Centralizador, de titularidade da Emissora, exclusivamente vinculada a este Contrato, na qual serão depositados os recursos advindos dos Direitos de Crédito Autônomos Objeto de Realização Antecipada (conforme definidos abaixo) bem como os rendimentos e os recursos decorrentes da amortização, negociação ou resgate de títulos, cotas ou ativos do Investimento Permitido relacionados aos Direitos de Crédito Autônomos Objeto de Realização Antecipada (conforme definidos abaixo), conforme estabelecido nas Cláusulas 6.24.15 e 6.24.16 da Escritura da Segunda Emissão, inicialmente depositados na Conta Centralizadora da Emissora e, automaticamente transferidos, depositados, mantidos e aplicados na Conta de Recebimento (conforme definida abaixo), na forma e nos prazos previstos neste Contrato,


27/67

a ser movimentada exclusivamente pelo Banco Centralizador, com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário até o integral pagamento das Obrigações Garantidas (“Conta de Adiantamentos”);

(iv) conta vinculada nº 14.898-9, agência 1615-2 mantida junto ao Banco Centralizador, de titularidade da Emissora, exclusivamente vinculada a este Contrato, para a qual serão transferidos os recursos da Conta Centralizadora do Município, da Conta Centralizadora da Emissora; e, conforme o caso, da Conta de Adiantamentos, bem os recursos recebidos em decorrência de litígio judicial, nos termos da Cláusula 5.3 (a) do Anexo I ao presente, já excluídos os Recursos Excluídos, e mantidos os recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos (bem como os rendimentos e os recursos decorrentes do Investimento Permitido, realizado com recursos desta conta), a ser movimentada exclusivamente pelo Banco Centralizador com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário até o integral pagamento das Obrigações Garantidas, observado o IGR e o IC previstos na Escritura de Segunda Emissão (“Conta de Recebimento”);

(v) conta vinculada nº 18.120-X, agência 1615-2 mantida junto ao Banco Centralizador, de titularidade da Emissora, exclusivamente vinculada a este Contrato, na qual será depositado e mantido o montante equivalente à próxima parcela vincenda de amortização do valor nominal unitário das Debêntures com Garantia Real (descritos no Anexo III), acrescida de valor equivalente à próxima parcela vincenda de remuneração das Debêntures com Garantia Real projetadas pelo Agente Fiduciário (bem como os rendimentos do Investimento Permitido, realizado com recursos desta conta), a ser movimentada exclusivamente pelo Banco Centralizador, com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário, até o integral pagamento das Obrigações Garantidas (“Conta de Pagamento”);

(vi) conta vinculada nº 14.917-9, agência 1615-2 mantida junto ao Banco Centralizador, de titularidade da Emissora, exclusivamente vinculada a este Contrato, e constituída para completar o pagamento das amortizações programadas e o pagamento da remuneração das Debêntures com Garantia Real, na qual será depositado e mantido o montante equivalente ao Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, conforme definido na Cláusula 5.10 do Anexo I (bem como os rendimentos do Investimento Permitido, realizado com recursos desta conta), a ser movimentada exclusivamente pelo Banco Centralizador com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário até o integral pagamento das Obrigações Garantidas (“Conta de Serviço de Dívida”, e, em conjunto com a Conta Centralizadora do Município, a Conta Centralizadora da Emissora, a Conta de Adiantamentos, a Conta de Recebimento e a Conta de Pagamento, “Contas Vinculadas”).



28/67

- 1.2.1 Os prazos e especificidades relacionadas aos valores recebidos nas referidas Contas Vinculadas estão devidamente descritos nas condições operacionais constantes do Anexo I a este Contrato.
- 1.2.2 Adicionalmente, o Banco Centralizador manterá a conta corrente nº 14932-2, agência 1615-2, de titularidade da Emissora, de livre movimentação pela Emissora, para a qual serão transferidos, no Dia Útil subsequente, os eventuais recursos excedentes das Contas Vinculadas, respeitadas as disposições operacionais do Anexo I deste Contrato ("Conta de Livre Movimentação"), bem como da Escritura da Segunda Emissão, do Contrato de Cessão Onerosa e do Contrato de Cessão Fiduciária.
- 1.3 O Banco Centralizador movimentará as Contas Vinculadas em estrita obediência ao estabelecido no Anexo I a este Contrato. De acordo com o Contrato de Cessão Onerosa, o Município, a Emissora e o Agente Fiduciário concordam, de forma irrevogável e irretroatável, e declaram estar cientes de que a referida movimentação é exclusiva do Banco Centralizador, até o integral pagamento das Obrigações Garantidas, o que será comunicado pelo Agente Fiduciário às demais partes deste Contrato.
- 1.4 O Banco Centralizador somente poderá movimentar as Contas Vinculadas de maneira diversa da prevista no Anexo I a este Contrato, na hipótese de ordem judicial, mandamento legal ou regulamentar, observadas as disposições previstas nos itens 1.4.1, 1.4.2 e 1.4.3 abaixo.
- 1.4.1 Na hipótese de o cumprimento da cláusula 1.4 acima resultar em bloqueio das Contas Vinculadas, o Banco Centralizador deverá notificar por escrito, tal fato à Emissora e ao Agente Fiduciário tão logo seja possível, mas dentro do prazo de 10 (dez) dias contados do bloqueio.
- 1.4.2 Na hipótese de a ordem judicial ou mandamento, nos termos da cláusula 1.4 acima, impor a transferência de recursos constantes das Contas Vinculadas ou qualquer outra movimentação das Contas Vinculadas de maneira diversa da prevista no Anexo I a este Contrato, o Banco Centralizador deverá notificar, por escrito, tal fato à Emissora e ao Agente Fiduciário tão logo seja possível, mas dentro do prazo de 10 (dez) dias contados da implementação da operação imposta.
- 1.4.3 O dever de notificação previsto nas cláusulas acima não afastará a obrigação de cumprimento da ordem judicial, mandamento legal ou regulamentar, independentemente de anuência por parte da Emissora ou do Agente Fiduciário.



29/67

1.5 A Emissora e o Município autorizam o Banco Centralizador, neste ato e de forma irrevogável e irretratável, a fornecer ao Agente Fiduciário e à PRODABEL e o Agente Fiduciário a repassar aos Debenturistas, quando solicitado, todas as informações referentes a qualquer movimentação e o saldo das Contas Vinculadas, inclusive, a liberação de acesso total às Contas Vinculadas, através da modalidade de autoatendimento, disponibilizado pelo Banco Centralizador através da internet ("Auto Atendimento Setor Público Banco do Brasil"), renunciando expressamente ao direito de sigilo bancário em relação a tais informações, de acordo com o inciso V, parágrafo 3º, artigo 1º, da Lei Complementar nº 105 de 10 de janeiro de 2001.

1.6 A Emissora e o Município, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, e para todos os fins e efeitos de direitos, inclusive, sem qualquer limitação, do previsto no artigo 117 do Código Civil Brasileiro e das normas do Banco Central do Brasil que forem aplicáveis e nos termos dos artigos 653 e seguintes do Código Civil, (a) outorgam, por meio deste Contrato, ao Banco Centralizador todos os poderes, autorizações e instruções que forem necessárias para que efetue os desembolsos das Contas Vinculadas, assim como os respectivos pagamentos e transferências, nos termos e condições previstos neste Contrato, na Escritura da Segunda Emissão, no Contrato de Cessão Onerosa e no Contrato de Cessão Fiduciária; e (b) concordam que nenhuma instrução ou autorização posterior da Emissora ou do Município será necessária para permitir que o Banco Centralizador efetue os referidos desembolsos, pagamentos e transferências e concorda, ainda, que tais desembolsos, pagamentos e transferências atenderão, por si só, às obrigações do Banco Centralizador previstas neste Contrato, no que concerne aos recursos dessa forma desembolsados, pagos e transferidos, tão integralmente e com a mesma eficácia, como se tais desembolsos, pagamentos e transferências tivessem sido efetuados diretamente pela Emissora ou pelo Município. Na medida permitida pela lei aplicável, a Emissora e o Município, por este ato, em caráter irrevogável e incondicional, renunciam a quaisquer eventuais direitos, que lhe sejam assegurados pela lei aplicável, no que se refere à relação cliente-banco havida entre a Emissora e o Município e o Banco Centralizador, ficando estabelecido, contudo, que o Banco Centralizador ficará responsável, perante a Emissora e perante o Município por má-fé, dolo, fraude ou culpa no cumprimento de suas obrigações previstas no presente Contrato. Tal mandato é outorgado como condição deste Contrato, a fim de assegurar o cumprimento das obrigações aqui estabelecidas e é irrevogável, nos termos do artigo 684 do Código Civil. Tal mandato deverá ser válido e eficaz pelo prazo de vigência deste Contrato e ou enquanto subsistirem as Obrigações Garantidas.

CLÁUSULA II CONTINGÊNCIAS

2.1 As partes obrigam-se a manter sistemas, meios de telecomunicação, local e pessoal treinado para impedir interrupções na execução das atividades objeto deste



30/67

Contrato, decorrentes de atos ou fatos imprevistos, tais como greves e falhas de sistemas de informática e telecomunicações.

- 2.2 A despeito de as partes adotarem procedimentos de contingência, elas não responderão por eventuais interrupções nas atividades que lhe caibam, se decorrentes de falhas nos sistemas públicos de infraestrutura e telecomunicações.

CLÁUSULA III CONFIDENCIALIDADE

- 3.1 As partes, seus dirigentes, diretores, funcionários e representantes, a qualquer título, manterão sigilo a respeito de todas as informações confidenciais a que tiverem acesso uma das outras em decorrência deste Contrato ("Informações Confidenciais"), durante a sua execução e enquanto as Debêntures com Garantia Real estiverem em circulação.
- 3.2 São consideradas Informações Confidenciais, para os fins deste Contrato, todos os documentos, informações gerais, comerciais, operacionais ou outros dados privativos das partes, de seus clientes e de pessoas ou entidades com as quais mantenham relacionamento, bem como todo e qualquer material desenvolvido e/ou alterado com tais informações gerais, comerciais, operacionais, excetuadas apenas aquelas que (i) sejam ou se tornem de domínio público sem a interferência de qualquer parte; e (ii) sejam de conhecimento de qualquer parte ou de seus representantes antes do início das negociações que resultarem neste Contrato.
- 3.3 As partes somente poderão revelar a terceiros Informações Confidenciais mediante prévia autorização escrita da parte proprietária da informação, exceto no caso de determinação de autoridade pública ou em decorrência de ordem judicial, hipóteses em que procederão como segue: (i) imediatamente dará notícia à parte proprietária das Informações Confidenciais a respeito da ordem da autoridade pública ou do juiz, exceto se da intimação constar vedação nesse sentido; e (ii) prestará todas as informações e subsídios que possam ser necessários para que o titular das Informações Confidenciais, a seu critério, possa defender-se contra a divulgação de qualquer informação confidencial, observada eventual limitação em referida intimação ou restrição legal.
- 3.4 Além de constituir infração contratual, a violação do dever de confidencialidade, inclusive aquela cometida por seus funcionários, dirigentes e representantes a qualquer título, obriga a parte infratora ao pagamento de indenização pelos danos causados diretamente à parte proprietária da informação, conforme sentença final transitada em julgado, sem prejuízo de continuar cumprindo, no que cabível, o dever de confidencialidade.



31/67

3.5 As disposições desta cláusula 3ª permanecerão válidas e em vigor mesmo após o cumprimento de todas as obrigações decorrentes do presente Contrato.

CLÁUSULA IV REMUNERAÇÃO DO BANCO CENTRALIZADOR

- 4.1 O Contratante dos Serviços pagará ao Banco Centralizador, a título de implementação das Contas Vinculadas, o valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), no 10º dia do mês subsequente à assinatura deste Contrato, por meio de transferência eletrônica para a Conta de Recebimento, ficando desde já o Banco Centralizador autorizado a efetuar o débito do montante devido diretamente da referida conta.
- 4.2 A Emissora pagará ao Banco Centralizador, a título de taxa mensal pelos serviços prestados em decorrência deste Contrato, o valor de R\$ 3.850,00 (três mil, oitocentos e cinquenta reais), mensalmente, no 10º (décimo) dia de cada mês subsequente à assinatura deste Contrato, por meio de débito na Conta de Recebimento ou de outra forma que vier a ser acordada entre ambos.
- 4.3 O valor constante da cláusula 4.2 acima será reajustado, observando-se a periodicidade anual, segundo a variação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE), ou, na sua falta, do IGP-DI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna), publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.
- 4.4 Se houver atraso no pagamento da remuneração prevista nas cláusulas 4.1 e 4.2 acima, o devedor dos valores correspondentes pagará juros moratórios de 12% (doze por cento) ao ano e multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito corrigido pela variação do IPCA ou, na sua falta, do IGP-DI/FGV.
- 4.5 Caso o pagamento da remuneração prevista na Cláusula 4.2 acima seja realizado mediante débito na Conta de Recebimento, a Emissora e o Agente Fiduciário autorizam, desde já, o resgate dos recursos aplicados no Investimento Permitido para efetivação do pagamento, caso necessário.
- 4.6 A Emissora compromete-se a encaminhar ao Banco Centralizador, até o dia 28 de fevereiro de cada ano, e desde que solicitado por escrito pelo Banco Centralizador com, pelo menos, 20 (vinte) dias de antecedência, o Comprovante Anual de Rendimentos Pagos ou Creditados e de Retenção de Imposto de Renda na Fonte – Pessoa Jurídica referente aos pagamentos pelos serviços prestados em decorrência deste Contrato no ano anterior, nos termos previstos na Cláusula 4.2 acima.



4.6.1 Na eventualidade de a Emissora deixar de enviar ao Banco Centralizador o comprovante mencionado na cláusula 4.5, ou enviá-lo intempestivamente, a Emissora arcará com multa correspondente a duas vezes o valor da parcela mensal definida na Cláusula 4.2, cujo pagamento será efetuado na forma mencionada na referida Cláusula 4.2.

CLÁUSULA V REPARAÇÃO DE DANOS

5.1 As partes obrigam-se a responder pela reparação dos danos causados uma à outra, ou a terceiros, relacionados com os serviços objeto deste Contrato. Tendo em vista que a atuação da PRODABEL no âmbito deste Contrato se dá em benefício do Município, este será responsável direto por eventuais falhas da PRODABEL na execução das atividades a ela atribuídas durante a vigência deste Contrato.

5.2 Estão incluídos nos danos previstos no subitem anterior os gastos e prejuízos decorrentes de condenações, multas, juros e outras penalidades impostas por leis, regulamentos ou autoridades fiscalizadoras em processos administrativos ou judiciais, bem como os honorários advocatícios incorridos nas respectivas defesas, conforme decisão transitada em julgado, da qual não caibam mais recursos.

5.3 A parte infratora reembolsará, no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar do aviso que lhe for enviado, acompanhado dos respectivos comprovantes e demonstrativos, o valor correspondente a eventuais prejuízos causados à outra parte, inclusive o relativo a custas e honorários advocatícios, atualizado com base na variação do IPCA ou, na sua falta, do IGP-DI/FGV, desde a data do desembolso até a do ressarcimento, acrescido, na mora, de juros de 12% ao ano e multa de 2%, conforme decisão transitada em julgado, da qual não caibam mais recursos.

CLÁUSULA VI VIGÊNCIA

6.1 Este Contrato é celebrado pelo prazo equivalente ao do efetivo e integral cumprimento das Obrigações Garantidas, o que será demonstrado por carta de quitação enviada pelo Agente Fiduciário às demais partes deste Contrato no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data em que houver a liquidação integral das Obrigações Garantidas.

6.1.1. As partes concordam, desde já, que, independentemente da data constante da Cláusula 6.1 acima, enquanto o Banco Centralizador não for devidamente notificado do integral cumprimento das Obrigações Garantidas, este Contrato permanecerá vigente e a remuneração prevista na cláusula 4.2 continuará sendo cobrada.



33/67

6.2 Na data de extinção deste Contrato, as Contas Vinculadas entrarão em regime de encerramento nos termos da regulamentação em vigor, e uma vez concluído o regime de encerramento, as Contas Vinculadas serão automaticamente encerradas, ficando o Banco Centralizador, desde já, autorizado a tomar todas as providências necessárias para tanto.

6.3 Este Contrato somente entrará em vigor após (i) a assinatura de todas as partes; (ii) recepção, pelo Banco Centralizador, das respectivas vias assinadas, e (iii) a validação dos documentos previstos na cláusula 10.15 deste Contrato. A prestação dos serviços continuará até a total baixa do sistema ou liquidação integral das Obrigações Garantidas, que deverá ser comunicada pela Emissora, mediante apresentação de termo de quitação das Obrigações Garantidas emitido pelo Agente Fiduciário.

6.3.1. As partes concordam, desde já, que o Banco Centralizador tem o prazo de até 4 (quatro) Dias Úteis para iniciar a operacionalização deste Contrato, contado do cumprimento do disposto na cláusula 6.3 acima e desde que não seja verificada qualquer pendência na documentação encaminhada, o que deverá ser prontamente comunicado pelo Banco Centralizador.

6.4 O Banco Centralizador poderá denunciar os seus direitos e obrigações previstas neste Contrato mediante notificação prévia e por escrito, enviada com, pelo menos, 60 (sessenta) dias de antecedência, simultaneamente à Emissora, ao Município, ao Agente Fiduciário e ao Contratante dos Serviços, sendo que, em tal prazo, as partes deverão contratar, de comum acordo, em condições equivalentes às deste Contrato, um banco centralizador sucessor ("Banco Centralizador Sucessor"). Caso, no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento da notificação prevista acima, o Banco Centralizador receba do Agente Fiduciário, em conjunto com a Emissora, o Município e o Contratante dos Serviços, notificação informando que o Banco Centralizador Sucessor ainda não foi contratado, o Banco Centralizador obriga-se a permanecer exercendo seus direitos e obrigações ora descritos neste Contrato, pelo prazo adicional de 60 (sessenta) dias contados do final de tal período de 60 (sessenta) dias, perfazendo, desta forma, um total de 120 (cento e vinte) dias contados desde o recebimento, pelo Agente Fiduciário, da notificação enviada pelo Banco Centralizador, sendo que, ao final de tal processo, o Banco Centralizador colocará à disposição do Agente Fiduciário os valores depositados nas Contas Vinculadas, ocasião em que o Banco Centralizador dará como liquidadas as obrigações decorrentes deste Contrato.

6.5 Assim que o Banco Centralizador Sucessor tenha aceitado sua nomeação, em forma satisfatória aos Debenturistas, (i) tal Banco Centralizador Sucessor sucederá e será investido em todos os direitos, poderes, privilégios e deveres do Banco Centralizador anterior, (ii) o Banco Centralizador anterior ficará liberado dos respectivos deveres e



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.

obrigações aqui previstos, os quais deverão continuar a ser integralmente cumpridos pelo Banco Centralizador anterior até a data em que ocorrer a sua efetiva liberação, nos termos aqui previstos; e (iii) o Banco Centralizador anterior deverá, imediatamente, transferir a posse e o controle sobre as Contas Vinculadas e da Conta de Livre Movimentação e todas as demais contas, bem como toda a documentação relacionada a tais contas, ao Banco Centralizador Sucessor, devendo, ainda, assinar e entregar todas as notificações, instruções e cessões necessárias ou convenientes para a transferência, ao Banco Centralizador Sucessor, de todos os direitos sobre as Contas Vinculadas e a Conta de Livre Movimentação. Após a renúncia ou destituição do Banco Centralizador, as disposições deste instrumento permanecerão em vigor com relação aos atos e omissões por ele praticados enquanto no exercício das atribuições previstas neste Contrato.

6.6 O Banco Centralizador Sucessor mencionado acima deverá ser um banco de primeira linha aprovado pelos Debenturistas e pela Emissora em conjunto, incluindo, mas não limitado às seguintes instituições: Itaú Unibanco, Bradesco ou Caixa Econômica Federal.

CLÁUSULA VII RESOLUÇÃO

7.1 Este Contrato poderá ser resolvido, a critério da parte prejudicada, nas seguintes hipóteses:

(i) se qualquer parte descumprir obrigação prevista neste Contrato e, após ter sido notificada por escrito por outra parte, deixar de corrigir seu inadimplemento no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contado do recebimento da aludida notificação;

(ii) imediatamente, mediante simples aviso, se o Banco Centralizador sofrer liquidação ou intervenção, judicial ou extrajudicial; ou

(iii) descredenciamento do Banco Centralizador para o exercício das atividades previstas neste Contrato.

7.2. Em qualquer das hipóteses previstas acima, as partes deverão providenciar imediatamente a substituição do Banco Centralizador pelo Banco Depositário Sucessor, ficando o Agente Fiduciário, em conjunto com a Emissora, responsável pela condução do referido processo de substituição.



35/67

CLÁUSULA VIII COMUNICAÇÕES

- 8.1 As comunicações escritas entre as partes serão feitas exclusivamente por intermédio dos representantes de cada uma, relacionados no Anexo II, nos respectivos endereços ali indicados e poderá ser feita por meio de cartas enviadas com aviso de recebimento (AR) ou e-mail.
- 8.2 As partes poderão alterar os representantes acima referidos, a qualquer tempo, desde que as outras partes sejam avisadas por escrito com antecedência mínima de 1 (um) Dia Útil.
- 8.3 Todas as notificações relacionadas a este Contrato, inclusive as relacionadas à liberação, retenção, aplicação ou resgate dos valores constantes nas Contas Vinculadas, deverão ser enviadas pelas Partes ao Banco Centralizador exclusivamente para o e-mail: age1615@bb.com.br.

CLÁUSULA IX CESSÃO

- 9.1 Fica vedada a cessão dos direitos e transferência das obrigações decorrentes deste Contrato sem anuência da outra parte, ressalvada a hipótese de as partes os cederem total ou parcialmente a empresa pertencente aos seus conglomerados econômicos e desde que os cessionários estejam autorizados pelos órgãos reguladores a exercer as atividades decorrentes deste Contrato.

CLÁUSULA X DISPOSIÇÕES GERAIS

- 10.1 Ressalvadas as obrigações assumidas neste Contrato, o Banco Centralizador fica, desde já, isento de quaisquer responsabilidades pelo cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário, inclusive em possíveis questionamentos administrativos e/ou judiciais, acerca da operação de emissão das debêntures, exceto nas hipóteses em que tenha contribuído com culpa ou dolo para a ocorrência do dano.
- 10.2 O Banco Centralizador não terá responsabilidade em relação à Escritura da Segunda Emissão, e não será, sob nenhum pretexto ou fundamento, chamado a atuar como árbitro com relação a qualquer controvérsia surgida entre as partes ou intérprete das condições nela estabelecidas. O Banco Centralizador declara, neste ato e de forma irrevogável e irretroatável, ter conhecimento e não se opor aos termos e condições do Contrato de Cessão Onerosa e do Contrato de Cessão Fiduciária, cujas cópias encontram-se anexas ao presente Contrato como Anexo VI.



36/67

- 10.3 O Banco Centralizador terá o direito de confiar em laudo arbitral, ordem, sentença judicial ou outro tipo de instrumento escrito que lhe for entregue, conforme aqui previsto, sem que fique obrigado a verificar a autenticidade ou a exatidão dos fatos neles declarados ou sua adequação, exceto se entender que existe uma fraude explícita nos documentos, sendo obrigado a informar a Emissora sobre isso.
- 10.4 O Banco Centralizador cumprirá todas as disposições constantes das notificações e documentos recepcionados desde que estejam de acordo com as determinações deste Contrato.
- 10.5 O Banco Centralizador não prestará declaração quanto ao conteúdo, à validade, ao valor, à autenticidade, ou à possibilidade de cobrança de qualquer duplicata, título, ou outro documento, ou instrumento por ele detido ou a ele entregue, em relação a este Contrato. Contudo, o Banco Centralizador será responsável pela correta e perfeita segregação e identificação dos Créditos Cedidos Fiduciariamente e respectivo repasse às Contas Vinculadas.
- 10.6 O Banco Centralizador não será responsável caso, por força de decisão judicial, tome ou deixe de tomar qualquer medida que de outro modo seria exigível.
- 10.7 O Banco Centralizador não será responsável se os valores depositados nas Contas Vinculadas forem bloqueados por ordem administrativa ou judicial, emitida por autoridade a qual o Banco Centralizador esteja sujeito, entre outras, Banco Central do Brasil, Conselho Monetário Nacional e Secretaria da Receita Federal.
- 10.8 Este Contrato é firmado sem obrigação de exclusividade e as partes não poderão usar ou associar serviços e produtos aos nomes e marcas um do outro, inclusive em editais e materiais publicitários, salvo mediante autorização prévia, por escrito, da parte detentora do nome ou marca que será utilizada.
- 10.9 O recolhimento dos tributos incidentes sobre esta contratação será realizado pela parte definida como contribuinte pela legislação tributária, na forma nela estabelecida.
- 10.10 O Banco Centralizador não terá nenhuma responsabilidade em relação às formalidades legais para a regular constituição de garantias, sendo tal responsabilidade atinente à Emissora, mediante acompanhamento do Agente Fiduciário, na forma dos normativos da CVM e da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976.



37/67

- 10.11 A tolerância de uma das partes quanto ao descumprimento de qualquer obrigação pela outra parte não significará renúncia ao direito de exigir o cumprimento da obrigação, nem perdão, nem alteração do que foi aqui contratado.
- 10.12 Os termos em iniciais maiúsculas que não forem definidos neste instrumento terão o mesmo significado a eles atribuídos na Escritura da Segunda Emissão.
- 10.13 O presente Contrato constitui título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.
- 10.14 Caso qualquer disposição do presente Contrato seja considerada nula, ilegal ou inexecutável, as partes deverão negociar de boa-fé, de forma a chegar a um acordo na redação de uma nova cláusula que seja satisfatória a qual reflita suas intenções, conforme expressas no presente Contrato, a qual substituirá aquela considerada nula, ilegal ou inexecutável.
- 10.15 As partes obrigam-se a enviar ao Banco Centralizador, juntamente com as vias assinadas com reconhecimento de firma deste instrumento, documentação societária e pessoal das partes em cópia autenticada, para fins de validação de poderes.
- 10.15.1 As partes reconhecem, ainda, que o Banco Centralizador não poderá movimentar as Contas Vinculadas ou realizar qualquer aplicação sobre os recursos nelas mantidos antes do recebimento da documentação mencionada na cláusula 10.15, acima.
- 10.16 Para os efeitos do disposto neste Contrato, entende-se por "Dia Útil" o dia em que os bancos não deverão ou não poderão, por lei ou ordem executiva, estar fechados na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, conforme estabelecido pelo Banco Central do Brasil.

CLÁUSULA XI - FORO

11.1 Fica eleito o foro central da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, como o competente para dirimir disputas relativas a este Contrato.

E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente Contrato em 11 (onze) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos de direito, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Belo Horizonte, 29 de janeiro de 2016.

Restante da página deixado intencionalmente em branco.



38/67

Página de assinaturas 1/9 do Contrato de Custódia de Recursos Financeiros e Administração de Contas Vinculadas, celebrado em 29 de janeiro de 2016

Emissora:



PBH ATIVOS S.A.



Por: Ricardo Augusto Simões Campos
Cargo: Diretor Presidente

Por: Francisco Rodrigues dos Santos
Cargo: Diretor Executivo



TABELIONATO TRIGINELLI

SERVIÇO NOTARIAL DO 3º OFÍCIO
AV. BRASIL 100, 137 - 41190-000 - FONE: (51) 3225-0264 - FAX: (51) 3225-4012 - BR-196
E-mail: cartorio@cartorioptiginelli.com.br - www.cartorioptiginelli.com.br

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) abaixo:
(BZX86571) RICARDO AUGUSTO SIMÕES CAMPOS, *****
(BZX86572) FRANCISCO RODRIGUES DOS SANTOS *****
Belo Horizonte, 24/02/2016 09:52:06 27732

Gilberto Triginelli

E:R\$8,40 REC:R\$0,50 TF:R\$2,76 Total:R\$11,66
LUCAS




39/67






Página de assinaturas 2/9 do Contrato de Custódia de Recursos Financeiros e Administração de Contas Vinculadas, celebrado em 29 de janeiro de 2016

Município:


Por: Marcio Araújo de Lacerda
Cargo: Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE


Por: Marcelo Piancastelli de Siqueira
Cargo: Secretário Municipal de Finanças





40/67

Página de assinaturas 3/9 do Contrato de Custódia de Recursos Financeiros e Administração de Contas Vinculadas, celebrado em 29 de janeiro de 2016

Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A.
DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS


Nome: Gabriela F. Pacheco
Cargo: Procuradora
RG: 45.008.309-3







41/67



Página de assinaturas 4/9 do Contrato de Custódia de Recursos Financeiros e Administração de Contas Vinculadas, celebrado em 29 de janeiro de 2016

Banco Centralizador:



Handwritten signature

Handwritten signature

42/67

Handwritten signature

Handwritten signature

Página de assinaturas 5/9 do Contrato de Custódia de Recursos Financeiros e Administração de Contas Vinculadas, celebrado em 29 de janeiro de 2016

Contratante dos Serviços:

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Por: 
Cargo: Nandikesh Anilkumar Dixit
Procurador

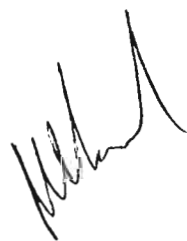
Por: 
Cargo: Elizabeth Soares Mlolo
CPF: 302.806.898-29
RG: 29.811.206-1

2º Tabelião de Notas Anderson Henrique Teixeira Nogueira
Rua Rego Freitas, 133 - Vila Buarque - São Paulo - SP
CEP 01220-010 - Fone: (11) 3357-8844 - Fax: (11) 3221-0720

Reconheço por semelhança 2 Firma(s) COM VALOR ECONOMICO de:
ELIZABETH SOARES MIOLO E NANDIKESH ANILKUMAR DIXIT
São Paulo, 01 de março de 2016. Em test. da Verdade.

ALEXANDRE MARCILI - Escrivão
Valor: R\$ 16,30. Carimbo: 1500609 Selo(s): 247460-AA







43/67



e

Interveniente Anuente:

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE BELO HORIZONTE

Por: Marcelo Piancastelli de Siqueira
Cargo: Secretário Municipal de Finanças



Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.

44/67

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.

Interveniente Anuente:



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

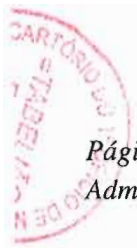
 

Por: Rúsvel Beltrame Rocha
Cargo: Procurador Geral do Município







45/67



Página de assinaturas 8/9 do Contrato de Custódia de Recursos Financeiros e Administração de Contas Vinculadas, celebrado em 29 de janeiro de 2016

Interveniente Anuente:

EMPRESA DE INFORMÁTICA E INFORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE S/A – PRODABEL



Por: José Lauro Nogueira Terror
Cargo: Diretor

1º OFÍCIO DE NOTAS - BELO HORIZONTE (MG) - Tabelião: JOÃO MAURÍCIO VILLANO FERRAZ
Rua Goiás, 187 - Centro - Telefone: (31) 3222-0584 - CEP 30190-030 -

Reconheço por AUTENTICIDADE a(s) firma(s) de:
(3wge07F7) - JOSE LAURO NOGUEIRA TERROR.....

Dou fé. Belo Horizonte, 24/02/2016 13:54:23
Em Testemunho _____ da Verdade.
Escrevente - CLEUSDETE VISACRE ALVES VAZ
Art 3º Lei 15.424 - Emol. R\$4,20 Recomp. R\$1,38 - TFJ R\$0,25
Tot. R\$5,83.


Selo de Fiscalização
RECONHECIMENTO DE FIRMA
CAE 90244




46/67

Página de assinaturas 9/9 do Contrato de Custódia de Recursos Financeiros e Administração de Contas Vinculadas, celebrado em 29 de janeiro de 2016

Testemunhas:


Nome: Jma Luzo Lucas Moreira
RG: MG 17.814.462
CPF: 100.016.236-21


Nome:
RG:
CPF: José Pedro Francischini de Souza Gevaerd
RG: 37.012.417-0 SSP/SP
CPF: 410.201.578-79

1º OFÍCIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

Nº de Ordem: **01489105**

Certifico e dou fé que o presente documento foi apresentado, protocolado sob o nº **01489105**, livro nº **A-86**, registrado em microfilme e digitalizado sob o nº **01489105**, livro nº **B-157**, nesta data, e AVERBADO à margem do Registro nº **01427725**. Belo Horizonte, 02/03/2016. Emol. 567,85 - T.J.F. 254,21 - Recomp. 34,03
Total: 856,09

1º RTD-BH
Miria Kelly O. dos Santos Oficial
Escritor Autorizada

PODER JUDICIÁRIO - TJMG
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Ofício do 1º Registro de Títulos e Documentos
de Belo Horizonte - MG - CNS: 05.529-3

Selo Eletrônico Nº **AGM79724**
Cód. Seg.: **3999.2014.8884.5433**


Quantidade de Atos Praticados: **00068**

Emolumentos: R\$601,88 - T.J.F.: R\$254,21

Valor Final: R\$856,09

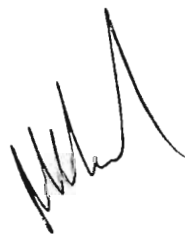
Consulte a validade deste Selo no
site: <https://selos.tjmg.jus.br>


1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de Belo Horizonte
Rua dos Guaranás, 239 - 1001 - Centro - Belo Horizonte - MG
CNPJ: 07.186.100-00 - CEP: 31.050-010
www.trtdo.com.br - Tel: (31) 3224-6800
Registrador: Emílio C. de Menezes Guerra


1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de Belo Horizonte
Rua dos Guaranás, 239 - 1001 - Centro - Belo Horizonte - MG
CNPJ: 07.186.100-00 - CEP: 31.050-010
www.trtdo.com.br - Tel: (31) 3224-6800
Registrador: Emílio C. de Menezes Guerra

REGISTRADO SOB O NÚMERO:
01489105
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de BH





47167



**ANEXO I AO CONTRATO DE CUSTÓDIA DE RECURSOS FINANCEIROS E
ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS VINCULADAS**

CONDIÇÕES OPERACIONAIS

**CLÁUSULA I
CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS**

1.1 A Emissora e o Município (no caso do Município, exclusivamente no que se refere aos direitos sobre a titularidade da Conta Centralizadora do Município), nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, cederam, fiduciariamente, ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, a propriedade fiduciária, em primeiro e único grau, o domínio resolúvel e a posse indireta dos seguintes direitos, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições, designados Créditos Cedidos Fiduciariamente, cuja custódia será realizada pelo Banco Centralizador, na forma deste Contrato:

- (i) os Direitos de Crédito Autônomos, no montante de R\$ 880.320.000,00 (oitocentos e oitenta milhões, trezentos e vinte mil reais), calculado na data de assinatura deste instrumento;
- (ii) os direitos detidos pela Emissora emergentes do Contrato de Cessão Onerosa, incluindo, mas não se limitando, ao direito de indenização; e
- (iii) todos os recursos, direitos de crédito e acessórios relacionados aos Direitos de Crédito Autônomos, já desconsiderando os Recursos Excluídos (conforme definido abaixo), depositados ou a serem depositados e mantidos nas Contas Vinculadas (os quais deverão ser aplicados pelo Banco Centralizador na noite do Dia Útil de seu depósito no Investimento Permitido, conforme definido e na forma prevista no Anexo IV ao Contrato, cujos títulos, cotas, ativos e rendimentos correspondentes também farão parte dos Créditos Cedidos Fiduciariamente), bem como todos os direitos sobre as Contas Vinculadas, cuja movimentação se dará exclusivamente nos termos deste Contrato.

1.2 Estão excluídos do conceito de Direitos de Crédito Autônomos os valores referentes

- (i) aos honorários advocatícios, para os casos em que tenha havido propositura de ação judicial para cobrança dos Créditos Tributários ou Não Tributários; e (ii) da taxa de expedição dos boletos de cobrança dos Direitos de Crédito Autônomos ("Recursos Excluídos"). Tais valores deverão, na forma das Cláusulas 5.2 e 5.3 abaixo, ser segregados dos Direitos de Crédito Autônomos recebidos e serão devolvidos para a conta corrente que vier a ser indicada pelo Município.



48/67

1.3 Os Créditos Cedidos Fiduciariamente são entregues em garantia de cumprimento, pela Emissora perante os titulares das Debêntures com Garantia Real, das Obrigações Garantidas, nos termos da Escritura da Segunda Emissão, ficando o Banco Centralizador, desde que expressamente notificado pelo Agente Fiduciário, nos termos da cláusula 1.3.1 abaixo, autorizado a utilizar os valores disponíveis nas Contas Vinculadas para liquidação das aludidas Obrigações Garantidas na hipótese de inadimplemento e/ou qualquer hipótese de vencimento antecipado das Debêntures com Garantia Real e, no curso do dia-a-dia, deverá utilizar o valor disponível na Conta de Pagamento para o pagamento das Debêntures com Garantia Real, nos termos do subitem 1.5.1 abaixo.

1.3.1 Na hipótese de inadimplemento no pagamento e/ou qualquer hipótese de vencimento antecipado com relação às Debêntures com Garantia Real, inclusive em razão do vencimento antecipado deliberado pelos Debenturistas em decorrência de inadimplemento de obrigações não pecuniárias previstas na Escritura de Segunda Emissão por parte da Emissora, caberá ao Agente Fiduciário, atuando em conformidade com o disposto na Escritura da Segunda Emissão, notificar o Banco Centralizador acerca do inadimplemento e/ou do vencimento antecipado, bem como informar as instruções necessárias para autorizar a transferência dos valores disponíveis nas Contas Vinculadas para fins de amortizar o salvo devedor das Debêntures com Garantia Real e de adimplir as Obrigações Garantidas, ficando o Banco Centralizador desde já autorizado a tomar por verdadeira a notificação neste sentido. O Banco Centralizador deverá sempre observar os limites e condições estabelecidos pelo Agente Fiduciário na referida notificação.

1.4 Até o integral adimplemento das Debêntures com Garantia Real e das demais Obrigações Garantidas, os recursos disponíveis nas Contas Vinculadas correspondentes aos Créditos Cedidos Fiduciariamente integrarão a garantia constituída para adimplemento das Debêntures com Garantia Real e das demais Obrigações Garantidas, e não poderão ser sacados, transferidos ou movimentados de forma diversa dos parâmetros aqui estabelecidos, salvo por expressas instruções do Agente Fiduciário e após deliberação em Assembleia Geral de Debenturistas.

1.5 Os recursos depositados na Conta de Pagamento serão utilizados para pagamento de todas as obrigações financeiras da Emissora assumidas na Escritura da Segunda Emissão, inclusive e sem limitação o Valor Nominal Unitário, a Atualização Monetária e a Remuneração das Debêntures com Garantia Real, conforme parcelas e respectivas datas de vencimento indicadas no Anexo III ao Contrato.

1.5.1 A liquidação das parcelas referidas na cláusula 1.5 acima será realizada pela **ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.**, instituição financeira com



A handwritten signature in blue ink.

49/67

Several handwritten signatures and initials in blue ink, including a large stylized signature at the top and initials "NB" and "R" at the bottom.

sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64, instituição contratada pela Emissora para realizar a escrituração das Debêntures com Garantia Real ("Escriturador"), ficando o Banco Centralizador desde já expressamente autorizado a acatar as instruções desta, independentemente de qualquer notificação, ficando desde já expressamente autorizado pela Emissora para tanto.

1.5.2 Caso haja alteração do cronograma de amortização das Debêntures com Garantia Real, nos termos da cláusula Sexta da Escritura da Segunda Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário deverão encaminhar, em conjunto, as novas datas de pagamento ao Banco Centralizador e as partes se comprometem a aditar o presente Contrato para substituir o Anexo III em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da carta pelo Banco Centralizador, sendo certo que este está desde já autorizado a realizar os pagamentos previstos nesta cláusula de acordo com as novas datas informadas pela Emissora e pelo Agente Fiduciário, em conjunto, independentemente da assinatura do instrumento de aditamento.

1.5.3 O Agente Fiduciário deverá, a cada data de pagamento de amortização do valor nominal unitário das Debêntures com Garantia Real ("Valor Nominal Unitário"), acrescido do valor equivalente à parcela vincenda de remuneração das Debêntures com Garantia Real ("Remuneração") e da atualização monetária das Debêntures com Garantia Real ("Atualização Monetária"), informar, imprerivelmente até às 13:00 horas do 2º Dia Útil anterior à transferência, o valor a ser pago de amortização do Valor Nominal Unitário, acrescida Remuneração e da Atualização Monetária, ao Banco Centralizador, calculada conforme previsto na Escritura da Segunda Emissão.

1.6 O valor total da Segunda Emissão, previsto na Escritura da Segunda Emissão, é de R\$230.000.000,00 (duzentos e trinta milhões de reais), sendo que a quantidade de Debêntures não será aumentada.

1.6.1 As Debêntures com Garantia Real tem vencimento final em 15 de abril de 2021.

1.7 O inadimplemento da Emissora, com relação ao cumprimento de quaisquer das Obrigações Garantidas, será comunicado ao Banco Centralizador pelo Agente Fiduciário, ficando o Banco Centralizador, desde já, expressamente autorizado pela Emissora e pelo Município a acatar tal comunicação e instrução bancária, atuando sempre em conformidade e nos parâmetros estabelecidos pelo Agente Fiduciário na referida comunicação/instrução.

1.8 O Agente Fiduciário reconhece que os valores existentes nas Contas Vinculadas e que sejam relativos aos Créditos Cedidos Fiduciariamente somente podem ser



50/67

utilizados para liquidação das parcelas relacionadas no Anexo III ao Contrato, ou na hipótese de inadimplemento e/ou qualquer hipótese de vencimento antecipado, por parte da Emissora, das Obrigações Garantidas, não servindo para pagamento de obrigação ainda não exigível.

CLÁUSULA II OBRIGAÇÕES DA EMISSORA

2.1 Sem prejuízo das demais obrigações assumidas no Contrato, a Emissora obriga-se a:

- (i) às despesas do Contratante dos Serviços, levar este Contrato e seus Anexos, assim como qualquer aditamento a este Contrato, a registro nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Comarcas de Belo Horizonte/MG, Rio de Janeiro/RJ e São Paulo/SP, no prazo de até 20 (vinte) Dias Úteis a contar desta data ou, conforme o caso, da assinatura do aditamento, devendo comprovar o registro perante o Banco Centralizador, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis após a obtenção de cada registro; e
- (ii) recompor imediatamente o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, conforme definido abaixo, em caso de perda, diminuição de seu valor, ou se por qualquer motivo ela se tornar insuficiente para atendimento do mínimo determinado na Cláusula 5.10 abaixo.

CLÁUSULA III OBRIGAÇÕES DO AGENTE FIDUCIÁRIO

3.1 Na hipótese de ocorrer um inadimplemento das Obrigações Garantidas e/ou qualquer hipótese de vencimento antecipado das Debêntures com Garantia Real, nos termos da Escritura da Segunda Emissão, inclusive em razão do vencimento antecipado deliberado pelos Debenturistas em decorrência de inadimplemento de obrigações não pecuniárias previstas na Escritura de Segunda Emissão por parte da Emissora, o Agente Fiduciário, imediatamente após tomar o conhecimento de tais eventos, deverá notificar o Banco Centralizador, para que este mantenha retidos os valores referentes aos Créditos Cedidos Fiduciariamente depositados nas Contas Vinculadas, de forma que esses sejam utilizados para saldar valores devidos pela Emissora no que se refere às Debêntures com Garantia Real e às demais Obrigações Garantidas.

CLÁUSULA IV OBRIGAÇÕES DO BANCO CENTRALIZADOR

4.1 O Banco Centralizador obriga-se a:



51/67

- (i) abrir as Contas Vinculadas e a Conta de Livre Movimentação referidas no item 1.2 deste Contrato, na forma ali prevista;
- (ii) movimentar os recursos decorrentes dos Créditos Cedidos Fiduciariamente, conforme os parâmetros estabelecidos neste Anexo I e mediante a notificação prévia e expressa do Agente Fiduciário, exceto nos casos de transferências automáticas, conforme estabelecidas por este Contrato, hipótese em que a movimentação não dependerá de notificação do Agente Fiduciário;
- (iii) investir e manter investido todo e qualquer montante existente nas Contas Vinculadas no Investimento Permitido, conforme os parâmetros definidos no Anexo IV deste Contrato;
- (iv) manter retidos os valores correspondentes aos Créditos Cedidos Fiduciariamente creditados nas Contas Vinculadas, na hipótese de ter sido comunicado pelo Agente Fiduciário de que houve um inadimplemento das Obrigações Garantidas e/ou qualquer hipótese de vencimento antecipado das Debêntures com Garantia Real, os quais serão utilizados para saldar valores devidos pela Emissora no que se refere às Debêntures com Garantia Real e demais Obrigações Garantidas;
- (v) não acatar instruções da Emissora ou do Município para débitos em qualquer das Contas Vinculadas; e
- (vi) disponibilizar ao Agente Fiduciário e à PRODABEL acesso pleno e integral ao Auto Atendimento Setor Público Banco do Brasil.

CLÁUSULA V ADMINISTRAÇÃO DAS CONTAS VINCULADAS

5.1 O Banco Centralizador administrará diariamente as Contas Vinculadas, respeitadas as disposições abaixo previstas.

5.2 O Cedente, por intermédio da SMF e da PGM, obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, a fazer com que os recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos pagos pelos Contribuintes através de boletos sejam pagos em moeda corrente nacional e remetidos/direcionados automática e exclusivamente para a conta nº 14.732-X, da agência 1615-2, aberta no Banco Centralizador, de titularidade da PBH ATIVOS (“Conta Centralizadora da PBH ATIVOS”). A Conta Centralizadora da PBH Ativos será movimentável única e exclusivamente pelo Banco Centralizador, com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário, até o integral pagamento das Obrigações Garantidas, nos termos deste Contrato.



52/67

5.2.1 O Cedente, por intermédio da SMF e da PGM, obriga-se em até 3 (três) Dias Úteis da disponibilização do arquivo a que se refere a Cláusula 5.2.2. abaixo pelo Banco Centralizador - que se dará em até 1 (um) Dia Útil do recebimento dos boletos -, em caráter irrevogável e irretratável, a fazer com que os recursos referidos da Cláusula 5.2 (já desconsiderados os Recursos Excluídos) sejam remetidos/direcionados exclusivamente para a conta nº 14.898-9, da agência 1615-2, aberta no Banco Centralizador, de titularidade da PBH Ativos (“Conta de Recebimento”). A Conta de Recebimento será movimentável única e exclusivamente pelo Banco Centralizador, com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário, até o integral pagamento das Obrigações Garantidas, nos termos deste Contrato, observado o IGR e o IC previstos na Escritura de Segunda Emissão.

5.2.2 No Dia Útil seguinte ao do recebimento dos recursos referidos da Cláusula 5.2, o Banco Centralizador deverá disponibilizar à PRODABEL, através do sistema de transmissão eletrônica de dados EDI - *Electronic Data Interchange* (“EDI”), arquivo com os valores recebidos e creditados na Conta Centralizadora da PBH ATIVOS. No prazo de 3 (três) Dias Úteis contado da disponibilização da referida informação pelo Banco Centralizador, a PRODABEL, agindo em nome do Município, deverá gerar 2 (dois) arquivos eletrônicos de retorno, a saber: (i) o primeiro arquivo, contendo o valor dos Direitos de Crédito Autônomos recebidos na data de referência; e (ii) e o segundo arquivo, contendo o valor dos Recursos Excluídos recebido na data de referência. Os arquivos de retorno deverão ser preparados e enviados pela PRODABEL ao Banco Centralizador, conforme modelo que tiver sido acordado entre ambos, contendo ainda as instruções de transferências.

5.3 O Cedente, por intermédio da SMF e da PGM, obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, a fazer com que:

(a) os recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos pagos em decorrência de litígio judicial (seja mediante depósito judicial feito pelo Contribuinte e levantado pelo Município, seja por meio de recebimento pelo Município através de execução fiscal/cobrança judicial) sejam remetidos/direcionados exclusivamente para a Conta de Recebimento em até 60 (sessenta) dias do seu recebimento pelo Município. A Conta de Recebimento será movimentável única e exclusivamente pelo Agente Fiduciário, nos termos deste Contrato.

(b) os recursos advindos da realização dos Direitos de Crédito Autônomos pagos pelos Contribuintes através de débito automático sejam remetidos/direcionados automática e exclusivamente para a conta nº 15.678-7, da agência 1615-2, aberta no Banco Centralizador, de titularidade do Município (“Conta Centralizadora do Município”). A Conta Centralizadora do Município será movimentável única e exclusivamente pelo Banco Centralizador, com autorização prévia e expressa do



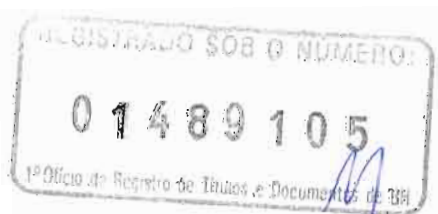
53/67

Agente Fiduciário, até o integral pagamento das Obrigações Garantidas, nos termos deste Contrato.

5.4 No Dia Útil seguinte ao do recebimento dos recursos referidos da Cláusula 5.3 (b), o Banco Centralizador deverá disponibilizar à PRODABEL, através do EDI, arquivo com os valores recebidos e creditados na Conta Centralizadora do Município. No prazo de 3 (três) Dias Úteis contado da disponibilização da referida informação, fornecida pelos Bancos Arrecadadores, a PRODABEL, agindo em nome do Município, deverá gerar 3 (três) arquivos eletrônicos de retorno, a saber: (i) o primeiro arquivo, contendo o valor dos Direitos de Crédito Autônomos recebidos na data de referência, que serão direcionados à Conta de Recebimento; (ii) o segundo arquivo, contendo o valor dos Recursos Excluídos recebido na data de referência, que serão direcionados à conta corrente de titularidade do Município a ser por ele indicada; e (iii) o terceiro arquivo, contendo o valor dos demais créditos recebidos e que não fazem parte dos Direitos de Crédito Autônomos cedidos à PBH ATIVOS, que serão direcionados à conta corrente de titularidade do Município que vier a ser por ele indicada. Os arquivos de retorno deverão ser preparados e enviados pela PRODABEL ao Banco Centralizador, conforme modelo que tiver sido acordado entre ambos, contendo ainda as instruções de transferências.

5.5 Caso a PRODABEL, agindo em nome do Município, não envie os arquivos de retorno descritos (i) na Cláusula 5.4 acima no prazo ali previsto, o Banco Centralizador deverá, no Dia Útil seguinte ao término do prazo, verificar o montante recebido na Conta Centralizadora do Município na data de referência e transferir para Conta de Recebimento o montante correspondente a 12% (doze por cento) dos recursos depositados na Conta Centralizadora do Município. Nesta hipótese, e em sendo identificado posteriormente pela PRODABEL que os valores transferidos não correspondem exatamente ao montante de Direitos de Crédito Autônomos recebido na data de referência, deverá ser adotado, *mutatis mutandis*, o procedimento descrito na Cláusula 5.7 abaixo para restituição de valores transferidos indevidamente; (ii) na Cláusula 5.2.2 acima no prazo ali previsto, o Banco Centralizador deverá, no Dia Útil seguinte ao término do prazo, verificar o montante recebido na Conta Centralizadora da PBH ATIVOS na data de referência e transferir para Conta de Recebimento 100% (cem por cento) deste montante.

5.6 Caso o montante referente aos Recursos Excluídos seja superior a 5% (cinco) por cento do total dos Direitos de Crédito Autônomos recebidos naquela data na Conta Centralizadora do Município ou na Conta Centralizadora da PBH Ativos, a integralidade dos valores referentes aos Recursos Excluídos recebidos naquela data ficará retida até que o Agente Fiduciário verifique e confirme junto à PRODABEL que tais recursos representam Recursos Excluídos, o que deverá ser feito a partir do envio de correspondência eletrônica pela PRODABEL, contendo informações suficientes para a validação nos termos do Contrato de Administração de Contas.



54/67

Em até 3 (três) Dias Úteis seguintes à confirmação de recebimento da correspondência eletrônica acima, o Agente Fiduciário deverá se posicionar sobre o montante a ser transferido, enviando correspondência eletrônica ao Banco Centralizador, com cópia para a PBH ATIVOS e a PRODABEL.

5.7 Fica ressalvado, entretanto, que, caso o Município e/ou a PRODABEL verifiquem eventual erro de transferência, estes poderão, enquanto houver Debêntures com Garantia Real em circulação, enviar correspondência eletrônica ao Banco Centralizador e ao Agente Fiduciário, com cópia para a PBH ATIVOS, sobre os valores correspondentes aos Recursos Excluídos que não foram informados tempestivamente ao Banco Centralizador e ao Agente Fiduciário ("Recursos Excluídos Atrasados"). No prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados do recebimento da correspondência eletrônica do Município e/ou da PRODABEL informando o montante dos Recursos Excluídos Atrasados, a PBH ATIVOS deverá efetuar a restituição dos Recursos Excluídos Atrasados ao Município, a débito da Conta de Livre Movimentação, pelo seu valor de face (que inclui atualização monetária pelo IPCA).

5.7.1. Na hipótese de a PRODABEL, agindo em nome do Município, informar, ao Banco Centralizador e ao Agente Fiduciário, de forma incorreta/imprecisa, que o montante correspondente aos Recursos Excluídos é inferior ao que eventualmente vier a apurar durante a vigência deste Contrato, esta deverá, em até 2 (dois) Dias Úteis após tomar conhecimento do fato e através de correspondência eletrônica, comunicar o fato ao Banco Centralizador e ao Agente Fiduciário, com cópia para a PBH ATIVOS, de forma a dar início ao procedimento de restituição a débito da Conta de Livre Movimentação.

5.7.2. Caso a PRODABEL, agindo em nome do Município, informe ao Banco Centralizador, de forma incorreta/imprecisa, que o montante correspondente aos Recursos Excluídos é superior ao que eventualmente vier a apurar (ou vier a ser apurado pelas demais partes) durante a vigência deste Contrato, esta deverá, em até 2 (dois) Dias Úteis após tomar conhecimento do fato e através de correspondência eletrônica, comunicar o Banco Centralizador e ao Agente Fiduciário (com cópia para a PBH ATIVOS), hipótese em que o Município ficará obrigado a indenizar a PBH ATIVOS, aplicando-se, para este fim, o disposto na cláusula XI do Contrato de Cessão Onerosa.

5.8 Conta de Recebimento: os recursos existentes na Conta de Recebimento serão, mensalmente, na Data de Verificação, conforme abaixo definida, primeiramente direcionados para a Conta de Pagamento, de forma a constituir e manter o montante equivalente a uma parcela de amortização das Debêntures com Garantia Real, acrescido da Remuneração e da Atualização Monetária das Debêntures com Garantia Real, e, em segunda etapa, da Conta de Recebimento para a Conta de



55/67

Serviço da Dívida, de forma a constituir e manter o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida (conforme definido abaixo). Tais transferências serão limitadas ao atingimento do montante previsto na Cláusula 5.9 abaixo, e ao atingimento do Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, nos termos definidos abaixo, conforme aplicável para cada conta e calculado pelo Agente Fiduciário. Tais transferências serão feitas pelo Banco Centralizador após o recebimento de instruções do Agente Fiduciário.

5.8.1 Conta de Adiantamentos: Caso (i) o(s) Contribuinte(s), por qualquer motivo, antecipe(m) o pagamento, em parte ou no todo, de Créditos Tributários ou Não Tributários dos quais decorrem os Direitos de Crédito Autônomos ou (ii) conforme o caso, o Município promova a recompra dos Direitos de Crédito Autônomos afetados na forma da Cláusula 11.1.1 do Contrato de Cessão Onerosa ("Direitos de Crédito Autônomos Objeto de Realização Antecipada"), o Agente Fiduciário determinará ao Banco Centralizador, que:

(i) mensalmente, em cada Data de Verificação, transfira da Conta de Recebimento para a Conta de Adiantamentos todos os valores relativos aos Direitos de Crédito Autônomos Objeto de Realização Antecipada, identificados no Relatório Gerencial (conforme definido na Escritura da Segunda Emissão) imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, e, conforme o caso,

(ii) mensalmente, em cada Data de Verificação, libere da Conta de Adiantamentos para a Conta de Recebimento a quantia que deveria ter sido recebida no mês anterior à Data de Verificação mas não o foi dada à realização antecipada ("Parcela do Fluxo Originário"), a fim de que o Fluxo Originário (conforme definido abaixo) seja observado.

5.8.1.1. A Parcela do Fluxo Originário, a ser calculada pelo Agente Fiduciário conforme disposto acima, deverá ser o montante equivalente ao (i) percentual calculado com base no valor das parcelas dos Direitos de Crédito Autônomos Objeto da Realização Antecipada que deveriam ter sido recebidas no mês anterior à Data de Verificação dividido pelo saldo total das parcelas dos Direitos de Crédito Autônomos Objeto de Realização Antecipada que estejam depositadas na Conta de Adiantamentos (ii) multiplicado pelo Saldo da Conta de Adiantamentos, no último dia útil do mês anterior à Data de Verificação. Para fins deste Contrato de Administração de Contas, "Saldo da Conta de Adiantamentos" corresponde ao saldo total das parcelas dos Direitos de Crédito Autônomos Objeto da Realização Antecipada depositadas na Conta de Adiantamentos acrescido de todos os rendimentos provenientes do Investimento Permitido (conforme definido na Escritura da Segunda Emissão).



56/67

5.8.1.2. As movimentações mencionadas nos itens (i) e (ii) da Cláusula 5.8.1 acima deverão ser feitas através de uma transferência única pela diferença entre os valores das respectivas contas, respeitando que o saldo da Conta de Adiantamentos deverá ser igual a, no mínimo, o somatório dos valores relativos aos Direitos de Crédito Autônomos Objeto de Realização Antecipada conforme Fluxo Originário, excluindo a parcela transferida nos termos da Cláusula 5.8.1(ii) acima.

5.8.2 Para a realização dos procedimentos previstos na Cláusula 5.8.1 acima, o Agente Fiduciário deverá (i) acompanhar o fluxo dos valores depositados na Conta de Recebimento e/ou na Conta de Adiantamentos, quanto aos valores dos direitos creditórios e respectivos prazos de parcelamento, de forma equivalente ao fluxo original dos Direitos de Crédito Autônomos Objeto de Realização Antecipada (“Fluxo Originário”), com base no Relatório de Gerencial (conforme definido na Escritura da Segunda Emissão) elaborado pela SMF, bem como no “Relatório Sobre Fluxo referente aos Pagamentos Antecipados” disponibilizado pela Emissora, nos termos previstos na Escritura da Segunda Emissão.

5.8.3 Para fins do disposto na Cláusula 5.8.1 acima, os valores relativos aos Direitos de Crédito Autônomos Objeto de Realização Antecipada deverão ser liberados da Conta de Adiantamentos para a Conta de Recebimento, mensalmente, de maneira que seja cumprido o cronograma original previsto para o Fluxo Originário, conforme instruções dadas pelo Agente Fiduciário ao Banco Centralizador.

5.9 Conta de Pagamento: a referida Conta de Pagamento deverá ter, até o 2º (segundo) Dia Útil anterior a cada data prevista para pagamento de uma parcela vincenda de amortização do Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração e da Atualização Monetária das Debêntures com Garantia Real, a ser calculada nos termos da Cláusula 6.12 a 6.15 da Escritura de Segunda Emissão (cada uma, “Parcela Vincenda de Amortização”), o montante equivalente à referida Parcela Vincenda de Amortização. O Agente Fiduciário deverá determinar ao Banco Centralizador a movimentação/transferência a ser feita das Contas Vinculadas para fazer frente a tal pagamento, com a antecedência acima. Impreterivelmente até às 15h00 do Dia Útil anterior à data de pagamento da Parcela Vincenda de Amortização, o Agente Fiduciário deverá determinar ao Banco Centralizador a realização de uma transferência eletrônica disponível (TED) da Conta de Pagamento para a conta indicada pelo Escriturador que será utilizada para os pagamentos dos valores devidos aos Debenturistas, sendo desde já expressamente autorizado pela Emissora para tanto.

5.9.1 Caso o montante depositado na Conta de Pagamento seja insuficiente para quitação integral de cada Parcela Vincenda de Amortização no 2º (segundo) Dia Útil anterior à data de pagamento da referida Parcela Vincenda de Amortização, o Banco Centralizador, mediante solicitação do Agente Fiduciário, transferirá recursos



57/67

necessários da Conta de Serviço da Dívida para a Conta de Pagamento, para possibilitar a realização do pagamento da respectiva Parcela Vincenda de Amortização, sendo observados os termos da Cláusula 5.10.3.

5.9.2 Atingido o montante referido na Cláusula 5.9.1 acima na Conta de Pagamento, o eventual valor excedente será, no mesmo dia, direcionado para a Conta de Serviço da Dívida, nos termos do item 5.8 acima.

5.10 Conta de Serviço da Dívida: A Emissora, na data de subscrição das Debêntures com Garantia Real, deverá manter depositados na Conta de Serviço da Dívida recursos em moeda corrente nacional, vinculados ao pagamento das Debêntures com Garantia Real (em seu vencimento regular ou antecipado), em montante igual ou superior ao somatório do valor das próximas 4 (quatro) Parcelas Vincendas de Amortização ("Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida"). O cálculo de tal valor, a ser feito pelo Agente Fiduciário, tomará por base o IPCA divulgado até 01 (um) um Dia Útil antes da Data de Verificação, projetado até a efetiva data de pagamento de amortização das Debêntures com Garantia Real consideradas para o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, sendo certo que deverá ser utilizada a projeção do IPCA divulgada pela ANBIMA.

5.10.1. Caberá ao Agente Fiduciário calcular mensalmente o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida estabelecido nesta cláusula, até o 2º (segundo) Dia Útil anterior à cada data de pagamento de uma Parcela Vincenda de Amortização, ("Data de Verificação"), a fim de verificar o enquadramento do Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, sendo certo que a primeira verificação será realizada no Dia Útil seguinte à data de subscrição das Debêntures com Garantia Real.

5.10.2. Observado o prazo para pagamento de cada Parcela Vincenda de Amortização, a Emissora deverá atender a obrigação de, após cumprir o previsto no item 5.9 acima, compor o referido Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, cujos recursos serão enviados da Conta de Recebimento ou, se esta não tiver saldo suficiente, de outras Contas Vinculadas, e integralmente retidos na Conta de Serviço da Dívida até que haja montante suficiente para atendimento desta obrigação. Atingido o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, e havendo recursos na Conta de Recebimento, e não havendo quaisquer Eventos de Avaliação e/ou Eventos de Vencimento Antecipado, conforme definidos na Escritura da Segunda Emissão, os recursos da Conta de Recebimento e o excesso ao Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida serão direcionados, mediante instrução encaminhada pelo Agente Fiduciário ao Banco Centralizador, com um Dia Útil de antecedência, para a Conta de Livre Movimentação, no Dia Útil subsequente à data de pagamento da Parcela Vincenda de Amortização, respeitando o previsto nos itens 5.8 acima, e 5.13 abaixo.



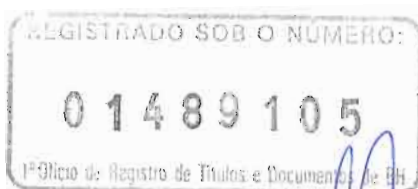
58/67

5.10.3. A partir do momento em que for atingido o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida e durante toda a existência das Debêntures com Garantia Real, caso o Agente Fiduciário constatare na Data de Verificação que o saldo da Conta de Serviço da Dívida esteja abaixo do Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, este deverá (i) primeiramente enviar uma orientação ao Banco Centralizador para que transfira quaisquer recursos existentes na Conta de Recebimento ou na Conta de Pagamento (respeitando o atendimento do montante previsto na Cláusula 5.9 acima) para a Conta de Serviço da Dívida, de forma a atingir este Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, ficando o Banco Centralizador expressamente autorizado a acatar tal instrução, e (ii) em segundo lugar, caso ainda assim não tenha sido atingido tal montante, enviar solicitação de reposição à Emissora neste sentido para providenciar a sua recomposição em até 2 (dois) Dias Úteis contados de tal solicitação, mediante o depósito de recursos próprios na Conta de Serviço da Dívida, observado o disposto na alínea (z) da Cláusula 9.1 da Escritura da Segunda Emissão.

5.11 Mensalmente, em cada Data de Verificação, após terem sido primeiramente atendidos todos os pagamentos a que se destina a Conta de Pagamento, conforme previsto no Contrato de Cessão Fiduciária e neste Contrato, bem como posteriormente atendidas (i) todas as obrigações de constituição do Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida, conforme descrita no item 5.10, e (ii) todas as transferências descritas na Cláusula 5.8.1, o eventual saldo que ainda exista na Conta de Pagamento e o eventual excesso sobre o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida será direcionado, por instrução do Agente Fiduciário ao Banco Centralizador, com 1 (um) Dia Útil de antecedência, para a Conta de Livre Movimentação, observados os termos do item 5.12 abaixo.

5.12 Na hipótese de não haver recursos suficientes na Conta de Pagamento para quitação integral de cada Parcela Vincenda de Amortização no 2º (segundo) Dia Útil anterior à data de pagamento da Parcela Vincenda de Amortização em questão, o Banco Centralizador, mediante autorização do Agente Fiduciário, transferirá inicialmente recursos da Conta de Serviço da Dívida até utilização do saldo total dessa Conta e, ainda, se necessário, transferirá recursos depositados na Conta de Adiantamentos até o montante necessário para complementar o Valor mínimo da conta de serviço de dívida, para a Conta de Pagamento, no montante que seja necessário para atendimento da obrigação da Cláusula 5.10 acima.

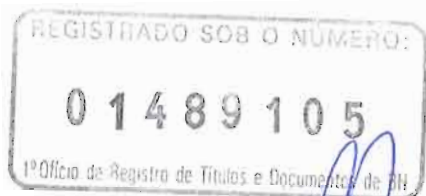
5.13 Verificando-se o atendimento do item 5.8 acima, e havendo recursos na Conta de Recebimento e não havendo quaisquer Eventos de Avaliação e/ou Eventos de Vencimento Antecipado, esses recursos serão direcionados no Dia Útil subsequente ao recebimento, pelo Banco Centralizador, de instrução do Agente Fiduciário neste sentido, à Conta de Livre Movimentação na Data de Verificação, os quais 90%



59/67

(noventa por cento) deverão ser utilizados para amortização das Debêntures Subordinadas, observado o IGR e o IC previsto na Escritura da Segunda Emissão.

- 5.14 Caso, após a liquidação integral das Obrigações Garantidas, existam recursos correspondentes aos Créditos Cedidos Fiduciariamente nas Contas Vinculadas, estes deverão ser transferidos para a Conta de Livre Movimentação no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data de liquidação integral das Obrigações Garantidas.
- 5.15 Na hipótese de ocorrência de um Evento de Avaliação e/ou Evento de Vencimento Antecipado, conforme definidos na Escritura da Segunda Emissão, inclusive o vencimento antecipado deliberado pelos Debenturistas em decorrência de inadimplemento de obrigações não pecuniárias previstas na Escritura de Segunda Emissão por parte da Emissora, o Agente Fiduciário, tão logo tome conhecimento de tais eventos, deverá notificar o Banco Centralizador e determinar a interrupção imediata todos os procedimentos de transferência de valores das Contas Vinculadas para a Conta de Livre Movimentação, nos termos previstos no Contrato de Cessão Fiduciária.
- 5.16 O Agente Fiduciário não será responsável caso, após cumpridos os procedimentos acima descritos, a transferência de valores de quaisquer das Contas Vinculadas para a Conta de Livre Movimentação seja realizada após a ocorrência de um dos Eventos de Avaliação e/ou Evento de Vencimento Antecipado, caso tal evento ainda não seja de conhecimento do Agente Fiduciário.
- 5.17 Na hipótese de ocorrer um dos Eventos de Avaliação ou Vencimento Antecipado, previstos na Escritura da Segunda Emissão, inclusive o vencimento antecipado deliberado pelos Debenturistas em decorrência de inadimplemento de obrigações não pecuniárias previstas na Escritura de Segunda Emissão por parte da Emissora, ou o inadimplemento de qualquer das Obrigações Garantidas, em conjunto ou isoladamente, o Agente Fiduciário fica, desde já, em caráter irrevogável e irretratável, autorizado pela Emissora a, mediante solicitação ao Banco Centralizador, determinar a retenção dos valores referentes aos Créditos Cedidos Fiduciariamente depositados nas Contas Vinculadas e obrigado a utilizá-los para a amortização dos valores devidos por esta em decorrência das Obrigações Garantidas, nos termos das Cláusulas 4 e 4.1 do Contrato de Cessão Fiduciária, e na forma prevista neste Contrato.
- 5.18 A Emissora e o Município (conforme aplicável), por este ato, nomeiam o Banco Centralizador como depositário das Contas Vinculadas e dos rendimentos financeiros decorrentes dos Créditos Cedidos Fiduciariamente. O Banco Centralizador, por este instrumento, expressamente aceita a nomeação como fiel depositário das Contas Vinculadas e dos rendimentos financeiros decorrentes dos Créditos Cedidos Fiduciariamente e assume total responsabilidade pela boa



60/67

manutenção, conservação e preservação dos valores assim recebidos. O Banco Centralizador fica obrigado, em caráter irrevogável e irretratável, a não compensar nem deduzir qualquer valor dos valores recebidos nas Contas Vinculadas, exceto os custos de pagamento de sua remuneração, que poderá ser debitado da Conta de Recebimento, conforme previsto na Cláusula 4.2 deste Contrato, bem como aquelas decorrentes de obrigações legais, bem como aceitar as ordens recebidas diretamente do Agente Fiduciário relativa às movimentações das Contas Vinculadas.

5.19 O Banco Centralizador obriga-se a fornecer de forma automática, através do acesso ao Auto Atendimento Setor Público Banco do Brasil, e independentemente de qualquer solicitação, à SMF, à Emissora e ao Agente Fiduciário, relatórios mensais de acompanhamento das Contas Vinculadas, contendo os valores das operações de débito e crédito efetuadas nas referidas contas dentro do aludido período (extratos bancários) estando desde já autorizado pela Emissora e pelo Município a fornecer tais informações ao Agente Fiduciário, nos termos deste Contrato. Os relatórios mensais de acompanhamento das Contas Vinculadas serão fornecidos na forma escrita, por meio físico ou eletrônico, à escolha do Banco Centralizador.

5.20 O Município e o Banco Centralizador obrigam-se, em caráter irrevogável e irretratável, a segregar em seus sistemas de controle interno os Direitos de Crédito Autônomos, de forma que os referidos direitos sejam automaticamente identificados como cedidos em garantia das Obrigações Garantidas, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária.

5.20.1. Para que possa ser exigido do Banco Centralizador o cumprimento da obrigação descrita na Cláusula 5.20, o Banco Centralizador deverá ter recebido os arquivos eletrônicos referidos nas cláusulas 5.2.2 e 5.4 acima.

5.21 Exclusivamente para fins do envio e recebimento das correspondências eletrônicas tratadas nesta Cláusula, o Município, a PBH ATIVOS, o Banco Centralizador e o Agente Fiduciário indicam os seguintes endereços eletrônicos:

Município de Belo Horizonte:

E-mail: marcelo.piancastelli@pbh.gov.br

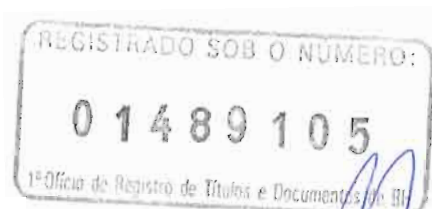
PBH ATIVOS:

E-mail: edson.ronaldo@pbh.gov.br

Banco Centralizador:

E-mail: age1615@bb.com.br

Agente Fiduciário:



61/67

E-mail: garantia@pentagonotrustee.com.br

5.21.1. A substituição dos e-mails indicados nos termos desta cláusula poderá ser feita por qualquer das partes interessadas, mediante envio de correspondência eletrônica às demais, formalizando a alteração. No prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados de seu envio de forma eletrônica, as correspondências trocadas pelas partes nos termos desta cláusula deverão ser encaminhadas fisicamente ao Agente Fiduciário, por meio dos Correios (através de carta registrada com Aviso de Recebimento).

CLÁUSULA VI TRANSFERÊNCIA E RETENÇÃO DOS RECURSOS

6.1 O Banco Centralizador transferirá os recursos entre as Contas Vinculadas na forma e nos prazos estabelecidos na cláusula V acima.

6.1.1 O Banco Centralizador fica autorizado pela Emissora e pelo Município, desde já, em caráter irrevogável e irretratável, a reter nas Contas Vinculadas o saldo ali existente e que seja correspondente aos Créditos Cedidos Fiduciariamente caso seja comunicado pelo Agente Fiduciário acerca da ocorrência de um dos Eventos de Avaliação ou de Vencimento Antecipado, em especial no que diz respeito à tempestiva liquidação, pela Emissora, das obrigações financeiras indicadas na Escritura da Segunda Emissão, conforme datas de pagamento das parcelas referentes à amortização do Valor Nominal Unitário e ao pagamento da Remuneração e da Atualização Monetária das Debêntures com Garantia Real, indicadas no Anexo III, inclusive em razão do vencimento antecipado deliberado pelos Debenturistas em decorrência de inadimplemento de obrigações não pecuniárias previstas na Escritura de Segunda Emissão por parte da Emissora.

6.1.2 A retenção mencionada no subitem 6.1.1 acima operar-se-á sobre a totalidade dos valores depositados nas Contas Vinculadas e que sejam resultado da liquidação dos Créditos Cedidos Fiduciariamente, mediante comunicação escrita do Agente Fiduciário ao Banco Centralizador, indicando o inadimplemento da Emissora. Tal comunicação produzirá efeitos a partir do dia de seu recebimento, pelo Banco Centralizador, desde que ocorrido até às 13:00 horas, sendo que as comunicações recebidas após este horário somente produzirão efeito a partir do Dia Útil seguinte ao do seu recebimento.

6.1.3 Sempre que o Valor Mínimo da Conta de Serviço da Dívida não for plenamente atendido na Data de Verificação, o Banco Centralizador, nos termos da Cláusula 5.10.3 acima, deverá reter e transferir para a Conta de Serviço da Dívida quaisquer valores relativos aos Créditos Cedidos Fiduciariamente depositados nas demais Contas Vinculadas, exceto se instruído de forma diversa pelo Agente Fiduciário, por determinação da Assembleia Geral de Debenturistas.



62/67

6.2 Os valores que o Banco Centralizador reter, nos termos do subitem 6.1.1 e 6.1.3, deverão ser mantidos investidos no Investimento Permitido, conforme descrito no Anexo IV ao presente Contrato, enquanto perdurar a retenção.

6.3 Os valores referidos acima, somente serão investidos pelo Banco Centralizador em Investimentos Permitidos que possuam liquidez diária.

CLÁUSULA VII

OBRIGAÇÕES RELACIONADAS AOS BOLETOS

7.1 A Emissora compromete-se a:

- (i) manter em seu poder, através do Custodiante, a documentação que justifica a emissão pela SMF ou pela PGM, conforme o caso, dos boletos correspondentes ao recebimento dos Direitos de Crédito Autônomos;
- (ii) exibir essa documentação no caso de sobrevir demanda judicial e desde que intimada a tanto;
- (iii) não descontar qualquer boleto correspondente aos Direitos de Crédito Autônomos ou realizar qualquer operação que afete a garantia de cessão fiduciária constituída, seja no Banco Centralizador ou com terceiros;

7.2 Tendo em vista que a prerrogativa de cobrança dos Direitos de Crédito Autônomos é exclusiva da PGM e da SMF, conforme o caso, o Banco Centralizador não poderá, em nenhuma hipótese, agir como mandatário para a cobrança dos Direitos de Créditos Autônomos, ficando expressamente vedada a apresentação, pelo Banco Centralizador, de qualquer boleto inadimplido para protesto, demanda judicial ou extrajudicial ou qualquer outra forma de cobrança.



**ANEXO II AO CONTRATO DE CUSTÓDIA DE RECURSOS FINANCEIROS E
ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS VINCULADAS**

COMUNICAÇÕES

Os representantes, endereços e e-mails de cada uma das partes, para os fins do item 8 do Contrato de Custódia de Recursos Financeiros e Administração de Contas Vinculadas, conforme segue:

PBH ATIVOS S.A.

Avenida Afonso Pena, nº 774, 5º Andar, Bairro Centro,

CEP: 30.130-003 - Belo Horizonte, MG

Tel.: (31) 3277-9561

At: Sr. Ricardo Augusto Simões Campos / Sr. Francisco Rodrigues dos Santos

E-mail: ricardo.simoes@pbhativos.com.br / franciscorodrigues@pbhativos.com.br

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS**

Av. das Américas, nº 4.200, Bloco 08, ala B, salas 302, 303 e 304, Bairro Barra da
Tijuca

CEP: 22640-102 – Rio de Janeiro, RJ

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio
Ferreira

Tel.: (21) 3385-4565

E-mail: garantia@pentagonotrustee.com.br

BANCO DO BRASIL S.A.

Aos cuidados da Agência Setor Público

Rua Rio de Janeiro, 750, 5º Andar, Centro

CEP: 31.160-041 - Belo Horizonte, MG

At: Sr. Antônio Eustáquio da Siqueira

Tel.: (31) 3217-3715

E-mail: age1615@bb.com.br

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 12º andar

CEP: 04538-133 - São Paulo, SP

At.: Departamento Jurídico - FICC

Tel.: (11) 3383-2000

E-mail: ol-juridico-renda-fixa@btgpactual.com

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE BELO HORIZONTE

Rua Espírito Santo, 605, Centro, 5º andar



64/67

CEP 30.160.030 - Belo Horizonte, MG

At: Secretário Municipal de Finanças Sr. Marcelo Piancastelli de Siqueira

Tel.: (31) 3277-4008

E-mail: marcelo.piancastelli@pbh.gov.br

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

Tel.: (31) 3277-4075

Rua dos Timbiras, 628, Funcionários

CEP 30.140-060 - Belo Horizonte, MG

At: Procurador Geral do Município, Sr. Rúsvel Beltrame Rocha

E-mail: rusvelb@pbh.gov.br

MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

Rua Espírito Santo, 605, Centro, 5º andar

CEP: 30.160.030, Belo Horizonte, MG

Tel.: (31)3277-4008 (31)3277-4009 (31)3277-4010 (31)3277-4034

At: Secretário Municipal de Finanças, Sr. Marcelo Piancastelli de Siqueira

E-mail: marcelo.piancastelli@pbh.gov.br

EMPRESA DE INFORMÁTICA E INFORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE S/A – PRODABEL

Av. Presidente Carlos Luz, nº 1275, Bairro Caparaó,

CEP: 31.230-000 - Belo Horizonte, MG

At.: Sr. José Lauro Nogueira Terror

Tel.: (31) 3277-8395

E-mail: lauro.n@pbh.gov.br

Caso haja alteração dos representantes autorizados a assinar as notificações, a parte que desejar promover a alteração deverá notificar o Banco Centralizador neste sentido, com cópia às demais partes.



A handwritten signature in blue ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke.

65/67

A handwritten signature in blue ink, featuring a large, stylized initial 'G' followed by several loops and a long horizontal stroke.

**ANEXO IV AO CONTRATO DE CUSTÓDIA DE RECURSOS FINANCEIROS E
ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS VINCULADAS**

**PARÂMETROS DE INVESTIMENTO DO SALDO DISPONÍVEL NAS
CONTAS VINCULADAS**

Nos termos da alínea (iii) do subitem 4.1 do Anexo I ao Contrato de Custódia de Recursos Financeiros e Administração de Contas, todo e qualquer montante existente nas Contas Vinculadas relativos aos Créditos Cedidos Fiduciariamente deverá ser automaticamente investido pelo Banco Centralizador, na noite do Dia Útil de seu depósito, conforme política abaixo:

1. A totalidade dos recursos (incluindo os rendimentos do Investimento Permitido, provenientes dos investimentos realizados nos termos desse Anexo IV) existentes e/ou depositados nas Contas Vinculadas relativos aos Créditos Cedidos Fiduciariamente deverão ser aplicados pelo Banco Centralizador, na noite do Dia Útil de seu depósito, nos seguintes investimentos, listados em ordem de prioridade (que deverá ser observada pelo Banco Centralizador):

(a) em fundos de renda fixa com liquidez diária administrados e geridos pelo Banco do Brasil S.A e/ou empresas do seu conglomerado; ou, caso não haja disponibilidade,

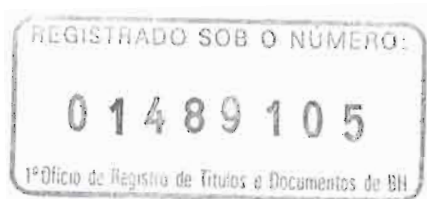
(b) em ativos de renda fixa com liquidez diária de emissão e risco do Banco do Brasil S.A; ou, caso não haja disponibilidade,

(c) em títulos de renda fixa emitidos pelo Governo Federal Brasileiro.

1.1. Os títulos, ativos e cotas adquiridos em decorrência do Investimento Permitido, bem como seus rendimentos, são também cedidos fiduciariamente em favor dos titulares das Debêntures com Garantia Real, sendo-lhes aplicáveis, para todos os fins de direito, todas as disposições inerentes aos Créditos Cedidos Fiduciariamente previstas no Contrato de Cessão Fiduciária e neste Contrato.

2. Os recursos existentes ou depositados nas Contas Vinculadas deverão ser investidos no Investimento Permitido da seguinte forma:

- (a) Conta de Adiantamentos, Conta de Serviço da Dívida e Conta de Pagamento: considerando a natureza dessas contas, os recursos existentes e/ou depositados serão aplicados na noite do Dia Útil de seu depósito e permanecerão investidos até o recebimento de notificação do Agente Fiduciário, determinando a movimentação dos recursos;



- (b) Conta de Recebimento: quaisquer recursos da referida Conta de Recebimento também serão aplicados na noite do Dia Útil de seu depósito e serão mantidos investidos até a data de recebimento da notificação do Agente Fiduciário instruindo a transferência de recursos da Conta de Recebimento para a Conta de Pagamento e/ou Conta de Serviço da Dívida.
3. Ressalvadas as hipóteses de terem agido com culpa ou dolo no descumprimento de suas respectivas funções, conforme estabelecidas por este Contrato e conforme aplicável, O Banco Centralizador, o Agente Fiduciário, e/ou tampouco seus respectivos diretores, empregados ou agentes, não terão qualquer responsabilidade com relação a quaisquer prejuízos, reivindicações, demandas, danos, tributos ou despesas, resultantes do investimento, reinvestimento ou liquidação do Investimento Permitido, inclusive, entre outros, qualquer responsabilidade por quaisquer demoras no investimento, reinvestimento ou liquidação do Investimento Permitido, ou quaisquer lucros cessantes inerentes a essas demoras, com as quais não possui(rá) qualquer ingerência sobre a modalidade, forma, prazo e quaisquer condições que foram determinadas neste Contrato.



A handwritten signature in blue ink, consisting of several fluid, connected strokes.

A handwritten signature in blue ink. To the left of the signature is the number "67/67". Below the signature is a circled number "2".

**2º (SEGUNDO) ADITAMENTO AO CONTRATO DE CUSTÓDIA DE
RECURSOS FINANCEIROS E ADMINISTRAÇÃO DE
CONTAS VINCULADAS**

Pelo presente instrumento particular, as partes:

1. PBH ATIVOS S.A., sociedade de economia mista, cuja criação foi autorizada pela Lei Municipal nº 10.003, de 25 de novembro de 2010 ("Lei Municipal 10.003/10"), com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Afonso Pena, nº 774, 5º andar, bairro Centro, CEP 30.130-003, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.593.766/0001-79, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, o Sr. Ricardo Augusto Simões Campos, brasileiro, casado, engenheiro, portador do CREA – MG nº 14534, inscrito no CPF/MF sob o nº 236.124.106-44, e por seu Diretor Executivo, o Sr. Francisco Rodrigues dos Santos, brasileiro, casado, administrador, portador do CRA - MG nº 01-002505, inscrito no CPF/MF sob o nº 129.958.436-56 ("Emissora" ou "PBH ATIVOS");

2. MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, estabelecido na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Afonso Pena, nº 1212, bairro Centro, CEP 30.130-908, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.715.383/0001-40, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Marcio Araújo de Lacerda, e pelo Secretário Municipal de Finanças, Sr. Pedro Meneguetti ("Cedente" ou "Município");

3. PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4200, bloco 08, ala B, salas 302, 303 e 304, bairro Barra da Tijuca, CEP 22.640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, por seus representantes abaixo assinados, na qualidade de agente fiduciário e representante legal da comunhão de titulares das debêntures da segunda emissão da Emissora ("Agente Fiduciário");

4. BANCO DO BRASIL S.A., instituição financeira constituída sob a forma de sociedade anônima, estabelecida na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Rio de Janeiro, nº 750, 5º andar, bairro Centro, CEP 30160-041, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.000.000.000/4336-24, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seus representantes abaixo assinados ("Banco Centralizador");

5. BANCO BTG PACTUAL S.A., instituição financeira, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 14º andar, bairro Itaim Bibi, CEP 04.358-133, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.306.294/0002-26, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seus representantes legais



abaixo assinados, como contratante dos serviços ("Contratante dos Serviços" ou "Custodiante").

E ainda, na qualidade de intervenientes-anuentes:

6. SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE BELO HORIZONTE, estabelecida na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Espírito Santo, nº 605, 5º andar, bairro Centro, CEP 30.160-030, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Finanças, Sr. Pedro Meneguetti ("SMF");

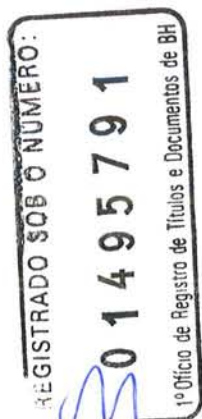
7. PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, estabelecida na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua dos Timbiras, nº 628, bairro Funcionários, CEP 30.140-060, neste ato representada pelo Procurador Geral do Município, Dr. Rúsel Beltrame Rocha ("PGM"); e

8. EMPRESA DE INFORMÁTICA E INFORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE S/A – PRODABEL, estabelecida na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Presidente Carlos Luz, nº 1275, bairro Caparaó, CEP 31.230-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.239.038/0001-87, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu diretor José Lauro Nogueira Terror ("PRODABEL" e, em conjunto com a PGM e a SMF, "Intervenientes Anuentes").

CONSIDERANDO QUE:

(a) a PBH ATIVOS emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, mediante oferta pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Debêntures da Segunda Emissão" e "Segunda Emissão", respectivamente);

(b) as condições e características da Segunda Emissão encontram-se descritas no "*Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão, Sendo a 1ª (Primeira) Pública, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, Em Série Única, Para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da PBH ATIVOS S.A.*", celebrado em 1º de abril de 2014 entre a Emissora e o Agente Fiduciário, com a anuência da SMF e da PGM, conforme aditado pelo "*Instrumento Particular de 1º (Primeiro) Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão, Sendo a 1ª (Primeira) Pública, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, Em Série Única, Para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da PBH ATIVOS S.A.*", em 23 de abril de 2014, e pelo "*2º (Segundo) Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão, Sendo a 1ª (Primeira) Pública, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em*



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

2/22



Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da PBH ATIVOS S.A.", em 29 de janeiro de 2016 ("Escritura da Segunda Emissão"):

(c) na data da Escritura da Segunda Emissão, as partes celebraram, com a anuência dos Intervenientes Anuentes, o "*Contrato de Custódia de Recursos Financeiros e Administração de Contas Vinculadas*" ("Contrato de Administração de Contas"), por meio do qual o Banco Centralizador foi contratado para prestar os serviços de custódia e recebimento dos recursos financeiros decorrentes da realização dos Direitos de Crédito Autônomos, assim como os serviços de administração das Contas Vinculadas (conforme definidos na Escritura da Segunda Emissão e no Contrato de Administração de Contas);

(d) os titulares das Debêntures da Segunda Emissão deliberaram, reunidos em assembleia geral de debenturistas realizada em 28 de março de 2016 ("AGD"), que o rebaixamento do *rating* originalmente atribuído à Segunda Emissão pela agência classificadora de risco Fitch Ratings, de 'AAsf(bra)' para 'AA-sf(bra)', não constitui um Evento de Inadimplemento (conforme definido na Escritura da Segunda Emissão), desde que observadas as hipóteses e condições previstas na AGD;

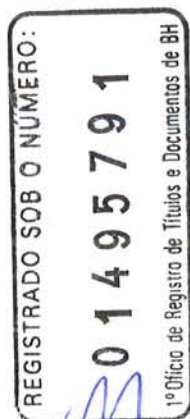
(e) em contrapartida às deliberações descritas acima, a AGD definiu que o cronograma de amortização das Debêntures da Segunda Emissão fosse substituído pelo Novo Cronograma de Amortização (conforme definido na AGD), a fim de alterar os percentuais de amortização previstos para os meses de maio de 2016 a abril de 2021;

(f) dentre as condições impostas para a efetivação e aperfeiçoamento das matérias descritas nos considerandos 'd' e 'e' acima, a AGD deliberou, dentre outras disposições, que fosse celebrado, até 15 de maio de 2016 ("Prazo"), instrumento de aditamento ao Contrato de Administração de Contas, com o propósito de incluir o Novo Cronograma de Amortização, bem como extinguir a Conta de Serviço da Dívida (conforme definida no Contrato de Administração de Contas) e procedimentos a ela relacionados; e

(g) as partes desejam alterar o Contrato de Administração de Contas em linha com as deliberações tomadas na AGD, e, ato contínuo, aproveitar para atualizar e retificar algumas de suas disposições.

ISTO POSTO, resolvem as partes celebrar o presente "2" (*Segundo*) Aditamento ao Contrato de Custódia de Recursos Financeiros e Administração de Contas Vinculadas" ("Aditamento"), que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir.

Os termos utilizados neste Aditamento, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam diversamente definidos, terão os mesmos significados que lhes são atribuídos no Contrato de Administração de Contas e na Escritura da Segunda Emissão.



3/22



CLÁUSULA I
ALTERAÇÃO DO CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO DAS DEBÊNTURES

1.1 Em cumprimento às deliberações tomadas na AGD, as partes resolvem alterar o cronograma de amortização das Debêntures da Segunda Emissão previsto no Anexo V do Contrato de Administração de Contas, que passará a vigor na forma do Anexo I ao presente Aditamento, a fim de alterar os percentuais de amortização previstos para os meses de maio de 2016 a abril de 2021.

1.2 O Banco Centralizador declara, neste ato, que foi devidamente informado sobre a alteração do cronograma de amortização das Debêntures da Segunda Emissão, na forma prevista na Cláusula 1.5.2 do Contrato de Administração de Contas, e que, não obstante o prazo previsto na referida cláusula para aditamento ao Contrato de Administração de Contas, anuiu expressamente ao Prazo estipulado para instrumentalização deste Aditamento.

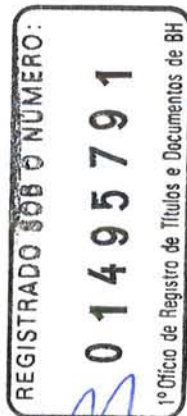
CLÁUSULA II
EXTINÇÃO DA CONTA DE SERVIÇO DA DÍVIDA

2.1 Em cumprimento às deliberações tomadas na AGD, as partes resolvem aditar o Contrato de Administração de Contas para excluir as disposições e procedimentos relativos à Conta de Serviço da Dívida, que será considerada extinta para todos os fins de fato e de direito.

2.2 Diante do disposto na Cláusula 2.1 acima, resolvem alterar as seguintes cláusulas do Contrato de Administração de Contas, de acordo com os termos e condições abaixo expostos.

(a) alterar a alínea 'v' da Cláusula 1.2, que passará a vigor da seguinte forma:

“(v) conta vinculada nº 18.120-X, agência 1615-2 mantida junto ao Banco Centralizador, de titularidade da Emissora, exclusivamente vinculada a este Contrato, na qual será depositado e mantido o montante equivalente à próxima parcela vincenda de amortização do valor nominal unitário das Debêntures com Garantia Real (descritos no Anexo III), acrescida de valor equivalente à próxima parcela vincenda de remuneração das Debêntures com Garantia Real projetadas pelo Agente Fiduciário (bem como os rendimentos do Investimento Permitido, realizado com recursos desta conta), a ser movimentada exclusivamente pelo Banco Centralizador, com autorização prévia e expressa do Agente Fiduciário, até o integral pagamento das Obrigações Garantidas (“Conta de Pagamento”, e, em conjunto com a Conta Centralizadora do Município, a Conta Centralizadora da Emissora, a Conta de Adiantamentos e a Conta de Recebimento, “Contas Vinculadas”).”



4/22



(b) excluir a alínea 'vi' da Cláusula 1.2.

(c) excluir a alínea 'ii' da Cláusula 2.1 do Anexo I do Contrato de Administração de Contas.

(d) alterar a Cláusula 5.8 do Anexo I do Contrato de Administração de Contas, que passará a vigor da seguinte forma:

“5.8 Conta de Recebimento: os recursos existentes na Conta de Recebimento serão, mensalmente, no 2º (segundo) Dia Útil anterior à cada data de pagamento de uma Parcela Vincenda de Amortização (“Data de Verificação”), direcionados para a Conta de Pagamento, de forma a constituir e manter o montante equivalente a uma parcela de amortização das Debêntures com Garantia Real, acrescido da Remuneração e da Atualização Monetária das Debêntures com Garantia Real. Tais transferências serão limitadas ao atingimento do montante previsto na Cláusula 5.9 abaixo, conforme calculado pelo Agente Fiduciário. Tais transferências serão feitas pelo Banco Centralizador após o recebimento de instruções do Agente Fiduciário.”

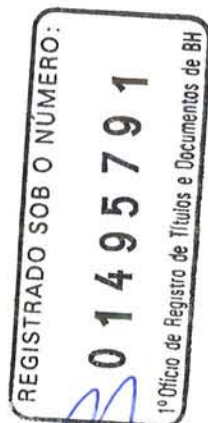
(e) incluir a Cláusula 5.8.4 ao Anexo I do Contrato de Administração de Contas, da seguinte forma:

“5.8.4 Havendo recursos na Conta de Recebimento, e não havendo quaisquer Eventos de Avaliação e/ou Eventos de Vencimento Antecipado, conforme definidos na Escritura da Segunda Emissão, os recursos da Conta de Recebimento serão direcionados, mediante instrução encaminhada pelo Agente Fiduciário ao Banco Centralizador, com um Dia Útil de antecedência, para a Conta de Livre Movimentação, no Dia Útil subsequente à data de pagamento da Parcela Vincenda de Amortização, respeitando o previsto nos itens 5.8 acima, e 5.12 abaixo.”

(f) excluir as Cláusulas 5.9.1, 5.9.2, 5.10, 5.10.1, 5.10.2 e 5.10.3 do Anexo I do Contrato de Administração de Contas, com a consequente renumeração das cláusulas subsequentes.

(g) alterar as Cláusulas 5.11, 5.12 e 5.20.1 do Anexo I do Contrato de Administração de Contas (Cláusulas 5.10, 5.11 e 5.19.1 após a renumeração acima disposta), que passarão a vigor da seguinte forma:

“5.10 Mensalmente, em cada Data de Verificação, após terem sido primeiramente atendidos todos os pagamentos a que se destina a Conta de Pagamento, conforme previsto no Contrato de Cessão Fiduciária e neste Contrato, bem como posteriormente todas as transferências descritas na Cláusula 5.8.1, o eventual saldo que ainda exista na Conta de Pagamento será direcionado, por



5/22



instrução do Agente Fiduciário ao Banco Centralizador, com 1 (um) Dia Útil de antecedência, para a Conta de Livre Movimentação, observados os termos do item 5.11 abaixo.”

“5.11 Na hipótese de não haver recursos suficientes na Conta de Pagamento para quitação integral de cada Parcela Vincenda de Amortização no 2º (segundo) Dia Útil anterior à data de pagamento da Parcela Vincenda de Amortização em questão, o Banco Centralizador, mediante autorização do Agente Fiduciário, transferirá recursos depositados na Conta de Adiantamentos até o montante necessário para quitar a Parcela Vincenda de Amortização, para a Conta de Pagamento, se houver, no montante que seja necessário para atendimento da obrigação da Cláusula 5.9 acima.”

“5.19.1 Para que possa ser exigido do Banco Centralizador o cumprimento da obrigação descrita na Cláusula 5.19, o Banco Centralizador deverá ter recebido os arquivos eletrônicos referidos nas cláusulas 5.2.2 e 5.4 acima.”

(h) excluir a Cláusula 6.1.3 e alterar a Cláusula 6.2 do Anexo I do Contrato de Administração de Contas, da seguinte forma:

“6.2 Os valores que o Banco Centralizador reter, nos termos do subitem 6.1.1, deverão ser mantidos investidos no Investimento Permitido, conforme descrito no **Anexo IV** ao presente Contrato, enquanto perdurar a retenção.”

(i) alterar as alíneas ‘a’ e ‘b’ da Cláusula 2 do Anexo IV do Contrato de Administração de Contas, que passarão a vigor da seguinte forma:

“(a) Conta de Adiantamentos e Conta de Pagamento: considerando a natureza dessas contas, os recursos existentes e/ou depositados serão aplicados na noite do Dia Útil de seu depósito e permanecerão investidos até o recebimento de notificação do Agente Fiduciário, determinando a movimentação dos recursos;”

“(b) Conta de Recebimento: quaisquer recursos da referida Conta de Recebimento também serão aplicados na noite do Dia Útil de seu depósito e serão mantidos investidos até a data de recebimento da notificação do Agente Fiduciário instruindo a transferência de recursos da Conta de Recebimento para a Conta de Pagamento.”



6/22



CLÁUSULA III
ATUALIZAÇÃO DAS REFERÊNCIAS AO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

3.1 As partes resolvem atualizar as referências aos dispositivos do Código de Processo Civil, de acordo com a nova Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, em vigor desde 17 de março de 2016.

3.2 Diante do disposto na Cláusula 3.1 acima, resolvem alterar a seguinte cláusula do Contrato de Administração de Contas, de acordo com os termos e condições abaixo expostos.

(a) alterar a Cláusula 10.13 do Contrato de Administração de Contas, que passará a vigor da seguinte forma:

“10.13 O presente Contrato constitui título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, incisos I e III, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 815 e seguintes do Código de Processo Civil.”

CLÁUSULA IV
ATUALIZAÇÃO DOS DADOS PARA COMUNICAÇÕES

4.1 As partes resolvem atualizar os dados para comunicações da Emissora e do Município constantes da Cláusula 5.21 do Anexo I do Contrato de Administração de Contas, conforme disposto abaixo:

“Município de Belo Horizonte:
E-mail: meneguetti@pbh.gov.br”

“PBH ATIVOS:
E-mail: ricardo.simoies@pbhativos.com.br
franciscorodrigues@pbhativos.com.br”

4.2 As partes resolvem atualizar os dados para comunicações da SMF e do Município constantes do Anexo II do Contrato de Administração de Contas, conforme disposto abaixo:

“SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE BELO HORIZONTE

Rua Espírito Santo, 605, Centro, 5º andar

CEP 30.160.030 - Belo Horizonte, MG

At: Secretário Municipal de Finanças Sr. Pedro Meneguetti

Tel.: (31) 3277-4008

E-mail: meneguetti@pbh.gov.br”



7/22



“MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

Rua Espírito Santo, 605, Centro, 5º andar

CEP: 30.160.030, Belo Horizonte, MG

Tel.: (31)3277-4008 (31)3277-4009 (31)3277-4010 (31)3277-4034

At: Secretário Municipal de Finanças, Sr. Pedro Meneguetti

E-mail: meneguetti@pbh.gov.br”

**CLÁUSULA V
ALTERAÇÃO DA TAXA MENSAL**

5.1 As partes resolvem alterar a taxa mensal devida pela Emissora ao Banco Centralizador em decorrência dos serviços prestados no âmbito do Contrato de Administração de Contas.

5.2 Diante do disposto na Cláusula 5.1 acima, resolvem alterar a seguinte cláusula do Contrato de Administração de Contas, de acordo com os termos e condições abaixo expostos.

(a) alterar a Cláusula 4.2 do Contrato de Administração de Contas, que passará a vigor da seguinte forma:

“4.2 A Emissora pagará ao Banco Centralizador, a título de taxa mensal pelos serviços prestados em decorrência deste Contrato, o valor de R\$ 4.235,00 (quatro mil, duzentos e trinta e cinco reais), mensalmente, no 10º (décimo) dia de cada mês subsequente à assinatura deste Contrato, por meio de débito na Conta de Recebimento ou de outra forma que vier a ser acordada entre ambos.”

**CLÁUSULA VI
VIGÊNCIA**

6.1 Este Aditamento somente entrará em vigor após (i) a assinatura de todas as partes; (ii) recepção, pelo Banco Centralizador, das respectivas vias assinadas, e (iii) a validação dos documentos previstos na Cláusula 7.5 deste Aditamento.

6.1.1 As partes concordam, desde já, que o Banco Centralizador tem o prazo de até 4 (quatro) Dias Úteis para iniciar a operacionalização deste Aditamento, contado do cumprimento do disposto na Cláusula 6.1 acima e desde que não seja verificada qualquer pendência na documentação encaminhada, o que deverá ser prontamente comunicado pelo Banco Centralizador.

6.2 As partes acordam que, não obstante o prazo previsto na Cláusula 2.1 do Anexo I ao Contrato de Administração de Contas, a Emissora deverá, às expensas do Contratante



dos Serviços, levar este Aditamento a registro nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Comarcas de Belo Horizonte/MG, do Rio de Janeiro/RJ e de São Paulo/SP, no Prazo deliberado na AGD, devendo comprovar o registro perante o Banco Centralizador no prazo de até 3 (três) Dias Úteis após a obtenção de cada registro, conforme disposto na Cláusula 2.1 do Anexo I ao Contrato de Administração de Contas.

CLÁUSULA VII DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1 Este Aditamento, o Contrato de Administração de Contas e o Contrato de Cessão Fiduciária constituem, coletivamente, o único e integral acordo entre as partes com relação aos assuntos neles tratados, substituindo todos os outros documentos, cartas, memorandos ou propostas entre as partes, bem como os entendimentos orais mantidos entre as mesmas, anteriores à presente data.

7.2 A tolerância de uma das partes quanto ao descumprimento de qualquer obrigação pela outra parte não significará renúncia ao direito de exigir o cumprimento da obrigação, nem perdão, nem alteração do que foi aqui contratado.

7.3 O presente Aditamento constitui título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, incisos I e III, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 815 e seguintes do Código de Processo Civil.

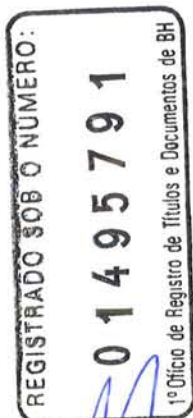
7.4 Caso qualquer disposição do presente Aditamento seja considerada nula, ilegal ou inexecutável, as partes deverão negociar de boa-fé, de forma a chegar a um acordo na redação de uma nova cláusula que seja satisfatória a qual reflita suas intenções, conforme expressas no presente Aditamento, a qual substituirá aquela considerada nula, ilegal ou inexecutável.

7.5 As partes obrigam-se a enviar ao Banco Centralizador, juntamente com as vias assinadas com reconhecimento de firma deste instrumento, documentação societária e pessoal das partes em cópia autenticada, para fins de validação de poderes.

CLÁUSULA VIII FORO

8.1 Fica eleito o foro central da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, como o competente para dirimir disputas relativas a este Aditamento.

E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente Aditamento em 11 (onze) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos de direito, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.



Belo Horizonte, 25 de abril de 2016.

restante da página deixado intencionalmente em branco



A blue ink handwritten signature.

A blue ink handwritten signature.

10/22



Página de assinaturas 1/9 do 2º (Segundo) Aditamento ao Contrato de Custódia de Recursos Financeiros e Administração de Contas Vinculadas, celebrado em 25 de abril de 2016.

Emissora:



Por: Ricardo Augusto Simões Campos
Cargo: Diretor Presidente



Por: Francisco Rodrigues dos Santos
Cargo: Diretor Executivo



SERVIÇO NOTARIAL DO 3º OFÍCIO
AV. AUGUSTO DE LIMA, 325 - CEP 30190-000 - FONE: (31) 3272-5744 - FAX: 3222-4212 - BH - MG
E-mail: cartorio@cartoriotriginelli.com.br - www.cartoriotriginelli.com.br

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) abaixo:
CBH07675) RICARDO AUGUSTO SIMÕES CAMPOS, *****
CBH07676) FRANCISCO RODRIGUES DOS SANTOS *****
Belo Horizonte, 03/05/2016, 16:11:03 29856

Gilberto Triginelli

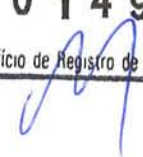
R\$8.40 REC R\$0.50 TF: R\$2.76 Total: R\$11.66
RODRIGO



REGISTRADO SOB O NÚMERO:

01495791

1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de BH



11/22



Página de assinaturas 2/9 do 2º (Segundo) Aditamento ao Contrato de Custódia de Recursos Financeiros e Administração de Contas Vinculadas, celebrado em 25 de abril de 2016.

Município:

MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

Por: Marcio Araújo de Lacerda
Cargo: Prefeito Municipal

Por: Pedro Meneguetti
Cargo: Secretário Municipal de Finanças

TABELIONATO TRIGINELLI
SERVIÇO NOTARIAL DO 3º OFÍCIO
AV. AUGUSTO DE LIMA, 305 - CEP 30190-000 - FONE: (31) 3072-5244 - FAX: 3022-4212 - BH - MG
E-mail: cartorio@cartoriotriginelli.com.br - www.cartoriotriginelli.com.br

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) abaixo:
(CBH07699) MARCIO ARAÚJO DE LACERDA, (CBH07700) **
PEDRO MENEGUETTI *****
Belo Horizonte, 09/05/2016 16:15:52 25402

Gilberto Triginelli
R:R\$8.40 REE:R\$0.50 TR:R\$2.76 Total:R\$11.66
RODRIGO



REGISTRADO SOB O NÚMERO:
01495791
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de BH

12/22





Página de assinaturas 3/9 do 2º (Segundo) Aditamento ao Contrato de Custódia de Recursos Financeiros e Administração de Contas Vinculadas, celebrado em 25 de abril de 2016.

Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A.
DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Nome:  **Nilaimara Oliveira Kojo Ferreira**
Cargo: **Procuradora**



12º TABELÃO de NOTAS
CARTÓRIO DO 12º TABELÃO DE NOTAS
Alameda Santos, 1470 - São Paulo - SP - Cep 01418-100
TEL. HOMERO SANTI - TABELÃO - Tel. (11) 3549-6277 - Fax (11) 3294-6362

Reconheço por semelhança a firma: NILAIMARA OLIVEIRA KOJO FERREIRA, a qual confere com o padrão depositado em Cartório.

São Paulo, 11 de Maio de 2016
Em testemunho da verdade.
Jefferson de Souza - Escrevente Autorizado
1605110821245 - Firma

CARTÓRIO DO 12º TABELÃO DE NOTAS
AL. SANTOS 1470
Jefferson de Souza
Escrevente Autorizado

COLEGIO NOTARIAL DO BRASIL
1.14462
FIRMA
VALOR ECONÔMICO 1
1042AB0015818

VALIDO SOMENTE C. BAIXO DE AUTENTICIDADE

REGISTRADO SOB O NÚMERO:
01495791
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de BH

13/22



Página de assinaturas 4/9 do 2º (Segundo) Aditamento ao Contrato de Custódia de Recursos Financeiros e Administração de Contas Vinculadas, celebrado em 25 de abril de 2016.

Banco Centralizador:

BANCO DO BRASIL S.A.

Por: **Getúlio Neri Palhano Freire**
Cargo: **Gerente Geral**

8º OFÍCIO DE NOTAS
3279-6200
B. HTE. - MINAS GERAIS



Serviço Notarial do 8º Ofício de Belo Horizonte
Rua São Paulo, 684 - Loja 7 e 9 - Centro - BH - MG - CEP: 30170-130 - Tel.: (31) 3279-6200

RECONHECIMENTO DE FIRMA
Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
GETULIO NERI PALHANO FREIRE

Etiqueta Nº.: 1697415187, Belo Horizonte, 09/05/2016 17:18:08
Em testª da verdade, Erick Pereira dos Santos. Dou fe.
[3512678-212] - EMOL: 4,45 - TFPJ: 1,38 - TOTAL: 5,83
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA ATO NO SITE: WWW.SOFICIOBH.COM.BR

REGISTRADO SOB O NÚMERO:
01495791
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de BH

14/22





Página de assinaturas 5/9 do 2º (Segundo) Aditamento ao Contrato de Custódia de Recursos Financeiros e Administração de Contas Vinculadas, celebrado em 25 de abril de 2016.

Contratante dos Serviços:

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Por:

Cargo:

Nandikesh Anilkumar Dixit
Procurador

Por:

Cargo:

Gabriel Fernando Barretti
Procurador

2º

Tabelião de Notas - Anderson Henrique Teixeira Nogueira
Rua Rego Freitas, 133 - Vila Buarque - São Paulo - SP
CEP 01220-010 - Fone: (11) 3357-8844 - Fax: (11) 3221-0726

Reconheço por semelhança 2 Firma(s) COM VALOR ECONÔMICO de:
GABRIEL FERNANDO BARRETTI E NANDIKESH ANILKUMAR DIXIT
São Paulo, 11 de maio de 2016. Em test. da Verdade.

ALEXANDRE MARCOLI - Escrevente
Valor: R\$ 16,30. Carimbo: 133653 Selo(s): 251755-AA

VALIDO SOMENTE COM SELLO DE AUTENTICIDADE QUALQUER EMENDA OU RASURA, ANULA ESTE DOCUMENTO

2º TABELIÃO DE NOTAS
República Federativa do Brasil
Estado de São Paulo
Município de São Paulo
Circuito Judiciário
Tribunal de Justiça
Tribunal de Apelação
Tribunal de 1ª Instância
Tribunal de 2ª Instância
Tribunal de 3ª Instância
Tribunal de 4ª Instância
Tribunal de 5ª Instância
Tribunal de 6ª Instância
Tribunal de 7ª Instância
Tribunal de 8ª Instância
Tribunal de 9ª Instância
Tribunal de 10ª Instância

COLEÇÃO DE NOTAS
DOBT
11272
1051AA0251755
VALOR ECONÔMICO 2
PRA
11272



15/22



Página de assinaturas 6/9 do 2º (Segundo) Aditamento ao Contrato de Custódia de Recursos Financeiros e Administração de Contas Vinculadas, celebrado em 25 de abril de 2016.

Interveniente Anuente:

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE BELO HORIZONTE



Por: Pedro Meneguetti

Cargo: Secretário Municipal de Finanças



**TABELIONATO
TRIGINELLI**

SERVIÇO NOTARIAL DO 3º OFÍCIO
AV. AUGUSTO DE LIMA, 355 - CEP 30160-000 - FONE (31) 3273-5744 - FAX 3273-4292 - BH - MG
E-mail: cartorio@cartoriotrigineili.com.br - www.cartoriotrigineili.com.br

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) abaixo:

CBH07728) PEDRO MENEQUETTI *****

Belo Horizonte, 18/05/2016 16:20:41 25494

Gilberto Triginelli
E:R\$4.20 FEE:R\$0.25 TF:R\$1.38 Total:R\$5.83
RODRIGO



16/22



Página de assinaturas 7/9 do 2º (Segundo) Aditamento ao Contrato de Custódia de Recursos Financeiros e Administração de Contas Vinculadas, celebrado em 25 de abril de 2016.

Interveniente Anuente:

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

R. Beltrame

TABELIONATO TRIGINELLI
3º Ofício de Notas

Por: Rúsvel Beltrame Rocha
Cargo: Procurador Geral do Município



TABELIONATO
TRIGINELLI

SERVIÇO NOTARIAL DO 3º OFÍCIO
AV. AUGUSTO DE LIMA, 385 - CEP 30190-000 - FONE: (31) 3272-5741 - FAX: 3222-4812 - BH - MG
E-mail: notariado3@tabelionatotriginelli.com.br - www.tabelionatotriginelli.com.br

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) abaixo:
(CBH07739) RUSVEL BELTRAME ROCHA *****
Belo Horizonte, 07/05/2016 16:23:28 22930
Gilberto Triginelli
E: R\$4,20 REC: R\$0,25 TF: R\$1,38 Total: R\$5,83
RODRIGO



REGISTRADO SOB O NÚMERO:

01495791

1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de BH

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

17/22



Página de assinaturas 8/9 do 2º (Segundo) Aditamento ao Contrato de Custódia de Recursos Financeiros e Administração de Contas Vinculadas, celebrado em 25 de abril de 2016.

Interveniente Anuente:

**EMPRESA DE INFORMÁTICA E INFORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELO
HORIZONTE S/A – PRODABEL**

Por: José Lauro Nogueira Terror
Cargo: Diretor



18/22



Página de assinaturas 9/9 do 2º (Segundo) Aditamento ao Contrato de Custódia de Recursos Financeiros e Administração de Contas Vinculadas, celebrado em 25 de abril de 2016.

Testemunhas:



Nome:

RG: Acácio Roboredo
CPF: 430.913.288-05
RG: 40.344.691-0 SSP/SP

Nome:

RG: José Pedro Francischini de Souza Gevaerd
CPF: 37.012.417-0 SSP/SP
CPF: 410.201.578-79

1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de Belo Horizonte
Rua dos Galileus, 333 - 4º andar - Centro - Belo Horizonte - MG
Cep: 30180-100 - Cnpj: 21.853.810/0001-14
www.trdtb.com.br - Tel: (31) 3224-6830
Registrador: Emilio C. de Menezes Guerra

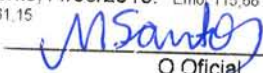


1º OFÍCIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

Nº de Ordem: **01495791**

Certifico e dou fé que o presente documento foi apresentado, protocolado sob o nº 01495791, livro nº A-86, registrado em microfilme e digitalizado sob o nº 01495791, livro nº B-159, nesta data, e AVERBADO à margem do Registro nº 01427725 Belo Horizonte, 11/05/2016. Emol: 115,66 T.J.F. 38,56 Recurso: 6,83

Total: 161,15


O Oficial

Miria Kelly O. dos Santos
Escritor Autorizado

1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de Belo Horizonte
Rua dos Galileus, 333 - 4º andar - Centro - Belo Horizonte - MG
Cep: 30180-100 - Cnpj: 21.853.810/0001-14
www.trdtb.com.br - Tel: (31) 3224-6830
Registrador: Emilio C. de Menezes Guerra



PODER JUDICIÁRIO - TJMG
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Ofício do 1º Registro de Títulos e Documentos
de Belo Horizonte - MG - CNS:05.529-3

Selo Eletrônico Nº **AGN20012**
Cód. Seg.: **3992.4794.2936.8708**

Quantidade de Atos Praticados: **00023**

Emolumentos: R\$122,59 - T.F.J.: R\$38,56

Valor Final: R\$161,15

Consulte a validade deste Selo no
site: <https://selos.tjmg.jus.br>



REGISTRADO SOB O NÚMERO:
01495791
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de BH

19/22

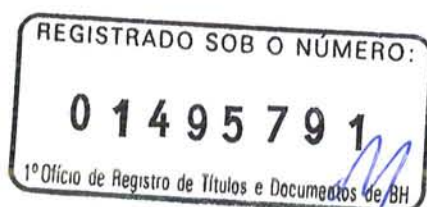


Anexo I do 2º (Segundo) Aditamento ao Contrato de Custódia de Recursos Financeiros e Administração de Contas Vinculadas, celebrado em 25 de abril de 2016.

ANEXO V AO CONTRATO DE CUSTÓDIA DE RECURSOS FINANCEIROS E ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS VINCULADAS

CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO

Mês	Data de Aniversário	"p" Percentual de amortização
0	15/04/2014	0,00%
1	15/05/2014	3,16%
2	16/06/2014	3,07%
3	15/07/2014	2,96%
4	15/08/2014	2,86%
5	15/09/2014	2,77%
6	15/10/2014	2,68%
7	17/11/2014	2,60%
8	15/12/2014	2,51%
9	15/01/2015	2,43%
10	18/02/2015	2,49%
11	16/03/2015	2,40%
12	15/04/2015	2,32%
13	15/05/2015	2,25%
14	15/06/2015	2,18%
15	15/07/2015	2,12%
16	17/08/2015	2,05%
17	15/09/2015	1,99%
18	15/10/2015	1,93%
19	16/11/2015	1,86%
20	15/12/2015	1,80%
21	15/01/2016	1,75%
22	15/02/2016	1,79%
23	15/03/2016	1,73%
24	15/04/2016	1,67%
25	16/05/2016	13,4%
26	15/06/2016	1,14%
27	15/07/2016	1,11%
28	15/08/2016	1,07%
29	15/09/2016	1,04%
30	17/10/2016	1,01%
31	16/11/2016	0,97%



20/22

32	15/12/2016	0.94%
33	16/01/2017	2.76%
34	15/02/2017	2.55%
35	15/03/2017	2.45%
36	17/04/2017	0.67%
37	15/05/2017	0.65%
38	16/06/2017	0.63%
39	17/07/2017	0.61%
40	15/08/2017	0.58%
41	15/09/2017	0.57%
42	16/10/2017	0.55%
43	16/11/2017	0.54%
44	15/12/2017	0.52%
45	15/01/2018	0.51%
46	15/02/2018	0.52%
47	15/03/2018	0.50%
48	16/04/2018	0.48%
49	15/05/2018	0.47%
50	15/06/2018	0.45%
51	16/07/2018	0.45%
52	15/08/2018	0.43%
53	17/09/2018	0.43%
54	15/10/2018	0.40%
55	16/11/2018	0.39%
56	17/12/2018	0.37%
57	15/01/2019	0.35%
58	15/02/2019	0.36%
59	15/03/2019	0.35%
60	15/04/2019	0.33%
61	15/05/2019	0.33%
62	17/06/2019	0.31%
63	15/07/2019	0.31%
64	15/08/2019	0.29%
65	16/09/2019	0.28%
66	15/10/2019	0.27%
67	18/11/2019	0.25%
68	16/12/2019	0.25%
69	15/01/2020	0.24%
70	17/02/2020	0.24%
71	16/03/2020	0.23%
72	15/04/2020	0.11%
73	15/05/2020	0.11%



21/22



74	15/06/2020	0.10%
75	15/07/2020	0.09%
76	17/08/2020	0.09%
77	15/09/2020	0.09%
78	15/10/2020	0.09%
79	16/11/2020	0.08%
80	15/12/2020	0.07%
81	15/01/2021	0.07%
82	17/02/2021	0.07%
83	15/03/2021	0.06%
84	15/04/2021	0.05%

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

22/22

REGISTRADO SOB O NÚMERO:
01495791
1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de BH





TERMO DE RECOMPOSIÇÃO

1. Nos termos do “**CONTRATO DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITO AUTÔNOMO DE RECEBIMENTO DE CRÉDITOS E OUTRAS AVENÇAS**”, firmado em 10 de janeiro de 2014 (“Contrato de Cessão Onerosa”), e em observância à Cláusula XI, itens 11.1 e 11.1.1 ‘i’ do referido contrato, os novos Direitos de Crédito Autônomos listados no Anexo I ao presente e no CD-ROM, são cedidos, neste ato e em caráter irrevogável e irretratável, pelo **MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE** (“Cedente”), com a anuência da Secretaria Municipal de Finanças (“SMF”) e da Procuradoria Geral do Município (“PGM”), para a **PBH ATIVOS S.A.** (“Cessionária”), a título de recomposição do fluxo dos Créditos Cedidos Fiduciariamente, em decorrência de descontos concedidos aos contribuintes de acordo com a Lei 10.876 de 20 de novembro 2015, sem qualquer tipo de direito de regresso ou coobrigação do Município de Belo Horizonte, na forma estipulada no Contrato de Cessão Onerosa, do qual este termo é parte integrante.

O valor dos Direitos de Crédito Autônomos cedidos neste ato, corresponde a R\$ R\$28.592.685,41 (vinte e oito milhões quinhentos e noventa e dois mil e seiscentos e oitenta e cinco reais e quarenta e um centavos) (“Preço de Recomposição”) a partir de 25 de fevereiro de 2016.

O fluxo de pagamentos decorrentes da recomposição dos direitos de crédito autônomos cedidos encontra-se descrito no Anexo I ao presente Termo de Cessão.

2. Os Documentos Comprobatórios, referentes ao direito de recebimento do fluxo financeiro oriundo dos Direitos de Crédito Autônomos ora cedidos, encontram-se, nesta data, em poder do Município de Belo Horizonte ou de quaisquer órgãos ou entidades integrantes da administração pública direta e indireta do Município de Belo Horizonte, assim como os gestores públicos e agentes políticos investidos de poderes de representação do Município de Belo Horizonte, sendo que tais Documentos Comprobatórios e quaisquer outros documentos solicitados deverão ser fornecidos à PBH ATIVOS e/ou ao Agente Fiduciário nos termos e condições previstas no “*Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Vinculação de Receita e Outras Avenças da PBH ATIVOS S.A.*” firmado em 01 de abril de 2014, conforme aditado (“Contrato de Cessão Fiduciária”).
3. Os termos aqui indicados em letra maiúscula e não expressamente definidos neste instrumento terão os mesmos significados a eles atribuídos no Contrato de Cessão Onerosa.
4. A cessão objeto deste termo, observado o disposto no Contrato de Cessão Onerosa, é considerada existente, válida e eficaz na data de celebração deste Termo de Recomposição.



5. O Cedente e a Cessionária cedem e transferem aos Debenturistas, nesta mesma data, em caráter irrevogável e irretratável, a propriedade fiduciária, em primeiro e único grau, o domínio resolúvel e a posse indireta dos Direitos de Crédito Autônomos objeto do presente Termo de Recomposição, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições, integrando, para todos os fins de direito o conceito de Direitos de Crédito Autônomos e Créditos Cedidos Fiduciariamente, conforme o caso, referidos no Contrato de Cessão Onerosa, na Escritura da Segunda Emissão e no Contrato de Cessão Fiduciária.
6. O Município de Belo Horizonte e a Cessionária conferem-se reciprocamente a mais ampla, geral e rasa quitação relativa à cessão dos Direitos de Crédito Autônomos, sem prejuízo da manutenção de seus respectivos direitos e prerrogativas assegurados no Contrato de Cessão Onerosa e no Contrato de Cessão Fiduciária.
7. Por meio da assinatura deste Termo de Recomposição, o Cedente confirma e ratifica que todas as declarações e garantias por ele prestadas no Contrato de Cessão Onerosa são completas, corretas e verdadeiras, em todos os aspectos relevantes, na data de assinatura deste Termo de Recomposição.
8. O Cedente e a Cessionária, com a anuência da SMF e da PGM, se comprometem a celebrar o Termo de Cessão Fiduciária (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), o qual deverá ser anexado ao presente Termo de Recomposição quando de sua celebração.
9. O presente Termo de Recomposição deverá ser registrado nos termos da Cláusula XII do Contrato de Cessão Onerosa e dispensa a celebração de qualquer termo aditivo ao Contrato de Cessão Onerosa.
10. Cedente e Cessionária declaram e garantem neste ato que:
 - (a) os Créditos Tributários ou não Tributários, formalizados pelos Procedimentos Administrativos ou Judiciais, que dão origem aos novos Direitos de Crédito Autônomos são existentes, legais, legítimos, verdadeiros, certos, líquidos, exigíveis, encontram-se perfeitamente constituídos de acordo com a legislação brasileira e são oriundos dos Procedimentos Administrativos ou Judiciais, devidamente identificados sob a forma de Códigos Criptografados constantes do Anexo I ao presente e no CD-ROM a ser entregue ao Custodiante, juntamente com esse Termo de Recomposição;
 - (b) todos os Créditos Tributários ou Não Tributários que originam os novos Direitos de Crédito Autônomos são de sua exclusiva titularidade e propriedade, responsabilizando-se perante os Debenturistas e perante a Cessionária, pela existência e correta formalização dos Créditos Tributários ou Não Tributários que originam os Direitos de Crédito Autônomos, declarando, ainda, que os direitos que eles representam estão totalmente livres e desembaraçados de



- quaisquer ônus reais, restrições ou gravames de qualquer natureza, inclusive sem limitação a qualquer direito de oneração, transferência ou alienação;
- (c) todos os novos Direitos de Crédito Autônomos têm origem legal e estão amparados pelos Procedimentos Administrativos ou Judiciais;
- (d) a cessão dos novos Direitos de Crédito Autônomos não viola o art. 7º da Lei Municipal nº 7.932/99 e demais autorizações mencionadas na Cláusula II do Contrato de Cessão Onerosa;
- (e) as informações contidas no CD-ROM são corretas, completas e fidedignas em todos os seus aspectos, e, quando decodificadas na forma prevista na Cláusula XIII do Contrato de Cessão Onerosa, em estrita observância à legislação vigente, permitirão a individualização e identificação de cada Contribuinte devedor dos novos Direitos de Crédito Autônomos;
- (f) estão devidamente autorizados a celebrar este Termo de Recomposição e a cumprir com todas as obrigações nele previstas, possuindo capacidade legal e os poderes necessários para celebrar este Termo de Recomposição e todos os documentos relacionados, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) a celebração deste Termo de Recomposição e a cessão dos novos Direitos Creditórios Autônomos a título de recomposição de fluxo não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual o Cedente e a Cessionária sejam partes, nem irá resultar em:
- (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Cessionária, exceto pela Garantia (conforme definida na Escritura da Segunda Emissão), e por aqueles já existentes na presente data; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (h) a celebração deste Termo de Recomposição e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Cedente e Cessionária;
- (i) este Termo de Recomposição, e as obrigações aqui previstas constituem obrigações do Cedente e Cessionária, legais, válidas, eficazes e exigíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (j) as informações financeiras da Cessionária, em todos os seus aspectos relevantes, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Cessionária e foram devidamente elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil;
- (k) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas até a data deste Termo de Recomposição são verdadeiros, consistentes, precisos, completos, corretos e suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os



documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre as Debêntures com Garantia Real, tendo sido disponibilizadas informações sobre as operações relevantes da Cessionária, bem como sobre os direitos e obrigações relevantes delas decorrentes;

- (l) a Cessionária está cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (m) não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental, que seja de conhecimento da Cessionária, que possa vir a causar impacto adverso relevante na Cessionária e em sua condição financeira;
- (n) não têm conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (o) não há qualquer ligação entre a Cessionária e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente as suas funções; e
- (p) este Termo de Recomposição constitui uma obrigação legal, válida e vinculante da Cessionária, exequível de acordo com seus termos e condições;

II. Por meio do presente Termo de Recomposição, o Cedente e a Cessionária ratificam todas as demais garantias e declarações prestadas na forma das Cláusulas 9.1 e 10.1, respectivamente, do Contrato de Cessão Onerosa.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente termo, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos de direito, na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Belo Horizonte, 25 de fevereiro de 2016.



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

Por: Pedro Meneguetti
Cargo: Secretário Municipal de Finanças

Por: Rúsel Beltrame Rocha
Cargo: Procurador Geral do Município

Por: Ricardo Simões
Cargo: Diretor Presidente

Por: Francisco Rodrigues dos Santos
Cargo: Diretor Executivo

Intervenientes Anuentes:

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE BELO HORIZONTE

Por: Pedro Meneguetti
Cargo: Secretário Municipal de Finanças

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

Por: Rúsel Beltrame Rocha
Cargo: Procurador Geral do Município

TABELIONATO
TRIGINELLI

SERVIÇO NOTARIAL DO 3º OFÍCIO
AV. AUGUSTO DE LIMA, 385 - CEP: 30190-000 - FONE: (31) 3273-5744 - FAX: 3227-4212 - BH - MG
E-mail: cartorio@cartoriotriginelli.com.br - www.cartoriotriginelli.com.br

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) abaixo:
(BZY31050) PEDRO MENEGUETTI, (BZY31051) PEDRO MENEGUETTI, (BZY31052) RUSVEL BELTRAME ROCHA, (BZY31053) RUSVEL BELTRAME ROCHA
Belo Horizonte, 18/04/2016 16:23:12
Felipe Gomes de Moraes
E:R\$16,80 REC:R\$1,00 TF:R\$5,52 Total:R\$23,32
DIAS



TABELIONATO
TRIGINELLI

SERVIÇO NOTARIAL DO 3º OFÍCIO
AV. AUGUSTO DE LIMA, 385 - CEP: 30190-000 - FONE: (31) 3273-5744 - FAX: 3227-4212 - BH - MG
E-mail: cartorio@cartoriotriginelli.com.br - www.cartoriotriginelli.com.br

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) abaixo:
(BZY31066) RICARDO AUGUSTO SIMBES CAMPOS, (BZY31067) FRANCISCO RODRIGUES DOS SANTOS
Belo Horizonte, 18/04/2016 16:23:12
Felipe Gomes de Moraes
E:R\$8,40 REC:R\$0,50 TF:R\$2,76 Total:R\$11,66
DIAS



PAL DE BELO HORIZONTE - Gabinete da Secretaria Municipal de Finanças
Centro - CEP: 30160-919 - Belo Horizonte MG - Tel: 31 3277-4442 F
E-mail: gabsmf@pbh.gov.br



ANEXO I AO TERMO DE RECOMPOSIÇÃO

Descrição dos Direitos de Crédito Autônomos e identificados no CD- ROM

Os Direitos de Crédito Autônomos estão detalhados no CD-ROM entregues nesta data ao Custodiante. Foram cedidos Direitos de Crédito Autônomos no montante total de R\$ R\$28.592.685,41 (vinte e oito milhões quinhentos e noventa e dois mil e seiscentos e oitenta e cinco reais e quarenta e um centavos), devidos por meio de 9035 (nove mil e trinta e cinco) parcelamentos.

Informações do CD-ROM

Arquivo I - Criptografado

1	CPF / CNPJ
2	Nome do Contribuinte
3	Código Criptografado do Contribuinte

Arquivo II - Lançamentos

1	Nº do Parcelamento
2	Código dos Lançamentos Incluídos no Parcelamento
3	Descrição do Tributo

Arquivo III - Parcelamentos

1	Nº do Parcelamento
2	Data de Aprovação do Parcelamento
3	Código Criptografado
4	Endereço de Correspondência do Parcelamento
5	Quantidade Total de Parcelas
6	Quantidade de Parcelas Quitadas



7	Quantidade de Parcelas em Aberto
8	Saldo Devedor Atualizado sem Honorários

Arquivo IV - Fluxo de Recebimentos

1	Nº do Parcelamento
2	Mês / Ano
3	Valor Total da Parcela
4	Valor dos Honorários na Parcela
5	Valor da Parcela Sem Honorários (3) - (4)



**Fluxo De Recebíveis Originado Pelos Direitos De Crédito Autônomos
Cedidos**

Qt.Parcelamentos	9.035
Qt.Lançamentos	15.015
SALDO DEVEDOR ATUAL SEM HONORÁRIOS	R\$ 28.592.685,41

FLUXO RECEBIMENTO				
ANO	MÊS	SOMA PARCELA TOTAL SEM HONORÁRIO	HONORÁRIO	SOMA PARCELAS TOTAL
2016	03	1.198.390,43	26.000,34	1.224.390,77
2016	04	1.206.583,07	25.995,83	1.232.578,90
2016	05	1.213.597,68	25.977,60	1.239.575,28
2016	06	1.182.857,74	25.768,89	1.208.626,63
2016	07	1.141.688,65	25.342,56	1.167.031,21
2016	08	1.069.806,79	24.745,37	1.094.552,16
2016	09	1.029.734,69	24.382,57	1.054.117,26
2016	10	1.007.341,54	23.980,04	1.031.321,58
2016	11	986.419,79	23.376,22	1.009.796,01
2016	12	940.311,88	22.852,66	963.164,54
2017	01	914.315,61	22.125,87	936.441,48
2017	02	893.589,21	21.506,59	915.095,80
2017	03	869.988,51	20.994,65	890.983,16
2017	04	846.680,84	20.462,26	867.143,10
2017	05	806.835,22	18.460,37	825.295,59
2017	06	784.647,12	18.002,91	802.650,03
2017	07	752.263,26	17.595,99	769.859,25
2017	08	729.783,22	16.923,25	746.706,47
2017	09	704.856,23	16.402,04	721.258,27
2017	10	672.690,92	14.638,98	687.329,90
2017	11	654.185,93	14.228,24	668.414,17
2017	12	623.904,40	13.482,92	637.387,32
2018	01	595.545,71	13.072,65	608.618,36
2018	02	572.287,34	12.587,89	584.875,23
2018	03	556.019,44	12.189,71	568.209,15
2018	04	530.435,58	11.858,87	542.294,45



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

2018	05	517.641,45	11.656,49	529.297,94
2018	06	500.773,67	10.944,68	511.718,35
2018	07	484.781,09	10.470,14	495.251,23
2018	08	472.996,08	10.391,26	483.387,34
2018	09	449.885,95	9.928,79	459.814,74
2018	10	433.065,12	9.662,12	442.727,24
2018	11	420.693,16	9.463,60	430.156,76
2018	12	407.742,10	9.261,21	417.003,31
2019	01	383.214,16	8.721,18	391.935,34
2019	02	369.809,32	8.381,64	378.190,96
2019	03	361.056,91	8.317,24	369.374,15
2019	04	350.454,64	8.164,26	358.618,90
2019	05	343.440,81	7.944,48	351.385,29
2019	06	336.153,39	7.745,35	343.898,74
2019	07	304.932,56	6.285,54	311.218,10
2019	08	297.049,08	6.015,85	303.064,93
2019	09	278.099,29	5.399,36	283.498,65
2019	10	246.885,22	4.507,09	251.392,31
2019	11	229.888,98	3.857,16	233.746,14
2019	12	211.889,10	3.827,47	215.716,57
2020	01	206.477,67	3.771,30	210.248,97
2020	02	192.575,65	3.700,36	196.276,01
2020	03	183.901,81	3.699,35	187.601,16
2020	04	174.191,91	3.599,08	177.790,99
2020	05	167.923,61	3.599,08	171.522,69
2020	06	160.648,18	3.499,37	164.147,55
2020	07	150.256,17	3.265,11	153.521,28
2020	08	110.611,46	1.255,46	111.866,92
2020	09	96.312,06	1.006,09	97.318,15
2020	10	89.493,48	936,71	90.430,19
2020	11	82.734,44	929,92	83.664,36
2020	12	77.317,58	929,92	78.247,50
2021	01	71.918,63	842,91	72.761,54
2021	02	67.101,05	832,92	67.933,97
2021	03	61.419,22	751,95	62.171,17
2021	04	52.400,25	729,55	53.129,80
2021	05	47.206,76	724,78	47.931,54
2021	06	42.219,82	702,85	42.922,67



2021	07	35.014,20	675,69	35.689,89
2021	08	28.316,46	565,33	28.881,79
2021	09	17.200,15	486,92	17.687,07
2021	10	3.392,84	107,43	3.500,27
TOTAL		32.003.846,28	710.512,26	32.714.358,54

ANEXO II AO TERMO DE RECOMPOSIÇÃO
Termo de Cessão Fiduciária

1. Nos termos do “**CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS VINCULAÇÃO DE RECEITA E OUTRAS AVENÇAS DA PBH ATIVOS S.A.**”, firmado em 1º de abril de 2014 (“Contrato de Cessão Fiduciária”), e em observância à Cláusula 1, ‘b’ do referido contrato, a **PBH ATIVOS S.A (“Emissora”)** e o **MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE (“Cedente”)**, cedem e transferem aos titulares das debêntures da segunda emissão da Emissora, neste ato representados pela **PENTÁGONO S.A DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (“Agente Fiduciário”)**, com a expressa anuência da Secretaria Municipal de Finanças (“SMF”) e da Procuradoria Geral do Município (“PGM”), em caráter irrevogável e irretratável, a propriedade fiduciária, em primeiro e único grau, o domínio resolúvel e a posse indireta dos direitos de crédito autônomos cedidos pelo Município à Emissora por meio do Termo de Recomposição.
2. O presente Termo de Cessão Fiduciária integrará o Contrato de Cessão Fiduciária para todos os fins de direito, assim como os direitos de crédito autônomos cedidos fiduciariamente por meio do referido instrumento integrarão os Créditos Cedidos Fiduciariamente, conforme definidos no Contrato de Cessão Fiduciária.
3. Os termos aqui indicados em letra maiúscula e não expressamente definidos neste instrumento terão os mesmos significados a eles atribuídos no Contrato de Cessão Fiduciária.
4. A cessão fiduciária objeto deste termo, observado o disposto no Contrato de Cessão Fiduciária, é considerada existente, válida e eficaz na data de celebração deste Termo de Cessão Fiduciária.
5. Por meio da assinatura deste Termo de Cessão Fiduciária, o Cedente confirma e ratifica que todas as declarações e garantias por ele prestadas no Contrato de Cessão Fiduciária são completas, corretas e verdadeiras, em todos os aspectos relevantes, na data de assinatura deste Termo de Cessão Fiduciária.
6. O presente Termo de Cessão Fiduciária deverá ser levado a registro nos termos da Cláusula 8 do Contrato de Cessão Fiduciária e dispensa a celebração de qualquer termo aditivo ao Contrato de Cessão Fiduciária.



7. Por meio do presente Termo de Cessão Fiduciária, a Emissora e o Cedente ratificam todas as demais garantias e declarações prestadas na forma da Cláusula 5 do Contrato de Cessão Fiduciária.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente termo, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos de direito, na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Belo Horizonte, 25 de fevereiro de 2016.

MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

Por: Pedro Meneguetti

Cargo: Secretário Municipal de Finanças

Por: Rúsvel Beltrame Rocha

Cargo: Procurador Geral do Município

PBH ATIVOS S.A.

Por: Ricardo Simões

Cargo: Diretor Presidente

Por: Francisco Rodrigues dos Santos

Cargo: Diretor Executivo

Intervenientes Anuentes:

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE BELO HORIZONTE

Por: Pedro Meneguetti

Cargo: Secretário Municipal de Finanças

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

Por: Rúsvel Beltrame Rocha

Cargo: Procurador Geral do Município

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Marco Aurélio Machado Ferreira
Diretor

TABELIONATO TRIGINELLI
SERVIÇO NOTARIAL DO 3º OFÍCIO
AV. AUGUSTO DE LIMA, 385 - CEP 30190-000 - FONE: (31) 3273-5744 FAX: 3222-4212 BH - MG
E-mail: cartorio@cartoriotriginelli.com.br - www.cartoriotriginelli.com.br

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) abaixo:
(BZY31037) RICARDO AUGUSTO SIMÕES CAMPOS *****
Belo Horizonte, 18/04/2016 16:19:04 29040

Felipe Gomes de Moraes
E:R\$4,20 REC:R\$0,25 TF:R\$1,38 Total:R\$5,83
DIAS

Gilberto Triginelli
Escrevente Autorizado

Selo de Fiscalização
RECONHECIMENTO DE FIRMA
BZY 31037

TABELIONATO TRIGINELLI
SERVIÇO NOTARIAL DO 3º OFÍCIO
AV. AUGUSTO DE LIMA, 385 - CEP 30190-000 - FONE: (31) 3273-5744 FAX: 3222-4212 BH - MG
E-mail: cartorio@cartoriotriginelli.com.br - www.cartoriotriginelli.com.br

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) abaixo:
(BZY30944) RUSVEL BELTRAME ROCHA, (BZY30945) PEDRO MENEGUETTI, (BZY30946) FRANCISCO RODRIGUES DOS SANTOS *****
Belo Horizonte, 18/04/2016 15:27:58 486

Gilberto Triginelli
E:R\$12,60 REC:R\$0,75 TF:R\$4,14 Total:R\$17,49
DIAS

Selo de Fiscalização
RECONHECIMENTO DE FIRMA
BZY 30944

Selo de Fiscalização
RECONHECIMENTO DE FIRMA
BZY 30945

Selo de Fiscalização
RECONHECIMENTO DE FIRMA
BZY 30946

TABELIONATO TRIGINELLI
SERVIÇO NOTARIAL DO 3º OFÍCIO
AV. AUGUSTO DE LIMA, 385 - CEP 30190-000 - FONE: (31) 3273-5744 FAX: 3222-4212 BH - MG
E-mail: cartorio@cartoriotriginelli.com.br - www.cartoriotriginelli.com.br

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) abaixo:
(BZY30954) PEDRO MENEGUETTI, (BZY30955) RUSVEL BELTRAME ROCHA *****
Belo Horizonte, 18/04/2016 15:28:54 2004

Gilberto Triginelli
E:R\$8,40 REC:R\$0,50 TF:R\$2,76 Total:R\$11,66
DIAS

Selo de Fiscalização
RECONHECIMENTO DE FIRMA
BZY 30954

Selo de Fiscalização
RECONHECIMENTO DE FIRMA
BZY 30955

Ofício de Notas
Adilson Wagner Firmino **CARTÓRIO DE JACAREPAGUA** 048906AB557895
Estrada dos Bandeirantes, 229 - Lajes C e D - Taguara - RJ - CEP 22710-570 - Tel: (24) 246-8785

Reconheço por **AUTENTICIDADE a(s) firma(s)** de:
MARCO AURELIO MACHADO FERREIRA.....
Rio de Janeiro, 20 de abril de 2016. Conf. por.....
Em testemunho..... da verdade

CTPS 78631 S/108 RJ - ALBERTO MARQUES DOS SANTOS-ESCREVENTE
AUTORIZADO
EBNP73673-RYC Consulte em "http://www3.tjrj.jus.br/sitepublico"

Ofício de Notas
Alberto Marques dos Santos
Emolumentos: R\$ 5,00
Imposto: R\$ 1,45
Total: R\$ 6,45



TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS DE CRÉDITO AUTÔNOMOS

1- Nos termos do “CONTRATO DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITO AUTÔNOMO DE RECEBIMENTO DE CRÉDITOS E OUTRAS AVENÇAS”, firmado em 10 de janeiro de 2014 (“Contrato de Cessão Onerosa”), e em observância da Cláusula XI, item 11.1 e 11.1.1 do referido contrato, os Direitos de Crédito Autônomos listados nos 2 (dois) CD-ROM são cedidos, neste ato e em caráter irrevogável e irretratável, pelo **MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE** (“Cedente”), com anuência da Secretaria Municipal de Finanças (“SMF”) e da Procuradoria Geral do Município (“PGM”), para a **PBH ATIVOS S.A** (“Cessionária”), a título de recomposição do fluxo, em decorrência dos descontos, em valor total apurado pelo Município, concedidos aos contribuintes através do programa de incentivo denominado “EM DIA COM A CIDADE”, estabelecido na Lei Municipal nº 10.752/14, de 15/09/2014, sem qualquer tipo de direito de regresso ou coobrigação do Município de Belo Horizonte, na forma estipulada no Contrato de Cessão Onerosa, do qual este termo é parte integrante.

2- O valor da reposição dos Direitos de Crédito Autônomos, correspondente a R\$ 60.654.675,45 (sessenta milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e setenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos), cedido pelo Município de Belo Horizonte à Cessionária, foi realizado nas seguintes condições:

- O valor de R\$ 56.443.960,54 (cinquenta e seis milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, novecentos e sessenta reais e cinquenta e quatro centavos), a partir do dia 15 de abril de 2015;
- O valor complementar de R\$ 4.210.714,91 (quatro milhões, duzentos e dez mil, setecentos e quatorze reais e noventa e um centavos), a partir do dia 8 de maio de 2015, perfazendo o total recomposto.

3- O fluxo de pagamentos decorrentes da recomposição dos Direitos de Crédito Autônomos cedidos encontra-se descrito nos Anexos I e II ao presente Termo de Cessão.

4- Os Documentos Comprobatórios, referentes ao direito de recebimento do fluxo financeiro oriundo dos direitos de crédito autônomos ora cedidos, encontram-se, nesta data, em poder do Município de Belo Horizonte, ou de quaisquer órgãos ou entidades integrantes da administração pública direta e indireta do Município de Belo Horizonte, assim como os gestores públicos e agentes políticos investidos de poderes de representação do Município de Belo Horizonte, sendo que tais documentos comprobatórios deverão ser fornecidos à PBH ATIVOS e/ou Agente Fiduciário nos termos e condições previstos no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito Autônomos, Vinculação de Receita e Outras Avenças da PBH ATIVOS S.A. firmado em 1º de abril de 2014 (“Contrato de Cessão Fiduciária”).





**PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE**


- 5- Os termos aqui indicados em letra maiúscula e não expressamente definidos neste instrumento terão os mesmos significados a eles atribuídos no Contrato de Cessão Onerosa.
- 6- A cessão objeto deste termo, observado o disposto no Contrato de Cessão Onerosa, é considerada existente, válida e eficaz na data de celebração deste Termo de Cessão.
- 7- Com a assinatura deste Termo, o Município de Belo Horizonte e a Cessionária conferem-se reciprocamente a mais ampla, geral e rasa quitação relativa à Cessão Onerosa e no Contrato de Cessão Fiduciária, pelos valores aqui constantes.

Belo Horizonte, 18 de maio de 2015.

MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE


Por: Marcelo Piancastelli de Siqueira
Cargo: Secretário Municipal de Finanças


Por: Rúsvell Beltrame Rocha
Cargo: Procurador Geral do Município


Por: Ricardo Simões
Cargo: Diretor Presidente



Por: Francisco Rodrigues dos Santos
Cargo: Diretor Executivo

Intervenientes Anuentes:

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DE BELO HORIZONTE


Por: Marcelo Piancastelli de Siqueira
Cargo: Secretário Municipal de Finanças

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE


Por: Rúsvell Beltrame Rocha
Cargo: Procurador Geral do Município



ANEXO I

Descrição dos Direitos de Crédito Autônomos e identificados no CD-ROM

Os Direitos de Crédito Autônomos estão detalhados nos 2 (dois) CD-ROM entregues nesta data ao Custodiante. Foram cedidos Direitos de Crédito Autônomos no montante total de R\$ 60.654.675,45 (sessenta milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e setenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos).

Informações dos CD-ROM

Arquivo I - Criptografado

1	CPF / CNPJ
2	Nome do Contribuinte
3	Código Criptografado do Contribuinte

Arquivo II - Lançamentos

1	Nº do Parcelamento
2	Código dos Lançamentos Incluídos no Parcelamento
3	Descrição do Tributo

Arquivo III - Parcelamentos

1	Nº do Parcelamento
2	Data de Aprovação do Parcelamento
3	Código Criptografado
4	Endereço de Correspondência do Parcelamento
5	Quantidade Total de Parcelas
6	Quantidade de Parcelas Quitadas
7	Quantidade de Parcelas em Aberto
8	Saldo Devedor Atualizado sem Honorários

Arquivo IV - Fluxo de Recebimentos

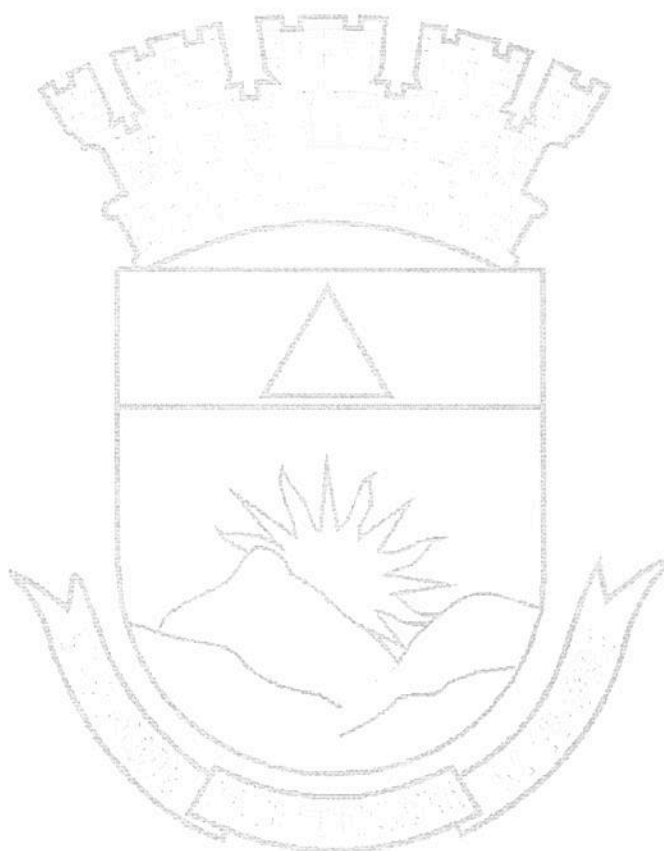
1	Nº do Parcelamento
2	Mês / Ano
3	Valor Total da Parcela
4	Valor dos Honorários na Parcela
5	Valor da Parcela Sem Honorários (3) - (4)



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

ANEXO II

Fluxo de recebíveis originado pelos Direitos de Crédito Autônomos cedidos



FLUXO RECEBIMENTO DE PARCELAMENTOS SELECIONADOS - RECOMPOSIÇÃO DE 15/04/2015

mes/ano	Quant.	Valor Parcela	Vr. Juros Atual	Vr. Juros Futuro	Vr. Fluxo Juros	Vr. Fluxo Mensal	Vr. Fluxo Acum.	Vr. Honorário
abr/15	7.819	1.433.131,10	35.487,69	-	35.487,69	1.468.618,79	1.468.618,79	73.700,66
mai/15	7.819	1.433.131,10	35.487,69	10.497,83	45.985,52	1.479.116,62	2.947.735,41	73.700,66
jun/15	7.819	1.433.131,10	35.487,69	20.574,11	56.061,80	1.489.192,90	4.436.928,31	73.700,66
jul/15	7.819	1.433.131,10	35.487,69	30.650,39	66.138,08	1.499.269,18	5.936.197,49	73.700,66
ago/15	7.818	1.433.042,00	35.484,77	40.750,46	76.235,23	1.509.277,23	7.445.474,72	73.700,66
set/15	7.816	1.432.985,34	35.483,76	50.841,03	86.324,79	1.519.310,13	8.964.784,85	73.700,66
out/15	7.814	1.432.972,20	35.483,54	60.885,24	96.368,77	1.529.340,97	10.494.125,82	73.700,66
nov/15	7.813	1.432.954,65	35.483,24	70.956,40	106.439,65	1.539.394,30	12.033.520,12	73.700,66
dez/15	7.810	1.432.685,69	35.476,51	81.142,72	116.619,23	1.549.304,92	13.582.825,04	73.700,66
jan/16	7.742	1.410.167,87	35.067,60	91.583,65	126.651,25	1.536.819,12	15.119.644,16	72.355,67
fev/16	7.549	1.356.482,78	34.107,56	98.667,94	132.775,50	1.489.258,28	16.608.902,44	69.445,99
mar/16	7.193	1.296.551,51	32.976,15	100.477,53	133.453,68	1.430.005,19	18.038.907,63	67.435,33
abr/16	7.096	1.285.306,51	32.634,30	109.906,84	142.541,14	1.427.847,65	19.466.755,28	67.111,00
mai/16	6.981	1.272.673,26	32.206,96	116.066,70	148.273,67	1.420.946,93	20.887.702,21	66.651,69
jun/16	6.823	1.246.674,35	31.482,87	122.726,66	154.209,53	1.400.883,88	22.288.586,09	65.209,83
jul/16	6.651	1.223.743,46	30.727,34	131.151,01	161.878,35	1.385.621,81	23.674.207,90	64.251,93
ago/16	6.469	1.208.031,66	30.248,53	135.538,62	165.787,15	1.373.818,81	25.048.026,71	63.447,29
set/16	6.287	1.185.452,50	29.515,04	142.791,29	172.306,34	1.357.758,84	26.405.785,55	62.659,61
out/16	6.003	1.120.747,15	27.149,87	150.475,37	177.625,24	1.298.372,39	27.704.157,94	58.527,12
nov/16	5.625	1.029.443,33	23.951,32	140.164,23	164.115,55	1.193.558,88	28.897.716,82	53.035,98
dez/16	5.297	956.951,26	21.786,02	138.259,10	160.045,11	1.116.996,37	30.014.713,19	49.882,53
jan/17	4.951	897.257,14	20.440,96	133.488,25	153.929,21	1.051.186,35	31.065.899,54	46.553,84
fev/17	4.683	853.378,55	19.655,55	127.284,43	146.939,98	1.000.318,53	32.066.218,07	44.741,42
mar/17	4.509	808.359,43	18.804,49	122.730,40	141.534,89	949.894,32	33.016.112,39	42.305,14
abr/17	4.432	797.015,31	18.449,09	127.637,05	146.086,13	943.101,44	33.959.213,83	41.655,05
mai/17	4.337	788.907,54	18.227,00	131.245,28	149.472,28	938.379,82	34.897.593,65	41.213,03
jun/17	4.227	776.356,82	17.859,98	132.253,76	150.113,74	926.470,56	35.824.064,21	40.262,52
jul/17	4.109	768.611,65	17.655,89	135.189,42	152.845,30	921.456,95	36.745.521,16	39.968,38
ago/17	4.026	757.563,54	17.357,91	143.972,06	161.329,97	918.893,51	37.664.414,67	39.713,62
set/17	3.903	746.899,40	17.052,69	143.207,00	160.259,69	907.159,09	38.571.573,76	39.007,82
out/17	3.750	717.115,20	16.090,05	145.706,10	161.796,15	878.911,35	39.450.485,11	37.366,50
nov/17	3.584	617.112,17	13.648,90	131.216,08	144.864,98	761.977,15	40.212.462,26	35.230,18
dez/17	3.401	587.842,86	12.854,83	126.195,21	139.050,04	726.892,90	40.939.355,16	33.291,74
jan/18	3.251	566.071,93	12.407,85	125.552,91	137.960,76	704.032,69	41.643.387,85	32.287,70
fev/18	3.107	535.996,75	11.929,44	118.491,29	130.420,74	666.417,49	42.309.805,34	30.986,65
mar/18	2.976	510.286,85	11.494,00	115.407,47	126.901,47	637.188,32	42.946.993,66	29.632,20
abr/18	2.923	506.338,62	11.394,39	117.701,03	129.095,42	635.434,04	43.582.427,70	29.477,41
mai/18	2.861	488.687,52	11.119,74	134.025,43	145.145,17	633.832,69	44.216.260,39	29.328,31
jun/18	2.784	485.358,36	11.055,47	118.181,05	129.236,52	614.594,88	44.830.855,27	29.201,21
jul/18	2.726	481.336,27	10.980,29	120.054,30	131.034,59	612.370,86	45.443.226,13	29.007,02
ago/18	2.673	477.794,50	10.897,13	122.735,46	133.632,59	611.427,09	46.054.653,22	28.900,47
set/18	2.619	474.567,36	10.809,06	124.929,72	135.738,78	610.306,14	46.664.959,36	28.740,26
out/18	2.551	468.845,27	10.638,01	125.743,44	136.381,45	605.226,72	47.270.186,08	28.407,93
nov/18	2.464	462.791,36	10.485,50	126.893,93	137.379,43	600.170,79	47.870.356,87	28.197,57
dez/18	2.382	453.822,88	10.254,38	130.329,52	140.583,90	594.406,78	48.464.763,65	27.865,24
jan/19	2.289	445.865,68	10.044,83	127.789,91	137.834,74	583.700,42	49.048.464,07	27.417,27
fev/19	2.225	440.800,42	9.913,73	128.374,61	138.288,34	579.088,76	49.627.552,83	27.145,40
mar/19	2.148	433.737,81	9.770,15	129.077,48	138.847,63	572.585,44	50.200.138,27	26.742,66
abr/19	2.073	429.682,91	9.687,08	130.179,62	139.866,70	569.549,61	50.769.687,88	26.633,92
mai/19	2.030	425.367,24	9.583,62	134.010,03	143.593,65	568.960,89	51.338.648,77	26.561,38
jun/19	1.990	423.580,87	9.538,50	133.442,24	142.980,73	566.561,60	51.905.210,37	26.295,29
jul/19	1.934	420.334,99	9.456,33	135.379,58	144.835,91	565.170,90	52.470.381,27	26.207,81
ago/19	1.894	418.382,22	9.417,95	137.008,73	146.426,68	564.808,90	53.035.190,17	26.113,41
set/19	1.847	412.594,56	9.327,16	137.631,86	146.959,02	559.553,58	53.594.743,75	26.071,08
out/19	1.783	408.777,00	9.210,77	138.793,13	148.003,90	556.780,90	54.151.524,65	25.949,82
nov/19	1.716	399.824,08	8.928,20	138.897,19	147.825,39	547.649,47	54.699.174,12	25.414,12
dez/19	1.624	381.266,42	8.422,04	138.511,53	146.933,57	528.199,99	55.227.374,11	24.640,90
jan/20	1.539	370.385,85	8.179,11	133.754,75	141.933,87	512.319,72	55.739.693,83	24.003,26
fev/20	1.457	359.998,74	7.991,68	131.787,79	139.779,47	499.778,21	56.239.472,04	23.474,24
mar/20	1.387	349.404,31	7.838,56	130.219,47	138.058,03	487.462,34	56.726.934,38	23.253,30
abr/20	1.354	346.833,35	7.784,78	129.453,00	137.237,78	484.071,13	57.211.005,51	23.035,47
mai/20	1.312	345.103,55	7.747,23	131.187,52	138.934,75	484.038,30	57.695.043,81	22.996,37
jun/20	1.274	343.620,18	7.712,60	132.042,67	139.755,27	483.375,45	58.178.419,26	22.922,17
jul/20	1.242	342.169,81	7.681,29	133.708,64	141.389,93	483.559,74	58.661.979,00	22.881,96
ago/20	1.209	340.604,78	7.646,48	135.844,78	143.491,25	484.096,03	59.146.075,03	22.855,57
set/20	1.160	338.129,43	7.580,76	136.379,37	143.960,13	482.089,56	59.628.164,59	22.773,37
out/20	1.124	335.887,72	7.524,96	137.173,77	144.698,73	480.586,45	60.108.751,04	22.636,01

FLUXO RECEBIMENTO DE PARCELAMENTOS SELECIONADOS - RECOMPOSIÇÃO DE 15/04/2015

mes/ano	Quant.	Valor Parcela	Vr. Juros Atual	Vr. Juros Futuro	Vr. Fluxo Juros	Vr. Fluxo Mensal	Vr. Fluxo Acum.	Vr. Honorário
nov/20	1.082	331.805,83	7.445,35	137.590,63	145.035,98	476.841,81	60.585.592,85	22.509,90
dez/20	1.044	325.647,61	7.334,34	138.475,72	145.810,06	471.457,67	61.057.050,52	22.371,29
jan/21	990	322.585,60	7.259,20	137.682,68	144.941,87	467.527,47	61.524.577,99	22.186,67
fev/21	934	320.173,82	7.218,97	138.787,46	146.006,44	466.180,26	61.990.758,25	22.102,08
mar/21	889	317.455,53	7.171,95	139.435,19	146.607,13	464.062,66	62.454.820,91	21.994,02
abr/21	846	315.662,78	7.133,48	140.451,48	147.584,96	463.247,74	62.918.068,65	21.982,47
mai/21	806	314.552,33	7.107,60	141.119,06	148.226,67	462.779,00	63.380.847,65	21.931,77
jun/21	759	309.889,39	6.972,98	141.363,36	148.336,34	458.225,73	63.839.073,38	21.629,13
jul/21	701	299.976,04	6.657,17	138.906,26	145.563,43	445.539,47	64.284.612,85	20.910,81
ago/21	651	296.617,25	6.579,22	138.697,46	145.276,69	441.893,94	64.726.506,79	20.730,05
set/21	579	285.497,45	6.156,38	137.661,44	143.817,82	429.315,27	65.155.822,06	20.072,39
out/21	314	203.408,07	3.410,52	113.112,77	116.523,29	319.931,36	65.475.753,42	14.656,99
nov/21	177	162.347,14	2.220,26	81.776,14	83.996,40	246.343,54	65.722.096,96	11.636,52
dez/21	122	132.674,86	1.590,23	67.128,09	68.718,32	201.393,18	65.923.490,14	10.110,34
jan/22	66	108.624,91	1.240,82	14.830,51	16.071,33	124.696,24	66.048.186,38	6.294,04
fev/22	36	66.953,28	764,48	9.565,06	10.329,54	77.282,82	66.125.469,20	3.993,10
TOTAL		55.143.931,03	1.300.029,51	9.681.508,66	10.981.538,17	66.125.469,20		3.087.797,47

Observações

1) Nº de Parcelamentos da Recomposição de 15/04/2015: **7.819**
 2) Saldo Devedor em 23/04/2015 **56.443.960,54**

3) Critérios para projeção do fluxo de recebimentos:

- > Considerado o pagamento de 01 parcela por mês
 - > Não foi aplicada a correção monetária pelo IPCA-E à partir de 2016
- 4) Saldo sobre o valor atualizado da parcela

FLUXO RECEBIMENTO DE PARCELAMENTOS SELECIONADOS - RECOMPOSIÇÃO DE 08/05/2015

mes/ano	Quant.	Valor Parcela	Vr. Juros Atual	Vr. Juros Futuro	Vr. Fluxo Juros	Vr. Fluxo Mensal	Vr. Fluxo Acum.	Vr. Honorário
abr/15	-	-	-	-	-	-	-	-
mai/15	410	51.966,43	1.757,63	-	1.757,63	53.724,06	53.724,06	-
jun/15	410	51.966,43	1.757,63	343,09	2.100,72	54.067,15	107.791,21	-
jul/15	410	51.966,43	1.757,63	686,62	2.444,25	54.410,68	162.201,89	-
ago/15	410	51.966,43	1.757,63	1.029,85	2.787,48	54.753,91	216.955,80	-
set/15	410	51.966,43	1.757,63	1.373,32	3.130,95	55.097,38	272.053,18	-
out/15	410	51.966,43	1.757,63	1.716,70	3.474,33	55.440,76	327.493,94	-
nov/15	410	51.966,43	1.757,63	2.059,98	3.817,61	55.784,04	383.277,98	-
dez/15	410	51.966,43	1.757,63	2.403,30	4.160,93	56.127,36	439.405,34	-
jan/16	410	51.966,43	1.757,63	2.746,66	4.504,29	56.470,72	495.876,06	-
fev/16	410	51.966,43	1.757,63	3.089,94	4.847,57	56.814,00	552.690,06	-
mar/16	410	51.966,43	1.757,63	3.433,21	5.190,84	57.157,27	609.847,33	-
abr/16	410	51.966,43	1.757,63	3.776,56	5.534,19	57.500,62	667.347,95	-
mai/16	410	51.966,43	1.757,63	4.119,97	5.877,60	57.844,03	725.191,98	-
jun/16	410	51.966,43	1.757,63	4.463,23	6.220,86	58.187,29	783.379,27	-
jul/16	410	51.966,43	1.757,63	4.806,68	6.564,31	58.530,74	841.910,01	-
ago/16	410	51.966,43	1.757,63	5.149,96	6.907,59	58.874,02	900.784,03	-
set/16	410	51.966,43	1.757,63	5.493,29	7.250,92	59.217,35	960.001,38	-
out/16	410	51.966,43	1.757,63	5.836,62	7.594,25	59.560,68	1.019.562,06	-
nov/16	410	51.966,43	1.757,63	6.180,03	7.937,66	59.904,09	1.079.466,15	-
dez/16	410	51.966,43	1.757,63	6.523,41	8.281,04	60.247,47	1.139.713,62	-
jan/17	410	51.966,43	1.757,63	6.866,79	8.624,42	60.590,85	1.200.304,47	-
fev/17	410	51.966,43	1.757,63	7.210,03	8.967,66	60.934,09	1.261.238,56	-
mar/17	410	51.966,43	1.757,63	7.553,53	9.311,16	61.277,59	1.322.516,15	-
abr/17	410	51.966,43	1.757,63	7.896,70	9.654,33	61.620,76	1.384.136,91	-
mai/17	410	51.966,43	1.757,63	8.240,29	9.997,92	61.964,35	1.446.101,26	-
jun/17	410	51.966,43	1.757,63	8.583,40	10.341,03	62.307,46	1.508.408,72	-
jul/17	410	51.966,43	1.757,63	8.926,81	10.684,44	62.650,87	1.571.059,59	-
ago/17	410	51.966,43	1.757,63	9.270,10	11.027,73	62.994,16	1.634.053,75	-
set/17	410	51.966,43	1.757,63	9.613,44	11.371,07	63.337,50	1.697.391,25	-
out/17	410	51.966,43	1.757,63	9.956,85	11.714,48	63.680,91	1.761.072,16	-
nov/17	410	51.966,43	1.757,63	10.300,01	12.057,64	64.024,07	1.825.096,23	-
dez/17	410	51.966,43	1.757,63	10.643,50	12.401,13	64.367,56	1.889.463,79	-
jan/18	410	51.966,43	1.757,63	10.986,75	12.744,38	64.710,81	1.954.174,60	-
fev/18	410	51.966,43	1.757,63	11.330,09	13.087,72	65.054,15	2.019.228,75	-
mar/18	410	51.966,43	1.757,63	11.673,52	13.431,15	65.397,58	2.084.626,33	-
abr/18	410	51.966,43	1.757,63	12.016,75	13.774,38	65.740,81	2.150.367,14	-
mai/18	410	51.966,43	1.757,63	12.360,05	14.117,68	66.084,11	2.216.451,25	-
jun/18	410	51.966,43	1.757,63	12.703,51	14.461,14	66.427,57	2.282.878,82	-
jul/18	410	51.966,43	1.757,63	13.046,91	14.804,54	66.770,97	2.349.649,79	-
ago/18	410	51.966,43	1.757,63	13.390,15	15.147,78	67.114,21	2.416.764,00	-
set/18	410	51.966,43	1.757,63	13.733,58	15.491,21	67.457,64	2.484.221,64	-
out/18	410	51.966,43	1.757,63	14.076,89	15.834,52	67.800,95	2.552.022,59	-
nov/18	410	51.966,43	1.757,63	14.420,14	16.177,77	68.144,20	2.620.166,79	-
dez/18	410	51.966,43	1.757,63	14.763,59	16.521,22	68.487,65	2.688.654,44	-
jan/19	410	51.966,43	1.757,63	15.107,17	16.864,80	68.831,23	2.757.485,67	-
fev/19	410	51.966,43	1.757,63	15.450,36	17.207,99	69.174,42	2.826.660,09	-
mar/19	410	51.966,43	1.757,63	15.793,70	17.551,33	69.517,76	2.896.177,85	-
abr/19	410	51.966,43	1.757,63	16.137,07	17.894,70	69.861,13	2.966.038,98	-
mai/19	410	51.966,43	1.757,63	16.480,25	18.237,88	70.204,31	3.036.243,29	-
jun/19	410	51.966,43	1.757,63	16.823,68	18.581,31	70.547,74	3.106.791,03	-
jul/19	410	51.966,43	1.757,63	17.167,01	18.924,64	70.891,07	3.177.682,10	-
ago/19	410	51.966,43	1.757,63	17.510,15	19.267,78	71.234,21	3.248.916,31	-
set/19	410	51.966,43	1.757,63	17.853,59	19.611,22	71.577,65	3.320.493,96	-
out/19	410	51.966,43	1.757,63	18.196,89	19.954,52	71.920,95	3.392.414,91	-
nov/19	410	51.966,43	1.757,63	18.540,27	20.297,90	72.264,33	3.464.679,24	-
dez/19	410	51.966,43	1.757,63	18.883,70	20.641,33	72.607,76	3.537.287,00	-
jan/20	410	51.966,43	1.757,63	19.227,02	20.984,65	72.951,08	3.610.238,08	-
fev/20	410	51.966,43	1.757,63	19.570,30	21.327,93	73.294,36	3.683.532,44	-
mar/20	410	51.966,43	1.757,63	19.913,64	21.671,27	73.637,70	3.757.170,14	-
abr/20	410	51.966,43	1.757,63	20.256,91	22.014,54	73.980,97	3.831.151,11	-
mai/20	410	51.966,43	1.757,63	20.600,29	22.357,92	74.324,35	3.905.475,46	-
jun/20	408	51.953,39	1.757,18	20.937,55	22.694,73	74.648,12	3.980.123,58	-
jul/20	406	51.886,25	1.755,22	21.251,38	23.006,60	74.892,85	4.055.016,43	-
ago/20	406	51.822,42	1.753,66	21.569,53	23.323,19	75.145,61	4.130.162,04	-
set/20	405	51.816,31	1.753,42	21.909,54	23.662,96	75.479,27	4.205.641,31	-
out/20	403	51.684,99	1.748,50	22.195,12	23.943,62	75.628,61	4.281.269,92	-

FLUXO RECEBIMENTO DE PARCELAMENTOS SELECIONADOS - RECOMPOSIÇÃO DE 08/05/2015

mes/ano	Quant.	Valor Parcela	Vr. Juros Atual	Vr. Juros Futuro	Vr. Fluxo Juros	Vr. Fluxo Mensal	Vr. Fluxo Acum.	Vr. Honorário
nov/20	402	51.617,01	1.745,94	22.501,67	24.247,61	75.864,62	4.357.134,54	-
dez/20	398	51.553,25	1.744,44	22.810,88	24.555,32	76.108,57	4.433.243,11	-
jan/21	395	51.458,17	1.741,58	23.105,64	24.847,22	76.305,39	4.509.548,50	-
fev/21	395	51.437,75	1.740,85	23.435,87	25.176,72	76.614,47	4.586.162,97	-
mar/21	394	51.425,43	1.740,46	23.768,71	25.509,17	76.934,60	4.663.097,57	-
abr/21	393	51.415,69	1.740,16	24.102,83	25.842,99	77.258,68	4.740.356,25	-
mai/21	391	51.345,34	1.737,69	24.403,32	26.141,01	77.486,35	4.817.842,60	-
jun/21	389	51.312,53	1.736,97	24.724,78	26.461,75	77.774,28	4.895.616,88	-
jul/21	386	51.248,69	1.735,52	25.028,94	26.764,46	78.013,15	4.973.630,03	-
ago/21	383	51.138,53	1.732,88	25.306,71	27.039,59	78.178,12	5.051.808,15	-
set/21	380	50.986,96	1.730,05	25.573,46	27.303,51	78.290,47	5.130.098,62	-
out/21	369	50.188,41	1.707,16	25.933,09	27.640,25	77.828,66	5.207.927,28	-
nov/21	278	20.411,70	826,77	21.008,00	21.834,77	42.246,47	5.250.173,75	-
dez/21	90	5.915,54	146,16	3.056,75	3.202,91	9.118,45	5.259.292,20	-
jan/22	40	2.297,52	56,77	1.187,20	1.243,97	3.541,49	5.262.833,69	-
fev/22	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL		4.072.868,11	137.846,81	1.052.118,78	1.189.965,58	5.262.833,69		-

Observações

- 1) Nº de Parcelamentos da Recomposição de 08/05/2015: **410**
- Saldo Devedor em 08/05/2015 **4.210.714,91**
- Critérios para projeção do fluxo de recebimentos:
- > Considerado o pagamento de 01 parcela por mês
 - > Não foi aplicada a correção monetária pelo IPCA-E à partir de 2016
 - > Aplicado juros de 1% ao mês sobre o valor atualizado da parcela

FLUXO RECEBIMENTO DE PARCELAMENTOS SELECIONADOS - RECOMPOSIÇÃO TOTAL

mes/ano	Quant.	Valor Parcela	Vr. Juros Atual	Vr. Juros Futuro	Vr. Fluxo Juros	Vr. Fluxo Mensal	Vr. Fluxo Acum.	Vr. Honorário
abr/15	7.819	1.433.131,10	35.487,69	-	35.487,69	1.468.618,79	1.468.618,79	73.700,66
mai/15	8.229	1.485.097,53	37.245,32	10.497,83	47.743,15	1.532.840,68	3.001.459,47	73.700,66
jun/15	8.229	1.485.097,53	37.245,32	20.917,20	58.162,52	1.543.260,05	4.544.719,52	73.700,66
jul/15	8.229	1.485.097,53	37.245,32	31.337,01	68.582,33	1.553.679,86	6.098.399,38	73.700,66
ago/15	8.228	1.485.008,43	37.242,40	41.780,31	79.022,71	1.564.031,14	7.662.430,52	73.700,66
set/15	8.226	1.484.951,77	37.241,39	52.214,35	89.455,74	1.574.407,51	9.236.838,03	73.700,66
out/15	8.224	1.484.938,63	37.241,17	62.601,94	99.843,10	1.584.781,73	10.821.619,76	73.700,66
nov/15	8.223	1.484.921,08	37.240,87	73.016,38	110.257,26	1.595.178,34	12.416.798,10	73.700,66
dez/15	8.220	1.484.652,12	37.234,14	83.546,02	120.780,16	1.605.432,28	14.022.230,38	73.700,66
jan/16	8.152	1.462.134,30	36.825,23	94.330,31	131.155,54	1.593.289,84	15.615.520,22	72.355,67
fev/16	7.959	1.408.449,21	35.865,19	101.757,88	137.623,07	1.546.072,28	17.161.592,50	69.445,99
mar/16	7.603	1.348.517,94	34.733,78	103.910,74	138.644,52	1.487.162,46	18.648.754,96	67.435,33
abr/16	7.506	1.337.272,94	34.391,93	113.683,40	148.075,33	1.485.348,27	20.134.103,23	67.111,00
mai/16	7.391	1.324.639,69	33.964,59	120.186,67	154.151,27	1.478.790,96	21.612.894,19	66.651,69
jun/16	7.233	1.298.640,78	33.240,50	127.189,89	160.430,39	1.459.071,17	23.071.965,36	65.209,83
jul/16	7.061	1.275.709,89	32.484,97	135.957,69	168.442,66	1.444.152,55	24.516.117,91	64.251,93
ago/16	6.879	1.259.998,09	32.006,16	140.688,58	172.694,74	1.432.692,83	25.948.810,74	63.447,29
set/16	6.697	1.237.418,93	31.272,67	148.284,58	179.557,26	1.416.976,19	27.365.786,93	62.659,61
out/16	6.413	1.172.713,58	28.907,50	156.311,99	185.219,49	1.357.933,07	28.723.720,00	58.527,12
nov/16	6.035	1.081.409,76	25.708,95	146.344,26	172.053,21	1.253.462,97	29.977.182,97	53.035,98
dez/16	5.707	1.008.917,69	23.543,65	144.782,51	168.326,15	1.177.243,84	31.154.426,81	49.882,53
jan/17	5.361	949.223,57	22.198,59	140.355,04	162.553,63	1.111.777,20	32.266.204,01	46.553,84
fev/17	5.093	905.344,98	21.413,18	134.494,46	155.907,64	1.061.252,62	33.327.456,63	44.741,42
mar/17	4.919	860.325,86	20.562,12	130.283,93	150.846,05	1.011.171,91	34.338.628,54	42.305,14
abr/17	4.842	848.981,74	20.206,72	135.533,75	155.740,46	1.004.722,20	35.343.350,74	41.655,05
mai/17	4.747	840.873,97	19.984,63	139.485,57	159.470,20	1.000.344,17	36.343.694,91	41.213,03
jun/17	4.637	828.323,25	19.617,61	140.837,16	160.454,77	988.778,02	37.332.472,93	40.262,52
jul/17	4.519	820.578,08	19.413,52	144.116,23	163.529,74	984.107,82	38.316.580,75	39.968,38
ago/17	4.436	809.529,97	19.115,54	153.242,16	172.357,70	981.887,67	39.298.468,42	39.713,62
set/17	4.313	798.865,83	18.810,32	152.820,44	171.630,76	970.496,59	40.268.965,01	39.007,82
out/17	4.160	769.081,63	17.847,68	155.662,95	173.510,63	942.592,26	41.211.557,27	37.366,50
nov/17	3.994	669.078,60	15.406,53	141.516,09	156.922,62	826.001,22	42.037.558,49	35.230,18
dez/17	3.811	639.809,29	14.612,46	136.838,71	151.451,17	791.260,46	42.828.818,95	33.291,74
jan/18	3.661	618.038,36	14.165,48	136.539,66	150.705,14	768.743,50	43.597.562,45	32.287,70
fev/18	3.517	587.963,18	13.687,07	129.821,38	143.508,46	731.471,64	44.329.034,09	30.986,65
mar/18	3.386	562.253,28	13.251,63	127.080,99	140.332,62	702.585,90	45.031.619,99	29.632,20
abr/18	3.333	558.305,05	13.152,02	129.717,78	142.869,80	701.174,85	45.732.794,84	29.477,41
mai/18	3.271	540.653,95	12.877,37	146.385,48	159.262,85	699.916,80	46.432.711,64	29.328,31
jun/18	3.194	537.324,79	12.813,10	130.884,56	143.697,66	681.022,45	47.113.734,09	29.201,21
jul/18	3.136	533.302,70	12.737,92	133.101,21	145.839,13	679.141,83	47.792.875,92	29.007,02
ago/18	3.083	529.760,93	12.654,76	136.125,61	148.780,37	678.541,30	48.471.417,22	28.900,47
set/18	3.029	526.533,79	12.566,69	138.663,30	151.229,99	677.763,78	49.149.181,00	28.740,26
out/18	2.961	520.811,70	12.395,64	139.820,33	152.215,97	673.027,67	49.822.208,67	28.407,93
nov/18	2.874	514.757,79	12.243,13	141.314,07	153.557,20	668.314,99	50.490.523,66	28.197,57
dez/18	2.792	505.789,31	12.012,01	145.093,11	157.105,12	662.894,43	51.153.418,09	27.865,24
jan/19	2.699	497.832,11	11.802,46	142.897,08	154.699,54	652.531,65	51.805.949,74	27.417,27
fev/19	2.635	492.766,85	11.671,36	143.824,97	155.496,33	648.263,18	52.454.212,92	27.145,40
mar/19	2.558	485.704,24	11.527,78	144.871,18	156.398,96	642.103,20	53.096.316,12	26.742,66
abr/19	2.483	481.649,34	11.444,71	146.316,69	157.761,40	639.410,74	53.735.726,86	26.633,92
mai/19	2.440	477.333,67	11.341,25	150.490,28	161.831,53	639.165,20	54.374.892,06	26.561,38
jun/19	2.400	475.547,30	11.296,13	150.265,92	161.562,04	637.109,34	55.012.001,40	26.295,29
jul/19	2.344	472.301,42	11.213,96	152.546,59	163.760,55	636.061,97	55.648.063,37	26.207,81
ago/19	2.304	470.348,65	11.175,58	154.518,88	165.694,46	636.043,11	56.284.106,48	26.113,41
set/19	2.257	464.560,99	11.084,79	155.485,45	166.570,24	631.131,23	56.915.237,71	26.071,08
out/19	2.193	460.743,43	10.968,40	156.990,02	167.958,42	628.701,85	57.543.939,56	25.949,82
nov/19	2.126	451.790,51	10.685,83	157.437,46	168.123,29	619.913,80	58.163.853,36	25.414,12
dez/19	2.034	433.232,85	10.179,67	157.395,23	167.574,90	600.807,75	58.764.661,11	24.640,90
jan/20	1.949	422.352,28	9.936,74	152.981,77	162.918,52	585.270,80	59.349.931,91	24.003,26
fev/20	1.867	411.965,17	9.749,31	151.358,09	161.107,40	573.072,57	59.923.004,48	23.474,24
mar/20	1.797	401.370,74	9.596,19	150.133,11	159.729,30	561.100,04	60.484.104,52	23.253,30
abr/20	1.764	398.799,78	9.542,41	149.709,91	159.252,32	558.052,10	61.042.156,62	23.035,47
mai/20	1.722	397.069,98	9.504,86	151.787,81	161.292,67	558.362,65	61.600.519,27	22.996,37
jun/20	1.682	395.573,57	9.469,78	152.980,22	162.450,00	558.023,57	62.158.542,84	22.922,17
jul/20	1.648	394.056,06	9.436,51	154.960,02	164.396,53	558.452,59	62.716.995,43	22.881,96
ago/20	1.615	392.427,20	9.400,14	157.414,31	166.814,44	559.241,64	63.276.237,07	22.855,57
set/20	1.565	389.945,74	9.334,18	158.288,91	167.623,09	557.568,83	63.833.805,90	22.773,37
out/20	1.527	387.572,71	9.273,46	159.368,89	168.642,35	556.215,06	64.390.020,96	22.636,01

FLUXO RECEBIMENTO DE PARCELAMENTOS SELECIONADOS - RECOMPOSIÇÃO TOTAL

mes/ano	Quant.	Valor Parcela	Vr. Juros Atual	Vr. Juros Futuro	Vr. Fluxo Juros	Vr. Fluxo Mensal	Vr. Fluxo Acum.	Vr. Honorário
nov/20	1.484	383.422,84	9.191,29	160.092,30	169.283,59	552.706,43	64.942.727,39	22.509,90
dez/20	1.442	377.200,86	9.078,78	161.286,60	170.365,38	547.566,24	65.490.293,63	22.371,29
jan/21	1.385	374.043,77	9.000,78	160.788,32	169.789,09	543.832,86	66.034.126,49	22.186,67
fev/21	1.329	371.611,57	8.959,82	162.223,33	171.183,16	542.794,73	66.576.921,22	22.102,08
mar/21	1.283	368.880,96	8.912,41	163.203,90	172.116,30	540.997,26	67.117.918,48	21.994,02
abr/21	1.239	367.078,47	8.873,64	164.554,31	173.427,95	540.506,42	67.658.424,90	21.982,47
mai/21	1.197	365.897,67	8.845,29	165.522,38	174.367,68	540.265,35	68.198.690,25	21.931,77
jun/21	1.148	361.201,92	8.709,95	166.088,14	174.798,09	536.000,01	68.734.690,26	21.629,13
jul/21	1.087	351.224,73	8.392,69	163.935,20	172.327,89	523.552,62	69.258.242,88	20.910,81
ago/21	1.034	347.755,78	8.312,10	164.004,17	172.316,28	520.072,06	69.778.314,94	20.730,05
set/21	959	336.484,41	7.886,43	163.234,90	171.121,33	507.605,74	70.285.920,68	20.072,39
out/21	683	253.596,48	5.117,68	139.045,86	144.163,54	397.760,02	70.683.680,70	14.656,99
nov/21	455	182.758,84	3.047,03	102.784,14	105.831,17	288.590,01	70.972.270,71	11.636,52
dez/21	212	138.590,40	1.736,39	70.184,84	71.921,23	210.511,63	71.182.782,34	10.110,34
jan/22	106	110.922,43	1.297,59	16.017,72	17.315,30	128.237,73	71.311.020,07	6.294,04
fev/22	36	66.953,28	764,48	9.565,06	10.329,54	77.282,82	71.388.302,89	3.993,10
TOTAL		59.216.799,13	1.437.876,32	10.733.627,44	12.171.503,76	71.388.302,89		3.087.797,47

Observações

1) Nº de Parcelamentos Total das Recomposições:

8.229

Ido Devedor Recompuesto:

60.654.675,45

3, Critérios para projeção do fluxo de recebimentos:

- > Considerado o pagamento de 01 parcela por mês
- > Não foi aplicada a correção monetária pelo IPCA-E à partir de 2016
- > Aplicado juros de 1% ao mês sobre o valor atualizado da parcela



Excelentíssimo Senhor Presidente da CPI BH ATIVOS

DR-UFPA - Legislativa-SI-Mt-2017-11:09-007263-001 - S.13931

MÁRCIO ARAÚJO DE LACERDA, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado em Belo Horizonte, por seus procuradores, vem, respeitosamente, expor e requerer:

1. Após a oitiva do ora requerente e diante da informação de que o Tribunal de Contas da União teria se posicionado acerca da matéria objeto da CPI, foi requerido o fornecimento de cópia da respectiva decisão, postulação que, conquanto protocolada em 6 de outubro de 2017, até o momento não foi respondida, positiva ou negativamente.

2. Nesse contexto e considerando que parte dos questionamentos que serão respondidos por escrito – tal como deliberado na sessão de 2 de outubro de 2017 – faz referência ou guarda relação de dependência com o acórdão do Tribunal de Contas da União, o conhecimento do seu conteúdo se faz absolutamente necessário para que as respostas sejam as mais completas possíveis.



3. Pelo exposto, requer a prorrogação do prazo para resposta aos questionamentos até a decisão do requerimento já protocolado, com o consequente fornecimento de cópia do acórdão do Tribunal de Contas da União.

~~Pedem deferimento.~~

~~Belo Horizonte, 31 de outubro (terça-feira) de 2017.~~

~~JOSÉ SAD JÚNIOR
OAB/MG 65.791~~



CÓPIA

Excelentíssimo Senhor Presidente da CPI BH ATIVOS

CÓPIA

MÁRCIO ARAÚJO DE LACERDA, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado em Belo Horizonte/MG, por seus procuradores, com fundamento no art. 5º, inc. XXXIII, da Constituição Federal, vem, respeitosamente, expor e requerer:

1. O ora requerente foi inquirido no âmbito dessa Comissão no dia 2 de outubro (segunda-feira) de 2017, ocasião em que, quando da formulação das perguntas, ocorreu o seguinte diálogo:

Gilson Reis] Questiona se Márcio tem conhecimento de uma posição (Decisão) do TCU de 06/2017. TCU dá ciência ao Senado Federal, ao Ministério da Fazenda, ao Banco do Brasil e ao Município de Belo Horizonte que por intermédio de integralização de cotas do FIDICMP, por parte do Município de Belo Horizonte, aperfeiçoou-se pela PBH Ativos a contratação uma operação de crédito nos termos do art. 29, III, LRF que afronta o art. 167, IV, CF, devendo ser tomadas providências cabíveis para que sejam atendidas as determinações do art. 33, LC 1.002/2006 (... se confunde) enfim da LRF.



Isso aqui se você quiser depois eu posso passar para você do TCU mandando o Senado Federal tomar as devidas providências em relação às operações realizadas em Belo Horizonte.

[Márcio Lacerda] Nós vamos então para o campo jurídico, obviamente...

[Gilson Reis] Então com essa decisão o senhor acha que a legalidade está em questão?

[Márcio Lacerda] Eu tenho a impressão que aí se refere ao FIDIC, não?

[Gilson Reis] Não, "aperfeiçoou-se contratação de uma operação". Ela não trata do FIDIC, trata da PBH Ativos. O senhor tem conhecimento dessa decisão aqui do TCU?

2. Diante do inequívoco interesse no conhecimento da referida decisão do Tribunal de Contas da União, vem requerer o fornecimento de cópia da documentação referida.

Pede deferimento.

Belo Horizonte, 5 de outubro (quinta-feira) de 2017.

JOSÉ SAD JÚNIOR
OAB/MG 65.791

